Revista do
ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ISSN 2763-535X ANO IX . Nº 14 . JANEIRO - DEZEMBRO DE 2025

DOSSIÊ

Fluxos migratórios no Espírito Santo

Governador
José Renato Casagrande

Vice-governador
Ricardo Ferraço

Secretaria de Gestão e Recursos Humanos
Marcelo Calmon Dias

Diretor-Geral do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Cilmar Cesconetto Franceschetto

Diretor Técnico Administrativo
Luiz Gonsaga Pimentel Fraga

© 2025 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Rua Sete de Setembro, 414
CEP 29.015-905 - Vitória - ES - Brasil
Tel. (27) 3636-6100
E-mail: revista@ape.es.gov.br
Site: www.ape.es.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca de Apoio Maria Stella de Novaes - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Brasil - Ficha catalográfica elaborada por Ana Carolina Medici Rocha.

R454 Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo [Recurso eletrônico]. Ano 9, n. 14 (jan./dez. 2025). Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2026.

275 p. : il.

ISSN: 2763-535X

1. Emigração e imigração – Espírito Santo. 2. Cultura popular – Espírito Santo. 3. Diversidade cultural – Espírito Santo. 4. Patrimônio cultural imaterial – Espírito Santo. 5. Arquivologia. I. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

CDD – 325.1098152

As ideias, opiniões e conceituações contidas nos artigos desta revista são de inteira responsabilidade dos autores, não representando necessariamente o posicionamento deste Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Editor Executivo

Cilmar Cesconetto Franceschetto

Coordenação Editorial

Margarete Farias de Moraes
Departamento de Arquivologia - UFES

Osvaldo Martins de Oliveira
Departamento de Ciências Sociais - UFES

Julio Bentivoglio
Departamento de História - UFES

Editor Gerente

Jória Motta Scolforo
Lucas Rodrigues Barreto
Marcos Antonio Briel

Editoração

André Felix

Pesquisa e Seleção Iconográfica

Erick Luiz do Valle Lopes
Sergio Oliveira Dias

Revisão de estrutura e linguagem

Jória Motta Scolforo

Foto da capa - Êxodo; 1963 - © Sebastião Salgado; 1983, cedida gentilmente por Studio Sebastião Salgado, Paris, FR.

Conselho Editorial

Alexandre de Sá Avelar (UFU), Aline Lopes de Lacerda (Casa Oswaldo Cruz), André Malverdes (Ufes), André Porto Ancona Lopez (UNB), Arno Wehling (IHGB), Bruno César Nascimento (Ufes), César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM), Fábio Franzini (UNIFESP), Joan Boadas i Raset (Girona-Espanha), João Carlos Furlani (Ufes), João Eurípedes Franklin Leal (UFF), João Gualberto Vasconcellos (Ufes), José Antonio Martinuzzo (Ufes), Julio Bentivoglio (Ufes), Jurandir Malerba (UFRGS), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ), Maria Beatriz Nader (UFES), Raquel Glezer (USP), Renzo M. Grosselli (PUC-RS), Rita de Cássia Maia (Ufes), Taiguara Aldabalde Vilella (Ufes), Telma Campanha de Carvalho Madio (UNESPE-MARILIA), Ueber José de Oliveira (Ufes) e Valdei Lopes de Araújo (UFOP).

Conselho Consultivo

Agostino Lazzaro (SECULT), Alexandre Faben (Ufes), Andrea Lisly (UFOP), Antônio Carlos Queiroz do Ó (Ufes), Bruno Santos Conde (IFES), Camila Mattos da Costa (IBICT-UFRJ), Cláudio Zanotelli (Ufes), Cristiano P. Alencar Arrais (UFG), Danilo José Zioni Feretti (UFSJ), Estilaque Ferreira dos Santos (Ufes), Fernando Santa Clara Viana Junior (Ufes), Gustavo Henrique Araújo Forde (Ufes), Helena Mollo (UFOP), Isabel Lustosa (Casa Rui Barbosa), Janice Gusmão (PUC-SP), José Eustáquio Ribeiro (UFG), Jorge Vinícius Monteiro Vianna (SABERES), Kátia Sausen da Motta (Ufes), Luiz Cláudio Moisés Ribeiro (Ufes), Maria Cristina Dadalto (Ufes), Patrícia Maria da Silva Merlo, Pedro Ernesto Fagundes (UFES), Rodrigo Aldeia Duarte (Arquivo Nacional), Rodrigo da Silva Goularte (IFES), Rodrigo Mello de Moraes Pimenta (PMVV), Rogério Rosa (UNESC), Vânia Maria Losada (UFRRJ) e Vitor de Ângelo (UVV).

SUMÁRIO

8 EDITORIAL
Cilmar Cesconetto Franceschetto

10 APRESENTAÇÃO
Fluxos Migratórios no Espírito Santo
Maria Cristina Dadalto

17 ARTIGOS
Dos Açores ao Sertão de Santo Agostinho: a imigração açoriana em Viana-ES
Fabiene Passamani Mariano

33 *As tradições dos pomeranos em perspectiva: língua, vendeiros e magia*
Cione Marta Raasch Manske
Maria Cristina Dadalto

45 *Retratos de uma imigração oriental no Sul capixaba: sírios e libaneses em Alegre*
Adilson Silva Santos
Emanuela Ferreira Neves
Gabriel Ramanholi Monteiro Rodrigues

65 *O que nos acosta: história de vida de uma família de venezuelanos refugiada no estado do Espírito Santo*
Viviane Mozine Rodrigues
Barbara Azevedo

79 *A Espanha na Grande Emigração (1880-1930): os motivos expulsores*
Renato Peterle Camargos

89 *As primeiras migrações para o Espírito Santo: 8000 anos de povoamento e história indígena*
Henrique Antônio Valadares Costa

99 *Histórias de vida e migração: trajetória dos mineiros em Santa Teresa-ES*
Simone Zamprogno Scalzer
Cristiani Lopes Silva

101 *Industrialização e segregação: os paradoxos do crescimento em Aracruz e a invisibilidade social dos migrantes*
Maria Rita de Cássia Sales Régis

123 *O baralho como elemento de sociabilidade: um estudo entre os descendentes de imigrantes italianos em Alfredo Chaves-ES*
Gabriel Pietralonga Marion

133 *Saúde, doenças e mortalidade de imigrantes no Espírito Santo: um estudo sobre a Hospedaria Pedra d'Água entre 1892 e 1895*
Guilherme Borges da Silva

145 *Reterritorialização e territorialização italiana em terras espírito-santenses*
Sandra Nicoli

163 *Memória e ficção: eventos reais que inspiraram o romance Karina de Virgínia Gasparini Tamanini*
Francisco Roldi Guariz

181 *As fontes da história da imigração italiana para o Espírito Santo e seus usos pela historiografia: a saúde dos imigrantes em perspectiva política*
Tiago de Araujo Camillo

193 *Fluxos migratórios no Espírito Santo*
Maria Cristina Dadalto

203 *Territorialização e reterritorialização Italiana no Brasil: conexões entre Espírito Santo e Minas Gerais*
Simone Zamprogno Scalzer
Sandra Nicoli

213 *História, memória e patrimônio no carnaval de congo de máscaras em Roda d'Água*
Vinícius de Aguiar Caloti
Wanderlei Porto do Nascimento Aguiar

225 *Representantes digitais para os produtos do FUNCULTURA no caso Midiateca Capixaba*
Marcello França Furtado
Luciana Itida Ferrari

239 *Normalização de formatos no Archivematica*
Tania Barbosa Salles Gava
Luciana Itida Ferrari
Wendell Andre Rocha de Oliveira

257 COLABORAÇÃO ESPECIAL
A festa Cosme e Damião no Espírito Santo: os Ibejis capixabas
Felipe de Souza Fernandez

265 DOCUMENTO
Relatório da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Provincia do Espírito Santo
Maria Luisa de Melo Welerson
Matheus Freire Viola
Tiago de Matos Alves

269 DOCUMENTO
Na terra capixaba a Guerra do Paraguai nunca mais será a mesma
Fernando Antônio de Moraes Achiamé

EDITORIAL

Caros leitores,

"Fluxos migratórios no Espírito Santo" é o tema do dossiê da 14ª edição da Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Em edições anteriores, reunimos artigos sobre os povos originários e sobre os povos africanos, abordagens fundamentais para a compreensão da história e da formação do que somos hoje enquanto capixabas.

A partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, o Espírito Santo passou a receber um contingente significativo de imigrantes de diversas nacionalidades, sobretudo europeus. Esses grupos foram trazidos para ocupar lotes agrícolas em colônias demarcadas inicialmente pelo Governo Imperial e, posteriormente, pelo próprio Estado, já no período republicano. Parte expressiva desses estrangeiros também foi direcionada às grandes fazendas de café, em substituição à mão de obra escravizada, no hinterland *capixaba. Em menor escala, houve ainda aqueles trazidos para atuar na construção de obras públicas, como a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e as intervenções urbanas na capital, além daqueles que vieram, voluntariamente, para trabalhar no comércio ou atuar como autônomos.*

Embora o fluxo de colonização tenha como marco reconhecido a chegada de imigrantes alemães à Colônia de Santa Isabel, em 1847, é importante destacar que, ainda no início do século XIX, entre 1813 e 1814, a então Capitania do Espírito Santo recebeu cerca de 250 colonos oriundos dos Açores para a Colônia de Santo Agostinho, em Viana. Os artigos reunidos nesta edição abordam, portanto, diferentes aspectos desses movimentos migratórios e de seus desdobramentos históricos, sociais e culturais.

Nesse contexto, insere-se também a migração de cearenses entre os anos de 1878 e 1890, motivada pelas severas secas que assolavam o Nordeste brasileiro naquele período. Milhares de retirantes buscaram nas terras espírito-santenses condições de sobrevivência e reconstrução de suas vidas. Sobre esse tema, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo prepara uma publicação inédita em formato de livro, que investiga as motivações desse fluxo migratório e reúne dados sociológicos de cerca de três mil retirantes. O estudo integra um universo estimado de seis mil nordestinos que ingressaram no Espírito Santo, conforme as estatísticas levantadas pela pesquisa.

Importa ressaltar que, desde as últimas décadas do século passado, o tema da imigração tornou-se um dos principais atrativos para os pesquisadores que procuravam o Arquivo Público. Em sua maioria, eram descendentes em busca de informações sobre seus antepassados, seja para reunir documentos para a comprovação de dupla cidadania, seja para a reconstrução de histórias e genealogias familiares. Essa demanda social impulsionou a instituição a organizar, reproduzir e digitalizar seu acervo documental, visando atender ao intenso fluxo de consulentes que diariamente manuseavam os documentos originais.

Como resultado desse esforço, foi estruturado, em 1995, o Projeto Imigrantes Espírito Santo, voltado à criação de uma base de dados com informações indexadas de aproximadamente 55 mil imigrantes de diferentes nacionalidades que ingressaram pelos portos capixabas. O acervo reúne dados como nomes, sobrenomes, idades, embarcações, locais de origem e destino, além de outras informações relacionadas à trajetória migratória e à pesquisa genealógica.

Os dados desse levantamento encontram-se disponíveis no site Projeto Imigrantes Espírito Santo, (www.imigrantes.es.gov.br) bem como nas obras: "Imigrantes: base de dados da imigração no Espírito Santo nos séculos XIX e XX" e "Italianos: base de dados da imigração no Espírito Santo nos séculos XIX e XX", de nossa autoria. Outras publicações sobre o tema foram editadas pela Coleção Canaã e, assim como os títulos anteriormente citados, estão disponíveis em formato digital (PDF) no site da instituição: www.ape.es.gov.br

Cabe registrar que o APEES vem consolidando, ao longo dos últimos anos, seu reconhecimento entre os capixabas e no cenário nacional como instituição de referência na pesquisa e na produção de conhecimento sobre a diversidade dos povos presentes em nosso Estado. Esse reconhecimento resulta do trabalho contínuo de preservação, organização, digitalização e difusão de milhares de documentos, em consonância com sua missão institucional de democratização do acesso à informação. Destacam-se, igualmente, as ações de mediação cultural desenvolvidas pela instituição, especialmente os projetos voltados à valorização da diversidade étnica capixaba, fundamental para a compreensão de nossa identidade coletiva. Nesse sentido, merece destaque o projeto Arquivo Itinerante, que presta atendimento em municípios de todo o Espírito Santo.

Com a publicação deste dossiê, a Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo reafirma seu papel de promover e ampliar o debate público sobre os processos migratórios que marcaram a formação histórica e cultural do Estado. A chegada de milhares de imigrantes de diferentes nacionalidades constitui um capítulo fundamental da história capixaba. Ao lado dos povos que aqui já se encontravam, esses grupos contribuíram decisivamente para o desenvolvimento regional, seja na economia, na cultura, na religiosidade ou nas relações sociais, ajudando a conformar a identidade capixaba, cuja principal característica é, justamente, sua diversidade.

Boa leitura!

Cilmar Cesconetto Franceschetto
Editor Executivo

APRESENTAÇÃO

FLUXOS MIGRATÓRIOS NO ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo que conhecemos foi forjado em movimentos de (i) mobilidade humana. Décadas de produção acadêmica têm mostrado como os estudos sobre fluxos migratórios no estado se expandiram nos últimos anos, impulsionando um saber comprometido em superar interpretações reducionistas sobre os processos de partidas e chegadas de populações migrantes nacionais e estrangeiras no estado. O silêncio historiográfico sociocultural e político econômico não foi inocente. Ele alimentou estereótipos, naturalizou exclusões e impediu que compreendêssemos como indígenas, africanos, europeus, árabes, asiáticos, nacionais, populações rurais em êxodo e tantos outros grupos e seus descendentes negociaram seu lugar num território em constante disputa.

Este dossiê da Revista do APEES insere-se nesse movimento de valorização das trajetórias migratórias, reconhecendo a reconfiguração por elas produzida. Isso não apenas na perspectiva demográfica, mas também nas dimensões socioculturais, econômicas, políticas, territoriais e simbólicas capixabas. Reunindo pesquisadores de diversos campos das ciências humanas, o dossiê propõe-se a examinar as múltiplas dimensões dos movimentos populacionais que marcaram e continuam a transformar o território espírito-santense. Nesse sentido, busca oferecer novos olhares sobre as dinâmicas construídas por meio da migração num processo de encontros, tensões e reinvenções individuais e coletivas.

O artigo inicial do dossiê, *Dos Açores ao Sertão de Santo Agostinho: a imigração açoriana em Viana-ES*, produzido por Fabiene Passamani Mariano, debate a imigração açoriana em Viana, em princípio denominado Sertão de Santo Agostinho. Os açorianos aportaram no início do século XIX no Espírito Santo, como parte da estratégia portuguesa de ocupação do território brasileiro. Esse grupo desempenhou papel fundamental na constituição da Colônia Agrícola e no desenvolvimento econômico local, legando um patrimônio cultural significativo, evidenciado na religiosidade, nos costumes e na preservação de tradições que ainda caracterizam a identidade do município. A Festa do Divino Espírito Santo é destaque como exemplo eloquente da continuidade dessa herança cultural.

Na sequência, o artigo *As tradições dos pomeranos em perspectiva: língua, vendeiros e magia*, escrito por Cione Marta R. Manske e Maria Cristina Dadalto, identifica os fatores que contribuíram e continuam favorecendo à manutenção da língua pomerana e da magia na constituição da tradição dos imigrantes pomeranos e seus descendentes no estado. Nele são ressaltados a relevância das famílias e dos vendeiros nesse movimento de preservação cultural. A pesquisa recorre à trajetória dos pomeranos na Pomerânia, após a imigração e na atualidade. Utiliza como metodologia fontes bibliográficas, história oral e história de vida para análise desses elementos culturais que permanecem vigentes entre os descendentes.

Em *Retratos de uma imigração oriental no sul capixaba: sírios e libaneses em Alegre (1890-1930),* Adilson Silva Santos, Emanuela Ferreira Neves e Gabriel Ramanholi Monteiro Rodrigues examinam o processo de estabelecimento dos sírios e libaneses em Alegre, sul do Espírito Santo, entre os anos de 1890 e 1930. A região constituía um dos principais centros econômicos do Estado à época devido à produção cafeeira, atraindo esses imigrantes que formaram numerosa colônia. O artigo enfatiza as famílias Aride, Cade e Kede, utilizando metodologia de História Oral e análise documental de registros matrimoniais. Os resultados demonstram que um terço dos sírios e libaneses contraiu matrimônio interétnico no estado, corroborando a hipótese da exogamia como estratégia de inserção social na comunidade local.

No artigo *O que nos acosta: história de vida de uma família de venezuelanos refugiada no Espírito Santo,* Viviane Mozine Rodrigues e Barbara Azevedo exploram o conceito de refúgio e a evolução da legislação migratória no Brasil, tendo como eixo central a narrativa de vida de uma família venezuelana com status de refugiados residentes no Espírito Santo. A metodologia compreendeu revisão bibliográfica, pesquisa de campo, história de vida e entrevista com a família. A análise evidenciou que a complexidade do fluxo migratório venezuelano, a Operação Acolhida do governo brasileiro e a atuação de organizações sociais emergiram como aspectos centrais e sensíveis na narrativa migrante, revelando os desafios vivenciados por esses refugiados.

Em *A Espanha na Grande Emigração (1880-1930): os motivos expulsores* o historiador Renato Peterle Camargos busca evidenciar o contexto do movimento emigratório espanhol durante o período da Grande Migração, entre 1880 e 1930. Ele aponta os motivos que condicionaram o êxodo de milhões de espanhóis para outros países nesse período histórico caracterizado por intensos fluxos migratórios. A pesquisa se fundamenta em referências bibliográficas consolidadas no campo dos estudos da migração espanhola apresentando uma perspectiva sobre esse recorte temático. De modo que traz relevantes contribuições para a compreensão dos fatores expulsores que motivaram a diáspora espanhola no período.

Henrique Antônio Valadares Costa reflete sobre *As primeiras migrações para o Espírito Santo: 8000 anos de povoamento e história indígena*. No artigo é apresentada uma síntese em forma de ensaio das informações arqueológicas sobre a história da ocupação indígena pré-colonial no atual território do Espírito Santo. Com ênfase nas primeiras ondas migratórias, aborda as etapas de ocupação em sequência cronológica ao longo de 8000 anos. O autor contempla o grau de relação interétnica entre os diferentes grupos indígenas, indicação do padrão econômico de subsistência adotado por cada grupo e as rotas de acesso utilizadas para ocupação do território capixaba.

Em *Histórias de vida e migração: trajetória dos mineiros em Santa Teresa-ES*, Simone Zamprogno Scalzer e Cristiani Lopes Silva enfatizam a importância dos migrantes mineiros na história de Santa Teresa-ES, cidade reconhecida por sua fundação italiana mas que também acolheu outros grupos populacionais nacionais e estrangeiros. Em busca de melhores condições de emprego e vida, migrantes de diversos municípios mineiros deslocaram-se para o Espírito Santo, muitos incentivados por familiares já residentes. Eles atuaram em diversas atividades como professores, padeiros e pedreiros, mas, predominantemente, nas lavouras de café, de forma sazonal ou permanente. Esses migrantes trouxeram sua cultura e valores, tornando-se protagonistas importantes para a formação cultural local de Santa Teresa.

No artigo *Industrialização e Segregação: os paradoxos do crescimento em Aracruz e a invisibilidade social dos migrantes*, produzido por Maria Rita de Cássia Sales Régis são examinados os impactos socioeconômicos e urbanos da industrialização e mobilidade humana em Aracruz-ES entre as décadas de 1970 e 2010, focalizando a implantação de grandes plantas industriais como a Aracruz Celulose (atual Suzano). A análise revela que essas implantações resultaram em crescimento demográfico desordenado, ampliação das desigualdades sociais e marginalização de migrantes. O estudo argumenta pela necessidade de políticas integradas que promovam desenvolvimento urbano mais inclusivo e sustentável, com estratégias para mitigar os efeitos adversos do crescimento industrial acelerado.

O pesquisador Gabriel Pietralonga Marion analisa em *O baralho como elemento de sociabilidade: um estudo entre os descendentes de imigrantes italianos em Alfredo Chaves-ES* como os jogos de baralho funcionam, ainda no presente, como elemento de sociabilidade entre os descendentes de imigrantes italianos em Alfredo Chaves-ES. No final do século XIX, milhares de italianos chegaram às serras capixabas, trazendo consigo suas histórias, memórias e cultura. O lazer, especialmente os jogos de baralho, constitui uma das atividades mais emblemáticas desse grupo sociocultural.

Em *Memória e ficção: eventos reais que inspiraram o romance Karina, de Virgínia Gasparini Tamanini*, Francisco Roldi Guariz analisa as relações entre literatura, memória e história a partir da comparação entre a narrativa ficcional da obra Karina e acontecimentos reais registrados na documentação histórica capixaba. Utilizando jornais, documentos oficiais, registros eclesiásticos e fontes históricas diversas, o autor reconstrói episódios como o desaparecimento do imigrante Lorenzo Tamanini, os ataques promovidos por grupos armados em Santa Teresa no final do século XIX e a epidemia de varíola que atingiu o município em 1904. O estudo demonstra

que, embora seja uma obra de ficção, o romance preserva memórias familiares e acontecimentos históricos relevantes para a compreensão da imigração italiana e da formação social do Espírito Santo.

Saúde, doenças e mortalidade de imigrantes no Espírito Santo: um estudo sobre a Hospedaria Pedra d'Água entre 1892 e 1895, artigo produzido pelo pesquisador Guilherme Borges da Silva, no qual são examinadas as condições de saúde e os fatores relacionados à morbidade e mortalidade dos imigrantes na Hospedaria Pedra d'Água durante o período de 1892 a 1895. Utilizando registros documentais do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, especialmente o livro Registro de Óbitos de Imigrantes, são analisados relatos de adoecimento e óbito nesse espaço de acolhimento. O artigo evidencia a relação entre as políticas migratórias, as condições precárias de recepção e os impactos na saúde dos recém-chegados. Nele é oferecida uma visão crítica sobre as adversidades enfrentadas pelos imigrantes e contribui para a compreensão das políticas de colonização no estado.

Sandra Nicoli analisa no artigo *Reterritorialização e territorialização italiana em terras espírito-santenses* o processo de reterritorialização e territorialização promovido pelas famílias italianas no Espírito Santo a partir do século XIX. A imigração italiana no Brasil foi caracterizada por ser familiar e com maior procedência do Vêneto, norte da Itália, fundamentada na pequena propriedade familiar. O objetivo era promover o povoamento e expandir a fronteira agrícola através da produção cafeeira. No processo de ocupação, essas famílias imprimiram marcas e deixaram vestígios no tempo e no espaço, constituindo territórios apropriados e dominados a partir das relações sociais estabelecidas cotidianamente, configurando identidades em relação ao novo território constituído.

No artigo *As fontes da história da imigração italiana para o Espírito Santo e seus usos pela historiografia: a saúde dos imigrantes em perspectiva política*, Tiago de Araújo Camillo realiza uma análise crítica das fontes documentais utilizadas nos estudos sobre a imigração italiana para o Espírito Santo, com especial atenção às interpretações historiográficas relacionadas à saúde dos imigrantes. O autor discute como parte da historiografia tradicional construiu narrativas que minimizaram os problemas sanitários enfrentados pelos colonos e as responsabilidades do Estado nos processos de colonização, privilegiando visões idealizadas da imigração. A partir da revisão de documentos oficiais, relatórios administrativos e estudos históricos, o artigo propõe uma leitura que insere as questões de saúde e mortalidade no campo das disputas políticas e dos projetos de ocupação territorial, contribuindo para uma compreensão mais ampla e crítica da experiência imigrante no Espírito Santo.

Em *Fluxos migratórios no Espírito Santo,* Maria Cristina Dadalto reflete sobre a diversidade dos fluxos migratórios no Espírito Santo e a narrativa da italianidade visando articular o processo étnico identitário experienciado junto à diversidade dos movimentos imigratórios e migratórios de grupos estrangeiros, nacionais, negros libertos e indígenas assentados no Estado e os resultados da hibridização desses fluxos no presente.

Na pesquisa *Territorialização e reterritorialização italiana no Brasil: conexões entre Espírito Santo e Minas Gerais*, Simone Zamprogno Scalzer e Sandra Nicoli analisam os processos de ocupação territorial e mobilidade vivenciados por descendentes de imigrantes italianos entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais. As autoras discutem como as famílias italianas, inicialmente estabelecidas nas colônias capixabas, passaram a protagonizar novos deslocamentos em busca de terras, oportunidades econômicas e melhores condições de vida, promovendo processos de reterritorialização em diferentes regiões brasileiras.

A presente edição da RAPEES também traz artigos livres nos quais diferentes temas da História e da Arquivologia foram discutidos.

Em *História, memória e patrimônio no carnaval de congo de máscaras em Roda d'Água*, Vinícius de Aguiar Caloti e Wanderlei Porto do Nascimento Aguiar analisam o carnaval de congo de máscaras da comunidade de Roda d'Água, no município de Cariacica, como expressão cultural marcada pela construção de memórias coletivas e pela preservação do patrimônio imaterial capixaba. Os autores investigam as origens, os significados e as transformações dessa manifestação ao longo do tempo, destacando o papel dos brincantes, das famílias e da comunidade na transmissão dos saberes e tradições associadas ao congo.

O artigo *Normalização de formatos no Archivematica*, escrito por Tania Barbosa Salles Gava, Luciana Itida Ferrari e Wendell Andre Rocha de Oliveira apresenta a aplicação da estratégia de preservação de normalização de formatos no software Archivematica, um sistema aberto de preservação digital. Trata-se de pesquisa de natureza aplicada e caráter exploratório que utiliza procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados discutem a Preservação Digital no contexto da Arquivologia, apresentam o software e elucidam a estratégia de normalização de formatos.

No texto *Representantes digitais para os produtos do Funcultura no caso Midiateca Capixaba,* Marcello França Furtado e Luciana Itida Ferrari partem das produções culturais do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (Funcultura) para apresentar um recorte dos resultados alcançados pelo Grupo de Trabalho responsável por organizar os representantes digitais.

Finalizando a publicação, a revista apresenta a Colaboração Especial *A festa Cosme e Damião no Espírito Santo: os Ibejis capixabas,* na qual Felipe de Souza Fernandez analisa a celebração dedicada aos santos Cosme e Damião no contexto das religiosidades populares e afro-brasileiras presentes no Espírito Santo, destacando seus significados culturais, religiosos e identitários. A edição contempla ainda a categoria Documentos, com o texto *Relatório da Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Espírito Santo,* em que Maria Luisa de Melo Welerson, Matheus Freire Viola e Tiago de Matos Alves contextualizam uma importante fonte histórica relacionada à formação de jovens destinados ao serviço da Marinha na antiga Província do Espírito Santo, contribuindo para a preservação e a difusão da memória documental capixaba.

Encerrando esta edição, Fernando Antônio de Moraes Achiamé assina a resenha *Na terra capixaba a Guerra do Paraguai* nunca mais será a mesma, dedicada à dissertação de mestrado *A Participação da Província do Espírito Santo na Guerra do Paraguai: Mobilizações Cívicas e Recrutamento Militar (1864-1870),* de Marcos Antônio Briel. O autor destaca o caráter pioneiro da pesquisa ao investigar a participação capixaba em um dos mais importantes conflitos da história brasileira, confirmando a sua contribuição para a ampliação dos estudos sobre a Guerra do Paraguai e seus impactos na sociedade espírito-santense.

Desejo a todas as pessoas uma ótima leitura!

Maria Cristina Dadalto
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Professora do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

ARTIGO

DOS AÇORES AO SERTÃO DE SANTO AGOSTINHO: A IMIGRAÇÃO AÇORIANA EM VIANA-ES

Fabiene Passamani Mariano

Professora do Instituto Federal do Espírito Santo, Doutora em História Social das Relações Políticas-PPGHIS/Ufes.

Resumo

O artigo aborda a imigração açoriana no estado do Espírito Santo, com foco no município de Viana, destacando sua relevância para a formação sociocultural e econômica da região. Desde o século XVI, imigrantes açorianos desembarcaram no Brasil, como parte da estratégia de ocupação portuguesa. Em Viana, conhecida à época como Sertão de Santo Agostinho, os açorianos chegaram no início do século XIX, desempenhando um papel fundamental na criação da Colônia Agrícola. Além de impulsionarem o desenvolvimento local, deixaram um legado cultural, evidenciado na religiosidade, nos costumes e na preservação de tradições, que ainda definem a identidade do município. O texto também aborda os desafios enfrentados pelos imigrantes, como a adaptação às condições climáticas e sociais. Por fim, destaca a Festa do Divino Espírito Santo como um exemplo vibrante da continuidade de sua herança cultural.

Palavras-chave: Imigração; Viana; Espírito Santo; açorianos; cultura.

Abstract

This article addresses Azorean immigration to the state of Espírito Santo, with a focus on the municipality of Viana, highlighting its significance in the sociocultural and economic development of the region. Since the 16th century, Azorean immigrants have disembarked in Brazil as part of the Portuguese colonization strategy. In Viana, then known as Sertão de Santo Agostinho, the Azoreans arrived in the early 19th century, playing a key role in the establishment of the Agricultural Colony. In addition to fostering local development, they left a cultural legacy evident in religious practices, customs, and the preservation of traditions that continue to shape the municipality's identity. The text also discusses the challenges faced by the immigrants, such as adapting to new climatic and social conditions. Finally, it highlights the Feast of the Divine Holy Spirit as a vibrant example of the continuity of their cultural heritage.

Keywords: Immigration; Viana; Espírito Santo; Azoreans; culture.

Este artigo[1] visa oferecer um panorama da Capitania do Espírito Santo no início do século XIX, destacando a chegada e o estabelecimento de famílias açorianas na região, bem como as transformações culturais e sociais que acompanharam esse movimento. Para tanto, foram analisados os eventos fundamentais desse processo migratório que resultou na fundação da Colônia Agrícola de Viana, no ano de 1813, sendo esta uma iniciativa pioneira da Coroa Portuguesa no Brasil. Segundo Maria Stella Ferreira Levy (1974), no século XIX,

> [...] foram feitas as primeiras tentativas de colonização por imigração estrangeira. Essas tentativas foram iniciadas nas províncias do Espírito Santo e Rio de Janeiro, em 1812 e 1819, respectivamente, quando se estabeleceram as colônias de Santo Agostinho e Nova Friburgo, para acolher grupos vindos da Europa Central (LEVY, 1974, p. 51).

A emigração de açorianos[2] para o Brasil teve início em meados do século XVI, impulsionada pela Coroa Portuguesa, que passou a incentivar o recrutamento de famílias para atuarem no processo de colonização do território brasileiro. Nos dois séculos posteriores[3], esse fluxo se intensificou, especialmente no Sul, com o custeio do transporte e a distribuição de terras, atraindo um grande quantitativo de colonos. Contudo, após a efervescente emigração de açorianos para o Brasil, ocorrida até o século XVIII, por determinação da lei de 04 de julho de 1758, a emigração foi restringida nos Açores, sob o argumento de falta mão de obra para assegurar o normal funcionamento das ilhas.

Esse fluxo emigratório foi retomado no início do século XIX, impulsionado por fatores decisivos que estimularam sua continuidade ao longo de pouco mais de duas décadas[4]. Entre os fatores estão: o interesse da Coroa portuguesa em consolidar a ocupação[5] do litoral brasileiro - prevenindo invasões e impedindo que outras nações explorassem suas terras, e a pressão das autoridades políticas dos Açores, que enxergavam na emigração uma solução imediata para os desafios socioeconômicos enfrentados pelo arquipélago - sobretudo aqueles decorrentes do excedente populacional.

À época, havia uma grande movimentação emigratória em quase toda a Europa, de onde muitos dos que seguiram para o "Novo Mundo" eram submetidos a condições de viagem, assentamento e trabalho extremamente precárias. Partir era uma decisão dolorosa, marcada por dificuldades e possíveis desilusões. Traduzia-se, muitas vezes, entre uma escolha em permanecer na pobreza ou buscar uma vida melhor, geralmente sem a possibilidade de retorno.

O início do século XIX reservou à colônia a adoção de medidas políticas que primavam, principalmente, por seu desenvolvimento econômico. Destarte, o ato de ampliar as fontes de riqueza, também significava o melhor caminho para o incremento dos recursos para a manutenção da monarquia e da Família Real Portuguesa, instalada desde 1808, na cidade do Rio de Janeiro.

A presença da Corte trouxe profundas transformações sociopolíticas, fortalecendo a autonomia da

1 Este artigo tem como base a tese de doutorado: A Festa do Divino em Viana no século XXI: memórias afetivas na construção de uma açorianidade capixaba. [Tese de doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo]. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação Ufes. http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_8701_FABIENE%20Tese%20vers%E30%20Novembro%20%282%29.pdf.

2 Os açorianos são cidadãos portugueses, naturais do arquipélago dos Açores, que por sua vez é composto por nove ilhas (Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo). O arquipélago foi descoberto por navegadores portugueses entre 1427 e 1439 e está localizado no nordeste do Atlântico, a cerca de 1.500 km da Península Ibérica.

3 O movimento emigratório de açorianos para o Brasil no século XVII, incentivado pela Coroa Portuguesa por razões colonizadoras e militares, teve como destinos principais as capitanias do Pará, Maranhão, Bahia e Pernambuco. No início do século XVIII, apesar das restrições legais, a Coroa continuou promovendo a emigração açoriana para colonizar e defender as fronteiras do Norte (Maranhão e Pará) e Sul do Brasil (Sacramento, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

4 A partir da segunda década do século XIX, a emigração açoriana para o Brasil foi interrompida devido à Revolução de 1820 e à Independência do Brasil em 1822, encerrando um ciclo de quase três séculos, controlado pela Coroa Portuguesa. Após a estabilização política e administrativa, a emigração foi retomada nos anos de 1830, sem o apoio governamental. Além das famílias, passaram a embarcar às terras brasileiras indivíduos isolados, de diferentes estados civis e ambos os sexos.

5 Muitas das terras consideradas desocupadas no território brasileiro, na visão da Coroa, eram habitadas por diferentes etnias de povos originários.

colônia e preparando o caminho para sua emancipação em relação a Portugal. Entre essas mudanças, ressalta-se a sua elevação de Vice-Reino a Reino Autônomo[6] e o incentivo à imigração europeia como perspectiva para evitar as invasões estrangeiras e suas consequentes perdas de divisas[7]. A instalação da Família Real no Rio de Janeiro se desdobrou numa série de ações políticas que visavam estabelecer maior controle administrativo, impactando diretamente o cotidiano de diversas capitanias brasileiras.

Nesse contexto, foi criada em abril de 1808 a Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, sob o comando do desembargador Paulo Fernandes Viana. Essa instituição foi essencial para o desenvolvimento da Colônia e para a inserção do Espírito Santo no cenário político nacional. Entre as atribuições da Intendência também constava a "edificação de quarteis, organização de livros relativos à administração como um todo, matrícula de estrangeiros, recolhimento de tributos, melhorias nas comunicações com outras regiões do Brasil, aterros e saneamento, entre tantas realizações" (PIMENTEL, 2008, p. 154).

Por iniciativa do intendente Paulo Fernandes Viana, imigrantes portugueses, provenientes das Ilhas dos Açores, foram enviados para diversas regiões do Brasil (OLIVEIRA, 2008, p. 276). Nesse cenário, em novembro de 1812, o primeiro grupo de imigrantes açorianos chegou à Capitania do Espírito Santo. O próprio intendente Viana registrou em relatório que, nessa leva específica de imigrantes, apenas os açorianos trazidos para o território capixaba alcançaram o sucesso esperado:

> Por minhas instâncias projetei e consegui que das ilhas dos Açores se transportassem casais de ilhéus, que viessem aumentar a povoação branca deste país; e vieram com efeito muitos à custa das rendas da Intendência, pagaram de frete de 50$ a 70$ por cada cabeça, exceto das crianças de peito, arranjaram-se com mesadas por dois anos nesta província (Rio de Janeiro), na de São Paulo, Porto Seguro e Capitania do Espírito Santo; a todos se deram casas, terrenos, ferramentas, carros e bois, ou cavalgaduras, e ainda que em nenhuma parte prosperassem tanto como na Capitania do Espírito Santo pela inconstância de seus gênios e pouco amor ao trabalho, na Capitania, pelos cuidados do governador que ali estava, o capitão de mar e guerra Francisco Alberto Rubim, se erigiu com estes casais a linda povoação de Viana[8] com casas de telhas para cada um, igreja e capelão curado, que hoje está já com freguesia separada da Vitória, com côngrua e cirurgião de ordenado pago pela mesma Intendência, que estão com seus títulos correntes de sesmaria, que já chegam a cinquenta e quatro, e têm-se ali promovido entre si e com famílias do país dezoito casamentos e com estes e com os mais espalhados (RIHGB, IV, parte I, 378).[9]

Meses depois, em fevereiro de 1813[10], essas famílias foram assentadas no Sertão de Santo Agostinho, com a missão de fundar a Colônia Agrícola de Viana. Maria Stella de Novaes (1964), em sua obra "História do Espírito Santo", relata a seguinte passagem, contada de geração em geração, sobre a chegada dos açorianos na Vila de Vitória:

6 O príncipe regente e futuro rei D. João VI, ao final do reinado de D. Maria I (sua mãe), elevou, em 1815, o Brasil da condição de vice-reinado colonial à de Reino Autônomo, intitulando-se Príncipe-Regente de Portugal, Brasil e Algarves. Foi um período de grandes tensões, devido à precariedade vivida por Portugal em oposição ao desenvolvimento do Brasil, sua ex-colônia. A cidade do Rio de Janeiro tornou-se a capital do Reino (Corte). O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves foi desmembrado em 1822, por ocasião da independência do Brasil, proclamada por D. Pedro de Alcântara e Bragança (filho de D. João VI), futuro D. Pedro I, Imperador do Brasil.

7 Na Capitania do Espírito Santo, a preocupação da Coroa era ainda maior devido à posição estratégica da Baía de Vitória, principal ponto de entrada para as minas, o que aumentava o temor de ataques de corsários em busca de ouro.

8 De acordo com Derenzi (1965), o povoado recebeu o nome de Viana em homenagem ao intendente de Paulo Fernandes Viana, tio e protetor de Rubim, do Espírito Santo e da Colônia, que se fundava sob seu patrocínio.

9 Fonte: Abreviada Demonstração dos Trabalhos da Polícia em Todo o Tempo que a Serviu o Desembargador do Paço, Paulo Fernandes Viana (RIHGB, IV, parte I, 378).

10 Os "casaes de ilhéos", como eram chamados nos documentos oficiais, chegaram à Capitania do Espírito Santo entre os anos de 1812 a 1814, impulsionados por um processo político promovido pela Coroa Portuguesa.

Figura 1 - Ilustração da extensão territorial de Viana. Fonte: Catálogo "Viana em muitos olhares" (2008).

> Desejoso de conhecê-los pessoalmente, o Governador Rubim chamou-os ao Palácio. E notou que, dentre eles, estavam cinco irmãs, mocinhas lindas e esbeltas. Uma, Luísa Aurelia da Conceição, tinha apenas dezoito anos; despertou a atenção de um pajem do Governador, chamado Antônio de Freitas Lira, que não se conteve e alisou delicadamente os cachos maravilhosos da jovem lusitana!... Acontecia, porém, que Rubim não era homem de brincadeiras. Rigoroso nas atitudes, exigia de seus governados inteireza de procedimento. [...] Por isso, Antônio de Freitas Lira, dias após casava-se com Luísa Aurelia. Originou-se, desse modo, na Capitania, a primeira família entre açorianos e brasileiros, a família Lira que, até hoje conserva suas belas tradições de amor ao município e ao Espírito Santo (NOVAES,1964, p. 116-117).

Na época, a localidade pertencia a Vitória e, em sua circunvizinhança, já existiam as fazendas de Calabouço, Tanque, Borba, Jucu, Belém, Jucuruaba e Araçatiba. Grande parte desse território ainda não era habitado, estando coberto por matas que se estendiam até as fronteiras com Minas Gerais.

Viana se apresentava como um território de grande relevância até a época do Brasil Império, tendo em vista sua localização estratégica e a grande faixa territorial que abarcava. Atualmente, sua extensão encontra-se bastante reduzida, em decorrência das perdas para os municípios que se formaram no entorno. A área destacada em verde escuro (Figura 1) apresenta a atual extensão do município, enquanto a faixa destacada em cinza representa os antigos limites territoriais de Viana, que se estendiam da divisa com Minas Gerais até o Oceano Atlântico. Os desmembramentos aconteceram de forma gradual e fragmentada ao longo dos séculos XIX e XX, até atingir a dimensão atual.

As famílias açorianas foram assentadas na região próxima ao Rio Santo Agostinho, considerada o primeiro núcleo populacional de Viana.[11] Ali, ergueram moradas, cultivaram suas terras e estabeleceram costumes. Também, continuaram exercendo sua religiosidade, através da construção da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, em 1815, e da Festa do Divino Espírito Santo, celebrada pela primeira vez em Viana no ano de 1817, como se verá ao longo do texto.

A partir de um apanhado político e socioeconômico, buscamos evidenciar como o movimento migratório de portugueses, naturais do arquipélago de Açores, foi o responsável por instaurar as bases que consolidaram a cultura açoriana no Espírito Santo. Entretanto, o discurso de sucesso dos açorianos insta-

11 As cartas de doação de sesmarias aos ilhéus açorianos foram encontradas no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Elas eram emitidas pelo governador Francisco Alberto Rubim e apontam a localização desse assentamento nas imediações do Rio Santo Agostinho (Centro), Estrada de Parobas (Perobas) e Estrada de Pimentas (Pimenta).

lados em Viana, apontado pelo intendente de Polícia, entra em contradição com os registros de viajantes estrangeiros que estiveram na região.

De acordo com o príncipe Maximiliano, "essa gente, que vive em grande pobreza, queixa-se amargamente de miséria; fizeram-lhe magníficas promessas, que não foram cumpridas" (WIED-NEUWIED, 1989, p. 146). A esse respeito, destacamos a descrição de Saint-Hilaire (1974) sobre a povoação:

> Vianna se compunha de cerca de 60 casas, porem não eram reunidas em um só grupo. Algumas dellas construidas de terra e cobertas de palha foram feitas dentro das proprias posses e outras sobre uma colina separada. Ao redor das casas a matta foi derrubada e substituida por plantações de milho, de arroz, de feijão e de mandióca. No extremo de toda a zona cultivada ha uma ligeira elevação cujo alto apresenta uma larga plataforma onde se construiu a igreja, o presbiterio e tambem uma grande casa destinada ao governador. Deste ponto se avista a leste uma parte das casas de Vianna e do lado de oeste uma grande caserna destinada aos· soldados que protegem os colonos contra os ataques dos indígenas (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 232).

A contradição apresentada entre os relatos do intendente Viana e dos viajantes estrangeiros evidencia as intenções políticas subliminares aos discursos oficiais. Ao mesmo tempo, elas reforçam a necessidade latente de questionamento e confronto entre as fontes disponíveis para pesquisa.

Paulo Fernandes Viana, Intendente Geral de Polícia no Rio de Janeiro, entre os anos de 1808 e 1821, reproduzia em suas ações o pensamento da Corte. Entre suas maiores preocupações estavam o fim da escravidão e o "embranquecimento[12]" populacional da Colônia. Viana era considerado a figura política responsável por conectar "o poder central e local pelo Império Luso-brasileiro neste período, além de demonstrar como era um elemento vital para sustento do projeto imperial durante um período de séria erosão da autoridade da Coroa Portuguesa" (LEMOS, 2008, p. 16).

Agindo em benefício da estabilidade da monarquia portuguesa, o intendente Viana desempenhava importante papel na integração territorial da Colônia em seus aspectos políticos, econômicos e geográficos. Dessa forma, ganhava destaque e, em razão disso, o alcance de seus interesses pessoais era sempre facilitado.

Além da criação da Intendência Geral de Polícia, outra ação que também merece destaque nessa nova perspectiva política adotada na Colônia, foi a nomeação de Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira como governador do Espírito Santo. Seu mandato teve início em 1812 e se estendeu até 1819. Na oportunidade, a Capitania teve o seu primeiro governo independente da Bahia e, entre as principais realizações, encontra-se em suas memórias estatísticas[13] as seguintes informações:

> Durante este governo, em 15 de fevereiro de 1813, fôrão situados os primeiros casaes na povoação que creou e denominou de Vianna. Pela Carta régia de 17 de janeiro de 1814 foi authorisado este governo para conceder terrenos por sesmaria (RUBIM, 1840, p. 24).

De uma forma geral, os governantes das primeiras décadas do século XIX apontavam, em seus relatórios, uma especial atenção ao processo de desenvolvimento econômico e político da Capitania, em atendimento às determinações da Coroa Portuguesa. Ao mesmo tempo, também expunham a necessidade de apresentar novas alternativas de exploração da Colônia.

12 De acordo com Guimarães (2012), a grande movimentação de imigrantes europeus no Brasil do século XIX, incentivada por uma política oficial de "embranquecimento", impactou diretamente a sociedade brasileira na construção de seu imaginário nacionalista. De acordo com o autor, esse fato fez com que a elite da época, ao mesmo tempo, promovesse a dinâmica de absorção desses imigrantes (principalmente os europeus), bem como redefinisse os demais trabalhadores a partir de um novo pensamento racista.

13 As Memórias Estatísticas eram relatórios de caráter obrigatório, confeccionados pelos próprios governantes para serem enviados ao Governo Geral do Brasil. O discurso encontrado nesses relatórios reflete o pensamento político da época, apresentando dados relevantes sobre "população, produção, geografia, economia, como também, fornecem noções históricas e, referentes à política e à sociedade do contexto de cada administrador nomeado" (CARVALHO, 2008, p. 50).

Após a fundação da Colônia Agrícola de Viana, no Sertão de Santo Agostinho, o governador Rubim iniciou a penetração do território através da construção de uma estrada para viabilizar a locomoção entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Com isso, "dava-se início à demarcação e abertura de uma estrada, no sentido Leste-Oeste, para interligar a capital capixaba a Ouro Preto, em Minas Gerais: a Estrada São Pedro de Alcântara, também conhecida como Estrada do Rubim" (FRANCESCHETTO, 2014, p. 53).

Durante seu mandato, o governador Rubim recebeu duas visitas do bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho. As visitas ocorreram nos períodos de 1811-1812 e 1819-1820. Nas ocasiões, o religioso registrou, em seus apontamentos pastorais, dados referentes à geografia, ao cotidiano e, principalmente, às questões religiosas dos locais visitados. Em sua primeira visita, o bispo Coutinho concluiu que o Espírito Santo se encontrava em estado de penúria. Mas, salienta a existência de homens ilustres e bem estabelecidos na Capitania (DAEMON, 1879, p. 215).

No ano de 1819, o bispo Coutinho visitou a região de Viana e, em seus apontamentos, havia a interpretação de que, após quatro anos da fundação de Viana, a localidade não havia prosperado, apesar dos investimentos do governo local:

> Esta freguesia, que por ora não é mais que uma capela curada, não existia no ano de 1812 porque no seu território, chamado Rio de Santo Agostinho, apenas havia um ou outro morador, e esses mesmos incertos e continuamente desalojados pelos bugres. Todo o princípio desta povoação foram os casais dos ilhéus dos Açores mandados ao governador desta Capitania por Paulo Fernandes Viana no ano de 181314, por duas vezes, e que não chegavam a trezentas pessoas, [...] O governador Rubim fez grandes esforços por aumentar este estabelecimento, deu-lhe o título de Viana por obséquio ao seu protetor, edificou uma capela com duas torres, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, mais um palacete de casas térreas para ele do lado esquerdo da capela, e do direito umas casas de residência para o capelão que é frei Francisco do Nascimento [...] Edificou mais o cemitério longe da capela; e hoje têm edificado os moradores umas quatro ou cinco moradinhas de casa de telha e caidinhas nas colinas opostas porque as mais todas são barracos de palha. [...] (COUTINHO, 2002, p. 131).

De modo geral, o século XIX foi um período de extrema relevância para a formação da sociedade capixaba, considerando, principalmente, as ações políticas e seus desdobramentos que visavam o desenvolvimento socioeconômico da Colônia. Em decorrência dessas ações, um intenso fluxo migratório foi iniciado, trazendo para o Espírito Santo diversos grupos de imigrantes europeus, entre eles, os açorianos[15].

As famílias açorianas foram alojadas nas proximidades dos rios Santo Agostinho, Formate e Jucu para viabilizar o desenvolvimento da produção agrícola. Para tanto, além de terras para o cultivo, o governo também distribuiu ferramentas, animais, sementes e mesadas em dinheiro.

Além de todas as adversidades desse processo inicial, totalmente inédito para essas pessoas, vale destacar o que poderia significar a ocupação e exploração de um território totalmente diverso de sua terra de origem. Ante o exposto, faz-se necessário reconhecer não somente a relevante atuação dos imigrantes na formação do Espírito Santo, como também a tentativa de superação das dificuldades que lhes foram impostas. Para além das dores físicas e psicológicas, comuns à maioria daqueles que enfrentam processos migratórios, também havia outros problemas decor-

14 Esta informação não coincide com a documentação constante no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), onde consta o ano de 1812 como o ano do desembarque dos primeiros casais imigrantes açorianos. O que ocorreu em 1813, além da chegada de outros casais de ilhéus, foi a instalação desses imigrantes no Sertão de Santo Agostinho, local onde foi fundada a cidade de Viana. Em 1814, também aportaram outras famílias de açorianos para serem encaminhadas a Viana.

15 Neste artigo, analisa-se, exclusivamente, a imigração açoriana ocorrida no Espírito Santo entre os anos de 1812 a 1814. Cabe ressaltar que a historiografia capixaba indica a ocorrência de imigrantes açorianos no Norte do Estado. De acordo com Bittencourt, um contingente de 50 casais de açorianos foi instalado no núcleo colonial Afonso Pena (Baixo Guandu) durante o governo de Jerônimo Monteiro, entre 1908 a 1912 (BITTENCOURT, 1982, p. 82).

rentes do processo de adaptação[16].

Desde a viagem de navio, realizada em condições sub-humanas, até a adaptação à "terra prometida" povoada por indígenas, as dificuldades eram muitas. Como em todo processo migratório, alguns indivíduos não conseguiam se adaptar à geografia, ao clima e ao tipo de trabalho que deveriam desenvolver na nova localidade. No caso dos açorianos, isso não foi diferente: "A imaginação da imigração, como uma promessa de vida melhor, permeia a teia de relação de famílias e amigos que buscam, em território diverso daquele que compõe a sua história, um antídoto contra as mazelas da vida em curso" (MARIANO e DADALTO, 2021, p.28).

Apesar dos benefícios oferecidos pelo Governo, os problemas de adaptação e as promessas não cumpridas geravam descontentamentos que despertavam nos açorianos o desejo de retorno ao arquipélago. Um dos desagrados seria a vinda deles para a Capitania do Espírito Santo, quando na verdade, a eles foram prometidos terrenos nas Capitanias de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além disso, outras questões acentuaram ainda mais essa difícil realidade:

> [...] os colonos não estavam acostumados a trabalhar sob sol ardente dos trópicos, e cometeram, logo ao chegar, a imprudência de formar arrozais nos alagadiços, próximos de suas moradias. Muitos homens adoeceram e morreram. As mulheres foram menos sacrificadas; saíam menos que os maridos, e assim não tiveram as mesmas ocasiões de beber águas más, e nem iam aos lugares pantanosos [...]. Assim que viram morrer alguns patrícios, os ilhéus se apavoraram e pretenderam retirar-se. A isto, o governador se opôs, alguns fugiram, mas foram trazidos à força armada para Viana; quando de minha viagem, era ainda proibido aos novos colonos irem estabelecer-se em outra parte [...] (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 109).

Conforme observamos nos relatos, a subsistência dessas pessoas implicava numa rápida adequação a esse novo território. Entretanto, isso não ocorreu. Essa informação também pode ser confirmada por meio dos relatos oficiais do governo:

> [...] mas os suplicantes e todos os outros novos Colonos, que vieram das Ilhas dos Açores, têm sentido notável alteração, não estando ainda bem aclimatados: que o perigo, que temem do Gentio é o que geralmente temem todos os Lavradores desta Província e que tendo o Estado já feito considerável despesa com esses estabelecimentos, que tão pouco frutíferos têm sido, porque além destes novos colonos não se terem ainda acostumado ao trabalho da cultura destas terras, muitos / como talvez os Suplicantes / foram tirados de classes, que não eram agricultoras, e por isso tanto mais estranho lhes tem sido o manejo rural; não parece dever-se dar aos Suplicantes novos estabelecimentos, e mantenças à custa do Estado. Eles já têm faculdade de mudarem de estabelecimento quando quiserem, e venderem as terras, cabanas, e utensílios, que se lhes têm prestado pela caixa da Polícia. Com esse produto é que os Suplicantes se devem novamente estabelecer: e se o Estado lhes continuar ajudas de custo, nenhum outro deixará de a requerer, visto que os motivos são gerais (Ofício de onze de junho de 1822, da Junta Governativa ao ministro José Bonifácio. In: Gov. ES, II).[17]

O ofício em questão, datado de 1822, indica que os açorianos ainda não estavam adaptados e que o investimento do Estado nesses estabelecimentos não teve o retorno esperado. Ainda, o documento justifica que os açorianos não tinham manejo rural, porque pertenciam a classes sem experiência com a agricultura.

No relatório, também havia a orientação de que o Estado não distribuísse novas terras e outros benefícios aos imigrantes açorianos instalados em Viana, justificada pelo fato de que, à época da chegada, eles já tinham adquirido o direito de vender as terras e os pertences recebidos do governo. Dessa

16 No caso específico dos açorianos, convém ressaltar que, antes de serem encaminhados ao Brasil, eles habitavam ilhas oceânicas, com temperaturas amenas, clima temperado, habituados à prática da pesca de baleia e à agricultura como formas de sustento.

17 OLIVEIRA, José Teixeira. 2008, 293, nota VIII.

forma, poderiam aplicar esses recursos na compra de outras propriedades. Esse pedido de suspensão de benefício aos açorianos estaria pautado numa possível solicitação de novos auxílios ao governo por parte dos imigrantes de outras nacionalidades, tendo em vista que eles também estavam enfrentando dificuldades similares.

Para analisar a imigração açoriana no Espírito Santo, as principais fontes são provenientes de documentos oficiais, referentes à administração da Capitania no início do século XIX. Dessa forma, foram consultadas as fontes históricas pertencentes ao acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)[18]. O recorte temporal utilizado encontra-se entre os anos de 1808 a 1819, tendo em vista os acontecimentos ocorridos entre a chegada da Família Real ao Brasil e o final do período em que Francisco Alberto Rubim esteve à frente do governo da Capitania do Espírito Santo.

Uma das correspondências analisadas nesse acervo foi encaminhada por D. João,[19] em 23 de abril de 1813, e trata sobre o acompanhamento do mapa da povoação da Capitania do Espírito Santo (Figura 2)[20]. Na época, a informação prestada pelo governo local estimou que a população estivesse em torno de 18.807 almas, entretanto, esse número foi questionado pelo príncipe regente. A justificativa apresentada para essa discordância seria uma falta de exatidão na confecção do referido mapa que, possivelmente, não havia contabilizado a população de outras vilas do território capixaba. Para finalizar, ele concluiu que a Capitania iria crescer pelos "Casaes de Ilheos", ou seja, pelas famílias açorianas que ultimamente haviam se estabelecido na localidade.

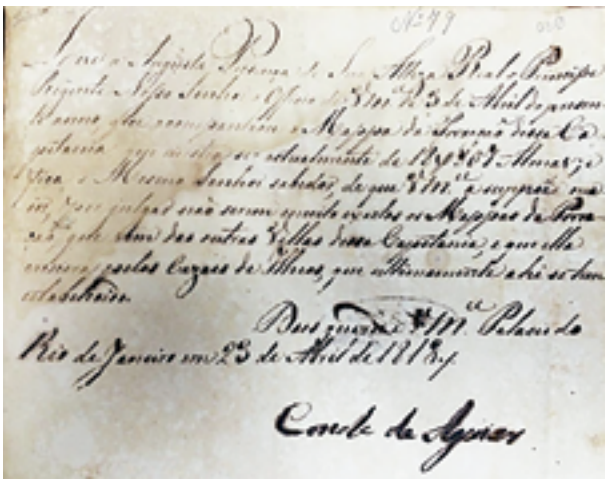


Figura 2 - Correspondência enviada ao governador Rubim em 23/04/1813. Fonte: APEES. Fundo Governadoria, Série Accioly, livro 2. Correspondências e atos do príncipe regente.

Outro documento da Série Accioly que merece destaque é uma correspondência endereçada ao governador Rubim, em 04 de dezembro de 1813, sobre o envio de açorianos à Capitania do Espírito Santo[21]. Em sua inicial, consta a indicação do nome do navio e do mestre da embarcação pela qual eles foram transportados: "Pela Laura Victória, Mestre Manoel Thomé [...]". O documento relata o envio de seis "Casaes de Ilheos", totalizando 23 pessoas.

18 Entre os documentos do APEES acessados e selecionados para esta pesquisa, ressalta-se os pertencentes às Séries Accioly, 751 e Novas Séries, alocados no Fundo Governadoria. Na Série Accioly (caixa nº 2), analisa-se, principalmente, as correspondências expedidas por D. João, o Príncipe Regente, e recebidas pelo governador Francisco Alberto Rubim entre os anos de 1813 e 1817, relacionadas à vinda e à instalação de açorianos no Espírito Santo.

19 Entre os documentos do período, era comum encontrar correspondências expedidas pelo Príncipe Regente e assinadas pelo Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho). Ele fazia parte do 1º Gabinete do Príncipe Regente no Brasil e era o responsável pela pasta de Negócios Estrangeiros e da Guerra. O Conde de Linhares possuía uma relação íntima com o governador Rubim (BITTENCOURT, 2008, p. 20).

20 Transcrição do documento: "Lavrei a Augusta presença de Sua Alteza Real e Princípe Regente Nosso Senhor o ofício de V. Mde. [Vossa Majestade] de 3 de Abril do presente anno, que acompanhou o Mappa da Povoação dessa Capitania que mostra ser actualmente de 18.807 Almas; e fica o Mesmo Senhor sabedor, de que V. Mde. a suppõe maior, por julgar não serem muito exactos os Mappas da Povoação que vem das outras Villas dessa Capitania, e que ella crescera pelos Cazaes de Ilheos que ultimamente ahi se tem estabelecido. Deus guarde a V. Mde. Palácio do Rio de Janeiro em 23 de Abril de 1813. Conde de Aguiar".

21 Transcrição do documento: "Pela Laura Victória, Mestre Manoel [ilegível] Thomé, remeto a V. Sª seis Casaes de Ilheos, com 23 pessoas, e consta da relação inclusa, assignada pelo oficial maior da Secretaria desta Intendência Nicolao Viegais de Proença, para serem estabelecidos na conformidade das ordens que se tem expedido a este respeito. A passagem deles junta a [ilegível] pessoa, e os filhos them a idade de 12 annos a 24 menos os [ilegível] que he gratuita, e nesta certeza pode V. Sª mandar pagar ao Mestre a quantia de 66.000 – que tanto importa as referidas passagens. Rio 4 de dezembro de 1813. Ilmo Francisco Alberto Rubim, Gov. da Capitania do Espírito Sto". Fonte: APEES. Fundo Governadoria, Série Accioly, livro 2.

A correspondência citada é acompanhada de uma relação nominal, assinada pelo oficial maior da Secretaria da Intendência Geral de Polícia. O ofício em questão orienta que os açorianos sejam estabelecidos na "conformidade das ordens que se tem expedido a este respeito", deixando subentendido que esse processo já era conhecido pelas autoridades locais. Acrescenta, ainda, que o valor referente às passagens de navio deveria ser pago ao mestre da embarcação.

Ainda, há uma lista junto à correspondência que recebe o título de "Rellação de Casaes de Ilheos que vão para a Capitania do Espírito Sto na Laura Victória do Mestre Manoel Thomé". Tal anexo detalha os dados de cada família encaminhada, como os nomes, idades e os graus de parentesco. O documento é composto por duas páginas, sendo que, constam os dados de três famílias, totalizando dez pessoas[22].

Além da Série Accioly, também foram analisados os livros da Série 751, na qual consta a matrícula dos Ilhéus situados na Povoação de Viana, que contém os dados acerca das famílias açorianas que aportaram no Espírito Santo de 1812 a 1814[23]. A partir das informações apresentadas nessa fonte, foram criadas três tabelas com informações sobre esses imigrantes, agrupadas de acordo com o ano de chegada.

As informações compiladas nestas tabelas simplificadas trazem dados referentes aos sobrenomes dos açorianos, à quantidade de pessoas em cada família e à data de entrada à Capitania do Espírito Santo. Em 1812, entre 28 de novembro e 12 de dezembro, desembarcaram cerca de 31 pessoas[24], conforme Tabela 1. Vale destacar que essa leva de imigrantes chegou antes da fundação do povoado de Viana.

Família	Data de chegada	Número de integrantes
Cardos	28/11/1812	04
Freitas	12/12/1812	05
Jose	12/12/1812	06
São José	12/12/1812	03
José	12/12/1812	05
Rabello	12/12/1812	03
Silva	12/12/1812	03
Souza	28/11/1812	02
	Total	**31**

Tabela 1 - Famílias açorianas que chegaram ao Espírito Santo no ano de 1812. APEES. Fundo Governadoria, Série 751, livro 17. Livro de Matrícula dos Ilhéus (1812-1814).

No ano seguinte, entre os dias 12 de fevereiro e 27 de dezembro de 1813, desembarcaram no Espírito Santo 29 famílias açorianas, totalizando 148 pessoas[25]. A Tabela 2, a seguir, organiza esse contingente por sobrenome de família, data de chegada e número de integrantes por família:

Por sua vez, a Tabela 3, a seguir, apresenta os dados relativos às famílias de imigrantes açorianos que chegaram à Capitania do Espírito Santo no ano de 1814, que apontam a chegada de 12 famílias, no período compreendido entre 17 de janeiro e 14 de março, totalizando 66 pessoas[26].

Após a análise das Tabelas 1, 2 e 3 apresentadas, chegamos a um quantitativo de 245 imigrantes, oriundos de 47 famílias diferentes. Em média, os núcleos açorianos eram compostos por poucos membros, salvo raras exceções. Um dado interessante é a presença de agregados em alguns casos: três em 1812, cinco em 1813, e oito em 1814.

22 Conforme o documento, entre os imigrantes açorianos listados, estão: Luiz Barboza (41 anos), sua mulher Anna Jacinta (23 anos) e seu filho Manoel (4 anos); Antonio Lopes (33 anos), sua mulher Maria de Jesus (24 anos) e seus filhos, Margarida (5 anos) e Antonio (9 meses); João da Costa (25 anos), sua mulher Francisca do Espírito Santo (25 anos) e sua filha Roza (2 anos).

23 APEES. Fundo Governadoria, Série 751, livro 17.

24 Dessas 31 pessoas, temos um quantitativo de 13 homens (7 chefes de família, com idade entre 23 e 73 anos, e 6 crianças - menores de 18 anos) e 18 mulheres (9 esposas com idade entre 24 e 48 anos e 9 crianças – menores de 18 anos). Em suma, são oito famílias diferentes, com a existência de três agregados numa mesma família.

25 Desse quantitativo, 30 eram homens adultos e chefes de família, na faixa etária entre 23 e 55 anos. Enquanto 28 eram mulheres casadas, com idades entre 24 e 48 anos. Em meio às crianças, havia 42 meninos e 48 meninas.

26 Desse contingente, 31 eram homens e 35, mulheres. Entre os homens, constavam 18 crianças e 13 chefes de família com idade entre 22 e 50 anos. Entre as mulheres, 23 eram crianças e 12 delas, esposas com idade entre 17 e 49 anos.

Família	Data de chegada	Número de integrantes
Andrade	10/02/1813	03
Antonio	15/03/1813	02
Barcellos	28/03/1813	08
Bitancurt	15/03/1813	03
Borges	28/03/1813	04
Cabral	12/02/1813	04
Correa	28/03/1813	09
Costa	15/03/1813	03
Costa	28/03/1813	07
Costa	27/12/1813	03
Costa	27/12/1813	04
Costa	27/12/1813	05
Evangelho	28/03/1813	06
Gonçalves	28/03/1813	02
Gonsalves	28/03/1813	07
Joaquim	12/02/1813	04
Lopes	27/12/1813	04
Louro	28/03/1813	04
Luis	28/03/1813	04
Machado	28/03/1813	04
Medeiros	12/02/1813	04
Medeiros	12/02/1813	04
Medeiros	27/12/1813	04
Mello	28/03/1813	12
Pacheco	28/03/1813	03
Silveira	15/03/1813	05
Souza	28/03/1813	10
Souza	28/03/1813	10
Velho	28/03/1813	06
	Total	**148**

Tabela 2 - Famílias açorianas que chegaram ao Espírito Santo no ano de 1813. APEES. Fundo Governadoria, Série 751, livro 17. Livro de Matrícula dos Ilhéus (1812-1814).

Família	Data de chegada	Número de integrantes
Andrade	17/01/1814	03
Almeida	17/01/1814	03
Cordeiro	17/01/1814	05
Furtado	17/01/1814	06
José	17/01/1814	07
Lima	07/03/1814	08
Machado	17/01/1814	02
Maia	07/03/1814	03
Medeiros	17/01/1814	03
Pereira	07/03/1814	07
Pimentel	14/03/1814	04
Ponte	17/01/1814	05
Rodrigues	17/01/1814	10
Soares	**Total**	**66**

Tabela 3 - Famílias açorianas que chegaram ao Espírito Santo no ano de 1814. APEES. Fundo Governadoria, Série 751, livro 17. Livro de Matrícula dos Ilhéus (1812-1814).

No Gráfico 1, a seguir, apresenta-se a evolução do quantitativo de imigrantes açorianos que desembarcaram na Capitania do Espírito Santo, de acordo com o ano de desembarque, divididos por sexo e faixa etária: homens, mulheres, meninos (indivíduos do sexo masculino, solteiros e menores de 18 anos) e meninas (indivíduos do sexo feminino, solteiras e menores de 18 anos).

O "Livro de matrícula dos Ilhéus situados na Povoação de Viana" é o conjunto documental mais específico que existe sobre os açorianos no estado do Espírito Santo. Suas páginas estão dispostas em formato de tabelas, contendo, cada uma delas, quatro colunas com as seguintes inscrições: data de chegada à Villa (de Vitória), nome, idade e observações que, em alguns casos, foram registradas informações sobre casamentos e óbitos.

Infelizmente, não foram localizados documentos com informações mais detalhadas sobre os açorianos encaminhados ao Espírito Santo, como a proce-

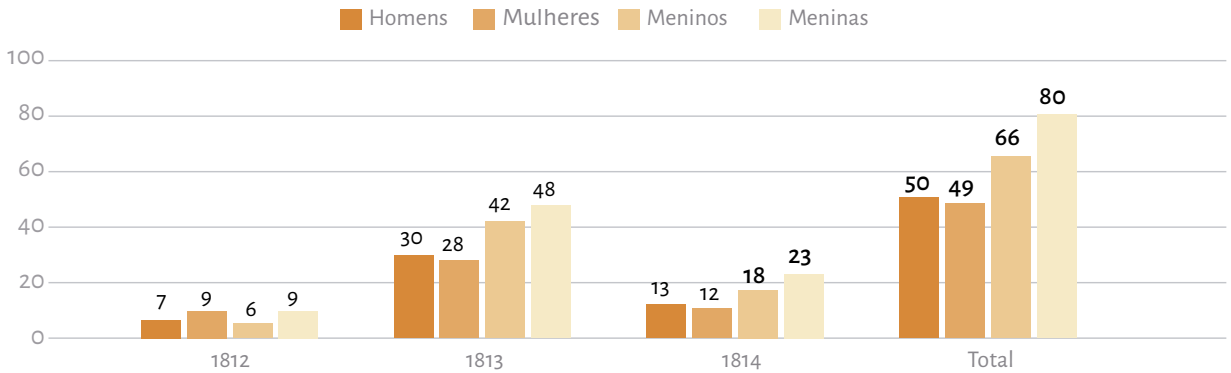


Gráfico 1 - Desembarque de açorianos no Espírito Santo classificados de acordo com ano, sexo e idade. APEES. Fundo Governadoria, Série 751, livro 17. Livro de Matrícula dos Ilhéus (1812-1814).

dência dos imigrantes em relação à Ilha de origem[27] e a indicação dos navios[28] e portos pelos quais eles embarcaram ou desembarcaram, tanto nos Açores, quanto em outras capitanias do Brasil.

No caso específico da família Furtado, estabelecida no Espírito Santo a partir de 17 de janeiro de 1814, chegaram, nessa leva, cinco pessoas: Antônio Furtado e sua esposa Maria Joaquina, ambos com 43 anos de idade, e os três filhos: Caetano (18 anos); José (14 anos) e Joana (9 anos).

As observações sobre a família Furtado apontam para a morte de três de seus cinco membros, pouco tempo depois de chegarem à Capitania. A esse respeito, o livro de registro traz informações de que Antônio Furtado faleceu no hospital, em 15 de abril de 1814, e Maria Joaquina faleceu na Povoação de Viana, em 27 de maio de 1814. Ou seja, menos de um mês após a morte de seu esposo. Além do casal, Joana, a filha caçula, foi a óbito no ano seguinte, em 03 de agosto de 1815.

Assim que chegavam à Povoação de Viana, as famílias açorianas eram assentadas em pequenas casas e recebiam terras para cultivar. A documentação oficial indica que os açorianos foram instalados em Viana a partir do ano de 1813, entretanto, as sesmarias, as casas e os demais benefícios somente foram oficializados com a promulgação da Carta Régia de 17 de janeiro de 1814.

A citada Carta Régia oficializou a doação das sesmarias, indicava as culturas mais convenientes, bem como regulamentava o uso e o comércio de madeiras. Por fim, estabelecia que os açorianos e demais colonos encaminhados posteriormente à Capitania do Espírito Santo pudessem demarcar seus terrenos, sem qualquer despesa, caso fosse reconhecida a impossibilidade de custeio por questões de pobreza. Além de terras e isenção de impostos, consta que os açorianos receberam algumas cabeças de bois para auxiliá-los nesse processo inicial de instalação.

Ao final do livro de matrícula dos Ilhéus, encontra-se outro documento relevante para o processo de instalação dos imigrantes açorianos: a "Relação dos números e dos donos das casas dos Ilhéus que se acham situados na nova Povoação de Viana[29]". Emi-

27 Sobre a indicação das ilhas de onde partiram os imigrantes açorianos encaminhados para Viana, registrou Wied-Neuwied (1989, p. 146): "cerca de quarenta famílias, que vieram dos Açores, sobretudo da Terceira e São Miguel, e algumas poucas de Faial".

28 Nesta pesquisa, buscou-se analisar um documento sobre a chegada de 23 imigrantes ao Espírito Santo por meio do Navio "Laura Victoria", no ano de 1813. Entretanto, essa informação não constava do Livro de Matrícula dos Ilhéus e, sim, de uma correspondência enviada pelo Príncipe Regente ao governador da Capitania. Trata-se de uma viagem entre a Capitania do Rio de Janeiro e a do Espírito Santo e, dessa forma, o nome do navio e o porto de origem (nos Açores) continuam desconhecidos.

29 O citado documento, composto por seis páginas, relaciona a localização dos terrenos doados aos açorianos, dividindo-os em sete regiões: Nova estrada de Pimentas - lado Norte (20 assentamentos); Nova estrada de Pimentas - lado Sul (6 assentamentos); Nova estrada da Margem do Rio Santo Agostinho - lado Leste (9 assentamentos); Nova estrada de Parobas - lado Sul (11 assentamentos); Nova estrada de Parobas - lado Norte (2 assentamentos); Nova estrada de Parobas - lado leste (2 assentamentos); Sítios Novos (5 assentamentos).

tido por autoridades locais, esse documento, datado de 17 de outubro de 1815, serviu como uma primeira regulamentação da posse dos terrenos, já autorizada pelo Príncipe Regente, através da promulgação da Carta Régia de 17 de janeiro de 1814.

Além da distribuição de terras aos açorianos, a relação indica que o padre capelão da povoação e o cirurgião também foram beneficiados e receberam suas próprias sesmarias. Informações acerca das sesmarias também foram encontradas em outros documentos do APEES, mais especificamente no livro nº 88 da série "Novas Séries" (período de 1814 a 1828), também pertencente ao "Fundo Governadoria". Esse material está organizado em formato de livro e traz, em sua abertura, a seguinte informação: "Registro Geral das Cartas de Confirmação de Sesmarias dos Ilhéus estabelecidos na Povoação de Vianna".

Os documentos constantes possuem um nível maior de detalhamento, se comparado à "Relação dos números e dos donos das casas dos Ilhéus que se acham situados na nova Povoação de Viana", analisados anteriormente. Os registros incluem informações que vão além da localização das terras, conforme pode ser observado na transcrição a seguir:

> Sesmaria de Caetano Furtado. Francisco Alberto Rubim, Capitão de Fragata da Armada Real, Coronel de Infantaria de Milícias, Presidente da Junta da Real Fazenda e Governador desta Capitania do Espírito Santo, faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem que tendo-me sido remetidas por via de Paulo Fernandes Vianna, Intendente Geral de Polícia da Corte do Reino do Brazil, vários Casaes de Ilheos vindos das Ilhas dos Açores para se estabelecerem na sede da Capitania no exercício da Agricultura fornecendo-lhes não só terras que possam cultivar em seu benefício mas os instrumentos e sementes [...].[30]

Os registros das sesmarias foram organizados em formato de livro, entretanto, muitas de suas páginas encontram-se manchadas, dificultando a leitura e a transcrição. O texto que antecede as inscrições de terras é uma reprodução adaptada da Carta Régia de 17 de janeiro de 1814, onde constam os benefícios recebidos pelos açorianos, como: casa, gado, mesada e isenção de impostos, bem como as orientações para a demarcação e a utilização dos terrenos.

Em síntese, a documentação oficial que trata da demarcação das sesmarias atesta que a vinda de açorianos para o Espírito Santo, com o intuito de colonizar o Sertão de Santo Agostinho, ocorreu no período entre 28 de novembro de 1812 e 14 de março de 1814. Além disso, aponta que os terrenos estavam localizados essencialmente em três regiões: às margens do Rio de Santo Agostinho e ao longo das Estradas de Perobas e de Pimentas, ou seja, nas proximidades da sede de Viana (atualmente Centro de Viana).

Após a instalação dos colonos na localidade, foi dado início à construção da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. Entre as memórias estatísticas, escritas pelo governador Rubim, a de número 13 indica que "Em quinze de dezembro de 1815 lançou o governador Francisco Alberto Rubim a primeira pedra para a edificação da igreja na povoação de Viana, que dedicou a Nossa Senhora da Conceição [...]"[31].

Construída no alto de uma colina, a edificação, que ocupa posição de destaque na região, ainda se apresenta como uma das principais referências do patrimônio histórico e cultural de Viana e, também, do estado do Espírito Santo[32]. Para as obras desse templo, muitos dos materiais "eram transportados por meio fluvial, através dos Rios Jucu, Jacarandá e finalmente o Santo Agostinho até o porto de Viana, que se localizava na encosta do morro atrás da Igreja" (PIMENTEL, 2008, p. 175).

30 APEES. Fundo Governadoria, Novas Séries, livro 88. Cartas de Sesmarias, 1814-1828.

31 RUBIM, Francisco Alberto. Memórias para servir à história até o anno de 1817, e breve notícia da estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil, escriptas em 1818, e publicadas em 1840 por hum capixaba. Lisboa: Na imprensa Neveziana, 1840, nº 13.

32 A Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição foi tombada pelo Conselho Estadual de Cultura em 15/03/1983; Processo nº 06655459/93; Resolução n.03/1983 – CEC – inscrita no Livro do Tombo Histórico sob o n.30, à folha 04.

Na fachada da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, encontra-se uma lápide com a seguinte informação: "Estando no Brasil o Príncipe Regente Sr. D. João, sendo intendente geral de polícia Paulo Fernandes Viana, governador desta capitania Francisco Alberto Rubim, no ano de MDCCCXVI". De acordo com Balestrero (2012, p. 131), essa lápide assinala uma época de grande relevância na história de Viana e também do Espírito Santo, pois, durante o governo de D. João VI, do intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana e do governador Rubim, foi possível alavancar o desenvolvimento da Capitania.

Em 24 de junho de 1816, foi celebrada a primeira missa e, em 22 de março de 1817, a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição foi finalmente inaugurada. Meses depois, em 1º de dezembro, "a igreja foi elevada à Curato, com capelão efetivo pago pelos cofres da Intendência, e à paróquia pela Resolução Régia de 1820" (BALESTRERO, 2012, p. 135).

Nessa época, o governador Rubim passou a residir em Viana, numa casa de campo construída ao lado da igreja[33]. Essa casa abrigou o intendente geral de polícia, Paulo Fernandes Viana[34], quando esteve na localidade por ocasião da festa de inauguração da Igreja Matriz.

O templo católico, marco religioso e cultural da presença açoriana no Espírito Santo, abrigou a realização da primeira Festa do Divino Espírito Santo em Viana, em de julho de 1817, meses depois de sua inauguração (BALESTRERO, 2012, p. 116), por iniciativa dos imigrantes açorianos instalados na localidade. O grupo em questão era formado por aproximadamente 250 pessoas que, além de compartilharem o mesmo sonho de ascensão socioeconômica, permaneciam unidos por meio de suas crenças e tradições culturais.

Tal evento ainda é realizado na cidade de Viana e está entre as mais antigas e tradicionais festas do catolicismo popular do estado do Espírito Santo. Trata-se de uma celebração bicentenária com forte simbolismo, marcas da herança religiosa e cultural da imigração açoriana. Com duração de cerca de uma semana, seu script ritual (missas, procissões e novenas) acontece na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, enquanto suas atividades externas (quermesses, apresentações culturais, leilões, e eventos comunitários) se desenrolam no entorno.

A celebração do Divino Espírito Santo permite que os envolvidos construam laços de sociabilidade enquanto estabelecem momentos de fé e solidariedade. Na atualidade, a Festa em Viana continua respeitando uma estrutura ritual que remete às origens açorianas, coexistindo com influências da cultural local em seu conjunto cerimonial. Graças ao empenho conjunto da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, da comunidade local e do poder público municipal, o evento tem sido preservado e comemorado ao longo das gerações, por meio de memórias afetivas herdadas no ambiente familiar, reforçadas no meio religioso.

Objetivando-se a adaptação individual e/ou coletiva no novo território, os imigrantes, de uma forma geral, costumam incorporar elementos que destaquem a permanência de sua origem, fortalecendo-os na condição identitária de grupo, quer seja na língua, culinária, gestualidade, religiosidade, música e dança.

Em Viana, essa celebração festiva se estabelece como uma tradição religiosa ou, ainda, como uma herança cultural, cujo a origem remete aos processos imigratórios da chegada de estrangeiros ao solo espírito-santense, durante o início do século XIX. Para além de uma herança, ela se apresenta como traço de resistência cultural daqueles que atravessaram o Atlântico em busca de novas oportunidades de vida, carregando consigo memórias afetivas, visando amenizar a dor causada pela saudade da terra natal.

33 "O governador começara a construir uma igreja em Santo Agostinho, não longe de Coroaba (fazenda vizinha), razão por que estava residindo nesse lugar. Existe aí um posto militar de guarda contra os selvagens, nessa época, os soldados estavam ocupados em abrir uma estrada para Minas Gerais, para onde já viajara um oficial, por ordem do governador, a fim de abrir caminho através das matas" (WIED-NEUWIED, 1989, p. 146).

34 De acordo com Balestrero (2012, p. 136), durante o período em que Paulo Fernandes Viana esteve à frente da Intendência Geral de Polícia, foram realizadas várias obras na povoação de Viana, todas elas custeadas com os recursos da Corte. Além da igreja e da casa de campo do Governador, o Intendente também foi o responsável pela construção do cemitério, pelas casas dos colonos e pelas casas do padre e do cirurgião.

Referências - Fontes documentais

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Carta de Sesmarias – Período 1814 a 1828.** Vitória, [182-]. [Fundo Governadoria. Série Novas Séries Documentais. Caixa 088].

_____. **Correspondência e atos do Príncipe Regente – Governo do Reino entre os anos de 1813 a 1817.** Vitória, [181-]. [Fundo Governadoria. Série Acciolly. Caixa 002].

_____. **Fundo Governadoria (data-limite: 1770-1950):** Série Accioly, Novas Séries, Série 751 livros e Série Correspondências.

_____. **Livro de Matrícula dos Ilhéus situados na Povoação de Viana entre os anos de 1812 a 1814.** Vitória, [181-]. [Fundo Governadoria. Série 751. Livro 17].

_____. **Projeto Imigrantes Espírito Santo** – APEES. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/imigrantes>. Acesso em: 20 de jul. 2015.

Bibliografia

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **Subsídios para o estudo da geografia e da história do município de Viana**. 2. Ed. Viana - ES: Ed. JEP Gráfica, 2012. Primeira edição em 1951.

_____. **O Povoamento do Espírito Santo: a marcha da penetração do território.** 2. Ed. Viana - ES: Ed. JEP Gráfica, 2012. Primeira edição em 1976. 300

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **Esforço industrial na República do café: o caso do Espírito Santo – 1889/1930.** Vitória, FCAA, 1982.

_____. A Transmigração da corte e sua influência no desenvolvimento do Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.** Nº 62 – Vitória, 2008.

CARVALHO, E. F. **Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790 a 1821).** 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

COUTINHO, D. José Caetano da Silva. **O Espírito Santo em princípios do século XIX.** Trecho dos apontamentos das visitas pastorais de D. José Caetano da Silva Coutinho, Bispo do Rio de Janeiro, correspondente à sua passagem por Vitória durante as visitas que fez ao Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. Vitória: Lei Rubem Braga PMV, 2002.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística.** Vitória: Tipografia Espírito-Santense, 1879.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha.** Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1965.

FRANCESCHETTO, Cilmar. **Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX.** Organizado por Agostinho Lazzaro. Coleção Canaã, Volume 19. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil.** São Paulo: Editora 34, 2012.

LEMOS, Nathalia Gama. Paulo Fernandes Viana, o Intendente-Geral de Polícia na corte joanina (1808-1821). **Revista Eletrônica Cadernos de História,** vol. VI, ano 3, n.º 2, dezembro de 2008.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista Saúde Pública.** São Paulo, 8 (supl.): 49-90, 1974.

MARIANO, Fabiene Passamani. **Patrimônio e Memória: o Divino em Viana do Espírito Santo.** Dissertação de Mestrado em Artes. Universidade Federal do Espírito Santo, 2012.

MARIANO, Fabiene Passamani. **A Festa do Divino em Viana no século XXI: memórias afetivas na construção de uma açorianidade capixaba.** (Tese - Doutorado em História). Vitória, Ufes, 2019. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_8701_FABIENE%20Tese%20vers%E30%20Novembro%20%282%29.pdf

MARIANO, Fabiene Passamani, DADALTO, Maria Cristina . O Percurso Invisível de Açorianos no Brasil do Século XIX. **Revista del CESLA** [en linea]. 2021, 27( ), 49-74[fecha de Consulta 19 de Noviembre de 2024]. ISSN: 1641-4713. Disponible en: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243368478004.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo.** Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo.** 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PIMENTEL, Marcus Benatti Antonini Rangel. Os Açorianos na Capitania do Espírito Santo e a fundação da Povoação de Viana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.** Nº 62 – Vitória, 2008.

RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir à história: até o ano de 1817 e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil.** Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840.

SAINT-HILAIRE. Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce.** Belo Horizonte, 1974.

VIANA, Paulo Fernandes. Abreviada Demonstração dos Trabalhos da Polícia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** 55 parte I (1892); p. 373-380.

VIANA em muitos olhares. [Viana, ES]: Prefeitura Municipal, 2008. p.73.

WIED-NEUWIED, Maximiliano, Príncipe de. **Viagem ao Brasil.** Belo Horizonte, 1989.

ARTIGO

AS TRADIÇÕES DOS POMERANOS EM PERSPECTIVA: LÍNGUA, VENDEIROS E MAGIA

Cione Marta Raasch Manske

Professora da Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo. Doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Integrante do Laboratório de Estudos do Movimento Migratório.

Maria Cristina Dadalto

Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutora em Ciências Sociais. Coordenadora do Laboratório de Estudos do Movimento Migratório.

Resumo

Este artigo pretende identificar os fatores que contribuíram e permanecem contribuindo, para a presença da língua pomerana e da magia na constituição da tradição dos imigrantes pomeranos e de seus descendentes no Espírito Santo. Almejando destacar a relevância das famílias e dos vendeiros nesse movimento, recorremos à história dos pomeranos e descendentes na Pomerânia, após a imigração e a atualidade. Para análise, utilizaremos as fontes bibliográficas, a história oral e a história de vida como opção metodológica.

Palavras-chave: pomeranos; tradições; língua; vendeiros; magia

Abstract

This article aims to identify the factors that have contributed, and continue to contribute, to the presence of the Pomeranian language and magic in the constitution of the tradition of Pomeranian immigrants and their descendants in Espírito Santo. In order to highlight the importance of families and vendors in this movement, we turn to the history of Pomeranians and their descendants in Pomerania, after immigration and up to the present day. For analysis, we will use bibliographical sources, oral history and life history as methodological options.

Keywords: Pomeranians; traditions; language; peddlers; magic

Introdução[1]

Os primeiros pomeranos desembarcaram na província do Espírito Santo em 1857 durante o processo de imigração que teve início em meados do século XIX e se prolongou até o final da década de 1950. Provenientes da antiga Pomerânia, região que atualmente se localiza entre a Alemanha e a Polônia, os pomeranos, como também os inúmeros imigrantes do período, tiveram como principal motivo para atravessar o Atlântico o desemprego impulsionado pelo desenvolvimento industrial na Europa e a substituição da mão de obra escrava e a ocupação de áreas devolutas no Brasil.

Em terras capixabas os pomeranos foram enviados, em maioria, à colônia de Santa Leopoldina. Inaugurada com o objetivo de acomodar os imigrantes, Santa Leopoldina foi ocupada inicialmente por suíços seguidos de vários grupos étnicos, com destaque proporcional para os italianos que vieram em grande número a partir da década de 1870. Da colônia, em um movimento de mobilidade que se estende até a atualidade, esses imigrantes e descendentes foram ocupando diversas áreas em todo o território capixaba.

Quanto aos imigrantes pomeranos e seus descendentes, mantiveram no cotidiano algumas tradições que remontam às histórias de suas famílias de um período em que antecede à imigração. Desse arcabouço, destacam-se o uso da língua pomerana e a crença nas forças da natureza. Na Pomerânia, o uso da língua pomerana e a crença nas forças da natureza, após o processo de germanização e cristianização, se mantiveram apenas no seio familiar.

Com o intuito de esboçar alguns fatores que contribuíram, ou que pudessem ir de encontro com o uso dessas tradições no Espírito Santo, propomos neste artigo descrever e analisar o papel da língua, dos vendeiros e da magia entre os pomeranos e descendentes na constituição dessa dinâmica. Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos como fontes, bibliografias, entrevista e história de vida, partes constituintes da história oral, como opção metodológica.

Marc Bloch (1993, p. 152) afiança que a história dos conceitos políticos ou dos sentimentos, além das obras teóricas, devem ser observadas também em certas formas de agir e pensar desveladas pela vida cotidiana. Compreendemos, assim, que entender a cotidianidade dos pomeranos e descendentes por meio do uso da língua e da crença nos possibilita reconhecer a construção da identidade e da diversidade cultural e étnica capixaba.

A língua pomerana, os usos e desusos

Os pomeranos, quando imigraram para o Espírito Santo, eram bilíngues. Falavam as línguas pomerana e alemã. Todavia, até o século XVI, a língua amplamente falada na Pomerânia era a pomerana, apesar do contato com a língua alemã ter sido instituído por saxões a partir do século XII. O uso do alemão foi intensificado a partir de 1530 com a reforma protestante, quando foi ensinado nas escolas e utilizado nas igrejas e repartições públicas (TRESSMANN, 2005, p. 60-61). A ocupação da região por prussianos no século XVII, povo de origem germânica, também contribuiu com que a língua alemã se consolidasse entre os pomeranos.

A ampliação do uso da língua alemã ao longo dos anos, fez com que a língua pomerana fosse perdendo referência na cotidianidade dos pomeranos. No período da imigração para o Brasil, a língua pomerana era utilizada no seio familiar, um dos poucos lugares onde ainda prevalecia, já a língua alemã, usada nas demais atividades. Apesar da imposição do alemão, a língua pomerana se mantinha nos lares motivada pelas famílias, o que denota a relevância da língua para o grupo, condição que permitiu sua permanência entre os pomeranos na vinda para o Espírito Santo.

Após a imigração, um dos primeiros desafios encontrados pelos pomeranos, como também pelos demais imigrantes que chegavam à Santa Leopoldina, foi a compreensão da língua estrangeira. A grande

1 Este artigo tem por base a tese de Doutorado de Cione Marta Raasch Manske, intitulada "A venda pomerana no Espírito Santo: lugar sociopolítico, econômico e identitário" (1857-2021), vinculada à Universidade Federal do Espírito Santo e defendida em 2021.

quantidade de imigrantes que chegavam e a dificuldade na comunicação proveniente do desconhecimento da língua portuguesa por parte dos imigrantes e das línguas estrangeiras pelos capixabas fragilizavam as relações que se formavam na colônia.

A necessidade de entender os administradores locais associado às contradições entre o que os negociadores da imigração informavam na Pomerânia e o que lhes era apresentado após a imigração promoveu uma revolta dos pomeranos em 1873, fato que mereceu destaque do historiador Basílio Carvalho Daemon:

> Em fins de julho deste ano revoltam-se na Colônia de Santa Leopoldina setenta e tantos colonos pomeranos, recusando-se a receber prazos de terras e ameaçando a todos, pelo que foi necessário tomarem-se providências, partindo para ali o próprio presidente Dr. João Tomé da Silva e uma força de linha, o qual lá chegando conseguiu que os mesmos colonos se contivessem e apaziguassem, com o auxílio do respectivo diretor da mesma colônia, que muito fez para esse fim, sendo atendido em suas explicações (DAEMON, 2010, p. 464).

Atenuadas as tensões, os pomeranos foram encaminhados ao interior da colônia, em sua maioria em grupos familiares. Havia ainda indivíduos que imigraram sozinhos. Esses imigrantes galgavam espaços por entre as montanhas e a imensidão da floresta e, à medida que avançavam, iam alcançando os locais indicados para suas terras, que de forma geral eram distantes uns dos outros.

Os pomeranos foram instalados em meio às matas, em uma região quase inabitada e afastada dos demais núcleos de povoamento. O que sobressaía nas áreas de ocupação das famílias pomeranas era o silêncio da floresta, descrito por José Pereira da Graça Aranha como imensamente profundo e sereno que parecia eterno (GRAÇA ARANHA, 2002, p. 35). O silêncio da floresta só cessava mediante as atividades pomeranas.

O isolamento das casas e a dificuldade no que se refere à distância e às adversidades do trajeto e a falta de compreensão da língua portuguesa tornava dispendioso e incomum aos pomeranos irem à sede da colônia, seja para solicitarem serviços vinculados à saúde, à abertura de trilhas nas matas para facilitar o trânsito de pessoas e animais, e mais tarde, de estradas.

A ausência de uma referência nacional no que se refere à saúde ou educação estabeleceu limites entre os pomeranos e descendentes, paralelamente favoreceu a manutenção do uso da língua pomerana e demais tradições que acompanharam o grupo após a imigração (MANSKE, 2015, p. 42). Tais fatos proporcionaram um movimento de reciprocidade no desenvolvimento de atividades consideradas comuns entre os próprios pomeranos, que não viam possibilidade de interação com a população em geral. Ao mesmo tempo, proporcionou casamentos entre integrantes do próprio grupo.

> A sobrevivência dos imigrantes, a extensão de suas clareiras, a organização das trocas, a constituição de coletividades duradouras, o povoamento, a exploração, a administração, tudo exigia e consagrava uma célula de tecidos diferenciados, mas delimitada e protegida por um mesmo invólucro que foi a família, composta, essencialmente, salvo raras exceções, de um casal-tronco e seus filhos. O parentesco e os casamentos reuniriam estes núcleos, estas células semelhantes, por um tecido conjuntivo, ao mesmo tempo, flexível e resistente, reforçando a homogeneidade da estrutura com sua elasticidade, graças a que o povoamento penetrou na terra-de-ninguém tropical e abateu a floresta (ROCHE, 1968, p. 246).

Nas cerimônias festivas dos casamentos, as famílias mantinham outras tradições próprias da Pomerânia, como os grandes banquetes. Apesar de em geral endógamos dentro de seu grupo pomerano, às vezes se casavam com pessoas de outros grupos germanófonos da região, assim eles continuavam reproduzindo esquemas trazidos da Pomerânia em novo

contexto, inclusive na vida religiosa (DROOGERS, 2008, p. 21). Outro elemento a manter a união e endogenia grupal.

Outra ação que reunia os pomeranos era a religiosidade. A grande maioria dos pomeranos eram luteranos e desde as primeiras décadas da imigração a Igreja Luterana enviou pastores da Alemanha para acompanhar o grupo em terras capixabas, o que motivou os cultos, enterramentos e demais atividades religiosas serem regidos na língua alemã.

Além da igreja, os pastores ensinavam a língua alemã nas escolas comunitárias, fundadas pela igreja e mantidas pelos pomeranos e descendentes. Nas escolas comunitárias aprendia-se a língua alemã em livros da igreja luterana que se baseavam nos preceitos religiosos do cristianismo ou em cartilhas, livros com ilustrações, palavras e textos com grafias em letras diferentes, como salienta a figura 1.

Figura 1 – Cartilha em alemão.
Fonte: Acervo de Cione Marta Raasch Manske.

Apesar da motivação da igreja luterana e dos pioneiros da imigração serem bilíngues do alemão e pomerano, as escolas comunitárias não atenderam às expectativas em relação ao uso e ao aprendizado da língua alemã, que foi cada vez menos difundida entre os descendentes, ademais:

> Os pomeranos tinham uma grande dificuldade de expressar-se em língua alemã; o jeito retraído dos pomeranos. O máximo que se podia verificar em termos de vida religiosa eram alguns costumes cristãos, como a realização e devoções diárias, orações à mesa e a leitura de uma prédica dominical em casa. Mas a pergunta era: até que ponto havia conhecimento suficiente para a compreensão daquilo que se lia? Em quase todas as casas era encontrado o Starks Handbuch, um manual de orações. Mas a pergunta era se também essas orações eram entendidas ... O Alemão era uma língua estranha para a geração dos colonos que cresceu falando pomerano (GAEDE, 2012, p. 92).

Somado a isso, o desuso da língua alemã entre os descendentes foi ampliado com a proibição da utilização das línguas estrangeiras a partir da nacionalização das escolas em 1930, no governo de Getúlio Vargas. Manske; Dadalto (2021, p. 11) ressaltam que esse movimento desencadeou prisões, perseguições, imposição da língua portuguesa e a organização de uma educação escolar que tinha por base a língua e a cultura nacionais em todo o país, e no que se refere ao Espírito Santo, a manutenção da língua pomerana no interior do estado mereceu especial atenção governamental.

Entre as ações que reverberavam tal proibição entre os pomeranos e descendentes, destacam-se o fechamento das escolas comunitárias e o uso da língua portuguesa nos cultos e demais atividades da igreja luterana. Em relação à língua pomerana, por ter uso mais efetivo nas residências e em alguns encontros da comunidade, era possível burlar tal imposição e mantê-la.

O papel dos vendeiros na vida pomerana

Figura 2: Venda localizada em Rio Lamego, Santa Maria de Jetibá/ES. Fonte: Acervo de Cione Marta Raasch Manske

Além das famílias, os pomeranos e descendentes que se tornaram proprietários das pequenas vendas que se localizavam na região da colônia de Santa Leopoldina ocupada pelo grupo, se tornaram importantes mantenedores do uso da língua pomerana ao longo dos anos. Devido às dificuldades do percurso até a sede da colônia e o uso da mesma língua, os pomeranos e descendentes optavam pela negociação do que produziam e a aquisição do que necessitavam com os vendeiros locais. A pequena circulação do dinheiro na região, fez com que a comercialização nas vendas tivesse por base o sistema de trocas. Sobre essa forma de negociação Manske (2021) indica que,

Durante a vigência do sistema de troca ou quando o dinheiro era inserido no negócio, mesmo que utilizado por poucos, apesar de agregar vantagens aos vendeiros, eles dependiam economicamente dos produtos agrícolas de seus fregueses, em especial o café. Dependendo do ano, poderia ter uma colheita boa ou ruim. Por sua vez, os produtores endividados se inseriam num círculo vicioso de obrigações econômicas com o comerciante. Diante das questões expostas, há que se ponderar que a interdependência de vendeiros e agricultores foi o elemento motriz que movimentou além do lucro a reciprocidade, ao mesmo tempo, assegurou as relações socioeconômicas da região (MANSKE, 2021, p. 147).

Os vendeiros, em função da necessidade de reabastecimento de suas vendas e de negociarem o que os pomeranos e descendentes produziam, transpunham as dificuldades da via e se deslocavam até Santa Leopoldina. Por outro lado, os comerciantes de Santa Leopoldina utilizavam a língua portuguesa, o que fez com que os vendeiros tivessem que aprendê-la para que pudessem empreender seus negócios.Mesmo com o uso do português, ao retornarem às vendas, os vendeiros optavam por manterem a língua pomerana com os demais membros da comunidade local. A esse respeito, Manske (2021, p. 149) especifica que os vendeiros, por disporem de uma posição social, econômica e política diferente dos demais pomeranos e descendentes, que de forma geral eram agricultores, poderiam ter utilizado a língua portuguesa como recurso de negociação por estarem inseridos num contexto social majoritário, como Santa Leopoldina, ou mesmo Vitória.

Durante o período de proibição do uso de línguas estrangeiras, no governo de Vargas, os vendeiros continuaram conversando na língua pomerana com os demais pomeranos e descendentes. Se por um lado a língua pomerana pudesse trazer tribulações, por outro, era no uso da mesma língua no balcão da venda que o cotidiano da comunidade se desvelava, seja por meio do distanciamento de quem comprava ou vendia, da identificação de quem falava a língua pomerana, ou por meio de informações e confidencialidades que trocavam (MANSKE, 2021, p. 144).

Na atualidade, no interior da antiga colônia de Santa Leopoldina, há inúmeros vendeiros que acionam o português na presença de falantes apenas do português, mas continuam utilizando a língua pomerana tanto no balcão das vendas como em suas famílias. Na figura 2 temos o exemplo da continuidade dessas vendas.

Assim ocorre nas famílias. Por esse motivo, a língua pomerana se tornou referência dos imigrantes e descendentes no Espírito Santo e passados mais de 165 anos da imigração, devido à presença da língua em alguns municípios, onde há incidência de falantes entre as crianças, surgiu a necessidade da criação de uma educação escolar bilingue entre as línguas pomerana e portuguesa, o que motivou a instituição do Programa de Educação Escolar Pomerana (PROEPO). A relevância da língua imigrante, relação que permitiu sua reprodução ao longo dos anos, torna a análise dos fatores que contribuíram para essa constituição uma questão relevante para a história capixaba.

A composição dessa história, no entanto, não se restringe ao uso da língua, temos ainda a configuração da crença. A floresta, a ocupação da colônia e a formação do cotidiano ao longo dos anos também contribuíram para a construção da crença pomerana entre os imigrantes pomeranos e descendentes, questão que descreveremos adiante.

A crença e o uso da floresta

Na colônia de Santa Leopoldina, entre as ações desenvolvidas pelos pomeranos após a ocupação da terra, a edificação da casa e a abertura das áreas de plantio assumiram prioridade. Era o prelúdio de uma relação duradoura que se estabelecia naquela região, a dos pomeranos e descendentes com a floresta e a agricultura. A atividade agrícola era possível mediante o avanço sobre a floresta, que somente recuava mediante a ação organizada das famílias, já os indivíduos isolados iam sendo vencidos por ela (ROCHE, 1968, p. 246).

A proximidade com a floresta trouxe aos pomeranos um conhecimento muito utilizado pela população naquele período, o uso medicinal de ervas no tratamento das doenças, devido à presença médica estar restrita a poucas localidades no Espírito Santo. Renato Pacheco (1994, p. 60) afiança que para o tratamento das enfermidades, os imigrantes usavam os mesmos remédios da medicina folclórica brasileira, com poucas mudanças, condição reafirmada por Domingos Bandeira, um praticante da mesma medicina. A partir desse conhecimento, a floresta, que outrora era um empecilho à ocupação dos pomeranos na colônia, passa a ocupar um lugar de primazia, o de auxílio no tratamento das doenças.

Ademais, a relação dos pomeranos com a floresta em Santa Leopoldina traz à tona uma antiga tradição

que remonta à história dos Wendes, povo de origem eslava que chegou à Pomerânia por volta do ano 600 e deu origem aos pomeranos. Os Wendes eram politeísta e acreditavam em deuses com mais ou menos poderes que se manifestavam por meio da natureza. Os deuses menores eram venerados por meio de animais, florestas e das lagoas existentes na Pomerânia (RÖLKE, 1996, p. 11). Ao longo dos anos, a divinização da natureza vai perdendo adeptos, permanecendo a crença nas forças mágicas encontradas na natureza.

Quase um século depois, quando houve a ocupação da Pomerânia por povos de origem germânica, o luteranismo vai assumir representatividade entre a população e no Estado, em especial no processo de escolarização. Nesse movimento de reordenamento da crença, o luteranismo passa a ser priorizado nos espaços públicos e a crença nas forças da natureza se restringe a outros espaços, em especial ao privado, ao contexto familiar.

Após a imigração, as condições de ocupação da área pomerana na colônia de Santa Leopoldina, onde a floresta assume destaque, a crença na natureza continua sendo reverberada entre as famílias pomeranas. Vale lembrar que a relação da crença do pomerano com a igreja luterana e as forças da natureza não são consideradas únicas, mas complementares, exemplo dessa relação é o que ocorreu com o pastor que veio da Alemanha para atender uma comunidade luterana em que a maioria dos integrantes eram pomeranos:

> [...] O Pastor Friedrich Wilhelm Hasenack, que atuou em Jequitibá no período de 1882 a 1890, sentia-se acuado e era difamado porque, junto com suas funções pastorais, também exercitava suas aptidões na área do tratamento de doenças com plantas medicinais. Por acharem que tal atividade não fazia parte da função pastoral, Hasenack teve sua horta medicinal destruída pelos membros. [...] (GAEDE, 2012, p. 90).

Da relação entre a crença nas forças medicinais e mágicas existentes na natureza surgem entre os pomeranos e descendentes as (os) benzedeiras (os), função reconhecida pelos membros das comunidades. Joana Bahia (2011, p. 144) assevera que as famílias pomeranas sempre recorrem aos benzedeiros, e desde a infância, por quaisquer mudanças observadas na saúde das crianças, as mães procuram as benzedeiras.

Além da crença em benzeções, o luteranismo tem forte presença entre os pomeranos e descendentes. Todavia,

> Os pastores geralmente consideram contradição o fato de os pomeranos, por exemplo, irem de manhã ao culto e à tarde procurar os cuidados da benzedeira. Para o pomerano, no entanto, é possível adotar algumas práticas e instituições separadamente. Um comportamento pode ser entendido pelas lideranças eclesiásticas como contradição e não ser assim interpretado pelos pomeranos (TRESSMANN, 2005, p. 119).

Tendo essa relação imbuída no cotidiano, R. M. (2016), descendente de pomerano que atuou como benzedor em Santa Maria de Jetibá, município que integrou a antiga colônia de Santa Leopoldina explica o uso de ervas extraídas da floresta no trato de enfermidades e no feitio de garrafadas:

> Você quer saber um pouco mais sobre o remédio do mato? Você conhece o ipê rocho, aquele ipê roxo é um grande remédio. É remédio, que serve para câncer, não para todos os cânceres, o chá da casca, para a próstata é grande remédio, para isso e muito mais coisa, o ipê roxo é grande remédio. Esse daqui é o pau pereira, e para coluna, aquele escada de macaco, cipó cravo, aquele escada de macaco, melhor coisa para coluna, têm muitos, mas é o que tem espinho ... Eu tenho muita coisa aqui, eu faço tanto garrafada aqui em Santa Maria toda, e não só daqui, até lá em Cariacica. Muita gente tem o tumor na perna, a erisipela, a perna toda cheia, mas o que é que faz isso, o sangue está sujo e dá aquele tumor, o que é para isso é salsa jacaré, que é ruim para cortar, tem muito espinho, mas é um remédio para lim-

> par o sangue, não tem remédio na farmácia, não tem nada, isso daqui é a melhor coisa. Casca de jatobá, serve para não operar de apendicite, se dar dor, cozinha logo e toma logo chá, cura na hora ... a camomila branca serve para dor de barriga (R. M., 2016).

O cipó escada de macaco, citada por R. M. (2016), pode ser identificado na figura 3:

Além da transmissão oral do conhecimento, um dos fatores que pode ter contribuído para a aquisição e o reconhecimento das ervas pelo benzedor é a localização de sua residência: "eu moro lá em cima na mata" (R. M., 2016). Assim como os pioneiros, a presença da floresta reverbera uma proximidade e uma história que acompanha os imigrantes pomeranos e seus descendentes.

RÖLKE (1996, p. 11) acrescenta ainda que a adoração aos deuses na natureza entre os Wendes teve como consequência um aumento na crença em superstições, além disso, intensificou-se o respeito e o culto aos mortos. Apontamento que pode ser observado na figura 4 entre os descendentes pomeranos, que a partir da colônia de Santa Leopoldina, se instalaram no norte capixaba.

Evidenciados na figura 4, a atenção aos mortos por meio da presença da família no cemitério, bem como a existência da espada de são Jorge nas sepulturas, planta considerada pelos supersticiosos como protetora, trazem à tona a história dos imigrantes pomeranos e de seus descendentes. Manske; Dadalto (2022, p. 160-161) especificam que as histórias do cemitério são

Figura 3: Cipó escada de macaco.
Fonte: Acervo de Cione Marta Raasch Manske.

Figura 4: Descendentes pomeranos visitando o cemitério
Fonte: KERCKHOFF, Ervin [et. al.]. Pommerland: a saga pomerana no Espírito Santo. Rio de Janeiro: Arquimedes; Vitória, ES: SDC, 2012.i

constituídas a partir das fontes de destituição e construção de crenças e rituais, tecidas nas histórias da imigração e da convivência na Pomerânia e na forma de viver no presente. Assim, desde o convívio dos Wendes, dos pomeranos e descendentes, a crença nas forças da natureza, em benzeções e nos cultos aos mortos se configuram e compõe o que hoje é parte da tradição e da etnicidade dos capixabas.

Considerações finais

Concluímos com essa pesquisa que o uso da língua pomerana e da crença nas forças da natureza e na magia pelos pomeranos e descendentes no Espírito Santo fazem parte da história do grupo desde os primórdios na Pomerânia. Destacamos que as famílias no país de origem, após a imigração e na atualidade, tiveram e mantêm relevância na identificação dos pomeranos e descendentes com a língua pomerana. Apontamos que os vendeiros, pomeranos e descendentes donos de pequenas vendas localizadas onde há maioria de falantes do pomerano contribuíram e contribuem com o uso da língua pomerana junto ao grupo, ao utilizarem essa língua na cotidianidade em seus comércios. Por outro lado, a utilização da língua alemã pela igreja luterana e a proibição do uso da língua estrangeira com a nacionalização das escolas no Governo de Getúlio Vargas constituíram fonte de desuso da língua pomerana.

No que tange à crença nas forças da natureza, em magia, em benzeções, no culto aos mortos e nas superstições, compreendemos que os Wendes e os pomeranos constituíram e os descendentes ainda constroem no Espírito Santo um arcabouço que assegura a presença de cada um desses elementos em meio à crença no cristianismo. Entendemos que em maioria partícipes da igreja luterana, e não havendo o entendimento da crença em magia, nas superstições e nas benzeções pelos membros eclesiásticos, os pomeranos e descendentes consideram essas crenças complementares. Destacamos que essas tradições pomeranas contribuíram e contribuem para marcar o seu lugar de destaque na história capixaba.

Referências bibliograficas

BAHIA, Joana. **O tiro da Bruxa:** identidade, magia e religião na imigração alemã. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DAEMON, Basílio. **1834-1893 Província do Espírito Santo:** sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística / Basílio Daemon; coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves. – 2.ed. – Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DROOGERS André. **Religião, identidade e segurança entre os imigrantes luteranos da Pomerânia, no Espírito Santo (1880-2005).** Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 28 (1): 2008, pp. 13-41.

GAEDE, Waldemar. **Presença luterana no Espírito Santo**: os primórdios da presença luterana no estado do Espírito Santo e a história da Paróquia de Santa Maria de Jetibá. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GRAÇA ARANHA, José Pereira de. **Canaã.** 4ª ed. São Paulo, Editora Ática, 2002.

KERCKHOFF, Ervin [et. al.]. **Pommerland:** a saga pomerana no Espírito Santo. Rio de Janeiro: Arquimedes; Vitória, ES: SDC, 2012.

MANSKE, Cione Marta Raasch Manske. **A venda pomerana no Espírito Santo:** lugar sociopolítico, econômico e identitário (1857-2021). 2021, 232 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2021.

MANSKE, Cione Marta Raasch. **Pomeranos no Espírito Santo:** história de fé, educação e identidade. Vila Velha, ES: Gráfica GSA, 2015.

MANSKE, Cione Marta Raasch; DADALTO, Maria Cristina Dadalto. A educação escolar de pomeranos e descendentes em Santa Maria de Jetibá (ES). **Revista História da Educação,** v. 25, p. 1-30, 2021.

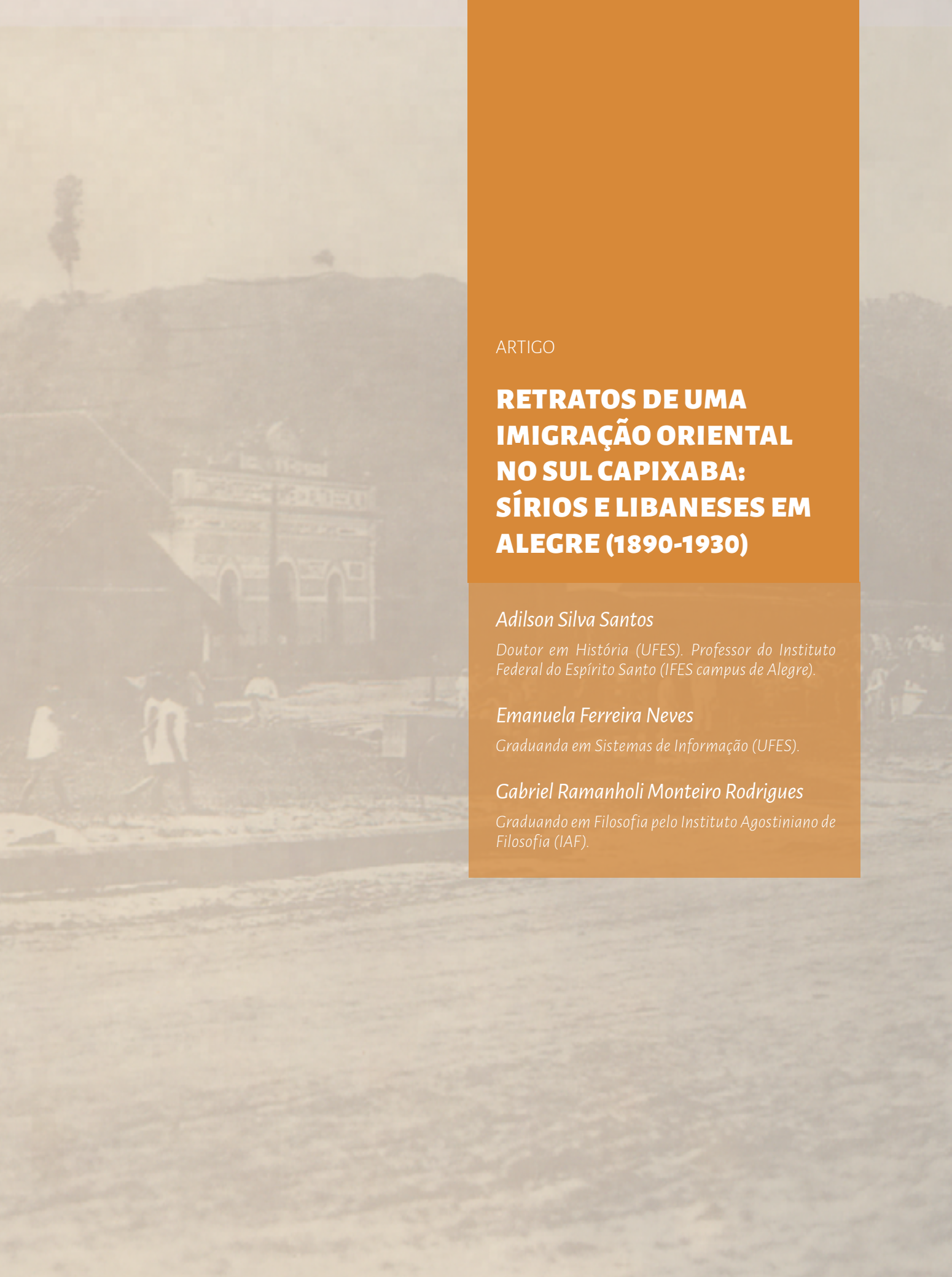
MANSKE, Cione Marta Raasch; DADALTO, Maria Cristina. Cemitério pomerano: rastros socioculturais de uma história imigrante. In: PICCOLI. Bianca Pavan [et.al]. **Identidade em construção:** percursos individuais e coletivos no Espírito Santo. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2022.

PACHECO, Renato, **Estudos Espírito-Santenses. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.** 1994.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Espírito Santo.** Trad. Joel Rufino dos Santos. Difusão europeia do livro da universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

RÖLKE, Helmar. **Descobrindo raízes. Aspectos geográficos, históricos e socioculturais da Pomerânia.** Vitória: UFES. Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.

WAGEMANN. Ernst. **A colonização alemã no Espírito Santo.** Rio de Janeiro, Serv. Graf. IBGE, 1949.



ARTIGO

RETRATOS DE UMA IMIGRAÇÃO ORIENTAL NO SUL CAPIXABA: SÍRIOS E LIBANESES EM ALEGRE (1890-1930)

Adilson Silva Santos

Doutor em História (UFES). Professor do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES campus de Alegre).

Emanuela Ferreira Neves

Graduanda em Sistemas de Informação (UFES).

Gabriel Ramanholi Monteiro Rodrigues

Graduando em Filosofia pelo Instituto Agostiniano de Filosofia (IAF).

Resumo

O artigo objetiva analisar o processo de assentamento dos sírios e libaneses e seus descendentes, entre 1890 e 1930, em Alegre, no sul do Espírito Santo, um dos principais centros econômicos do Estado no período. Dada a franca produção de café, esses imigrantes se fixaram ali e formaram numerosa colônia, com destaque nesta pesquisa para as famílias Aride, Cade e Kede. Metodologicamente, recorreu-se à História Oral e à análise documental de registros de casamento. Entre os resultados, tem-se a reconstrução de memórias que auxiliam na compreensão da trajetória das famílias em questão e da instalação desses imigrantes em Alegre, bem como dados documentais que apontam o casamento interétnico contraído por um terço dos sírios e libaneses, o que reforça a hipótese da exogamia como estratégia de inserção social.

Palavras-chave: Imigração; sírios e libaneses; Alegre; trajetórias; casamento

Abstract

The article aims at analyzing the settlement process of Syrians and Lebaneses and their descendants between 1890 and 1930 in Alegre, south of Espírito Santo, one of the main economic centers of the State at the time. Due to its rising coffee production, these immigrants stood there and formed a numerous colony, having the families Aride, Cade and Kede standing out in this research. Methodologically, it was resorted to Oral History and and data analysis of marriage registries. Among the results, there is the reconstruction of memories which aid in the comprehension of the trajectory of the mentioned families, and these immigrants settlement in Alegre, as well as documented data pointing at interethnic marriages by one third of Syrians and Lebaneses, which reinforces the exogamy hypothesis as strategy to social insertion.

Key-word: Immigration, syrians and lebanese, Alegre, trajectories, marriage.

Introdução[1]

A cidade de Alegre, localizada no sul do Espírito Santo, destacou-se como uma das mais importantes do Espírito Santo do ponto de vista econômico, especialmente durante a Primeira República, por causa do café. A considerável circulação de riquezas na localidade atraiu variados fluxos migratórios, alguns oriundos do Sudeste brasileiro, como mineiros e fluminenses, mas também da Europa e da Ásia. Entre os estrangeiros, sírios e libaneses se destacaram pela característica iminentemente urbana e socioeconômica, com atuação no comércio de secos e molhados, armarinhos, lojas de tecidos etc. Em Alegre, sírios e libaneses foram fundamentais para o desenvolvimento econômico, social e cultural. Contudo, a pequena produção historiográfica sobre o tema destoa de tal importância.

Assim, este artigo analisa o processo de assentamento dos sírios e libaneses e seus descendentes em Alegre, no sul do Espírito Santo, entre 1890 e 1930. Para tanto, visa reconstruir a trajetória de três famílias desses imigrantes: Aride, Cade e Kede. Busca-se reconstituir a memória e a identidade desses indivíduos e de seus descendentes, trazendo à lume os retratos dessa imigração, plasmados no imaginário dos descendentes que, embora brasileiros natos, contribuem para a (re)construção do cotidiano dos seus antepassados imigrantes instalados em Alegre. Para isso, optou-se pelo uso da História Oral, que possibilita dar voz aos excluídos, aos não-ditos, às memórias subterrâneas, conforme Pollak (1989). E mais, procedeu-se à análise documental dos registros de casamento, realizados no período em tela, já que essas fontes permitem verificar as redes de solidariedade e sociabilidade construídas, os aspectos identitários e as estratégias matrimoniais para inserção social.

Sobre a localidade de Alegre

Alegre despontou economicamente no período da Primeira República (1889-1930). No entanto, a formação histórica da cidade liga-se à ocupação da região do vale do rio Itapemirim, inicialmente por mineiros vindos de Mariana e Ouro Preto, motivada pela decadência da mineração, pela fuga de conflitos políticos (PEREIRA, 2012) e pelo interesse nas terras férteis e devolutas do Espírito Santo para o cultivo do café. Sendo assim, a gênese da localidade faz parte do processo de colonização do sul capixaba, cujo fluxo migratório se inicia com, aproximadamente, 72 pessoas, lideradas pelo sargento-mor Manuel José Esteves de Lima, proveniente de Mariana, Minas Gerais (MARINS, 1920). Depois de passar um tempo em terras capixabas, o sargento-mor regressou para Minas Gerais e doou propriedades para membros de sua comitiva, para iniciarem a instalação de fazendas e povoarem a região (MARINS, 1920). Um destes beneficiados foi João Teixeira da Conceição[2].

> Nas terras que recebeu do sargento-mor Esteves de Lima, às margens da estrada para Minas e do ribeirão Alegre, João Teixeira da Conceição [...] logo começou a [...] instalação de sua fazenda. Derrubou matas, implantou cafezais e pastagens, iniciando, assim, a colonização (BRAVO, 1998, p. 15).

O nome da cidade de Alegre é uma referência ao ribeirão Alegre que corta a localidade, nomeado pelos primeiros colonizadores (BRAVO, 1998; FERRAZ, 1986). Se o deslocamento de mineiros foi fundamental para a ocupação e o desenvolvimento da região, a mesma importância tem os fluminenses, dada a "expansão das lavouras de café do norte do Rio de Janeiro" (PEREIRA, 2012, p. 18). Ao longo dos séculos XIX e XX, o desenvolvimento econômico de Alegre esteve ligado ao cultivo

1 Este trabalho resulta de um projeto de Iniciação Científica (PIBIC-JR) desenvolvido no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), campus de Alegre, entre 2020 e 2021, com apoio financeiro do CNPq, intitulado "Retratos de uma imigração oriental no sul capixaba: o caso dos sírios e libaneses em Alegre (1889-1930)".

2 De acordo com Ferraz (1986), João Teixeira da Conceição era natural da Freguesia do Sumidouro, município de Mariana, Minas Gerais. Casou-se com Maria Clara da Silva, em 1845, mas o consórcio não gerou filhos. João Teixeira da Conceição e a indígena chamada Severina Indígena do Brasil tiveram um filho, de nome Pedro Celestino Teixeira da Conceição, que herdou os bens do pai.

do café, que oportunizou a transformação da localidade numa das mais pujantes do Estado.

> A marcha do café é que propiciou, efetivamente, a ocupação das terras capixabas. Naquele momento, meados do século XIX, esgotaram-se as condições de plantio de café [no] Rio de Janeiro e [...] Minas Gerais. [...] a cafeicultura, no Espírito Santo, alcançou a terceira posição no quadro das regiões brasileira produtoras de café (CAMPOS, 1987, p. 68).

Portanto, a disponibilidade de terras[3] e a circulação de riquezas oriundas da produção cafeeira atraíram fluxos migratórios (CAMPOS, 1987), inicialmente mineiros e fluminenses (SALETTO, 1996; ALMADA, 1993). Em 1836, diversas famílias – Ferreira de Paiva, Domingos Vieira, Aguiar Valim, e Nogueira da Gama (BRAVO, 1998) – começaram a se assentar na região, em fazendas que

> [...] se convertiam em ponto e origem para a formação de povoados, que em alguns trechos, com a chegada da ferrovia, teve consolidada a ocupação. [...] Eram comuns os deslocamentos a pé, em carros de bois, lombos de burros e liteiras conduzidas por escravos. Esse movimento nas estradas exigia pousos, abrigos, postos de abastecimento de negócios e alimentos, que podem ser interpretados como locais pioneiros de inúmeras fazendas e povoados (PEREIRA, 2012, p. 30-31).

O crescimento demográfico e econômico contribuiu para que Alegre conquistasse autonomia. A Lei n. 22, de 24 de julho de 1858, elevou Alegre de categoria: Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alegre, nome alterado, em 1869, para Freguesia de Nossa Senhora da Penha do Alegre[4]. Depois, em 03 de abril de 1884, a Lei Provincial n. 18 eleva Alegre à categoria de vila, o que só se concretizou em 06 de janeiro de 1891, pelo Ato n. 564, que garantiu sua autonomia política (BRAVO, 1998). A elevação à categoria de cidade só se deu em 1919.[5]

Durante o século XIX, vários distritos se formaram – Veado, Valla do Souza, Parada Cristal, Wanderley (Santa Angélica), Rio Preto, Pombal (Rive) etc. Do mesmo modo, além de indígenas e de africanos, levas migratórias chegaram especialmente durante a vigência da República – cearenses fugindo da seca, no final de 1889; espanhóis, em julho de 1893[6], vindos de Granada, região da Andaluzia (BRAVO, 1998); imigrantes da República de San Marino, em 1895[7], classificados como italianos; além dos sírios e libaneses que se assentaram e se tornaram grandes comerciantes. Na imagem 1, o exemplo de Miguel Simão[8], que construiu, entre 1925 e 1928, um importante símbolo do poder socioeconômico desses imigrantes em Alegre: o Solar Miguel Simão[9], imóvel tombado pelo patrimônio histórico desde 1998.

Estimulada pela alta produção cafeeira, Alegre reunia grandes firmas exportadoras[10]. A partir de 1887, com a instalação da Estrada de Ferro Caravelas, a cidade contava com transporte ferroviário até o distrito de Pombal (Rive) e, em 1912, o trem chegava à sede

3 Estas terras eram habitadas por indígenas que enfrentaram o colonizador, mas foram, ao longo do tempo, exterminados ou se acomodaram, misturando-se aos demais grupos étnicos.

4 De acordo com Bravo (1998), pela Resolução n. 7, a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo confirmou um ato do Bispado do Rio de Janeiro, que mudava o nome da freguesia.

5 De acordo com Bravo (1998, p. 56), "Em visita à nossa vila, em 21 de novembro de 1919, o presidente do Estado, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, prometeu a elevação da vila à categoria de cidade. O presidente, político e administrador habilidoso, reconhecendo como justa a pretensão do povo alegrense, já em 22 de dezembro, do mesmo ano, elevava à categoria de cidade a vila do Alegre".

6 Para Bravo (1998), eram 103 imigrantes.

7 "Chegaram ao Alegre, no dia 11 de dezembro de 1895, 35 famílias de agricultores provenientes da República de São Marino, com 192 pessoas, sendo mais de 50 menores. Esses imigrantes vieram no vapor 'Las Palmas', da Companhia La Veloce" (BRAVO, 1998, p. 42).

8 Bravo (1998) afirmou que o ano de chegada é 1885.

9 O prédio foi tombado como patrimônio histórico do município de Alegre pelo Decreto nº. 3695/98.

10 Grandes firmas comerciais eram proprietárias de tropas, entre as quais Miguel Simão & Filhos e Jamil Cade & Primo, cujos proprietários eram sírios e libaneses.

Imagem 1: Construção do Solar Miguel Simão (1926)
Fonte: acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alegre (IHGA)

da vila, bem como a Espera Feliz, em território mineiro (BRAVO, 1998). Assim, Alegre atraía para o Espírito Santo parte da produção cafeeira de Minas Gerais, o que, aliado à sua produção e à visibilidade para outras regiões sul capixabas, promovia importante circulação de riquezas. Tal riqueza era investida em símbolos do "progresso e da modernidade" da época, como a luz elétrica inaugurada em 1920 (BRAVO, 1998). Além do transporte ferroviário, as tropas também foram fundamentais para o escoamento da produção cafeeira, já que elas alcançavam regiões produtoras de difícil acesso. Conforme Moraes (1989), Alegre tornou-se um importante centro econômico de convergência de tropeiros no sul do Estado.

A família Aride

A responsável por narrar o itinerário da família Aride foi Zahir Aride Rodrigues da Silva[11], guardiã da memória da família. O primeiro a emigrar para o Brasil foi o seu pai, Yussef Ramade Al Aride, em 1926. Natural da cidade de Baissour, no Líbano, Yussef nasceu no dia 17 de outubro de 1911, filho de Hamad Aride e Zahir Rachid, conforme Imagem 2. Yussef veio sozinho, com 15 anos de idade, apenas. Como era de praxe entre compatriotas, chegando ao Brasil, Yussef precisou aportuguesar seu nome, passando a se chamar José Amado Aride (SILVA, 2021).

Imagem 2: carteira de Identidade de estrangeiro de José Amado Aride
Fonte: acervo de Zahir Aride Rodrigues Silva.

Os pais de José Amado Aride eram fruticultores na cidade de Baissour, onde produziam e comercializam frutas, e o filho ajudava os pais nessa atividade laboral. De acordo com Zahir, o motivo para a vinda de seu pai para o Brasil foi econômico. Provavelmente, Yussef viajou clandestinamente, já que não tinha dinheiro para pagar a passagem. Sua vinda ao Brasil tinha o intuito de conseguir o ouro de que ouvira falar e, em seguida, retornar ao Líbano, conforme narrou sua filha:

> [...] ele estudava em um colégio francês e o pai dele vivia do pomar que eles tinham, pegava aquelas cestas pesadas de fruta e saía para vender e ele achava que era um absurdo ele, um rapaz forte, sendo sustentado pelo pai, que trabalhava num trabalho tão pesado... E aí correu a notícia que aqui no Brasil tinha muito ouro, a ideia dele era vir, conseguir esse ouro e voltar com certeza para lá. Que aqui você andava e

11 Zahir Aride Rodrigues da Silva (doravante SILVA, 2021), em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Emanuela Ferreira Neves e Gabriel Ramanholi Monteiro Rodrigues, no dia 09/06/2021.

> tropeçava em pepita de ouro, era o que... ideia dele. Tanto que com ele veio uma turma de quinze anos, dezesseis, todo mundo atrás desse ouro... Entendeu? [...] Então, o motivo dele não foi religioso, [foi] só econômico (SILVA, 2021).

Campos (1987) já havia observado que os libaneses que se assentaram em Alegre possuíam parentes ou conterrâneos naquela região, o que também se verificou em relação a José Amado Aride. Ele veio sozinho e, primeiramente, assentou-se em Minas Gerais, na região do Caparaó mineiro. Segundo Zahir,

> Eles faziam [...] esse roteiro ali: Caparaó, aí Minas, Manhuaçu, [...] Carangola, Espera Feliz e dali ele chegou, aqui, no Espírito Santo. Espera feliz fica bem ali na divisa. Ele chegou nessa região ali, de Ararai, de Liberdade... Tem uma família, dizia que era padrinho dele, Manuel Felipe. [...] Mas eles viam por ali procurando o Caparaó, que era a região do ouro e por ali [...] estabeleciam pequenos comércios, até chegar em Alegre (SILVA, 2021).

Seguindo o itinerário profissional de muitos sírios e libaneses recém-chegados ao Brasil, José Amado Aride mascateou pelo interior até que, tempos depois, conseguiu abrir seu armazém de secos e molhados, numa localidade chamada, na época, Ararai, conforme a Imagem 3 e os relatos de Zahir:

Segundo Zahir Aride, seu pai "era comerciante mesmo, ele tinha [...] uma loja, em Ararai, de secos e molhados, é... machado, enxada, tudo que na roça vende... Chamava Casa Semita, na região do Caparaó, que era Liberdade. Ararai de hoje" (SILVA, 2021).

Embora solteiro, José Amado não seguiu o mesmo caminho de muitos conterrâneos, de ir ao Líbano para se casar e, depois, retornar ao Brasil. Também não optou pela endogamia, mas por casar-se fora do grupo étnico. Contraiu núpcias com Abigail Louzada Aride, descendente de espanhóis, com quem teve oito filhos: Raffik, Assma, Zahir, Samir, Nadim, Maruf, Chakib e Fátima. Sobre o nome da irmã caçula, que difere da tradição síria e libanesa, Zahir explicou: "foi quando apareceu a Nossa Senhora de Fátima. Apareceram umas irmãs vendendo um livro, minha mãe estava grávida, meu pai comprou um livro e deu o nome a ela de Fátima" (SILVA, 2021). José Amado Aride era druso, isto é, membro de um ramo da religião islâmica, e sua esposa era evangélica, o que não o impediu de dar o nome de uma santa católica a uma das filhas. Aliás, José Amado Aride não mudou de religião durante a vida toda.

> Ele era druso, mas é do ramo do Islamismo. Meu avô era chefe dessa religião, entendeu? Era um dos chefes dessa religião e ele tinha as práticas dele, ele tinha o Alcorão... Aí, uma vez por semana, se eu não me engano era sexta-feira ou quarta-feira, ele se fechava num cômodo da casa, ele tinha que fazer as orações dele [...]. Ajoelhado [para o] lado de Meca, aquela formalidade toda de grande parte das religiões orientais. Não mudou [de religião]. A minha mãe era cristã é... evangélica, praticante, missionária, e ele

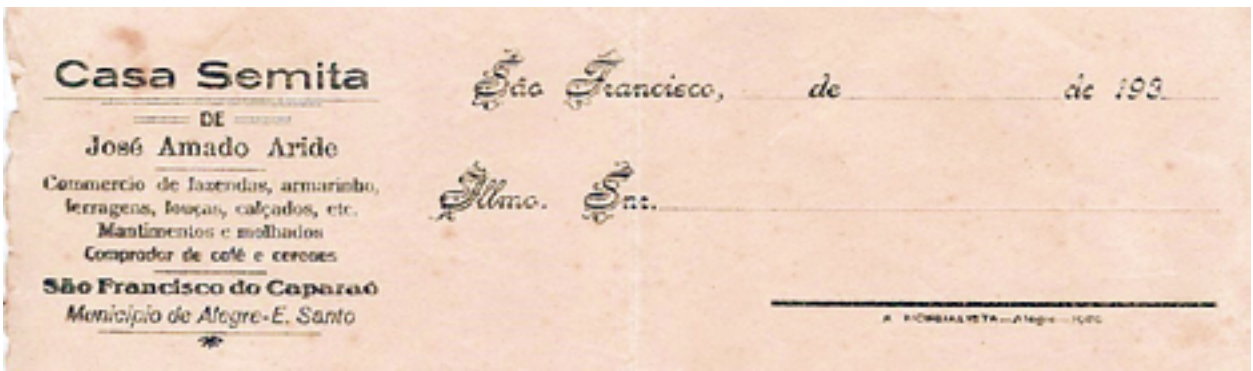

Casa Semita
DE
José Amado Aride
Commercio de fazendas, armarinho, ferragens, louças, calçados, etc.
Mantimentos e molhados
Comprador de café e cereaes
São Francisco do Caparaó
Município de Alegre-E. Santo
São Francisco, de de 193
Illmo. Snr.

Imagem 3: Papel timbrado da Casa Semita. Fonte: acervo de Zahir Aride Rodrigues Silva.

> não se importava. [...] ele acreditava em Jesus Cristo como um profeta, como foi Maomé, pois só tinha um Deus. Eles eram monoteístas. Na religião dele tinha que ter uma só mulher, porque tem umas que podia ter quantas quiser, quantas pudesse ter, pudesse sustentar, eles teriam, mas ele era de uma só esposa e só Deus. Maomé é seu Profeta (SILVA, 2021).

Embora a ideia inicial de José Amado Aride fosse vir ao Brasil encontrar ouro e retornar ao Líbano, este desejo foi sendo abandonado. Zahir narrou que seu pai não quis ir voltar ao Líbano, nem a passeio, apesar de parentes de lá e de cá insistirem para que ele pudesse rever sua terra de origem, seus parentes, amigos e conterrâneos. Pagariam sua passagem, mas ele sempre se recusou. Depois de muito insistirem, ele explicou o motivo da recusa, conforme palavras da filha: "Eu não vou, porque ela [a esposa] não será bem recebida por ser cristã, e se ela não for bem recebida, eu não vou ser também" (SILVA, 2021). De fato, o casamento entre drusos e cristãos não seria aceito, o que fez José Amado Aride desistir do retorno. Ainda de acordo com Zahir, no Brasil, José Amado não sofreu preconceito por ser druso, e sua religião não afetou seu casamento: "[...] mas eles se davam muito bem, não tinha briga, não tinha nada e não tinha, hoje, essa disputa entre religiões como tem, entendeu. Um respeitava o outro. Nunca sofreu nenhum tipo de preconceito" (SILVA, 2021).

Sobre a existência de conflito entre seu pai e outros comerciantes sírios e libaneses, Zahir relatou que cada comerciante sírio e libanês investiu em um ramo específico do comércio e, portanto, não faziam concorrência entre si. Já em relação a conflitos com comerciantes de outras etnias, como portugueses, italianos, brasileiros etc., Zahir afirmou:

> Olha bem, da época, que eu me lembre, por exemplo, tinha o pai do doutor Vitor, ele era comerciante que vendia tecidos. Só tecidos. Meu tio Issa, que era sírio e que veio junto com ele, casou com a minha tia, irmã da minha mãe, ele trabalhava com [...] joias, com ouro [...]. [...] O Salim Chalhub, que era ali do Nagib, na rua Quinze, [...] trabalhava com gêneros alimentícios. Tinha um outro Salim, que trabalhava com [...] confecção, entendeu. Então, [...] cada um tinha o seu estilo, né, gostava de uma coisa, diferente, ou que se combinava. Eles não eram [...] concorrentes entre si [...] Viviam como uma família, entendeu? (SILVA, 2021).

Conforme Zahir, havia uma rede de contatos que interligava os sírios e libaneses assentados em Alegre com outros residentes em diversas localidades capixabas do sul do Estado, especialmente Guaçuí, Cachoeiro, mas também em Vitória. Zahir afiançou que as inúmeras famílias desses imigrantes, que compuseram a colônia síria e libanesa de Alegre, se reuniam para conversar em árabe. Havia uma divisão bem definida dos lugares da casa reservados aos homens e às mulheres, ficando as mulheres na sala. Havia, portanto, assuntos masculinos e femininos.

> Aqui tem muitas famílias, ó, tem a família Amim, a família Tannure; esses Tannure aí são uma família grande também [...]; Adib, Adib Calil Salim, família Calil Salim, muitas famílias, Auad; na rua do Norte tem a família do seu José Auad [...]; Latuff [...]. Tinha outra família de Mohamed Abh Mohamed. Seu Mohamed era comprador de café lá na rua do Norte, entendeu. Muitos, muitos libaneses, como eu te falei, são 70 e poucas famílias de libaneses, que vieram para cá. [...] Mas eles se reuniam, é uma curiosidade, para conversar em árabe, acho que para não esquecer a língua, aí juntava sírio, porque a língua é bem parecida. Sírio, os libaneses, eles se reuniam para conversar. As famílias também [se] visitavam, as mulheres ficavam na sala [...]. Eles tinham o costume social de se reunir [...] (SILVA, 2021).

José Amado não se naturalizou porque não queria negar sua pátria, mas se considerava mais brasileiro do que muitos brasileiros (SILVA, 2021). Sobre o ensino da língua árabe, Zahir garantiu que, embora ela e seus irmãos tenham se interessado e aprendido algumas palavras, não havia tempo para ensinar aos filhos o idioma.

> Olha bem, no caso do meu pai, a gente se interessou, ele ensinou cada qual a escrever seu nome. [...] mas ele ensinava a gente, por exemplo, tinha uma frase quando fazia quibe, por exemplo quando fritava o quibe, ia fritando e a gente ia comendo. Isso aí, lá na terra dele [...] falava: [...] ("a mãe vai fritando e os filhos vão comendo"), entendeu? Aí ensinou a falar avião e [...] algumas palavras soltas. E, assim, não é por falta de interesse, mas assim, eles sempre estavam ocupados; nós todos estudando, o curso normal, assim, o primário, que era o [...] ginásio, o ensino normal, técnico científico, e todo mundo estudou. Então, a gente não tinha muito tempo e ele, quando era a época da gente aprender, era a época que ele viajava para o norte, e para muitos lugares, e não tinha tempo de ensinar (SILVA, 2021).

Se a língua árabe não foi ensinada aos filhos, isso não se aplicou à culinária árabe, pois foi transmitida às gerações seguintes pelo próprio José Amado Aride. Aos meninos e às meninas, embora nem todos tenham aprendido.

> Ensinaram, ensinaram, meu pai... Os outros eu não sei, porque meu pai era muito família. Então, ele ensinou, por exemplo, o quibe. Ele falou que lá, o quibe é feito com carne de carneiro, na época dele. Não tinha boi, era carneiro, e não era moído, era socado. Socava a carne com a canjica, entendeu, para poder fazer o quibe. Ensinou a fazer quibe assado, quibe cru, quibe frito, a coalhada, [...] que é turca, [...] o iogurte, a coalhada, não é, mas o libanês adotou como costume [...], zátar, temperinhos assim que não são libaneses, mas são usados por libaneses. E... charuto, o babaganoush, tahine, homus, a lentilha, que é a mijadra; o arroz de lentilha, o arroz marroquino... A mamãe aprendeu e a gente na idade, não podia ter empregada, a gente aprendia e aprendeu, tanto a comida salgada, quanto a doce. Algum doce árabe a gente faz, também. Eu só tenho um irmão que aprendeu, que é o Samir, que até hoje ele que faz na casa dele, que a esposa dele é descendente de italiano; então, só ele que faz. [...] aqui em casa, se chegar, tem no freezer uma massa de quibe, e quando acaba a gente faz outra vez; tem um charuto, uma abobrinha recheada, uma berinjela assada. A gente come a nossa comida também, mas come muito a deles também. Deu vontade, faz. Eu não fico sem, entendeu? Deu vontade de comer é... babaganoush, que é berinjela defumada, a gente faz, é... faz a coalhada todo dia. Nossa manteiga de manhã é a coalhada; coalhada, azeite, zátar, que é uma mistura de temperos; orégano, sumacre, que a gente usa comer coalhada com azeite também, muito azeite e.... Mas não tem uma época específica, que a gente come, não. É sempre que dá vontade, a gente faz. Se você faz um charuto, você não precisa fazer outra coisa, porque ele é completo: tem arroz, tem carne, tem temperos, entendeu, tem tudo. É um repolho, é um tomate, cebolas. A lentilha, quando você faz, faz só uma coalhada, tem que escorrer o soro para poder comer com ela. É muito forte a comida, muito... muito rica a comida [...]. Tem o pastel, fala que é pastel árabe, mas é pastel sírio, que é adotado pela gente; a esfiha... a gente faz, volta e meia a gente faz, e congela, porque não dá para fazer na hora. Mas a gente continua usando cotidianamente (SILVA, 2021).

Vale ressaltar duas questões que são parte da trajetória desses imigrantes no Brasil e no Espírito Santo. A primeira é a entrada dos descendentes nas profissões liberais. Zahir afiançou que, em sua família, alguns da segunda geração foram profissionais liberais; uns exercem a profissão, outros, não. A segunda questão trata da entrada desses imigrantes na política partidária, nem sempre com continuidade.

> É, por exemplo, vários, vários estudaram direito, dois engenheiros químicos, é... eu não tenho meu curso superior, de contabilidade, eu sou contabilista, técnico em contabilidade. Meu curso superior é sociologia, eu sou socióloga, quando não existia profissão regulamentada. Um médico, dois engenheiros químicos, uma administradora, um que foi farmacêutico, foi... delegado de polícia de carreira, advogado, farmacêutico. [...] Shakib, que é meu irmão caçula, ele sempre gostou de política, e ele apoiou um candidato, que nunca tinha sido can-

> didato a nada, Djalma Monteiro da Silva, que foi eleito prefeito nos anos 80, e ele foi o vereador mais votado. Foi presidente da Câmara por dois anos, mas ele viu que não era a dele, não servia para ele [...]. O meu irmão sempre foi PDS, PSD. Ele mesmo se sentiu traído e viu que não era bem para ele, e foi só essa vez candidato. Foi bom, exerceu bem a vereança, que foi confiada a ele, mas não quis mais, não (SILVA, 2021).

Ao tratar das tradições, Zahir afirmou que a principal herança deixada por seu pai foi a preocupação com a boa formação e o bom caráter. Nas palavras de Zahir:

> [...] eu só lembro assim, muito forte, a tradição que ele deixou para gente é um exemplo muito grande de caráter, de formação. Quando a gente era pequeno, nós éramos tão pequenos, que ele reunia todo mundo numa cama de casal de noite, para ler. Hoje, a gente nem encontra mais livros, livros de fundo moral, cunho moral, falando sobre a mentira; um livro chamado 'Pérolas Esparsas'. A reza da noite era isso, eram lições, que falavam sobre a pessoa que mentiu; outra lição que fala: 'lance teu pão sobre as águas, que daqui um tempo você vai recolher'. Então, formação moral, entendeu? (SILVA, 2021).

A família Cade

Outra família que compôs a colônia síria e libanesa em Alegre foi a família Cade. A responsável por narrar o processo de assentamento foi Jamile Cade[12], que, desde os primeiros contatos, propôs-se a contribuir para a reconstrução da história e memória dos seus familiares. Seu pai, Salomão David Cade, era natural de Elchuaifat, no Líbano. Nasceu no dia 10 de janeiro de 1908, filho de Daoud Cade[13] e Jamile Jerdy, como se vê na Imagem 4, que é o Registro de Identidade de Estrangeiro.

Imagem 4: carteira de Identidade de estrangeiro de Salomão David Cade
Fonte: acervo Jamile Cade

Órfão de mãe ainda pequeno, Salomão Cade foi criado por uma tia chamada Nacibe. Vivenciou grandes dificuldades socioeconômicas durante boa parte da infância e, de acordo com Jamile, "teve que sair fugido, com 8 aninhos, para o sertão, porque não tinha comida no Líbano" e ele passava fome (CADE, 2021). A eclosão da Primeira Grande Guerra agravou, ainda mais, a situação da família. Seu pai, chamado Daoud, e um irmão, de nome Mansur, haviam emigrado e se estabelecido em Ibitirama, sul espírito-santense. Por volta de 1920, sua tia Nacibe, que o havia criado, também emigrou para o Brasil, para se juntar ao esposo, o tio Mansur, muitos anos depois. No entanto, o pai de Salomão Cade não enviou dinheiro para que ele viesse ao Brasil com sua tia, tendo ele de permanecer ainda no Líbano. Não obstante isso,

> os seus parentes que estavam no município de Alegre tinham conseguido muitos bens. Então, [...] eles mandavam notícias, que estavam muito bem, então [ele] teve uma vontade muito grande de vir..., largar o Líbano e vir aqui, por causa da família, que se deu muito bem aqui (CADE, 2021).

Portanto, dois fatores contribuíram para que Salomão David Cade resolvesse emigrar para o Brasil: "a saudade dos seus familiares, que tinham vindo para o Brasil" (CADE, 2021), e as notícias do sucesso que sua

12 Jamile Cade (doravante CADE, 2021), em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, em Alegre, no dia 09/06/2021.

13 Foi aportuguesado para Davi.

família havia alcançado ao se estabelecer no Espírito Santo. Assim, entre os anos de 1928 e 1929, Salomão Cade resolveu emigrar para o Brasil. Possivelmente, chegou pelo porto de Itapemirim, passou por Cachoeiro, onde tinha um patrício chamado Féles, para daí seguir para Ibitirama, local em que sua família estava assentada (CADE, 2021).

Salomão Cade veio junto com um primo, Nagib Said Cade, e, de acordo com Jamile, esse primo "não aguentou ficar no Brasil. Voltou para o Líbano" (CADE, 2021). Jamile Cade afiançou que foi seu pai quem financiou a própria viagem. Em Ibitirama, trabalhou para os familiares: "Ele foi ser empregado do primo, tratar de porco... é ... teve uma vida muito difícil! Ele trabalhou um ano para esse primo dele para ganhar uma muda de roupa, no final do ano. Sofreu muito" (CADE, 2021). Mais tarde, ofereceram-lhe a sociedade na firma, o que representou uma importante mudança econômica, já que a partir daí poderia amealhar algum capital (CADE, 2021).

Já estabelecido na região, tornando-se comerciante bem-sucedido, Salomão Cade resolveu sair de Ibitirama e se assentar em Alegre, por volta de 1933. Um dos fatores que contribuíram para essa mudança foi um incêndio em sua casa.

> Em Ibitirama, eles estavam numa situação confortável e financeiramente bem, dominando o comércio local de madeira, café, milho e feijão. Devido ao progresso que eles alcançaram no comércio local, despertou a inveja até perseguição com emboscada, a ponto de colocar fogo no paiol de milho, onde tinha construído uma casa para ele se casar. O principal fator que contribuiu para a saída de lá foi a ambição de expandir seu comércio em geral para um centro maior, como Alegre, onde eles já tinham muitos clientes. Outro fator não principal foi o incêndio no paiol. Devido a perseguição e emboscadas, em virtude dos seus progressos, ficaram preocupados com suas vidas. Porém, em todo momento enfrentaram com coragem, não tinham medo. A colônia libanesa tornou-se grande em Ibitirama (CADE, 2021).

Conforme a narrativa de Jamile Cade, sírios e libaneses assentados em Ibitirama, por serem bem-sucedidos economicamente, foram alvo de perseguições, emboscadas e até incêndio criminoso. Acrescente-se o preconceito e o estigma embutidos na expressão "turcos", o que lhes era muito caro, já que os comparavam ao opressor, usurpador. Ao que parece, mudar para Alegre foi uma alternativa de se livrar da perseguição, da intimidação e de tentativas de assassinato. O incêndio pode ter sido o aviso de algo mais grave. Por isso, optaram por se assentar em outro lugar que lhes oferecesse mais segurança para trabalhar, assim como às suas famílias.

Salomão Cade veio solteiro para o Brasil e, em 24 de fevereiro de 1938, casou-se com Laurita Louzada Cade, com quem teve sete filhos: Davi, Leila, Toufik, Fued, Nacib, Latife e Jamile. Laurita era descendente de espanhóis. Segundo Jamile, sua mãe "era simples e ele [era] mais amigo do pai dela [...]. O pai [dela] era delegado e ele ajudou a família da minha mãe, toda, você sabe? Ele foi muito bom!" (CADE, 2021). Quanto à religião, Salomão Cade era druso, mas mudou de religião:

> [...] depois ele se converte [...]. Com noventa e tantos anos [...]. [...] minha mãe era da família evangélica, desde que nasceu e foi membra da Igreja Metodista [...]. Para casar com ele, deixou de seguir a religião dela... esses anos todos. Quando ele ficou mais velho, quis seguir o metodismo... minha irmã, que é católica e muito consagrada, começou a fazer a conversão dele através da Bíblia, onde lia para ele. Ai, a minha mãe foi... chamou o pastor, que ele gostava muito, e batizou-se (CADE, 2021).

Em Alegre, Salomão Cade e o Jamil Cade abriram a firma Jamil Cade & Primo Ltda., conforme Imagem 5. Segundo Jamile, a empresa era um dos maiores estabelecimentos comerciais em Alegre de secos e molhados e, posteriormente, de compra e a exportação de café, especialmente para o Rio de Janeiro (CADE, 2021).

Na Imagem 5, abaixo da razão social, consta que a firma era "compradora e exportadora de café". Na

Imagem 5: Armazém Jamil Cade & Primo Ltda. Fonte: acervo Jamile Cade.

frente do imóvel, vê-se oito homens carregando sacas de café, os quais parecem posar para a foto. Segundo Jamile Cade, a firma Jamil Cade & Primo Ltda. tinha uma filial em Guaçuí (CADE, 2021):

> [...] comércio em geral e depois ele cruza a linha de comprador e de exportador de café [...]. Eu tinha 7 anos, em 1946, mais ou menos, e papai já era comprador de café [...]. Aí... devia ser o ano de 45, 46 [...], não com certeza, eu era pequena e via caminhões e tropas carregadas de café chegando de madrugada. A firma Jamil Cade & Primo Ltda. dominou o comércio de café em Alegre. Você sabe onde é o BC? O supermercado BC? Tudo, ali, era armazém de café. No centro, onde moro, embaixo também era armazém de café, como na esquina em frente ao Pico da Bandeira e a esquina da rua 15 de Novembro. Esses imóveis pertenciam à firma.

Além do comércio de secos e molhados e da compra e exportação de café, Salomão Cade também investiu em propriedades agrícolas e em imóveis. Conforme Cade (2021), seu pai comprou imóveis em diversas localidades do Espírito Santo: Cachoeiro, litoral sul e Vitória. Comprar imóveis era um procedimento bastante comum entre os imigrantes sírios e libaneses, porque tratava-se de um investimento do capital amealhado, não obstante ser uma forma de demonstração de poder e riqueza, tanto dentro quanto fora da colônia. Ainda segundo Jamile, seus pais e familiares mantinham contato com diversos patrícios em várias localidades capixabas, entre as quais Mimoso, Muqui, Guaçuí e Cachoeiro (CADE, 2021).

Embora não houvessem criado uma associação específica de sírios e libaneses, havia um clube, já mencionado no relato de Zahir Aride, onde esses imigrantes e descendentes se encontravam e do qual eram sócios: Clube Rio Branco. Para Jamile Cade, "geralmente, quase todos os libaneses, aqui, eram Rio Branco. Mas papai ajudou na construção [...], ajudou muito, era presidente do clube" (CADE, 2021). Manter essa rede construída, tanto em outras cidades como localmente, era muito importante para esses imigrantes, porque permitiu o fortalecimento de laços de solidariedade e entreajuda. Do mesmo modo, contribuiu para manter algumas tradições, como a língua árabe, falada entre conterrâneos, assim como interesses em torno do casamento dos filhos. E sobre a língua árabe, Jamile afiançou que seu pai, embora a soubesse falar, não lia nem escrevia em árabe. Não ensinou a língua aos filhos e, pelo que Jamile mencionou, nenhum filho teve interesse em aprender. A principal razão alegada por Jamile foi a falta de tempo:

> Embora sua mãe tivesse instrução, falava vários idiomas, não teve oportunidade de ensinar ao filho, pois faleceu quando ele tinha, mais ou menos, 4 anos, e logo depois, com 8 anos, veio a guerra que afetou a economia do Líbano por 3 ou 4 anos, faltou alimento para comprar, e passou fome e por grandes dificuldades, tendo que fugir para o sertão com sua tia e primos. Mas, então, ele não ensinou porque minha mãe era de família brasileira, ele, dentro de casa, não tinha [com] quem falar, entendeu? Não tinha tempo porque era um homem super ocupado. Como de fato... a doação dele de dar assistência à família era domingo, sabe. De noite tomava conta e tudo, mas durante o dia ele, meu pai, não. Na verdade, não tinha tempo para ficar dentro de casa ensinando filho, não. Ele nos colocou no colégio das irmãs aqui, e era semi-interno, ficava o dia inteiro para as irmãs ensinarem a gente, [...] porque a mamãe não tinha uma instrução para acompanhar o estudo da gente. Então, eram as irmãs que nos... que tomavam conta da gente, ele pagava o dia inteiro. Então, não tinha... eu também nunca tive interesse (CADE, 2021).

Já a culinária étnica foi ensinada às filhas, como narra Jamile (CADE, 2021):

> Papai ensinou à mamãe. Mamãe cozinhava divinamente a comida árabe. Nenhuma libanesa cozinhou tão bem como ela, e ela me ensinou. Muito cedo, a gente ia para a cozinha para ela [ensinar], menina nova ajudava a aferventar um repolho, uma folha de uva, passar o triguilho com a carne na máquina. Era tudo máquina manual. Ela sempre nos ensinou. [Papai] cozinhava, inclusive ele fazia uma salada tipo grega [...]. É... ele fazia muito bem, como cortar o pepino diferente, o tomate diferente para não dar água na salada e ficar sequinha. Ele ensinava, papai ensinava, ele fazia muita coisa bonita, boa. Esses pratos que fazia, uns pratos que eu fazia também, não sei se você lembra. [...] quibe, com triguilho, a kafta, o pão, pastel árabe fechado. Homus, H O M U S. Esfiha, mijadra, M-I-J-A-D-R-A babaganoush, você sabe como é que escreve? Mas esse negócio, aqui, a gente faz na hora que quer, não tem dia da semana, deu vontade... Nossa, a gente faz demais, grão de bico com berinjela, berinjela com gergelim, tudo isso faz, entendeu? [...] Deu vontade...

Sobre a entrada nas profissões liberais, Jamile (2021) narrou que um dos filhos de Salomão Cade cursou Economia e foi funcionário do Banco Central, enquanto outro, embora tenha se formado em Direito, nunca exerceu a profissão, mas trabalhou com propriedades rurais; das filhas, apesar de se formarem em Magistério ou Pedagogia, duas delas não exerceram a profissão e somente uma lecionou por um tempo. Jamile contou que o seu pai deu a todos os filhos a possibilidade de prosseguir nos estudos. Quanto à terceira geração, há médicos, advogados, dentistas. Jamile Cade relembra o carinho e a preocupação do pai com os filhos "devido à situação que ele enfrentou quando pequenininho, sem mãe [...]. Ele achava que poderia falecer e a situação [dos filhos], como ficaria? Aí, aquela preocupação" (CADE, 2021).

Como um dos elementos da trajetória dos sírios e libaneses é a entrada de indivíduos na política partidária, Jamile relatou que um de seus irmãos foi vereador, em Alegre, mas somente em uma legislatura. Também assegurou que havia uma pressão familiar para que os casamentos ocorressem dentro da colônia. Os argumentos contra o casamento com brasileiros era de que havia bons homens entre os descendentes (CADE, 2021). Jamile Cade se casou com um brasileiro e, assim como ela, ninguém de sua família contraiu núpcias com imigrantes orientais. Por fim, Cade (2021) relatou que as tradições deixadas por seu pai foram: tomar benção, beijar os filhos, respeitar os parentes e os mais velhos, ter muito amor à família. Sobre costumes religiosos, de acordo com Jamile, a "[...] mãe do tio Jamil, ela rezava todo pessoal aqui em Alegre, desde pé destrocado, mau olhado, dores e espinhela, como também fazia remédio para curar feridas" (CADE, 2021).

A família Kede

Segundo Syria Kede[14], quem primeiro emigrou para o Brasil foi o seu avô paterno, mas ele ficou aqui alguns anos e retornou por causa da família. Logo depois, foi a vez de seu pai emigrar. Chamava-se Issa Jorge Kede, conforme registra a Imagem 6, e era natural da cidade de Rakhn, na Síria. Ele emigrou com vinte anos, chegando ao Brasil por volta de 1923.

Issa Jorge Kede tinha um tio que residia no Brasil, chamado Nicolau (KEDE, 2021). Syria Kede afirmou que o motivo de o pai sair da Síria em direção ao Brasil foi a "vida difícil. Eles já tinham lá muitas guerras [...] A Síria era um país muito atrasado, hoje em dia está bem melhor. Eles viam que o Brasil era um país novo, os amigos diziam aquela velha história 'em [se] plantando [...], tudo dá'. Ele veio para cá" (KEDE, 2021). Depois de aportar no Rio de Janeiro e ali permanecer

14 Syria Kede (doravante KEDE, 2021), em entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Emanuela Ferreira Neves e Gabriel Ramanholi Monteiro Rodrigues, em 26 de junho de 2021.

Imagem 6: Issa Jorge Kede. Fonte: acervo Syria Kede.

por um pequeno intervalo de tempo, Issa Jorge Kede migrou para Carangola, em Minas Gerais, onde seu tio Nicolau residia. Seu tio "teve [...] três filhas [...]. Aí, quando o papai veio para o Rio, ele foi para Carangola, é... essas primas que cuidavam e ajudavam" (KEDE, 2021).

Tempos depois, Issa Kede se assentou em Alegre, região onde tinha conhecidos, o que facilitou sua inserção na localidade (KEDE, 2021). Ainda quando residia em Carangola, Minas Gerais, aprendeu a consertar relógios e, de acordo com Syria, como em Alegre não havia joalheria, seu pai "começou a consertar relógios, botou uma banca e depois fez a loja. Era muito bonita a loja dele" (KEDE, 2021). Embora Syria não saiba a profissão que seu pai exercia na Síria, sabe que o ofício de relojoeiro e joalheiro aprendeu em Carangola, tendo aberto sua loja, quando assentou-se em Alegre, com o nome de Relojoaria Omega. De acordo com Syria,

> [...] ele começou a consertar relógios, que ele tinha aprendido em Carangola, trabalhando lá com alguém e, aí, começou o ofício de consertar relógio, joias, e [...] montou, primeiro, essa banca. Depois é que ele fez a loja de joias, mesmo, e aí depois virou loja de joias e presentes. Ele tinha presentes finos também, assim, para casamento. Na época, eu acho que era a única loja que tinha, assim, as coisas mais finas. Papai vinha de dois em dois meses no Rio, fazia compras e voltava. Naquela época tinha, às vezes, algum viajante que ia no Rio... e ia em Alegre. Viajante era só de joias. Me lembro até hoje, eles iam, chegavam lá, na maioria das vezes... chamavam mascates, não é? Na maioria das vezes estrangeiros, que faziam isso. E aí eles vendiam joias, e eles já tinha mais ou menos as preferências. Então, foi assim que ele começou. [...] primeiro com a loja de consertos e depois que abriu a loja de presentes. Ele fazia questão de só vender ouro 18... É o ouro certo de joia, não é? Era a joalheria mais bonita que tinha... em Alegre, aliás só tinham duas: uma mais simples, mas a do papai [...] só vendia ouro dezoito quilates (KEDE, 2021).

Segundo assegurou Syria Kede, foi seu pai quem financiou sua viagem para o Brasil, ajudado por tios e primos. Ele era cristão ortodoxo, veio solteiro para o Brasil e, tempos depois, casou-se com Diva Louzada Kede, descendente de espanhóis que residia na região do Caparaó (KEDE, 2021). Sua mãe era irmã de Abigail Louzada Aride, mãe de Zahir Aride, cuja trajetória familiar consta neste artigo. Deste consórcio, nasceram três filhos: Munira, Jorge e Syria. Por ser cristão ortodoxo, Issa Kede fez questão de batizar as filhas na Igreja Ortodoxa São Nicolau, no Rio de Janeiro.

> [...] com três anos de idade, meu pai nos trouxe, [...] os três irmãos: Munira, Jorge e eu. É... Munira mais velha, um ano depois é o Jorge e, um ano depois, nasci eu. Aí, nós três viemos, eu tinha três anos, é... o Jorge, quatro, e a Munira, cinco. Viemos ser batizados aqui, os padrinhos eram todos daqui. Fomos batizados na Igreja Ortodoxa, na Gomes Freire [...]. Na igreja é... na religião do meu pai. [...] eu já fui lá umas duas vezes mais ou me-

> nos. Minha irmã mais nova, que mora em Vitória, ela se casou lá, nesta igreja. É... foi a única que se casou lá, quis privilegiar o papai (KEDE, 2021).

É importante destacar o papel que os padres ortodoxos residentes no Rio de Janeiro e, posteriormente, a Igreja Ortodoxa São Nicolau tiveram na vida dos cristãos ortodoxos do sul capixaba. Como não havia templos ortodoxos no Espírito Santo, os padres vinham do Rio de Janeiro, de tempo em tempo, para celebrar casamentos, batizados etc. (SANTOS, 2019). Era outra forma de sírios e libaneses manterem viva a sua religião e a de seus antepassados, assim como transmiti-la aos membros das novas gerações. No entanto, muitos desses cristãos ortodoxos acabaram por se converter a outras religiões, em virtude das pressões sociais e da necessidade de inserção social (PINTO, 2010; SANTOS, 2019), conforme expõe Syria Kede.

> É... Mas o papai não nos criou na igreja ortodoxa, nós fomos criados frequentando a igreja [...] da mamãe, que era a presbiteriana ou metodista, já não me lembro bem. Era metodista eu acho. Depois ela trocou para presbiteriana, uma coisa assim [...] Mas eu fui até os dezoito anos enquanto eu morava em Alegre, depois, daqui, comecei a ir para a igreja católica. Não frequentar, mas batizei, casei e batizei meus filhos na igreja católica e eles sempre estudaram em colégios católicos [...], porque, aqui, no Rio, são os melhores colégios (KEDE, 2021).

Issa Jorge Kede vivenciou um momento bastante delicado em sua Relojoaria, por causa de um incêndio: "Então, pegou fogo na loja dele, inclusive. Ele perdeu tudo. Perdeu praticamente tudo. O que salvou ele foi a maçonaria, ele era maçom, eles o ajudaram a [...] se restabelecer e, a partir daí, a coisas foram bem melhores. Ele sofreu um revés" (KEDE, 2021). Portanto, não bastassem as dificuldades enfrentadas no início do assentamento, Issa Kede teve de recomeçar em virtude de uma fatalidade, mas, conforme sua filha, o pai foi ajudado pela maçonaria e se reergueu. Santos (2019) verificou que, no sul capixaba, muitos sírios e libaneses aderiram à maçonaria, o que demonstra também que a ascensão socioeconômica que vivenciaram permitiu-lhes a entrada em locais de poder proscritos a indivíduos de classes subalternas. De acordo com Syria, seu pai mantinha contato com sírios e libaneses de outras localidades do sul capixaba, particularmente de Cachoeiro de Itapemirim. Afiançou ainda que eles não criaram nenhum clube ou associação em Alegre, mas mencionou a participação deles na maçonaria (KEDE, 2021). Syria Kede também confirmou que não havia conflito entre sírios e libaneses e indivíduos de outros grupos étnicos:

> eram muito pacíficos, todos eles, queriam trabalhar, mas... e todo mundo gostava muito deles. E o comércio era todo... praticamente de árabe [...]. Alegre recebeu sempre muito bem os.... os estrangeiros, entendeu? Os árabes, que era mais árabes naquela época. [...] Na época, a colônia era grande (KEDE, 2021).

Para Kede (2021), seu pai não ensinou a língua árabe aos filhos, mas ela teve interesse em aprender: "outro dia eu até encontrei meu caderno aí, que eu fazia, escrevia umas coisas, sabia fazer meu nome, sabia escrever alguma coisa, mas aí depois cresci, depois de quinze, dezesseis anos, aí sabe como é adolescente. Aí, vim para o Rio e perdi [...] tudo" (KEDE, 2021). Syria mencionou que os sírios e libaneses de Alegre falavam árabe entre si, já que boa parte dos comerciantes tinha essa origem oriental (KEDE, 2021). Quanto à culinária árabe, esta foi transmitida por Issa Jorge Kede à esposa, que ensinou aos filhos. Sobre isso, Syria narra que

> A minha irmã mais velha e meu irmão sabem cozinhar muito bem [...] a cozinha árabe. Eu sei, mas eu não gosto de cozinhar. Não pratico. Quem ensinou? Para os filhos, foi minha mãe, que a minha mãe aprendeu com as árabes, que tinham em Alegre. [...] Depois, alguns anos depois, eu devia ter uns dez anos talvez, oito, dez anos, meu pai trouxe um irmão dele, da Síria. Meu tio Salim. [...] a mulher dele também era

> árabe, tia Arâmisa. Ficaram em Alegre. Papai arranjou uma casa, ficaram em Alegre muito tempo. Ela ensinou tudo, ela ensinou mamãe até a fazer pão. Eles ficaram muitos anos lá e depois foram para São Paulo. Todos os pratos, quibe, tabule, [...] babaganoush, [...]. Tudo, tudo, tudo! Mamãe sabia fazer de tudo. Até doce árabe minha mãe fazia, que eu já não me lembro mais. Quando tem alguma coisa, alguma reunião, alguma coisa... todo mundo faz. Minha irmã mais velha é expert, cozinha divinamente a comida árabe; meu irmão, também [...] Eu e minha irmã mais nova, que somos um pouco... relapsas (risos). [...] sempre, sempre, eu por exemplo, que gosto muito de salada [...] faço muito tabule, aqui em casa. Para mim já é um prato. Adoro! Lentilha também eu faço muito (KEDE, 2021).

Por fim, Syria narrou que a tradição deixada por seu pai foi rezar em árabe à noite, embora ela não se lembre mais como se fala. Disse que seus irmãos ingressaram nas profissões liberais, mas nenhum deles optou pela carreira política, o que, para ela, foi algo positivo. Issa Jorge Kede permaneceu em Alegre até 1965, quando, por saudade dos filhos, que já há muito tempo residiam no Rio de Janeiro, resolveu fixar residência naquela cidade, juntando-se a eles (KEDE, 2021).

Trajetórias, memórias e identidades

Uma análise dos elementos constitutivos da trajetória das famílias Aride, Cade e Kede permitiu observar as (des)semelhanças entre elas. Das semelhanças, destaca-se o fato de que foi uma emigração de homens jovens, solteiros, que financiaram sua viagem, que se dedicaram à atividade comercial, primeiro como mascate e, após, abrindo seu estabelecimento comercial. Outra semelhança diz respeito à opção pela exogamia, inclusive pelo casamento com mulheres de descendência espanhola. Do mesmo modo, não transmitiram a língua árabe aos filhos, ao contrário da culinária étnica, que foi ensinada aos descendentes (SILVA, 2021; CADE, 2021, KEDE, 2021).

Quanto às dessemelhanças, pode-se mencionar as razões da emigração, já que José Amado Aride veio para o Brasil por causa das notícias de existência de ouro na região do Caparaó; Issa Jorge Kede emigrou por causa das dificuldades econômicas vividas na Síria e das guerras; Salomão David Cade, por causa da saudade da família e porque alguns familiares haviam prosperado economicamente, em Ibitirama. Outra diferença diz respeito ao tipo de comércio: José Amado e Salomão Cade se estabeleceram com armazém de secos e molhados, já Issa Kede abriu uma relojoaria (SILVA, 2021; CADE, 2021, KEDE, 2021).

Se, por um lado a imigração síria e libanesa para o Espírito Santo contou com uma maioria de origem libanesa (CAMPOS, 1987), por outro, deve-se mencionar a imigração de sírios. Em Alegre, foi o caso de Issa Jorge Kede, mas há outros em diversas localidades do sul capixaba (SANTOS, 2019). Destaca-se também o fato de que, dos três indivíduos com trajetórias analisadas, dois eram drusos e somente Salomão Cade mudou de religião. Segundo Truzzi (1997), se, entre os sírios e libaneses que emigraram para o Brasil até a Primeira Grande Guerra, a maioria era cristã, a partir de 1920 houve um crescimento do número de muçulmanos.

Vale, pois, ressaltar a relevância da História Oral, ao dar voz aos excluídos, do mesmo modo que fez emergir memórias subterrâneas (POLLAK, 1989). A reconstituição dos itinerários de sujeitos migrantes possibilitou também a reconstituição de uma memória coletiva, assim como de suas identidades. Para Pollak (1992, p. 204), "a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade". Conforme destacou Hall (2000), como as identidades são múltiplas, plurais, (re)construídas na relação com o outro, o que se verificou em relação aos sírios e libaneses em Alegre foi que, no processo de reconstrução identitária, precisaram negociar e renunciar a tradições culturais para absorverem outras. Os exemplos foram a mudança de nome, o aprendizado da língua portuguesa e o não ensino da língua árabe aos filhos. Conforme

Santos (2019, p. 183), sírios e libaneses negociaram suas identidades "numa clara tentativa de aceitação e inserção social por meio da absorção de alguns valores culturais do Brasil". Para Hall (2000), as identidades são híbridas, e isso se verificou em relação à formação das famílias que sírios e libaneses construíram ao se casarem com descendentes espanhóis. Esta hibridização foi vista em diversos aspectos, como na culinária e na religião. Ainda quanto à memória, é importante frisar que, além de ser uma construção, ela é seletiva (POLLACK, 1992).

Foi consenso entre as três entrevistadas a ausência de conflitos entre sírios e libaneses e indivíduos de outras etnias, por razões que variaram do fato de que cada sírio e libanês se dedicou a um tipo de comércio à maneira como foram bem recebidos pela sociedade alegrense. Para Santos (2019, p. 325),

> Entre as razões para que essa memória fosse construída, pode ter sido o silêncio dos indivíduos da primeira leva migratória, para poupar seus descendentes dos dissabores que essa informação poderia causar. Calar-se a respeito disso talvez quisesse mostrar que lhes interessava mais olhar para frente do que para trás, isto é, para o futuro com as possibilidades oferecidas pela nova terra.

Jamile Cade afiançou que, em Ibitirama, um incêndio numa casa que seu pai havia construído precipitou a mudança de residência para Alegre. Do mesmo modo, mencionou uma tocaia armada contra sírios e libaneses também em Ibitirama, além do fato de que esses imigrantes serem chamados de "turcos", o que consideravam uma ofensa. Portanto, foram alvo de preconceitos e estigmas, uma vez que, diferente dos estabelecidos, eram outsiders (ELIAS, SCOTSON, 2000). No entanto, esses imigrantes foram aos poucos ocupando espaços antes controlados por comerciantes de outras etnias, o que redundou em alguns conflitos, como relatado (CADE, 2021).

Enlaces matrimoniais

Para o levantamento dos dados a seguir, a fonte histórica utilizada foram os livros de registros civil, entre os anos 1890 e 1930, recorte temporal da pesquisa. Dos registros, observou-se, entre os nubentes, variedade de imigrantes europeus, oriundos de Portugal, Espanha, San Marino, Itália, Áustria, Polônia, Suíça, bem como asiáticos, com destaque para sírios e libaneses. Verificou-se ainda a presença de pessoas de diversos estados brasileiros, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, com a predominância dos dois primeiros. Daí, infere-se que, na tessitura da sociedade e da identidade alegrense, um traço marcante é a diversidade, tal qual se observa em nível estadual e federal (DADALTO, 2007). Vale ressaltar que os enlaces não envolviam apenas a endogamia, mas também o casamento interétnico: italianos se casando com austríacos; austríacos se casando com poloneses ou com portugueses; imigrantes diversos contraindo núpcias com nacionais. Esses enlaces interétnicos são um indicativo de outro traço social e identitário marcante de Alegre e do Espírito Santo: a formação de sujeitos culturalmente híbridos (BURKE, 2003).

No caso dos sírios e libaneses, identificou-se 12 casamentos, cuja análise envolveu sete variantes em relação aos cônjuges: profissão, estado civil, ano do casamento, naturalidade e nacionalidade, local de residência e tipo de enlace (endogâmico ou exogâmico). O objetivo foi apresentar um panorama geral desses indivíduos, bem como pensar os relacionamentos, a mobilidade e as redes que construíram. Dos 12 casamentos, a maioria (8) ocorreu dentro do mesmo grupo étnico, mas sem o movimento de ir ao Líbano ou à Síria buscar a esposa e retornar, porque todas residiam no Brasil. Quatro enlaces se deram fora da colônia, o que mostrou um movimento já observado por Santos (2019), da busca de inserção social mais rápida por meio da hibridização. Portanto, sírios e libaneses, em virtude dos preconceitos e do estigma a que estavam submetidos, buscaram uma aceitação que passava pelo casamento com pessoas de fora da

colônia. Por outro lado, indivíduos de fora da colônia buscavam, nos imigrantes, participar da ascensão socioeconômica que experimentavam (SANTOS, 2019). Dos quatro casamentos fora da colônia, três envolveram indivíduos nascidos no Oriente Médio, e apenas um era descendente nascido no Brasil.

Em relação à profissão, as mulheres eram domésticas ou do lar, refletindo as relações de gênero vigentes, ou seja, às mulheres estavam reservados os espaços da casa, do lar (SAFFIOTI, 1987). Quanto aos homens, oito eram negociantes e comerciantes. Outros quatro homens não tiveram as profissões indicadas nos registros, mas sabe-se por outra fonte que, pelo menos um deles, também era comerciante. Isso demonstra o perfil profissional dos sírios e libaneses assentados no Brasil e no Espírito Santo, que é o de atividades comerciais (TRUZZI, 1997).

Quanto ao estado civil, há uma predominância de solteiros. Nos anos de 1914, 1925 e 1928, ocorreram dois casamentos por ano. Já nos anos de 1898, 1904, 1905, 1916, 1924 e 1930 ocorreu somente um casamento por ano. Quanto ao local de residência dos noivos, apenas um era de fora da região de Alegre, residindo em Patrocínio de Muriaé, Minas Gerais. Portanto, os outros 11 noivos eram residentes em Alegre. Trata-se, pois, de um aspecto interessante, já que havia uma grande mobilidade espacial desses imigrantes e o contato com sírios e libaneses de outras localidades, o que era facilitado pela atividade profissional que exerciam. Santos (2019) ainda observou que, em Mimoso e em Itapemirim, por exemplo, no mesmo período, a situação foi diferente, porque houve vários casamentos envolvendo sírios e libaneses de outras cidades capixabas, bem como de outros Estados, também, com mulheres residentes em Mimoso e Itapemirim.

Importante frisar que o casamento era, também, um negócio acordado pelas famílias (HAJJAR, 1985), as quais recebiam vendedores de origem síria e libanesa de outras localidades, bem como patrícios de diversas cidades, que compunham redes de solidariedade. Nesses contatos, os enlaces eram combinados, arranjados, mas, em Alegre, o que se verificou foi que esses casamentos envolveram sujeitos locais, o que não significa que os casamentos não fossem combinados entre os membros mais velhos das famílias. Em relação à naturalidade dos nubentes, os dados apontam para alguma diversidade de locais de origem, mas trata dos locais de forma genérica.

Pode ser uma característica da própria produção do registro civil da época, mas, por exemplo, só no caso de duas mulheres especifica-se a cidade de onde elas são naturais: Alegre e Beirute. Nos outros, indica-se a região ou país, por exemplo, Grande Líbano ou Síria, ou estados brasileiros, como Espírito Santo e Minas Gerais. Se fosse indicada a cidade de origem, seria facilitada a compreensão sobre a mobilidade espacial empreendida por esses indivíduos e suas famílias. As Tabelas 1 e 2[15] apresentam a nacionalidade dos noivos, respectivamente, homens e mulheres.

Nacionalidade – Homens	Percentual
Brasileiro	2
Líbano (Turquia)	2
Líbano	2
Síria	4
Síria (Turquia)	2

Tabela 1: nacionalidade das mulheres. Fonte: organização dos autores.

Sobre os dados da Tabela 1, duas conclusões se destacam: a primeira é que, provavelmente, nenhum noivo era turco – o que se explica pelo fato de, se a região de origem estava sob controle do Império Turco Otomano, os imigrantes entrariam no Brasil com passaporte turco (TRUZZI, 1997). A segunda é que, possivelmente, os noivos são libaneses, já que Líbano e Síria faziam parte de uma mesma região chamada Grande Síria até a Primeira Grande Guerra (TRUZZI, 1997), mas, nos documentos brasileiros, entre os quais os cartoriais, havia uma imprecisão no uso dos termos "turco", "sírio" e "libanês". De acordo com Cam-

15 Registros de Casamento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Alegre, livros n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, 1890-1930. Alegre, ES.

pos (1987), ao longo das quatro primeiras décadas do século XX é que essa diferença vai se definir nos documentos oficiais. Isso é indicativo daquilo que Hall (2000) já havia afirmado, de que as identidades são plurais, não são um dado a priori; construídas na relação com o outro, com o diferente e, além disso, são múltiplas.

Já sobre a nacionalidade das mulheres, conforme Tabela 2, observa-se a predominância de brasileiras (50%), e as outras são naturais do Oriente Médio.

Outra característica também observada por Santos (2019) em outras localidades do sul capixaba foi o enlace matrimonial de brasileiras com sírios e libaneses ou descendentes. Nessa perspectiva, a exogamia foi uma estratégia utilizada por esses imigrantes e seus descendentes, para que tivessem uma inserção social mais célere e, por conseguinte, uma maior aceitação (SANTOS, 2019).

Nacionalidade – Mulheres	Percentual
Brasileira	6
Líbano (Turquia)	2
Líbano	2
Síria	1
Síria (Brasileira naTuralizada)	1

Tabela 2: nacionalidade das mulheres. Fonte: organização dos autores

Considerações Finais

Sírios e libaneses e seus descendentes foram fundamentais para a tessitura da sociedade capixaba e alegrense, cuja característica é a diversidade (DADALTO, 2007). No entanto, ao se assentarem naquela localidade, esses imigrantes tiveram de reconstruir suas vidas e o fizeram enfrentando inúmeras dificuldades, conforme os relatos orais mostraram. Entre os obstáculos superados, Jamile Cade mencionou incêndio criminoso e emboscada, mas certamente houve outras violências, afora o estigma, o preconceito, a saudade da terra natal e dos familiares que não emigraram.

A História Oral permitiu reconstruir parte da trajetória de três famílias de sírios e libaneses assentadas em Alegre, lançando luz sobre as razões pelas quais emigraram, o estado civil dos que emigraram, aonde chegaram antes de se estabelecerem em Alegre, os tipos de estabelecimentos comerciais ao quais se dedicaram, entre outras memórias. Assim, ao dar voz às descendentes, a História Oral permitiu conhecer aspectos dessa imigração, que por outra via não seria possível. Entre esses achados, o fato de José Amado Aride e Salomão Cade serem drusos, isto é, muçulmanos, um dos quais permaneceu em sua religião até o fim da vida. E ainda, o fato dos três, José Amado Aride, Issa Kede e Salomão Cade, terem se casado com descendentes de espanhóis (SILVA, 2021; CADE, 2021, KEDE, 2021).

No processo de construção de suas identidades e para facilitar sua integração social, sírios e libaneses, em Alegre, renunciaram a alguns traços culturais – a língua árabe –, e preservaram outros – a culinária. Os casamentos ocorreram dentro ou fora do grupo étnico – alguns optaram pela endogamia, outros, por se casarem fora do grupo étnico, fosse com mulheres nacionais ou estrangeiras. Isso possibilitou aquilo que Burke (2003) denominou hibridismo cultural, caracterizado por uma mistura étnica. Do mesmo modo, mostrou que as identidades também são múltiplas e podem ser negociadas e (re)construídas (HALL, 2000).

Referências - Fontes orais

CADE, Jamile. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, em Alegre, 27 de maio 2021.

KEDE, Syria. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Emanuela Ferreira Neves e Gabriel Ramanholi Monteiro Rodrigues, 26 de jun. 2021.

SILVA, Zahir Aride Rodrigues da. Entrevista concedida a Adilson Silva Santos, Emanuela Ferreira Neves e Gabriel Ramanholi Monteiro Rodrigues, 09 de jun. 2021.

Registros de casamento

Registros de Casamento. Cartório do 1º Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Alegre, livros n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, 1890-1930 Alegre, ES.

Obras de apoio

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Estudos sobre a estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo.** Vitória: SPDC/Ufes, 1993.

BRAVO, Carlos Magno Rodrigues. **Nossas raízes.** O Alegre até o ano de 1920: fatos e biografias. Alegre, 1998.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural.** São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2003. (Coleção Aldus).

CAMPOS, Mintaha Alcuri. **Turco pobre, sírio remediado, libanês rico:** a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1987.

DADALTO, Maria Cristina. Os rastros da diversidade da identidade capixaba. **SINAIS** – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, nº. 01, v. 1, Abril, 2007, p. 57-74.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os "outsiders"**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERRAZ, Manoel P. **Alegre:** a terra e o povo. Resenha histórica do município de Alegre. Alegre: Jornal Mensagem Editora, 1986.

HAJJAR, Claude Fahd. **Imigração árabe:** 100 anos de reflexão. São Paulo: Ícone,

1985.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

MARINS, Antônio. **Minha terra e meu município.** Rio de Janeiro, 1920.

PEREIRA, Ana Aparecida Barbosa. **Patrimônio rural do Espírito Santo: estudos para sua preservação.** 2012, 436 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. **Árabes no Rio de Janeiro:** uma identidade plural. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol.5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987 (Coleção Polêmica).

SALETTO, Nara. Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1889-1930). Vitória: EDUFES, 1996.

SANTOS, Adilson Silva. **Sírios e libaneses no sul do Espírito Santo (1890-1930).** 2019, 388f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

TRUZZI, Oswaldo. **Patrícios:** sírios e libaneses em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1997.

ARTIGO

O QUE NOS ACOSTA: HISTÓRIA DE VIDA DE UMA FAMÍLIA DE VENEZUELANOS REFUGIADA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Viviane Mozine Rodrigues

Doutora em Ciências Sociais PUC-SP, Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha (PPGS/UVV).

Barbara Azevedo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha (PPGS/UVV).

Resumo

O artigo explora o conceito de refúgio e a evolução da legislação migratória no Brasil, utilizando como eixo central a história de vida de uma família de venezuelanos com status de refugiados, residentes no Estado do Espírito Santo. O percurso metodológico foi realizado através de revisão bibliográfica, pesquisa de campo, história de vida e entrevista. A análise evidenciou que a complexidade do fluxo migratório venezuelano, a Operação Acolhida e a atuação de organizações sociais emergiram como aspectos centrais e sensíveis na narrativa migrante.

Palavras-chave: Refugiados; Venezuela; Espírito Santo; Programa de Interiorização.

Abstract

The article explores the concept of refuge and the evolution of migration legislation in Brazil, using as its central axis the life story of a Venezuelan family with refugee status, living in the state of Espírito Santo. The methodological path was conducted through a bibliographic review, field research, life story and interview. The analysis showed that the complexity of the Venezuelan migration outflow, Operação Acolhida and the actions of social organizations emerged as central and sensitive aspects in the migrant narrative.

Keywords: Refugees; Venezuela; Espírito Santo; Interiorization Program.

Introdução

A crise política, econômica e social na Venezuela desencadeou um dos maiores fluxos migratórios da história recente da América Latina. Desde 2015, milhões de venezuelanos têm deixado seu país em busca de refúgio e melhores condições de vida, dirigindo-se a diversas nações, incluindo o Brasil (ACNUR, 2024, n.p). A proximidade geográfica e o marco regulatório brasileiro, amplamente reconhecido como progressista, fizeram do país um destino importante para essas populações. Contudo, a chegada massiva de refugiados, principalmente pela fronteira do estado de Roraima, colocou à prova a capacidade do Brasil de acolher, integrar e redistribuir esses migrantes pelo território nacional (POLÍCIA FEDERAL, 2024, n.p).

Dentre as iniciativas implementadas para lidar com esse fluxo, destaca-se a Operação Acolhida, um programa governamental que inclui ações humanitárias na fronteira e o Programa de Interiorização, que busca redistribuir refugiados para outros estados brasileiros, oferecendo-lhes melhores condições de recomeço. No entanto, o impacto dessas medidas ainda é limitado por desafios estruturais, logísticos e sociais, especialmente nos estados que recebem migrantes.

Este artigo tem por objetivo narrar a trajetória da vi(n)da da Família Acosta, uma família de quatro venezuelanos que vieram ao Espírito Santo como refugiados. O título utiliza-se criativamente de um falso cognato da língua, para ilustrar os desafios migratórios que se impõem nessa jornada. Essa narrativa busca ilustrar os desafios e conquistas enfrentados por migrantes no contexto brasileiro, destacando o papel das redes de apoio local.

Os objetivos específicos incluem, em primeiro lugar, apresentar o conceito de refúgio e analisar a evolução da legislação migratória no Brasil. Ademais, apresentar relevância da Operação Acolhida e a complexidade do fluxo migratório venezuelano. Por fim, busca-se relatar a história de vida de migrantes em uma categoria específica – de refúgio – reconhecida e protegida por leis internacionais e que vieram recomeçar suas vidas no Estado do Espírito Santo.

A metodologia utilizada neste estudo fundamenta-se na abordagem da história de vida, complementada por revisão bibliográfica e pesquisa de campo. No caso da família Acosta, os dados foram coletados por meio de uma entrevista realizada no dia 7 de novembro de 2024, às 14 horas, com duração de 48 minutos, utilizando o aplicativo *Whatsapp*. Esse formato foi escolhido por sua acessibilidade e viabilidade logística, considerando a disponibilidade dos entrevistados.

Ao longo do artigo, buscamos demonstrar que, apesar de o Brasil ter avançado no aspecto legislativo, sendo contemporaneamente um país exemplo de vanguarda neste sentido, a sua aplicação ainda é de difícil execução. Prova disso é a Operação Acolhida, uma solução emergencial aos problemas de afluxo migratório na fronteira Brasil x Venezuela, que ainda enfrenta desafios em termos de abrangência e sustentabilidade. Apesar do Estado de o Espírito Santo não ser um destino preferencial dos venezuelanos, a rede de apoio, tanto das organizações sociais quanto familiar, torna o destino capixaba atrativo.

Refugiados e a evolução da legislação migratória no Brasil

A Convenção Internacional de 1951, criada logo após a Segunda Guerra Mundial, define que:

> o termo "refugiado" se aplicará a qualquer pessoa: que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, 1951, p. 1).

Este conceito foi complementado pelo Protocolo de 1967[1], que eliminou limitações geográficas e temporais originalmente presentes na Convenção de 1951. No contexto regional, a Declaração de Cartagena de 1984[2] introduziu uma definição mais abrangente de refugiado, reconhecendo também aqueles que fogem de graves violações dos diretos humanos ou da violência generalizada, ampliando a proteção aos migrantes forçados e estabelecendo princípios essenciais como o da não-devolução, que impede o retorno forçado dos refugiados a locais onde enfrentam riscos de perseguição, e a importância do respeito ao repatriamento voluntário (ACNUR, 1984, p. 2-3).

No contexto do Brasil, a legislação migratória também passou por importantes marcos. O Estatuto do Estrangeiro[3], promulgado em 1980, regulamentou inicialmente as condições de permanência de migrantes no país, embora com foco na segurança nacional, e criou o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) com o objetivo de "orientar, coordenar e fiscalizar as atividades de imigração" (BRASIL, 1980, p.21).

Com a Constituição de 1988, o Brasil iniciou um processo de redemocratização, marcando também a expansão e a afirmação dos direitos dos estrangeiros no país. Esse novo contexto constitucional tornou incompatíveis diversos preceitos do Estatuto do Estrangeiro, que datava de 1980, criando um descompasso entre a Constituição e a legislação vigente. Diante dessa disparidade, tornou-se necessário criar uma nova legislação que refletisse os princípios da Constituição e possibilitasse uma implementação mais efetiva dos direitos estabelecidos (DAL RI e DE MOURA, 2020, p. 36).

O Brasil foi o primeiro país da região do Cone-Sul a sancionar uma Lei Nacional de Refúgio (Lei n. 9.474/97)[4], ampliando a definição para incluir, entre outros pontos, indivíduos que devido à "grave e generalizada violação de direitos humanos, são obrigados a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país" (BRASIL, 1997, p. 1). Foi através da Lei Nacional do Refúgio que o CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) foi criado, este órgão colegiado do Ministério da Justiça tem como competência:

I - analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado;

II - decidir a cessação, em primeira instância, ex officio ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado;

III - determinar a perda, em primeira instância, da condição de refugiado;

IV - orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados;

V - aprovar instruções normativas esclarecedoras à execução desta Lei (BRASIL, 1997, p. 3).

Apesar de a legislação brasileira sobre refugiados ser referência internacional, a legislação para os imigrantes ainda era herança da ditadura. Isso resultava em um sistema que refletia desvios entre o auxílio e o que o auxiliado estava realmente precisando no desenvolvimento de uma ação de resposta. Para resolver essa questão, foi sancionada a Nova Lei do Migrante (Lei n. 13.445/2017)[5] por unanimidade no Senado Federal. Dentre as principais mudanças estão direitos anteriormente não assegurados, como o acesso igualitário a serviços, programas e benefícios sociais públicos, a desburocratização do processo de

1 O Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados foi criado para eliminar as restrições geográficas e temporais da Convenção de 1951. A definição de refugiado passou, então, a se aplicar a pessoas deslocadas em qualquer período e em qualquer lugar do mundo, desde que se enquadrassem nos critérios estabelecidos pela convenção de 1951: fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política.

2 A Declaração de Cartagena de 1984 emergiu como resposta às crises de refugiados resultantes de conflitos armados, perseguições políticas e violações dos direitos humanos na América Latina.

3 A Lei nº 6.815 de 1980 foi criada no contexto da ditadura militar e estabeleceu a regulamentação migratória brasileira, focada na segurança nacional e na proteção dos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do país, além da defesa do trabalhador nacional.

4 Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997 que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e determina outras providências.

5 A sanção da lei ocorreu em 24 de maio de 2017. Os vetos da nova lei estão disponíveis no site https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm

regularização migratória e a institucionalização do visto humanitário. A lei consagrou "os princípios da indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos" e repudiou toda e qualquer forma de discriminação (GUERRA, 2017, p. 1727).

O Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) foi criado em 1938, e era obrigatório para estrangeiros menores de 60 anos. A partir de 2017, com a Nova Lei do Migrante, o RNE foi substituído pelo Registro Nacional Migratório (RNM), reforçando o compromisso do país com a acolhida e regularização de migrantes e refugiados. Este documento é emitido pela Polícia Federal e identifica os imigrantes no Brasil, sendo utilizado tanto para estrangeiros com visto temporário ou permanente; para refugiados, apátridas ou asilados; estrangeiros que solicitam autorização de residência; como renovação do tanto do visto como autorização de residência (BRASIL, 2017, p. 25).

A Lei do Migrante rege-se por princípios como a acolhida humanitária, a promoção e a difusão de direitos, a igualdade com os nacionais, garantindo o acesso à justiça, serviços públicos de saúde, previdência e educação. Conforme a Lei do Migrante, o Brasil compromete-se a integrar e desenvolver as regiões de fronteira, além de articular políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos dos residentes fronteiriços. Também é previsto um esforço para a desburocratização, modernização e atualização do sistema de atendimento aos migrantes, visando aprimorar a assistência ao emigrante (BRASIL, 2017, p. 1). No entanto, a lei não define especificamente quais políticas deverão ser criadas, nem como as regiões fronteiriças deverão ser desenvolvidas, nem de onde virá o investimento para o desenvolvimento de tais áreas.

O Brasil implementa o visto humanitário[6], regulamentado pelo CNIg, como uma resposta a crises humanitárias, oferecendo proteção temporária a cidadãos de países que enfrentam situações graves de violação de direitos humanos, como guerras e perseguições políticas, garantindo acesso a direitos básicos, como saúde e educação (BRASIL, 2018, p. 1-2). Existe também o Acordo de Residência do Mercosul[7], que facilita a migração para cidadãos de países membros, permitindo a obtenção de residência temporária e permanente sem a necessidade de visto, promovendo a integração regional (BRASIL, 2009, p. 2).

Sabe-se que cerca de 122,6 milhões de pessoas[8] deslocaram-se à força de seu país de origem; destas, 38% buscaram refúgio ou asilo em outro país (ACNUR, 2024, n.p). Na América Latina e no Caribe, um dos principais países de origem dos deslocamentos é a Venezuela (ACNUR, 2023, n.p). A crise político-econômica venezuelana, que gerou instabilidade e falta de assistência básica, resultou em mais de 5,4 milhões de deslocamentos[9], tornando-se uma das maiores crises de deslocamento no mundo (ACNUR, 2024, n.p).

O Brasil concedeu no ano de 2023 status de refugiado a 143 mil pessoas, 54% dessas foram apreciadas neste último ano (2023) devido a uma força tarefa que apurou casos acumulados de anos anteriores (CONARE, 2024, n.p). Observando o histórico, de 1985 a 2018, o país tinha 9.093 pessoas reconhecidas como refugiadas, a maioria oriundas do Senegal, Síria, Angola, Congo e Haiti. Nos anos seguintes, a Venezuela tem liderado com mais de 90% dos reconhecimentos, transicionando de 22 venezuelanos reconhecidos até 2018 como refugiados para mais de 128 mil[10] em 2023

6 Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018 (MJ/MRE/MT), que estende a autorização de residência para nacionais dos Estados - Partes do Mercosul e países associados (promulgado pelo Decreto 6.975/2009) ao imigrante que esteja no Brasil e seja nacional de país fronteiriço. Mais informações através do site https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/.

7 Decreto nº 6.975 de 2009 que promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai), e Estados associados (Bolívia e Chile).

8 O número total de pessoas deslocadas à força é calculado utilizando estatísticas do ACNUR, UNRWA e IDMC. Para mais informações, consultar https://www.unhcr.org/mid-year-trends.

9 Distintos organismos internacionais e plataformas apresentam números cada vez mais altos. Para a ACNUR, são mais de 5.4 milhões de refugiados venezuelanos (https://www.acnur.org/br/emergencias/venezuela). Para R4V, Inter-Agency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela, o número ultrapassa 6 milhões (https://www.r4v.info/en/refugeeandmigrants).

10 Até final de 2022, 53.485 venezuelanos foram reconhecidos com o status de refugiado. No ano de 2023, mais de 73 mil venezuelanos foram

(CONARE, 2024, n.p), a maioria desses ingressaram pelo município de Pacaraima, em Roraima, o único ponto de entrada terrestre entre os dois países (POLÍCIA FEDERAL, 2024, n.p).

Apesar do salto no número de refugiados venezuelanos, vale ressaltar que muitos deles que se qualificam para o status de refugiado optam por não se registrar como tal, preferindo buscar outras formas de permanência no território brasileiro[11]. Essas alternativas costumam ser mais acessíveis e rápidas de obter, permitindo o acesso ao mercado de trabalho, à educação e aos serviços sociais (ACNUR, 2023, n.p).

Operação Acolhida

Desde 2017, o governo brasileiro estima que mais de 1,1 milhão de venezuelanos deram entrada no país, a grande maioria (76%) por Pacaraima-RR. Este afluxo para o Estado de Roraima resultou em duas operações do Exército Brasileiro:

Operação Controle: com o objetivo de combater crimes transfronteiriços e apoiar o controle migratório em Roraima.

Operação Acolhida: Força-Tarefa Logística Humanitária, que coordena os trabalhos de diversas agências, com a finalidade de fornecer os serviços públicos essenciais e necessários para receber, alimentar e garantir saúde, segurança e assistência social aos migrantes (BRASIL,2024, n.p).

Criada em 2018 por uma medida provisória e posteriormente convertida em lei (Lei nº. 13.684)[12], a Operação Acolhida é uma ação humanitária do governo federal para receber migrantes e refugiados venezuelanos que chegam ao Brasil em decorrência da crise política, econômica e social na Venezuela. A Operação "consiste na realocação voluntária, segura, ordenada e gratuita dessas pessoas, em situação de vulnerabilidade, dos municípios de Roraima para outras cidades do Brasil" (BRASIL, 2024, n.p).

A lei, além de dispor sobre as medidas emergenciais de assistência humanitária, institui o Comitê Federal de Assistência Emergencial, ao qual compete:

I - articular ações, projetos e atividades desenvolvidos com apoio dos Governos federal, estaduais, distrital e municipais no âmbito da assistência emergencial;

II - estabelecer as diretrizes e as ações prioritárias do Governo federal para a implementação da assistência emergencial;

III - supervisionar o planejamento e a execução de ações conjuntas de órgãos que atuem na execução das medidas estabelecidas pelo Comitê Federal;

IV - propor aos órgãos competentes medidas para assegurar os recursos necessários à implementação das ações, dos projetos e das atividades de assistência emergencial;

V - firmar parcerias com:

a) órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

b) entes federativos;

c) organizações da sociedade civil;

d) entidades privadas;

e) especialistas; e

f) organismos internacionais;

VI - acompanhar e avaliar a execução da assistência emergencial e adotar medidas para a mitigação de riscos; e

VII - elaborar relatório semestral de suas atividades, com a avaliação da execução e dos resultados" (BRASIL, 2021, p. 1).[13]

reconhecidos como refugiados pelo CONARE, totalizando, portanto, mais de 128 mil refugiados venezuelanos até 2023.

11 Migrantes podem ficar no Brasil por residência temporária (trabalho, estudo, família) ou permanente (casamento, filhos brasileiros, investimento, Mercosul), por naturalização, visto humanitário, refúgio, reunião familiar, acordos regionais ou regularização migratória.

12 Lei 13.684 de 21 de julho de 2018 que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. Para mais informações, consultar texto na integra no site do planalto: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm.

13 O Comitê Federal de Assistência Emergencial, instituído pela Lei 13.684/2017, é regulado atualmente pelo decreto nº 10.917/2021.

Sob a liderança da Casa Civil da Presidência da República, o Comitê Federal de Assistência Emergencial tem a responsabilidade de organizar e integrar os esforços intersetoriais voltados para a resposta humanitária. Dentro dessa estrutura, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) lidera o Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade, que organiza ações de assistência em abrigos situados em Roraima e conduz a estratégia de interiorização em parceria com órgãos governamentais, estados e municípios em todo o Brasil.

O MDS também é responsável pelo gerenciamento do Grupo de Discussão Indígena, que busca estabelecer diálogo e desenvolver estratégias para fortalecer iniciativas voltadas aos indígenas migrantes e refugiados, como é o caso dos indígenas Warao (povo da água ou da Canoa na língua materna), um grupo ético constituído originalmente há mais de oito mil anos na região do delta do Rio Orinoco, são hoje a segunda maior etnia da Venezuela segundo dados do Censo de 2011 (ACNUR, 2021, p. 3).

As operações do Exército contam com apoio de outros órgãos e agências governamentais. As Forças Armadas, incluindo Marinha, Exército e Aeronáutica, prestam suporte logístico à operação, contribuindo com serviços de infraestrutura, transporte, saúde e administração, em colaboração com agências da ONU e entidades da sociedade civil. As Forças Armadas, incluindo Marinha, Exército e Aeronáutica, prestam suporte logístico à operação, contribuindo com serviços de infraestrutura, transporte, saúde e administração, em colaboração com agências da ONU e entidades da sociedade civil.

Desde o lançamento da Operação Acolhida, em 2018, o Governo Federal promove a redistribuição interna de migrantes como forma de reduzir os impactos sociais e econômicos nas regiões de fronteira. Segundo dados do Exército (2024, p. 2), até outubro de 2024, o programa já interiorizou 141,336 de pessoas[14]. Os participantes aderem voluntariamente e são transferidos para diferentes regiões do país, recebendo gratuitamente documentação essencial, como o RNM (Registro Nacional Migratório), CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) e Carteira de Trabalho, mesmo enquanto aguardam a decisão do CONARE sobre seus pedidos de refúgio. Há quatro modalidades de interiorização: institucional, reunificação familiar, reunião social e vaga de emprego sinalizada (VES):

Institucional: Saída de abrigos em Roraima para abrigos em uma das cidades de destino (Governamental ou sociedade civil parceira).

Reunificação Familiar: Migrantes que desejam reunir-se com seus familiares que residem regularmente em outras regiões do país, estejam dispostos e tenham condições de oferecer apoio e moradia.

Reunião Social: Migrantes que desejam reunir-se com indivíduos com quem possuam vínculo de amizade, ou afetividade, ou familiares cujo vínculo não possa ser comprovado por meio de documentação. Os receptores devem ter condições de garantir o sustento e a moradia dos acolhidos.

Vaga de Emprego Sinalizada (VES): Deslocamento de migrantes e refugiados que receberam sinalização de oportunidade de trabalho por empresas brasileiras de todas as regiões do país. Os migrantes selecionados são apoiados pela Operação Acolhida para o deslocamento até o município onde serão contratados. São verificados os antecedentes das empresas para prevenir situações de exploração laboral. Também recebem um apoio social tanto da empresa como de agências da ONU e entidades da sociedade civil parceiras por até três meses (BRASIL, 2024, n.p).

A maioria dos venezuelanos interiorizados no Brasil é transferida por motivos de reunião social (48%), seguida por reunificação familiar (18%), VES (16%), razões institucionais (12%) e outros casos sem informações disponíveis (6%) (BRASIL, 2024, p. 2). Embora amplamente destacada, a Interiorização é apenas um dos três eixos da Operação Acolhida. Os outros dois incluem a recepção e acolhimento na fronteira, onde centros de triagem oferecem serviços básicos como alimentação e abrigo, e o abrigamen-

14 Dados do Painel de Interiorização alimentado pelo Exército Brasileiro. Para mais informações, consultar https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/.

to, com estruturas temporárias em cidades como Boa Vista e Pacaraima, geridas por agências humanitárias, como a ONU (BRASIL, 2024, n.p).

A complexidade do fluxo migratório venezuelano

A Venezuela vive uma crise institucional prolongada, marcada por disputas entre o governo de Nicolás Maduro e a oposição, além da deterioração da democracia e do Estado de Direito. Há mais de uma década, o governo tem sido acusad o de violar direitos humanos, reprimir opositores políticos e manipular as eleições, o que contribuiu para um ambiente de instabilidade interna (HRW, 2022, n.p). A concentração de poder nas mãos do executivo, a perseguição a dissidentes e a falta de alternância de poder agravaram a situação, fazendo com que muitos venezuelanos se sentissem obrigados a deixar o país. A Venezuela se tornou um país "de onde se sai voluntariamente numa migração forçada" (GÓIS e SILVA, 2021, p. 7).

A crise na Venezuela é de uma natureza complexa e multifacetada, e há uma grande preocupação de que os atores nacionais e internacionais atuem de maneira responsável para alcançar uma solução pacífica, abrangente e sustentável. Essa solução deve garantir a preservação da democracia, ajudar a mitigar a crise econômica e humanitária, melhorar as condições de vida da população venezuelana e evitar a repetição de práticas intervencionistas prejudiciais do passado (LEGLER et al., 2018, p. 10).

A crise econômica e política tem múltiplas e complexas causas. Por meio de uma análise histórica, é possível observar que o declínio venezuelano ultrapassa a era Chavez-Maduro. Pouco depois da independência de 1811, Simón Bolívar liderou uma invasão ao território venezuelano, instaurando um novo governo e sendo aclamado como El Libertador. Bolívar idealizou a Grande Colômbia, território que englobava Colômbia, Equador, Panamá, Venezuela e partes do Brasil e Nicarágua. Após sua morte, em 1830, a Venezuela separa-se, e a Grande Colômbia deixa de existir em 1831 (LANGUE, 2009, p. 270).

No final do século XIX, a descoberta de petróleo transformou a economia venezuelana. Até então, o país era essencialmente uma república recente marcada por instabilidades políticas, com práticas mercantilistas e regulatórias altamente excludentes para a maior parte da população. O petróleo rapidamente se transformou no elemento central da economia venezuelana, atraindo capital estrangeiro e a vinculação entre capital e Estado, mediada pela produção e renda do "ouro negro", permaneceu presente no processo de democratização do país (MENDES, 2010, p. 33).

"O rendimento gerado pela venda internacional do petróleo formou instituições e organizações venezuelanas, tornando-as um recurso do Estado no diálogo com a sociedade" (GÓIS; SILVA, 2021, p. 10). Embora nas décadas de 1950 e 1970 a Venezuela tenha sido uma referência democrática na América Latina (MENDES, 2010, p. 7-8), o protagonismo único do petróleo como fator econômico gerou grande dependência da importação de bens de consumo (VASCONCELOS; SANTOS, 2021, p. 31).

Apesar das tentativas de diversificação econômica, o país continuava dependendo dos recursos do petróleo, o que limitava o avanço de políticas industriais. A alta demanda por programas sociais e a variação nos preços do petróleo afetavam diretamente a capacidade do Estado de sustentar essas políticas. Em certos momentos, o lucro com a venda do petróleo priorizava a importação de produtos em vez de investir em indústrias locais (MENDES, 2010, p. 34-35).

Entre os anos 1970 e 1980, a alta do preço do petróleo gerou uma aparente prosperidade econômica no país. A entrada de capital garantiu estabilidade e permitiu o fortalecimento de políticas sociais sem aumento da carga tributária, beneficiando diferentes classes sociais. Contudo, essa bonança foi uma ilusão, pois não houve investimentos em desenvolvimento econômico e social sustentável. O aumento das divisas resultou em crescimento do PIB, melhoria no padrão de consumo, expansão da infraestrutura e atração de migrantes de outros países latino-americanos (VASCONCELOS; SANTOS, 2021, p. 32-33).

A partir da década de 1980, a Venezuela enfrentou limites em seu modelo econômico, com

a queda dos preços do petróleo e dificuldades internas, como corrupção e cortes em investimentos sociais. Tentativas de reestruturação neoliberal falharam em estabilizar a economia, levando a protestos como o Caracazo[15]. O país, antes receptor de imigrantes, passou a viver instabilidade política e econômica, marcada pela dependência do petróleo (MENDES, 2010, p. 39-40; VASCONCELOS; SANTOS, 2021, p. 33-35).

No cenário de oscilações entre abundância e escassez, Hugo Chávez chegou ao poder. Embora seu governo não tenha alterado de maneira significativa a estrutura produtiva do país, que permaneceu totalmente dependente da exploração e venda do petróleo, Chávez modificou completamente as estruturas sociais e políticas. Ele abriu a Venezuela para outros países, como o Brasil, e diminuiu a pobreza em 2010 para 21% contra 70% antes de seu governo, além de reduzir a extrema pobreza para 7,3%, contra 40% nos governos anteriores (ZERO, 2017, p. 5).

Chavéz foi um arquétipo a ser seguido por Nicolas Maduro que chegou ao poder após a morte de Hugo Chavéz, em 2013. E a Venezuela, que já foi uma das economias mais prósperas da América Latina devido às suas vastas reservas de petróleo, enfrenta uma grave recessão desde o colapso dos preços do petróleo em 2014. A hiperinflação, que chegou a 130.060% em 2018, destruiu o poder de compra da população, tornando impossível a aquisição de bens básicos, como alimentos e medicamentos (IMF, 2019, p. 157). Como consequência, o país vive uma "hiperinflação crônica", com grande parte da população vivendo na pobreza, e a escassez de produtos de primeira necessidade se tornou entranhado na realidade do povo venezuelano (UCAB, 2022, p. 41).

Entre as diferentes consequências da crise na Venezuela, observa-se, a partir de 2015, um aumento significativo do fluxo de venezuelanos para outros países, tanto para os destinos clássicos da emigração venezuelana, como Estados Unidos da América e Espanha, quanto para países fronteiriços ou outros destinos no continente americano (IOM, 2019, p. 1),[16] pressionando significativamente toda a América Latina, gerando desafios humanitários e de governança regional (ACNUR, 2024, n.p). O volume estimado de migrantes e refugiados venezuelanos que abandonaram o seu país ultrapassa 20% da população total venezuelana (Plataforma Regional de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela – R4V, 2024, n.p).

A migração venezuelana também tem uma dimensão étnica e cultural, pois afeta não só a população urbana e mais rica, mas também grupos étnicos minoritários, como os indígenas Warao, que sofrem particularmente com a vulnerabilidade econômica e a falta de acesso a serviços essenciais (ACNUR, 2020, p. 115). Muitos desses grupos étnicos têm cruzado as fronteiras em busca de proteção e assistência humanitária. O estado de Roraima concentrou o maior volume de solicitações de refúgio apreciadas pelo CONARE em 2023 (51,5%), seguido por Amazonas (14,2%) e São Paulo (7,5%). O Estado do Espírito Santo representou menos de 1% de todos os pedidos apreciados no ano de 2023, 110 de 138,359 solicitações (CONARE, 2024, n.p).

Ao chegar ao Brasil, o primeiro contato dos migrantes, de acordo com os processos brasileiros, é com a Polícia Federal, que analisará a procedência e finalidade da pessoa; nos casos em que a porta de entrada não seja aérea (aeroportos), nem sempre este processo é seguido. Os venezuelanos que adentram ao Brasil chegam, majoritariamente, via terrestre (POLÍCIA FEDERAL, 2024, n.p), para eles, o primeiro contato será com os centros de acolhida e a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), que receberão estas pessoas e farão a triagem, as instituições, normalmente religiosas, como é o caso da Caritas[17], uma das poucas entidades que prestam serviços

15 O Caracazo, ocorrido em 27 de janeiro de 1989, foi uma das manifestações mais emblemáticas contra as medidas adotadas pelo governo venezuelano. O protesto resultou em quase 300 mortos e milhares de feridos.

16 O relatório da IOM (International Migration Report) compara o fluxo migratório venezuelano entre 2015 e 2019. Em 2015, havia menos venezuelanos na América Latina do que na Espanha e nos EUA. A partir de 2019, a América Latina se tornou o principal destino para esses migrantes.

17 A Caritas é uma organização católica internacional com sede em

de acolhida e integração aos refugiados no Brasil faz o primeiro atendimento, focando na situação física dos migrantes. A ACNUR auxiliará com questões jurídicas, abordando e explicando os direitos e deveres que os migrantes e refugiados têm e informações pertinentes sobre o país.

Entidades da sociedade civil, por meio de arrecadação de fundos, recepção e acolhida de refugiados são uma medida de alívio crucial e emergencial diante deste cenário. O alcance e auxílio público são insuficientes para aportar e endereçar todas as necessidades dos migrantes no país, pois apesar do "direito internacional reconhecer aos que sofrem perseguições políticas o direito a procurar asilo ou refúgio, não obrigue os Estados a cedê-lo" (RODRIGUES; SILVA, p. 126).

O governador do estado do Espírito Santo, no final de 2021, sancionou a Lei 11.420[18] que institui a Política Estadual para a população migrante em terras capixabas, com o objetivo de:

I - garantir ao migrante o acesso a direitos fundamentais, sociais e aos serviços públicos;

II - promover o respeito à diversidade e à interculturalidade;

III - impedir violações de direitos; e

IV - fomentar a participação social e desenvolver ações coordenadas com a sociedade civil (ESPÍRITO SANTO, 2021, p.1)

O estado do Espírito Santo recebeu 762 venezuelanos pelo programa de interiorização, menos de 1% do total de pessoas interiorizadas desde 2018 no Brasil. Foi através deste programa, em 2022, que a família Acosta, núcleo familiar composto pelo casal e dois filhos adolescentes, chegou ao Estado capixaba.

A família Acosta

A trajetória migratória da família Acosta teve início no estado de Bolívar, na Venezuela, motivada pela busca de melhores condições de vida no Brasil. Apesar de Bolívar ser um estado fronteiriço, a distância entre sua cidade de origem e Pacaraima, principal ponto de entrada no Brasil, demandou cerca de 24 horas de viagem[19], devido às condições precárias das estradas e à insegurança no trajeto. Ao chegarem à fronteira, em dezembro de 2022, enfrentaram grandes filas, reflexo do fluxo intenso de migrantes. No entanto, por já possuírem documentos venezuelanos válidos, o processo de entrada foi relativamente menos burocrático.

Na fronteira, a família iniciou o pedido de refúgio e realizou a emissão do CPF e a atualização das carteiras de vacinação. Em seguida, foi encaminhada a um abrigo da ONU em Pacaraima, onde permaneceu por dois meses. Esses abrigos oferecem estrutura básica: um local para pernoitar, itens de higiene e refeições, durante o dia, os migrantes precisam sair e só podem retornar à noite. Enquanto esperavam pela documentação necessária, a família também aguardava a confirmação da existência e disposição de parentes que pudessem acolhê-los no Espírito Santo, uma exigência do programa de interiorização da Operação Acolhida.

Na fronteira há todo o tipo de pessoa. Cada família passa por algo diferente e felizmente não sofremos nenhuma violência. Apesar dos dois meses de espera para poder sair de Roraima, o processo foi rápido comparado com as outras pessoas que encontramos em Pacaraima (Família Acosta, 2024, p.6).

Após os dois meses em Pacaraima, a família foi transferida para Boa Vista, onde permaneceu por 20 dias em outro abrigo, aguardando a autorização para seguir viagem ao Espírito Santo. No dia 5 de fevereiro de 2023, chegaram a Vitória, onde foram recebidos por parentes que já viviam no estado ha-

Roma, de onde coordena operações de emergência, propõe políticas para corrigir as desigualdades e defende um mundo justo e solidário. No Brasil, a Cáritas é um organismo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e possui uma rede com 198 entidades-membros, 13 regionais e 4 articulações. Mais informações no site https://caritas.org.br/.

18 Lei 11.420 de 11 de outubro de 2021 que institui a Política Estadual para a População Migrante no estado do Espírito Santo.

19 Da cidade de Guayana, no Estado de Bolivar, até Pacaraima, em Roraima, são mais de 700 km. O trajeto em transporte particular, leva em torno de 12 horas, porém, a família Acosta utilizou transporte coletivo e, devido à falta de infraestrutura rodoviária, o trajeto levou cerca de 24 horas.

via dois anos. Esses familiares desempenharam um papel fundamental ao conectá-los à comunidade mórmon [20] local, que os auxiliou com a locação de uma residência próxima e com a compra de itens básicos. Esse apoio inicial, que incluiu o custeio do aluguel por três meses, possibilitou à família iniciar sua adaptação.

Já no primeiro mês, o pai conseguiu um trabalho informal em um mercado próximo da residência e, pouco tempo depois, foi contratado por uma grande empresa, onde permanece empregado até hoje (2024). A mãe, por sua vez, iniciou seu emprego em 2023, em uma instituição de ensino na área de serviços gerais. Os filhos foram matriculados em uma escola estadual de período integral e, mais tarde, ingressaram no programa Jovem Aprendiz[21]. Além do suporte da comunidade religiosa, a família passou a integrar o programa Bolsa Família no mesmo ano de sua chegada ao Brasil, consolidando sua estabilidade financeira e social.

Durante o processo de adaptação, a família contou com o apoio do NUARES (Núcleo de Apoio aos Refugiados no Estado do Espírito Santo) vinculado à Cátedra Sérgio Vieira de Mello, do Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados. Esse núcleo, criado em 2004, tem como objetivo fortalecer a participação do Estado na elaboração de políticas públicas destinadas à redução das desigualdades sociais no atendimento aos refugiados, através do seu trabalho, visa reduzir desigualdades e oferecer suporte aos refugiados no estado. Através do NUARES, a família Acosta recebeu assistência social, auxílio no preenchimento de formulários, emissão e renovação de documentos, e acompanhamento presencial em órgãos como a Polícia Federal. Segundo a família, esse apoio foi crucial, uma vez que enfrentavam barreiras significativas, como o idioma e o acesso limitado a recursos tecnológicos.

Apesar das dificuldades iniciais, como a falta de domínio do português e a limitação de oportunidades de trabalho condizentes com sua formação acadêmica, a família entende que conseguiu se integrar à comunidade local. Tanto o pai quanto a mãe, que possuem ensino superior, relataram a dificuldade de acessar empregos fora do setor de serviços gerais, mas destacaram a satisfação com as oportunidades conquistadas e o acolhimento recebido.

"No Brasil é mais fácil, há mais acesso. Aqui as pessoas recebem melhor, ajudam mais", diz Família Acosta (2024, p.5). Entre trabalho, escola e igreja, a família se inseriu na comunidade local, criando laços de amizades e companheirismo, o que foi fundamental para uma melhor adaptação ao país. A principal barreira no processo de integração narrada pela família Acosta é o idioma, definitivamente. Nenhum membro da família Acosta fez curso de português, mas todos se esforçaram muito para aprender e se integrarem no Brasil.

A experiência migratória da família Acosta evidencia tanto os desafios quanto os sucessos de processos de integração de refugiados no Brasil. Embora tenham enfrentado obstáculos como a barreira linguística e a insegurança no início da jornada, a rede de apoio – composta pela ONU, pelo NUARES, pela comunidade religiosa e por programas sociais – desempenhou um papel essencial para sua adaptação e reestruturação de vida. Atualmente, inseridos na comunidade capixaba, a família reflete sobre como as primeiras semanas foram as mais difíceis, mas também sobre a importância do esforço e do apoio recebido para recomeçar com dignidade e segurança em um novo país.

20 Os mórmons são membros da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (SUD), uma comunidade religiosa cristã que se caracteriza por acreditar no Livro de Mórmon: escritos sagrados de profetas antigos que viveram no continente americano de 600 a.C. a 421 d.C. Mais informações no site: https://www.churchofjesuschrist.org/.

21 O Programa Jovem Aprendiz é uma iniciativa que oferece a jovens de 14 a 24 anos a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, combinando capacitação teórica com prática profissional.

Considerações finais

Este artigo utilizou a trajetória da família Acosta como ponto de partida para refletir sobre os desafios e avanços no acolhimento e integração de refugiados no Brasil, com destaque para o contexto do estado do Espírito Santo. A análise revelou que, apesar do marco legal brasileiro ser reconhecido internacionalmente como progressista, persistem barreiras significativas na implementação prática dessas normativas, especialmente no que tange à integração social e econômica de migrantes em situação de refúgio.

Entre as dificuldades enfrentadas, destacam-se a barreira linguística, a falta de reconhecimento de qualificações acadêmicas e profissionais, e a necessidade de fortalecer as redes de apoio. Ainda assim, a experiência da família Acosta ilustra como iniciativas como o Programa de Interiorização da Operação Acolhida, o Bolsa Família e o suporte de organizações da sociedade civil como o NUARES podem atenuar os impactos iniciais do deslocamento, criando condições para um recomeço digno.

A pesquisa também evidencia a importância de ações intersetoriais que combinem esforços governamentais, iniciativas da sociedade civil e suporte comunitário para promover uma integração efetiva. O caso da família Acosta reafirma que redes de apoio locais e comunitárias, aliadas a políticas públicas bem estruturadas, desempenham papel crucial na superação de adversidades, possibilitando não apenas a sobrevivência, mas também a reconstrução de projetos de vida.

Apesar dos avanços legislativos, como a Lei de Migração e a Operação Acolhida, a realidade prática dos refugiados no Brasil ainda apresenta desafios. Embora a legislação assegure aos estrangeiros os mesmos direitos fundamentais garantidos aos brasileiros, contradições significativas persistem, revelando um descompasso entre os princípios legais e sua implementação efetiva.

Conclui-se que o acolhimento de refugiados no Brasil, embora respaldado por um arcabouço jurídico robusto, ainda carece de maior articulação entre políticas nacionais e esforços locais. Investir em estratégias que fortaleçam a inclusão social, o acesso ao trabalho e a integração cultural é essencial para transformar o Brasil em um país não apenas de acolhida emergencial, mas também de oportunidades duradouras para aqueles que buscam recomeçar suas vidas em seu território.

Referências

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para **Refugiados. Declaração de Cartagena sobre Refugiados.** 1984. Disponível em: https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2024-09/declaracao_de_cartagena.pdf. Acesso em: 08 nov. 2024.

_____ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Mid-year Trends 2024.** Disponível em: https://www.unhcr.org/mid-year-trends. Acesso em: 02 out. 2024.

_____ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Refugiados e solicitantes de refúgio.** 2020. Disponível em: https://help.unhcr.org/brazil/. Acesso em: 20 out. 2024.

_____ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Os Warao no Brasil.** Disponível em: https://www.acnur.org/br/media/os-warao-no-brasil. Acesso em: 10 nov. 2024.

_____ Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Indígenas Warao venezuelanos refugiados no Brasil.** 2021. Disponível em: https://setades.es.gov.br/Media/Seadh/Lives%20-%20SUAS/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20ind%C3%ADgenas%20Warao_SETADES_17.06.21.pdf. Acesso em 15 de out. 2024.

BRASIL. Acordo de Residência do Mercosul. **Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul.** Disponível em: https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/imigracao/autorizacao-residencia/acordo-de-residencia-para-nacionais-dos-estados-partes-do-mercosul-bolivia-e-chile. Acesso em: 19 out. 2024.

_____ Lei nº. 6.815, de 19 agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. **Diário Oficial da União,** Brasília, 20 ago. 1980.

_____ Lei nº. 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, 23 jul. 1997.

_____ Lei nº. 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União,** Brasília, 25 maio 2017.

_____ Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Brasília, 2024.

_____ Ministério do Desenvolvimento Social. **Operação Acolhida.** Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida. Acesso em: 23 out. 2024.

_____ Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. **Painel de Interiorização.** Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/. Acesso em: 25 out. 2024.

_____ Ministério da Justiça. **Acesso à informação:** perguntas frequentes sobre refúgio. Disponível em: https://www.gov.br/mj/

pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/Refúgio/sou-solicitante. Acesso em: 25 out. 2024.

CONARE. Comitê Nacional para os Refugiados. **Relatório Anual 2024.** Disponível em: https://www.justica.gov.br/seus-direitos/Refúgio. Acesso em: 15 set. 2024.

DAL RI, Luciene; DE MOURA, Aline Beltrame. Os direitos dos imigrantes mercosulinos no Brasil: entre a Constituição Federal de 1988 e o Acordo sobre Residência do MERCOSUL. **Revista Culturas Jurídicas,** v. 7, n. 18, 2020.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº. 11.420, de 11 de outubro de 2021. Institui a Política Estadual para a População Migrante. **Diário Oficial do Estado,** Vitória, 12 out. 2021.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (IMF). **World Economic Outlook,** October 2019. Washington, DC: IMF, 2019. Disponível em: https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2019/10/01/world-economic-outlook-october-2019. Acesso em 28 de out. 2024

GUERRA, Sidney. **A nova lei de migração no Brasil:** avanços e melhorias no campo dos direitos humanos. Revista de Direito da Cidade, [S.l.], v. 9, n. 4, p. 1717-1737, out. 2017.

GÓIS, Pedro; SILVA, João Carlos Jarochinski. República Bolivariana da Venezuela: uma sociedade em debandada, um regime político em negação, um continente inteiro sob pressão migratória. As migrações como consequência da geopolítica global no século XXI. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais,** [S.l.], v. 13, n. 26, p. 6–23, 2021. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/13666. Acesso em: 13 nov. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Venezuela:** Eventos de 2022. Nova Iorque: HRW, 2022. Disponível em: https://www.hrw.org/pt/world-report/2023/country-chapters/venezuela. Acesso em: 12 de out. 2024.

IOM. International Organization for Migration. **Migration Trends in the Americas. Bolivarian Republic of Venezuela.** 2019. Disponível em: https://lac.iom.int/sites/g/files/tmzbdl626/files/documents/Migration-Trends-in-the-Americas-October_0.pdf. Acesso em: 10 de nov. 2024.

LANGUE, F. La Independencia de Venezuela, una historia mitificada y un paradigma heroico. **Anuario de Estudios Americanos,** [S. l.], v. 66, n. 2, p. 245–276, 2009. Disponível em: https://estudiosamericanos.revistas.csic.es/index.php/estudiosamericanos/article/view/324. Acesso em: 24 jun. 2020.

LEGLER, Thomas; SERBIN PONT, Andrei; GARELLI RÍOS, Ornela. Introducción: la naturaleza compleja y multidimensional de la crisis venezolana. **Pensamiento Propio,** v. 47, 2018.

MENDES, Flávio. **Do consenso ao dissenso: o movimento bolivariano e o ressurgimento da política na Venezuela.** Tese de Mestrado. [sn]. UNICAMP, 2010. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/479382. Acesso em 10 nov. 2024.

OIM. Organização Internacional para as Migrações. **Manual sobre Migração Internacional.** 2. ed. Genebra: OIM, 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951.** Genebra: ONU, 1951. Disponível em: https://www.unhcr.org/3b66c2aa10. Acesso em: 20 out. 2024.

_____Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas de 1954.** Genebra: ONU, 1954. Disponível em: https://www.unhcr.org/portugues/convencao-apatridas. Acesso em: 20 out. 2024.

POLÍCIA FEDERAL. **Estatísticas de entrada e solicitação de refúgio de venezuelanos no Brasil.** Brasília, 2024.

RORIGUES, Viviane Mozine; SILVA, Cesar Augusto Silva da. Refugiados: Os Regimes Internacionais de Direitos Humanos e a Situação Brasileira. In: SILVA, Cesar Augusto S. da (Org.). **Direitos Humanos e Refugiados. Dourados:** Ed. UFGD, 2012. p. 123-143. Disponível em: Acesso em: 23 out. 2024

UNIVERSIDAD CATÓLICA ANDRÉS BELLO. **Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI) 2022.** Caracas: UCAB, 2022.

VASCONCELOS, Iana; SANTOS, Sandro. La Dieta de Maduro: migração venezuelana, geopolítica e alimentação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais,** [S. l.], v. 13, n. 26, p. 25–46, 2021. Disponível em: https://seer.furg.br/rbhcs/article/view/13147. Acesso em: 24 nov. 2024.

VAZ, Alcides Costa. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército:** Análise Estratégica, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 1-7, fev. 2017. Disponível em: http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEExAE/article/view/1171. Acesso em: 19 out. de 2024.

ZERO, Marcelo. Para entender a Venezuela. **Carta Capital [online], São Paulo,** v. 10, 2017

ARTIGO

A ESPANHA NA GRANDE EMIGRAÇÃO (1880-1930): OS MOTIVOS EXPULSORES

Renato Peterle Camargos

Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O presente artigo busca evidenciar o contexto do movimento emigratório espanhol no período da Grande Migração (1880-1930) apontando os motivos que condicionaram a saída de milhões de espanhóis para outros países. Para isso, se fundamenta em referências bibliográficas consolidadas no campo dos estudos da migração espanhola trazendo uma perspectiva sobre o recorte temático.

Palavras-chave: Migração; Política; Espanha

Abstract

The present article aims to highlight the context of the Spanish emigration movement during the Great Migration period (1880-1930), pointing out the reasons that led millions of Spaniards to leave for other countries. To do so, it is based on well-established bibliographic references in the field of Spanish migration studies, offering a perspective on this thematic focus.

Keywords: Migration; Politics; Spain

Introdução

Os principais motivos abordados para a emigração espanhola apontados na bibliografia aqui consultada são a crise que atingiu nos campos espanhóis seguida das pragas que atingiram as plantações, o contexto político e militar da época, as melhoras nas condições de viagem, o papel das agências e agentes de emigração e as cadeias migratórias. Esses fatores serão apresentados a seguir, começando pelo contexto que envolveu a crise nos campos.

Com a chegada das máquinas decorrentes da Revolução Industrial, ocorre a decadência das tradicionais manufaturas desempenhadas pelos camponeses espanhóis. Como forma de enfrentar essa situação, os camponeses tentaram estender a área cultivada, tentaram outros cultivos mais produtivos ou, até mesmo, diminuíram o período de pousio de um pedaço de terra.

Mesmo com essas tentativas, a crise no campo acabou sendo motivo direto da emigração das regiões espanholas da Galícia e da Catalunha, por exemplo. A partir da segunda metade do século XIX, a emigração para regiões dentro da Espanha buscando trabalho era inevitável. Porém, devido ao lento crescimento urbano da Espanha nesse momento, essas migrações internas tiveram um ritmo muito lento e tardio (ALONSO, 1995, p. 29), pois a nascente indústria espanhola não era capaz de absorver tal contingente de mão de obra. Vale reforçar que, nesse momento, segundo Maria da Orden, "mais de 60 por cento da população espanhola trabalhava no campo, uma situação que seguia se mantendo a princípios do século XX" (PALAZÓN FERRANDO apud ZAMORANO BLANCO, 2010, p. 60).

Como comparação, essa mesma relação entre mão de obra excedente e falta de dinamismo industrial no século XIX também se deu na Itália, causando, também, migrações internas nesse país, à exemplo da Espanha. No caso espanhol, "a emigração para o exterior surge, portanto, como a última solução para uma população rural que não pode mais aumentar sua renda por outros meios" (ALONSO, 1995, p. 27). De acordo com Blanca Sánchez Alonso,

> En líneas generales, la emigración massiva española empezó timidamente alrededor de 1860. Creció hasta mediados de 1870 mientras que se produjo un descenso hasta 1887. Em la década siguiente y hasta finales del siglo, la emigración aumento considerablemente hasta alcanzar casi 40 por cien del incremento natural de la población en esse período (ALONSO, 1995, p. 18).

Nesse momento, na Espanha, "o regime de propriedade, baseado no minifúndio ou latifúndio dependendo das regiões, atrasou a modernização da agricultura e foi um fator de expulsão da população, ao gerar desemprego agrícola" (ALONSO, 1995, p. 22). Assim, a baixa produtividade agrária e a falta de dinamismo econômico das cidades acabam sendo motivos imediatos para a emigração dos espanhóis. Acrescenta-se que a crise econômica gerou fome, miséria e uma descrença entre os camponeses espanhóis de que a situação político-econômica poderia mudar, favorecendo a emigração. Dessa forma,

> En concreto, la crisis agraria de finales del siglo XIX se ha señalado como una de las grandes espoletas del éxodo rural. El atraso agrario y el deterioro de las condiciones de vida campesina, junto con la falta de alternativas del sector urbano e industrial impulsaron sin duda la emigración exterior en un momento histórico favorable por las posibilidades que ofrecían los países receptores (ALONSO, 1995, p. 253-254).

A Espanha iniciou suas tentativas de industrialização no mesmo tempo que a Inglaterra, porém, na década de 1840 havia poucas indústrias e elas se concentravam na Catalunha no ramo da produção têxtil. Algumas décadas depois, a região do País Basco também emerge com indústria de metalurgia e de estaleiros. Acontece que essas novas fontes de trabalho que emergiram na Espanha do meio do século XIX causaram mais deslocamentos internos de camponeses e artesãos do que geraram empregos. Isso porque as fábricas recém-surgidas suplantaram muitas produções artesanais de outras regiões do reino espanhol, como exemplo, a mecanização da

lã da Catalunha, que representou "um golpe fatal para milhares de teares de toda a Espanha" (FARÍAS, 2010, p. 48).

Segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães, a Espanha só conseguiu implantar sua indústria de base na década de 1880, sendo considerada como uma economia pré-industrial até 1873 (GUIMARÃES, 1997, p. 87). As remessas de dinheiro para a Espanha, realizadas por emigrantes que foram para outros países da Europa e norte da África a partir da década de 1890, no período entre 1891 a 1917, contribuíram para que a economia apresentasse "uma configuração de elementos de industrialização capitalista, acompanhada de medidas protecionistas em defesa da produção autóctone" (GUIMARÃES, 1997, p. 87), com exportação de vinhos na Catalunha, siderurgia e mecânica na região da Biscaia, norte de país, por exemplo.

A emigração espanhola é um movimento que se fez mais saliente no início do século XX. Segundo Blanca Alonso, principalmente nos anos anteriores da primeira guerra mundial (ALONSO, 1995, p. 7). A razão dessa concentração temporal do movimento no início do século, segundo Zamorano Blanco, visto pela perspectiva de longa duração, é que "a Espanha viveu entre 1880 e 1930, de certa forma tardia e às vezes peculiar, o mesmo que havia ocorrido no ocidente europeu mais desenvolvido algumas décadas antes" (ZAMORANO BLANCO, 2010, p. 42), sendo que, entre o período de 1882-1930, emigraram um total de 3.471.685 espanhóis (PALAZÓN FERRANDO, 1995, apud ZAMORANO BLANCO, 2010, p. 60).

Outro fator que envolve a crise nos campos e que foi determinante para a emigração não só na Espanha, mas em vários lugares da Europa da segunda metade do século XIX, foram os flagelos que atacaram as vinhas. Diversos lugares além da Espanha, como a região do Trento e como a França, também foram afetados. Chamada de "filoxera", essa praga atacava tanto a folha da planta como suas raízes. E a Espanha não foi poupada dessa peste que atingiu, principalmente, o pequeno proprietário espanhol das regiões de Almeria, Granada e Málaga, sendo um fator determinante para a emigração constatada na Andaluzia (ALEGRE, 2014, p. 169-170).

Nesse momento, destaca-se que qualquer tipo de crise da agricultura como epidemias nas plantações, chuvas de granizo ou até mesmo as secas se tornavam fatores para ocasionar a expulsão dos menos favorecidos (MARTINEZ, 2000, p. 244). Reforçando os dizeres acima, Zamorano Blanco reflete que:

> La transición económica y demográfica que se desarrollaba lentamente em España desde mediados del siglo XIX vino a agravarse em las últimas décadas del siglo com la llegada a Espanã de la filoxera, que aniquiló las viñas francesas y españolas. La vid, tan extendida por la península por su adaptabilidade, facilitad de cultivo y bu ena salida comercial, transmitió su agonia a los cultivadores com rapidez. Para muchas famílias, la perdida de esa saneada fuente de ingresos fu ela fota que colmó el vaso de la angustia económica, que forzó la decisión de migrar (ZAMORANO BLANCO, 2010, p. 44).

Outro motivo decisivo para a emigração espanhola do século XIX: o contexto político-militar de finais do século. Nas palavras de Marília Klaumann Cánovas, os anos finais do século XIX foram especialmente tumultuados (CÁNOVAS, 2011, p. 154). Afinal, em poucos meses, a Espanha perdia o que lhe restava das suas possessões coloniais: Filipinas, Porto Rico e Cuba, ocupada pelos Estados Unidos entre 1906 e 1909, e com os quais ainda enfrentava uma guerra. Essas perdas territoriais e a consequente crise financeira que o país enfrentou também representaram não só perdas materiais, mas também perda de prestígio perante os outros países europeus da época.

Durante o século XIX, a Espanha ficou marcada por conflitos bélicos e turbulências políticas. Como se não bastasse a invasão francesa feita por Napoleão e as guerras de independência da América espanhola do início do século, a Espanha também vai se envolver em conflitos no final do século, como a guerra contra Cuba, Filipinas e Marrocos, sendo que, nesses últimos confrontos, houve a obrigatoriedade dos jovens entre 17 e 25 anos se alistarem no serviço militar e, consequentemente, participar das batalhas.

Nesse momento, até mesmo militares da reserva foram convocados para guerrear em Cuba, como mostra o jornal capixaba "O Cachoeirano" (que mantinha contato com os jornais de Madrid), de 7 de abril de 1895: "o governo hespanhol chamou às armas 20.000 homens da reserva para substituírem os da activa que seguem para Cuba, onde consta terem os revoltosos obtido notavel treumpho" . Quatro meses passados dessa notícia, o mesmo jornal expõe que a situação em Cuba exigia mais militares espanhóis: "o governo hespanhol resolveu enviar ao marechal Martínez Campos, em setembro próximo, mais 30.000 homens de reforço, para suffocar a revolta da ilha de Cuba" , totalizando o efetivo de 180.000 militares espanhóis presentes em Cuba no ano de 1895, conforme o jornal. Segundo Elaine Veiga Porta, nesse momento de insanas convocações militares, deixar o país passou a ser a única maneira das famílias pobres evitarem que seus jovens fossem convocados para as guerras (PORTA, 2008, p. 45).

Assim, o medo das convocações militares realizadas pelo Estado espanhol no final do século XIX, por causa da perda das colônias americanas em 1898 (PROCHNOW, 2009, p. 72), foi um fator que forjou a saída de muitos espanhóis. Esse medo das convocações militares também era sentido principalmente pelos jovens espanhóis em idade militar que, para evitar o serviço militar de três anos, recorriam à emigração ilegal, o que também tinha consequências negativas para as famílias, pois perdiam importantes braços para ajudar no sustento, ficando, assim, privadas de importante mão-de-obra para os trabalhos (ALONSO, 2009, p. 22).

Completando os dizeres de Alonso, Lojo e Vázquez afirmam que o serviço militar foi um dos fatores importantes para expulsar moços galegos e andaluzes, por exemplo, pois suas famílias não tinham a quantia necessária para pagar a dispensa do serviço militar (LOJO, VÁSQUES, 2015, p. 58). Nesse momento, embarcar em uma aventureira emigração clandestina, era mais barato do que pagar as cotas suficientes para a isenção de serviço militar (ZAMORANO BLANCO, 2010, p. 47). Para exemplificar a situação, veja a citação de Érica Sarmiento, que observou a relação entre alistamento e desertores em A Corunha

> Em pesquisa realizada nos recenseamentos militares dos anos de 1901 a 1930, do concelho de Santa Comba (A Corunha), foram contabilizados 2.984 inscritos. Desse total, menos da metade compareceu para cumprir as obrigações militares, ou seja, 65,28% eram desertores (SARMIENTO DA SILVA, 2014, p. 143).

Outro aspecto estimulante para a emigração foi a melhora nas condições de viagem. Para Eric Hobsbawm, o avanço da industrialização e movimentos populacionais andam juntos pois o desenvolvimento econômico moderno propicia facilidade nos deslocamentos, "tornando-os tecnicamente baratos e mais simples através de comunicações novas e melhores, assim como evidentemente permite ao mundo manter uma população bem maior" (HOBSBAWM, 1982, p. 203). De acordo com Jair Ramos, até a década de 1860, as viagens eram feitas em veleiros que transportavam cerca de cem ou duzentas pessoas, numa viagem que gastava de seis semanas a dois meses de duração entre Portugal e Brasil, por exemplo (RAMOS, 2006, p. 55). Porém, na segunda metade do século XIX, as redes ferroviárias se desenvolveram e o uso de navios à vapor se generalizou na Europa, permitindo viagens de mais longas distâncias de modo mais rápido, mais seguro e menos custoso.

Ruy Farias também corrobora com Eric Hobsbawm e Jair Ramos em relação às melhorias nas condições das viagens. Para ele, a chamada revolução dos transportes que ocorreu a partir da década de 1870 trouxe consigo a navegação à vapor, com navios que substituíram a vela pela propulsão a vapor, onde cascos de madeira foram substituídos por ferro e, depois, aço. Essas mudanças fizeram reduzir o tráfego no oceano Atlântico de três meses para um mês e, por vezes, em até oito ou dez dias, o que proporcionava, também, certo conforto psicológico devido à melhor segurança nos navios e mais animação para os passageiros em ter os dias de viagem reduzidos (FARÍAS, 2010, p. 49).

Junto a isso, somava-se a diminuição dos custos da viagem: em meados do século XIX se pagava trezentas ou quatrocentas pesetas para se ir da Espanha até Buenos Aires. Em 1913, essa passagem custava cerca de oitenta pesetas. Esses navios à vapor tinham seus custos encarecidos caso ficassem parados nos portos por muito tempo, por isso, as companhias de navegação que faziam os trajetos para a América se empenhavam em manter sempre os navios em movimento, viajando.

Com o avançar do movimento migratório, muitas companhias passaram a fazer o trajeto para a América de forma regular com datas marcadas, o que as levava a terem que obter determinado número de emigrantes para embarcar no navio para evitar que as viagens fossem feitas com poucas pessoas. Assim, essas companhias se envolvem na obtenção de passageiros, principalmente através das propagandas (RAMOS, 2006, p. 55-56) e, como as empresas necessitavam de um bom fluxo de passageiros, se fazia uma ativa propaganda a fim de evitar as más notícias que chegavam sobre as condições da emigração (BLANCO RODRÍGUEZ, 2008, p. 501).

Com a maior procura pela emigração, ocorre o aumento das agências de emigração. Essas agências se tornam responsáveis por vender passagens, orientar os emigrantes e realizar os trajetos da Espanha para a América. Para realizar essas atividades que incluíam a propaganda em regiões interioranas da Espanha, as agências contavam com os agentes locais de recrutamento, que também figuraram em diversos países europeus que estavam se tornando exportadores de mão de obra. No caso espanhol, esses agentes eram chamados de ganchos . De acordo com Marília Klaumann Cánovas,

> esses agentes eram pessoas contratadas pelas companhias de navegação ou pelo governo dos países receptores para tentar persuadir possíveis emigrantes, facilitando a obtenção de documentos ou até mesmo a sua falsificação. Por vezes, os ganchos encareciam os preços das passagens e ofereciam empréstimos a juros elevados, sendo que muitos possuíam pensões próximas aos portos de embarque (CÁNOVAS, 2007, p. 84).

Nesse cenário, os ganchos eram pessoas que atuavam nas vilas e nas cidades recrutando pessoas para emigrar. Eles eram responsáveis por vender passagens, ler cartas e respondê-las, além de indicarem um Éden muito promissor nas Américas, mesmo que falso, muitas vezes. De acordo com Elda González Martínez, que analisou o caso das emigrações realizadas no porto inglês de Gibraltar , esse era um período de explorações e amoralidades, cometidas, muitas vezes, até mesmo por policiais disfarçados (MARTÍNEZ, 2000, p. 243).

Os agentes de recrutamento para a emigração, muitas vezes, exageravam as possibilidades de emprego e ocultavam difíceis situações de trabalho no país de destino. Faziam isso porque "recebiam uma quantidade por emigrante conseguido" (ALONSO, 2009, p. 24). Os agentes se ocupavam dos trâmites da documentação necessária para o embarque, ocasiões de trabalho, obtenção da passagem e, às vezes, atuavam falsificando documentos também. Os agentes de recrutamento, frequentemente também, favoreciam a emigração clandestina, ajudando no embarque em portos estrangeiros como, Gibraltar, Lisboa, Marselha (ALONSO, 2009, p. 24), onde era mais fácil escapar das legislações espanholas que cercearam a emigração.

Essas atitudes usurpadoras dos ganchos fizeram com que o governo brasileiro instalasse, em 1896, em Málaga, uma cidade portuária da Andaluzia do sul da Espanha, de onde saíam muitos espanhóis para o Brasil, um Escritório Oficial de Inspeção, onde os comissários que realizavam as triagens "cuidavam para que não fossem (ainda mais) ludibriados pelos agentes contratadores ou ganchos" (CÁNOVAS, 2007, p. 84). Também conhecidos como "mediadores" ou "fiadores", esses comissários também podiam atuar a serviço das políticas migratórias dos países receptores latino-americanos. De acordo com Alonso, seu trabalho também incluía relatar "condições de vida e de trabalho, embora nem sempre com veracidade" (ALONSO, 2009, p. 24). Por vezes,

com o mesmo objetivo, os comissários publicavam guias publicitários sobre o seu país, mas, devido ao baixo nível de alfabetização da população rural, as informações eram comunicadas principalmente de forma verbal.

A exemplo do que o Brasil fez em 1896, o governo argentino também abriu escritórios em Madrid e Barcelona, por exemplo, com a finalidade de evitar os abusos por parte dos ganchos, informar e atrair imigrantes para o país sulamericano, sendo que "até construíram um hotel para imigrantes em Buenos Aires onde o recém-chegado tinha direito à alimentação e alojamento por alguns dias, além de facilitar o transporte e a colocação de quem precisa" (ALONSO, 2009, p. 26).

Apesar desse aspecto de "usurpador" ou de "aproveitador" que os agentes de emigração recebem por parte da literatura aqui consultada para escrita, nem sempre se deve imputar aos agentes essas imagens de alguém disposto a prejudicar o emigrante. Nas palavras de Érica Sarmiento, a figura do agente de emigração, não necessariamente, tinha de estar associada a um explorador ou alguém "que só visava o lucro passando por cima da dignidade dos patrícios, podia ser uma pessoa que realizava um serviço, à custa de alguma garantia econômica, já que vivia disso" (SARMIENTO DA SILVA, 2006, p. 200).

Outro fator determinante para a emigração que fica saliente na bibliografia consultada para escrita dessa tese é o fator das cadeias migratórias. Nesse caso, a autora Blanca Sánchez Alonso reflete que, para se emigrar, não basta que o país apresente condições expulsoras da população, é necessário que haja conhecimento não só "das alternativas de destino possíveis, mas também das diferentes oportunidades que no campo profissional, econômico ou social fazem a emigração aparecer como uma alternativa razoável e desejável" (ALONSO, 1995, p. 267).

Zamorano Blanco explica que, para compreensão dos fluxos migratórios, não devemos entender a emigração como um ato individual, mas sim, como um desenvolvimento coletivo que se retroalimenta. Para o autor, "nenhum fluxo migratório regular é concebível sem as cadeias migratórias, entendidas como redes que mobilizam informações, recursos econômicos e apoio moral" (ZAMORANO BLANCO, 2010, p. 49). Esse tipo de rede nas diversas mobilidades humanas tem sua relevância ressaltada também por Jorge Durand e Carmem Lussi:

> A importância das redes em contexto migratório já foi muito explorada como uma categoria que ajudou e ajuda a explicar o fenômeno e as modalidades com as quais seus atores recriam soluções, desfrutam possibilidades e (re)inventam percursos de sociabilidade, mobilidade e reelaboração identitária (DURAND, LUSSI, 2015, p. 51).

Alguns dos componentes das cadeias migratórias eram as cartas escritas por quem já emigrou relatando informações sobre o país de destino. Quem imigrava de volta, após passar um período no país de destino, também trazia informações. Assim, os parentes, amigos e vizinhos ficavam sabendo das melhores condições para conseguir melhor emprego, hospedagem e até o pagamento da passagem, por meio de vínculos formados, em geral, entre os próprios imigrantes. Nas palavras de Maria Ángeles Sullé Alonso

> Os laços de parentesco, amizade e vizinhança entre quem saiu e quem ficou geraram abundantes informações, baixaram os custos da migração, aumentaram seus benefícios e mitigaram os riscos. Essas redes constituem um capital social essencial para o acesso aos mercados de trabalho fora da Espanha (ALONSO, 2009, p. 23).

Após abordar os principais fatores de expulsão que impulsionaram a Grande Migração europeia entre 1880 e 1930, é importante destacar que, a partir da década de 1940, o fluxo de imigração europeia para o Brasil caiu significativamente. Isso ocorreu porque, no cenário internacional do pós-Segunda Guerra Mundial, a recuperação econômica da Europa reduziu a necessidade de emigração, enquanto as economias latino-americanas, incluindo a brasileira, deixaram de ser tão atraentes para os migrantes. Dessa forma,

portugueses e espanhóis passaram a eleger os países europeus como seus destinos, fazendo reduzir drasticamente o fluxo migratório para o Brasil e para os países do cone-sul, por exemplo (LÁZARO, SARMIENTO, VICENTE, 2017, p. 120).

Referências bibliográficas

ALEGRE, Silvia Elena. **O tráfico de andaluzes para o café.** Cafeicultores paulistas no negócio de atração e transporte de imigrantes (1886-1918). Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2014.

ALONSO, Mª Ángeles Sullé. **La Emigración Española en América:** historias y lecciones para el futuro. Fundación Directa. 2009.

ALONSO, Blanca Sánchez. **Las causas de la emigración española 1880-1930.** Alianza Editorial, 1995.

BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés (ed.). **El asociacionismo en la emigración española a América.** Zamora: UNED Zamora/Junta de Castilla y León, 2008.

BOTANA IGLESIAS, Rocío. **Passagem para a América:** micro-história da emigração galega para o ultramar na segunda metade do século XX. O caso da região de Compostela. Tese de doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela, 2014.

BLANCO RODRIGUEZ, Juan Andrés; DACOSTA, Arsenio. **Emigración y asociacionismo español en América.** In Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul. Fernando de Sousa, ed. p. 498–533. Oporto: CEPESE. 2014.

CÁNOVAS, Marilia Dalva Klaumann. **A emigração espanhola e a trajetória do imigrante na cafeicultura paulista:** o caso de Villa Novaes, 1880-1930. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Acesso em: 11 jan. 2021.

CÁNOVAS, Marília Klaumann. Entre churros e viola caipira: os meandros da etnicidade na São Paulo das primeiras décadas do Novecentos. In: CARNEIRO, M. L. T. e HIRANO, S. (org.). **Histórias Migrantes. Um mosaico de nacionalidades e múltiplas culturas.** São Paulo. Humanitas. FAPESP. 2014.

CÁNOVAS, Marília Klaumann. **Imigrantes espanhóis na Paulicéia:** trabalho e sociabilidade urbana 1890-1922, Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo: 2007.

CÁNOVAS, Marília Klaumann. O imigrante espanhol, peregrino de paisagens imaginárias, e o movimento massivo para o Brasil. In: **Revista Interdisciplinaria sobre imaginarios sociales.** Santiago de Compostela, vol. 2, nº 1, p. 148-172, 2011.

CARREDAO, Juan B. Amores. **Historia de América.** Barcelona: Editora Ariel, 2006.

CARRERO, Emilio Redondo. **Las Migraciones Transoceánicas en la Posguerra Mundial. España, Argentina Y El Cime (1946-1962).** Tese de doutoramento. Universidad de Castilla-La Mancha. Madrid. 2016.

DA ORDEN, Maria Liliana. **Inmigración española, familia y movilidad social en la Argentina moderna.** Una mirada desde Mar del Plata (1890-1930). Buenos Aires: Biblos, 2007.

DEVOTO, Fernando. **Historia de la Inmigración en la Argentina.** Buenos Aires: Sudamericana. 2003.

DIAS, Vanessa Martins. Emigração e Imigração Espanhola para o Brasil: Política, Demografia e Especificidades De Um Grupo Étnico. **Áskesis.** V. 6. Nº. 2. p. 24-35. jul./dez. 2017.

DURAND, Jorge; LUSSI, Carmem. **Metodologia e teorias no estudo das migrações.** Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015.

FARÍAS, R. **La inmigración gallega en el sur del Gran Buenos Aires 1869-1960.** Santiago de Compostela. Tesis Doctoral. Universidad Santiago de Compostela, 720 p. 2010.

GIL LAZARO, A.; VICENTE, María José Fernández. **Los discursos sobre la emigración española en perspectiva comparada.** Principios del siglo XX - principios del siglo XXI. Documentos de trabajo (IELAT, Instituto Universitario de Investigación en Estudios Latinoamericanos), 73, 1-38. 2015.

GOMES, Ana Paula Conde. **Da emigração à diáspora galega:** positivação de uma identidade. Tese (doutorado em História, Política e Bens Culturais), FGV – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

GONZALEZ MARTINEZ, Elda. Los Españoles em um pais mas allá del oceano, Brasil. Notas acerca de las etapas de la emigracion. **Revista de Indias.** Vol. LII. N.º 195/196, p. 515-527. 1992. Disponível em: encurtador.com.br/ixEVW. Acesso em: 03 mar. 2021.

GUIMARÃES, L. M. P. Breves reflexões sobre o problema da imigração urbana: o caso dos espanhóis no Rio de Janeiro (1880-1914). **Acervo.** V. 10. N. 2. p. 85-104, jul./dez. 1997.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital.** Trad. Luciano Costa Neto. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LOJO, Maria Xosé Vázquez; VÁSQUEZ, Raúl Soutelo. **Emprendedores rexos en tempos duros.** A integración dos galegos en Venezuela e no Brasil durante o século XX. Espanha. Editores: Ourense, Deputación Provincial de Ourense, 2015.

LÁZARO, Alicia Gil; SARMIENTO, Erica; VICENTE, Maria Jose Fernandez. **Migrações atlanticas no mundo contemporâneo (séculos XIX-XXI).** Novas abordagens e avanços teóricos. 1ª ed. Editora: Prismas. Curitiba. 2017.

MARTINS. Ismênia de Lima. Italianos, espanhóis e portugueses no quadro da grande imigração no Brasil. In José Jobson Arruda, Vera Lucia Amaral Ferlini, Maria Izilda Matos, Fernando de Sousa. **De colonos a Imigrantes, I(E)migração portuguesa para o Brasil.** São Paulo: Editora Alameda, 2013.

MARTINS, José de Souza. **A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira:** 1880-1930. R. História, São Paulo, n. 121, p. 5-26, ago./dez, 1989.

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra.** São Paulo. Hucitec, 1986.

MARTINEZ, Elda Evangelista González. O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis. In FAUSTO, Boris (Org.) **Fazer a América.** São Paulo: Edusp, 2000.

PALAZÓN FERRANDO, Salvador: **Capital humano español y desarrollo latinoamericano.** 1995.

PÉREZ, Francisco Contreras. Los destinos de la emigración a América tras la Independencia: una perspectiva regional comparada (1830-1870). In: ROMERO, Juan Manuel Valiente et al. (Org.). **Migraciones Iberoamericanas:** las migraciones España-Brasil. Huelva; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PÉREZ, Fuentes Hernández, Pilar; Pérez Pérez, José Antonio; Sallé Alonso, Mª Ángeles. **Memorias de la emigración española a América,** Fundación Directa – Ministerio de Trabajo e Inmigración, Madrid. 2009.

PORTA, Eliane Veiga. **Imigrantes Espanhóis em Santos, 1880-1920.** Tese de doutorado, 2008. USP.

PROCHNOW, Lucas Neves. **Memórias, narrativas e história:** a imigração espanhola recente em Porto Alegre. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RAMOS, Jair de Souza. **O poder de domar do fraco.** Rio de Janeiro: EDUFF, 2006.

REDONDO CARERO, Emilio. **Las Migraciones Transoceánicas en la Posguerra Mundial.** España, Argentina y el ime (1946-1962). Tesis Doctoral. Facultad de Letras de Ciudad Real. Departamento de Historia. Universidad de Castilla~la Mancha. Madrid. 2016.

SARMIENTO DA SILVA, Érica. **Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970).** Tese (Doutorado) – Facultade de Xeografía e Historia, USC, Santiago de Compostela, Espanha, 2006.

SARMIENTO DA SILVA, Erica. Nos caminhos da imigração: sociedade de origem, estratégias de sobrevivência e identidade dos galegos (século XIX a 1930). In: CARNEIRO, M. L. T. e HIRANO, S. (org.). **Histórias Migrantes. Um mosaico de nacionalidades e múltiplas culturas.** São Paulo. Humanitas. FAPESP. 2014.

SARMIENTO, Érica; FARIAS, Ruy. **Novos olhares sobre a imigração ibérica em América Latina (séculos XIX e XX).** Volume I. Organizado por Érica Sarmiento e Ruy Farías. Niterói, RJ: Universo, 2011.

SARMIENTO, Érica; FARIAS, Ruy. Novos olhares sobre a imigração ibérica em América Latina (séculos XIX e XX). Volume II. Organizado por Érica Sarmiento e Ruy Farías. Niterói, RJ: Universo, 2011.

SEIXAS, Xosé Manoel Núñez. A historiografía das migrações ultramarinas espanholas: Uma visão global. Maracanan, 6, 2010, pp. 11-45.

SILVA, M. Imigração no Brasil: O Caso dos Espanhóis na Grande Imigração. **Revista de Trabalhos Acadêmicos-Campus Niterói,** América do Norte, mar. 2016. Disponível em: http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=-view&path%5B%5D=2599&path%5B%5D=1654. Acesso em: 23 de setembro de 2023.

SILVA. Érica Sarmiento da. A "não democracia" dos excluídos. Alguns pontos da política imigratória brasileira. **Logos 27:** Mídia e Democracia. Ano 14, 2. Semestre. p.141-148. 2007.

VICENTE, María José Fernández. **De la tragedia de Saida al drama del Heliópolis.** el "problema migratorio" en España (1881-1907). Almudena Delgado Larios. Conflictos y cicatrices: fronteras y migraciones en el mundo hispánico, Dykinson, p. 247-271, 2014.

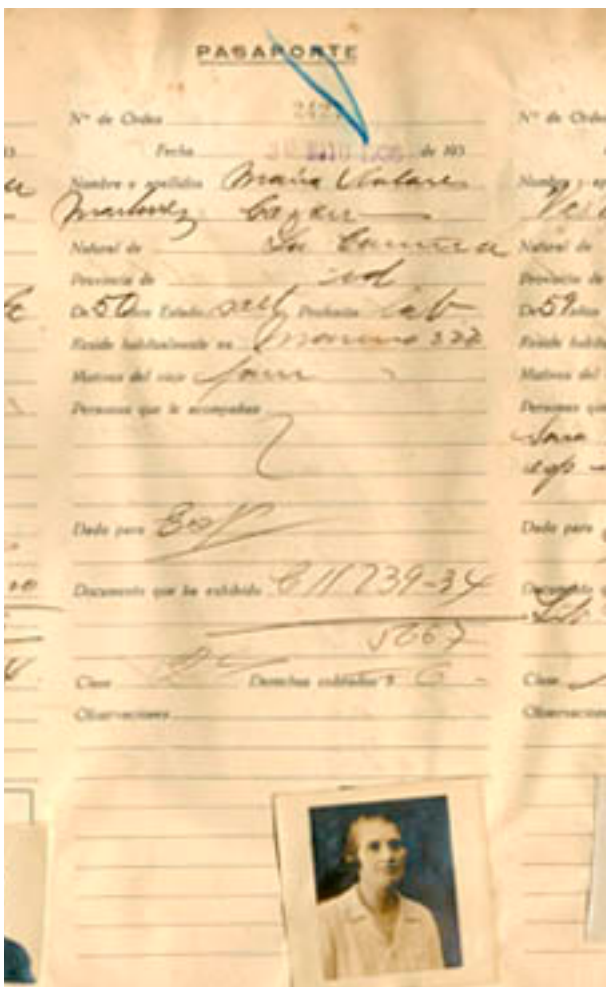
VILAÇA, Adilson. **Carminda**: A Garota que derrotou a lepra. 1. ed. São Paulo: CHIADO, 2016.

VILAR, Juan B. BEL ADELL, C.; GÓMEZ FAYRÉN, J.; EGEA BRUNO, P. Mª. **Las emigraciones murcianas contemporáneas.** Murcia: Universidad de Murcia. 1999.

WEBER, Regina, "Espanhóis no Sul do Brasil: diversidade e identidade", **História: Questões & Debates,** Curitiba, n.º 56, jan./jun. 2012, p. 137-157.

YANEZ GALLARDO, Cesar. **La emigración española à América (siglos XIX-XX) dimensión y características cuantitativas.** Fundación Archivo de Indianos, 1994.

ZAMORANO BLANCO, Vitor D. **De agentes del progreso a elementos del desorden: inmigrantes españoles y exclusión social en Río de Janeiro (1880-1930).** Tese (Doutorado em História). Facultad de Geografía e Historia Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea Programa de doctorado "Fundamentos de la Investigación Histórica". Universidad De Salamanca. Salamanca. 2010.



ARTIGO

AS PRIMEIRAS MIGRAÇÕES PARA O ESPÍRITO SANTO: 8000 ANOS DE POVOAMENTO E HISTÓRIA INDÍGENA

Henrique Antônio Valadares Costa

Doutor e mestre em arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Arqueólogo da Prefeitura Municipal de Vila Velha – ES.

Resumo

Este artigo apresenta um resumo, em forma de ensaio, das informações arqueológicas sobre a história da ocupação indígena pré-colonial no que é o atual estado do Espírito Santo. Com ênfase nas primeiras ondas migratórias, apresenta quais as etapas de ocupação, em sequência cronológica, grau de relação interétnica, indicação do padrão econômico de subsistência e as rotas de acesso.

Palavras-chaves: História indígena pré-colonial; arqueologia do Espírito Santo; povoamento indígena capixaba.

Abstracts

This article presents a summary in the form of an essay of archaeological information on the history of pre-colonial indigenous occupation in what is now the State of Espírito Santo. With emphasis on the first waves of migration, presenting the stages of occupation in chronological sequence, the degree of interethnic relations, indication of the economic pattern of subsistence and the access routes.

Keywords: Pre-colonial indigenous history, archaeology of Espírito Santo, indigenous settlement of Espírito Santo.

Introdução

Este artigo procura apresentar as levas migratórias que desencadearam o início do povoamento do Espírito Santo durante o período pré-colonial. Por sua vez, de antes da chegada dos primeiros assentamentos europeus nessa parte da costa brasileira.

A ocupação de um território é feita por dois processos migratórios, o povoamento e colonização. Na definição antropológica de Barfield a colonização é o assentamento físico de indivíduos (colonos) oriundos de um centro imperial para uma periferia territorial (BARFIELD, 2001). O povoamento, por sua vez, seria o processo migratório motivado pelo assentamento de áreas que proporcionem a reprodução de seu padrão de vivência. O processo pelo qual deu início ao povoamento do Espírito Santo é resultado dos eventos migratórios que partiram da Ásia, passaram pelo estrito de Bering se distribuindo por todo continente Americano (ADOVASIO; PAGE, 2011; CAVALLI-SFORZA; CAVALLI-SFORZA, 2002; NEVES, WALTER ALVES; PILÓ, 2008; SILVA; RODRIGUES-CARVALHO, 2006; TENÓRIO *et al.*, 2000). A colonização propriamente dita deu-se na chegada dos primeiros europeus em 1535 liderados por Vasco Fernandes Coutinho (BITTENCOURT, 2006; DAEMON, 2010; OLIVEIRA, JOSÉ TEIXEIRA, 2008; PENNA, 1878; VASCONCELLOS, 1858).

Há uma confusão entre a chegada dos portugueses com o início da história do Espírito Santo. Este é um equívoco atribuído a duas questões: a limitação das fontes históricas em tratar das sociedades sem registro escrito e a disputa política por protagonismo, dada principalmente pela invisibilização histórica para fins de apagamento de um grupo para enaltecer o outro (MICHEL, 2010).

Mas o que representa a História do Espírito Santo? Como citado, há um equívoco em atribuir que a história aconteceu somente quando os primeiros portugueses chegaram. No entanto, a história como processo existe para além do advento da escrita ou da criação de cidades de pedra. A história é uma característica fundamental da existência humana e como tal, remete à presença humana em contínua ocupação do continente americano, começando milênios antes do século XVI. É a arqueologia a ciência fundamental para que haja uma história dessas sociedades.

As primeiras levas humanas no Espírito Santo eram caçadores (8000 a 3000 anos AP)

A data mais antiga de presença humana no Espírito Santo é de 8000 anos. Porém, ao verificarmos a ocupação de estados vizinhos é factível verificarmos que o povoamento do Espírito Santo começou entre 11 mil a 9 mil AP[1]. O sítio arqueológico mais antigo, obtido pelo professor Celso Perota, é o sítio arqueológico Santa Maria, Santa Leopoldina (PEROTA, 1995). Pela associação do vestígio material a áreas próximas e pela literatura especializada sobre este período, eles foram uma sociedade de economia de subsistência do tipo caçador-coletor (NEVES, WALTER ALVES; PILÓ, 2008; PROUS, 1992, 2000). As condições climáticas encontradas por essas populações são definidas como início do holoceno médio, implicava em relativas transformações para um clima mais quente e úmido (ALVES, 2016).

Apesar de mais ameno que o pleistoceno (Era do Gelo) ainda era mais frio e seco do que o atual. No clima da época, entre as regiões centrais e sul do Espírito Santo era de savana, com florestas tropicais úmidas já consolidadas entre as regiões do rio Doce até o sul da Bahia (BRUSTOLINE; CALEGARI, 2013; CHUENG *et al.*, 2019; LORENTE *et al.*, 2015). Não há informações sobre a preferência alimentar, padrão de assentamento ou tipos de sepultamentos. Somente que teriam se distribuído entre os municípios de Santa Leopoldina até Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Jerônimo Monteiro, locais com achados de pontas de flexas e lanças bem acabadas de aleutas e pedúnculos (BELTRÃO, 1978; PEROTA, 1995).

Essa migração é resultado do processo de expansão humana para fora da África, passando pela Ásia, atravessando pelo estreito de Bering, se espalhando por todas as Américas. Mas a sequência regional de

1 Antes do Presente. Refecesse a calibração dos laboratórios de carbono 14 a 1950.

ocupação para o Espírito Santo ainda é incerta devido à falta de estudos direcionados. A informação atualizada pelos estudos de paleogenética de esqueletos proveniente de um sambaqui no norte do município de Vitória indicou miscigenação com grupos identificados de caçadores coletores do nordeste brasileiro. Um indivíduo de sambaqui com data de ~3000 anos cal AP possui miscigenação com populações caçadoras-coletoras do interior (FERRAZ *et al.*, 2023). O desenvolvimento dessa cultura ainda é nebuloso. Não sabemos o seu real início, que pode ser recuado a muitos milênios mais, considerando que a ocupação de estados vizinhos ultrapassa a 10 mil anos AP.

As rotas migratórias que vieram da América do Norte, que alcançaram a bacia amazônica há mais de 10 mil anos, seguiram até o nordeste brasileiro se distribuindo pelo vale do rio São Francisco até a bacia do rio Doce, seguindo até o Espírito Santo por onde seguiu pelas regiões altas. O desfecho conclusivo que temos a nossa disposição é que entre 8000 a 3000 anos atrás existiram grupos de caçadores-coletores por entre as montanhas e vales centro-sul do Espírito Santo. Devido à baixa densidade de sítios desse tipo, a demografia seria igualmente baixa. Porém, a ausência de pesquisas no interior impede qualquer consideração definitiva. É provável que essas populações tenham compartilhado o interior com outras culturas arqueológicas até 1000 anos AP.

O início do povoamento do litoral do Espírito Santo (7000 a 600 anos AP)

O povoamento do litoral ocorreu mil anos depois dos primeiros caçadores-coletores do interior. A data mais antiga foi de 7000 cal anos AP. extraída de um sambaqui de Linhares, o Suruaca 20 (VILLAGRAN *et al.*, 2018), quando chegaram no Espírito Santo já povoado por grupos de caçadores-coletores especializados em regiões mais interioranas. Para esse grupo, começa a haver um número maior de trabalhos e uma considerável quantidade de sítios arqueológicos, indicando um aumento significativo da demografia comparada aos vizinhos caçadores-coletores no interior. O que sabemos? Era uma sociedade bem adaptada à vida costeira especializada aos estuários, sua economia de subsistência era de pescadores-caçadores-coletores (COSTA, 2020).

Distribuíram-se por toda a costa do Espírito Santo, com pouca penetração no interior. A vida, essencialmente estuarina, também era compartilhada com a caça e a coleta de vegetais nas florestas de restinga e ombrófilas. É evidenciada pela primeira vez a presença de lâminas de machado polida para o manejo em grandes árvores indispensáveis para a construção de embarcações (CALLIPPO, 2010) .

A característica marcante desse tipo de ocupação é a construção de montes entre 0,5 m e 12 m, predominantemente de conchas, onde é comum terem sepultados seus mortos. A concentração desses sítios se dá na foz dos principais rios do Espírito Santo. Sobre a sua migração até o Espírito Santo a rota é ainda debatida sobre seu centro de origem. Uma hipótese é que fosse na região do vale do Ribeira em São Paulo, quando os sambaquis fluviais, descendentes de caçadores-coletores, adaptaram sua vida há 10 mil anos às regiões ribeiras. Depois de migrado para a costa, um grupo segue para o Sul até Santa Catarina e/ou passando pelo Espírito Santo até o Nordeste (LIMA, 2000). A segunda hipótese trata o primeiro centro de origem localizado em Santa Catarina, local dos maiores sambaquis do mundo, onde levas migratórias seguiram passando pelo Espírito Santo até o Nordeste (GASPAR, 1991). A hipótese mais recente envolve a possibilidade que grupos que atravessaram o estreito de Bering no início do povoamento americano teriam mantido padrões de assentamento costeiros que mantiveram até chegarem na costa brasileira, estes por sua vez teriam se consolidado durante a Era do Gelo (Pleistoceno) (VILLAGRAN, 2013).

Ao que tudo indica, os primeiros sambaquis do Brasil estão afogados pela elevação do nível do mar por meio do aquecimento das calotas polares, evoluindo de um clima mais seco e frio para o mais quente e úmido atual. Essas mudanças teriam começado a partir de 11.500 anos AP, quando chegou ao fim do pleistoceno para o holoceno atual. Ou seja, o que chamamos hoje de litoral foi parte do interior e a antiga linha da costa há grandes chances de ter sido os primeiros assentamentos sambaquieiros.

Em suma, o que de novo sabemos é que o período entre 8000 a 7000 anos AP foi mais diverso culturalmente, com caçadores-coletores pioneiros no interior e em sequência uma pujante vinda de pescadores caçadores-coletores dominando o litoral. A sociedade sambaquieira foi constante em seu padrão de assentamento com grande estabilidade entre 7000 a 1500 anos AP. e persistindo com grande integração com os grupos ceramistas até 600 anos AP (COSTA, 2020; MACHADO, 2006; PEROTA, 1972; PEROTA; ASSIS, 1993; RIBEIRO, LOREDANA *et al.*, 2009; RIBEIRO, LOREDANA; JÁCOME, 2014).

Os primeiros ceramistas e agricultores

Uma segunda leva humana chegou transformando radicalmente o cotidiano e a diversidade cultural do território. Este é o período mais conhecido pela arqueologia brasileira, devido ao grande interesse despendido pelos pesquisadores e pela grande quantidade de fontes etnográficas e linguísticas deixadas pelos cronistas entre os séculos XVI ao XX (PROUS, 1992, 2006; TENÓRIO *et al.*, 2000). As rotas migratórias de chegada ao território do Espírito Santo tinham duas vias já conhecidas pelos pré-ceramistas. Os destaques, além da difusão via migração de vasilhas cerâmicas, estão na agricultura do milho, da mandioca, do cará, do maracujá, do feijão, do amendoim, da abóbora, do tabaco, da batata-doce, do algodão, além de árvores frutíferas como a goiaba, jabuticaba, pitanga, araçá, palmitos e o cajá, entre outras.

Arqueologicamente são definidas três tradições[2] correlacionadas a grupos etnolinguísticos: a tradição Una, relacionada aos falantes da língua Puri; a tradição Aratu, relacionada aos falantes das línguas Maxacali e Pataxó; e a tradição Tupi-guarani, relacionada aos falantes das línguas Tupinambá, Tupiniquim e Temininó (SOUZA, 1997).

2 Tradição Arqueológica construída pelo PRONAPA, que na definição de Alfredo Mendonça de Souza (1997) são: "Grupos de elementos ou técnicas, com persistência temporal" (PRONAPA, 1976). Uma sequência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo uns dos outros, e formam uma continuidade cronológica.

A tradição Una e os indígenas Puri

Os primeiros ceramistas agricultores a terem chegado no Espírito Santo foram os grupos vinculados à tradição arqueológica Una, ancestrais diretos dos indígenas Puri. O debate sobre as origens e desenvolvimentos desse grupo segue inconcluso com duas vertentes corroboradas pelos dados linguísticos. O interior é compartilhado entre ambas. A primeira, indica os Puri tendo sua origem na região atual de Goiás, Unaí. Por volta de 3800 anos, seguiram por Minas Gerais e se distribuíram pelos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo (PROUS, 1992). A outra hipótese trata da origem dos grupos Puri em Minas Gerais, na região do rio Pomba, e de lá seguiram em direção ao litoral, primeiro no Rio de Janeiro e seguidamente para o Espírito Santo (LUFT, 2000). Em todas as rotas, segundo as datações disponíveis, indicam que seguiram de Minas Gerais para o Rio de Janeiro e depois para o Espírito Santo. A ampliação de pesquisas nas regiões serranas do sul do Espírito Santo pode trazer novos dados de uma rota direta para o Espírito Santo, até lá, só podemos afirmar os dados correntes (COSTA, 2017).

Na linguística temos duas correntes principais, a dos Puri, como um ramo dos Macro Jê orientais, com origens entre o Centro-Oeste e Sudeste, esta corrobora a primeira hipótese arqueológica (RODRIGUES, 1999) e a segunda, como um grupo linguístico isolado, sem vínculo com os troncos linguísticos conhecidos, pode corroborar com a segunda hipótese arqueológica de origem em Minas Gerais (NIKULI, 2020). Essas populações possuem as datas mais antigas entre os grupos ceramistas de 1400 anos AP., foram eles os primeiros a encontrar os caçadores-coletores do interior e os sambaquieiros do litoral. O registro seguro desta integração, pelo menos no litoral, é a presença de cerâmica em sítios costeiros (MACHADO, 2006; PEROTA; ASSIS, 1993).

Os Puri estavam distribuídos no Espírito Santo com presença constante abaixo do rio Santa Maria e com presença irregular até a margem sul do rio Doce (NIMUENDAJÚ, 1981). No litoral, pode ter sido recorrente, mas a incursão de outros grupos indígenas como os Tupi forçou a sua presença em regiões mais

a interior. É provável que os Goitacá também fossem um ramo étnico dos Puri, aqui considerado como um mesmo grupo, pelo menos linguístico (BENTIVOGLIO; COSTA, 2022).

A cultura material dos Puri e Goitacá eram além das cerâmicas, os machados de lâmina polida. A base da alimentação pode ter alternado entre a caça e a pesca como principal, mas a agricultura e a coleta de frutos, sementes e raízes do bioma de mata atlântica eram a sua economia de subsistência. Presença marcante em abrigos rochosos como a gruta do Limoeiro em Castelo e o Abrigo Fortuna em Muqui, entre outros, como centros cerimoniais religiosos para sepultamentos.

A tradição Aratu e os Pataxó, Maxacali e Malali

Este grupo chega ao Espírito Santo há 1200 anos A.P. bem distribuídos por todo interior e litoral norte do Espírito Santo. O seu limite territorial é mais ao sul da baía de Vitória. A rota de penetração seguiu pelo sul da Bahia, ocupando os principais rios como Mucuri, São Mateus, Piraquê-Açu e Mirim, rio Doce até o Santa Maria da Vitória na parte norte à baía de mesmo nome. Os indivíduos desta tradição arqueológica encontraram os ancestrais dos Puri e dos sambaquieiros da costa quando chegaram. Seu padrão de povoamento, semelhante aos Puri, também era ordenado pela economia de subsistência, o que não é de todo conhecido, porque não sabemos ainda qual o peso da pesca nesta sociedade, mas eram agricultoras do cultivo do milho, principalmente, entre outras. A presença dos Macro-Jê no Espírito Santo é identificada pela documentação etnográfica por todo período Colonial, Imperial e mesmo na República. Além da cerâmica, havia a produção de lâmina de machado para o trabalho das madeiras espessas, como os Puri e sambaquieiros.

A distribuição foi intensa por todo o litoral e interior norte do Espírito Santo. Não se sabe o porquê de não ultrapassarem ao sul da ilha de Vitória. Provavelmente a resistência que grupos Puri tenha oferecido fosse suficiente em repelir a expansão dessa cultura. Foram os primeiros a interagir com os grupos Tupi no Norte, havendo intensa influência cultural por meio de empréstimos culturais dos Tupi na cerâmica Aratu (FACCIO *et al.*, 2014; PEROTA, 1971b). Muitos sítios arqueológicos dessa cultura Macro-Jê foram identificados em territórios tradicionais Tupi, como Aracruz, rio Doce até a Ilha de Vitória, indicando a expulsão destes (ERLER, 2022).

A tradição Tupi-Guarani e os Tupinikim, Temininó e Tupinambá

Esta tradição arqueológica e histórica foi a que mais exerceu influência na formação da cultura brasileira, entre as demais culturas indígenas que tiveram em contado com o elemento colonizador europeu (FREYRE, 2006; RIBEIRO, DARCY, 2006). Esta foi a tradição arqueológica com maior distribuição no Estado, tendo ocorrência de sítios tanto no litoral quanto no interior. À exceção das regiões montanhosas da região sul do Espírito Santo (PEROTA, 2009).

As datas mais antigas são de 1200 anos AP. pouco depois das primeiras levas de a tradição Aratu ter chegado ao Espírito Santo. A relação desta sociedade com as demais é evidenciada no registro arqueológico. Culturas materiais, como estilos decorativos cerâmicos, foram encontradas entre sítios arqueológicos da tradição Aratu, indicando a apropriação por grupos Macro-Jê (FACCIO *et al.*, 2014; PEROTA, 1971b). Os Tupi adotaram estilos de lascamento de sambaquieiros na região de Anchieta, indicando não só influenciar, mas também receber influência de outros grupos (RIBEIRO, LOREDANA; JÁCOME, 2014).

Reforçando essa análise da integração entre Tupi e Sambaquieiros no Espírito Santo temos o registro de DNA antigo extraído de sambaqui de Vitória, apresentando a miscigenação entre si (FERRAZ *et al.*, 2023; STRAUSS, 2020).

A rota de penetração seguiu pela rota de norte a sul, pelo litoral brasileiro com saída dos estados do Nordeste em direção ao sul (CORRÊA, 2014). A sua distribuição passou pelos grandes rios exercendo o domínio dos principais como São Mateus, Doce, Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, Santa Maria até o Itabapoa-

na (FAUSTO, 2009; PEROTA, 1971a, 2009). A economia de subsistência era essencialmente pescadora, seguida pela caça, coleta e a agricultura. É provável que tenham sidos os Tupi que trouxeram a cultura da mandioca ao Espírito Santo.

Conclusão

Não é possível conceber o desenvolvimento da cultura brasileira sem a presença indígena ao longo de toda a sua história. Cada vez mais surgem evidências das trocas culturais que ocorreram entre as populações indígenas pré-coloniais. Apesar de sociedades autossuficientes em termos econômicos, tem-se uma intensa trama comercial possibilitada pela organização social e territorial de cada grupo. Ao longo de 8 mil anos de presença (provável ser muito mais) construíram as primeiras transformações da paisagem natural, por meio do manejo das florestas, onde encontramos atualmente ampla variedade de espécies botânicas, que enchem a nossa culinária e tratam muitas das nossas doenças até hoje.

Até o início do século XVI, as populações indígenas do Espírito Santo cresceram, aumentando consideravelmente nos últimos 2000 anos com a chegada dos ceramistas horticultores. A previsão menos otimista relata o Brasil de 1500 com uma população geral de 3.235 milhões de habitantes e a capitania do Espírito Santo chegando a 130 mil indivíduos (HEMMING, 2007). Darcy Ribeiro atribuiu para 1500 uma população de 5 milhões de indígenas, o que convertendo para o Espírito Santo dariam provavelmente em torno de 200 mil indivíduos (RIBEIRO, DARCY, 2006). Entretanto, as pesquisas arqueológicas, sob coordenação de Eduardo Goes Neves, estipulam uma população entre 8 a 10 milhões de pessoas ao longo de 8 mil anos somente na região amazônica (NEVES, EDUARDO GOES, 2022), o que elevaria a população demográfica do Espírito Santo a números superiores a 300 mil.

Sobre a densidade populacional nas Américas ter sido elevada há um consenso entre os pesquisadores da história indígena americana. Com o andamento das pesquisas, o refinamento das informações trará números cada vez mais acurados. Pesquisas recentes atribuíram uma "Pequena Era do Gelo" no mundo registrada com o congelamento do rio Tâmisa na Inglaterra no início do século XVII, causado pela redução da temperatura devido à diminuição de CO_2, com a morte de 55 milhões de pessoas por epidemias após o 1492 (KOCH *et al.*, 2019), reduzindo todo o continente a menos de seis milhões de pessoas. O impacto disso localmente é bem registrado pelos cronistas do século XVI no Espírito Santo.

Referências

ADOVASIO, J. M.; PAGE, Jake. **Os primeiros americanos: em busca do maior mistério da arqueologia.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

ALVES, Igor Charles Castor. **Resposta dos manguezais do Amapá, Rio Grande do Norte, Sul da Bahia e Espírito Santo às mudanças climáticas e flutuações do nível do mar durante o holoceno.** 2016. 101 f. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Pará, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/8871>.

BARFIELD, Thomas. Diccionario de antropología. **Bellaterra,** p. 810, 2001.

BELTRÃO, Maria da Conceição de Morais Coutinho. **Pré-história do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Forense-Universitário: Instituto Estadual do Livro, 1978.

BENTIVOGLIO, Julio; COSTA, Henrique Antônio Valadares. **Os Goitacá.** Vitória: Editora Milfontes, 2022. v. V.

BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário.** 1. ed. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BRUSTOLINE, Lucas; CALEGARI, Márcia Regina. Colecao de referencia de fitolitos da floresta ombrofila densa (Linhares, ES)_subsidio para reconstrucao paleoambiental. 2013, Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2013. p. 3. Disponível em: <https://docplayer.com.br/147480999-Colecao-de-referencia-de-fitolitos-de-eudicotideoneas-da-floresta-ombrofila-densa-subsidios-para-reconstrucao-paleoambiental.html>.

CALLIPPO, Flávio Rizzi. **Sociedade sambaquieira, comunidades marítimas.** 2010. Programa de Pós-graduação em Arqueologia – Universidade de São Paulo, 2010.

CAVALLI-SFORZA, Luca; CAVALLI-SFORZA, Francesco. **Quem somos? A história da diversidade humana.** São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CHUENG, K. *et al*. Aplicaçoes de estudos de fitólitos para reconstituiçao paleoambiental em sítios arqueológicos: estudos de caso no Brasil. 2019, Ceará: [s.n.], 2019.

CORRÊA, Ângelo Alves. **Pindorama de mboîa e îakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi.** 2014. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-17102014-154640/>.

COSTA, Henrique Antônio Valadares. **A ocupação holocênica no litoral norte do Espírito Santo.** 2020. Tese de Doutorado – Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2020.

COSTA, Henrique Antônio Valadares. Um pouco da história e da cultura Purí. In: BENTIVOGLIO, JULIO (Org.). **História dos povos indígenas no Espírito Santo: os Purí.** 1. ed. Serra: Milfontes, 2017. p. 41–70.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística.** 2° ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Provincia_do_espirito_santo.pdf>.

ERLER, Dionne Miranda Azevedo. **Um estudo sobre a distribuição dos sítios arqueológicos da Tradição Aratu na paisagem capixaba.** 2022. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

FACCIO, Neide Barrocá *et al*. Vista do Vasilhas duplas Aratu (macro-jê) em Sítio Tupi-Guarani: evidência de contato? **Revista Ágora Vitória,** v. 1, n. 20, p. 6–23, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/9157/6428>. Acesso em: 2 ago. 2020.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CARNEIRO DA CUNHA, MANUELA (Org.). **História dos Índios do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 381–396.

FERRAZ, Tiago *et al*. Genomic history of coastal societies from eastern South America. **Nature Ecology & Evolution,** v. 7, n. 8, p. 1315–1330, 31 jul. 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal.** 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

GASPAR, Maria Dulce. **Aspectos da organização social de um grupo de pescadores, coletores e caçadores: região compreendida entre Ilha Grande e o Delta do Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.** 1991. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, 1991.

HEMMING, John. **Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros.** São Paulo: EdUSP, 2007.

KOCH, Alexander et al. Earth system impacts of the European arrival and Great Dying in the Americas after 1492. **Quaternary Science Reviews,** v. 207, p. 13–36, mar. 2019.

LIMA, Tania Andrade. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. **REVISTA USP,** São Paulo, n. 44, p. 270–327, 2000.

LORENTE, Flávio Lima *et al*. Fitólitos como indicadores de mudanças ambientais durante o Holoceno na costa norte do Estado do Espírito Santo. **Quaternary and Environmental Geosciences,** v. 6, n. 1, p. 26–40, 2015.

LUFT, Vlademir José. **Da história à pré-história: as ocupações das sociedades Puri e Coroado na Bacia do Alto rio Pomba (o caso da Serra da Piedade).** 2000. doutorado – UFRJ, 2000.

MACHADO, Christiane. **Salvamento arqueológico na área de ampliação do aeroporto Eurico Salles, Vitória, ES. Relatório Final. Consórcio Camargo Corrêa/Mendes Junior/Estacon.** Vitória: [s.n.], 2006.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista memória em rede,** v. 2, n. 3, p. 14–26, 2010.

NEVES, Eduardo Goes. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central.** 1. ed. São Paulo: Ubu Editora/EduspdUSP, 2022.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luís Beethoven. **O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos.** 1° ed. São Paulo: Globo, 2008.

NIKULI, Andrey. **Proto Macro-Jê: um estudo desconstrutivo.** 2020. 571 f. Tese de Doutorado – Universidade de Brasilia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38893>.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Mapa etno-histórico de Curt Nimunedaju.** Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Secretaria de Estado da Cultura do ES, 2008. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Livro_Historia_ES.pdf>.

PENNA, Misael Ferreira. **História da Provincia do Espirito-Santo.** Rio de Janeiro: Typographia de Moreira, 1878.

PEROTA, Celso. A fase Cricaré - um horizonte tardio da tradição tupiguarani no estado do Espírito Santo. **Revista do CEPA**, 1971a.

PEROTA, Celso. A tradição Tupiguarani no estado do Espírito Santo. In: OLIVEIRA, ANA PAULA DE PAULA LOURES DE (Org.). **Estado da arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani.** 1. ed. Juiz de Fora: EDUFJF, 2009. p. 99–109.

PEROTA, Celso. Considerações sobre a Tradição Aratu nos Estados da Bahia e Espírito Santo. **Boletim do Museu de Arte e História: arqueologia, Vitória,** v. 1, 1971b.

PEROTA, Celso. O sítio arqueológico Campus 2. **Revista de Cultura da UFES,** Vitória, v. 3, n. 1–2, p. 39–45, 1972.

PEROTA, Celso. **Os índios de Aracruz.** Vitória: [s.n.], 1995

PEROTA, Celso; ASSIS, Valéria Soares De. O Sítio Areal. Estudo da pressão ambiental sobre a população pré-histórica do litoral do Estado do Espírito Santo. **Revista de Cultura da UFES,** Vitória, 1993.

PROUS, Andre. **Arqueologia Brasileira.** 1. ed. Brasília, DF: EdUnB, 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/972151?origin=crossref>.

PROUS, Andre. As primeiras populações do Estado de Minas Gerais. In: TENÓRIO, MARIA CRISTINA (Org.). **Pré-história da Terra Brasilis.** 1° ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. p. 101–114.

PROUS, Andre. **O Brasil Antes dos Brasileiros - a Pré- História do Nosso País.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro.** São Paulo: Companhia do Bolso, 2006.

RIBEIRO, Loredana *et al*. Os Tupi-guarani do sul do Espírito Santo usavam muita pedra, além do barro - a indústria lítica pré-histórica tardia (e depois). **Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira.** 1. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2009. p. 340.

RIBEIRO, Loredana; JÁCOME, Camila. Tupi ou não Tupi? Predação material, ação coletiva e colonialismo no Espírito Santo, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi: Ciencias Humanas,** v. 9, n. 2, p. 465–486, 2014.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Macro-Jê. In: DIXON, R. M.; AIKHENVALD, ALEXANDRA Y. (Org.). **The Amazonian Languages.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 165–206. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:rodrigues-1999-macro-je>.

SILVA, Hilton P.; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia. **Nossa origem: o povoamento das Américas - visões multidisciplinares.** 1° ed. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

SOUZA, Alfredo Mendonça De. **Dicionário de arqueologia.** 1. ed. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

STRAUSS, André. **Arqueologia em DNA antigo nos sítios arqueológicos do Brasil e Espírito Santo.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NwW6q9eB_Nc>. Acesso em: 29 maio 2022.

TENÓRIO, Maria Cristina *et al*. **Pré-história terra brasilis.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

VASCONCELLOS, José Marcellino Pereira De. **Ensaio sobre a historia e estatistica da Provincia do Espírito Santo.** Vitória: Typographia de P. A D'Azeredo, 1858.

VILLAGRAN, Ximena Suarez. O que sabemos dos grupos construtores de sambaquis? Breve revisao da arqueologia da costa sudeste do Brasil, dos primeiros sambaquis até a chegada da cerâmica Jê. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.** [S.l: s.n.]. , 2013

VILLAGRAN, Ximena Suarez et al. Os primeiros povoadores do litoral norte do Espírito Santo: uma nova abordagem na arqueologia de sambaquis capixabas. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi:Ciencias Humanas,** v. 13, n. 3, p. 573–596, 2018.

ARTIGO

HISTÓRIAS DE VIDA E MIGRAÇÃO: TRAJETÓRIA DOS MINEIROS EM SANTA TERESA-ES

Simone Zamprogno Scalzer

Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce. Graduada em Geografia pelas Faculdades Integradas Castelo Branco/ES, atua como diretora escolar na EEEFM Frederico Pretti, Santa Teresa -ES

Cristiani Lopes Silva

Graduada em Filosofia Ufes, professora na EEEFM Frederico Pretti, Santa Teresa -ES

Resumo

Santa Teresa no Espírito Santo é reconhecida, por ser uma cidade fundada por imigrantes italianos, contudo outros povos também contribuíram para a formação desse território, como poloneses, pomeranos, alemães e migrantes originários de diversas localidades do Brasil, com destaque para os mineiros, sempre presentes na história de Santa Teresa, sem sua importância devidamente reconhecida. A partir das entrevistas coletadas foi percebido um movimento migratório de destaque, onde em busca de melhores condições de emprego e vida, migrantes de vários municípios mineiros se deslocam para o Espírito Santo, aqui trataremos apenas de Santa Teresa. Muitos vieram incentivados por outros familiares que já moravam nesta cidade capixaba, para trabalhar em diversos setores da economia, professores, padeiros, pedreiros, mas com destaque para o trabalho nas lavouras de café, de forma de migração sazonal ou permanente. Estes migrantes trazem consigo sua cultura e valores, tornando-se atores importantes para a cultural local em Santa Teresa – ES.

Palavras-chaves: migração; mineiros; Santa Teresa; vida melhor; café.

Abstract

Santa Teresa in Espírito Santo is known for being a city founded by Italian immigrants, but other peoples also contributed to the formation of this territory, such as Poles, Pomeranians, Germans, and migrants from various parts of Brazil, especially the people from Minas Gerais, who have always been present in the history of Santa Teresa, although their importance has not been properly recognized. Based on the interviews collected, a notable migratory movement was noted, where migrants from various municipalities in Minas Gerais moved to Espírito Santo in search of better employment and living conditions. Here, we will only discuss Santa Teresa. Many came, encouraged by other relatives who already lived in this city in Espírito Santo, to work in various sectors of the economy, such as teachers, bakers, bricklayers, but most notably working on coffee plantations, whether as seasonal or permanent migrants. These migrants bring with them their culture and values, becoming important actors in the local culture of Santa Teresa - ES.

Keywords: migration; miners; Santa Teresa; better life; coffee.

Introdução

O primeiro contato direto entre os territórios de Santa Teresa – ES e Minas Gerais pode ter ocorrido a partir da antiga Estrada Imperial de Santa Thereza. A abertura da Estrada de Santa Thereza foi um dos grandes empreendimentos realizados na Província do Espírito Santo em meados do século XIX. Esta obra aparece em destaque em diversos relatórios de presidente de província e conforme esses relatos ela possuía entre sete e dez palmos de largura. Seu objetivo era facilitar a ligação da Província do Espírito Santo e a de Minas Gerais.

Com um trajeto que saia das proximidades de Vitória e alcançava Minas Gerais, passando pelas margens do Rio Doce, nunca chegou a ser amplamente utilizada, mas permitiu trocas comerciais, representou um novo meio de relação entre as duas províncias, favoreceu também a ocupação do território em suas proximidades e facilitou a abertura de estradas menores. Observamos no mapa, a presença de dois quarteis, esses representavam um ponto de descanso, para viajantes e animais, sem os mesmos a viagem se tornaria muito mais desgastante e perigosa (Scalzer, 2015).

Figura 1 - Carta da Província do Espírito Santo com parte da província de Minas, organizada pelo 1º Tenente de Engenheiros João Jose de Sepulveda e Vasconcelos- 1856. Fonte: Arquivo Digital do APE-ES, consulta em 08/01/2014. Organização: SCALZER, Simone Zamprogno.

A Província do Espírito Santo, que até o início do século XIX era apenas uma barreira verde para proteger Minas Gerais, começa a se desenvolver com a abertura de estradas e a implantação de projetos de colonização que previam a vinda de imigrantes para ocupar as terras, até então ditas "devolutas".

No ano de 1847 foi aberta uma picada que serviu de referência para a construção dessa estrada e em setembro de 1848 iniciaram-se os trabalhos de abertura da mesma, sendo concluída por volta de 1857.

Anos depois, em 1874, as terras que correspondem ao município de Santa Teresa, foram oficialmente ocupadas por imigrantes italianos, em um grande projeto de ocupação de terras para o cultivo do café.

Os imigrantes italianos foram oficialmente os fundadores de Santa Teresa, contudo outras nacionalidades europeias também se destacam, os poloneses no Distrito de Santo Antônio do Canaã, os alemães em Vinte e Cinco de Julho, pomeramos nas divisas com o município de Santa Maria de Jetibá e nas localidades de Barra do Rio Perdido e Cabeceira do Vinte Cinco de Julho, onde temos igrejas luteranas.

Desde o início da ocupação desse território temos o registro de "brasileiros" trabalhando nas obras de colonização. Contudo, a partir de agora vamos nos dedicar apenas à presença de mineiros em Santa Teresa – ES.

Há mais de um século, mineiros de diversos municípios vêm para Santa Teresa/ES para o trabalho nas lavouras de café, muitas vezes junto às famílias dos imigrantes italianos e seus descendentes. As migrações podem ser sazonais, principalmente para a época da colheita, quanto definitivas. Atualmente a presença de mineiros é numericamente de destaque neste município do Espírito Santo, e estes ou seus descendentes atuam em todos os segmentos da economia local, contudo, as migrações sazonais para a colheita de café ainda são fortemente observadas.

Este estudo partiu da observação da população do território de Santa Teresa e da necessidade diante da festa de "150 anos de imigração italiana em Santa Teresa, no Espírito Santo, no Brasil", de dar voz a outros atores que contribuíram e contribuem para a formação do território neste município.

A partir dessa motivação professores e alunos do Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "Frederico Pretti"[1], iniciaram a realização de pesquisas com mineiros ou seus descendentes que residem em Santa Teresa – ES. Neste artigo vamos focar apenas em dois aspectos: a motivação e a vida no novo território.

Dinâmicas migratórias dos mineiros em Santa Teresa – ES: redes, histórias e contribuições

Santa Teresa tem sua história diretamente ligada a fluxos migratórios, em seu momento inicial ligado principalmente à imigração italiana e de outras origens europeias (Scalzer, 2015), contudo no decorrer de sua história, como é evidenciado nesta pesquisa, fluxos migratórios nacionais ajudam a formar a população teresense, contribuindo para a configuração do território local.

As migrações são um fenômeno inerente à humanidade, constituindo processos históricos que moldam territórios e identidades culturais. No Brasil, os fluxos migratórios internos e externos desempenham papel central na formação socioeconômica do país, refletindo dinâmicas de adaptação e transformação dos espaços e das populações (Seyferth, 2000). Esses movimentos caracterizam-se pela busca por melhores condições de vida, sejam elas vinculadas a fatores econômicos, culturais ou sociais.

Para contar essas histórias ainda sem registros escritos, esta pesquisa iniciou-se a partir de entrevistas presenciais e via formulário google, com migrantes mineiros ou seus descendentes que residiam no momento das entrevistas (2023-2024) em Santa Teresa. Utilizar a História Oral possibilita dar voz ao migrante, sobretudo aquele migrante muita vez invisível (Dadalto; Silva, 2016, p. 740).

Nos relatos orais e formulários, podemos observar que alguns migraram diretamente para este

1 A EEEFM "FREDERICO PRETTI" fica localizada no Distrito de São João de Petrópolis, Santa Teresa – ES, trata-se de uma instituição pública de educação básica, da Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo (SEDU).

município, enquanto outros tiveram passagens por outras cidades do Espírito Santo, como Colatina, Ecoporanga, São Roque do Canaã, Pancas, Marilândia, Boa Esperança e Pedro Canário. Esses dados revelam uma migração multifásica, marcada por movimentos internos antes da fixação definitiva em Santa Teresa. Em relação aos municípios mineiros de origem, destacam-se Santa Maria do Suaçuí como principal ponto de partida dos entrevistados, mas também foram observadas localidades como Água Boa, Águas Formosas, Conselheiro Pena, São Sebastião do Maranhão, Belo Horizonte, Resplendor, Teófilo Otoni e Frei Gaspar, entre outros. Tal diversidade geográfica evidencia a amplitude do impacto do fluxo migratório mineiro no território capixaba.

Há de se considerar também que a proximidade entre os territórios de Minas Gerais e Espírito Santo, propicia rápidos e curtos deslocamentos (Dadalto; Silva, 2016, p. 743). Além disso, Santa Teresa recebe um contingente expressivo de migrantes mineiros sazonais, atraídos principalmente pela colheita de café, que ocorre entre os meses de maio e julho. Essa migração sazonal, muitas vezes incentivada por redes familiares e comunitárias, desempenha um papel fundamental na dinâmica econômica local, especialmente no setor agrícola, reforçando o caráter integrado e interdependente entre as regiões de origem e destino.

Para Maria Alice[2] "O objetivo em vir todos os anos para o Espírito Santo é conquistar sua casa própria, carteira de habilitação e outros itens materiais essenciais" (Martins; Carlini; Malavasi et al, 2024, p. 32-33). A entrevistada ainda relata que nem sempre as condições de estadia são boas, faltando por vezes camas decentes, contudo, as vindas para Santa Teresa, já lhe renderam algumas conquistas materiais, e todos os anos trazem mais pessoas de Minas Gerais para trabalhar na colheita de café:

> Atualmente, eles já conseguiram conquistar seus objetivos iniciais e agora, sempre que vêm, trazem mais pessoas que buscam as mesmas oportunidades. Assim, retribuem o favor que outras pessoas fizeram para ajudá-los também, buscando sempre ajudar o máximo possível o próximo (Martins; Carlini; Malavasi et al., 2024, p. 33).

Alguns proprietários chegam a construir casas para receber os migrantes sazonais, outros utilizam antigas moradias das famílias para recebê-los, como os casarões históricos construídos ainda pelos imigrantes italianos (Scalzer; Calci, 2024, p. 61). Contudo, observa-se como no relato de Maria Alice, que muitas moradias não possuem a estrutura e as condições mínimas para recebê-los.

Observamos, um caráter cíclico e colaborativo nas migrações sazonais, em que cafeicultores locais mantem contato com migrantes sazonais nos municípios mineiros. O dono[3] da propriedade São Luiz, em Santa Teresa, relata que todos os anos recebe um grupo vindo do município de Padre Paraíso – MG, antes eles passam por lavouras de Linhares e São Roque do Canaã e, por fim, vêm para sua propriedade onde realizam a maior parte da colheita do café. O grupo é composto por um casal, onde a mulher fica responsável pelos cuidados com a casa e alimentação dos demais e o marido coordena o grupo de trabalhadores, composto em sua maioria por homens da própria família (pai, primos, tios e sobrinhos).

O trabalho sazonal, além de conectar os dois territórios, traz benefícios financeiros para os dois grupos: os proprietários rurais, que não conseguem toda a mão de obra necessária na região, e os migrantes, que levam renda extra para suas famílias e localidades de origem. A migração sazonal para a colheita do café torna-se uma ponte para a estabilidade financeira e o desenvolvimento econômico dos territórios de origem e de Santa Teresa, que os recebe. Entretanto, neste momento, vamos nos dedicar a analisar as histórias de vida dos que se estabeleceram em Santa Teresa.

2 Nome fictício para entrevistada que não autorizou a divulgação de sua identidade.

3 O entrevistado não autorizou a divulgação do nome.

A busca por uma vida melhor, principalmente a partir de melhores condições de trabalho, talvez seja o fator que mais faça pessoas migrarem no mundo. Neste contexto, vemos presentes nas histórias de vida de mineiros que migraram para Santa Teresa a busca por uma vida melhor. João André[4] e sua família encontraram neste município do Espírito Santo, além de uma vida melhor, mais oportunidades e estabilidade financeira.

> Apesar dos desafios enfrentados, (...), João André e sua família encontraram em Santa Teresa o espaço para trabalhar e viver com dignidade, cumprindo suas expectativas iniciais e construindo uma nova vida integrada à comunidade local (Nandorf; Taufner; Bernini et al., 2024, p.44).

O relato de Maria Inez também reforça essa perspectiva, ao afirmar que mesmo diante das dificuldades enfrentadas durante a mudança para o Espírito Santo, ela não se arrepende da decisão, pois a migração lhe proporcionou oportunidades e conquistas que não seriam possíveis em sua região de origem (Nandorf; Taufner; Bernini et al., 2024, p.51).

O mesmo pode ser observado na história do casal João e Teresa, que migrou em busca de oportunidades de emprego e melhorias na qualidade de vida:

> Decidiram então tentar melhorar de vida no Espírito Santo, onde sabiam que havia maiores oportunidades de emprego. Juntaram um bom dinheiro e vieram de trem para Santa Teresa, deixando para trás toda a família e amigos. "[...] Após muita procura, consegui emprego em trabalho de café em Várzea Alegre (localidade do Distrito de Alto Santa Maria, munícipio de Santa Teresa), onde ganhei uma casa e uma lavoura para cuidar" (Martins; Carlini; Malavasi et al.,2024, p.38).

É observado em Santa Teresa, no decorrer da história, a prática de trabalho de meeiros, onde o trabalhador ou família, geralmente moram em uma casa pertencente ao dono da propriedade. Oferecem a mão de obra nas lavouras, dividindo os gastos e lucros da produção. Neste município capixaba, esta forma é bastante observada na cafeicultura.

Nas histórias de vida do livro "Entre Fronteiras: Mineiros Teresenses", uma educação pública melhor também é citada por pelos menos três entrevistados, ao reconhecem que em Santa Teresa, encontraram melhores condições para os filhos estudarem. Cida Santos afirma que sua família após uma migração inicial de Minas Gerais para Pancas, migrou novamente agora em direção a Santa Teresa e aqui encontraram uma melhor condição para viver e educar os filhos mais novos. Verificamos também a entrevistada, Maria do Rosário de Souza que diz:

> Chegamos aqui e já matriculei meus filhos na escola; ver o sorriso deles estampado no rosto, os olhos brilhando de felicidade foi uma sensação indescritível para mim como mãe. Não me arrependo de ter vindo para o Espírito Santo, um lugar que me trouxe muita alegria, lugar encantador com o seu paisagismo. Pude proporcionar um estudo melhor para meus filhos e uma vida melhor para minha família (Felix; Baratella; Silva et al., 2024, p.59).

Outro depoimento, agora de Maria de Jesus Nunes dos Santos, enfatiza a preocupação por uma educação melhor para os filhos, mas a partir dele, devemos considerar, que as mulheres tiveram papel fundamental no processo de adaptação da família em Santa Teresa, além de contribuírem por meio do trabalho para o sustento:

> Meu nome é Maria de Jesus Nunes dos Santos, tenho 62 anos e sou lavradora. [...] Aos 31 anos, fui chamada por um proprietário de terra do Espírito Santo para trabalhar, em busca de melhores condições para mim e meus filhos. Mudamos para Santa Teresa, onde recebemos moradia do proprietário. Apesar das preocupações, não sofri preconceito e encontrei apoio na nova comunidade. Meu marido e eu trabalhamos como empregados por um tempo até recebermos um

4 Nome fictício para entrevistado que não autorizou a divulgação de sua identidade.

> pedaço de café para cuidar, decidindo então nos fixar na região. Continuei trabalhando como diarista e colhendo café, mas agora com a oportunidade de um salário digno e de proporcionar educação aos meus filhos, que agora tinham uma escola mais próxima (Felix; Baratella; SILVA et al., 2024, p. 63-64).

As mulheres, como em outros cenários migratórios, se destacam no papel central de adaptação de suas famílias no novo território. Verificamos nos relatos, a atuação das mulheres migrantes mineiras no trabalho nas lavouras de café, nos serviços domésticos e outros trabalhos para garantir o sustento familiar. Contudo, suas motivações de migrar vão além de melhores condições econômicas para as famílias, nos apresentam também a busca por melhores oportunidades educacionais para seus filhos. Assim, essas mulheres pavimentam um caminho para seus filhos, as novas gerações, onde a educação pode ser o símbolo da esperança de transformação, responsável por romper os ciclos de dificuldades enfrentados nas terras de origem. As mulheres mineiras migrantes, então, se consolidam em Santa Teresa como agentes fundamentais na construção da história migratória no município.

Como acontece em outras correntes migratórias, ao se estabelecerem, os mineiros que passaram a residir em Santa Teresa, também passaram a motivar parentes e amigos a migrarem, na história de vida de Marilene Teixeira De Sousa Dos Santos é relatado:

> Com passar de alguns anos, a família cresceu e os dois tiveram mais três filhas, enriquecendo ainda mais o vínculo com a região. Vale lembrar que a qualidade de vida da família atingiu níveis bem melhores e, portanto, obtiveram sucesso e estabilidade em Santa Teresa, incentivando assim outros membros da família que moravam em Minas Gerais a seguirem o mesmo caminho. Dessa forma, logo chegaram a Santa Teresa os irmãos, sobrinhos e até a sogra, deixando apenas alguns parentes em Minas (Ferrari; Formentini; Stange et al.,2024, p. 18-19)

Relatam também as dificuldades em adaptação no novo território, dificuldades com o clima, em alguns locais mais frio e mais úmido; os hábitos alimentares dos locais, geralmente relacionados à cultura italiana e a saudade da terra de origem. Como o caso da esposa de Lafaiete José Xismendes, que chegou a retornar por um período para Santa Maria do Suaçuí, mas depois de um tempo se estabeleceu definitivamente em Santa Teresa (Martins; Carlini; Malavasi et al., 2024, p. 34-36). Maria Rosária de Souza, relata que o marido e ela compraram as passagens de trem e vieram "com a cara e a coragem; foi muito difícil deixar minha família toda lá, não foi fácil me adaptar com essa mudança, pois saí do lugar onde nasci e fui criada" (Felix; Baratella; Silva et al., 2024, p.59).

Os imigrantes italianos e o plantio de café foram o que motivou o governo da então Província do Espírito Santo, a ocupar as terras que originaram o município de Santa Teresa, sendo a cafeicultura a principal atividade econômica das áreas rurais desse município (Scalzer, 2015, 2021) Assim também, o trabalho nas lavouras de café se destaca na história de muitos mineiros em Santa Teresa.

> (...) conheci um rapaz mineiro que ia para o Espírito Santo trabalhar. Decidimos que na próxima safra de café, nós dois iríamos juntos em busca de uma vida melhor. Logo quando cheguei, fiquei feliz, pois aqui havia mais oportunidades para conseguir um bom trabalho em comparação com minha antiga região. Minha adaptação ao lugar foi tranquila, mas ainda sentia muita falta da minha família que deixei em Minas Gerais. No entanto, como nossas condições financeiras melhoraram bastante, eu podia visitá-los sempre que surgisse uma oportunidade (Felix; Batatella; Silva et al., 2024, p.66).

Este trecho nos apresenta a colheita do café como uma primeira oportunidade de emprego no momento da migração, a porta de entrada para Santa Teresa, nos evidenciando também que o trabalho sazonal serviu de base para a estabilidade econômica no novo território. Ao conquistarem a estabilidade financeira temos uma melhoria não apenas nas con-

dições de vida, mas criamos possibilidade de trazer familiares ou retornar para visitar os que ficaram na terra de origem.

Observamos também, a presença de migrantes mineiros no trabalho nas hortas de tomate, como no caso de Luciana Borges e sua família, que incialmente trabalharam com esta hortaliça, depois com café e outros trabalhos na região (Nandorf; Taufner; Bernini et al., 2024, p. 47-49). Atualmente os migrantes mineiros e seus descendentes estão presentes em todos os setores da economia de Santa Teresa, na educação, na saúde, comércio e serviços em geral.

No processo de adaptação ao novo território os mineiros absorveram tradições locais na alimentação, mas também trouxeram consigo tradições que compartilham com outros mineiros que residem em Santa Teresa e com outros habitantes, de origem italiana, por exemplo. Na história de vida de Luciana Borges, temos as lembranças dessa mineira que reside há anos em Santa Teresa:

> Inspirada pelas lembranças gustativas de sua terra natal, a mulher e sua família mantinham viva a tradição culinária, preparando angu, pamonha e bolo de milho em Santa Teresa. Seu irmão, sempre que possível, fabricava queijo com o leite disponível. Entre as tradições culinárias mineiras, ela destacava o pão de Natal, uma iguaria recheada de frutas secas e goiabada, desconhecida na nova região. Saudosa, mencionava o biscoito de São João, um quitute feito de polvilho, que tanto apreciava (Nandorf; Taufner; Bernini et al., 2024, p.48).

Manter essas tradições culturais mineiras, contribui para preservar sua identidade bem como compartilhar com os demais moradores de Santa Teresa, principalmente os descendentes de italianos. Essa convivência entre os dois grupos propicia trocas culturais e a construção de laços comunitários. A manutenção das tradições culinárias reflete a forte conexão dos migrantes com suas raízes e demonstram como a cultura alimentar serve como um elo entre o passado e o presente.

Observamos nos relatos, diferentes experiências no processo de adaptação ao novo território, enquanto para alguns a saudade da terra natal levou até a retornos para as cidades de origem, outros tentam trazer um pouco de Minas Gerais para Santa Teresa, reproduzindo por exemplo, seus hábitos alimentares, suas receitas. Para outros ainda, o processo é relatado, como tranquilo, diante principalmente na melhoria das condições de vida:

> Eu não encontrei nenhum problema ao chegar aqui. Afinal, em comparação com minha vida difícil em Minas, aqui estava muito bom. No início estranhei um pouco porque não conhecia ninguém e não tinham ideia de como era, até mesmo para ir à igreja, precisava ser convidada por algumas pessoas que eu nem conhecia. Foram as ministras da igreja, (...), que foram à minha casa e me convidaram para ir à igreja. Com o passar do tempo, comecei a conhecer outras pessoas. Eu não imaginava encontrar tudo o que vi aqui, pois era completamente diferente do meu estado de origem: o sotaque, o modo de vida e as comidas típicas (Felix; Baratella; Silva et al, 2024, p.62).

Compreender as histórias de vida dos migrantes mineiros residentes em Santa Teresa/ES vai além de uma valorização de memórias dessa parte da população, nos permitindo uma apreensão mais completa das experiências, desafios e conquistas desses migrantes e seus descendentes.

À luz de Dadalto e Silva (2016) destacamos a necessidade e a importância de analisar as narrativas dos migrantes mineiros para compreender suas experiências e como eles significam suas vivências no novo território, alinhando-se com a ideia de que a migração impacta tanto os migrantes quanto a comunidade que os recebe.

A pesquisa nos permite identificar uma série de perspectivas sobre este fluxo migratório, mostrando como cada migrante vivenciou e significou suas experiências.

Não podemos considerar apenas o impacto da migração para os migrantes, mas para toda a comunidade receptora. Além de refletir sobre as possíveis

melhorias na qualidade de vida dos migrantes, precisamos considerar a importância desses indivíduos para o território que os receberam. A força de trabalho migrante é geradora de renda e novos oportunidades neste território.

> A memória destes que migram é constituída, também, em seu deslocamento, naquilo que é deixado para trás relembrando seu começo. Da mesma maneira, constitui a memória, a disposição de integração, de pertencimento na construção da cidade para onde migram (Dadalto, Silva, 2016, P.746).

Ao dar ênfase às histórias de vida, vamos além das estatísticas, valorizando as experiências, a construção de memórias e a compreensão das realidades vivenciadas em território teresense. Verificamos também a formação de redes de migração, pois é comum o relato de mineiros que migraram para Santa Teresa virem com a família toda ou incentivados por alguém que já estava neste território. Para Massey (1993), além de reduzir custos e riscos, as redes de migração fornecem informações, conexão e assistência no local de destino, contribuindo para a formação do fluxo migratório no decorrer dos tempos (Massey et al, 1993).

Marilene Teixeira de Sousa dos Santos, afirma que seu pai migrou por influência de um primo. Após conseguir se estabelecer, trouxe a esposa também para viver em Santa Teresa. A conquista da estabilidade financeira de sua família também motivou outros familiares que ainda residiam em Minas Gerais a migrar. A maior parte da família veio, contudo, os familiares que permaneceram em Minas Gerais, continuaram sendo um dos motivos para os passeios na terra de origem (Ferrari; Formentini; Stange et al., 2024, p.18-19).

Outro relato é de Maria Rivone dos Santos Reis, que afirma que seu tio veio primeiro, reuniu recursos, trazendo também seu pai e outros familiares (Nandorf; Taufner; Bernini et al., 2024, p.51-52). Mais um exemplo concreto pode ser observado:

> Por influência de um primo, que já morava no Espírito Santo, Vicente partiu rumo a Santa Teresa para trabalhar em uma fazenda localizada no distrito de Santo Antônio do Canaã. [...] Após um tempo de muito esforço e empenho, ele conquistou seu lugar no município e então foi a vez de sua família se juntar a ele, fortalecendo os laços e incentivando a continuidade da migração de outros parentes (Ferrari; Formentini; Stange et al, 2024, p. 18).

No decorrer dos tempos, verificamos que são muitos os exemplos claros de como a migração de Minas Gerais para Santa Teresa foi influenciada por redes familiares e comunitárias. Essa dinâmica que se formou deu apoio, incentivou a migração de mineiros e facilitou a adaptação no novo território.

Considerações Finais

A presente pesquisa evidenciou a importância dos migrantes mineiros na formação socioeconômica e cultural de Santa Teresa-ES. Com o objetivo de compreender as dinâmicas migratórias estabelecidas por mineiros neste município capixaba, destacamos as motivações, como a busca por melhores condições de trabalho e estudo para os filhos, bem como o papel das redes familiares na consolidação deste fluxo migratório e no apoio aos novos migrantes.

Por meio da história oral e de análises qualitativas, foi possível documentar as contribuições desses atores sociais, revelando as dinâmicas de territorialização e integração que marcaram suas trajetórias.

A migração para Santa Teresa não apenas proporcionou melhores condições de vida aos mineiros e seus descendentes, mas também contribuiu para o fortalecimento da diversidade cultural do município. Apesar dos desafios enfrentados, como dificuldades de adaptação e saudades da terra natal, os migrantes demonstraram resiliência e foram fundamentais para moldar o panorama social e econômico local.

Este estudo reforça a relevância de ouvir e valorizar as vozes dos migrantes mineiros para compreender os processos migratórios de forma mais ampla. Ao fazê-lo, amplia-se o entendimento das dinâmicas culturais e econômicas que permeiam a história de Santa Teresa, incentivando o diálogo sobre a importância da

migração mineira na formação das identidades territoriais brasileiras, além de dar voz a estes atores por vezes invisibilizados na história local, bem como às suas narrativas.

Podemos observar que o impacto deste fluxo migratório, vai muito além da melhoria da qualidade de vida dos migrantes mineiros, mas principalmente observa-se a importância deste fluxo migratório para a economia teresense, da qual podemos destacar a cafeicultura. Quanto à cultura local, esta foi enriquecida pelas tradições e valores trazidos pelos mineiros.

Ao realizar um estudo a partir de histórias de vida de migrantes mineiros, nos propomos a preservar e valorizar essas narrativas. Sendo uma pesquisa inicial, podemos indicar como estudos futuros as dinâmicas de migração e gênero, dando ênfase ao papel das mulheres mineiras no sustento e na adaptação ao novo território. Podemos ainda aprofundar temas como o impacto cultural deste fluxo migratório e a vida dos descendentes em Santa Teresa.

Ao valorizar as narrativas de migrantes mineiros, não resgatamos apenas memórias, mas enxergamos Santa Teresa como um território construído coletivamente, que iniciou sua história com os imigrantes italianos, mas que segue sendo construída por todos os seus habitantes das mais diversas origens. Por fim, destacamos que a história não tem dono, ela é uma construção coletiva que precisa dar voz a todos os atores envolvidos.

Referências

DADALTO, M. C., & SILVA, M. G. da. (2016). **Espírito Santo: trajetórias migratórias para a cidade.** Anais do V Encontro Internacional UFES/ Université Paris-Est.

FELIX; BARATELLA; SILVA et al. Histórias contadas em primeira pessoa. In: SCALZER, Simone Zamprogno; SILVA, Cristiani Lopes (orgs.). **Entre fronteiras: mineiros teresenses.** Vitória: Sodré Gráfica e Encadernadora, 2024. p. 53-68.

FERRARI; FORMENTINI; STANGE et al. Histórias de logo ali. In: SCALZER, Simone Zamprogno; SILVA, Cristiani Lopes (orgs.). **Entre fronteiras: mineiros teresenses.** Vitória: Sodré Gráfica e Encadernadora, 2024. p. 17-27.

MARTINS; CARLINI; MALAVASI et al. Em busca de sonhos. In: SCALZER, Simone Zamprogno; SILVA, Cristiani Lopes (orgs.). **Entre fronteiras: mineiros teresenses.** Vitória: Sodré Gráfica e Encadernadora, 2024. p. 28-41.

Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Taylor, J. E. (1993). Theories of international migration: A review and appraisal. **Population and development review,** 19(3), 431-466.

NANDORF; TAUFNER; BERNINI et al., Em busca de uma vida melhor. In: SCALZER, Simone Zamprogno; SILVA, Cristiani Lopes (orgs.). **Entre fronteiras: mineiros teresenses.** Vitória: Sodré Gráfica e Encadernadora, 2024. p. 42-52.

SCALZER, Simone Zamprogno. **O núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES): entre a memória e a história.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

SCALZER, Simone Zamprogno; CALCI, Rafael (orgs.). **Casarões que contam histórias: casarões de Canaã Santa Teresa-ES.** Vitória: Sodré Gráfica e Encadernadora, 2024.

SCALZER, Simone Zamprogno; SILVA, Cristiani Lopes (orgs.). **Entre fronteiras: mineiros teresenses.** Vitória: Sodré Gráfica e Encadernadora, 2024.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: Etnicidade e conflito. *In*: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América.** 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

Z.Z. 40 anos. Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 15 ago. 2024.

CARTA DA PROVINCIA
DO
ESPIRITO SANTO
PROVINCIA DE MINAS
RIO DOCE

ON
EF-0329

ARTIGO

INDUSTRIALIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO: OS PARADOXOS DO CRESCIMENTO EM ARACRUZ E A INVISIBILIDADE SOCIAL DOS MIGRANTES

Maria Rita de Cássia Sales Régis

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Psicóloga, pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Movimentos Migratórios (LEMM-UFES).

Resumo

Este artigo examina os impactos socioeconômicos e urbanos da industrialização e da mobilidade humana no município de Aracruz, Espírito Santo, Brasil, entre as décadas de 1970 e 2010, com foco na implantação de grandes plantas industriais como a Aracruz Celulose (atual Suzano) e empresas do setor de energia e construção naval. A análise revela que tais implantações resultaram em um crescimento demográfico desordenado, ampliação das desigualdades sociais e marginalização de migrantes, que frequentemente enfrentam exclusão social e econômica devido à insuficiência de políticas públicas. Esmiuça como a rápida urbanização e o modelo de desenvolvimento industrial contribuíram para a formação de enclaves urbanos com infraestrutura precária, exacerbando a segregação socioespacial. A partir de uma revisão crítica de dados atuais e literatura contemporânea, argumenta-se pela necessidade de políticas integradas que promovam um desenvolvimento urbano mais inclusivo e sustentável, abordando as demandas do setor produtivo e as necessidades da população migrante e residente. Propõe-se a implementação de estratégias de coesão social e inclusão econômica como caminhos para mitigar os efeitos adversos do crescimento industrial acelerado.

Palavras-chaves: Industrialização; Mobilidade humana; Dinâmicas sócio-urbanas; Políticas públicas.

Abstracts

This article examines the socioeconomic and urban impacts of industrialization and human mobility in the municipality of Aracruz, Espírito Santo, Brazil, between the 1970s and 2010s, focusing on the implementation of large industrial plants such as Aracruz Celulose (now Suzano) and companies in the energy and shipbuilding sectors. The analysis reveals that such implementations resulted in disorderly demographic growth, widening social inequalities, and marginalization of migrants, who often face social and economic exclusion due to insufficient public policies. It examines how rapid urbanization and the industrial development model contributed to the formation of urban enclaves with precarious infrastructure, exacerbating socio-spatial segregation. Based on a critical review of current data and contemporary literature, the article argues for the need for integrated policies that promote more inclusive and sustainable urban development, addressing the demands of the productive sector and the needs of the migrant and resident population. The implementation of social cohesion and economic inclusion strategies is proposed as ways to mitigate the adverse effects of accelerated industrial growth.

Keywords: Industrialization, Human Mobility, urban social dynamics and public policies.

Industrialização

A relação entre indústria, Estado e sociedade civil molda profundamente os cenários locais e globais, oferecendo tanto desafios quanto oportunidades que podem atenuar os efeitos das desigualdades socioeconômicas e ambientais. O entendimento das interações dessa tríade é essencial para analisar como o desenvolvimento industrial impacta a qualidade de vida e a coesão social, especialmente em contextos de rápida urbanização e industrialização. Para contextualizar a relevância desta tríade, é necessário revisitar a história e os principais atores envolvidos, destacando como as decisões políticas e econômicas influenciam diretamente o desenvolvimento urbano e a inclusão social (Harvey, 2012; Sassen, 2014).

A industrialização no Brasil, particularmente na região Sudeste, emergiu como uma solução para transformar a economia agrária exportadora do país em uma economia diversificada e industrializada. Desde sua primeira fase (1822-1930), com o início da abolição da escravatura e as reformas implementadas por Getúlio Vargas, até o auge durante o governo de Juscelino Kubitschek, a industrialização fomentou a urbanização acelerada, gerando transformações significativas nos centros urbanos e em suas periferias (Suzigan e Furtado, 2006).

No município de Aracruz, Espírito Santo, a chegada de grandes plantas industriais, como a Aracruz Celulose (atual Suzano), e posteriormente empresas do setor de óleo e gás, alteraram drasticamente o perfil socioeconômico e demográfico local. Dados recentes indicam que o município continua a se destacar como um polo industrial, com impactos significativos na sua estrutura urbana e na vida dos seus habitantes (IBGE, 2022). No entanto, essa expansão industrial não ocorreu sem custos sociais, especialmente para os migrantes que vieram em busca de melhores condições de vida, mas encontraram uma estrutura urbana inadequada e um mercado de trabalho que

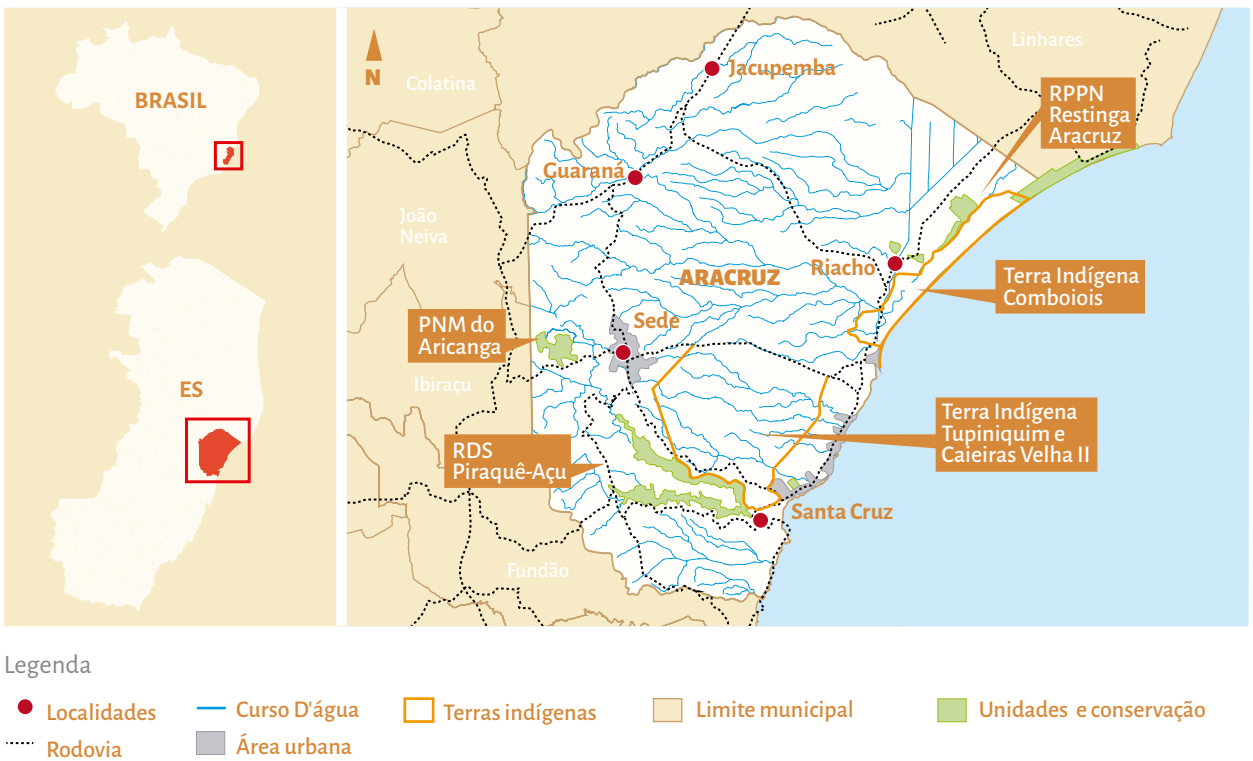


Figura 1: Mapa localização município de Aracruz / ES – Brasil. Fonte: IBGE (2020); GEOBASES (2021); PMA 2021.

frequentemente marginaliza a mão de obra menos qualificada (Régis, 2016).

Esse cenário reflete um modelo de desenvolvimento caracterizado pela criação de enclaves industriais que coexistem com áreas urbanas marcadas pela desigualdade e pela carência de políticas públicas efetivas. Os dados mais recentes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Aracruz revelam uma melhoria nas dimensões de renda e educação; no entanto, essas melhorias são desiguais e muitas vezes concentradas nos trabalhadores mais qualificados, perpetuando um ciclo de exclusão dos grupos mais vulneráveis (PNUD, 2013).

A partir deste contexto, a discussão se estende para a análise crítica das políticas públicas e das estratégias empresariais que podem mitigar os impactos negativos dessa industrialização acelerada. Propõe-se, portanto, uma análise das dinâmicas socioespaciais de Aracruz que evidencie as oportunidades de integração econômica inclusiva, sugerindo a implementação de iniciativas que promovam a coesão social e o desenvolvimento sustentável da cidade.

Ano	Habitantes
1960	25.193
1970	**26.507**
1980	35.791
1990	52.433
2000	64.637
2007	73.358
2010	**81.832**
2020	103.101

Tabela 1 - Evolução da população residente no município de Aracruz. Fonte: IBGE, (2022). Censo Demográfico 2022: Características da População e dos Domicílios. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Aracruz, um município do Espírito Santo, abrange uma área de 1.423,87 km², representando aproximadamente 3,13% da área total do estado. É dividido em cinco distritos: Sede, Santa Cruz, Riacho, Guaraná e Jacupemba. A população atual é de 94.765 habitantes, conforme o Censo de 2022 do IBGE. O prefeito atual é Dr. Luiz Carlos Coutinho (PP), que buscou e obteve êxito na reeleição em 2024 com 76,58% dos votos (Folha de São Paulo, 2024). A economia local é impulsionada pela indústria de celulose, petróleo e serviços portuários, refletindo um crescimento econômico significativo nos últimos anos. Dados econômicos recentes, como os relativos a royalties de petróleo e PIB per capita, não foram detalhados nas fontes atuais. Contudo, é possível que esses números tenham evoluído devido ao crescimento populacional e ao aumento das atividades industriais e de serviços na região.

A partir da década de 1970, Aracruz começou a registrar taxas de crescimento populacional e de urbanização superiores à média estadual e nacional, refletindo um intenso processo de industrialização e expansão econômica que se consolidou nas décadas seguintes (IBGE, 2022). Este crescimento foi particularmente impulsionado pela instalação da Aracruz Florestal no final dos anos 1960, que, antes mesmo da construção da unidade fabril, adquiriu extensas áreas de terra na região para o cultivo de eucalipto, matéria-prima essencial para a produção de celulose. Essa estratégia transformou a empresa na maior compradora de terras do período, assegurando não apenas recursos naturais, mas também proximidade ao mercado consumidor (Régis, 2016).

Nos anos 1970, a construção da fábrica atraiu uma grande quantidade de mão de obra, principalmente de trabalhadores não qualificados oriundos da Bahia e de Minas Gerais. Nas décadas subsequentes, o número de empresas terceirizadas e atividades relacionadas ao setor de celulose cresceu significativamente em torno da Aracruz Celulose, tornando essa indústria o principal motor de transformação socioeconômica da cidade até o final dos anos 1990 (Santos e Gitahy, 2013).

Nos anos 2000, a economia de Aracruz diversificou-se com a descoberta do campo de petróleo de Golfinho em 2003, localizado a cerca de 60 km da costa do município. Essa descoberta atraiu empresas do setor petrolífero que necessitavam de diferentes tipos de mão de obra, intensificando ainda mais os fluxos migratórios para a região. Trabalhadores não qualificados continuaram a vir principalmente de Minas Gerais e Bahia, enquanto os profissionais qualificados eram em sua maioria de outros estados do Brasil (Rodrigues et al., 2022). Esses desenvolvimentos

consolidaram Aracruz como uma das principais bases econômicas do Espírito Santo.

A chegada de grandes empreendimentos industriais em Aracruz, como a Aracruz Celulose (atual Suzano), abriu caminho para outros investimentos significativos, como o Estaleiro Jurong Aracruz (EJA), localizado em Barra do Sahy. Desde 2004, o estaleiro, uma subsidiária do grupo cingapuriano Sembcorp Marine, tem se destacado na construção, reparo e conversão de navios e plataformas de perfuração, sendo um dos líderes globais na indústria offshore. O EJA é responsável por gerar mais de 5 mil empregos, consolidando-se como um dos principais motores econômicos da região (Régis e Ericeira, 2019).

Os investimentos industriais em Aracruz têm impulsionado o desenvolvimento socioeconômico da cidade, afetando diretamente sua dinâmica socioespacial e atraindo novos moradores e empresas. A Suzano, que absorveu a antiga Fibria, mantém a maior unidade de produção de celulose de eucalipto do mundo, com uma capacidade produtiva de 2,3 milhões de toneladas por ano. A operação em Aracruz responde por uma significativa parcela da produção da companhia, gerando mais de 11 mil empregos diretos e indiretos na região (IBGE, 2022).

Empresas do setor metalmecânico, como Imetame, Estel e Tecvix, também contribuem para o crescimento industrial de Aracruz, fornecendo serviços especializados em fabricação, montagem e manutenção para indústrias de celulose, mineração, siderurgia e energia. O polo industrial da cidade, que inclui o Portocel — um porto especializado em produtos florestais —, fortalece ainda mais a infraestrutura logística da região, com uma capacidade de embarque anual de 7,5 milhões de toneladas de celulose (Portocel, 2023).

O Terminal Aquaviário de Barra do Riacho, operado pela Petrobras, desempenha um papel estratégico na logística de gás natural e produtos petroquímicos. O terminal possibilita um aumento significativo na capacidade de produção e escoamento de gás natural na região, reforçando a posição de Aracruz como um polo de desenvolvimento industrial e energético no Espírito Santo (Petrobras, 2023).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Aracruz, que era de 0,752 em 2010, continua crescendo, impulsionado pelos investimentos em educação, longevidade e renda, posicionando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto. Essas melhorias refletem diretamente os impactos dos investimentos contínuos na infraestrutura industrial e na geração de empregos qualificados (PNUD, 2013).

	1991	2000	2010	2022
Renda per capita	423,54	497,72	695,25	800,00
% de extremamente pobres	12,01	9,05	3,13	2,5
% de pobres	33,04	26,91	9,67	7,0
Índice de Gini	0,58	0,59	0,50	0,46

Tabela 2 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Aracruz – ES. Fonte: IBGE, (2022). https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza?lang=pt-BR.

Os últimos dados disponíveis sobre pobreza em Aracruz, Espírito Santo, conforme consta na Tabela 2, indicam melhorias contínuas nas condições socioeconômicas. De acordo com o IBGE, a porcentagem de pessoas vivendo na pobreza e na pobreza extrema diminuiu nos últimos anos. Isso reflete o crescimento econômico geral e os programas sociais aprimorados na região. Especificamente, Aracruz viu uma melhoria na distribuição de renda, com reduções graduais na desigualdade, conforme medido. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, mostra uma ligeira redução, indicando esforços contínuos para melhorar a condição de vida da população.

No Brasil e no Espírito Santo, conforme explicitado na Tabela 3, o setor de serviços supera a atividade industrial em termos de participação econômica. No entanto, em Aracruz, a indústria tem um peso significativo na economia local, atraindo uma população crescente que exige infraestrutura pública, serviços e habitação. A renda gerada direta e indiretamente

Setores - Aracruz	2002 (%)	2005 (%)	2010 (%)	2020 (%)
Primário	6,70	8,50	9,2	7,5
Secundário	52,90	52,70	53,5	23,5
Terciário	25,90	22,00	54,0	25,3

Tabela 3 - Composição do PIB por setores econômicos – 2002-2020 município de Aracruz. Fonte: IBGE, (2022)

pela atividade industrial, e pelas demais atividades a ela associada, tem impulsionado investimentos em outros setores, particularmente o imobiliário. Observa-se que, para muitos investidores, a valorização do capital imobiliário se tornou uma estratégia de lucro, promovendo a urbanização e a expansão material da cidade com foco em retornos financeiros. Entre 2006 e 2010, a construção civil se destacou como um dos setores de maior crescimento econômico em Aracruz, com uma iniciativa privada, incluindo empresas locais, lançando mais de 2.500 novas unidades, entre lotes, casas, apartamentos e espaços comerciais (Orrico, 2010).

Durante o período de 1970 a 1977, o crescimento do setor agrícola no Espírito Santo foi modesto, atingindo apenas 1,6%, enquanto no Brasil o crescimento foi de 5,8%. Em contrapartida, o setor industrial no Espírito Santo apresentou um aumento expressivo de 22%, comparado aos 11,7% do Brasil, e o setor de serviços expandiu 14,9% no mesmo período (Fortunato, 2012).

Fortunato (2012) destaca ainda que esse modelo de industrialização, caracterizado por uma indústria de transformação voltada para o mercado externo e altamente especializado, gerou poucos empregos, com a participação do setor na geração de empregos caindo de 13,60% para 11,35% em 1977, apesar do aumento da renda interna de 18,25% em 1970 para 27,24% em 1976.

O modelo econômico implantado resultou em uma transformação significativa na estrutura produtiva do Espírito Santo ao longo do século XXI (Felipe et al., 2011). Dadalto e Dota (2003) observam que o estado agora se destaca por uma base produtiva distribuída, tanto em termos setoriais quanto espaciais, o que contrasta com a configuração econômica de cem anos atrás.

Mobilidade humana

Os processos migratórios estão intimamente ligados às transformações sociais e urbanas, refletindo a complexidade das dinâmicas multiniveladas que moldam tanto os contextos locais quanto globais. Conforme argumenta Castles (2010), as migrações não são apenas movimentos de pessoas, mas partes intrínsecas das mudanças sociais e econômicas globais, exigindo uma compreensão aprofundada das interações entre mobilidade humana e transformação social nos diversos níveis socioespaciais.

Castles (2010) destaca que as políticas migratórias frequentemente falham em seus objetivos, pois governos tendem a adotar uma visão de curto prazo sobre as causas e consequências da migração, tratando-a como um problema a ser resolvido. Esta perspectiva ignora que a mobilidade humana é um componente fundamental do desenvolvimento humano, no qual indivíduos respondem a oportunidades geradas por fatores ambientais, econômicos e políticos tanto nas áreas de origem quanto de destino. Essa falha de visão estratégica contribui para a criação de políticas públicas que, ao invés de integrarem os migrantes de forma sustentável, os marginalizam e intensificam desigualdades sociais (Castles et al., 2005).

O estudo da constituição socioespacial das cidades brasileiras revela que os fluxos migratórios têm sido determinantes desde a chegada dos portugueses no século XVI, moldando a organização urbana e a configuração cultural do país. Risério (2012) sugere que as migrações primárias e secundárias desempenham um papel antropológico crucial, apesar de ocorrerem de maneira desigual pelo território nacional. Esses movimentos de pessoas têm historicamente influenciado o crescimento urbano, criando

um mosaico cultural e socioeconômico que define a dinâmica das cidades brasileiras.

No caso específico do Espírito Santo, a análise dos fluxos migratórios exige uma compreensão dos contextos socioeconômicos e políticos que moldaram as trajetórias dos migrantes e a evolução das regiões de origem e destino. As transformações industriais do município de Aracruz, por exemplo, atraíram uma massa de migrantes em busca de oportunidades, mas que frequentemente se depararam com estruturas sociais e econômicas que não absorveram essa mobilidade de maneira inclusiva (Brito, 2015).

Brito (2015) ainda reforça que os padrões migratórios devem ser analisados não apenas pela adaptabilidade dos migrantes aos novos contextos, mas também pela inércia cultural e social que perpetua certos fluxos, mesmo em cenários desfavoráveis. Esses padrões complexos de mobilidade humana destacam a necessidade de políticas que reconheçam o papel estratégico dos migrantes no desenvolvimento das cidades e que promovam a integração social e econômica, reduzindo as barreiras que perpetuam a exclusão e a desigualdade. A compreensão desses processos é essencial para construir um modelo de desenvolvimento urbano que considere as interconexões entre mobilidade, economia e bem-estar social.

Os migrantes e a cidade de Aracruz

A mobilidade humana tem desempenhado um papel fundamental na dinâmica populacional de Aracruz e do Espírito Santo, refletindo padrões migratórios regionais e nacionais. Dados do IBGE indicam que, em 2007, cerca de 83% da população do Espírito Santo era composta por nativos do estado, enquanto em 2009 essa proporção caiu para 78%, evidenciando o impacto significativo da migração inter-regional no crescimento populacional (IBGE, 2010).

Estudos diversos debruçaram-se sobre fluxos migratórios interestaduais, ou seja, origens e destinos do Espírito Santo com outras Unidades da Federação. Dentre tais estudos, identificamos os de Castiglioni (2009) e do ISJN (2003), os quais indicaram que grande parte dos fluxos, seja imigração e emigração, concentram-se em estados vizinhos, massivamente Bahia, Minhas Gerais e Rio de Janeiro. Esta dinâmica seria justificada pela significativa atividade econômica do estado que, quando confrontada com o âmbito nacional torna-se pouco atrativa para fluxos de longa distância (Dota, 2016).

Na primeira década do século XXI, o Espírito Santo apresentou um crescimento populacional de 13,46%, destacando-se dos demais estados da Região Sudeste e do Brasil, que registraram aumentos de 10,95% e 12,48%, respectivamente. A RMGV, especificamente, teve um crescimento de 17,29% entre 2000 e 2010, passando de 1,44 milhões para 1,69 milhões de habitantes, sendo que os migrantes representaram um aumento de 11,66% nesse período (IBGE, 2020). Apesar da predominância de mineiros e baianos entre os migrantes, observou-se uma variação negativa de 1,1% no fluxo migratório de mineiros, em linha com as tendências nacionais de redução desse grupo (Baeninger, 2018).

Esses movimentos migratórios refletem mudanças nos padrões de migração que são influenciados por fatores econômicos, sociais e culturais. Estudos de Baeninger (2018) apontam que a redução no fluxo de migrantes mineiros pode ser atribuída a alterações nas oportunidades econômicas em suas regiões de origem

	2000	2010	2020	Variação %
RMGV	1.425.587	1.670.679	1.825.000	28,02
Residentes	1.061.697	1.264.356	1.380.000	29,98
Migrantes	363.890	406.323	445.000	22,29
Mineiros	170.259	166.194	160.000	14,38
Baianos	140.000	160.129	170.000	6,16

Tabela 4 - População na Região Metropolitana da Grande Vitória incluindo migrantes baianos e mineiros 2000-2020. Fonte: IBGE, 2000; 2011; 2020.

e destino, além da crescente precarização das condições de vida nas áreas de chegada. No caso de Aracruz, o influxo de migrantes tem acentuado problemas de desigualdade social, impactando as relações socioeconômicas e culturais e contribuindo para a segregação espacial. Esses processos reforçam a necessidade de políticas públicas que considerem os efeitos da migração e promovam uma integração mais equitativa dos migrantes na sociedade (Siqueira, 2001).

A Tabela 4 reflete, além do crescimento, uma mudança nos padrões migratórios observados nas últimas décadas, conforme apontado por estudos mais recentes, como os de Baeninger (2018) e Dota (2016). Os dados indicam uma redução no fluxo migratório de mineiros em nível nacional, especialmente para regiões como a Grande Vitória. Essa diminuição no número de migrantes mineiros é acompanhada por um aumento de migrantes de outras regiões, como os baianos, que têm mantido uma presença significativa. No entanto, esta alteração nos padrões migratórios também agrava problemas de desigualdade social e impacta profundamente as relações socioeconômicas, culturais e espaciais na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), estendendo-se ao município de Aracruz. A chegada desigual de migrantes, sem um suporte adequado de infraestrutura e políticas públicas de integração, agrava a segregação socioespacial e os desafios de desenvolvimento urbano sustentável.

Efeitos nas dinâmicas sócio-urbanas

O Brasil experimentou uma transformação significativa de suas paisagens urbanas e rurais em menos de um século. Em 1920, o país contava com 27,5 milhões de habitantes, distribuídos em apenas 74 cidades com mais de 20 mil habitantes, concentrando 17% da população nacional. Com a urbanização acelerada, o percentual da população urbana saltou de 31,2% em 1940 para 55,9% em 1970 e atingiu 81,2% em 2000 (IBGE, 2022). Em 2010, 84,4% dos 190,8 milhões de habitantes do Brasil viviam em áreas urbanas.

A Região Sudeste apresentou uma maior taxa de urbanização, com 92,9% de sua população em áreas urbanas, enquanto o Nordeste registrou uma taxa de 73%, destacando-se como a região com a maior concentração de população rural, representando 48% do total nacional (IBGE, 2010; 2020). Entre 1960 e 1980, o Brasil viveu o auge da expansão migratória interna, marcada por movimentos inter e intrarregionais que se concentraram nas grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Esse impacto reverberou profundamente nas dimensões econômicas, sociais, culturais, demográficas, políticas e espaciais, tanto nas regiões de origem quanto de destino dos migrantes (Baeninger, 2018). No Espírito Santo, o crescimento urbano e industrial acompanhou as tendências nacionais, mas com características específicas das observadas em São Paulo e Rio de Janeiro. A modernização e urbanização iniciadas nos anos 1970 trouxeram profundas desigualdades socioespaciais e populacionais, especialmente na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

Serra, um dos municípios mais impactados, apresentou um crescimento populacional impressionante, saltando de 9.192 habitantes em 1960 para 409.267 em 2010, com apenas 12% dos residentes nascidos na cidade (Rodrigues, 2012). A composição socioeconômica de Serra impõe uma grande demanda aos serviços públicos. Em 2012, cerca de 25 mil famílias dependiam do Programa Bolsa Família, e aproximadamente 65 mil alunos eram atendidos na rede pública de ensino, com 80% da população utilizando o sistema de saúde pública (Carneiro, 2012).

A deficiência na infraestrutura educacional e de saúde reflete o rápido crescimento urbano e a chegada de migrantes de baixa renda, predominantemente das classes C, D e E. Paralelamente, a cidade experimentou uma expansão imobiliária a partir de 2007, com a chegada de grandes condomínios residenciais e moradores de maior poder aquisitivo, o que impôs desafios de integração entre antigos e novos residentes e trouxe novas dinâmicas socioculturais e econômicas (Stocco, 2012).

A desigualdade socioeconômica e a segregação espacial têm impacto direto na criminalidade juvenil, posicionando Serra como uma das cidades mais violentas do Brasil nos últimos anos. Em 2010, o município registrou uma média de 93,08 homicídios por 100

mil habitantes, o que contribuiu significativamente para elevar as taxas de violência no estado (Rodrigues e Reis, 2011). Segundo Rodrigues e Reis (2011), essas áreas de segregação estão fortemente associadas ao desenvolvimento industrial e urbano desordenado.

À guisa de conclusão

O estudo revelou que o processo de industrialização em Aracruz gerou impactos significativos que alteraram profundamente a dinâmica socioeconômica e urbana local. A cidade experimentou uma expansão demográfica desordenada e o aumento da desigualdade social, resultando na marginalização dos migrantes, especialmente os mais pobres, que são frequentemente estigmatizados por um discurso simbólico que os associa à criminalidade. Essa marginalização é intensificada pela disparidade entre as promessas de emprego divulgadas e as reais oportunidades oferecidas pelas grandes empresas que se instalaram na região.

Os migrantes são particularmente afetados pela ineficiência do Estado, que tem sido marcado como incapaz de implementar políticas públicas adequadas para atender às suas necessidades. Essa ineficiência contribui para a perpetuação das desigualdades sociais e econômicas, além de acentuar as deficiências em diversas áreas, como habitação, saúde e educação. As ofertas de trabalho, que são frequentemente exaltadas nos discursos das empresas, governos e na mídia como parte de uma narrativa desenvolvimentista, muitas vezes não se concretizam na prática, especialmente após o período de implantação.

Além disso, observa-se uma mudança no modelo de produção industrial ao longo dos anos, que nem sempre garante a permanência dos trabalhadores em seus empregos, especialmente os menos específicos. A instabilidade econômica e a falta de capacitação adequada dificultam a manutenção desses trabalhadores no mercado de trabalho formal, frustrando as expectativas de melhoria econômica que inicialmente motivaram suas migrações. Como resultado, muitos migrantes não conseguiram alcançar as condições de vida melhores que esperavam.

Esse cenário evidencia a necessidade urgente de uma revisão das políticas de desenvolvimento e de uma maior articulação entre o setor público e privado para garantir que o crescimento econômico seja inclusivo e beneficie todas as camadas da população. Sem essa integração, o desenvolvimento continuará a aprofundar as desigualdades, reforçando um ciclo de exclusão que compromete a sustentabilidade social e econômica.

Referências

BAENINGER, Rosana. **Mobilidade Espacial da População no Brasil Contemporâneo: Desafios e Perspectivas.** Editora Unesp, 2018.

BRITO, Fausto. **A transição para um novo padrão migratório no Brasil** - Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2015. 25 p.: il. - (Texto para discussão, 526), 2015.

CARNEIRO, Teresa C. J. **Serra: Agenda do Futuro 2012-2032.** (Relatório temático de diagnóstico). Não publicado, 2012.

CASTIGLIONI, A. H. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. **Geografares,** n.7, p.93-109, Disponível em: < http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/153>. 2009.

CASTLES, Stephen. (2010). **Compreendendo a migração global: uma perspectiva de transformação social.** Journal of Ethnic and Migration Studies, 36 (10), 1565–1586. https://doi.org/10.1080/1369183X.2010.489381. 2010.

CASTLES, Stephen, MILLER, Mark, AMMENDOLA, Giuseppe (2005). **The Age of Migration: InternationalPopulation Movements in the Modern World, American Foreign Policy Interests: The Journal of the National Committee on American Foreign Policy,** 27:6, 537-542, DOI: 10.1080/10803920500434037 Disponível em http://dx.doi.org/10.1080/10803920500434037, 2005.

DADALTO, Maria Cristina; DOTA, Ednelson Mariano. Ciclos econômicos e migração no Espírito Santo do século XIX ao XXI: novos contextos, velhos condicionantes. **Revista Ágora,** Vitória/ES, v. 34, n. 3, e-2023340304. DOI: 10.47456/e-2023340304, p.2-26, 2023.

DADALTO, Maria Cristina; DOTA, Ednelson Mariano. **Fluxos migratórios na tessitura do estado do Espírito Santo. Migrações e cidades nas Américas: debates históricos e contemporâneos**/ Organização de Érica Sarmiento, André Azevedo e Rafael Araújo. 41-59. Recife: EDUPE, 2024.

DOTA, Ednelson Mariano. A migração no Espírito Santo no período 1991-2010: novidades e continuidades. **Geografares,** Vitória, Brasil, n. 21, p. 142–153. DOI: 10.7147/GEO21.12001. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/12001. Acesso em: (13/11/2024). 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Aracruz – ES: apuração de votos das eleições e resultados. Dr. Coutinho, eleito com 76,58%**. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/candidatos/2024/es/prefeito/dr-coutinho-80001952522.shtml. Acesso em: (21/11/2024), 2024.

FELIPE, Ednilson Silva, VILASCHI, Arlindo Filho., & MENDES, André da Silva. (2011). **O difícil processo de desenvolvimento e suas consequências: concentração da dinâmica econômica da riqueza no Espírito Santo.** Espírito Santo: questões contemporâneas em economia/ Alexandre Ottoni Teatini Salles; Ednilson Silva Felipe (organizadores). Coleção Corecon, volume 1. 207 p. – 67- 86. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

FORTUNATO, Danielle de O. B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. **Dimensões,** Vitória, v. 2, p. 40-62, 2012.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo, Martins Fontes. p.150, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico 2010:** Características gerais da população, educação e rendimento no Espírito Santo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html. Acesso em: (14/10/2024).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados - Aracruz - Panorama econômico.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/aracruz/panorama. 2022. Acesso em: (14/10/2024)

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Condições de Vida, Desigualdade e Pobreza.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza?lang=pt-BR. 2022. Acesso em: (20/11/2024)

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000; 2011; 2020:** características gerais da população, educação e rendimento no Espírito Santo. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html. 2022. Acesso em: (20/11/2024)

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2023:** Indicadores Socioeconômicos de Aracruz. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/aracruz.html. 2022. Acesso em: (20/11/2024).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Evolução da População Urbana no Brasil.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br. 2022. Acesso em: (15/11/2024).

IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. **Movimentos migratórios no estado do Espírito Santo – 1986-1991.** Vitória: Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/ Acesso em: (15/11/2024).

ORRICO, Camila Maria Blank. **A urbanização recente de Aracruz. (2010).** 104 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas e Naturais Universidade Federal do Espírito Santo, ES. 2010.

PETROBRAS. **Operações do Terminal Aquaviário de Barra do Riacho. Petrobras Transporte S.A.** Disponível em https://transpetro.com.br/transpetro-institucional/nossas-atividades/dutos-e-terminais/terminais-aquaviarios/barra-do-riacho-es.htm. Acesso em: (21/11/2024), 2023.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil:** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Aracruz. Disponível em: https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/atlas-do-desenvolvimento-humano-no-brasil. Acesso em: (20/11/2024), 2013.

PORTOCEL. **Relatório Anual de Operações e Capacidade Portuária.** Disponível em: https://www.portocel.com.br/ Acesso em: (21/11/2024). 2023.

RÉGIS, Maria Rita de Cássia Sales. **Memórias de migrantes em Aracruz/ES: análise das transformações psicossociais e urbanas**

1970-2010. (2016). 151 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2016.

RÉGIS, Maria Rita de Cássia Sales; ERICEIRA, Ronald Clay dos Santos. (2019). **Memórias de migrantes das transformações socioambientais em Barra do Sahy: da celulose à indústria naval.** 1ª Edição. Lugares e Pessoas: Movimentos migratórios no Espírito Santo (orgs) Dadalto e Marlow. Editora Bonecker Acadêmico, Rio de Janeiro, 161-182. Set. 2019.

RISÉRIO, Antônio. **A Utopia Brasileira e os Movimentos Negros.** Editora 34. 2ª Edição. 440p, 2012.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira.; REIS, Leonardo M. dos. Industrialização, urbanização e os impactos negativos: a violência urbana no município da Serra no Espírito Santo, Brasil (2005-2008). **Preleção,** Vitória, n. 9, p. 77-108, Abr. 2011.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. **Serra: Agenda do futuro 2012-2032.** Serra com segurança. Vitória: FCAA, 2012. 54 f. (Relatório temático de diagnóstico). Não publicado.

RODRIGUES, Rennan. Moraes.; OLIVEIRA, Rachel. Fecundo. Vasconcelos. de.; dos SANTOS, Yago. Oliveira. A dinâmica do fluxo migratório de população com alto grau de instrução em duas regiões metropolitanas brasileiras: Fortaleza-CE e Vitória-ES. **Ensaios de Geografia,** v. 9, n. 19, p. 143-172, 20 dez. 2022.

SANTOS, Glicia Vieira; GITAHY, Leda Maria Caira. A dinâmica e os impactos da mudança técnica sobre as relações de trabalho na indústria de processo contínuo. **Desafio Online,** Campo Grande, v. 1, n. 3, Set./Dez. 2013. Disponível em http://www.desafioonline.com.br/publicações. Acesso em: (09/09/2024).

SASSEN, Saskia. (2014). **Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy.** Belknap Press of Harvard University Press. Disponível em https://doi.org/10.2307/j.ctt6wpqz2. Acesso em: (10/10/2024).

SIQUEIRA, Maria da Penha. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da grande Vitoria, 1950-1980.** (1991). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/000715747. Acesso em: 22 nov. 2024.Publicado em Vitória/ES: Edufes, 2001.

STOCCO, Aline F. Serra: **Agenda do Futuro 2012-2032. Plano Estratégico da Serra 2012-2032. Caracterização da expansão Imobiliária a partir de 2006.** (Relatório temático de diagnóstico). Não publicado.

SUZIGAN, Wilson, FURTADO, João. Política industrial e desenvolvimento. **Brazilian Journal of Political Economy** 26 - 163-185. 2006.

ARTIGO

O BARALHO COMO ELEMENTO DE SOCIABILIDADE: UM ESTUDO ENTRE OS DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS EM ALFREDO CHAVES-ES

Gabriel Pietralonga Marion

Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – 2024. Especialista em Historiografia Brasileira pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI) – 2021. Licenciado em História pelo Centro Universitário São Camilo – Cachoeiro de Itapemirim, ES - 2020.

Resumo

No quarto final do século XIX, milhares de imigrantes italianos deixaram sua terra natal e rumaram para as serras do Espírito Santo em busca de melhores condições de vida. Consigo trouxeram suas histórias, suas memórias e sua cultura. O lazer é uma das mais marcantes atividades desse grupo sociocultural, em especial no que concerne aos jogos de baralho. O lazer funciona não apenas como uma forma de diversão, mas também como um elemento integrador da sociabilidade e da identidade do grupo, criando e reforçando laços de amizade, interação e companheirismo.

Palavras-chaves: imigrantes italianos; cultura; lazer; sociabilidade.

Abstracts

In the late 19th century, thousands of Italian immigrants left their homeland and headed to the mountains of Espírito Santo in search of better living conditions. With them they brought their stories, their memories and their culture. Leisure is one of the most important activities of this sociocultural group, especially with regard to card games. Leisure functions not only as a form of fun, but also as an integrating element of sociability and group identity, creating and reinforcing bonds of friendship, interaction and partenership.

Keywords: italian immigrants; culture; leisure; sociability.

Introdução

Muito tempo já se passou desde que milhares de imigrantes italianos aportaram em terras brasileiras, no quarto final do século XIX. A chegada de tantas pessoas provenientes de um local tão distante é uma combinação de fatores, tanto do lugar de origem quanto do destino. Brasil e Itália passavam por momentos de instabilidade e grandes transformações em suas respectivas sociedades.

A principal causa da partida desses indivíduos de sua região natal foi a fuga da fome e das guerras ocasionadas pelo movimento de unificação do Estado italiano, conhecido como *Risorgimento*, que devastou em especial o Norte do então recém-nascido país. O Brasil, por sua vez, vivia problemas relacionados com a questão do iminente e inevitável fim da escravidão, o regime de trabalho que norteava as relações socioeconômicas do país até o século XIX. Assim, somado ao projeto de branqueamento racial imperante nas elites brasileiras, influenciadas por teorias pseudocientíficas, como o darwinismo social, passou a ser incentivada a obtenção de mão de obra de imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras cafeeiras paulistas e para povoar os territórios então considerados inabitados.

Os italianos, que viviam um momento conturbado, se apresentavam de maneira propícia para o projeto brasileiro. Verdadeiras agências de propaganda se embrenharam pelos campos italianos, distribuindo panfletos e proferindo discursos com o objetivo de incentivar a população local a aceitar a empreitada. Foram realizadas muitas promessas, como viagem e hospedagem gratuitas, e buscaram vender a imagem do Brasil como o país das terras férteis e da abundância, atingindo e tocando o ponto mais sensível da vida dos italianos: a terra própria, onde poderiam obter seu alimento e sustentar a família.

A bordo de navios, aqueles que aceitaram deixar para trás toda uma vida para iniciar uma nova, num local totalmente desconhecido, desembarcaram nos portos brasileiros. Apenas no Espírito Santo, de acordo com os dados do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (FRANCESCHETTO, 2014, p.108-109),

Figura 1 - Passagem do imigrante italiano Giuseppe Puppin. Fonte: PUPPIN, 2007, p.54

35.033 imigrantes italianos chegaram no século XIX, e mais 1.633 alcançariam o solo capixaba até 1973, totalizando 36.666 indivíduos.

A maioria que atingia o Espírito Santo desembarcava no porto de Benevente – no atual município de Anchieta – e permanecia por alguns dias ou semanas na hospedaria, até que seus destinos fossem acertados com os agentes de imigração. Uma vez definidos os lotes de terra de cada núcleo familiar, os imigrantes então partiam para sua tão sonhada propriedade.

A região banhada pelo rio Benevente recebeu a maior parte dos imigrantes italianos no Espírito Santo (7.709 indivíduos, representando 22,3% do total), através da qual era possível alcançar a Colônia Rio Novo e a Colônia Castello, povoações que deram origem ao município de Alfredo Chaves. Subiam o rio Benevente em canoas ou pranchões puxados por funcionários da imigração, por escravizados ou pelos próprios imigrantes, até chegar aos casarões que funcionavam como hospedarias. Dali, o destino seria alcançado a pé, mediante a subida das serras através das picadas abertas em meio à mata fechada.

Uma vez instalados em suas propriedades, os imigrantes italianos logo buscaram prover a subsistência, como primeira necessidade, mediante a agricultura, e construir a capela, urgência para os anseios da fé. Com o tempo e com a chegada de mais levas de imigrantes, esses núcleos populacionais deram ori-

gem a comunidades. Lá também passaram a desenvolver sua cultura, seus hábitos e costumes, sua religião e seu lazer.

Por ser, em sua maioria, praticada em pequenas comunidades do interior do município, em um contexto de quase nulo deslocamento em virtude das limitações materiais da época e das circunstâncias sociais, a cultura desse grupo de pessoas pôde se manter relativamente estável ao longo do tempo. O conjunto de práticas, costumes, hábitos e saberes transmitidos de geração em geração é o que chamo de legado cultural dos imigrantes italianos em Alfredo Chaves.

Muito daquilo que se observava entre os imigrantes italianos pode ainda ser visto na atualidade do município. O foco deste artigo se insere nas práticas voltadas ao lazer, em especial no jogo de cartas, o baralho, em jogos como a bisca, *tressette* e triunfo, que funcionam, além de um momento de diversão, como um elemento de sociabilidade, que integra as relações sociais desse grupo de pessoas.

Como metodologia, utilizei a pesquisa bibliográfica em memorialistas e observadores, além da historiografia da imigração italiana no Espírito Santo, em que levantei os aspectos culturais do grupo em foco. Em seguida, realizei entrevistas com descendentes de imigrantes italianos que moram em Alfredo Chaves, com o objetivo de comprovar o legado cultural através da História Oral.

Os jogos de cartas

A origem dos jogos de cartas é incerta. Muitos povos ao redor do mundo e ao longo do tempo já praticaram essa atividade, com diferentes estilos de cartas. Portanto, o jogo não possui uma origem especificamente italiana, não foi inventado pelo grupo de pessoas que abordo neste trabalho. Por delimitações de tempo, uma pesquisa acerca do nascimento do jogo do baralho não pôde ser feita. Não se sabe também desde qual época o jogo é praticado pelos italianos.

Mas o fato é que os imigrantes italianos jogavam cartas no decorrer da viagem dos navios, durante o pouso na Hospedaria dos Imigrantes, nas suas casas e nos espaços de convivência social em suas comunidades em Alfredo Chaves. O baralho era, junto com a mora e a bocha, a principal forma de diversão, a maneira preferida para escapar do pesado cotidiano de trabalho e realizar momentos de sociabilidade com os pares. Durante o trajeto nos navios, numa tentativa de aliviar a dor da partida, os passageiros buscavam se divertir e, segundo Derenzi (1974, p.52), faziam isso com o baralho, no jogo da escopa e do *tressette*.

Os primeiros tempos dos imigrantes italianos em Alfredo Chaves foram os mais difíceis. Inseridos em um ambiente desconhecido, numa lógica social estranha, com uma língua diferente, costumes e tradições próprias, alimentos que não eram familiares, dentre várias outras adversidades, era necessário reaprender a viver, adaptar-se a um novo mundo. Nesse período inicial foi preciso transformar matas em roças, terrenos em habitações e das dificuldades erigir uma comunidade. Somente com muito esforço, dedicação e organização do trabalho foi possível vencer condições tão adversas.

A mobilidade também era quase nula. As condições materiais, somadas às dificuldades naturais do ambiente, não permitiam a locomoção para distâncias consideráveis, mesmo que fosse para trabalhar ou para cumprir alguma outra obrigação. Assim, os imigrantes italianos e seus descendentes viviam juntos em suas comunidades. Ali nascia-se, trabalhava-se, rezava-se, casava-se[1] e morria-se. Era uma vida simples, de pessoas que buscavam sobreviver em meio a tantas adversidades.

Nesse contexto, os jogos e demais atividades de lazer podem ser analisadas sob a perspectiva de fuga do cotidiano, um momento de relaxamento em grupo, no qual os indivíduos, geralmente nos sábados e domingos, podiam descansar da pesada rotina semanal. Eram dois os eventos em que os imigrantes e seus descendentes se uniam aos fins de semana: os jogos e a reza. Tanto que um era interligado ao outro. No domingo pela manhã, costumava-se ir à reza e depois permanecer nas dependências da capela ou igreja da comunidade para socializar, interagir e se divertir.

1 O hábito de casar-se com alguém do mesmo grupo era quase que obrigatório; buscava-se, com isso, manter o grupo unido e coeso.

Os jogos praticados por esses indivíduos refletiam a simplicidade de um grupo de pessoas que pouco tinha em termos materiais. No geral, vieram para o Brasil fugindo da fome e das péssimas condições de vida que levavam na Itália e, uma vez instalados em Alfredo Chaves, precisavam trabalhar por exaustivas jornadas para conseguir a subsistência e prover a família. O esforço era grande e o dinheiro, pouco. Dessa maneira, não tinham muita opção para distração. Não havia formas de lazer sofisticadas ou algo símile; o lazer era realizado de acordo com o que dispunham.

O jogo da bocha era praticado com bolas de pau[2], feitas de madeira retiradas da floresta, em qualquer terreno relativamente plano. O jogo da mora de nada mais necessita além dos dedos das mãos e de uma alta e enérgica voz. O baralho era algo tão difundido que não custava muito nos comércios locais e, além disso, a grande maioria dos imigrantes já trouxe o seu próprio jogo da Itália.

Contudo, a simplicidade dos jogos em nada diminui sua relevância histórico-social. Ao contrário, é justamente a ausência de condições materiais favoráveis que faz dos imigrantes italianos heróis e mártires aos olhos de seus descendentes. As dificuldades enfrentadas pelos seus antepassados são motivo de orgulho para essa parcela da população alfredense, que enxerga no passado inspiração e aspectos constituintes de sua identidade sociocultural.

Os mesmos jogos são praticados há mais de um século na mesma região. Hoje, em 2024, a prática do baralho, da bocha e da mora é amplamente difundida nas comunidades do interior de Alfredo Chaves. Se reúnem, sobretudo, nos mesmos moldes de antes: mesas de baralho se mostram presentes nas dependências das igrejas aos fins de semana, assim como nas vendas, que se configuram como os tradicionais pontos de encontro e sociabilidade da comunidade. No ambiente doméstico também é muito comum que famílias se juntem para praticar os jogos aprendidos com seus antepassados.

Edimar Vaneli relata que o jogo do baralho é muito apreciado em sua família. Nas ocasiões em que se encontram, é costumeiro jogar *tressete*, trunfo e bisca. Ele afirma que é uma tradição familiar, que aprendeu com seu pai, tios e avô, e que continua a ser ensinado para os mais novos na família. Também é rotineiro convidar amigos para jogar em sua casa na comunidade de Sagrada Família, no interior de Alfredo Chaves. Segundo ele, o *tressette* e o triunfo são jogados com a mesma estrutura.

> O tressette e o triunfo basicamente é o mesmo. Você joga com quarenta cartas, normais, né. O maior é o 3, o 2, o Ás. Depois Reis, Valete e Dama, 7, 6, 5 e 4. Com os quatro jogos (naipes). No caso do triunfo, ele tem trinta e cinco pontos. O 3 vale um ponto, o 2 vale um ponto, o Ás vale três, as figuras valem um, o 7 e o 6 não valem nada, é o lixo que a gente fala. No total vai dar trinta e cinco pontos. Ou você joga sozinho contra três, depende da situação, ou em dupla. Quem fizer dezoito pontos ou mais, ganha. O tressette não tem trunfo. Você puxa. Eu puxei um 3 de copas, ninguém pega esse 3. Todo mundo que tem, vai ter que repetir. Tem que jogar copas, não pode jogar outra carta. Se você tem copas, você tem que jogar copas. Se você não tem copas, você pode jogar outra carta. Se você não é meu parceiro, você vai jogar um lixo, o 6 e o 7, que não vale nenhum ponto. Se você é meu parceiro, e eu tenho, por exemplo, a maior carta de copas, que é o 3, eu jogo, e você não tem copas, você joga um Ás de outro naipe, que vale três pontos. [...] Geralmente se joga em quatro. Eu joguei um 3, você tem o Reis, outro tem um Ás, outro tem um 6. Como o 3 é meu, eu pego essas quatro cartas e boto no meu monte. [...] Aí vai fazendo um monte seu e um do seu adversário, e conta no final. Geralmente é em dupla. Pode dar vinte a quinze, dezessete a dezoito, dezenove a dezesseis... (VANELI, Edimar, 2023).

Outro entrevistado, Luciano Venturini diz que adora jogar o *tressette*, seu favorito, embora também saiba jogar triunfo. Em Quarto Território, relembra, jogava todo fim de semana com seus amigos. Aprendeu o jogo, da mesma forma que os outros participantes desta pesquisa, com seus familiares, através da socialização e da inserção na cultura desse grupo. Aspecto

2 Daí a bocha ser também conhecida como "jogo da bola de pau".

Mapa 1 – Município de Alfredo Chaves. Fonte: < https://www.alfredochaves.es.gov.br/downloads/categoria/mapas/5>. Acesso em: 19 de outubro de 2024.

constituinte da identidade dos descendentes de imigrantes italianos, os jogos de baralhos são uma das maiores formas de diversão, praticados até hoje.

Essa tradição é visível em praticamente todas as comunidades do município de Alfredo Chaves. Os hábitos dos imigrantes italianos foram transmitidos de geração em geração e se mantiveram vivos através de seus descendentes que, conscientemente ou não[3], exercem um grande legado cultural em atividades

3 Muitos entrevistados relatam que gostam do jogo justamente por serem descendentes de imigrantes italianos, e assim mantêm viva a tradição que aprenderam com seus pais e avós. Já outros não são descendentes, mas também participam e jogam o baralho nas vendas e dependências da capela da comunidade.

simples e rotineiras. Basta uma simples visita a essas comunidades durante as tardes de sábado ou domingo para assistir a partidas de baralho jogadas pelos moradores, sobretudo homens.

No mapa ao lado pode-se ver a distribuição atual das comunidades do município de Alfredo Chaves, onde o baralho é praticado.

Na comunidade de São Bento de Urânia, localizada a 41km da sede do município e com 900m de altitude, o entrevistado Severino Busato relembra seus dias de infância, quando jogava baralho quase todo dia em família após a jornada de trabalho, enquanto a luz natural permitia, visto que não possuíam energia elétrica. E nos tempos atuais ainda se junta a amigos e parentes para jogar baralho.

> Não tinha televisão, não tinha rádio, não tinha nada na época, né. Então tinha ali pra conversar com a família. A gente conversava, brincava, jogava um baralho, uma bisca. [...] (Já adulto:) Eu jogava bola (de massa), jogava mora, jogava baralho, bisca, *tressette*, trunfo, o marimbo. Até hoje eu jogo baralho, mais o *tressette* e a bisca. Aí você junta quatro parceiros, joga bisca, e é uma diversão, é uma tradição, você joga para se divertir. [...] A maioria é depois da reza. Depois da celebração, o pessoal fica lá. É uma tradição, né. O pessoal chama uns lá... um quer jogar um baralho, outro quer jogar bola (de massa), outro quer jogar a mora. Aí sai os parceiros pra cá e pra lá. Divide o pessoal. Então é muito gostoso. E as crianças aprendem também, né. Os velhos vão jogando e a juventude vai junto também. Eu ensinei meu filho. A gente joga baralho aqui. Os meus netos também já jogam baralho. Mora também. Todos eles já sabem jogar, porque a gente já passa a tradição pra eles (BUSATO, Severino, 2023).

Em São Roque de Maravilha, Tranquilo Marotto afirma gostar muito de jogar baralho. Como é tradicional, os jogos acontecem sempre depois da reza no domingo e também aos sábados, na venda próxima à igreja, nas casas de amigos e até em outras comunidades. Segundo ele, jogavam triunfo "a noite toda", até altas horas. Fazem também apostas em dinheiro

Figura 2 – O jogo de baralho na comunidade de São Roque de Maravilha. Fonte: acervo pessoal do autor (2023).

nas vendas da comunidade, onde muitos homens se reúnem para praticar os jogos.

Mais do que puramente diversão, os jogos de cartas constituem um espaço de sociabilidade, onde as pessoas se encontram para conversar sobre uma enorme gama de assuntos, desde as questões pessoais e familiares até aquelas que concernem ao trabalho e demais atividades. Seja nas dependências da capela, seja nas vendas ou mesmo em ambiente doméstico e familiar, durante os jogos, histórias são contadas, vínculos são construídos e fortalecidos, redes de amizade se criam e se alargam.

Essa característica do baralho como sociabilidade é uma herança legada pelos imigrantes italianos. Logo quando chegaram ao Espírito Santo já praticavam os jogos de cartas. Era uma forma de se manter unidos, de permanecer juntos, de formar uma comunidade de indivíduos com uma experiência compartilhada.

Edimar Vaneli, habitante da comunidade de Sagrada Família, assevera que os jogos de baralho fun-

cionam como sociabilidade, como uma maneira de convívio, onde se pode conversar, se divertir, combinar dias de trabalho, comer e beber. Em suma, um espaço para estar junto, uma forma de viver aprendida com os familiares.

> Meus pais, tios, vovô sempre jogaram. Sempre jogaram desde papai pequeno. Eu peguei muito isso ainda. Se jogava geralmente no sábado à noite e nas casas. "Hoje nós vamos lá na sua casa, Gabriel. Nós vamos em quatro, cinco parceiros." Tomava cachaça, tira-gosto e baralho a noite toda. E o domingo depois da reza, depois do culto. Tinha um boteco, ou ia pra casa de alguém, ou no boteco da igreja, e jogava. E eu sempre acompanhei papai de sábado à noite nessas casas, e fui aprendendo e jogo até hoje. Papai joga ainda, os meus tios, vovô jogava... essa é uma tradição que vem. E a gente se reúne, de vez em quando aqui se faz isso ainda. Por exemplo, quando eu vou em Alfredo Chaves (sede), tem um lugar que sempre se joga lá. Tem uns parceiros que jogam quase todo dia. Você vai lá no bar do Zambom, todo dia eles estão lá. Então quando eu dou uma passada lá... ah hoje eu tenho meia hora; então eu vou lá, se tem vaga, eu entro e jogo uma meia hora e vou embora... E em casa é bom, porque você escolhe os parceiros, não vai dar bagunça. E aí vai (conversa) de tudo. O que aconteceu durante a semana, roça, preço de banana, preço de café, o que que vão fazer... assuntos variados. E hoje tem pouco, mas até cinco anos atrás, um pouco mais, tinha muita gente que falava de sociedade. Tinha quatro, cinco amigos aí... geralmente tirava de um ou dois dias por semana. Então, estávamos nós quatro aqui, então falava assim: "ó, semana que vem nós vamos lá na minha roça". Trabalhavam todos os quatro pra mim. A outra semana, pra você, a outra semana, pra outro e a outra semana pro outro. Um modo de juntar. E nesse baralho, nessa noite, se programava: "ó, essa semana nós vamos um dia só; ah vamos a semana toda. Estou com a roça livre, então vamos a semana toda" (VANELI, Edimar, 2023).

Severino Busato relata a sociabilidade do baralho e de outros jogos, como a bocha e a mora, que pratica em São Bento de Urânia junto com seus companheiros e familiares.

> Jogava dentro de casa, passava ali (em outra casa), jogava um baralho, chamava os vizinhos, jogava baralho, uma bisca... Se juntava, fazia uma papa de milho. Aí se juntava cinco, seis de nós, comia aquela papa, contando história, piada, brincadeira... e é a vida desse jeito. [...] Quando você está no jogo, você gosta de contar piada, brincadeiras, conta passado. Porque ali você tá jogando, mas tem coisa pra contar. Senão você não se encontra com os parceiros. E no jogo ali, você tá jogando, mas a sua mente tá contando... você conta do tempo do seu passado, conta de coisa que aconteceu. É a hora que você tá jogando e contando. Você fala do jogo, você fala da família, do plantio, fala da semana... eu trabalhei, choveu, deu sol. Então é nesse meio aí que você conta as histórias, senão você não encontra as pessoas pra chegar e conversar. Se você estiver numa comunidade, se você não conversar e não tiver jogo, você não tem nada pra contar [...]. Aí quando você pega no jogo, você vai contar história, vai contar passado, você tem muita coisa pra contar, o que você já passou na vida... Então aí você conta pra aqueles parceiros velhos, que são conhecidos, tem gente nova no meio também que fica escutando, aí vão aprendendo (BUSATO, Severino, 2023).

Percebe-se, por meio dos relatos sobre o lazer, que a forma dos jogos de baralho fabrica redes de relacionamento, permite a constituição e reafirmação de amizades, possibilita o contato e a integração entre a comunidade, fazendo com que indivíduos de diferentes famílias se unam. É um momento em que todos têm a oportunidade de ver e ser visto, conversar, compartilhar os planos, combinar serviços nas roças e, claro, se divertir com jogos que atravessam gerações.

Considerações finais

Milhares de pessoas deixaram suas casas na Itália, na segunda metade do século XIX, para se aventurar rumo ao desconhecido e tão falado Brasil, uma terra supostamente fértil e repleta de fartura. A bordo de navios, muitas vezes superlotados, realizaram uma difícil travessia, em que muitos não resistiam e eram jogados nas águas do Atlântico.

Aqueles que conseguiam chegar ao Brasil não viam o fim das dificuldades; pelo contrário, logo perceberam que as promessas feitas a eles não condiziam com a realidade. A pé seguiam viagem, subindo as serras do Espírito Santo e se embrenhando pelas matas fechadas até chegar ao tão desejado lote de terra próprio que, muitas vezes, era um pedaço impróprio para o cultivo. Logo nos primeiros dias, tinham que cuidar da sobrevivência imediata: a caça se mostrava a alternativa mais eficaz enquanto as plantações cresciam.

Mas, sobretudo em suas bagagens, os imigrantes italianos trouxeram história, memória, identidade e cultura. Hábitos culturais que permaneceriam sendo praticados por décadas após a chegada desses indivíduos às terras de Alfredo Chaves. O lazer constitui um dos mais marcantes aspectos dessa gente; os jogos da *boccia*, da mora e do baralho são elementos que perpassam as gerações e incluem crianças, adultos e idosos, descendentes de imigrantes ou não, nas comunidades do interior do município.

Mais do que uma simples forma de diversão, os jogos de baralho se mostram como veículos da sociabilidade entre esse grupo cultural. Pessoas se reúnem para jogar e se divertir, mas também para conversar sobre os mais variados assuntos, desde questões pessoais até abordagens sobre o trabalho nas lavouras. É no decorrer dos jogos que amizades são feitas e fortalecidas, vínculos são construídos e encontros são possíveis. O baralho atua como elemento integrador da sociedade e da identidade dentre os descendentes de imigrantes italianos em Alfredo Chaves.

Referências

CAVATI, João Batista. **História da imigração italiana no Espírito Santo.** Vitória, 1973. 143 p.

COSTA, Máximo. **Remembranças da nonnina.** Vitória, 1994. 119 p.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no estado do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Artenova, 1974. 177p.

FRANCESCHETTO, Cilmar. **Italianos: Base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na Terra do Café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. 534 p.

PESSALI, Hesio. **Alfredo Chaves: uma visão histórica e política.** Alfredo Chaves, 2015. 225 p.

PUPPIN, Douglas. **La terra promessa: Ribeirão do Cristo – sua gente e sua história.** Vitória: IHGES, 2007. 116p.

Entrevistas - Fontes orais

BUSATO, Severino. Severino Busato: Entrevista [11 nov. 2023]. Entrevistador: Gabriel Pietralonga Marion. Alfredo Chaves/ES, 2023.

VANELI, Edimar. Edimar Vaneli: Entrevista [15 nov. 2023]. Entrevistador: Gabriel Pietralonga Marion. Alfredo Chaves/ES, 2023.

VENTURINI, Luciano Antonio Grassi. Luciano Antonio Grassi Venturini: Entrevista [08 nov. 2023]. Entrevistador: Gabriel Pietralonga Marion. Alfredo Chaves/ES, 2023.

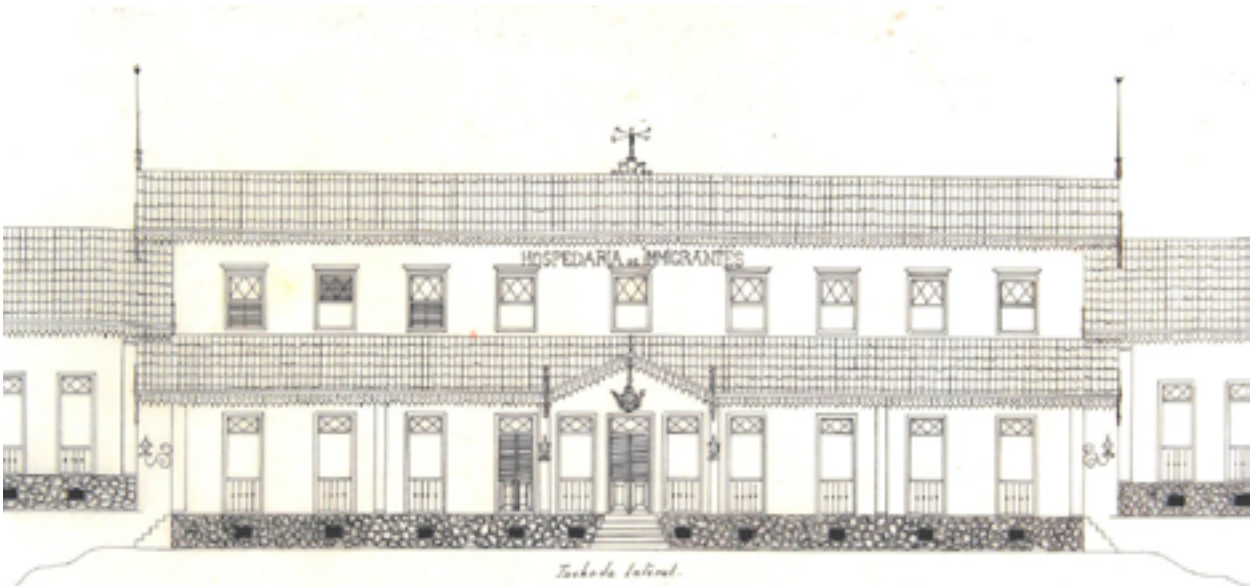
Fachada

ARTIGO

SAÚDE, DOENÇAS E MORTALIDADE DE IMIGRANTES NO ESPÍRITO SANTO: UM ESTUDO SOBRE A HOSPEDARIA PEDRA D'ÁGUA ENTRE 1892 E 1895

Guilherme Borges da Silva

Pós-graduado em Direito Internacional pela PUC-Minas; Mestre e Doutorando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo; bolsista com financiamento CAPES no doutorado.



Resumo

O artigo Saúde, Doenças e Mortalidade de Imigrantes no Espírito Santo: um estudo sobre a Hospedaria Pedra d'Água entre 1892 e 1895 examina as condições de saúde e os fatores relacionados à morbidade e mortalidade dos imigrantes na Hospedaria Pedra d'Água, durante o período de 1892 a 1895. Utilizando registros documentais do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, especialmente o livro Registro de Óbitos de Imigrantes na Hospedaria da Pedra d'Água, o estudo analisa relatos de adoecimento e óbito nesse espaço de recepção, destacando a relação entre as políticas migratórias, as condições precárias de acolhimento e os impactos na saúde dos recém-chegados. A pesquisa oferece uma visão crítica sobre as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes e contribui para a compreensão histórica das políticas de colonização no estado.

Palavras-chaves: Doenças; Espírito Santo; imigração; mortalidade.

Riassunto

L'articolo Saúde, Doenças e Mortalidade de Imigrantes no Espírito Santo: Um Estudo sobre a Hospedaria Pedra d'Água entre 1892 e 1895 analizza le condizioni di salute e i fattori legati alla morbilità e mortalità degli immigrati nella Hospedaria Pedra d'Água durante il periodo 1892-1895. Basandosi su documenti d'archivio conservati presso l'Archivio Pubblico dello Stato di Espírito Santo, in particolare il registro Registro de Óbitos de Imigrantes na Hospedaria da Pedra d'Água, lo studio esamina i modelli di malattia e decessi in questo spazio di accoglienza. Si evidenziano le connessioni tra le politiche migratorie, le condizioni precarie di accoglienza e l'impatto sulla salute dei nuovi arrivati. La ricerca offre una prospettiva critica sulle difficoltà affrontate dagli immigrati, contribuendo alla comprensione storica delle politiche di colonizzazione nello stato.

Parole chiave: Malattie, Espírito Santo, immigrazione, mortalità.

Introdução

A temática da saúde e da mortalidade de imigrantes constitui um campo fundamental para a compreensão das experiências de adaptação e sobrevivência de populações deslocadas no Brasil do século XIX. O presente artigo intitulado *Saúde, Doenças e Mortalidade de Imigrantes no Espírito Santo: um Estudo sobre a Hospedaria Pedra d'Água entre 1892 e 1895* busca analisar as condições de saúde e as principais causas de morte entre os imigrantes recém-chegados ao Espírito Santo, enfocando especificamente a Hospedaria Pedra d'Água, situada anteriormente na entrada da baía de Vitória em uma área pertencente hoje ao município de Vila Velha. Esta hospedaria teve um papel crucial ao acolher e direcionar levas de imigrantes, principalmente europeus, para o interior capixaba durante um período de intenso fluxo migratório incentivado pelo governo imperial e, posteriormente, republicano.

O estudo da Hospedaria Pedra d'Água é particularmente relevante, pois esse espaço constituía uma das principais portas de entrada para imigrantes no Espírito Santo. Ao investigar esse núcleo de acolhimento, é possível entender as condições sanitárias e epidemiológicas que esses grupos enfrentavam ao desembarcarem no Brasil, o que frequentemente resultava em altas taxas de mortalidade. Este tema não apenas enriquece o conhecimento sobre a história da imigração no estado, mas também evidencia as dificuldades estruturais e os desafios de adaptação ao novo ambiente tropical e às condições locais, marcados pela ausência de infraestrutura adequada e por práticas médicas ainda precárias.

Os objetivos deste artigo são analisar as condições sanitárias e epidemiológicas da Hospedaria Pedra d'Água, identificar as doenças mais comuns que acometiam os imigrantes e entender como o Estado e as autoridades locais reagiam a essas questões de saúde pública. Em última instância, este estudo pretende contribuir para o debate sobre a imigração e a saúde pública no contexto brasileiro do final do século XIX, ressaltando o papel do Espírito Santo como um importante ponto de acolhimento e colonização e seus impactos na demografia e na sociedade local.

A metodologia deste estudo baseia-se na análise de fontes documentais preservadas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Entre os registros consultados, destaca-se o livro *Registro de Óbitos de Imigrantes na Hospedaria da Pedra d'Água (1892-1895)*, pertencente à série "Diretoria Central de Terras e Colonização" do fundo Agricultura. Este documento, que reúne informações detalhadas sobre entradas, número de doentes e óbitos na hospedaria durante o período de 1892 a 1895, constitui a principal fonte para a investigação.

A pesquisa baseia-se também em outros documentos originais, como listas de imigrantes, relatórios sanitários e registros de óbitos, que permitem reconstruir o panorama das condições de saúde e dos desafios enfrentados por esses grupos na chegada ao Espírito Santo. Esses registros, além de fornecerem informações quantitativas sobre o fluxo de imigrantes e os índices de mortalidade, contêm dados qualitativos valiosos, como descrições das enfermidades mais prevalentes e das condições sanitárias da hospedaria.

A abordagem metodológica inclui a quantificação e categorização dos dados para estabelecer padrões nas ocorrências de doenças e óbitos, assim como uma análise qualitativa dos relatos oficiais e correspondências da época para contextualizar a situação sanitária da hospedaria e as respostas institucionais às questões de saúde pública. Essa metodologia permite uma compreensão abrangente da realidade enfrentada pelos imigrantes no período estudado e contribui para uma análise crítica sobre as políticas de acolhimento e suas limitações no contexto da imigração para o Espírito Santo no final do século XIX.

1.1 Contexto histórico

A imigração para o Espírito Santo, especialmente no final do século XIX, é um fenômeno marcado por políticas de colonização voltadas à ocupação de terras e ao fortalecimento da economia local. O Estado brasileiro, primeiro no contexto imperial e depois na recém-formada república, incentivou a vinda de imigrantes como parte de um projeto de modernização e desenvolvimento agrícola. O Espírito Santo, com ex-

tensas terras pouco exploradas e uma baixa densidade populacional, destacou-se como um destino estratégico para esses fluxos migratórios, recebendo milhares de imigrantes europeus.[1]

Entre 1892 e 1895, o fluxo migratório para o Espírito Santo caracterizou-se, sobretudo, pela chegada de imigrantes italianos, alemães, suíços e pomeranos. Os italianos formaram o maior contingente, atraídos pelas oportunidades de trabalho e pela promessa de terras. Eram, em sua maioria, camponeses provenientes do norte da Itália, especialmente do Vêneto, que trouxeram consigo conhecimentos agrícolas e uma cultura rural que rapidamente se adaptou ao cultivo do café, uma das principais atividades econômicas do estado.

Os alemães e suíços também representavam um grupo significativo, já estabelecido em outras regiões do Brasil, que viam no Espírito Santo novas possibilidades de ocupação e autonomia econômica. Já os pomeranos, originários do nordeste da Alemanha foram alocados em áreas onde se formaram grandes comunidades, mantendo costumes e uma língua distinta que marcaram culturalmente certas regiões do estado.

A concentração desses grupos gerou um impacto considerável no desenvolvimento socioeconômico e na formação cultural do Espírito Santo. Os núcleos coloniais criados a partir dessas levas migratórias não apenas impulsionaram a economia agrícola local, mas também transformaram a composição social e cultural das regiões ocupadas, criando um mosaico cultural que persiste até hoje. Segundo José Lázaro Celin, na segunda década do século XIX, o Espírito Santo contava com cerca de 36 mil habitantes. Desses, menos de um quarto era composto por brancos (23,2%), enquanto aproximadamente dois terços da população era formada por mulatos e negros escravizados (36%), distribuídos em dez vilarejos ao longo da costa (CELIN, 2019, p. 61).

De acordo com ele, entre 1847 e o final do século XIX, os dados oficiais indicam que cerca de 40 mil imigrantes podem ter desembarcado na província, uma cifra superior à da população local no início do período. Esse movimento migratório exerceu um impacto significativo na região, promovendo o crescimento populacional e dinamizando a economia. Além disso, o fluxo de pessoas gerou um intenso intercâmbio de mercadorias, agentes, microrganismos, espécies vegetais e animais, desencadeando novos processos históricos por meio de conexões atlânticas e transnacionais (CELIN, 2019, p. 61).

Esses processos de migração, trocas culturais e adaptação ao clima tiveram um papel crucial na construção da nova vida dos imigrantes recém-chegados ao Espírito Santo. Ao se instalarem em um ambiente desconhecido, os imigrantes enfrentaram o desafio de adaptar suas práticas agrícolas, hábitos alimentares e modos de vida às condições climáticas e ecológicas locais, muitas vezes bastante diferentes de seus países de origem.

Contudo, essa difícil transição frequentemente teve consequências severas, incluindo a vulnerabilidade a novas doenças, agravada pelas precárias condições de saneamento e pela falta de assistência médica adequada. Muitos imigrantes, incapazes de se adaptarem rapidamente às mudanças, acabaram adoecendo, e, em diversos casos, essas enfermidades resultaram em óbitos, evidenciando os custos humanos desse processo de adaptação. Além das dificuldades de adaptação ao novo ambiente, os imigrantes, frequentemente já assolados pela pobreza, enfrentavam condições ainda mais adversas durante o trajeto e nos primeiros momentos após sua chegada. Os navios de translado, onde muitos passavam longos períodos de viagem, eram frequentemente superlotados, com ventilação inadequada e condições sanitárias precárias, o que favorecia a propagação de doenças contagiosas (REBELO, 2013, p. 766-767).

Ao chegarem ao Espírito Santo, eram levados para as hospedarias, como a Pedra d'Água, onde a situação não melhorava. Esses espaços de acolhimento eram igualmente insalubres, com falta de higiene, alimentação deficiente e pouca infraestrutura, tornando-se um terreno fértil para o surgimento de epidemias. Em muitos casos, os imigrantes, já debilitados pela viagem e pelas condições de vida precárias, sucumbiam a essas enfermidades, reforçando a difícil realidade que

1 Relatório do presidente da província Antonio J. Rodrigues, em 5 de outubro de 1886, p. 22-24.

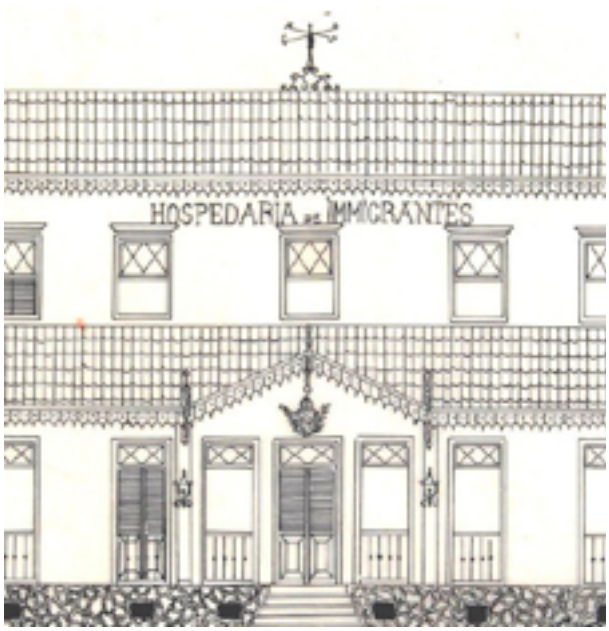
enfrentavam nas primeiras etapas de sua nova vida no Brasil (REZNIK; FERNANDES, 2014, p. 235-237).

1.2 A Hospedaria Pedra d'Água

No contexto das migrações, especialmente no final do século XIX, as hospedarias de imigrantes representavam um elo fundamental entre os recém-chegados e os projetos de colonização, e tinham como objetivo a facilitação da dispersão dos grupos para as áreas agrícolas onde eram esperados e em muitos casos também o isolamento e a quarentena de grupos de imigrantes que pudessem vir a ser portadores ou mesmo expostos a moléstias ou doenças consideradas epidêmicas no país (REZNIK; FERNANDES, 2014, p. 236).

A fim de controlar a entrada de imigrantes infectados, realizava-se a inspeção dos navios nos portos, com os doentes sendo encaminhados para hospitais marítimos, lazaretos ou até mesmo retornados aos seus locais de origem. No entanto, devido ao Brasil, particularmente no Rio de Janeiro, ser um foco de doenças, tornou-se necessário estabelecer medidas próprias para isolar os imigrantes saudáveis do risco de contágio, como foi o caso das hospedarias (COSTA; CARVALHO, 2021, p. 276-277).

A partir da segunda metade do século XIX, com o aumento significativo dos fluxos migratórios para o



Brasil e outros países da América, foram implementadas diversas estruturas destinadas à inspeção, assistência médica e acolhimento dos imigrantes, com o objetivo de conter o avanço de doenças contagiosas. Dentro dessa estratégia, os imigrantes recém-chegados eram submetidos a rigorosos controles, incluindo medidas profiláticas como o isolamento e a quarentena. Essas ações buscavam evitar a propagação de doenças infecciosas, que podiam se espalhar rapidamente devido às condições precárias das viagens e ao grande número de imigrantes chegando ao país (COSTA; CARVALHO, 2021, p. 276-277).

Contudo, o debate sobre como tratar e controlar essas doenças gerou intensas controvérsias científicas, principalmente entre os contagionistas, que acreditavam na transmissão por contato físico, e os anticontagionistas, que apontavam fatores ambientais ou condições de higiene como a causa principal. Essa disputa teórica influenciou diretamente as decisões das autoridades brasileiras, levando à criação de diferentes dispositivos para o acolhimento dos imigrantes, como hospitais, lazaretos, hospedarias e até mesmo hospícios. Essas estruturas tinham o objetivo de proteger a saúde pública, ao mesmo tempo em que garantiam que os imigrantes fossem monitorados e tratados adequadamente antes de serem integrados à sociedade local (COSTA; CARVALHO, 2021, p. 276-277).

Em 1889, o governo do Espírito Santo inaugurou a Hospedaria dos Imigrantes da Pedra D'Água situada na baía de Vitória, no município de Vila Velha. A edificação estava localizada próxima à histórica Prainha, onde, em 1535, chegaram os primeiros colonizadores liderados pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho. Entre 1889 e 1900, período marcado pelo maior fluxo migratório para o estado, a hospedaria acolheu mais de 20 mil imigrantes, conforme os dados disponíveis no projeto Imigrantes Espírito Santo.[2] Conforme o levantamento nominal, os dados referentes ao número de imigrantes que chegaram no período, assim como suas respectivas nações de origem, são os seguintes:

2 ESPÍRITO SANTO. Hospedaria de Imigrantes do Espírito Santo. Disponível em: https://imigrantes.es.gov.br/html/hospedaria.html. Acesso em: 03 out. 2024.

Ano	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900
Imig.	2.837	383	4.454	552	3.102	4.044	4.632	3.122	13	10	6	19

Tabela 1 - Número de imigrantes de acordo com o ano de chegada.

País	Alemanha	Áustria	Bélgica	Espanha	França	Grécia	Holanda	Itália
Imig	143	75	9	2.480	34	2	5	18.633

País	Polônia	Portugal	Rússia	San Marino	Suíça	Ucrânia	Outros
Imig	92	1.219	104	363	13	70	27

Tabela 2 - Nação de origem e o respectivo número de imigrantes. Dados fornecidos pelo projeto Imigrantes Espírito Santo.

É importante destacar que os números apresentados se referem apenas aos imigrantes que passaram pela Hospedaria após sua inauguração. Antes disso, o desembarque ocorria diretamente no porto de Vitória, e os alojamentos, quando disponíveis, eram barracões improvisados nos arredores da capital, ou as famílias seguiam diretamente para as colônias. Além disso, imigrantes que chegaram ao porto de Vitória até 1888, assim como aqueles que ingressaram pelas vias fluviais ao sul da capital, como Benevente, Itapemirim e Itabapoana, não passaram pela Hospedaria da Pedra D'Água. Muitos desses já haviam sido recepcionados na Hospedaria da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, e não precisavam passar por Vitória para alcançar seus destinos.[3]

A estrutura da hospedaria Pedra D'água foi planejada para atender à crescente demanda pela recepção de imigrantes, oferecendo-lhes abrigo temporário em regime de quarentena antes de sua distribuição para diferentes regiões do estado. Até o ano de 1900, a hospedaria recebeu 23.290 estrangeiros, sendo uma peça central na estratégia de povoamento e desenvolvimento econômico do Espírito Santo durante o período. A localização estratégica na baía facilitava o desembarque dos imigrantes e refletia a importância que o estado atribuía à imigração como parte de suas políticas de expansão agrícola e diversificação econômica (FRANCESCHETTO, 2014, p. 61).

A Hospedaria Pedra d'Água, situada anteriormente em Vitória, foi um dos principais pontos de acolhimento desses imigrantes, funcionando como um espaço de recepção e triagem antes de seu encaminhamento às colônias agrícolas no interior do estado. Esse estabelecimento exercia um papel central na organização do fluxo migratório, pois ali eram registradas as entradas, realizados os primeiros atendimentos de saúde e os recém-chegados passavam por um processo de adaptação inicial. A hospedaria representava, assim, um elo fundamental entre os imigrantes e o projeto de colonização estadual, facilitando a dispersão dos grupos para as áreas agrícolas onde eram esperados.

A hospedaria, concebida inicialmente como um espaço de acolhimento temporário para imigrantes, frequentemente recebia denúncias de que se tornara um ambiente insalubre e inadequado para a convivência. Através principalmente da imprensa, podemos repensar as condições estruturais precárias, a falta de higiene e a superlotação e como comprometiam a qualidade de vida dos que ali se abrigavam. Em muitos casos, as notícias que chegavam da Hospedaria Pedra D'água indicavam que as instalações não possuíam ventilação adequada, condições mínimas de saneamento e eram extremamente lotadas, o que gerava um cenário propício para doenças e desconforto físico e emocional. Em vez de servir como uma passagem tranquila para novos horizontes, a hospedaria parecia então se tornar um espaço de sofrimento e vulnerabilidade.

3 Ibidem.

Denúncias sobre as condições das hospedarias não eram raras, com relatos de aglomeração excessiva e falta de cuidados básicos. Muitas vezes, as autoridades e organizações de apoio enfrentavam dificuldades para atuar efetivamente diante da precariedade das instalações. A pressão pela alta demanda de imigrantes e a falta de infraestrutura adequada contribuíam para agravar a situação. O ambiente, longe de oferecer a proteção e o amparo necessários, acabava por expor os imigrantes a uma situação de total desamparo, sem que houvesse um real apoio social ou condições mínimas de saúde e bem-estar.

Contrariando os discursos oficiais, a imprensa servia muitas vezes como a principal voz de denúncia de tais descasos. Constantemente, nos periódicos capixabas, publicavam-se queixas do tratamento recebido pelos imigrantes na hospedaria. O *Commercio do Espirito Santo* e *O Cachoeirano* são alguns desses órgãos da imprensa em que os relatos se destacavam. Nos jornais, faziam-se extensas exposições sobre os problemas de infraestrutura do local. Os problemas, segundo seus redatores, começavam logo na chegada à hospedaria. O processo de atracação da embarcação e a transição do desembarque ao local de recepção representavam, segundo eles, um enorme risco à vida dos imigrantes. Para reforçar as denúncias e embasar a argumentação, os jornais mencionavam incidentes ocorridos com imigrantes menores de idade devido à alta periculosidade do processo.[4]

Além disso, *O Commercio do Espirito Santo* estabelece uma crítica à infraestrutura do local em uma crítica à então notícia de que o governo faria reformas no local, devido às necessidades de reparação percebidas.[5] As críticas, no entanto não se limitavam à estrutura física do local, mas também a sua estrutura administrativa. No jornal, aparecem relatos que sugerem a falta de alimentação ou mesmo de uma alimentação inadequada e precária aos imigrantes, que estariam recebendo como refeição apenas uma "insuculenta sopa de arroz", o que, se verdade, infringiria as diretrizes oficiais de tratamento aos imigrantes, que exigia em suas cláusulas o fornecimento de carnes, que apenas em situações excepcionais poderiam ser substituídas por outros alimentos.[6]

A questão alimentar se ligava diretamente também às notícias sobre a proliferação de doenças na hospedaria. Em 1894, o *Commercio do Espírito Santo* publicaria uma coluna em que destacaria o aumento de doenças na hospedaria, atribuída inicialmente à contaminação da água, o que seria posteriormente negado pela inspetoria de higiene. Segundo o periódico, proliferavam na hospedaria as contaminações por enterite e cólicas intestinais a cada dia, o que tornava insalubre a vivência por lá.[7]

N'O *Cachoeirano* alguns desses relatos também aparecem tratando de doenças e da falta de assistência médica. O periódico noticiava em algumas ocasiões a desassistência da hospedaria no tratamento de alguns imigrantes, citando ocasiões em que muitos desses, doentes e sem assistência médica, ficavam desamparados pelo atendimento na hospedaria.[8] Além disso, o periódico evidencia em alguns casos as relações de interesse e poder que se entrelaçavam entre os médicos, a administração da hospedaria e a inspetoria de higiene da província.

O periódico aponta como suspeita e "arranjada" as nomeações de determinados médicos que muitas vezes acumulavam funções nesses setores administrativos da hospedaria enquanto ainda ocupavam posições ou mesmo relações pessoais e próximas com figuras da inspetoria de higiene, então órgão responsável pela fiscalização das condições sanitárias das hospedarias. A relação levava ainda em conta a necessidade de zelar pela "boa fama" da província e também da estrutura de recepção aos imigrantes, temendo quaisquer represálias, seja por parte do governo central ou dos países de origem dos que emigraram.[9]

4 ESTADOS. *Commercio do Espirito Santo*, Victoria, 23/10/1892, p. 1.

5 CONCERTOS CAROS. *Commercio do Espirito Santo*, Victoria, 10/02/1893, p. 1.

6 ESPIRITO SANTO E MINAS. *Commercio do Espirito Santo*, Victoria, 21/04/1894, p. 1.

7 TELEGRAMMAS. *Commercio do Espirito Santo*, Victoria, 28/03/1894, p. 1.

8 HOSPEDARIA DE IMMIGRANTES. *O Cachoeirano*, Victoria, 22/04/1894, p. 1.

9 NOTICIAS DIVERSAS. O Cachoeirano, Victoria, 31/12/1892, p. 1.

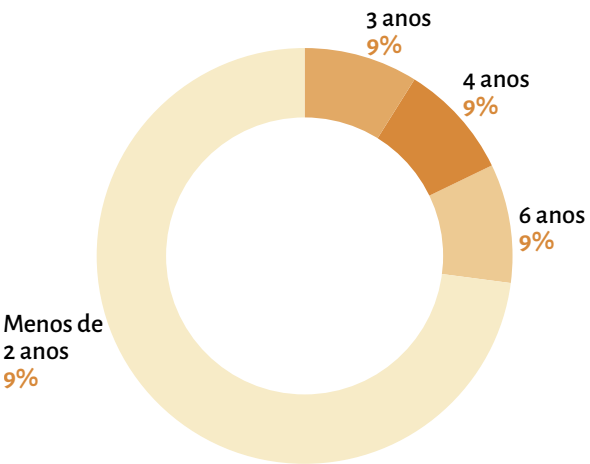
Segundo Borges da Silva, era comum naquele período a imprensa noticiar não só no Brasil, mas em quase toda a América, as terríveis condições em que se encontravam determinados grupos de imigrantes nas hospedarias e núcleos coloniais. Muitos deles sem qualquer assistência médica ou alimentar enfrentavam uma verdadeira maratona de sobrevivência em seus primeiros meses em sua jornada de adaptação e migração (BORGES DA SILVA, 2024, p. 62-65).

No Espírito Santo, no entanto, os relatórios oficiais não demonstravam acordo com aquilo que se noticiava na imprensa. Um exemplo disso, pode ser percebido no relatório de Carlo Nagar, enviado do governo italiano para a fiscalização das condições sociais e sanitárias dos imigrantes italianos no Espírito Santo em 1895. No relatório, Nagar tece elogios à estrutura da hospedaria e seu funcionamento, enquanto em alguns órgãos da imprensa noticiavam a incapacidade a ingerência da hospedaria.[10]

Periódicos como o *Commercio do Espirito Santo* noticiavam a constante morte de prematuros, enquanto acusava ao mesmo tempo a administração da hospedaria de não registrarem muitos dos casos que estavam ocorrendo lá, inclusive o sepultamento de crianças sem que fosse feita a devida declaração pelo encarregado da hospedaria, o que tornariam suspeitos ou dignos de revisão crítica os dados oficiais prestados pelas autoridades governamentais sobre a real condição de vida desses imigrantes em seu espaço de desembarque e acomodação.[11]

A seguir traremos algumas estatísticas que analisam os dados prestados de maneira oficial sobre a mortalidade de imigrantes na hospedaria pedra D´água entre 1892 e 1895. A fonte principal analisada foi o livro de registro de óbitos da hospedaria entre 1892 e 1895, preservada no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e disponível para consulta. Cremos assim, que a análise dos dados a seguir possam indiciar um panorama mais amplo para a compreensão da situação dessas pessoas.

Das 12 mortes registradas na hospedaria, 11 foram de crianças, sendo que 73% delas tinham menos de dois anos de idade. Dessas, 55% aconteceram no mês de fevereiro, 27% em março e 18% em abril. Não há nos registros consultados do APEES nenhum diagnóstico ou mesmo referência aos motivos que poderiam ter levado a óbito tais pessoas.



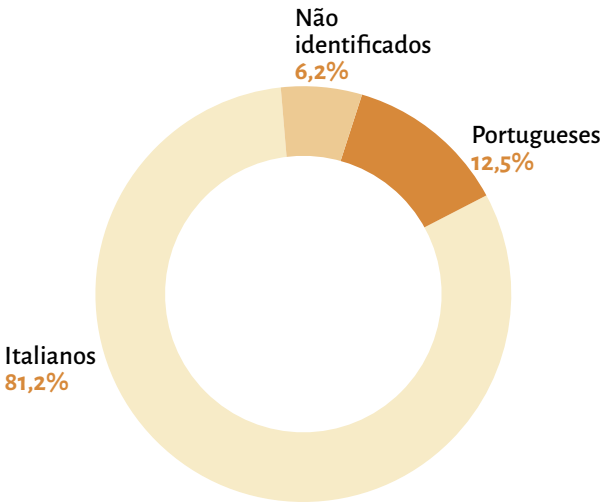
1.3 Os Registros de óbitos infantis na hospedaria em 1892.
Fonte: Dados catalogados pelo autor tendo como base os arquivos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – (APEES)

Já a partir do ano de 1893 a 1895, a documentação passa a detalhar mais especificamente o diagnostico, dia, mês e horário, nacionalidade e motivo do óbito, nome dos pais, lugar do enterro, cemitério onde foi realizado o sepultamento e o responsável pelo processo de registro, que poderia ser o próprio diretor da hospedaria ou algum encarregado especial para a função. A seguir demonstraremos os dados estatisticamente organizados entre 1893 e 1895 sobre as informações do período, sintetizados em cinco categorias: óbitos por ano, óbitos por faixa etária, causas de óbitos e origem dos falecidos.

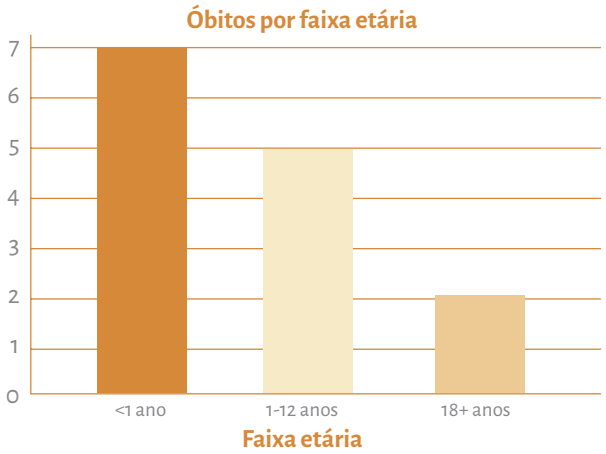
A maior presença de italianos no Estado, os tornou também as maiores vítimas dos flagelos e doenças que acometiam imigrantes em seu processo de mobilidade. Estima-se em média que entre 1889 e 1900 tenham entrado no Espírito Santo 18.613 imigrantes de origem italiana.

10 Relatório do cônsul italiano Cario Nagar, publicado em Roma no mês de abril de 1895 sobre a imigração italiana no Espírito Santo, p. 45. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/O%20Estado%20do%20Espirito%20Santo%20e%20a%20Imigracao%20Italiana.pdf. Acesso em 30 set. 2024.

11 OBITUARIO. *Commercio do Espirito Santo*, Victoria, 02/07/1893, p. 1.



1.4 Origem dos falecidos: proporção de óbitos de italianos, portugueses e não identificados (1893-1895). Fonte: dados catalogados pelo autor tendo como base os arquivos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo



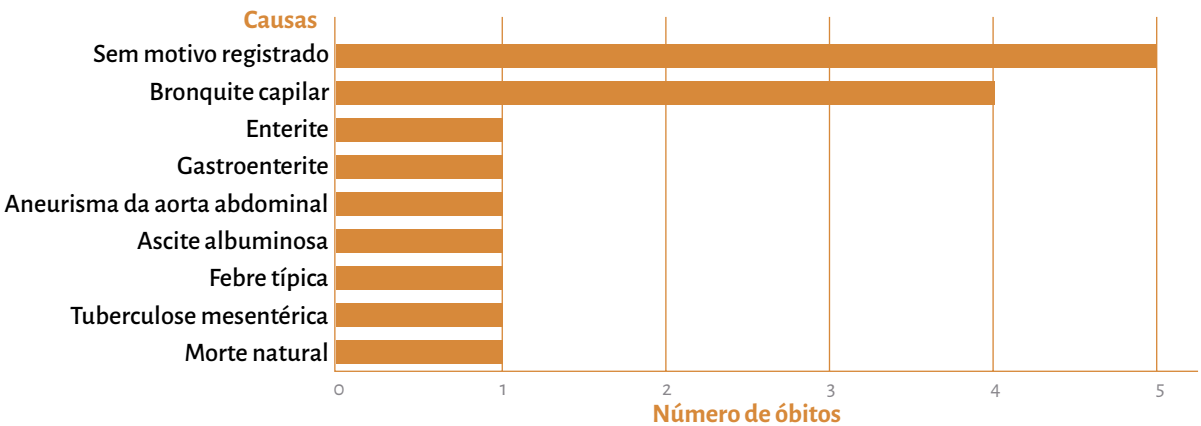
1.6 Óbitos por Faixa Etária: Distribuição dos óbitos entre as diferentes faixas etárias. (1893-1895). Fonte: dados catalogados pelo autor tendo como base os arquivos do Arquivo público do Estado do Espírito Santo.

Entre 1893 e 1895, a alta mortalidade infantil entre imigrantes nas hospedarias brasileiras pode vir a relacionar-se com as informações prestadas acerca das condições precárias de higiene, superlotação, alimentação inadequada e falta de acesso a cuidados médicos. A vulnerabilidade das crianças no processo de migração e a alta taxa de mortalidade infantil em relação às outras faixas etárias, podem vir a refletir a negligência estrutural das autoridades frente às satisfações das necessidades mais básicas dos imigrantes nas hospedarias.

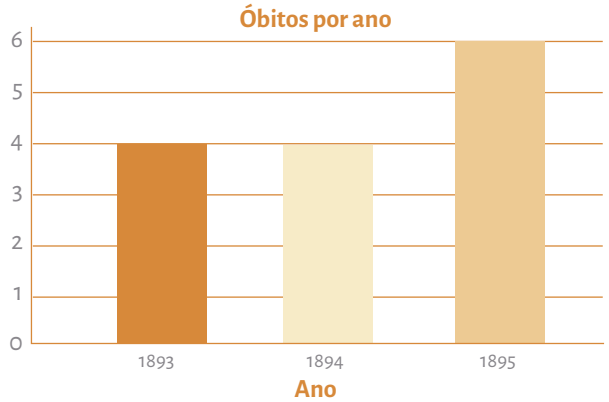
Os dados oficiais demonstram a existência apenas de 14 mortes de imigrantes entre 1893 e 1895, em sua maioria do sexo feminino (56,2%), enquanto os do sexo masculino representavam (43,8%) dos óbitos registrados. No entanto, as críticas da imprensa capixaba nos permitem duvidar dessa informação, já que havia denúncias da falta de registros dos óbitos em alguns casos, como demonstrado.

1.8 Observações gerais e estatísticas

A alta mortalidade infantil destacou-se como um problema crítico, com 75% das mortes ocorrendo entre crianças menores de 12 anos, sendo a maior incidên-



1.5 Causas de óbitos: número de óbitos por cada causa registrada (1893-1895). Fonte: dados catalogados pelo autor tendo como base os arquivos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo



1.7 Óbitos por ano: distribuição do número de óbitos em cada ano (1893, 1894, 1895). Fonte: dados catalogados pelo autor tendo como base os arquivos do Arquivo público do Estado do Espírito Santo

cia entre menores de um ano. O predomínio de imigrantes italianos entre os falecidos reflete a composição migratória da hospedaria, indicando que essa comunidade foi particularmente afetada. Além disso, as doenças respiratórias, como a bronquite capilar, foram registradas como a principal causa de óbitos, especialmente entre crianças, evidenciando a vulnerabilidade dessa faixa etária às condições sanitárias precárias.

Embora a bronquite capilar tenha sido a principal causa de morte registrada, em 1895 a maioria dos óbitos ocorreu sem que uma causa explícita fosse relatada, apontando para falhas nos registros médicos e na organização sanitária da época. Esses dados sugerem que a mortalidade infantil foi agravada não apenas pelas condições de saúde e higiene, mas também pela ausência de documentação adequada, o que dificultava a identificação de padrões e possíveis intervenções.

Considerações finais

O estudo da saúde e da mortalidade de imigrantes na Hospedaria Pedra d'Água entre 1892 e 1895 revela um cenário complexo de desafios enfrentados pelas populações recém-chegadas ao Espírito Santo. A análise dos registros históricos evidenciou as altas taxas de mortalidade infantil, o predomínio de doenças respiratórias e as dificuldades impostas pelas precárias condições sanitárias e pela ausência de infraestrutura adequada. Esses fatores não apenas impactaram diretamente a saúde e a sobrevivência dos imigrantes, mas também demonstraram a insuficiência das políticas públicas de acolhimento implementadas pelo Estado no período.

Além disso, os dados analisados apontam para lacunas significativas nos registros médicos e na documentação oficial, que dificultaram a identificação de padrões epidemiológicos e a formulação de respostas eficazes às crises sanitárias. Ao situar a Hospedaria Pedra d'Água como um núcleo de acolhimento central no contexto migratório do Espírito Santo, este artigo destaca a importância de aprofundar os estudos sobre a relação entre saúde pública e imigração no Brasil do século XIX. Compreender essas experiências contribui não apenas para a historiografia da imigração, mas também para reflexões sobre o legado dessas populações na formação demográfica e cultural do estado, evidenciando as implicações históricas das condições de acolhimento e sobrevivência em contextos de deslocamento forçado ou incentivado.

Fontes

Commercio do Espirito Santo

Livro de Registro de Óbitos de Imigrantes na Hospedaria da Pedra d'Água (1892-1895).

O Cachoeirano

Relatório do cônsul italiano Cario Nagar, publicado em Roma no mês de abril de 1895.

Relatório do presidente da província Antonio J. Rodrigues, em 5 de outubro de 1886.

Bibliografia

CELIN, José Lazaro. Migração italiana no Espírito Santo: aspectos históricos e sinais contemporâneos. **Revista GeoNordeste,** São Cristóvão, ano XXX, n. 3, p. 56-75, jul./dez. 2019.

COSTA, Julianna Carolina Oliveira; CARVALHO, Carolina da Costa de. Das epidemias à saúde mental: uma análise sobre os espaços de recepção de imigrantes (1850-1947). **Contraponto,** Teresina, v. 10, n. 1, p. 275-293, 2021.

FRANCESCHETTO, Cilmar. **Imigrantes Espírito Santo:** base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

REBELO, Fernanda. Entre o Carlo R. e o Orleannais: a saúde pública e a profilaxia marítima no relato de dois casos de navios de imigrantes no porto do Rio de Janeiro, 1893-1907. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.3, jul.-set. p.765-796, 2013.

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. **História (São Paulo),** v. 33, n. 1, p. 234-253, 2014.

BORGES DA SILVA, Guilherme. **Imigração e políticas imigrantistas no Jornal do Commercio (1888-1889).** 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2024.

ARTIGO

RETERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO ITALIANA EM TERRAS ESPÍRITO-SANTENSES

Sandra Nicoli

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Professora pesquisadora na Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE).

Resumo

No Brasil, a imigração italiana, a partir do século XIX, é caracterizada por ser familiar e com maior procedência vinda do Vêneto, norte da Itália. O projeto imigrantista de colonização era fundamentado na pequena propriedade familiar. A chegada de famílias italianas camponesas ao Espírito Santo promoveu uma nova configuração a esse território. O objetivo é analisar o processo de reterritorialização e territorialização na formação do território geográfico e simbólico-cultural do Espírito Santo pelas famílias de origem italiana, além de compreender as questões e as práticas culturais que possibilitaram configurar as identidades dessas famílias em relação ao novo território constituído. Trata-se de um estudo descritivo numa abordagem qualitativa. O intuito da imigração para o Espírito Santo era promover o povoamento e expandir a fronteira agrícola, por meio da produção cafeeira. No processo de reterritorialização e territorialização, essas famílias imprimiram marcas e deixaram vestígios no tempo e no espaço construindo territórios apropriados e dominados a partir das relações sociais estabelecidas cotidianamente.

Palavras-chaves: Migração italiana; Território; Reterritorialização; Territorialização

Sintesi

In Brasile, l'immigrazione italiana a partire dal XIX secolo è stata caratterizzata dal fatto di essere a carattere familiare e di provenire principalmente dal Veneto, nel nord Italia. Il progetto di colonizzazione degli immigrati si basava su piccole aziende agricole familiari. L'arrivo di famiglie contadine italiane in Espírito Santo ha dato a questo territorio una nuova configurazione. L'obiettivo è analizzare il processo di riterritorializzazione e territorializzazione nella formazione del territorio geografico e simbolico-culturale di Espírito Santo da parte delle famiglie di origine italiana, nonché comprendere le questioni e le pratiche culturali che hanno permesso di configurare le identità di queste famiglie in relazione al nuovo territorio che hanno creato. Si tratta di uno studio descrittivo con un approccio qualitativo. Lo scopo dell'immigrazione in Espírito Santo era quello di promuovere l'insediamento e di espandere la frontiera agricola attraverso la produzione di caffè. Nel processo di riterritorializzazione e territorializzazione, queste famiglie si sono impresse e hanno lasciato tracce nel tempo e nello spazio, costruendo territori che sono stati appropriati e dominati sulla base delle relazioni sociali stabilite quotidianamente.

Keywords:Migrazione italiana, territorio, riterritorializzazione, territorializzazione

Introdução

O conhecimento do passado se faz através dos vestígios fornecidos pelas gerações passadas, agora transformados em documentos que falam ao pesquisador (Paula, 2013). Marc Bloch (2001, p. 75) menciona que "o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa".

Segundo Lowenthal (1998), são três as principais fontes de conhecimento sobre o passado: a *memória*, a *história* e os *fragmentos*. A primeira é introspectiva e inerente ao ser humano; a segunda é contingente e empiricamente verificável; a terceira, são construções realizadas pelo homem e que se transformam em relíquias, resíduos, marcas e patrimônio.

A migração, compreendida como mobilidade populacional, é um fenômeno frequente entre os seres humanos ao longo da História. Nesse sentido, os deslocamentos de populações sempre existiram na história da humanidade. As migrações internas e internacionais se constituem em um elemento essencial para compreensão da formação das sociedades e das identidades culturais (Nicoli, 2014).

Enfatiza-se que os fluxos migratórios internacionais aconteceram em momentos diversos e alguns foram responsáveis pela colonização e povoamento do continente americano (Scalzer, 2015). No Brasil, o processo de formação do território geográfico é marcado por deslocamentos populacionais.

Os processos migratórios são por excelência fenômenos complexos cuja compreensão requer o aporte de diversas áreas do conhecimento, pois trazem amplos e complexos processos de desterritorialização e reterritorialização (Nicoli, 2014).

Desde o século XVI, o Brasil se estabeleceu como um importante cenário onde se processou de forma intensa o fenômeno das migrações internacionais. A política imigratória voltada para a colonização de terras públicas começou a ser delineada antes da Independência, quando foi assinado por D. João VI um decreto que viabilizou o acesso à terra para estrangeiros no regime de sesmarias (Seyferth,2000).

O projeto imigrantista de colonização[1] era baseado na pequena propriedade familiar. Deste modo, "tratava-se, portanto, de um sistema de povoamento de territórios considerados 'vazios demográficos', com o objetivo de promover uma agricultura baseada na pequena propriedade familiar" (Seyferth, 2000, p. 309).

Menciona-se que na segunda metade do século XIX, inicia-se em grande escala a imigração europeia, principalmente a italiana. A imigração transoceânica trouxe, para a América, milhares de europeus de origem camponesa (Santos, 2010). A imigração europeia significou muito para o Brasil e, nesse sentido, a imigração italiana foi particularmente relevante (Boni, 1990).

A segunda metade do século XIX caracterizou-se, sob o aspecto demográfico e social, como um período de migrações massivas. Milhões de pessoas deixaram a Europa, sobretudo a Itália, e rumaram para a América nesse período (Paula, 2013).

Nesse contexto, a imigração italiana para o Brasil teve início a partir dos anos de 1870, transformando-se em um fenômeno de massa anos depois. As famílias italianas que chegaram ao Brasil deixaram para trás a paisagem do Vêneto, do Trentino-Alto Ádige e de outras regiões da península, carregando suas lembranças, memórias, identidades e raízes, para iniciar uma nova vida em terras brasileiras (Trento, 1989).

Segundo Bassanezi (1995), a corrente imigratória italiana, no Brasil, revelou as seguintes especificidades: houve o predomínio da imigração familiar e a região do Vêneto foi a que mais forneceu imigrantes.

> A região vêneta forneceu, entre 1870 e 1920, 30% do total de emigrados italianos para o Brasil, transformando o País em praticamente o único da América a receber vênetos nesse período [...]. Traziam como hábito, [...] o de trabalhar juntos a terra que lhes pertencia; [...]. A saída ocorreu somente quando suas propriedades não ofereceram mais recursos para a sobrevivência do grupo (Alvim, 2000, p. 386).

1 O governo imperial criou, em 1876, a Inspectoria Geral de Terras e Colonização, responsável pela definição de uma orientação unitária à introdução de imigrantes europeus no Brasil (Dadalto, 2009).

> Para os vênetos, o principal fator de atração do Brasil era a possibilidade de serem proprietários de seu pedaço de terra. A posse da terra era um sonho que representava o prêmio dos esforços de todo o trabalho executado, de possibilidade de ascensão social ou até de segurança econômica (Dadalto, 2009, p. 30).

Segundo Marandola e Dal Gallo (2010), migrar é sair do seu lugar, envolvendo processos de redefinições das territorialidades, que não são necessariamente sucessivos nem ordenados. Portanto, implica sair dos territórios de segurança e lançar-se ao mundo, a lugares de pouca ou nenhuma familiaridade. Assim, o destino representa uma nova realidade para o migrante em termos tanto culturais quanto espaciais.

A imigração italiana para o Brasil, segundo Grosselli (2008), teve início com a chegada da Expedição de Pietro Tabacchi, em 21 de fevereiro de 1874. Esta expedição é considerada um marco da imigração italiana e a primeira migração em massa desta nacionalidade para o Brasil. Esta data ganhou maior reconhecimento pela Lei nº 11.687, de 02 de junho de 2008, que institui o dia 21 de fevereiro como o "Dia do Imigrante Italiano" em todo o território nacional.

A imigração para o território espírito-santense era peça da estratégia governamental para promover o povoamento e expandir a fronteira agrícola, por meio da produção, principalmente com o cultivo do café. O projeto imigratório familiar de colonização proposto, à época, era ditado pela necessidade de se povoar o Espírito Santo e de promover o seu desenvolvimento econômico (Dadalto, 2009).

Nessa conjuntura, a migração de origem italiana para o Espírito Santo, promoveu uma nova configuração a esse território geográfico e simbólico-cultural, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novos costumes, tradições, identidades, dialetos, canções, danças, festas e comidas típicas que foram incorporados à sociedade na hibridização com a população local (Dadalto, 2009; Nicoli, 2014).

Nesse contexto, a partir da chegada e ocupação das famílias camponesas de origem italiana às terras espírito-santenses, é possível argumentar que tais áreas geográficas em muito se modificaram. A introdução de práticas, costumes, hábitos, tradições, manifestações culturais, novas técnicas de manejo da terra e a valorização da terra para a sobrevivência das famílias, fez com que elas fossem vistas e observadas de maneira diferenciada, mesmo diante da chegada de outras nacionalidades (Nicoli, 2014).

Mediante a contextualização apresentada, objetiva-se analisar o processo de reterritorialização e territorialização na formação do território geográfico e simbólico-cultural do Espírito Santo pelas famílias camponesas de origem italiana e, compreender as questões culturais que permearam e ainda permeiam o cotidiano e as práticas culturais que possibilitaram configurar as identidades dessas famílias em relação ao novo território constituído.

O estudo é de cunho qualitativo, dando preferência aos aspectos vinculados à cultura, identidade, memória, costumes e tradições. Nessa acepção, trata-se de um estudo descritivo numa abordagem qualitativa fundamentada na análise dos referenciais bibliográficos sobre a temática.

Reterritorializando e territorializando em terras espírito-santenses

A migração é o resultado de uma multiplicidade de fatores - econômicos, políticos, sociais, ambientais, culturais. É uma forma que o indivíduo utiliza para buscar estabilidade e que, por essa razão, não pode ser percebida apenas como um processo de desterritorialização (Haesbaert, 2007).

Nesse sentido, as famílias de imigrantes italianos estavam perdendo seu território apropriado e construído na origem, para reorganizarem suas vidas em terras desconhecidas, vivendo assim o processo de desterritorialização e reterritorialização (Saquet, 2009).

Haesbaert (2007) argumenta que a vertente cultural ou simbólico-cultural prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

> Território é natureza e sociedade: não há separação: é economia, política e cultura; edificação e relações sociais; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental, etc. Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e *traços comuns*, apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas variáveis, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente) (Saquet, 2006, p. 83).

No território as relações sociais se materializam e se reproduzem em movimentos desiguais, contraditórios e conflituosos. A identidade é um componente fundamental na constituição do território, resulta da combinação dos processos histórico e relacional conforme Saquet (2010).

Nesse sentido, território é apropriação e dominação social, enquanto a territorialidade é a mobilização de pertencimento que é um fator fundamental na construção do território como afirma Zambrano (2001).

Segundo Espíndola (2012, p. 167), "as ações humanas operam no espaço, configurando-o, organizando-o e diferenciando-o, dando-lhe identidade particular e, dessa forma, produzindo os lugares e a diversidade de paisagem".

Castro, Gomes e Corrêa (1995, p. 105) ressaltam que o território simbólico, muitas vezes, aponta para a formulação do conceito de lugar que é visto como

> [...] uma construção única, singular, carregada de simbolismo e que agrega ideias e sentidos produzidos por aqueles que o habitam. Despertam os sentimentos de identidade e de pertencimento no indivíduo. É, portanto, fruto da construção de um elo afetivo entre o sujeito e o ambiente em que vive.
>
> O lugar está intimamente ligado ao *viver* e ao *estar* no espaço, aos laços do homem com seu habitat. O lugar é a dimensão do espaço onde o universal manifesta-se, singulariza-se, é abstrato, mas também concreto. É nele que as relações ganham visibilidade e efetivam-se na territorialidade diária. É ponto de encontro e dispersão; é resultado e condição dos processos sociais, dos diferentes tempos [...] é um território e um espaço onde se materializa diferentes modos de vida e múltiplas territorialidades e temporalidades (Saquet, 2003, p. 25).

Para Saquet (2003, p. 24) o território é

> [...] apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização. [...] O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. [...] Se considerarmos que onde existem homens há relações, tem-se ao mesmo tempo territórios.
>
> É fundamental perceber a historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico. Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços (Haesbaert, 2005, p. 6777-6778).

Saquet (2009, p. 212) realça que o território

> [...] é produzido com o passar dos dias, meses, anos, décadas, através de relações sociais incessantes que se estabelecem, com influências, interferências, dominações e domínios, imprimindo marcas em seu *interior* (do território). E essas relações são singulares e universais ao mesmo tempo, totalizantes, internas e externas ao lugar.

De acordo com Saquet (2003, p. 25), "o território é objetivado por relações de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas". Nesse sentido, Saquet (2003, p. 26) demonstra que territorialidade

> [...] é o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, na família etc, resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar. Todos somos

> agentes sociais, não em *sistemas*, mas numa dinâmica relacional, de reciprocidade e contínuo movimento, de contradições sociais, que construímos territórios em diferentes intensidades e formas. A territorialidade é cotidiana, multifacetada e as relações são múltiplas, e por isso, os territórios também o são (com territorialidades), revelando a complexidade social e ao mesmo tempo as relações de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço relativamente delimitado. [...] o território é resultado do processo de produção *do* e *no* espaço.

A territorialidade é marcada pelo movimento de reprodução de relações sociais. Está intimamente vinculada a uma específica realidade social, sendo sempre construída socialmente, apresentando caráter histórico-social. A territorialidade humana é definida como uma maneira espacial de comportamento social. Diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (Sack, 1986).

Na perspectiva das migrações, segundo Nicoli (2014), os migrantes reconstroem seu território de origem no novo espaço, mantendo, adaptando, aperfeiçoando e remodificando territórios e territorialidades, englobando assim, comportamentos sociais e culturais, além das estratégias de convivência. Para Haesbaert (2005), a territorialização é abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção, além de identificação ou simbolização de grupos.

> [...] territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento. [...] A territorialização [...] engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade [...] (Haesbaert, 2007, p. 280).

Para Saquet (2003), a territorialização constitui-se e é substantivada em diferentes *temporalidades* e *territorialidades*, resultado e condição dos processos sociais em interação com a natureza exterior ao homem.

Territorialização se dá no movimento e a desterritorialização pode ser concebida através da imobilidade. O fato é que a desterritorialização não é um processo de desaparecimento do território, mas uma ótica territorializadora. O movimento, sendo incorporado ao território, possibilita a desconstrução da ideia de mobilidade somente como sinônimo de desterritorialização e imobilidade de territorialização (Haesbaert, 2007).

Saquet (2009), descrevendo sobre reterritorialização e identidade, realça que no movimento, simultaneamente à desterritorialização, ocorre a reterritorialização.

> São processos intimanente ligados na mobilidade de força de trabalho. No primeiro, há a perda do território inicialmente apropriado e construído, "a superação dos limites, das fronteiras", [...] e no segundo, uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas de suas características. O *velho* é recriado no *novo*, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente. A territorialização está na desterritorialização, e vice-versa; são concomitantes e estão articuladas (Saquet, 2009, p. 214).

> Na desterritorialização, perdem aspectos e elementos, relações, que tentam reproduzir no *novo* lugar em construção. Reterritorializam-se lentamente, reorganizando suas vidas diárias, cultural, política e economicamente, no lugar. O *lugar*, por isso, é mais do que afetividade, reconhecimento, simbolismo. É realização do universal, é singularidade, material e imaterial (Saquet, 2009, p. 216).

Para Haesbaert (2003), um processo de desterritorialização pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços e/ou fronteiras econômico-políticos de integração.

> [...] desterritorialização está ligada à hibridização

> cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas - o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades (Haesbaert, 2007, p. 35).
>
> [...] não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. [...] Devemos antes de tudo pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas (Haesbaert, 2007, p. 99-101).

Os migrantes estabelecem relações sociais desde a partida até a chegada ao destino. Na desterritorialização perdem, em parte, os aspectos e elementos da vida cotidiana. Tentam reproduzir, da melhor forma, as relações sociais, identidades, tradições e os costumes no novo território, com permanências e mudanças; na reterritorialização reorganizam suas vidas e seu cotidiano (Nicoli, 2014).

Haesbaert (2007) destaca que a vida é um constante movimento de desterritorialização e de reterritorialização, sempre passando de um território a outro, abandonando territórios, criando novos territórios. Trata-se de uma desterritorialização/reterritorialização cotidiana, em que se abandona o território, mas não se destrói o território abandonado. Afirma-se, portanto, que a migração traz em seu cerne um processo de desterritorialização, reterritorialização e territorialização.

Segundo Seyferth (2000), no Brasil, o projeto imigrantista de colonização era baseado na pequena propriedade familiar. A vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, abriu espaço para a atuação de estrangeiros no mercado brasileiro. O investimento colonizador tinha como finalidade ocupar terras devolutas, objetivando a ocupação do território geográfico num sistema que privilegiou a pequena propriedade agrícola trabalhada com mão-de-obra familiar.

> A Lei de Terras, a abolição gradual da escravidão e as migrações, interna e internacional, são dimensões de um mesmo processo: a transição para o trabalho assalariado no Brasil com o menor custo possível para as oligarquias, principalmente as do café. A estratégia do governo imperial nesse processo, devido à grande disponibilidade de terras, foi restringir ao máximo o acesso à propriedade, garantindo assim os interesses oligárquicos (Brito, 2004, p. 12).

Sobre os motivos da imigração internacional do século XIX e início do século XX no Brasil, Bassanezi (1995, p. 03) argumenta que

> Nas primeiras décadas do século XIX, o movimento começou a se diversificar com as experiências de imigração livre dirigida também a não-portugueses. Um projeto de colonização agrícola com objetivos de defesa e de povoamento da terra, com base na pequena propriedade policultora, atraiu primeiro os alemães e depois italianos e outros estrangeiros para o sul do país, de modo especial, além de outros lugares. Este processo tomou impulso na segunda metade do século XIX, prolongando-se até o século XX.
>
> Dentre as diversas nacionalidades que migraram para o Brasil na segunda metade do século XIX e início do século XX, a italiana foi de grande destaque. Contudo geralmente se associa a imigração italiana para o Brasil a São Paulo e estados do Sul do Brasil, esquecendo-se muitas vezes do Espírito Santo onde diversos municípios tem sua origem relacionada a este fluxo migratório (Scalzer, 2015, p. 27).

Enfatiza-se que a imigração italiana, a partir de 1874, foi importante para a formação étnica e cultural do Espírito Santo. Todavia, é necessário considerar que o fenômeno imigratório para o Espírito Santo tem início com a vinda de alemães, em 1847. Contudo, em 1871, o império alemão unificado proibiu a emigração para o Brasil (Scalzer, 2015).

> [...] a partir da segunda metade do século XIX, com a proibição alemã referente à emigração para o Brasil, os italianos passaram a ser considerados como uma nacionalidade que corresponderia aos interesses do governo do Espírito Santo: um contingente popula-

> cional de brancos e camponeses. A importância desse fenômeno migratório não apresenta unicamente um destaque numérico, mas foi determinante na ocupação e organização do território deste estado brasileiro [...] (Scalzer, 2015, p. 29).

Grosselli (2008) argumenta que a imigração representou, para a Província do Espírito Santo, a possibilidade de incrementar a economia local e ocupar as terras ainda cobertas por densa mata. Com o incremento da cafeicultura, a partir de 1870, a escassez de mão de obra e a necessidade de ocupar terras devolutas, o governo imperial brasileiro continuou a estimular a vinda de imigrantes com uma descrição de benefícios que eles encontrariam no Brasil se optassem por emigrar.

> Apenas um argumento motivava o imigrante italiano do norte a vir para o Brasil: a perspectiva da propriedade da terra. Os meeiros da Itália não tinham o menor interesse em abandonar o próprio país para permanecer no mesmo sistema em terra estrangeira. Evidentemente que aos latifundiários produtores de café interessava imigrantes que substituíssem a mão de obra escrava e não potenciais concorrentes de suas propriedades (Posenato, 1997, p. 80).

É possível confirmar o objetivo de povoamento do projeto imigrantista do Espírito Santo, conforme enfatizado por Dadalto (2009), e confirmado por Colbari (1997), quando argumenta que, com o intuito de colonizar e povoar extensas áreas desabitadas e improdutivas, os núcleos coloniais espírito-santenses foram constituídos de pequenas propriedades.

Referente à seletividade dos imigrantes, Lee (1980, p. 111) salienta que "as migrações são seletivas também em razão de pessoas responderem de forma diferente a uma série de fatores positivos e negativos prevalecentes nos locais de origem e destino".

Conforme destacaram Trento (1989), Bassanezi (1995) e Zanini (2010), a emigração italiana para o Brasil era familiar. Havia uma preferência pelo embarque de famílias com filhos ou casais, tendo em vista que um dos objetivos do estímulo à imigração era, além da complementação da força de trabalho, o povoamento das regiões para onde eram destinadas.

Diante do cenário que presenciavam na terra natal, entre eles a Unificação do território geográfico; das transformações sócio-demográficas da população; da modernidade e modernização; das mudanças nos métodos tradicionais de arrendamento, cultivo e produção da terra; da economia debilitada e das mudanças provocadas pela expansão do capitalismo, muitas famílias italianas decidem migrar para o outro lado do Atlântico (Dadalto, 2009; Nicoli, 2014).

Nesse contexto, um considerado fluxo de imigrantes italianos desembarca em terras do Espírito Santo, a partir da segunda metade do século XIX até início do século XX. Eles foram atraídos principalmente por uma política de povoamento, com o objetivo de promoverem uma agricultura baseada na pequena propriedade familiar (Dadalto, 2009; Nicoli, 2014).

Lee (1980) aponta que o fenômeno migratório sempre implicará a existência de um lugar de origem e um lugar de destino, além de uma série de obstáculos que deverão ser vencidos pelo migrante.

Na Província do Espírito Santo, o governo também impôs alguns critérios de seletividade aos que optassem por migrar. Dentre os critérios, Grosselli (2008, p. 76) evidencia que "80% fossem agricultores, saudáveis, trabalhadores de boa moral, nunca menores de dois anos e nem maiores de 45 anos, salvo para os chefes de família".

Colbari (1997), descrevendo sobre os atributos civilizatórios do imigrante italiano, destaca que o espírito de iniciativa, a ética do trabalho, o domínio das técnicas de produção e o respeito às leis eram considerados funcionais tanto para as intenções de constituição do mercado de trabalho livre para a cultura cafeeira, quanto para garantir o sucesso dos núcleos coloniais instalados nas áreas destinadas ao povoamento. Por isso, houve preferência pelo trabalhador italiano.

Compreender os fluxos migratórios requer a análise dos motivos para tal movimentação. Por um lado, o Brasil, na perspectiva de país receptor, vivia a expansão do capitalismo e necessitava de mão-de-obra para trabalhar na cafeicultura, nas obras de in-

fra-estrutura urbana e construção de estradas, e para promover a ocupação de áreas despovoadas. Além disso, ainda havia fatores ideológicos que privilegiavam o contingente branco, europeu de preferência[2]. Por outro lado, as grandes migrações transoceânicas a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, estiveram inseridas em um contexto de transformações sócio-demográficas da população europeia e em mudanças provocadas pela expansão do capitalismo, não só na Europa, como também em outras regiões do mundo (Bassanezi, 1995).

Salienta-se que a maioria dos migrantes não deseja abandonar suas casas, suas comunidades e nem sua terra. A maioria escolheria permanecer no local de origem. As condições econômicas constituem o principal fator de expulsão. Portanto, a combinação de três fatores dominantes contribuiu na decisão de muitos europeus em migrarem para a América, sendo eles: a dificuldade de acesso à terra; as oscilações na produtividade das propriedades; e, por fim, a alta taxa de fecundidade, que fazia com que as famílias fossem numerosas. O fator demográfico também influenciou essas migrações, pois as taxas de mortalidade mantiveram-se estáveis, durante décadas, até que começaram a cair lenta, mas progressivamente (Klein, 2000).

No que tange aos fatores de atração, destaca-se que a América vivia uma situação oposta à Europa em termos de terra-trabalho. A melhor explicação para a vinda dos imigrantes europeus estaria na questão demográfica e na possibilidade de obter terra (Klein, 2000).

> Ao emigrar, os italianos deixavam um país recém unificado e pobre, destituído de uma identidade nacional legitimada por um Estado Nacional; eram, portanto, vênetos, sicilianos, calabreses, trentinos entre outros. A contextura de fragilidade, de mudanças e de pobreza vivenciada ganhara tal proporção, que a perspectiva de deixar seu país de origem e tudo o que significava este distanciamento perdia relevância frente à possibilidade de realizar uma nova vida na América. Nesse contexto, as consequências físicas e emocionais eram sublimadas (Dadalto, 2009, p. 12).

O contexto da Itália, nos anos de 1870, era o de decisão para um grande número de italianos: ficar no país ou partir para salvar-se, apesar dos riscos e da precariedade. No sonho coletivo, a possibilidade de partir, de fundar uma nova vida, era uma tentativa de estabelecer uma continuidade em outro continente, de ter algo sólido em que se apoiar no futuro conforme relata Dadalto (2009).

> Na Itália, a mobilidade geográfica intensa, desde vários séculos, foi sempre uma ferramenta usada pela população, dentro do contexto da vida familiar, para a melhoria do padrão profissional e econômico do indivíduo. Assim, a fase de intensa emigração do final do século XIX e início do século XX pode ser vista como parte de um quadro que começou a ser delineado anteriormente, como um comportamento habitual adotado pela população. Por outro lado, este movimento mostrou-se diferente devido às mudanças no plano político e à combinação de circunstâncias que dizem respeito à evolução das diferentes regiões e mudanças no cenário internacional (Bassanezi, 1995, p. 20).
>
> [...] um crescimento demográfico sem precedentes, como o ocorrido no século XIX - que aumentou a população da Europa em duas vezes e meia -, ao avanço da tecnologia que fez com que tarefas antes executadas pelo homem pudessem ser realizadas por máquinas, além da melhoria sem precedentes dos transportes, colocou à disposição do mercado verdadeiras hordas de camponeses sem terra e desocupados [...]. A emigração italiana constituiu, assim, um fenômeno essencial de equilíbrio socioeconômico (Alvim, 2000, p. 386).
>
> O trabalho é a razão de ser do imigrante, ele dá conta de sua presença que, na falta deste motivo, estaria confinada ao absurdo aos olhos da razão nacional, da

2 "[...] O mestiço original poderia ser melhorado, caso se introduzissem mais brancos à mistura original. A seleção de imigrantes obedeceu principalmente à demanda do branqueamento. A possibilidade de miscigenação e a disponibilidade à assimilação são variáveis fundamentais na definição de quais imigrantes são desejáveis. O imigrante, além de vir preencher uma demanda de braços para o trabalho, teria o papel de contribuir para o branqueamento da população, ao submergir na cultura brasileira por meio da assimilação" (Oliveira, 2002, p. 10).

> razão do Estado Nacional. O trabalho contém em si, a partir de nossa representação atual do mundo, toda a inteligência do fenômeno migratório, da emigração e da imigração que, sem ele, seriam incompreensíveis e intoleráveis sob todos os pontos de vista, intelectual, ética, econômica, cultural e, não apenas, politicamente (Sayad, 2000, p. 21).

Para Dadalto (2009), *Fazer a América* era um projeto de transformação fundado em condições de miséria, marcado pela fome e pela falta de trabalho, propulsionado pelo sonho e objetivado na possibilidade de trabalho e aquisição do próprio pedaço de terra no Brasil. Visualizavam na América a terra, o trabalho e a fortuna que a Itália não tinha condições de oferecer.

Alvim (2000, p. 396) afirma que "vênetos, calabreses, lombardos ou sicilianos se identificavam muito mais pelas diferenças regionais de que eram portadores do que como italianos".

> [...] na maioria dos casos tratava-se de gente fortemente identificada com sua região de origem, gente para a qual *italianidade* era alguma coisa muito distante. Tal fato foi, sem dúvida, mais significativo justamente no seio dos contingentes mais pobres, evidentemente numericamente dominantes. Para essa gente o dialeto constituía importantíssimo elemento de sua identidade cultural [...] (Petrone, 1990, p. 607).

> [...] a antiga imigração italiana era predominantemente do norte da Itália, os dialetos falados hoje no Brasil são necessariamente os mesmos falados nessa área da Itália. Considerando-se que os imigrantes que se estabeleceram no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e no Espírito Santo provinham na sua quase totalidade das regiões da Lombardia, do Trentino-Alto Ádige, Friuli-Venécia Júlia e Vêneto, temos que os dialetos italianos falados no Brasil são tipo lombardo, trentino, friulano e vêneto (Mioranza, 1990, p. 597).

Especificamente sobre a região de origem das famílias de imigrantes italianos que chegaram ao Espírito Santo, Dadalto (2009, p. 44) descreve:

> [...] sobressaíram, em quantidade, imigrantes vindos do norte da Itália, principalmente das províncias de Verona, Treviso e Vicenza; da província de Pavia, na Lombardia; Emilia-Romagna; do Piemonte, da província de Alessandria; e da província do Trento, no Trentino-Alto Adige.
>
> De fato, o componente vêneto constituíra, por longo tempo, o elemento mais numeroso da nossa emigração para o Brasil. [...] além do peso esmagador dos vênetos e friulanos, a emigração lombarda também assumiu certo relevo, enquanto a presença mais significativa da Itália central é a dos toscanos. No que se refere às regiões meridionais, têm notável consistência os campânios, seguidos de calabreses e abruzenhos. [...] A propósito da procedência regional, devemos sublinhar que a predominância de trabalhadores setentrionais também correspondia às preferências manifestadas pelos fazendeiros por vênetos e lombardos, devido à sua parcimônia, frugalidade e, sobretudo, docilidade (Trento, 1989, p. 39-41).

Segundo Dadalto (2009), a imigração para o território espírito-santense era peça da estratégia governamental para promover o povoamento e expandir a fronteira agrícola, por meio da produção de riquezas. Nesse propósito, as famílias de imigrantes italianos que chegaram ao Espírito Santo eram, em sua maioria, camponeses provenientes da região do Vêneto.

Sobre o projeto imigrantista no Espírito Santo, Dadalto (2009, p. 43-44) menciona:

> O projeto imigratório familiar de colonização proposto à época era ditado pela urgência de povoamento do Espírito Santo e pela necessidade de desenvolvimento econômico. Dessa maneira, a maioria absoluta dos imigrantes que chegou ao Estado vinha com toda a família, sendo que o patriarca estava quase sempre na faixa etária acima dos 38 anos, era pouco instruído, agricultor e o tomador da decisão de migrar. Predominavam grupos constituídos em média de 4,4 pessoas, variando desde bebês a avós. Vinham também, juntos com o núcleo tradicional, parentes, afilhados e amigos.

> [...] a maioria dos migrantes vindos tinha como objetivo cultivar seu próprio pedaço de terra, promessa da política migratória desenvolvida em primeira instância pelo governo imperial, depois pelo governo provincial. No Espírito Santo, os imigrantes viveriam ainda numa sociedade eminentemente rural, instalados em colônias em geral isoladas dos principais centros de comercialização e da produção político-cultural (Dadalto, 2009, p. 45).

Confirma-se, portanto, o objetivo de povoamento do projeto imigrantista do Espírito Santo, conforme enfatizado por Dadalto (2009) quando argumenta que, com o objetivo de colonizar e povoar extensas áreas desabitadas e improdutivas, os núcleos coloniais espírito-santenses foram constituídos de pequenas propriedades cultivadas pelas famílias de imigrantes.

O processo de imigração italiana no Espírito Santo pode ser dividido em duas fases, com características específicas. A primeira entre os anos de 1874 a 1882 e a segunda entre os anos de 1885 a 1895[3]. A primeira fase é caracterizada pela fundação e emancipação de núcleos nas colônias, em regiões próximas aos centros de comercialização, e pela chegada dos italianos em grupos. Na segunda fase os imigrantes vinham em grandes levas e eram repartidos pelos novos núcleos em contingentes menores e levados para lugares bem mais distantes dos centros comerciais do Espírito Santo (Busatto, 2002).

> Os primeiros imigrantes italianos chegaram ao Estado na segunda metade do século XIX e foram logo enviados para o interior a fim de desbravá-lo e colonizá-lo. A cidade de Vitória, naquela época, não tinha condições de hospedar grande número de imigrantes, pois era uma vila interiorana [...] no interior do Estado, a situação era ainda pior [...] "terrenos desconhecidos" [...] tiveram que se juntar em comunidades por força das circunstâncias em que se encontravam: abandonados, sem amparo governamental [...] (Bussola, 1990, p. 270-271).

Enfatiza-se nessa experiência migratória a ausência do Estado, cuja ação social se colocava à margem das necessidades dos colonos, não oferecendo as estruturas básicas necessárias para o acolhimento e os primeiros meses de trabalho no território brasileiro. Como foi mencionado por Dadalto (2009, p. 69), os imigrantes encontraram condições piores do que as que deixaram na Itália, pois, durante todo o período do Brasil-Colônia, a Província do Espírito Santo foi marginalizada pelo governo.

> [...] o processo de desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo à época da imigração nem sequer se avizinhava da modernização já vivenciada na Itália ou que, em território brasileiro, já se instalava no centro-sul do país e que atraía o capital estrangeiro.

Segundo Colbari (1997), no contrato firmado entre os governos da Itália e Espírito Santo, havia os direitos e deveres a serem cumpridos pelo Estado e pelos imigrantes. Um dos deveres do imigrante italiano era a construção de uma casa sede e o cultivo da lavoura com uma área roçada e plantada dentro de seis meses após o recebimento do lote de terras. A obtenção do título definitivo ocorreria somente depois de cumpridos todos os compromissos com o governo

> [...] o compromisso de que após seis meses do recebimento do lote medido e demarcado, já deveria estar roçada e plantada uma área de mil braças quadradas, além da construção de uma casa. A obtenção do título definitivo ocorreria depois do pagamento total das terras e de todas as dívidas com o governo. Os colonos recebiam terra para plantar e construir a casa, porém enfrentavam a falta de material para construção e de ferramentas para o trabalho (Colbari, 1997, p. 07).

3 "A imigração italiana para o Espírito Santo continuou intensa e crescente até o ano de 1895. A partir desse ano, o Governo italiano proibiu a emigração para o Estado, devido às situações a que os seus compatriotas eram submetidos ao chegar, ou seja, más condições de transporte da capital para os núcleos coloniais, longo período de espera enquanto aguardavam a medição dos lotes, ausência de gêneros alimentícios no interior e a falta de assistência médica, escolar e religiosa. Fica evidente a ausência total dos governos local e central. Aliado a esses fatores, ainda houve o surgimento de epidemias de febres malignas como a febre amarela" (Dadalto, 2009, p. 46).

Dadalto (2009) enfatiza que todos os benefícios materiais antecipados para as famílias de imigrantes deveriam ser pagos num prazo determinado pela comissão da Diretoria Central de Terras e Colonização do Espírito Santo. Somente depois de cumpridas todas as obrigações é que o colono obtinha o título definitivo de seu pedaço de terra.

Colbari (1997) e Dadalto (2009) argumentam que, com o objetivo de colonizar e povoar extensas áreas desabitadas e improdutivas, os núcleos coloniais espírito-santenses eram constituídos de pequenas propriedades cultivadas pelos imigrantes. Assim, a imigração resolvia tanto o problema populacional quanto o econômico, pois promovia o assentamento de núcleos coloniais em regiões despovoadas, cobertas por densas florestas, constituindo pequenas propriedades no Espírito Santo.

Na perspectiva de Colbari (1997), a motivação para o árduo trabalho estava determinada pelo desejo de ascensão social. O sonho de *Fazer a América* provocava a submissão à disciplina de um trabalho árduo e obsessivo que permitiria, no campo, a aquisição da propriedade de terra. No caso específico do Espírito Santo, que contou com a maioria de imigrantes italianos camponeses, era a aquisição de um pedaço de terra que representava o sucesso e a ascensão social almejados como afirma Dadalto (2009).

Nesse sentido, a posse da terra era um desejo que representava o prêmio dos esforços de todo o árduo trabalho e da possibilidade de ascensão social, a partir da pequena propriedade. Há uma tradição das famílias de imigrantes italianos de apego à terra que qualifica o espaço e o aprofunda. Assim, o apego ao solo o torna abrigo de histórias e valores, conforme destaca Pierron (2003).

A integração das famílias italianas à agricultura no Espírito Santo encontrou a barreira da discrepância em sua atividade rural, entre a origem e a nova terra. Vinham de outro aprendizado de produção, não tinham conhecimento de como se fazia para derrubar matas, como fazer mudas e plantar o café. Muitas famílias não possuíam as ferramentas adequadas e nem conheciam as espécies de madeira existentes na floresta. A tudo isso se aliava uma falta de políticas de orientação objetivando ajudá-los a se adaptarem ao novo ambiente (Dadalto, 2009).

No entanto, a partir do árduo trabalho rural, o verde das florestas foi se transformado em verdes de lavouras de café pelas mãos das famílias de imigrantes italianos (Busatto, 1990; Nicoli, 2014).

Dadalto (2009) destaca que esse contingente familiar foi o responsável pela produção de uma agricultura para exportação, em pequenas propriedades. Isso ocorreu devido à orientação dada aos imigrantes, centrada na formação das lavouras de café - o incremento da cultura cafeeira no Espírito Santo ajudou a promover o desbravamento, culminando no seu desenvolvimento. E assim, ao longo dos anos, o espaço físico do Espírito Santo, na região onde se estabeleceram as famílias de imigrantes italianos, foi se transformando num território geográfico onde predominou a pequena propriedade familiar.

Nesse sentido, as famílias de imigrantes italianos estavam perdendo seu território apropriado e construído na origem, para reorganizarem suas vidas em terras desconhecidas, vivendo assim o processo de desterritorialização e reterritorialização (Saquet, 2009; Nicoli, 2014).

Segundo Saquet (2010, p. 25), os territórios e as territorialidades

> [...] são vividos, percebidos e compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações. Homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i) materialidade.

Segundo Saquet (2009, p. 212) o território

> [...] é produzido com o passar dos dias, meses, anos, décadas, através de relações sociais incessantes que se estabelecem, com influências, interferências, dominações e domínios, imprimindo marcas em seu *interior* (do território). E essas relações são singulares e universais ao mesmo tempo, totalizantes, internas e externas ao lugar.

O conceito de lugar é intimamente ligado ao viver e ao estar no espaço. Nele, é que as relações ganham visibilidade e se efetivam na territorialidade diária, ou seja, nas estratégias sociais (Saquet, 2003). Nessa acepção, a territorialidade é colocada como uma expressão geográfica do exercício do poder em determinado espaço geográfico. Ela é cotidiana e sempre revela relações de indivíduos ou grupos sociais (Nicoli, 2016).

Saquet (2003, p. 26) afirma que a territorialidade

> [...] é o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, na família etc, resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar. Todos somos agentes sociais, não em *sistemas*, mas numa dinâmica relacional, de reciprocidade e contínuo movimento, de contradições sociais, que construímos territórios em diferentes intensidades e formas. A territorialidade é cotidiana, multifacetada e as relações são múltiplas, [...].

Para Raffestin (1993) a territorialidade resume a maneira como a sociadade satisfaz sua necessidade de poder, num determinado momento e, por meio das relações sociais. Pode ser transportada, como fazem os imigrantes, que reconstroem seu território de origem no novo ambiente.

Nesse sentido, a formação de um território não se dá sem os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. A territorialização pode ser definida como a identificação, simbolização de grupos, disciplinarização, enraizamento, resultado e condição dos processos sociais em interação com a natureza exterior. No movimento da desterritorialização - definida inicialmente como a perda do território apropriado e construído, acontece simultaneamente a reterritorialização, entendida como a reprodução de elementos do território anterior, com algumas características permanentes e recriadas. Engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade (Haesbaert, 2007; Saquet, 2009; Nicoli, 2014).

Nesse sentido, o território se forma a partir do espaço e, ao se apropriar de um espaço, seja concreta ou abstratamente, o homem territorializa o espaço. Sendo assim, no decorrer do processo de reterritorialização essas famílias se destacaram, fazendo-se presentes em todos os aspectos sociais da experiência humana. Transformaram o até então espaço geográfico em um lugar com significação e vivência conforme menciona Nicoli (2014).

Segundo Nicoli e Siqueira (2012), as famílias de imigrantes italianos enfrentaram o clima tropical e animais selvagens, desbravaram os locais pouco habitados até a sua chegada. Plantaram, colheram, construíram suas casas e formaram numerosas famílias - vistas como unidades de produção. Em poucos anos de fixação no solo espírito-santense já era possível perceber o considerado crescimento populacional e o desenvolvimento das localidades habitadas por essas famílias.

Menciona-se que as famílias de imigrantes italianos transformaram as localidades em um território apropriado e construído, a partir das relações sociais estabelecidas, que se materializaram e se reproduziram, desde a chegada ao Espírito Santo. Conforme ressaltado por Saquet (2003), o território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização, e a territorialidade é o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam.

Para as famílias de origem italiana, a terra tem uma importância significativa. Ainda crianças aprendem o cuidado para com ela. Conforme Franzina (2006) *apud* Dadalto (2009), a terra significava, para as famílias imigrantes, o porto para o qual se voltavam todas as esperanças, talvez até a meta das maiores ambições. Nessa acepção, a posse da terra era um desejo que representava o prêmio dos esforços de todo o árduo trabalho e da possibilidade de ascensão social, a partir da pequena propriedade. Há uma tradição das famílias de imigrantes italianos de apego à terra que qualifica o espaço e o aprofunda (Nicoli, Genovez e Siqueira, 2013).

As experiências vivenciadas pelas famílias italianas mostram a difícil tarefa de transformar o espaço em um território. A Mata Atlântica não apresentava condições para viver e a decisão de sair de um território conhecido, levava os desbravadores a pensar que

deixaram um lugar santo. A família deveria transformar a mata em terras cultivadas e moradia, mas talvez o desafio maior seria *re-significar* a mata como oportunidade de trabalho e de enriquecimento (Nicoli, Genovez e Siqueira, 2013).

Enfatiza-se que há uma adaptação identitária, especialmente aquela referente à culinária típica italiana. Alguns elementos são mantidos, como o vinho e o macarrão, porém outros elementos são inseridos como é o caso do feijão e da cachaça. Esses dois últimos são procedentes de uma tradição cabocla, disseminada pelos tropeiros que circulavam por todo o território interiorano, especialmente nos sertões conforme Nicoli, Genovez e Siqueira (2013).

Nesse contexto, a migração reconfigura, conforme enfatiza Hall (2003), tanto o território de saída como o de destino. Assim sendo, as famílias de imigrantes italianos trouxeram consigo seus costumes, valores, vocabulários, canções, danças, festas e comidas típicas que foram incorporados à sociedade daquela época, estando ainda presentes nos dias atuais. As tradições permaneceram, mas se modificaram em terras espírito-santenses. Assimilaram novos costumes e mantiveram os traços culturais da sociedade de onde vieram (NICOLI, 2014).

> O passado e a memória desses atores sociais atualizam e intensificam a consciência de pertencimento, traduzida numa identidade étnica que aflora na história contada e recontada. Portanto, ao comprarem pedaços de terras em lugares inóspitos, buscavam, também, um solo onde também pudessem inscrever sua história e deixar suas marcas (Nicoli, 2014, p. 103).

Ressalta-se que tantos os traços culturais de continuidade quanto os de descontinuidade em relação à cultura de origem italiana foram essenciais para redefinirem a própria identidade nessa nova relação com o novo ambiente (Nicoli, 2014). As crenças, os valores e o ritmo de vida são ditados pela necessidade do trabalho, pelas condições modestas e pelas tradições herdadas conforme menciona Espíndola (2005).

Segundo Peralta (2007), os grupos sociais desenvolvem uma memória do seu próprio passado, e essa memória é indissociável na manutenção de um sentimento de identidade que permite identificar o grupo e distingui-lo dos demais.

Considerações finais

A migração é um fenômeno frequente entre os seres humanos e se constitui num elemento essencial para compreensão das sociedades e identidades culturais. No Brasil, o projeto imigrantista de colonização era baseado na pequena propriedade familiar. Nesse sentido, a imigração trouxe para o solo brasileiro europeus de origem camponesa. A vinda de famílias italianas foi particularmente relevante, houve o predomínio da imigração familiar e a região do Vêneto foi a que mais forneceu imigrantes.

A imigração para o Espírito Santo teve como principal intuito o de promover o povoamento e expandir a fronteira agrícola. A migração de origem italiana também promoveu uma nova configuração ao território espírito-santense, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novas tradições, identidades, dialetos, canções, danças, festas e comidas típicas que foram incorporados à sociedade na hibridização com a população local.

Nesse contexto, as famílias italianas, no processo de reterritorialização e territorialização, imprimiram marcas e deixaram vestígios no tempo e no espaço construindo territórios apropriados e dominados a partir das relações sociais estabelecidas cotidianamente. Assimilaram novos costumes e mantiveram os traços culturais da sociedade de onde vieram. Transformaram o espaço em um território carregado de significados em terras espírito-santenses.

Referências Bibliográficas

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América.** 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

BASSANEZI, M. S. B. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide L. (Org) **Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo.** São Paulo: FNUAP-1995. v. 1 p. 3-35.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zaharf, 2001.

BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli,1990. 2 vol.

BRITO, Fausto. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais.** Campinas, v. 21, n.1, 2004, p. 5-20.

BUSATTO, Luiz. Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli,1990. 2 vol.

BUSATTO, Luiz. **Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo.** Vitória, 2002. [Reunião de artigos relacionados com imigração italiana, publicados em diversos periódicos.]. Site: www.estaçãocapixaba.com.br. Acesso em maio de 2012.

BUSSOLA, Carlos. Alguns aspectos da cultura dos descendentes dos imigrantes italianos no Estado do Espírito Santo. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli,1990. 2 vol.

CASTRO, de Elias; GOMES, Paulo Cesar de Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia:** conceitos e temas. – Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COLBARI, Antonia. Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. **Revista Brasileira de História.** vol. 17 n. 34. São Paulo, 1997.

DADALTO, Maria Cristina. **A imigração Tece a Cidade – polo industrial de Colatina.** Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Vida Rural:** Usos, Costumes e Objetos. Projeto de Prática de História III e IV. Governador Valadares. Fevereiro-julho de 2005. Projeto Pedagógico do Curso de História e Projeto intitulado "Memória, Documentação e Cotidiano", aprovado pela Resolução CONSEPE 029/2000.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Modernização, dinâmica territorial e mudanças ambientais. In: GUEDES, Gilvan Ramalho; OJIMA, Ricardo (org.). **Território: mobilidade populacional: ambiente.** Governador Valadares: Editora Univale, 2012.

GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café:** camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 166-205.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorializaçao à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo. Disponível em http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 3 edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

KLEIN, Herbert. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América.** 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

LEE, E. S. (1966). Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. (org.). **Migração interna, textos selecionados:** Teorias e Métodos de Análise. Fortaleza: BNB, 1980.

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. In: **Projeto História 17.** São Paulo: PUC, 1998, p. 111.

MARANDOLA, Eduardo Jr.; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais,** v. 27, n. 2. Rio de Janeiro, p. 407-424, jul./dez. 2010.

MIORANZA, Ciro. O futuro dos dialetos italianos. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli,1990. 2 vol.

NICOLI, Sandra. SIQUEIRA, Sueli. Microrregião de Aimorés: território de imigração italiana e emigração de seus descendentes. In: GUEDES, Gilvan Ramalho; OJIMA, Ricardo (org.). **Território: mobilidade populacional: ambiente.** Governador Valadares: Editora Univale, 2012.

NICOLI, Sandra., GENOVEZ, Patrícia Falco., SIQUEIRA, Sueli. Migração, Memória e Território: os descendentes de imigrantes italianos da Microrregião de Aimorés/MG. **Revista História & Perspectivas.** Dossiê: História do Crime, da polícia e da justiça criminal, v. 26, nº 49 (2013). Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História. Revista Eletrônica. http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br

NICOLI, Sandra. **Emigração em Itueta e Santa Rita do Itueto – a chegada dos nonos e a partida de seus descendentes para o norte da Itália.** Dissertação (mestrado). Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território, Governador Valadares, MG, 2014.

NICOLI, Sandra. **Em terras brasileiras:** famílias de imigrantes italianos territorializam no Espírito Santo e reterritorializam em Minas Gerais. In: I Colóquio Internacional de Mobilidade Humana e Circularidade de Ideias, 2015, Vitória - Espírito Santo. I Colóquio Internacional de Mobilidade Humana e Circularidade de Ideias - Caderno de Anais. Vitória - ES: LEMM, 2016. v. 1. p. 224-236.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Brasil dos imigrantes.** 2 Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PAULA, Sérgio Peres de. **Fazenda do Centro:** imigração e colonização italiana no sul do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Castelo: Instituto Frei Manuel Simón, 2013.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas aos estudos da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória.** N. 2, 2007.

PETRONE, Pasquale. Italianos e descendentes do Brasil: escola e língua. In: BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli,1990. 2 vol.

Pierron, Jean Philippe. **Sols et civilisation. Une approche poétique du territoire. Études,** N. 3983, 2003, pp. 333-345. Traduzido por José Luiz Cazarotto (ad instar manuscrito).

POSENATO, Júlio. Arquitetura e imigração italiana no Espírito santo. In: CASTIGLIONI, Aurélia H (org). **Imigração italiana no Espírito Santo:** uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert. **Human territoriality:** its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Os estudos históricos sobre a imigração no Brasil. In: PACELLI, Ademir et al (orgs.). **A experiência migrante:** entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 99-101.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana:** O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. **Geografia.** Paraná, ano VIII, n.15, p.71-85, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (org.). **Tradição versus tecnologia:** as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** 2. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno segundo Abdelmalek Sayad. **Travessia,** São Paulo, v. Especial, p. 3-33, jan. 2000.

SCALZER, Simone Zamprogno. **O Núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES).** Entre a memória e a história. Rio de Janeiro. Ed. Multifoco, 2015.

SEYFERTH, Giralda. A colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico:** um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

ZAMBRANO, Carlos Vladimir. **Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural.** Universidade Federal de Goiás. Boletim Goiano de Geografia. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/Geografia. Edição Especial – 20 Anos. Vol. 21. Número 1. Jan.-Jul. 2001.

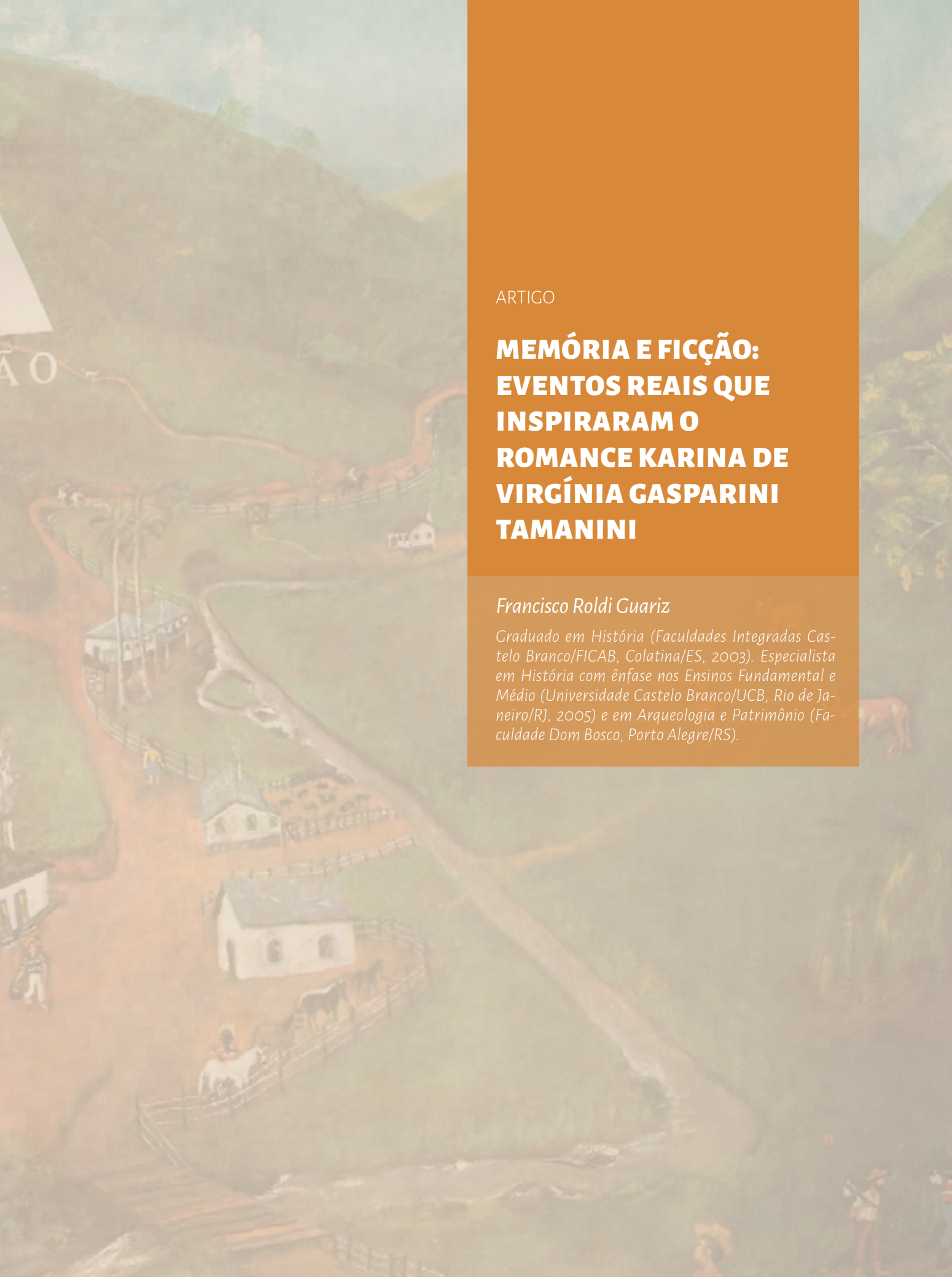
ZANINI, M. C. C. Literatura de descendentes: italianos no Rio Grande do Sul. In: PACELLI, Ademir et al (Orgs.). **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 39-52.

VIRGINIA G. TAMANINI

KARINA

5ª EDIÇ

ROMANCE



ARTIGO

MEMÓRIA E FICÇÃO: EVENTOS REAIS QUE INSPIRARAM O ROMANCE KARINA DE VIRGÍNIA GASPARINI TAMANINI

Francisco Roldi Guariz

Graduado em História (Faculdades Integradas Castelo Branco/FICAB, Colatina/ES, 2003). Especialista em História com ênfase nos Ensinos Fundamental e Médio (Universidade Castelo Branco/UCB, Rio de Janeiro/RJ, 2005) e em Arqueologia e Patrimônio (Faculdade Dom Bosco, Porto Alegre/RS).

Resumo

No presente artigo, discorreremos sobre três eventos reais, de ampla repercussão na imprensa capixaba, que foram adaptados pela escritora teresense Virgínia Gasparani Tamanini na composição da obra Karina. O romance histórico, cuja primeira edição foi publicada em 1964, narra a saga dos imigrantes italianos que, a partir da década de 1870, radicaram-se no Espírito Santo, iniciando o processo de emigração em massa dos peninsulares para o Brasil. O primeiro caso examina a morte de Arthuro, marido da protagonista Karina, personagem inspirado no comerciante trentino Lorenzo Tamanini, desaparecido em Baixo Guandu em março de 1883. O segundo, reconstitui o ataque de bandidos, em 27 de junho de 1893, à residência e casa comercial de Gustavo Beicher, imigrante germânico cujo correspondente real foi Jeronymo Vervloet, político, proprietário de terras e negociante de origem belga, em Santa Teresa. O terceiro e último evento retrata a manifestação de uma grave epidemia de varíola que, em 1904, abalou a população teresense, gerando um quadro de mortes, incertezas e relatos de truculência policial. Para subsidiar a presente pesquisa, além de livros, dissertações e artigos, analisamos jornais de época e fontes primárias, com destaque para o primeiro Livro do Tombo da Paróquia de Santa Thereza.

Palavras-chave: Karina, imigração, investigação, crimes, varíola.

Abstract

In this article, we will discuss three real events, which were widely reported in the Espírito Santo press, and which were adapted by the writer Virgínia Gasparani Tamanini in her novel Karina. The historical novel, the first edition of which was published in 1964, tells the saga of the Italian immigrants who, from the 1870s onwards, settled in Espírito Santo, beginning the process of mass emigration of the peninsulares to Brazil. The first case examines the death of Arthuro, husband of the protagonist Karina, a character inspired by the Trentino merchant Lorenzo Tamanini, who disappeared in Baixo Guandu in March 1883. The second reconstructs the attack by bandits, on June 27, 1893, on the residence and business house of Gustavo Beicher, a German immigrant whose real-life correspondent was Jeronymo Vervloet, a politician, landowner and businessman of Belgian origin, in Santa Teresa. The third and final event depicts the outbreak of a serious smallpox epidemic which, in 1904, shook the population of Santa Teresa, causing deaths, uncertainty and reports of police truculence. To support this research, in addition to books, dissertations and articles, we analyzed period newspapers and primary sources, especially the first Book of Records of the Parish of Santa Thereza.

Keywords: Karina, immigration, investigation, crimes, smallpox.

1. A obra Karina e a saga da imigração italiana no Espírito Santo

Durante o século XIX, o Espírito Santo recebeu, oficialmente, 46.885 imigrantes das mais diferentes nacionalidades, dos quais 34.925 provinham da Itália (FRANCESCHETTO, 2014).

Embora o número de imigrantes italianos assentados no território espírito-santense tenha sido relativamente baixo quando comparado a outras partes do país, como São Paulo, Rio Grande do Sul Minas Gerais, nenhum outro estado da federação foi tão densamente explorado pela força de trabalho italiana quanto o Espírito Santo (Busatto, 1990). Segundo Colbari (1997), diversos lugares que, antes da chegada dos imigrantes, eram cobertos por extensas matas, despovoados e improdutivos, foram transformados em núcleos prósperos. Na década de 1920, esses locais já contavam com luz elétrica, casas comerciais, pequenas indústrias e escolas. Atualmente, estima-se que entre 50 e 60% da população capixaba possua ascendência italiana[1].

Dada a importância do fenômeno imigratório italiano para a formação social, cultural e econômica do Espírito Santo, o tema despertou a atenção de um número considerável de pesquisadores e curiosos, sendo documentado em livros, dissertações, artigos e produções memorialistas.

Dentre tais trabalhos, Karina, de Virgínia Gasparini Tamanini[2], ocupa um papel de destaque, sendo certamente a obra mais conhecida e impactante que narra o testemunho dos primeiros imigrantes italianos em terras capixabas (Bianchi, 2012, p. 80). Lançado originalmente em 1964, como primeiro romance da autora, o livro conta com quinze edições publicadas até 2014, e uma tradução, em 1980, para o italiano pelo Museo Degli Usi e Costumi Della Gente Trentina de San Michelli all'Adige.

No romance histórico, o escritor possui liberdade para construir o texto a partir da imaginação e da fantasia literária, não atendo-se apenas à recriação concreta do verídico. Assim, Tamanini, ao introduzir a saga imigratória por meio da literatura, destitui-se do compromisso com a representação da verdade, assumindo a possibilidade de apresentar novas versões da história (Bissoli, 2015).

No entanto, em Karina, a autora faz uma descrição pormenorizada do modo de vida dos primeiros colonos. A obra, narrada em primeira pessoa, sob a perspectiva da protagonista Karina, apresenta os sonhos, as angústias, os dilemas e as conquistas dos pioneiros nas recém-criadas colônias do interior capixaba, sobretudo Santa Leopoldina, Santa Teresa e Ibiraçu. Ao mesmo tempo, revela-nos aspectos e indícios relevantes acerca das novas relações sociais instituídas nos incipientes povoados em desenvolvimento, o contato com a natureza, o uso do solo e a busca frequente pela "terra prometida" (Dadalto, 2007). Retrata, desse modo, fatos que se confundem com as experiências vivenciadas pela família da autora, ao mesmo tempo em que representa a enunciação coletiva de milhares de mulheres imigrantes (Bianchi, 2012).

Para os imigrantes italianos, a viagem, que na década de 1870 variava de 28 a 45 dias, representava o prenúncio das dificuldades que, mais tarde, encontrariam em solo brasileiro. A partida de Karina e Arthuro, seu resoluto marido, que fora seduzido pela propaganda idílica de Tabachi, foi traumática. Dividida entre os projetos do esposo e a súplica dos pais, a protagonista abandonou a pequena Mattarello sem despedir-se:

1 Dispõe-se de resultados de pesquisas que indicam uma cifra ligeiramente inferior a 50% à população capixaba de ascendência italiana. Outras apontam 65%, contra, por exemplo, os 60% de Santa Catarina, menos de 40% do Paraná, 30% de São Paulo e 22% do Rio Grande do Sul (APEES, 2014, p. 19). Para uma análise mais aprofundada desta questão, sugerimos a leitura do artigo – O Discurso da Italianidade no ES: Realidade ou Mito Construído, de Maria C. Dadalto (https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3746/3034). Hoje, o Espírito Santo possui 3.833.712 habitantes (IBGE, 2022).

2 Escritora, poetisa, pintora e teatróloga. Nasceu em Santa Teresa, na Fazenda Boa Vista, a 4 de fevereiro de 189. Seus pais, Epifanio Giuseppe Gasparini e Cattarina Cassandra Tamanini, emigraram da Itália setentrional entre os anos de 1875 e 1876. Em 1915, aos dezoito anos, casou-se com seu primo Lourenço Luiz Tamanini, com quem teve quatro filhos. Ela faleceu em 18 de outubro de 1990, em Vitória, aos 93 anos. Sobre a produção cultural de Virgínia, recomendamos a leitura das dissertações de mestrado – O romance Karina e a imigração italiana nos caminhos trilhados pela protagonista, de Luiz C. Bianchi; e Os Avatares da Cultura Italiana em Karina, de Silvana C. Bissoli. Ambas foram citadas nas Referências deste artigo.

> No porto de Gênova o velho barco Fenelon parecia orgulhar-se de sua preciosa carga: a mocidade sadia do norte da Itália, de espírito alegre e sonoro dialeto, a lhe encher o convés de vozes e risos [...]. A uma trepidação das máquinas o barco se moveu e muitos lenços se ergueram e se agitaram [...]. Foi então que divisei, de repente, no meio da multidão, abrindo caminho a custo até chegar bem à frente de todos, meu pai. Não estava tão longe que não pudesse notar-lhe o imenso desespero. Senti que as lágrimas brotavam, em torrentes, dos meus olhos e desejei que o navio afundasse ali mesmo e tudo terminasse (Tamanini, 2006, p. 24).

Após a longa viagem pelo Atlântico, Karina, Arthuro e seus compatriotas desembarcaram na baía de Vitória. Depois, navegando em canoas pelo rio Santa Maria da Vitória, alcançaram Porto de Cachoeiro, em Santa Leopoldina. A partir desse ponto, os imigrantes abriram uma estrada em direção ao Núcleo Timbuhy[3], atual Santa Teresa, primeira cidade fundada pelos italianos no Brasil[4], onde receberam lotes.

Entretanto, as adversidades encontradas em Santa Teresa, aliadas ao espírito inquieto e laborioso de Arthuro, motivaram a mudança do casal para Conde d'Eu. Fundado em 1877, este núcleo, ligado à colônia de Santa Leopoldina, corresponde hoje aos municípios de Ibiraçu e João Neiva.

Os fatos que inspiraram a autora, sobre os quais discorremos a seguir, tiveram como palco esses dois povoados – Timbuhy (Santa Teresa) e Conde d'Eu, comunidades formadas principalmente por colonos italianos. São eventos chocantes que marcaram, inclusive, a trajetória de vida dos familiares da autora, em meio ao processo de desterritorialização vivenciado pelos imigrantes.

2. O misterioso desaparecimento de Arthuro (Lorenzo Tamanini, 1883)

Após resistirem às agruras dos primeiros tempos[5], Arthuro e Karina deixaram Santa Teresa e mudaram-se para Conde d'Eu, onde abriram uma venda e alcançaram relativa prosperidade. Karina, quando da partida, estava grávida. O segundo filho do casal recebeu o nome de César. Em Conde d'Eu, os negócios iam bem, Karina e Arthuro pareciam predestinados a "fazer a América", até uma fatalidade provocar uma reviravolta em suas vidas.

Ignorando os conselhos e as advertências de sua esposa e amigos, entre eles o padre Martinelli[6], por quem tinha grande estima, Arthuro viajara para Minas Gerais levando dois lotes de burros carregados de mercadorias. "Para tocá-los e cuidar deles iam dois tropeiros. Também um cozinheiro, para preparar a comida do grupo nos ranchos" (Tamanini, 2006, p. 103).

A viagem, contudo, não correra como esperado. Após dias de angustiada espera, para espanto de Karina, a tropa regressou sem Arthuro. Os homens que o acompanhavam despediram-se dele nas cercanias de Minas Gerais, na fazenda de Manuel Porcino e, depois disso, não o viram mais. Arthuro havia desaparecido.

O fim súbito e prematuro de Arthuro foi inspirado na morte, jamais explicada, de Lorenzo Tamanini,

3 Segundo Sclazer (2015), o acesso ao núcleo foi iniciado em 1872 e concluído em 1874 sob a gestão da diretoria da colônia de Santa Leopoldina. Os trabalhos de abertura de estradas e demarcação de lotes representavam, no início, a única fonte de renda disponível para os colonos, já que suas terras ainda não estavam produzindo. "O café dava fruto após cinco ou seis anos, e neste ínterim os imigrantes precisavam ganhar dinheiro para atender às suas necessidades, mesmo podendo dispor de produtos do campo" (Grosselli, 2008).

4 Lei 13.617, de 11 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13617.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

5 Entre os principias problemas enfrentados pelo jovem casal, e que, sem dúvida, marcaram a vida de muitos outros compatriotas e imigrantes de diferentes nacionalidades radicados no Brasil, destacam-se: a adaptação ao ambiente natural, o trabalho duro na abertura das estradas, o desconforto dos barracões nos quais alojaram-se provisoriamente, a morte de companheiros de viagem vitimados por moléstias e acidentes e, sobretudo, a perda de um filho ainda bebê, em decorrência de uma forte gripe.

6 Natural da comuna trentina de Centa. Diante do fracasso do empreendimento de Pietro Tabacchi, em Aracruz, mudou-se para São Mateus e, em 1876, tornou-se o primeiro pároco de Santa Teresa, onde permaneceu por onze anos (MÜLLER, 1925). Além disso, também prestou apoio espiritual aos moradores de Conde d'Eu, os quais visitava regulamente. Em 1886, se dirigiu à Guarapari com a intenção de encontrar-se com o Arcebispo do Rio de Janeiro, em visita à província. Foi nesta ocasião que, com pouco mais de 60 anos de idade, faleceu (BIASUTTI, 1994).

imigrante natural da comuna trentina de Matarello, com quem a mãe de Virgínia, a italiana Cattarina Cassandra, foi casada. Portanto, foi a partir dos depoimentos dados pela mãe, rememorando este triste episódio de seu passado, que a autora colheu os dados para compor uma parte do romance, que agora reconstituímos.

Aos vinte e sete anos, Lorenzo emigrou para o Espírito a bordo do navio Las Palmas, tendo desembarcado em Vitória a 27 de dezembro de 1875. Da capital capixaba, ele e sua família, formada pela mulher Cattarina Cassandra (18) e os irmãos Domenico[7](23) e Giuseppe[8](18), fixaram-se, inicialmente, no recém-fundado Núcleo Timbuhy.

No entanto, Lorenzo e Cattarina, assim como seus equivalentes ficcionais, permaneceram pouco tempo em Santa Teresa. O casal mudou-se para o Núcleo Santa Cruz, rebatizado mais tarde com o nome de Conde d'Eu, onde abriram uma casa comercial[9]. Em 1879, o casal teve um filho, a quem deram o nome de Cesare.

Em fevereiro de 1883, Lorenzo Tamanini, acompanhado de seu caixeiro e um tropeiro, empreendeu uma viagem de negócios para Linhares, numa área atualmente compreendida pelo município de Baixo Guandu. Junto à pequena comitiva, seguiram treze animais carregados com tecidos e objetos de armarinho. Não obstante a curta distância que separa os dois municípios[10], as dificuldades da travessia à época eram imensas devido à precariedade das vias, que, muitas vezes, não passavam de picadas malconservadas que interligavam povoados distantes, separados por grandes extensões de mata fechada.

Para ilustrar este cenário, podemos recorrer aos relatos feitos pela princesa Teresa da Baviera que, em 1888, partindo de Porto de Cachoeiro, em Santa Leopoldina, empreendeu uma extenuante excursão até Regência, no litoral de Linhares. Por conseguinte, ela percorreu boa parte do itinerário que, cinco anos antes, fora cumprido por Lorenzo Tamanini, deparando-se com os mesmos problemas enfrentados pelos tropeiros e demais viajantes que cruzavam a região. Ao final de agosto, referindo-se às condições da estrada, no trecho entre o distrito de São João de Petrópolis[11] , em Santa Teresa, e a fazenda do brasileiro Fortunato Barboza de Menezes, em Baixo Guandu, Teresa da Baviera anotou em seu diário:

> A nossa trilha era indescritivelmente ruim. Novamente tivemos que passar por inúmeros pilões, as tais escadarias de terra como se fossem feitas com arado e em cuja profundidade os animais tiveram que afundar as patas. Em seguida, havia subidas e descidas tão íngremes que às vezes tínhamos que segurar nas crinas das mulas, em seguida apelar novamente para as relhas para não cairmos da sela. De vez em quando o trajeto passava por povoados totalmente isolados num trecho desmatado (...) (Baviera, 2013, p. 70).

7 Em 1925, na lateral esquerda (oposta à atual Rua do Lazer) da Igreja Matriz de Santa Teresa, foram confeccionadas quatro placas contendo os nomes dos chefes de família que participaram do processo de fundação do município. Entre os irmãos, apenas o nome de Domenico, trisavô deste autor, integra o singelo memorial. Seu nome é nono da terceira placa, da esquerda para a direita.

8 Sogro de Virgínia Tamanini.

9 Identificamos um documento, datado de 31 de outubro de 1878, reproduzido no jornal A Atuactualidade (nº 96, p. 04), no qual Lorenzo, e outros negociantes de Santa Cruz, defendem Aristides Arminio Guaraná contra supostas arbitrariedades praticadas por ele à frente da direção de Santa Leopoldina. A denúncia foi apresentada, a 15 de outubro, pelo ex-presidente da província do Espírito Santo, Afonso Peixoto de Abreu Lima, em discurso proferido na Assembleia do Rio de Janeiro. O abaixo-assinado atesta, portanto, que o casal permaneceu menos de três anos em Santa Teresa.

10 Cento e doze quilômetros separam os dois municípios, que integram a Macrorregião Central do Espírito Santo. De carro, o tempo médio de duração do traslado, que atravessa os territórios de João Neiva e Colatina, é de cerca de duas horas.

11 Comunidade fundada, na década de 1870, ao norte da sede municipal, na divisa com São Roque do Canaã. O distrito, outrora chamado de Petrópolis, em homenagem ao imperador D. Pedro II, foi oficialmente fundado em 24 de dezembro de 1895, durante o mandato do espanhol Francisco Villanova. No passado, era comum as pessoas se referirem ao distrito chamando-o de Barracão de Petrópolis. Até hoje, os teresenses o chamam de "Barracão", numa alusão à construção rústica de madeira na qual os imigrantes, sobretudo italianos, responsáveis pelo desbravamento das terras situadas às margens do rio Santa Maria do Doce, ficaram temporiamente alojados enquanto os lotes eram demarcados.

Um desentendimento ocorrido no seio do pequeno e infortunado grupo de Tamanini teria, mais tarde, um papel crucial sobre seu destino, uma vez que ele ficou só, doente e, consequentemente, vulnerável à tragédia que o abatera.

A 9 de março de 1883, o jornal "A Província do Espírito-Santo" comunicou o desaparecimento do trentino Lorenzo Tamanini: "Escrevem-nos de Santa Cruz, em data de 6 do corrente, noticiando o estranho desaparecimento do subdito italiano Tamanini Lorenzo, na Tapera da Lage, estrada do Guandú ao Conde d'Eu, território da ex-colônia Santa Leopoldina".

O informante afirmara que Tamanini, debilitado pela angina[12], havia hospedado-se na casa do fazendeiro Francisco Vieira de Carvalho Milagres[13], em Baixo Guandu. Apesar das insistências do proprietário para que ficasse, Tamanini decidiu prosseguir viagem para Conde d'Eu, "a fim de tratar-se no seio de sua família". Porém, fatigado pela doença, viu-se obrigado a solicitar alimento e abrigo na casa de Manoel Ferreira Leal[14], genro de Milagres, que indiferente aos apelos do trentino, recusou-se a acolhê-lo. Cansado e sem alternativas, Tamanini permaneceu nos arredores da propriedade e, no dia seguinte, foi visto pela última vez, pelo próprio Leal, deitado sobre um tronco carcomido em terras de sua fazenda. "Accrescentou mais que passando por ele não proferiu o infeliz uma só palavra: na volta a sua casa o tal Manoelsinho (?) não viu mais pessoa alguma"[15].

Ainda, de acordo com o declarante, uma discussão entre o caixeiro e o tropeiro resultou em ferimentos sofridos pelo caixeiro, que só tomou conhecimento do sumiço do patrão após retornar para Conde d'Eu. A desavença entre eles explica porque o trio se desfizera, de modo que Tamanini, às vésperas de seu desaparecimento, encontrava-se solitário. O redator, ao término da matéria, afirmou que as autoridades locais tomaram providências para averiguar o paradeiro de Tamanini e conjeturou as razões de seu sumiço apontado as seguintes hipóteses: crime hediondo ou "epílogo de um infortúnio amargurado", propiciado pelo seu estado de saúde. Embora o cavalo de Tamanini e alguns objetos que supostamente lhe pertenciam, como os arreios e uma camisa, tivessem sido encontrados desde as primeiras buscas, faltavam indícios concretos que apontassem para o crime de homicídio.

A secretaria de polícia da província, a 9 de março, enviou ofícios aos subdelegados dos distritos de Limoeiro, atual município de Itarana, no qual cobrava o resultado definitivo das diligências; e Guandú, exigindo, sem perda de tempo, providências para o "descobrimento da verdade" [16]. No dia seguinte, outro ofício, destinado à subdelegacia de Limoeiro pelo chefe de polícia, ordenou a abertura de um inquérito, no qual Manoel Ferreira Leal fora intimado a depor[17].

Diante dos resultados insatisfatórios das investigações, que não permitiram à Justiça pública tomar as medidas necessárias em caso de crime, como se suspeitava, a Promotoria recomendou ao delegado de Santa Cruz a realização de um novo inquérito[18]. Esse procedimento foi comunicado ao governo provincial pelo juiz do termo de Santa Cruz em 22 de maio.

Em princípios de junho, a viúva Cattarina Cassandra queixou-se da abertura de um inventário dos bens pertencentes ao marido, realizada pelo juiz de Santa Cruz[19]. Provavelmente, ela esperava que o pre-

12 A angina (angina pectoris) é causada pelo estreitamento das artérias que conduzem sangue ao coração. A limitação da irrigação sanguínea provoca uma deficiência no suprimento de nutrientes e de oxigênio nesse órgão. A dor é sinal de que o coração está recebendo menos sangue do que precisa. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/angina/>. Acesso: 01 mar. 2023.

13 Natural de Cantagalo (RJ), filho de José Vieira de Carvalho e Porcina Angélica de Santa Rosa Rodrigues, foi um dos líderes fundadores de Baixo Guandu, território que, ao lado do pai, alcançara em 1866, influenciado pelas possibilidades de exploração das terras situadas na porção capixaba do vale do rio Doce (FERREIRA, 1985).

14 Natural de Nova Friburgo (RJ). Esposo de Maria Francisca Vieira Milagres, filha de Francisco Vieira de Carvalho Milagres e Antônia Maria Leal Milagres. Motivado pelo sogro, mudou-se para Baixo Guandu em 1869, com o objetivo de auxiliá-lo no processo de abertura e desenvolvimento da fazenda (FERREIRA, 1985). Nos jornais, ele foi chamado de "Manoelsinho de tal" ou "Manoel de tal".

15 A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO-SANTO. ed. 168. Vitória: 11 mar. 1883, p. 2.

16 A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO-SANTO. ed. 170. Vitória: 11 mar. 1883, p. 2.

17 A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO-SANTO. ed. 171. Vitória: 13 mar. 1883, p. 2.

18 O HORISONTE. ed. 64. Vitória: 16 jun. 1883, p. 2.

19 A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO-SANTO. ed. 241. Vitória: 10 jun. 1883, p. 3.

sente procedimento fosse instaurado somente após o encerramento do inquérito, haja vista que a fase investigatória ainda estava em curso.

No dia 20 de junho, a Província noticiou que o chefe de polícia repassara, ao juiz de Santa Cruz, os resultados das sindicâncias realizadas pelos subdelegados de Limoeiro e de Guandú. Passados mais de três meses, as dúvidas quanto às circunstâncias que provocaram o desaparecimento de Tamanini persistiam:

> A justiça de Santa Cruz pedimos toda actividade para descoberta d'este mysterioso caso. Convem que fique verificado si o desapparecimento de Tamanini foi consequencia d'um crime ou si um incidente desastroso para na primeira hypotese serem punidos com a sancção do codigo o auctor ou autores[20].

Todavia, uma semana depois, o mesmo jornal comunicou que o delegado de Santa Cruz havia descoberto indícios de crime, embora a identidade do suposto assassino tenha sido omitida do texto, "por assim convir às diligencias da justiça publica"[21]. No entanto, as evidências coletadas não foram suficientes para permitir que as autoridades formulassem uma versão conclusiva do caso, conforme demonstrado no ofício enviado pelo juiz de Santa Cruz ao governo da província:

> Juizo Municipal de Santa Cruz, 20 de junho de 1893 – Ilmo. E Exmo. Sr. – Cumprindo o despacho de V. Ex. proferido na inclusa petição de Catharina Tamanini, tenho a informar a V. Ex. que com relação ao desapparecimento de Lourenço Tamanini, marido da suplicante, procedeu o subdelegado do districto do Limoeiro a muitas diligencas, chegando a descobrir os **restos mortaes do referido Lourenço[22],** não tendo porem podido obter esclarecimentos sobre a causa da morte, que que se suppõe o resultado de um crime; pelo que ha pouco seguiu para ali o Delegado de Policia afim de proceder a rigoroso inquerito como foi requerido pela Promotoria Publica[23].

Em outro trecho do documento, o juiz refere-se à abertura do inventário, feita a contragosto de Cattarina Cassandra, e rebate as acusações de cobranças indevidas, ligadas ao processo, denunciadas pela viúva:

> Há mais de um mez ficou verificada a morte de Lourenço Tamanini, segundo declararam o subdelegado do Limoeiro e as pessoas que foram mandadas pela supplicante, que nehuma duvida oppôz em apresentar-se perante o Dr. Juiz Municipal e de Orphãos para dar bens a inventario, quando aquele Juiz compareceu no lugar Conde d'Eu, onde a mesma reside. Lourenço Tamanini, deixou alguns bens, nos quaes tem hoje parte um menor seu filho nascido neste paiz. Constando ao Juiz que os bens moveis e semoventes do espolio estavam sendo esbanjados pela suplicante com prejuiso de seu filho orphão, mandou o Juiz intimal-a para o inventario (...). Nada me consta com relação as ameaças e exigencias de dinheiro a que se refere a suplicante, e não vacilarei em affirmar ser isto inexacto, por attribuil-a a supplicante ao Dr. Juiz Municipal de Orphãos (...), que sempre trata de cumprir seus deveres sem lançar mão de ameaças, nem fazer exigências de tal ordem. As despesas feitas pela suplicante no Limoeiro (...) foram com o depositario dos animaes em numero de 13, que vinham carregados com fazendas e objectos de armarinho, e alli appareceram sem o dono, declarando os cargueiros que Lourenço Tamanini desappareceu n'um ponto antes, conhecido por Tapera da lage; pelo que o subdelegado d'aquele districto pôs tudo em segurança, começando logo as diligencias para descobrir Tamanini[24].

Resignada, Cattarina Cassandra, por meio de seu procurador, enviou à imprensa uma cópia das despesas relacionadas à guarda dos animais e das mercadorias transportadas por eles, conforme mencionado

20 A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO-SANTO. ed. 248. Vitória: 20 jun. 1883, p. 2.

21 A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO-SANTO. ed. 254. Vitória: 27 jun. 1883, p. 2.

22 O grifo é nosso. Como se verá a seguir, a ossada encontrada não pertencia à Lorenzo Tamanini.

23 O HORISONTE. ed. 71. Vitória: 05 jul. 1883, p. 1.

24 O HORISONTE. ed. 71. Vitória: 05 jul. 1883, p. 1.

acima[25]. Com isso, deduz-se que ela tinha a intenção de expor possíveis arbitrariedades ligadas ao processo e, assim, recuperar parte do dinheiro investido na quitação da referida dívida.

A 02 de julho, o chefe de polícia Antônio Ferreira de Souza Pitanga convocou os doutores Manoel Goulart de Sousa e Alfredo Paulo de Freitas para periciarem a camisa e os ossos encontrados em Tapera da Lage. No dia seguinte, os médicos realizaram os exames e concluíram que: (a) os ossos encontrados, sendo nove vértebras e quatro fragmentos, não eram humanos; e (b) a camisa, suja e deteriorada, não possuía mancha alguma de sangue reconhecível[26].

A peça de vestuário encontrada em Tapera da Lage, e cuja análise não revelou pistas do suposto assassinato de Lorenzo, foi citada por Virgínia, que deu à Karina a missão de montar uma equipe para encontrar o corpo do marido.

Na volta à fazenda, em Conde d'Eu, ela e seus companheiros foram recepcionados por muitas pessoas, entre elas, um velho amigo – o padre Martinelli:

> Ao depor em suas mãos uma camisa rasgada de Arthuro, ainda com os botões de ouro que ele tanto conhecia, senti-lhe a mão tremer. Seus olhos fixaram-se comovidos, mas seus lábios mantiveram-se fechados. Sob o brilho das lágrimas que corriam, meu olhar respondeu à pergunta que não fez (Tamanini, 2006, p. 115).

Diante da escassez de evidências e informações sobre o caso, algumas perguntas centrais permaneceram sem resposta, a saber: (a) por que os companheiros de Tamanini se desentenderam? (b) Manoel Ferreira Leal, a última pessoa a ver Tamanini com vida, omitiu informações à polícia? (c) Teria Tamanini discutido com ele ou com algum de seus empregados? (d) É possível que Tamanini tenha sido vítima de alguma tocaia, arquitetada por algum desafeto (antigo ou recente)? Esta última pergunta ecoa uma observação feita por Teresa da Baviera, ao refletir sobre o modus operandi dos peões que a escoltavam (Baviera, 2013, p. 63):

> Os peões a cavalo nos deram motivo para estudos não somente no que se refere ao idioma falado, mas também quanto à sua socialização. Entre eles se encontra um peão, cuja consciência está pesada há alguns meses por causa de um assassinato. Na época da ocorrência, o assassino teve que evitar a região por algum tempo. Agora ele havia retornado sem ser molestado e fora aceito silenciosamente no seu círculo, o braço da justiça não o havia alcançado. Esse tipo de acontecimento é bastante comum por aqui. Nessas regiões pouco habitadas, nas quais, durante vários dias de viagem, não pode ser encontrado nenhum funcionário público, as pessoas não contam com a proteção do Estado e precisam arranjar-se sozinhas e por conta própria, da melhor maneira possível. Se, desse modo, entre duas pessoas se cria uma relação de hostilidade, cada parte afetada fará de tudo para tirar o inimigo de seu caminho, para não ser ele mesmo tirado do caminho. Esse tipo de ato é considerado no Brasil como legítima defesa e assim é julgado. **No entanto, nada se ouve falar de assassinato por latrocínio nessa redondeza pouco civilizada[27].** É assim que um estranho, que se encontra afastado das inimizades dos colonos entre si, pode viajar com toda a segurança, talvez com maior segurança ainda do que em muitos lugares da civilizada Europa.

Assim, com base nas fontes analisadas, concluímos que, apesar da convicção das autoridades policiais e da família de Lorenzo sobre seu assassinato, a investigação não encontrou indícios suficientes para uma apuração eficaz, posto que o desaparecimento de Lorenzo permanece um mistério.

Quanto à viúva Cattarina Cassandra, ela refez sua vida ao lado do italiano Giuseppe Epifanio Gasparini, com quem casou-se, a 17 de outubro de 1883, no Ora-

25 O ESPÍRITO-SANTENSE. ed. 72. Vitória: 09 set. 1883, p. 3.

26 APEES, 1883.

27 O grifo é nosso.

tório de Conde d'Eu[28]. Ao todo, eles tiveram sete filhos. Virgínia, nascida a 04 de fevereiro de 1897, foi a quinta a nascer.

3. O regresso para Santa Teresa

Após a morte de Arthuro, Karina, aconselhada pelo padre Martinelli, decidiu retornar à Itália. No entanto, em Vitória, conheceu Lessandro, com quem se casou. Depois de alguns anos vivendo em Conde d'Eu, o casal e seus quatro filhos – Bianca, Bruna, Piero e Marco, além de César, mudaram-se para Santa Teresa, adquirindo uma propriedade rural no Vale do Canaã[29]. Lá, dedicaram-se ao cultivo de café e milho, fizeram pastagem, construíram um moinho de fubá, fundaram uma cervejaria e abriam uma casa de negócios. Assim, depois de um trágico revés, a bonança novamente acenava à Karina: "Ao amanhecer de cada dia, dava gosto ver tanta gente se movimentando a caminho do trabalho. (...) Tudo corria bem" (Tamanini, 2006, p. 138). Em Santa Teresa, nasceram as outras duas filhas do casal – Marieta e Bárbara.

Quando a protagonista se mudou para Conde d'Eu, Santa Teresa era um povoado pertencente à Santa Leopoldina. Agora, ela regressava, mais forte e madura, para um jovem município[30] que crescera apoiado na força de trabalho dos imigrantes e de brasileiros que se uniram a eles no desbravamento do interior capixaba. Resiliência, perspicácia e coragem marcariam sua jornada de mãe, esposa e empreendedora.

O município de Santa Teresa foi palco de dois eventos, ambos chocantes e de grande repercussão na esfera estadual, documentados por Virgínia em seu romance: um ataque de jagunços, dirigido contra a residência de Gustavo Beicher, sogro de Bianca e Bruna; que trouxe pânico à vila; e uma grave epidemia de varíola que, durante meses, assolou a população local, gerando mortes e incertezas.

Analisaremos, a seguir, tais eventos, apoiando-nos em fontes primárias, nas informações publicadas pela imprensa da época e no opúsculo Fundação e fatos históricos de Santa Teresa, publicado em 1925, durante as comemorações do cinquentenário de formação do município.

3.1. O atentado à casa de Gustavo Beicher (Jeronymo Vervloet, 1893)[31]

"Uma rajada de pânico varreu a fazenda, quando Manezinho chegou de 'Barracão de Petrópolis' dizendo que viria a jagunçada[32] do Mariano preparando os animais para subir a serra" (Tamanini, 2006, p. 188). Foi assim que Karina e Arthuro souberam que uma malta, sob a chefia de um conhecido e temido valentão local, aproximava-se da propriedade. Diante da iminência da chegada do bando, Lessandro ordenou aos empregados que pegassem comida, travesseiros e cobertores e buscassem abrigo para as crianças no mato, junto a uma cachoeira situada nas adjacências

28 O matrimônio foi registrado no Livro 1, Folha 003, da Paróquia de São Marcos, Ibiraçu. Atualmente, o referido livro está sob os cuidados da Cúria Diocese de Colatina. A informação foi, gentilmente, cedida pela senhora Bernadete Coslop, por e-mail, em 13 de abril de 2022.

O vale liga a sede de Santa Teresa aos municípios de São Roque do Canaã e Colatina. Seu nome representa uma homenagem à obra Canaã, do autor maranhense José Pereira da Graça Aranha, que ocupou o cargo de juiz municipal da comarca de Santa Leopoldina de 11 de agosto a 25 de novembro de 1890. No romance, cuja primeira edição foi publicada em 1902, o autor cita a cidade de Santa Teresa doze vezes (BIASUTTI, 1994).

29 O vale liga a sede de Santa Teresa aos municípios de São Roque do Canaã e Colatina. Seu nome representa uma homenagem à obra Canaã, do autor maranhense José Pereira da Graça Aranha, que ocupou o cargo de juiz municipal da comarca de Santa Leopoldina de 11 de agosto a 25 de novembro de 1890. No romance, cuja primeira edição foi publicada em 1902, o autor cita a cidade de Santa Teresa doze vezes (BIASUTTI, 1994).

30 O município de Santa Teresa foi criado pelo decreto estadual nº 57, de 25 de novembro de 1890 e, solenemente instalado, a 22 de fevereiro de 1891, pelo suíço Alberto Sebastião Volkart, então presidente de Santa Leopoldina.

31 Os crimes praticados por quadrilhas que invadiram Santa Teresa nos anos de 1893 e 1895 foram reconstituídos no artigo – A criminalidade em Santa Teresa/ES sob a ótica do antagonismo político-midiático capixaba nos estertores dos oitocentos (1893-1895), no livro Lugares e Pessoas: Movimentos migratórios no Espírito Santo. A obra pode ser baixada, gratuitamente, no site <https://www.academia.edu/42281695/LUGARES_E_PESSOAS_Movimentos_migrat%C3%B3rios_no_Esp%C3%ADrito_Santo>.

32 Sobre a origem e a difusão do termo "jagunço", bem como o modo pelo qual a população teresense apropriou-se do mesmo, sugerimos a leitura do artigo – A Jagunçada de Barracão: vingança, racismo e morte na comarca de Santa Teresa/ES (1897), do professor Francisco Roldi Guariz. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/33992>.

da fazenda. Ele e Karina, Todavia, preferiram ficar. Quando os criminosos chegaram, encontraram o casal, fingidamente despreocupado, jogando cartas: "Num instante a venda se encheu de jagunços. O chapelão achatado na frente, o lenço preto no pescoço, davam-lhes esquisita uniformidade e faziam ressaltar a expressão selvagem que traziam na cara" (Tamanini, 2006, p. 192).

Mariano, o líder dos jagunços, certo de que não encontraria obstáculos para o cumprimento do plano que traçara, revelou ao casal o seu intento: "_ Bote uma cachaça, seu Lessandro. Preciso isquentá o pessoá pra armá coragi neles de pó fogo na casa do alemão" (Tamanini, 2006, p. 191). O tal "alemão", na trama criada por Virgínia, era Gustavo Beicher, um bem-sucedido comerciante de origem germânica instalado na sede de Santa Teresa. O personagem foi inspirado no belga Jeronymo Vervloet[33], umas das figuras mais proeminentes da história de Santa Teresa, cuja família estabeleceu-se na colônia de Santa Leopoldina em 1859.

Quanto ao chefe dos bandidos, chamava-se Mariano Garcindo de Miranda. Natural da Bahia, mudou-se para Santa Teresa nos primeiros anos de sua fundação, na condição de funcionário de uma empresa inglesa encarregada de desenvolver estudos para a edificação de uma linha férrea que, atravessando o município, chegaria à Peçanha, na província de Minas Gerais[34].

Miranda foi o segundo presidente municipal de Santa Teresa, tendo sucedido o próprio Jeronymo Vervloet, a 23 de março de 1891. Pouco tempo durou sua gestão, pois, passados somente seis meses, ele foi exonerado do cargo pelo presidente de estado Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida, o Barão de Monjardim (Guariz, 2019). Sobre a personalidade de Miranda e o episódio que marcou o fim precoce de sua administração em Santa Teresa, um correspondente do jornal *O Estado do Espírito-Santo*, escrevera:

> [...] chegou aqui [em Santa Teresa] desgraçadamente quando a companhia inglesa estava fazendo o estudo da estrada ferro.
>
> Veiu como trabalhador e logo deu signaes do que era e é, mostrando-se atrevido valentão.
>
> Posteriormente conhecendo a índole calma e pacífica, e quasi ignorante de certos colonos, introduziu-se no meio d'elles, como lôbo disfarçado em pele de ovelha [...].
>
> Este sujeito é cynico, vaidoso e ambicioso, e para poder chegar a seus fins malévolos empregou todos os meios a torto e a direito para avassallar os então extrangeiros; hoje brasileiros adoptivos.
>
> Queria ele ocupar cargos, o povo puzera-lhe veto; indignado com tal procedimento do povo, filiou-se ao partido unionista, quem o nomeou presidente da intendencia municipal, em cujo posto e em tão pouco tempo que por felicidade d'este municipio durou o domínio d'aquelle, praticou tantas das ciganagens [...], que enumerando-as e coligindo-as, daria materia para compor um livro.
>
> [Miranda] fez tantas das bandalheiras e violencias que o Barão de Monjardim o demittiu a bem do serviço púbico [...][35].

A sequência de crimes, supostamente cometida sob as ordens de Mariano Garcindo de Miranda, ocorreu na manhã do dia 27 de junho de 1893, no atual centro de Santa Teresa. Sua reconstituição baseia-se numa carta endereçada, a 03 de julho, pelo engenheiro Antônio de Araújo Aguirre à imprensa capixaba, publicada sob o título – *Tentativa*

33 Jeronymo Vervloet, então com 11 anos, emigrou para colônia de Santa Leopoldina em 1859. Em 1873, casou-se com a saxã Ida Barth. Cerca de dois anos depois, mudou-se para o Núcleo Timbuhy, atual Santa Teresa. No curso dos anos de 1870 e 1880, ele tornou-se o empreendedor mais abastado do município, e exerceu o cargo de Presidente da Intendência Municipal cinco vezes: de 22/02 a 23/03/1891 e de 30/01/1892 a 20/02/1892, como Presidente da Intendência Municipal; de 02/02/1900 a 01/06/1902, 01/09/1902 a 22/10/1903 e 22/02/1904 a 23/05/1909. Vervloet faleceu em 20 de maio de 1913, aos 64 anos (GUARIZ, 2019).

34 Uma equipe de engenheiros, com este propósito, visitou Santa Teresa em 1875. Cinco anos depois, a tarefa foi dada a uma nova equipe. A passagem do segundo grupo pela localidade foi lembrada por Ruschi (1939, p. 16): "Ainda em 1880, passaram, por esta região, os engenheiros, com as linhas de estudos da estrada de ferro Vitória a Peçanha". Nenhuma linha férrea foi instalada no município.

35 O ESTADO DO ESPÍRITO-SANTO. ed. 3181. Vitória: 12 ago. 1893, p. 1-2.

de morte, roubo e incendio em Santa Thereza[36].

De acordo com Aguirre, José Selleiro e um cúmplice dirigiram-se ao encontro do tabelião Manoel Lauriano de Bomfim Júnior, sob o pretexto de discutir assuntos relacionados à sua área de atuação profissional. O tabelião os recebeu em seu cartório, localizado junto à residência da família, momento em que foi repentinamente agredido pelos dois indivíduos. Ele e sua mãe sofreram ferimentos, tendo recebido golpes de facão sem gravidade. As agressões cessaram com a intervenção de Bernardo César, que disparou contra Selleiro, forçando-o a fugir[37].

Nas proximidades, outro grupo de criminosos invadiu a casa comercial de Jerônimo Vervloet, que se encontrava em Santa Leopoldina naquele momento. Os invasores abordaram sua esposa, a alemã Ida Barth, e exigiram a quantia de 10:000$000 (dez contos de réis). Ela alegou não possuir o dinheiro exigido ou desconhecer o local onde seu marido o guardava. Irritados, os criminosos levaram cerca de 4:000$000 (quatro contos de réis) em dinheiro, objetos de ouro e mercadorias. Em seguida, espalharam querosene em tecidos armazenados no interior do estabelecimento e atearam fogo no local. Graças à ajuda dos vizinhos, o incêndio foi controlado, e a família Vervloet sofreu um prejuízo de aproximadamente 12:000$000 (doze contos de réis).

Logo após, o grupo dirigiu-se novamente à residência da família Bomfim que, prudentemente, havia se refugiado em um local seguro – "e como lá não encontrasse a familia, estragaram os moveis, instrumentos de uma banda de musica e deitaram fogo no cartório e mais papeis"[38].

Por fim, os marginais saquearam a casa de negócios de Marco Fontana e atearam fogo nas residências do lavrador Pio de Pereira de Amorim e "um sobrinho de Antônio Roatti", cuja casa foi completamente consumida pelas chamas (Guariz, 2019).

No desfecho da missiva, Aguirre chamou a atenção das autoridades provinciais para o estado de insegurança no qual se encontrava a população de Santa Teresa e declarou que o medo de uma nova investida fez com que a vila ficasse deserta[39].

No romance, para a surpresa de Mariano, "um pequeno exército improvisado" enfrentou e repeliu seus jagunços. No confronto, Mariano foi baleado e conseguiu fugir, dois bandidos pereceram e, entre os defensores da vila, registraram-se quatro feridos.

Quanto à Gustavo Beicher, ele não teve a mesma sorte que Jeronynmo Vervloet, uma vez que sua casa ficou reduzida a um "montão de entulhos fumegantes" (Tamanini, 2006, 195).

Não identificamos evidências definitivas da participação de Mariano nos crimes praticados em Santa Teresa. Ou seja, não sabemos se ele foi absolvido ou punido das acusações que lhe foram imputadas. Todavia, para o advogado Frederico Müller, o historiador do cinquentenário de Santa Teresa, não havia dúvidas: "Esteve aqui **um certo Mariano**[40] [...], acompanhado de diversos capangas, pondo em sobressalto a pacata população da Vila. Além de outras depredações, assaltaram a casa de negócio de Jeronymo Vervloet, ateando-lhe fogo e fugindo em seguida" (Müller, 2000, p. 59).

O modo desdenhoso com o qual Müller se referiu a ele demostra que, qualquer que tenha sido o seu destino, o homem ambicioso, que se fixara em Santa Teresa em busca de prestígio e poder, foi relegado ao ostracismo, não tendo ocupado qualquer outro cargo de destaque na sociedade teresense.

36 ESTADO DO ESPÍRITO-SANTO. ed. 3141. Vitória: 03 jul. 1893, p. 1.

37 ESTADO DO ESPÍRITO-SANTO. ed. 3141. Vitória: 03 jul. 1893, p. 1.

38 ESTADO DO ESPÍRITO-SANTO. ed. 3141. Vitória: 03 jul. 1893, p. 1.

39 Rumores diziam que a quadrilha havia seguido para Manhuaçu, Minas Gerais, para arregimentar mais criminosos. Felizmente, nenhum ataque ocorreu, e a vila só seria invadida por um grupo armado a 26 de dezembro de 1895, sob a chefia de um "tal Hygino de Alcamim" (MÜLLER, 2000, p. 59).

40 O grifo é nosso

3.2. A epidemia de varíola de 1904[41]

Em meados de 1904, a vida dos teresenses seria abalada pela irrupção de um surto epidêmico de varíola. Segundo o frei capuchinho Eugênio de Cômiso, pároco de Santa Teresa, a doença foi importada de Santa Leopoldina e manifestou-se, inicialmente, no seio da família Rodnitzky, em Santo Antônio do Canaã, no começo de julho. Em pouco tempo, "devido à ignorância e imprudência de muitos", a enfermidade logo se espalhou: "O povo não acreditava que a doença fosse contagiosa pelo que com a maior indiferença os parentes visitavam aos parentes, e os amigos visitavam aos amigos, acompanhando ao cemitério os mortos" (Cômiso, 1904, p. 25).

Apoiando-se nos relatos deixados pelo sacerdote, registrados no primeiro *Livro do Tombo da Paróquia de Santa Teresa*, Virgínia narrou o avanço da doença enfatizando o altruísmo existente entre os colonos como um fator peremptório para a proliferação da moléstia:

A varíola lastrou como fogo por todo o Vale de Nova Valsugana. Não havia uma família que não estivesse atacada do mal. O que punha tudo a perder era a solidariedade entre os colonos na adversidade. Essa virtude cultivada pelos primeiros imigrantes, por se sentirem grupo à parte em terra estranha, tornara-se propagadora da morte. O contágio ia e vinha de casa em casa. A irrupção foi tão violenta, que famílias inteiras caíram de uma vez. O mal tomou proporções de tragédia (Tamanini, 2006, p. 221).

O governo teresense, na época presidido pelo trentino Carlos Adone Avancini, enviou um ofício a Vitória solicitando auxílio ao governo estadual, uma vez que o município não dispunha de recursos para combater a doença. Desse modo, em 14 de julho, o Presidente de Estado Henrique da Silva Coutinho tomou as primeiras providências para conter o surto e tratar dos enfermos, enviando a Santa Teresa uma ambulância e o Dr. João Dukla Borges de Aguiar, médico do governo municipal de Vitória, "que tomará a si o trabalho dos enfermos, devendo também adoptar todas as medidas de prevenção para evitar a propagação do morbus"[42].

Uma semana depois, segundo o Dr. Dukla de Aguiar, havia trinta e quatro pacientes com varíola no município, dos quais dois faleceram. Em 23 de julho, o número havia aumentado para cinquenta e oito. Nesse mesmo dia, o governo despachou vacinas e medicamentos para atender à população e designou uma força policial, que ficaria à disposição do médico responsável, com o propósito de implantar um cordão sanitário[43] no município. Cômiso, como veremos, queixou-se da truculência dos soldados, a quem chamou de "gente bruta e sem disciplina". Tamanini, com base no registro do pároco, também descreveu as ações do destacamento militar:

Aquartelado em Santa Thereza, que tomou por sede, daí distribuía grupos de soldados para os pontos de desembocadura das estradas, atalhos e trilhos que viessem da parte atingida pela epidemia. Diversos volantes foram enviados para a nossa Fazenda, no pé de serra, porque era perto de encruzilhada. As ordens eram severas: daí pra cima ninguém podia passar. E quando alguém insistia, o sabre comia. Boatos subiam a serra: 'Os Volantes faziam misérias!' (Tamanini, 2006, pp. 221-2).

41 Pretendemos lançar um artigo para tratarmos, especificamente, desta epidemia que, até o presente momento, não foi devidamente examinada pelos pesquisadores que discorreram sobre a história de Santa Teresa. Um levantamento prévio, feito nos cartórios locais, revelou-nos que quarenta pessoas foram vitimadas pela moléstia, que atingiu, com mais intensidade, o distrito de São João de Petrópolis (62,5% das vítimas fatais). Sobre as origens e os sintomas da varíola e do combate à doença no Brasil, sugerimos a leitura dos artigos: História da Varíola, do médico e professor Antônio Carlos de C. T. Jr (TOLEDO JR, AC de C. História da varíola. Rev Med Minas Gerais, v. 15, n. 1, p. 58-65, 2005) e Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil (HOCHMAN, Gilberto. Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. 2, p. 375-386, 2011).

42 O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. ed. 164. Vitória: 15 jul. 1904, p. 1.

43 O cordão sanitário corresponde [...] a postos de vigilância para controlar e bloquear a entrada ou saída de uma área afetada por uma epidemia. O termo [...] nasceu na França no século XIX, quando em 1821 Paris enviou 30.000 soldados para bloquear a fronteira com a Espanha, a fim de impedir a propagação de uma epidemia de febre amarela. Mas bem antes dessa data, barreiras sanitárias foram estabelecidas durante grandes epidemias de peste [...]. Disponível em:<https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/01/24/interna_internacional,1116682/quarentenas-e-cordoes-sanitarios-receitas-antigas-para-grandes-epidem.shtml>. Acesso: 25 jan. 2024.

No início de agosto, o município registrava setenta e dois infectados e onze mortos. Além de Barracão, Santo Antônio e Nova Valsugana, a doença tinha se alastrado pelas comunidades de Santo Hilário, Tabocas e Santa Júlia[44]. O Dr. Dukla de Aguiar havia vacinado cento e oitenta e seis pessoas e solicitou ao Dr. Manoel Monjardim, Inspetor de Higiene Pública, uma nova remessa de vacinas.

A 19 de agosto, através da Resolução nº 35, o governo estadual comissionou o Dr. Olympio Corrêa Lyrio para tratar dos variolosos em Linhares e Santa Teresa. No dia 23, o Dr. Dukla enviou um telegrama à Inspetoria de Higiene Pública comunicando que a doença fora extirpada em Santo Hilário, mas persistia em Tabocas, Nova Valsugana e São João de Petrópolis. O município, naquele momento, registrava trezentas e vinte e sete pessoas vacinadas, quarenta e cinco curadas, cinquenta e quatro enfermas e vinte e sete vítimas fatais[45]. Três dias depois, em outro telegrama destinado à Inspetoria, o médico afirmou ter dado alta aos últimos pacientes de Mutum, cujas casas forma desinfecionadas, e que em Barracão de Petrópolis restava apenas um enfermo[46]. No mês seguinte, a doença foi erradicada do distrito: "O Dr. Dukla de Aguiar, em comissão do Governo do Estado, telegrafou ao Sr. Dr. Inspector de Hygine trasmittindo a bôa nova da extinção da varíola no Barracão de Petrópolis"[47].

Em 07 de setembro, o presidente Henrique Coutinho, em mensagem apresentada ao Congresso Legislativo Estadual, destacou sucintamente os problemas enfrentados com a varíola no início de seu mandato:

> Com efeito, não foi dos melhores auspícios o desenvolver-se nos primeiros dias de meu governo uma terrível epidemia de varíola, que tendo penetrado no interior do Estado, tem obrigado o governo, a grandes despezas com o fim de auxiliar os enfermos e localizar a peste (Espírito Santo, 1904, p. 29-30).

O governo municipal de Santa Teresa, em 14 de setembro, aprovou um crédito suplementar de 1:000$000 (um conto de réis) para custear as despesas decorrentes do auxílio aos pacientes com varíola. Na mesma reunião, as autoridades teresenses analisaram uma petição do farmacêutico Henrique Thinnes[48], que solicitava uma gratificação pelas diversas viagens realizadas para assistir às famílias afetadas pela doença (Câmara Municipal, 1904).

Em fins de setembro, o Dr. Dukla retornou a Vitória e reassumiu suas funções como médico do governo municipal. Contudo, a assistência aos pacientes em Santa Teresa prosseguiu, visto que, em 11 de outubro, o governo estadual designou o Dr. Henrique Alves Cerqueira Lima para continuar o tratamento dos pacientes com varíola. O cuidado estendeu-se até dezembro, quando a doença foi finalmente controlada[49].

O desfecho da calamidade foi narrado pelo padre Cômiso – "Finalmente no princípio de Outubro a epidemia foi declinando, até que cessou completamente depois de ter semeado lágrimas e morte por bem três meses". O sacerdote, testemunha ocular daqueles dias nebulosos, concluiu seu relato emocionante invocando uma prece ao Criador: "Que Deus misericordioso nos livre de semelhante doença – Amém" (Cômiso, 1904, p. 26).

O fim da epidemia e o retorno da volante à capital também foram saudados com alívio por Karina: "A varíola, depois de ceifar muitas vidas, se extinguira e a Força Volante regressara a Vitória" (Tamanini, 2006, p. 233).

44 O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. ed. 179. Vitória: 02 ago. 1904, p. 2

45 O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. ed. 179. Vitória: 02 ago. 1904, p. 2

46 O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. ed. 198. Vitória: 24 ago. 1904, p. 1.

47 O ESTADO DO ESPIRITO SANTO. ed. 201. Vitória: 27 ago. 1904, nº 201, p. 2.

48 Imigrante natural da Alemanha. Mudou-se para o Espírito Santo em 1888, aos trinta e dois anos de idade, ao lado da esposa Luísa e dos filhos Francisco e Mathilde (APEES. Projeto Imigrantes. Disponível em: <http://imigrantes.es.gov.br/Imigra.aspx>. Acesso: 20 mar. 2020).

49 O CACHOEIRANO: Cachoeiro de Itapemirim: 04 dez. 1904, nº 97, p. 1.

3.2.1. O papel do médico: visões conflitantes

A 29 de setembro de 1904, o jornal *Estado do Espírito-Santo* saudava o retorno triunfante do Dr. Dukla de Aguiar à Vitória, salientando o trabalho profícuo, desenvolvido por ele em Santa Teresa, no enfrentamento da varíola:

> Chegou do Baixo Timbohy, onde se achava ha mais de dous mezes em comissão do Governo do Estado, o nosso presado e distinticto amigo Dr. Dukla de Aguiar.
> Nesse periodo, relativamente pequeno, o ilustre clinico, zeloso e esforçado como é no desempenho dos cargos que lhe são confiados, conseguiu debellar a variola que de modo assustador se espalhava por todo o municipio de S. Thereza, correspondendo satisfactoriamente á confiança do governo que tão acertadamente o comissionou.
> Abraçamos ao dedicado clinico, nosso distincto amigo Dr. Dukla de Aguiar, e transmmitimos nossas felicitações aos habitantes de S. Thereza, agora livres do terrivel mal[50].

Assim, para o governo estadual, Dukla de Aguiar desempenhou o papel que lhe fora designado com esmero e competência, considerando as deficiências da época. Estas incluíam a inexistência de uma estrutura hospitalar local, dificuldades de transporte e comunicação, e, em âmbito federal, a falta de conscientização da sociedade brasileira sobre os benefícios da vacinação. A obrigatoriedade da vacinação contra a varíola foi regulamentada apenas em 9 de novembro de 1904, graças aos esforços do renomado médico paulista Oswaldo Cruz, apesar das críticas de parte da classe política e da imprensa nacionais[51].

Ademais, ao que tudo indica, o médico possuía boas relações com os gestores teresenses. A 05 de outubro, por exemplo, ele participou de um banquete, realizado no Paço Municipal de Santa Teresa, em homenagem ao governador Antônio de Araújo Aguirre. Durante o jantar, o Dr. Dukla tomou a palavra e "com eloquencia pouco commum, levantou o brinde de honra ao cidadão que actualmente dirige os destinos do Estado, o Exmo. Sr. Coronel Henrique Coutinho"[52].

A imagem do médico apresentada pelas autoridades capixabas, no entanto, difere completamente do relato postulado pelo padre Cômiso, que o retrata como um indivíduo antiético, inescrupuloso e sem credibilidade perante a população local:

> O Município levianamente entregou tudo ao médico e aos soldados. O médico foi morar em São João de Petrópolis e pouco se importava com os doentes e por acaso visitava algum doente, não se atrevia a entrar em casa... ficava diante da porta – dava algum remédio... que os parentes do doente jogavam janella fora, pois não tinham nenhuma confiança nelle (Cômiso, 1904, p. 25).

Ao mesmo tempo em que atacou a figura do médico, Cômiso enalteceu a dedicação do farmacêutico Henrique Thinnes no socorro às famílias infectadas pela varíola: "Só o Sr. Henrique Thinnes, morador em S. Thereza, viajava continuando fazendo o que era ao próprio alcance... serviço este que durou pouco tempo, pois foi obrigado a se retirar" (Cômiso, 1904, p. 25).

Outro personagem importante apresentando no documento eclesiástico, que se destacou na assistência espiritual prestada às vítimas, foi o frei siciliano José Antônio de Ferla[53], vigário coadjutor da paróquia de Santa Teresa:

50 O ESTADO DO ESPIRITO SANTO. ed. 228. Vitória: 29 set. 1904, p. 2.

51 A aprovação da vacinação obrigatória contra a varíola foi o estopim da Revolta da Vacina, insurreição de caráter popular que paralisou a cidade do Rio de Janeiro entre os dias 10 e 16 de novembro, quando foi decretado o Estado de Sítio, iniciado o controle da rebelião e a dura repressão aos revoltosos com prisões e deportações (Carvalho, 1987). Conforme Dandara (2022), somente em 1904, cerca de 3.500 pessoas morreram na cidade do Rio Janeiro vitimadas pela varíola, e chegava a 1.800 o número de internações pela enfermidade apenas em um dos hospitais cariocas, o Hospital São Sebastião.

52 O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. ed. 233. Vitória: 05 out. 1904, p. 1.

53 De acordo com o padre José Corteletti, Ferla estabeleceu-se em Santa Teresa a 19 março de 1904. Era um homem de estatura baixa, austero consigo mesmo, amoroso com o povo e um trabalhador incansável (Disponível em: http://www.paroquiasantateresadavila.org.br/ver-paroquia.php?id=59. Acesso em: 10 jun. 2020). Em 1911, tornou-se vigário da paróquia de Santa Teresa, cargo que ocupou até a sua morte repentina na maior tragédia marítima da história brasileira: "Habitualmente sereno, conquistou a simpatia do povo. Distinguiu-se pela assistência aos atingidos pela epidemia de varíola em Santa Teresa. Deixou a Matriz

> Dos lugares infectos muitos pediam ao Vigário que fosse visitá-los ou que ao menos mandasse um Padre para receber a confissão dos doentes. Naquela época o Rv. Sr. Eugênio de Cômiso, Vigário, se achava em Tabocas para tratar da saúde. Considerando tudo isto, o Sr. José Antônio escreveu ao Sr. Vigário umas cartas – expondo a grande necessidade que havia, e o dever, de não permitir que tantos fieis morressem sem sacramentos. Finalmente ficou combinado que o dito Sr. José Antônio fosse dar um passeio nos lugares que reclamavam a presença do padre. E com effeito foi visitar todos os doentes que pude, ficando no meio delles três dias - 6 . 7 – 8 de setembro _ Mas era muito pouco e outra vez foi ter lá - demorando-se 5 dias - 20 – 21 – 22. 23 – 24 de setembro. É impossível descrever o espetáculo que lhe se apresentava ... Doentes ... e mortos ... Havia casas em que os doentes estavam como amontoados ... em cada quarto – uns com febre outros coberto da cabeça aos pés de sangue e pus – outros agonisantes – Por falta de lugar, se viam no mesmo quarto grandes e pequenos, os filhos de um lado os paes do outro lado: uns gritavam pelas dores, outros resignados – rezavam – e sempre um fedor inssuportavel – Quando aparecia o Padre, todos ficavam admirados – todos choravam de consolação, e os que precisavam com piedade e fé recebiam os Santos Sacramentos.

Considerando a discrepância entre as fontes sobre o trabalho do Dr. Dukla em Santa Teresa, surge a questão: por que Cômiso criticou tão duramente seus serviços? A resposta, possivelmente, reside nos abusos cometidos pelos soldados encarregados do cordão sanitário no município:

> Devido um pouco à ignorância do povo, e muito mais à brutalidade dos soldados se deram factos bem tristes – Os soldados [eram] gente bruta e sem disciplina. Valentões fardados, cujo chefe era um preto feio como o demônio e homem perigoso. Era o protegido e o braço direito do Doutor – Homem sem freio [...], tendo que um dia um bom pai de família para defender a honra da própria casa ameaçada por aquelle valente, viu-se na necessidade de atirar nelle[54]... Quem pode relatar os prodígios desta gente de ordem? Vou contar alguns só... Fiorindo Dalla Bernardina, voltava de S. Leopoldina: porque queria ir para casa - ao chegar no lugar onde se achavam os soldados foi preso, despido das vestes, e por noite inteira, como a Jesus Christo em casa de Pilatos, foram pancadas sobre pancadas ... e deixado quase morto ... E, hoje, [...] ainda se podem ver os signaes das caricias daquela noite fatal. – Dois tropeiros do Sr. Franz Hembler [...] no Rio 25 de Julho, foram baleados, saindo feridos um na barriga, outro numa perna.

Os atos de violência relatados ao padre, contra cidadãos que não representavam qualquer tipo de risco à ordem pública, o deixaram perplexo. Assim, ao documentar suas memórias, ele responsabilizou o Dr. Dukla de Aguiar pelas barbaridades sofridas pela população, asseverando que o chefe da volante era seu "braço direito".

quase terminada. Era grande propagandista da imprensa católica. Voltando da Itália, pereceu no naufrágio do navio espanhol 'Príncipe de Astúrias', na madrugada de 6 de março de 1916, com mais 477 dos 654 passageiros. Tinha 41 anos de idade" (PEREIRA, Serafim J. Necrológio dos Frades Capuchinhos da Província de Nossa Senhora dos Anjos – 1849-1992. Rio de Janeiro: Cúria Provincial, 1992).

54 Na obra, o soldado João Candido é assassinado por Nuflo, genro de Karina. Não encontramos qualquer referência a este fato em outras fontes.

4. Conclusão

Com base na reconstituição dos fatos que influenciaram a produção de *Karina*, examinados neste trabalho, percebemos a dedicação de Virgínia ao revisitar o passado dos imigrantes italianos que iniciaram o processo de ocupação dos núcleos coloniais instituídos pelo governo imperial no último quartel do Oitocentos. A construção dos personagens e a forma como suas histórias se desenrolam revelam a maestria da autora em criar uma narrativa que é ao mesmo tempo pessoal e coletiva. Destarte, a obra se afirma como um importante ponto de partida para discussões sobre identidade e resistência, sublinhando a relevância da literatura como um meio para explorar e compreender a complexidade da condição humana.

Com admiração e sensibilidade, Virgínia inspirou-se na trajetória de vida da mãe para conceber sua protagonista. Neste sentido, podemos afiançar que Karina personifica a força, a resiliência e o desejo irrefreável de milhares de mulheres imigrantes que perseveraram para progredir e legar uma pátria mais acolhedora para os seus filhos nascidos no Brasil.

A morte de Lorenzo Tamanini, na região do baixo rio Doce, representou um momento de dor e, ao mesmo tempo, de superação para Cattarina Cassandra. Viúva e com um filho pequeno para criar, ela sentiu o preço a ser pago pelo pioneirismo ao mudar-se para uma terra distante, isolada e hostil. Ao retratar a morte de Lorenzo, Virgínia inseriu na trama nuances e elementos cruciais levantados durante as investigações, como a descoberta de uma camisa que pertencia ao trentino e a identidade do homem apontado como seu pretenso assassino – o fluminense Manoel Ferreira Leal, a quem ela chamou de "Manuel Porcino".

O segundo caso, reflete as condições de insegurança vigentes na vila de Santa Teresa e intrigas de ordem pessoal e política envolvendo o baiano Mariano Garcindo de Miranda, o tabelião Manoel Lauriano de Bomfim Júnior e o comerciante Jeronymo Vervloet. As divergências no plano político existentes no município repercutiam as disputas travadas na esfera estadual, entre os unionistas e os construtores, nos primeiros tempos da República (Guariz, 2019).

A projeção alcançada por Jeronymo Vervloet na sociedade teresense assegurou-lhe um lugar cativo no romance. Ele foi associado ao personagem Gustavo Beicher, comerciante abastado que teria sido alvo da índole violenta de um ex-empregado que migrara para o mundo do crime, transformando-se no chefe de um bando de jagunços.

Por fim, foi possível constatar, a partir da análise do último episódio histórico trazido a lume, que a narrativa apresentada por Tamanini sobre a epidemia de varíola, que atingiu a população teresense em 1904, fundamentou-se nas informações registradas pelo frei Eugênio de Cômiso no primeiro Livro do Tombo da Paróquia de Santa Thereza.

A reconstituição deste trágico evento, que vitimaria quarenta pessoas no município, nos permitiu constatar a atuação de indivíduos que se destacaram no apoio às vítimas, tanto na área clínica, como o alemão Thinnes, quanto na esfera espiritual, a exemplo do frei Ferla.

Outras questões narradas pelo padre Cômiso que merecem destaque são: o tratamento dispensado à população local pelos policiais e, sobretudo, o desempenho do médico no combate à doença. A problematização de diferentes fontes revelou visões antagônicas quanto ao trabalho do Dr. Dukla de Aguiar. Trata-se de um tema relevante, jamais devidamente estudado pelos pesquisadores que documentaram a história de Santa Teresa.

Passados setenta anos desde o seu lançamento, Karina continua sendo uma referência fulcral para aqueles que buscam compreender o contexto que marcou o surgimento das colônias italianas no interior do Espírito Santo, bem como as marcas da italianidade na atual sociedade capixaba. No entanto, em que pese a importância de Virgínia Tamanini para a literatura capixaba, sua obra foi pouco retratada em trabalhos acadêmicos, carecendo da sistematização merecida.

5. Referências

A ACTUALIDADE. ed. 96. Vitória: 31 out. 1878, p. 4.

APEES. Processo 760, Cx. 703, 03/07/1883. **Auto de exame de uma ossada encontrada próxima do local onde desapareceu o italiano Lourenço Tamanine, no distrito de Limoeiro.**

_____. **Projeto Imigrantes.** Disponível em: <http://imigrantes.es.gov.br/Imigra.aspx>. Acesso: 20 mar. 2021.

A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO-SANTO. ed. 168. Vitória: 11 mar. 1883, nº 168, p. 2.

_____. ed. 170. Vitória: 11 mar. 1883, p. 2; ed. 171. Vitória: 13 mar. 1883, p. 2; ed. 241. Vitória: 10 jun. 1883, p. 3; ed. 248. Vitória: 20 jun. 1883, p. 2; ed. 254. Vitória: 27 jun. 1883, p. 2.

BAVIERA, Teresa da. **Viagem ao Espírito Santo – 1888.** Vitória: Coleção Canaã, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013, v. 13.

BIANCHI, Luiz Cláudio. O romance Karina e a imigração italiana nos caminhos trilhados pela protagonista. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2012. Disponível em: <https://literatura.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGL/detalhes-da-tese?id=5331>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BIASUTTI, Luiz C. **No coração capixaba:** 120 anos de história da mais antiga colônia italiana no Brasil – Santa Teresa/ES. Belo Horizonte: Barvalle, 1994.

BIASUTTI, Luiz C.; LOSS, Arlindo. **São Roque do Canaã:** uma história de fé, trabalho e vitórias. Belo Horizonte: O Lutador, 1999.

BISSOLI, Silvana Costa. **Os avatares da cultura italiana em "Karina", romance de Virgínia Tamanini. 2015.** Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/items/a33c6aac-5dc3-4cd6-aed4-137e34117a2e>. Acesso em: 27 jul. 2023.

BRASIL. **Lei 13.617, de 11 de janeiro de 2017.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13617.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRUNA, Maria H. V. **Angina.** Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/angina/>. Acesso: 01 mar. 2023.

CÂMARA Municipal de Santa Thereza. **Acta da sessão ordinária de 09 de setembro de 1904. Santa Teresa: 1904,** p. 128-9. v. 3.

CARVALHO, José M. de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras; 1987.

COLBARI, Antonia. (1997). Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. **Revista Brasileira De História,** 17(34), 53–74. https://doi.org/10.1590/S0102-01881997000200003.

CÔMISO, Eugênio de. **A bexiga na Parochia** – Anno 1904. In: Livro do Tombo da Paróquia de Santa Thereza, v.1, manuscrito, 1904, f. 25-6.

CORTELETTI, José. **Frei Ferla.** Disponível em: <http://www.paroquiasantateresadavila.org.br/ver-paroquia.php?id=59>. Acesso em: 11 jun. 2018.

DADALTO. Maria C. Os rastros da diversidade da identidade capixaba. In: **SINAIS** - Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007. pp.57-74.

DANDARA, Luana. **Cinco dias de fúria:** Revolta da Vacina envolveu muito mais do que insatisfação com a vacinação. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/cinco-dias-de-furia-revolta-da-vacina-envolveu-muito-mais-do-que-insatisfacao-com-vacinacao#:~:text=S%C3%B3%20em%201904%2C%20cerca%20de,cariocas%2C%200%20Hospital%20S%C3%A30%20Sebasti%C3%A30.&text=A%20vacina%20antivari%C3%B3lica%20j%C3%A1%20havia,m%C3%A9dico%20Edward%20Jenner%2C%20na%20Inglaterra>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ESPÍRITO SANTO. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo** na abertura da Primeira Sessão da Quinta Legislatura pelo Presidente do Estado Coronel Henrique da Silva Coutinho em 7 de setembro de **1904.** Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720380&pesq=var%C3%ADola&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=433>. Acesso: 10 abr. 2023.

ESTADO de Minas. **Quarentenas e cordões sanitários, receitas antigas para grandes epidemias.** Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/01/24/interna_internacional,1116682/quarentenas-e-cordoes-sanitarios-receitas-antigas-para-grandes-epidem.shtml>. Acesso: 25 jan. 2020.

FERREIRA, Manoel M. **Histórias e Flagrantes de Baixo Guandu.** ed. 2. Vitória: 1985.

FRANCESCHETTO, Cilmar. **Italianos: base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX.** Vitória: 2014. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/colecao-canaa>. Acesso em: 19 mai. 2023.

GUARIZ, Francisco R. A criminalidade em Santa Teresa sob a ótico do antagonismo político-midiático capixaba nos estertores dos oitocentos (1893-1895). In: DADALTO, Maria C.; MARLOW Sérgio L (Org.). **Lugares e Pessoas:** movimentos migratórios no Espírito Santo. Rio de Janeiro: Bonecker, 2019.

IBGE. **Cidades e Estados:** Santa Teresa. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/santa-teresa.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MÜLLER, Frederico. **Fundação e Fatos Históricos de Santa Teresa.** 2.ed. Vitória: IHGES, 2000.

MUNIZ, Maria I. P. **Cultura e Arquitetura:** A Casa Rural do Imigrante Italiano no Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 1997.

O ESPÍRITO-SANTENSE. Vitória: 09 set. 1883, nº 72, p. 3.

O ESTADO DO ESPIRITO-SANTO. ed. 3141. Vitória: 03 jul. 1893, p. 1;

_____. ed. 3181. Vitória: 12 ago. 1893, p. 1-2; ed. 179. Vitória: 02 ago. 1904, nº 179, p. 2; ed. 198. Vitória: 24 ago. 1904, nº 198, p. 1; ed. 201. Vitória: 27 ago. 1904, p. 2; ed. 216. Vitória: 14 set. 1904, p. 2; ed. 228. Vitória: 29 set. 1904, p. 2; ed. 233. Vitória: 05 out. 1904, p. 1.

O HORISONTE. ed. 64. Vitória: 16 jun. 1883, p. 2.

_____. ed. 71. Vitória: 05 jul. 1883, p. 1.

PEREIRA, Serafim J. **Necrológio dos Frades Capuchinhos da Província de Nossa Senhora dos Anjos – 1849-1992.** Rio de Janeiro: Cúria Provincial, 1992.

RUSCHI, Enrico I. A. **Município de Santa Teresa.** Rio de Janeiro: IBGE, 1939.

TAMANINI, Virgínia G. **Karina.** 14. ed. Vitória: IHGES, 2006.

ARTIGO

AS FONTES DA HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O ESPÍRITO SANTO E SEUS USOS PELA HISTORIOGRAFIA: A SAÚDE DOS IMIGRANTES EM PERSPECTIVA POLÍTICA

Tiago de Araujo Camillo
Estudante de doutorado do PPGHIS/UFES, professor do IFES, campus Vitória.

Resumo

A partir de textos de referência sobre a história da imigração italiana para o Espírito Santo, examino como as fontes podem ter sido usadas acriticamente, influenciando a construção de um mito sobre a relação dos italianos com a natureza, a aclimatação, a saúde e as doenças. O argumento central é o de que as relações políticas e econômicas que mediaram a produção das fontes históricas da imigração foram desconsideradas, reproduzindo uma perspectiva que retratou o imigrante italiano exclusivamente em uma dimensão heróica, que prosperou, ainda que tenha se deparado com a falta de assistência médica e supostas dificuldades de aclimatação.

Palavras-chave: Imigração Italiana; Saúde; História das Doenças; História Política; Espírito Santo.

Abstract

Drawing on reference texts about the history of Italian immigration to the State of Espírito Santo (Brazil), I examine how the sources may have been used uncritically, shaping a myth about the Italians' relationship with nature, acclimatization, health, and disease. The central argument is that the political and economic dynamics that influenced the production of these historical sources were disregarded, resulting in a perspective that presented the Italian immigrant exclusively in a heroic light, as someone who prospered despite encountering a lack of medical assistance and supposed acclimatization challenges."

Keywords: Italian Immigration; Health; History of Diseases; Political History; Espírito Santo.

Riassunto

Basandomi su testi di riferimento sulla storia dell'immigrazione italiana verso stato dell'Espírito Santo (Brasile), esamino come le fonti possano essere state utilizzate acriticamente, influenzando la costruzione di un mito riguardo al rapporto degli italiani con la natura, l'acclimatazione, la salute e le malattie. L'argomento centrale è che le relazioni politiche ed economiche che hanno mediato la produzione delle fonti storiche sull'immigrazione siano state trascurate, riproducendo una prospettiva che ha presentato l'immigrato italiano esclusivamente nella sua dimensione eroica, come qualcuno che è prosperato nonostante si sia trovato ad affrontare la mancanza di assistenza medica e le presunte difficoltà di acclimatazione.

Parole chiave: Immigrazione italiana; Salute; Storia delle malattie; Storia politica; Espírito Santo.

A partir de textos[1] de referência sobre a história da imigração italiana para o Espírito Santo, examino como as fontes podem ter sido usadas acriticamente, influenciando a construção de um mito sobre a relação dos italianos com a natureza, a aclimatação, a saúde e as doenças. O argumento central é o de que as relações políticas e econômicas que mediaram a produção das fontes históricas da imigração foram desconsideradas, reproduzindo uma perspectiva que retratou o imigrante italiano exclusivamente sob um ponto de vista heróico, marcado por uma vitória, mesmo diante da falta de assistência médica, supostas dificuldades de aclimatação e de promessas econômicas não cumpridas.

Inicialmente, apresento alguns trechos de trabalhos publicados sobre a imigração italiana para o Espírito Santo, os quais têm em comum a repetição da ideia de que, após uma chegada difícil, marcada pelas dificuldades de saúde determinadas por um clima diferente e por doenças desconhecidas, o imigrante venceu os obstáculos com base em sua tenacidade. Posteriormente, faço referência a autores que ajudam a interpretar os sentidos dos esquecimentos e da falta de rigor no uso das fontes históricas, bem como a compreender as conexões entre a História Política e a História da Medicina e das Doenças. Em seguida, analiso o relato de Carlo Nagar, cônsul italiano no Espírito Santo, no fim do século XIX, confrontando-o com o Relatório Presidencial de Muniz Freire (1861-1918), que governou o Espírito Santo no início do período republicano.

I) A historiografia capixaba e a saúde do imigrante italiano

A imigração italiana para o Espírito Santo foi objeto de inúmeras publicações. Ao longo do século XX, estudos mais ou menos especializados foram divulgados e, especialmente a partir do centenário da imigração italiana, houve uma proliferação de trabalhos sobre localidades específicas. Para o objetivo deste artigo, considerei algumas obras publicadas a partir dos anos 1970, por serem frequentemente citadas. Tal seleção, embora restrita, tem o objetivo de demonstrar como uma certa versão da história se cristalizou e se irradiou.

Segundo Derenzi:

> A provação por que passou o imigrante, além da resistência hostil do meio físico: clima, floresta e toda a gama de obstáculos à penetração, recai sobre as condições simplistas do acordo estatuído entre os governos brasileiro e italiano. Não se resguardaram os princípios fundamentais dos direitos humanos. (DERENZI, 1974, p. 12).

Busatto (2002) afirma que "[...] com os seus valores de continuidade e de comunidade os vênetos souberam, mesmo com todas as adversidades do meio-ambiente, 'ajuntar a fome com a vontade de comer' quer no Espírito Santo quer nas províncias do sul do Brasil".

Ao apresentar o livro de Grosseli (2008, p.10), o ex-governador Paulo Hartung usa metáforas para argumentar em torno dos problemas enfrentados pelos italianos e destaca que "a América dos imigrantes não foi apenas um belo ramalhete de flores, como dizem os versos do dialeto vêneto. Era essencialmente mata virgem, floresta selvagem e muita luta".

Mesmo em estudos de pós-graduação, persiste uma versão similar. PIVETTA, por exemplo, afirma que:

> [...] as dificuldades não se restringiram à viagem, ao desembarcarem se deparavam com as promessas não cumpridas, abandono por parte do governo, como fica evidente nos relatos do cônsul italiano, Carlo Nagar. Estes relatos foram a base da decisão do governo italiano que passou a proibir a imigração para o estado em 1895. (PIVETTA, 2019, p. 50).

Em linhas gerais, os autores ou comentaristas apontados valorizam o meio físico como causador de dificuldades, naturalizando uma opinião comum à

1 Uma versão deste texto foi apresentada como Comunicação Livre no XII Colóquio de História das Doenças realizado em Vitória em outubro de 2024.

época, mas não unânime entre os contemporâneos do processo. Os textos usam substantivos como "provação", "resistência", "adversidade", "luta" e "dificuldade", para em seguida exaltar as qualidades e a superação dos italianos, ou, ainda, para expor um suposto abandono das autoridades governamentais.

Neste artigo, também inicio a revisão de uma interpretação apresentada na minha dissertação de mestrado publicada em 2006. Naquele trabalho, tentei compreender em que condições sanitárias se deu a instalação e o desenvolvimento das colônias de imigrantes no Espírito Santo, em particular na Colônia de Santa Leopoldina. Identifiquei, também, algumas características das concepções, explicações e práticas dos imigrantes no que concerne ao adoecimento. Contudo, não aprofundei a análise sobre as perspectivas dos sujeitos políticos envolvidos com a imigração e os interesses e conflitos envolvidos no processo (CAMILLO, 2006).

Recorrendo a um universo de fontes relativamente limitado - fundamentalmente registros médicos e escrita autorreferencial dos italianos -, acabei por não observar os problemas sanitários e de aclimatação como objeto de debate político, que afetava as relações entre Brasil e o recém-fundado reino da Itália, bem como entre o Espírito Santo e outros estados da Federação. Desse modo, apesar de ter discutido questões até então pouco exploradas, como o quadro epidemiológico de uma colônia e as práticas e representações do imigrante sobre a saúde e a doença, reproduzi as fórmulas existentes na historiografia, dentre elas a concepção do ambiente como um fator automático de adversidade.

Grosselli (2008), em obra de grande fôlego, recorreu a fontes variadas, no Brasil e na Itália, para reconstruir o processo de imigração, desde a saída, explicando os fatores de repulsão populacional, a chegada, instalação e desenvolvimento de atividades no Espírito Santo. O autor discute o tema da imigração, contextualizando as condições socioeconômicas da província no século XIX e as demandas por força de trabalho e ocupação territorial. Posteriormente, considerando a linha cronológica dos eventos relacionados à imigração, narra a fundação e desenvolvimento dos empreendimentos coloniais de iniciativa pública e privada, enfatizando os problemas de recepção, cuidado e adoecimento dos italianos.

O texto é marcado por uma defesa, quando não de uma vitimização da condição do camponês trentino imigrante e pela concepção de "floresta" como um ambiente capaz de destruir aspectos de sua moral (Ibidem, p.16, p.20). Ainda na primeira parte do trabalho, o autor faz importante observação sobre a condição de assistência à saúde no Trentino do fim do século XIX. Recorrendo a material bibliográfico de origem italiana, ele afirma que na passagem do século XVIII para o XIX, a região teria vivido uma transição em direção à medicalização, ainda que os hospitais fossem entendidos apenas como locais de recepção de moribundos e práticas da medicina não acadêmicas ainda fossem amplamente difundidas entre a população. Essa observação ajuda a pensar em questões sobre a distância entre a expectativa dos trentinos quanto à assistência à saúde, no Brasil, e os recursos efetivamente disponíveis. Relevante para afastar possíveis anacronismos e para se considerar as diferenças contextuais entre o Brasil e a Península Itálica (Ibidem, p.98).

No Espírito Santo, segundo o autor, a imigração teria permanecido no "centro das atenções do mundo político" (Ibidem, p.150). Sendo tal afirmação correta, é oportuno problematizar a relação entre as disputas políticas e a formulação de interpretações, diagnósticos e projetos que envolviam a relação imigração, ambiente e saúde e como a ocorrência de surtos epidêmicos entre os imigrantes ajudaram a moldar o discurso político.

Sobre a relação entre a imigração, o ambiente e a saúde, Renzo Grosseli assume que a localização e o clima das colônias de imigrantes teriam desestimulado a chegada de trentinos e outros europeus, ou mesmo impedido o desenvolvimento dos empreendimentos coloniais ou o emprego dos imigrantes em fazendas. Ele cita o caso de Santa Isabel, predominantemente ocupada por germânicos, mas que acabou preterida a favor de colônias no Sul do Brasil (Ibidem, p.160).

Grosseli parece ter consciência do quadro político e das divergências existentes (Ibidem, p.167), mas

acaba se rendendo a um tipo de narrativa comum às obras a que faz referência. Esse ambiente de altercação, como ele mesmo demonstra, envolvia de forma profunda os debates sobre a viabilidade da colonização em determinadas condições climáticas, os prejuízos causados pelo adoecimento e a aptidão de certas nacionalidades (Ibidem, p.165). Neste ponto, reside a necessidade de revisitar essas divergências e, a partir do cotejamento de fontes, avaliar a pertinência de cada argumentação. Grosseli qualifica como "incrível" e "radical" a mudança de ambiente natural, o que não pode ser negado. Contudo, observando o rápido crescimento econômico conhecido pelas localidades de instalação dos imigrantes e o crescimento demográfico, puxado por um crescimento vegetativo, penso que é necessário aprofundar as investigações sobre o tema, relativizando o papel atribuído às doenças e às condições ambientais na interpretação de sucesso ou de insucesso da imigração.

No caso especial de Renzo Grosseli, o autor faz uma análise geral do quadro de saúde dos imigrantes, recorrendo aos registros de enfermaria e a outros documentos. Em sua análise, ele associa a experiência do adoecimento às dificuldades de aclimatação, no caso de regiões baixas, e às carências de alimentação e más condições de vida em regiões altas. Todavia ele perde de vista, também, o posicionamento dos sujeitos políticos e como essa temática teria servido ao debate sobre a viabilidade da imigração. Desse modo, ao mesmo tempo em que tende a associar os problemas iniciais da imigração ao clima, delineando um cenário épico de luta do europeu contra uma natureza inóspita, faz pesadas críticas à assistência dispensada pelas autoridades aos imigrantes. Sobre este último ponto, contudo, ele não se pergunta sobre o que se entendia por assistência médica no Brasil do século XIX, deixando uma lacuna para que se discuta possíveis anacronismos envoltos neste juízo, uma vez que conceitos como saúde pública, assistência médica e de medicina acadêmica como saber legítimo sobre o corpo passaram por um transformação, ao longo dos últimos cento e cinquenta anos.

II) O mito da italianidade e o uso parcial das fontes históricas: algumas referências teórico-metodológicas

As diferenças das condições morfológicas entre Brasil e Itália são visíveis e inegáveis. A despeito dessa disparidade, parece haver divergências entre os sujeitos políticos da época acerca da relevância dessas características para o sucesso da imigração.

Mesmo diante disso, a história da imigração italiana foi contada de maneira épica: camponeses pobres cruzam o Atlântico passando por provações, as quais se intensificam no primeiros anos, até que se concretiza o sonho de uma Canaã, substantivo que não a toa remete ao texto bíblico, tornando a história ainda mais dramática e contribuindo para a consolidação de um mito da italianidade (DADALTO, 2008, p. 148). Nesse enredo não pode faltar a ideia de que o meio natural brasileiro era inóspito e de que não havia a preocupação de prevenir e sanar os problemas encontrados pelos imigrantes, por parte dos sujeitos envolvidos com a imigração. Feita desse modo, a narrativa ficou incompleta e idealizada, fugindo ao rigor metodológico que se exige da História.

A partir da identificação desse mito, qual seria a chave de leitura adequada para desconstruí-lo e para compreender o motivo de sua irradiação na historiografia? Propomos, nesse sentido, um encontro entre a História das Doenças e a História Política, mediado pelas reflexões feitas por Michel de Certeau (2007).

Diego Armus e Gilberto Hochman, ao coordenarem coletânea de trabalhos na área de História da Medicina e das Doenças, apresentaram algumas questões primordiais que norteiam o campo de estudos (ARMUS & HOCHMAN, 2004).

Ao examinar o desenvolvimento da História da Medicina, os autores observam que houve uma transformação de perspectivas e abordagens, sobretudo por meio de um deslocamento da atenção sobre grandes médicos e instituições, de uma História dita tradicional, para a ênfase na perspectiva das trocas entre os sujeitos políticos, incluindo a perspectiva do homem doente (Ibidem, p.12).

A perspectiva assumida pelos autores é a de que existe uma variabilidade na definição de universos etiológico terapêuticos e nos sentidos de uma doença, constatação que implica na delimitação de um estilo de fazer História da Medicina marcado pelo "reconhecimento da medicina como um terreno incerto no qual a dimensão biomédica está penetrada tanto pela subjetividade humana quanto pelos fatos objetivos" (Ibidem, p.15).

Hochman e Armus reconhecem que a pesquisa histórica sobre o processo de saúde-doença pode revelar muito mais do que as condições sanitárias de um determinado ambiente, pois deixam ver "aspectos cruciais da modernidade e da História Social, Política, Intelectual e Cultural" (Ibidem, p.17). Os autores lembram que as pesquisas atuais têm permitido, inclusive, identificar "o lugar da enfermidade em nossas sociedades", de modo geral em sua influência sobre "a construção de identidades nacionais, étnicas, sociais, geracionais e de gênero" (Ibidem, p.11). Acrescentam que nas questões cruciais para o entendimento da formação social latino-americana está a dinâmica das relações raciais, as quais influenciaram e foram influenciadas pela compreensão da saúde, doença e cura.

O tema e o objeto de estudos que aqui proponho estão bem próximos dessa perspectiva. A interpretação sobre as condições de saúde do imigrante gera um duplo interesse: o aprofundamento do conhecimento sobre as características do processo de imigração em suas dimensões sanitária e política e o tratamento dispensado a este objeto pela historiografia capixaba. Em síntese, tanto é possível pensar em como a discussão sobre a saúde dos imigrantes revela características das relações políticas estabelecidas no Espírito Santo durante o governo de Muniz Freire, quanto como as relações políticas atuaram na formação e no desenvolvimento de uma perspectiva historiográfica.

Haveria no "político muito mais que o político", assim como no campo da saúde existiria muito mais do que o biológico. A História Política, ao se abrir para novas perspectivas que vão além dos eventos pontuais, as biografias, os tratados e as guerras, ampliou seu campo de visão para novos objetos e abordagens, consoante a própria ampliação das atribuições do Estado, fazendo o que foi definido como "uma nova história do político" (RÉMOND, 1996, p.32). Assim, na passagem do século XIX para o XX, o próprio conceito de saúde pública foi se modificando, deixando de se restringir aos eventos epidêmicos coletivos, às ações quarentenárias e profiláticas, passando a uma perspectiva mais individualizadora do doente, que para tal requer a oferta de serviços de saúde de iniciativa estatal.

As relações de poder parecem se apresentar como variáveis cruciais para o modo como a historiografia capixaba tem narrado a história da imigração. Refiro-me ao fato de um certo apagamento da história dos debates políticos em torno da saúde e da aclimatação dos imigrantes, em prol da valorização da ação heróica e da superação diante das dificuldades. Tal esquecimento, mesmo que não deliberado, coincidiu com o aumento da importância das famílias e de indivíduos de origem italiana na cena política capixaba. Neste ponto, estabeleço um diálogo com Falcon (1997), autor que reflete sobre uma espécie de duplo caráter que o poder representa, ao figurar, simultaneamente, como objeto da disciplina e como variável independente de organização, divulgação e escrita da História.

Avançando na discussão, é fundamental problematizar o objeto de estudos aqui proposto, também a partir das reflexões de Michel de Certeau (2002). No caso da historiografia capixaba, formou-se um elo "não dito entre um saber e um lugar", no que tange à imigração italiana. Um saber referente a uma história épica da imigração, que se relacionou à necessidade de algumas gerações de historiadores, inclusive de ascendência italiana, de se estabelecerem e se firmarem nos círculos intelectuais capixabas. Lembro aqui que autores como Luiz Busatto e Luiz Serafim Derenzi (1898-1977) são membros de famílias que imigraram para o Espírito Santo justamente na segunda metade do século XIX.

III) A saúde dos italianos na perspectiva do cônsul e do presidente

Voltando ao argumento apresentado inicialmente, destaco que a historiografia da imigração italiana pode ter desconsiderado fatores que mediavam as relações políticas e sociais no final do século XIX e que não podem ser negligenciados diante da análise das fontes históricas. Refiro-me ao fato de que era o limiar da República, momento em que ocorriam intensas disputas internas pelo poder estadual e que se dava a transição do escravismo para o trabalho livre (SALETTO, 2018).

Os entusiastas da imigração tinham interesses que passavam por quatro vetores: a crise do escravismo, o aumento da arrecadação, a ocupação territorial e os ideais de branqueamento da população. Com isso, uma suposição que considero provisoriamente é a de que outros entes federativos e outros países disputavam imigrantes com o Espírito Santo e com o Brasil.

Além desses fatores que remetem a uma crítica externa às fontes e que devem estar no campo de visão do historiador, temos aspectos de crítica interna, os quais merecem igual destaque e não podem ser desconsiderados. Sobre estes últimos, apontarei alguns problemas que identifico na relação da História produzida no Espírito Santo com as fontes.

Para esta análise, o "Relato do Cavalheiro Carlo Nagar" (1995) e sua confrontação com a Mensagem Presidencial de Muniz Freire, escrita em 1895, são o ponto de partida. Imediatamente já pode ser notada duas diferenças entre tais fontes. O relato é um documento de natureza diplomática, destinado a informar o governo italiano sobre as condições da emigração para o Espírito Santo e, por isso, publicado no Boletim do Ministério dos Assuntos Exteriores. A mensagem era um documento de prestação de contas do poder executivo estadual diante do Poder Legislativo. O primeiro, inicialmente de caráter sigiloso, tornou-se uma espécie de monumento da imigração italiana, sendo publicado em 1995 pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo como livro da "Coleção Canaã". O segundo, apesar de questionar algumas posições estabelecidas no relato, ficou esquecido como documento administrativo, tendo o apresentador da publicação de 1995, Agostino Lazzaro, mencionado apenas uma contestação feita por Muniz Freire em um relatório de 1896 (NAGAR, 1995, p. 14).

Dados biográficos mais detalhados sobre Carlo Nagar ainda são desconhecidos, o que deixa algumas zonas obscuras para compreender sua atuação, sua escrita e seus interesses. Como Cônsul, ele tanto poderia ser um funcionário do governo italiano, como um comerciante instalado no Espírito Santo, o qual desempenhava voluntariamente a função. Considerando que a formação de um Estado italiano centralizado era recente, é pouco provável que ele fosse um funcionário deslocado para um estado como o Espírito Santo, àquela época menos relevante se comparado à São Paulo e aos estados da região Sul.

O texto de Carlo Nagar tinha por objetivo informar Roma sobre as condições em que seus compatriotas se encontravam. Para tanto, ele faz uma descrição das leis e das políticas governamentais que balizam a imigração; da organização e estrutura administrativa do Espírito Santo; das colônias e das ex-colônias de imigrantes; das condições econômicas e de saúde geral dos italianos.

O texto do relato busca, de forma sutil, desacreditar a emigração para o Espírito Santo, fazendo uso recorrente de argumentos ligados à questão da saúde e das doenças. Nele, há a defesa de uma posição que associava a situação geográfica dos estados brasileiros à possibilidade de aclimatação e resistência às doenças. Os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná tinham clima mais favorável à imigração, sendo tributários do trabalho dos europeus. Em contrapartida, os Estados ao norte do Rio de Janeiro não ofereciam condições climáticas apropriadas à recepção dos europeus.

O Cônsul Nagar mais de uma vez indica acreditar na relação entre o clima e a saúde das localidades. Ao tratar das condições gerais de relevo e clima do estado, cita a existência de terras baixas e pantanosas ao norte, na região de São Mateus, e faz questão de qua-

lificar as terras "acidentadas" das regiões sul e central como enxutas e de "clima mais saudável". Nessa mesma compreensão ele afirma que a temperatura média das áreas litorâneas e das áreas montanhosas do interior era de 25º centígrados, enquanto a das áreas de planícies fluviais seria de 38º centígrados, onde grassavam as "febres palustres.

É necessário ler tais considerações como dotadas de pelo menos dois sentidos: o primeiro seria de deliberadamente direcionar o fluxo migratório para outros estados ou para a região Sul do Espírito Santo, a qual era ocupada por fazendas que necessitavam da mão de obra europeia para substituir o trabalho compulsório. O segundo sentido, mais patriótico, seria o de influenciar no direcionamento dos italianos para cidades litorâneas e para as regiões montanhosas nas quais as colônias estavam estabelecidas e muitas já prosperavam economicamente, evitando assim o envio dos trabalhadores para ocupar a região do Rio Doce, até então pouco conhecida e explorada.

O relato de Carlo Nagar não ficaria, todavia, sem resposta. Em setembro de 1895, Muniz Freire se dirigiu ao Congresso Legislativo, a fim de relatar as condições administrativas, financeiras e sanitárias do estado (ESPÍRITO SANTO, 1895). Várias linhas foram dedicadas à saúde pública, especialmente para tratar da imigração italiana, uma vez que meses antes, em julho, o reino da Itália havia proibido a emigração de seus súditos para o Espírito Santo. A mensagem governamental trazia uma tentativa de refutar as críticas internas às condições de recepção dos imigrantes e prometia, em breve, dar uma resposta ao relatório do cônsul italiano Carlo Nagar, o que foi feito mais detidamente no relatório de 1896.

Em primeiro lugar, Muniz Freire faz referência às epidemias que atingiram o Espírito Santo no decorrer de 1894. Para alguns dos eventos, ele cita informações enviadas por delegados locais à Inspetoria de Higiene Pública. Um surto de febre amarela teria chegado ao estado por meio de um navio proveniente de Santos, que levava imigrantes de volta à Itália. O surto teria durado dez meses e matado aproximadamente oitenta pessoas, segundo ele, "de ordinário estrangeiras, ainda não aclimatadas ao Estado" (Ibidem, p.5).

A febre amarela teria chegado ao Porto de Cachoeiro (Santa Leopoldina), local onde teve mais impacto em relação aos óbitos entre imigrantes e vitimado "indistintamente a população nova e a aclimatada" (Ibidem, p.5). Observo que o Presidente dividiu a população estrangeira em "nova" e "aclimatada". Essa compreensão de que existiria um processo de aclimatação entre os imigrantes, embora até os dias atuais seja tratada como natural e óbvia, não era consensual entre os médicos da época (CHALHOUB, 1996).

Na sequência de seu relatório, Muniz Freire menciona a "epidemia de cólera" que atingiu o sul do Espírito Santo, matando 204 pessoas, mas ficando circunscrita àquela região (ESPÍRITO SANTO, op. cit., p.6). Um terceiro episódio foi a eclosão da varíola na cidade de Vitória e seus arredores. O Presidente demonstra preocupação ao se referir a esse evento, em especial com a iminente chegada da moléstia à cidade de Cachoeiro de Itapemirim e adjacências (Ibidem, p.6).

Ao apresentar seu breve relato epidemiológico, Muniz Freire minimiza os efeitos negativos para a política de imigração. Considerando o lugar ocupado por essa política em seu programa de governo, ele lamenta a coincidência entre a eclosão das epidemias em um momento em que o Espírito Santo era prestigiado no exterior, o que teria sido revertido com "injustas prevenções e [...] uma autopropaganda de descrédito" (Ibidem, p.6).

A mensagem considera que havia um superdimensionamento das epidemias que atingiam o estado, o que fazia pessoas de fora acreditarem que as doenças eram "endêmicas". Muniz Freire faz uma digressão em que cita uma peça do teatrólogo francês, Victorien de Sardou (1831-1908), na qual há uma passagem em que um "americano patriota", a despeito da febre e dos males que afetavam seu corpo, escondia "os músculos tiritantes para fazer a apologia da salubridade dos seus terrenos e do céu delicioso que vivia" (Ibidem, p.6). Ele afirmava que os capixabas faziam o contrário, exagerando ou sendo indiferentes à qualidade das condições sanitárias do estado, o que seria prejudicial à promoção da imigração (Ibidem, pp. 6-7).

Os indícios identificados no relatório oficial, su-

gerem que uma interpretação aparentemente consensual, isto é, a de que o clima do Espírito Santo provocava doenças que eram fatais para os imigrantes ou que criavam enormes dificuldades, que apenas foram vencidas em função da tenacidade dos italianos, é posta à prova por alguém que testemunhou o processo, no caso o presidente do estado. Há um conflito de posições e uma zona historiográfica ainda opaca. Em outros documentos, contemporâneos de Muniz Freire afirmam que 'existia muita política' no que se falava e escrevia sobre a saúde dos imigrantes (GROSSELI, 2008, p.365). Outros sujeitos políticos mobilizaram argumentos de ordem sanitária para desacreditar a imigração para o Espírito Santo, sendo importante pontuar, como dito anteriormente, uma possível atuação de outros países, como a Argentina e os Estados Unidos e de outros estados, que também dependiam da força de trabalho originária da Península Itálica para suas atividades econômicas.

Muniz Freire parece não querer negar os problemas sanitários e sim levantar outras explicações para eles, as quais não inviabilizassem a vinda de imigrantes e que fossem de solução humana possível ou que eximissem o seu governo. Nesse sentido, ele aponta a proximidade com o Rio de Janeiro e a falta de recursos financeiros e de pessoas para oferecer serviços médicos adequados, como explicação para os problemas sanitários do Espírito Santo e considera as epidemias de febre amarela, varíola e cólera como eventos pontuais. Como solução, ele indica o isolamento do estado por meio do bloqueio das vias de comunicação (ESPÍRITO SANTO, op. cit., pp. 7-8).

Ao tratar especificamente da proibição da emigração de italianos para o Espírito Santo, nas páginas finais de sua mensagem, o Presidente Muniz Freire faz uma síntese dos últimos movimentos, anteriores à proibição, citando a entrada de sete mil italianos, desde 1892, fluxo que foi interrompido em função da eclosão de um "surto de cólera". Afirma ter iniciado contatos com representantes diplomáticos brasileiros e italianos, em março de 1895, a fim de confirmar rumores de que o "Governo italiano havia expedido ordens tendentes a desaconselhar aos seus nacionais a emigração para o Espírito Santo [...]" (Ibidem, p.19). Confirmada a informação da proibição, Muniz Freire a relaciona aos problemas ocorridos com italianos na região do Rio Doce, sem citar uma localidade específica, apontando as preocupações das autoridades italianas com o clima do Espírito Santo e o relatório de Carlo Nagar como motivadores da proibição (Ibidem, p.20).

A mensagem levanta dúvidas sobre as fontes de informação usadas por Carlo Nagar na produção de seu relato e argumenta que o cônsul italiano teria ouvido a opinião de imigrantes qualificados por ele como "indivíduos ruins" e "rebeldes" ao "trabalho" (Ibidem, p.20). No encerramento, a mensagem tenta refutar os argumentos contrários à imigração italiana para o Espírito Santo, apontando um suposto bem-estar de outras "dezenas de milhares", que eram "dedicados ao trabalho" (Ibidem, p.21). Em sua compreensão, então, os problemas deveriam ser explicados também a partir do comportamento individual.

Enquanto Muniz Freire defende o clima e as boas condições sanitárias do Espírito Santo, apontando causas que fugiam ao seu controle e uma certa indolência individual, o Reino da Itália parece ver como impossível a aclimatação. Outros contemporâneos, como o médico de Santa Leopoldina, entendiam que uma mudança do ambiente resolveria a ocorrência das "febres intermitentes" e por isso solicitavam ao governo a adoção de medidas que pudessem resolver os problemas. O médico, por exemplo, faz um pedido inusitado sob o olhar do século XXI, mas que faz todo sentido na perspectiva das teorias médicas do século XIX. Ele solicita o envio de sementes de eucalipto para plantio na região e "purificação dos ares" (APEES, Fundo Governadoria, Série 383, Livro 71, p.695). Pinto Pacca, diretor da colônia Rio Novo, por sua vez, criticava os imigrantes italianos e afirmava que muitos deles entravam na enfermaria apenas com o intuito de terem uma alimentação mais completa (GROSSELI, op. cit., p. 292). Entre os imigrantes que deixaram seus relatos escritos, é recorrente a associação dos problemas de saúde ao clima (BISSOLI, 1979) e à má alimentação e ao excesso de trabalho (LAZZARO, 1992, p.48).

A questão da saúde e da doença estava, por-

tanto, na ordem do dia e era importante para o debate político que envolvia a imigração, seja em uma perspectiva retórica, seja em função de preocupações científicas, de governo e das pessoas comuns. Daí decorre a necessidade de considerá-la para contar a história da imigração italiana e analisar questões que envolvem, para além do aspecto biológico, a questão política e econômica.

Considerações finais

Neste artigo, busquei refletir sobre o uso das fontes históricas da imigração, evidenciando a relação entre a História da Medicina e das Doenças e a História Política. Tentei deixar qualquer juízo de valor maniqueísta fora desta análise. Meu interesse foi compreender como as relações políticas podem ter influenciado a formulação das ideias sobre a saúde dos imigrantes, passando ao largo de qualquer tentativa de estabelecer o imigrante como herói ou vilão ou, ainda, de dizer se o clima do Espírito Santo era bom ou ruim.

A existência de um debate sobre aspectos da aclimatação e da saúde, no fim do século XIX, fica evidenciada pela existência de duas fontes cujos redatores emitem opiniões distintas a respeito da temática, o que foi negligenciado pela historiografia.

A partir deste trabalho introdutório, alguns vetores se descortinam para aprofundar a análise do objeto de pesquisa.

Em primeiro lugar, outros textos teóricos podem ser chamados a dialogar com os autores do campo da História Política e da História da Medicina e das Doenças. Refiro-me aqui especialmente a Koselleck (2006) e Bourdieu (1989). A História Conceitual desenvolvida por Koselleck é crucial para a melhor compreensão do desenvolvimento do conceito de saúde pública, que por extensão se reflete no entendimento de saúde e doença, bem como na transformação da concepção de assistência à saúde e hospitalização. Bourdieu, por seu turno, especialmente em relação ao conceito de campo, aponta caminhos para a compreensão das relações políticas envolvidas com a historiografia e como o saber sobre o objeto aqui estudado se estabeleceu, ao longo das décadas. Tal aprofundamento requer também a ampliação do universo amostral de obras a serem analisadas.

Ao mesmo tempo, é necessário aprimorar o conhecimento sobre a biografia de Carlo Nagar, o que envolve a compreensão das relações políticas e econômicas que ele estabeleceu, ao longo da vida. Nessa esteira, identificar os grupos políticos do Espírito Santo, no fim do século XIX, e seus respectivos posicionamentos diante da imigração italiana torna-se uma tarefa urgente.

Algumas lacunas permanecem e isso faz parte da natureza do trabalho científico. O certo é que, para os historiadores, o sesquicentenário da imigração italiana para o Espírito Santo deve ser mais do que uma efeméride. É de suma importância rever, confrontar ou identificar problemas antigos, que podem responder sobre o estado da arte em História do Espírito Santo e sobre as relações políticas, culturais e sociais estabelecidas na atualidade.

5. Referências bibliográficas

ARMUS, D.; HOCHMAN, G.. **Cuidar, controlar e curar em perspectiva histórica:** uma introdução. Rio de Janeiro: 1. ed. Editora da Fiocruz, 2004. p. 11-27.

BISSOLI, O. **Memórias de um Imigrante Italiano**. 2. ed. Vitória: Lisboa, 2005. 136 p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: 1. ed. Difel/ Bertrand Brasil, 1989. 159 p.

BUSATTO, L. **Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo.** Vitória: s/d, 2002. Reunião de artigos relacionados com imigração italiana, publicados em diversos periódicos. Disponível em: https://estacaocapixaba.com.br/foto-guilherme-santos-neves-anos-1950/. Acesso em: 15 ago. 2024.

CAMILLO, T. A. **Entre Febres e Feras o Imigrante vai à Floresta:** a saúde e o meio ambiente na formação da Colônia de Santa Leopoldina 1856-1900. 2006. 115 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG. 2006. 115 p.

CHALHOUB, S. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na Corte Imperial. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250 p.

DADALTO, M. C. O discurso da italianidade no Espírito Santo: realidade ou mito construído. **Pensamento Plural.** Pelotas [03]: 147 –166, julho/dezembro de 2008.

DE CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: **A escrita da história.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 65-119.

Derenzi L. S. **Os italianos no Estado do Espírito Santo.** 1. ed. Rio de Janeiro: s/d, 1974. 64 p.

ESPÍRITO SANTO. **Arquivo Público do Estado do Espírito Santo,** Fundo Governadoria, Série 383, Livro 71. Vitória: s/d, 1876.

ESPÍRITO SANTO. **Mensagem do Exmo. Sr. Presidente do Estado do Espírito Santo** lida no Congresso Legislativo em 17-09-1895. Disponível em: Acesso em 10 jun. 2021.

FALCON, F. História e poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da História.** 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.61-90.

GROSSELLI, R. M. **Colônias Imperiais na Terra do Café:** camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. 1.ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

KOSELLECK, R. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos . 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. 366 p.

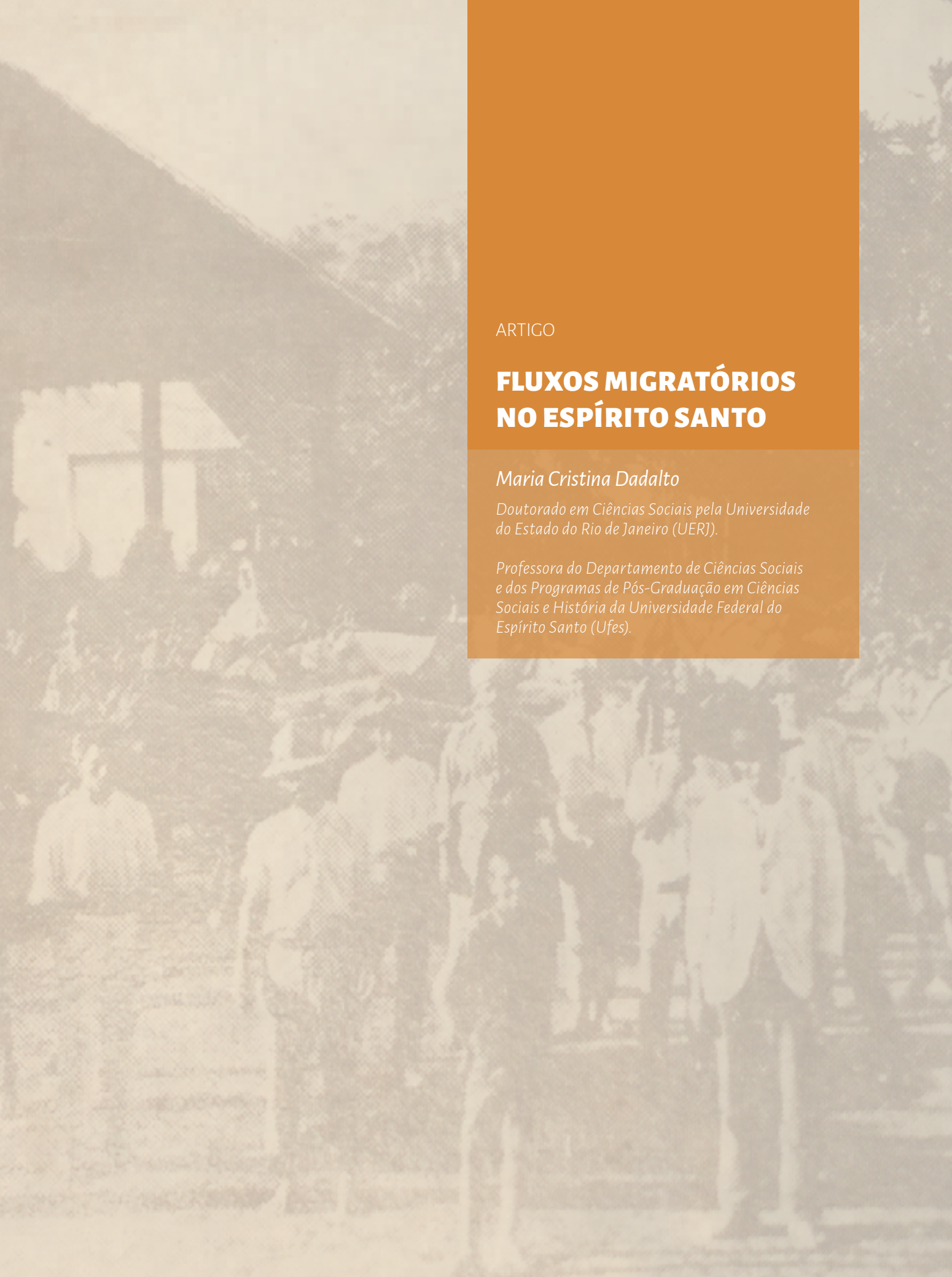
LAZZARO, A. **Lembranças camponesas:** a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante. 1. ed. Vitória: Ufes, 1992. 280 p.

NAGAR, C. **O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana.** 1. ed. Vitória: APEES, 1995. 79 p.

RÉMOND, R. **Por uma História Política.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. p.13-36.

ROCHA, G. **Imigração estrangeira no Espírito Santo:** 1847-1896. 1. ed. Vitória: s. ed., 2000. 154 p.

SALETTO, N. **Sobre a política capixaba na Primeira República.** 1.ed. Vitória: APEES, 2018. 232 p.



ARTIGO

FLUXOS MIGRATÓRIOS NO ESPÍRITO SANTO

Maria Cristina Dadalto

Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Professora do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Rancho de tropas no Município de Santa Teresa, 1917

Resumo

O artigo reflete sobre a diversidade dos fluxos migratórios no Espírito Santo e a narrativa da italianidade no Espírito Santo visando articular o processo étnico identitário experienciado junto a diversidade dos movimentos imigratórios e migratórios de grupos estrangeiros, nacionais, negros libertos e indígenas assentados no Estado e os resultados da hibridização desses fluxos no presente.

Palavras-chave: Imigração. Migração. Espírito Santo. Italianidade. Fluxos Migratórios,

Abstract

The article reflects on the diversity of migratory flows in Espírito Santo and the narrative of Italianness in Espírito Santo in order to articulate the ethnic identity process experienced along with the diversity of immigration and migratory movements of foreign, national, freed black and indigenous groups settled in the state and the results of the hybridization of these flows in the present.

Key words: Immigration. Migration. Espírito Santo. Italianness. Migratory flows

Após sua breve estadia de aproximadamente seis meses na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo, entre os anos de 1926 e 1927, Sérgio Buarque de Holanda[1], escreveu o texto Notas sobre o Espírito Santo. Nele Holanda (apud BARBOSA, 1988, p. 89) assegurava que:

> O estudioso que, como o Sr. Oliveira Viana, desejasse fazer um exame etnológico minucioso da população atual do Espírito Santo, talvez descobrisse que apenas uma minoria quase insignificante dessa população tem raízes antigas na terra onde vive.
>
> Quase todos eles imigraram apenas nos últimos 30 ou 40 anos. É por isso que a população autêntica do Espírito Santo é muito pequena em comparação com os elementos estranhos que povoam essa terra hoje, e seria difícil identificar as características comuns dessas pessoas. Não apenas difícil, mas inútil e enfadonho. Os habitantes de Minas Gerais, da Bahia, do Rio de Janeiro e do Nordeste, bem como os alemães da Pomerânia e da Saxônia, os italianos, austríacos, suíços, sírios e portugueses que aqui se instalarem certamente deixarão aos seus futuros descendentes apenas uma vaga lembrança de sua origem exótica.

Passados mais de 200 anos da chegada dos primeiros fluxos de imigrantes estrangeiros – os primeiros são os açorianos instalados no atual município de Viana, em 1812 (MARIANO, 2019), o Espírito Santo configura-se como uma sociedade marcada pela justaposição desses diferentes grupos étnicos, somados aos negros descendentes de escravizados, indígenas nativos, portugueses e descendentes já estabelecidos. Uma sociedade cuja identidade é o próprio tecido da diversidade que Holanda apontava como um futuro manifesto.

Entre os anos de 1812 à 1973 foram fixados 54.155[2] estrangeiros, os maiores percentuais entre as décadas de 1860 e 1900: 21,38% (11.583), 15,93% (8.629) e 42,64% (23,093) do total respectivamente (FRANCESCHETTO, 2014). Brasileiros, descendentes de imigrantes vindos da península Itália, a maioria deles italianos das regiões do norte, da Alemanha, da antiga Pomerânia, Espanha, Suíça, Líbano, Síria, China, dentre outros, grupos compõem a mixórdia estrangeira fixados no Estado.

Importante observar, que de acordo com informações da Embaixada da Itália no Brasil (DADALTO, 2008), cerca de 25 milhões de brasileiros são descendentes de imigrantes italianos, estando espalhados principalmente nos estados do sul e sudeste do Brasil, quase a metade no estado de São Paulo. Entretanto, se comparados em termos populacionais não há dados que comprovem que uma parcela significativa de capixabas seja descendente de italianos, conforme narrativa de senso comum repetida entre descendentes ou em reportagens e em vários sites[3].

Aliás, os censos populacionais e estudos produzidos por vários estudiosos vêm desqualificando esta narrativa de uma população de descendência italiana em maior quantidade no estado (ALMADA, 1993; DADALTO; MARIANO, 2023). A saber em termos de cotejamento: em 1870 havia no Espírito Santo 52.931 habitantes, em 1872, 82.137; em 1900, 809.783; 1920, 447.902 e em 1940, 750.107 pessoas residindo na Capital e no Interior, conforme verificamos no gráfico a seguir:

1 Sérgio Buarque de Holanda, recém-formado em direito no ano de 1925, foi convidado por Vieira da Cunha, seu amigo, para conduzir O Progresso, um jornal criado recentemente na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Ali ele permaneceu por pouco tempo, bem como atuou como promotor em Muniz Freire – para realizar tal atividade era obrigado a cavalgar aproximadamente seis horas a cavalo. Sobre esse período no Espírito Santo, Manuel Bandeira escreveu no livro Flauta de Papel: "Benditos porres de Cachoeiro de Itapemirim! Eles nos valeram a devolução, em perfeito estado, de Sérgio, enfim descerebralizado, pronto para a aventura na Alemanha". (MENEZES, 2002).

2 Segundo Franceschetto (2014) o levantamento de informações dos indivíduos que entraram no Espírito Santo alusivos às últimas quatro décadas, tem como base quase na sua maioria absoluta os Prontuários da Polícia Civil. Nesse sentido, não são um retrato fiel da data de chegada dos imigrantes ao Espírito Santo. Sendo que 124 faleceram durante a viagem.

3 Por exemplo, um artigo publicado no site da Associação Piemontesa de Vitória relatou que no estado, em 2008, mais de 60% da população era composta por italianos descendentes de italianos (http://www.piemontevitoria.org/htm/inicio.htm)

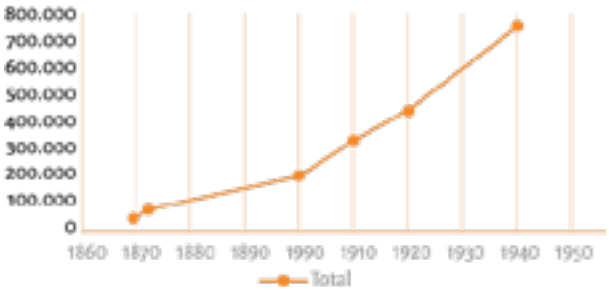


Gráfico 1: Evolução Populacional do Espírito Santo entre 1870-1940
Fonte: Anuário Estatístico do Brasil.

Neste sentido, o que este artigo se propõe a apontar é a necessidade urgente de se debater esta narrativa sobre a italianidade da população espírito-santense com vistas a trazer à luz a importância dos diferentes grupos étnicos que compuseram o mosaico sociocultural do estado. E, sobretudo, entender que, ao se analisar os dados populacionais, a grande maioria é composta por descendentes de mineiros, fluminenses e nordestinos, negros libertos, indígenas e portugueses.

Com esta assertiva não objetivo de forma alguma desqualificar ou reduzir a importância dos imigrantes italianos, alemães, espanhóis, sírios, libaneses etc. que constituíram o que é a população do Espírito Santo. Mas ressaltar a dimensão do estado como um lugar que se construiu a partir de uma pluralidade étnica que exige um destaque por suas singularidades. Portanto, um estado cuja marca identitária é a diversidade.

Neste sentido, acredito que é necessário aprofundar o debate sobre o que sustenta a narrativa da italianidade? Em 2008, publiquei um artigo com a hipótese de que uma produção literária frutífera, principalmente memorialista, produzida por imigrantes ou descendentes sobre a imigração italiana no estado ajudou a construir e fortalecer essa ideia.

No artigo, refleti, com base em um levantamento bibliográfico, sobre o fato de que essas obras levaram a uma cristalização do conhecimento do processo de constituição e desenvolvimento do Espírito Santo (DADALTO, 2008). Isso porque tanto os romances quanto os diários são ricos em enredos baseados na realidade de ambientes inóspitos, nos quais os italianos e seus descendentes sonharam, sofreram, mas acabaram conseguindo superar todas as dificuldades.

Muitos descendentes hoje são empresários, políticos, médicos, advogados reconhecidos como bem-sucedidos no estado e, em alguns casos, no país. Seria esse, então, o argumento fundador da italianidade, que representa a identidade capixaba baseada em italianos trabalhadores e bem-sucedidos? Seriam apenas italianos trabalhadores e vencedores? Não há descendentes de outros grupos que constituíram o Espírito Santo que também têm papel de destaque socioeconômico, político e cultural tanto regional quanto nacionalmente?

Retomando essa questão após mais de 12 anos, amplio essa reflexão procurando apresentar outros elementos que auxiliem no amadurecimento e na compreensão dessa problemática. Nesse sentido, defendo que a construção da discussão da italianidade como principal etnia que compõe a identidade capixaba permaneceu e se mantém fortalecida, ainda que de forma mais frágil, à sombra da discussão sobre a multiplicidade migracional para o estado, ou ao resultado dos últimos censos demográficos nos quais a maioria da população se declara parda ou negra.

Para tal, apresento duas hipóteses: a circulação de informação não acadêmica que mantém uma narrativa maiormente vinculada a importância dos imigrantes estrangeiros, especialmente os italianos. E, por outro lado, a produção acadêmica ainda incipiente sobre grupos de origem africana e de indígenas, nos períodos anteriores à criação dos programas de pós-graduação no Espírito Santo nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, e no período atual, com circulação limitada nos círculos mais intelectualizados, na mídia e nos grupos de formação de opinião. E, especialmente, uma produção muito reduzida sobre migração nacional

Tais contextos ajudam a manter um discurso favorável à continuidade da narrativa sobre a italianidade. Inerentes a essas questões estão outras que considero importantes, mas que precisam de outros estudos mais aprofundados e que não serão realizados no âmbito deste artigo. São eles sobre: o papel da imprensa neste discurso; a questão do poder, tan-

to das relações de poder quanto de poder político e econômico; a prevalência de brancos nas academias e instituições públicas até então, dentre outras.

Outros fatores que podem ser indicados são, por exemplo, a ascensão de Gerson Camata, descendente de uma família italiana, que foi eleito governador do estado após o golpe militar, apenas um Renato Casagrande ganhou o poder. Mesmo que após seu governo o estado tenha sido governado por dois descendentes de árabes (Vitor Buaiz e Max Mauro), um negro (Albuíno Azeredo), um descendente de português (José Ignácio Ferreira), um descendente de alemães (Paulo Hartung).

Assim como as comemorações da imigração italiana, e de outras etnias estrangeiras, que, em uma onda de grande despertar, envolvem as cidades e pequenos municípios do estado com apresentações de danças tradicionais, corais, "panelões de polenta" e bandeirolas representativas dos países de origem dos imigrantes penduradas nas janelas e nas ruas. Um movimento de "rivival" étnico simbólico que atinge sobretudo as gerações de descendentes que já se estabeleceram como classe média (DADALTO, NICOLI, SILVA, 2024 apud GANS, 1979) como ocorreu com a comemoração dos 150 anos da imigração italiana no Espírito Santo, conforme fotografia a seguir.

Figura 1: Selo comemorativo 150 anos da imigração italiana
Fonte: https://comunitaes.org.br/

Contudo, preciso esclarecer que neste artigo, não apresentarei argumentos que possam verificar essas hipóteses tendo em vista a necessidade de aprofundamento da pesquisa em vários aspectos – levantamento mais completo de dados num recorte amplo de tempo tanto em repositórios acadêmicos, quanto de veículos jornalísticos, número de professores e estudantes brancos e negros nas instituições públicas e privadas etc. Por hora, me permito apenas a ousadia de lançá-las, esperando, inclusive, que outros pesquisadores também possam debater o tema com vistas a confirmá-las ou refutá-las.

Nesse contexto, considero necessário descrever e entender a estrutura social e econômica do Espírito Santo a partir do século XVIII, tentando situar esse período em uma perspectiva diacrônica e sincrônica. Acredito que é importante que seja lançada luz às dimensões micro e macrogeográfica e na circulação de ideias para que seja construído um debate consistente sobre a população capixaba. Mesmo que este artigo se pretenda como um ensaio interpretativo que aponte questões que possam ampliar o debate futuro.

O primeiro quartel do século XIX inaugura o período que delimita a constituição sociocultural e econômica do Espírito Santo, localizado na região sudeste do Brasil. Foi no século XIX que se iniciou o encontro de europeus, sírios, libaneses e asiáticos com aqueles que já habitavam essa terra: indígenas, africanos, portugueses e seus descendentes. Estes últimos já apresentavam os fenótipos da hibridização (HALL, 2003) étnico cultural.

Os imigrantes estrangeiros começaram a chegar em 1812. Naquele ano, um pequeno grupo dos Açores (MARIANO, 2019) se estabeleceu em Viana. A partir de 1847, mais imigrantes chegaram: alemães, pomeranos, italianos, poloneses, suíços, holandeses, tiroleses, americanos, sírios, libaneses, chineses e outros. A grande maioria, mais especificamente os europeus, veio atraída por assentamentos patrocinados pelo governo.

Sobre a atração dos imigrantes estrangeiros, é necessário destacar que os sírios e libaneses vieram por conta própria. Muitos, inclusive, deslocavam-se do Rio de Janeiro e de Minas Gerais – estados onde

primeiro se assentavam, encontravam os parentes, e de lá rumavam para o Espírito Santo. (SILVA, 2019). No primeiro quarto do século XX, após uma ação entre o governo estadual e a Sociedade de Colonização Polonesa, foi fundada uma colônia de poloneses.

Após a colonização, a maioria dos imigrantes europeus obteve terras para estruturar suas vidas e as de suas famílias. Ao adotar esse modelo político de distribuição de terras, o governo imperial implementou seu projeto colonizador eurocêntrico e buscou projetar, internacionalmente, a imagem de um país civilizado, com progresso e desenvolvimento econômico, em oposição ao país da barbárie, composto por povos indígenas e escravizados negros.

Com relação ao processo de imigração estrangeira para o Espírito Santo, ainda é necessário destacar dois pontos que, a meu ver, são importantes para entender a discussão sobre o italianismo. O primeiro é que as terras concedidas pelo governo sempre foram destinadas a europeus - fato que está associado à construção da ideia de um país civilizado, tendo em vista também o período de modernização pelo qual passava o continente europeu, apesar das mazelas sociais; e o fluxo maciço de imigrantes vindos do norte, mais especificamente da região do Vêneto.

Dos 54.155 imigrantes estabelecidos no Espírito Santo, 36.666 eram italianos. A chegada de imigrantes do Vêneto é justificada, por Franzina (2006), motivada pelo fato de serem pessoas consideradas com índole menos guerreira e com mais possibilidades de serem dominados por um comportamento submisso. E, cujas raízes, este autor debita que são baseadas no modelo feudal.

No entanto, durante todo o período de imigração estrangeira, houve também, paralelamente, uma migração interna composta por mineiros, fluminenses e nordestinos, que, ao contrário dos imigrantes estrangeiros europeus, foram deixados à própria sorte - juntamente com milhares de mestiços e negros brasileiros livres. Assim como os indígenas que habitavam o território espírito-santense de Norte a Sul. Muitos deles, do grupo Macro-Jê, que desafiaram o Império, foram caçados e confinados em aldeias ou simplesmente mortos.

Deve-se observar também que a migração interna de mineiros, nordestinos, fluminenses etc. para o Espírito Santo, até os dias atuais é praticamente invisível, pois, pouco se debate sobre ela. Isso em termos acadêmicos, da mídia ou mesmo ficcionais. Em termos quantitativos, a migração interna pode ser verificada pela evolução da população do Espírito Santo de 1870 a 1940. Nesse período o estado teve um crescimento populacional de mais de 1.400%.

Eram homens, mulheres, crianças, brancos, negros e "pardos" buscando as oportunidades oferecidas pelas áreas pioneiras em expansão. Assim, se correlacionarmos dados dos censos e a crença, baseada no senso comum, de que a maioria da população é de origem italiana, verificamos que há discrepâncias entre os dados e a opinião pública. Com 3.833.712 pessoas (IBGE, 2022) , sendo que: 1.908.803 se declararam pardas; brancas, 1.479.275; pretas, 429.680; indígenas, 14.410; e amarelos, 4.268.

Por sua vez, ao analisarmos a produção de estudos ficcionais, memorialísticos, acadêmicos e não científicos sobre imigrantes italianos, descendentes e outros grupos étnicos de 1960 a 2002, encontramos uma produção realizada por imigrantes ou descendentes italianos que já está assentada e tem repercussão pública. Em minhas pesquisas no ano de 2008, examinei 45 obras, das quais: 35,7% são memórias e autobiografias escritas ou reproduzidas por filhos e netos de imigrantes italianos; 13,3% são romances que relatam a imigração estrangeira ou a migração interna no estado.

Os estudos acadêmicos sobre imigração começaram a ser realizados com mais vigor a partir da década de 1990, constituindo 28,8% dos trabalhos pesquisados e analisando principalmente questões relacionadas ao período da imigração estrangeira. Dez estudos não científicos também foram elaborados, representando 22,2% dos trabalhos. Estes dados levantados e, se comparados ao que vem sendo produzido, indica que a produção sobre outros migrantes é mais recente, a partir do século XXI.

Assim, esse levantamento contém uma importante indicação da construção da narrativa da italianidade no Espírito Santo. Especialmente porque a

maioria das publicações diz respeito ao interior do estado. E contam histórias de sofrimento, trabalho e vitória dos imigrantes italianos e seus descendentes no Espírito Santo. É uma narrativa que enfatiza o caráter idealizado do imigrante italiano como homem de negócios, constantemente tentando superar as dificuldades e sempre pronto para recomeçar (Dadalto, 2008).

Esse sentimento de italianidade pode ser percebido em diferentes narrativas e em diferentes ambientes. Um estudo de Marcia Regina Batista (2019) sobre a ocupação da vila de Aracê, próxima a Domingos Martins, na região do Centro do Espírito Santo, no período de 1888 a 1920, identificou um fluxo de italianos, alemães, mineiros, fluminenses, cearenses, negros libertos e indígenas para o local. Reproduzo aqui um trecho de sua pesquisa:

Assim que realizada a primeira entrevista, com uma descendente de alemães (A), a impressão dos pesquisadores era de que a entrevistada estava absolutamente desinformada, já que a fala dela não condizia com o que se conhecia sobre o assunto até então. Segundo A (2018),

A maioria da população é católica, aqui tem muitas pessoas assim mais morenas, descendente de brasileiro mesmo, sem ser nem italianos e nem alemão. Sempre foi assim. A família de alemão é mais Simmer mesmo, que é branca, o resto todos são pessoas mais morenas. Pomerano tem mais é para o Tijuco Preto, aqui tem poucas famílias. A maioria das pessoas daqui é da sua cor, muito pouco mais branco. Os morenos são os Bickel e os Pereiras, o sobrenome é alemão, mas a cor deles não é cor de alemão não. Tem as esposas deles que são as Trabach, já são alemãs (A, 2018, apud BATISTA, 2019).

Ao iniciar a pesquisa, o entendimento de Márcia Regina Batista sobre Aracê, que é um nome indígena, indicava uma ideia generalizada da italianidade do lugar. Essa opinião encontrava base no fato de que o distrito está localizado próxima a um município chamado Venda Nova do Imigrante. Que é altamente visível devido às festividades sobre a imigração italiana que ocorrem lá todos os anos. Mas também a autor-representação dos moradores de Aracê como italianos, como a autora afirma explicitamente no estudo, levou-a inicialmente a compartilhar essa opinião de forma acrítica.

Outro fator que pode ter aumentado a construção da discussão sobre a italianidade é o propósito político da vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil: branquear e tornar a sociedade brasileira "civilizada" (QUIJANO, 2000). E que foi absorvido e dessa forma entendida, histórica, cultura e simbolicamente, pelos estrangeiros europeus e seus descendentes, como indicam os fatos conhecidos como Jagunçada de Santa Teresa (DADALTO, 2017; ROLDI GUARIZ, 2020)

No século XIX, um dos problemas relacionados às identidades dos diferentes grupos se deveu ao maior poder dado aos imigrantes europeus, que contavam com a ajuda do Estado, enquanto as mulheres brasileiras eram deixadas à própria sorte. Assim, os papéis e os lugares foram definidos com base no modelo de dominação branco e europeu. Na avaliação de Goebel (2016, p. 8), um novo tipo de "colonialismo interno" foi imaginado nas fronteiras das Américas.

Esse sentimento é descrito nos romances publicados no estado e também é evidente em vários julgamentos civis que ocorreram no Espírito Santo. Duas situações se manifestam aqui, uma literária, descrita por Virgínia Tamanini, no romance Karina, e outra, judicial, com um crime envolvendo brasileiros e imigrantes italianos. Ambas ocorreram na região central de Santa Teresa, no século XIX.

Em Karina, Virginia Tamanini relata a experiência de milhares de imigrantes italianos de primeira geração que vieram para o Espírito Santo. Ela começa sua história em meio ao entusiasmo e à emoção causados pelas promessas de Pietro Tabachi, responsável pela introdução do primeiro grupo de imigrantes italianos no Espírito Santo. Desde 1858, ele vinha atuando judicialmente para trazer italianos para a província do Espírito Santo, pois acreditava ser possível fazer fortuna com o sistema de parceria mantido entre a Coroa e seus membros. Tendo recebido favores do governo imperial com o Decreto nº 5295, de 31 de maio de 1873, visitou a região de Trento, sua terra natal, propagando nas aldeias italianas que o Espírito Santo era a terra da Cocanha.

Tamani, em sua narrativa ficcional, apresenta o entrelaçamento das várias etnias, bem como os conflitos entre os personagens que residem no mesmo espaço-tempo das colônias, sintetiza o fenômeno. No livro, a autora revela as dificuldades de não ser um branco, europeu, em um contexto não adequado à diversidade étnica. No caso específico da história, para os não imigrantes, ser brasileiro significava havia também o sentimento de exclusão humana.

Importante ressaltar que os romancistas buscam os acontecimentos do cotidiano para ficcionar. Eles podem ou não estar diretamente relacionados à sua vida, nem terem acontecido tal qual são representados em suas obras, mas são sentidos da expressão do que se passa num determinado lugar, acontecimento etc. Nessa direção, a importância de validar suas narrativas.

Outra situação ocorrida no interior de Santa Teresa no Século XIX e que demonstra a importância da compreensão dos imigrantes como sujeitos com o poder de embranquecer a população brasileira, resultou em um crime. Um capitão, vindo da Itália, afirma que os donos da terra onde ele e outros estavam assentados eram eles. Os brasileiros eram os usurpadores (DADALTO, 2017; ROLDI GUARIZ, 2020).

A partir desse acontecimento, podemos analisar a mudança do significado simbólico e da percepção de quem somos - que, no caso citado acima, o imigrante europeu, italiano, colonizador, se torna o homem civilizado dono da terra. E o outro, o brasileiro, o bárbaro, aquele que, após a lei que põe fim a escravização, foi privado do direito à sua própria terra.

Estes fatos, tanto o que têm como base o cotidiano romanceado por Virginia Tamani, quanto o que opõe em lado opostos imigrantes e brasileiros, são fatos que demonstram com clareza como o projeto de modernização e civilização do país, atravessado pelo discurso de branquitude populacional, foi mobilizado em favor de milhares de imigrantes europeus. E, sobretudo, que este projeto continua em vigor.

Orlandi (2005, p. 68) considera necessário interpretar os conteúdos das histórias "como discursos, cuja materialidade está relacionada à exterioridade". Nesse sentido, entendo que muitas narrativas são representações do imaginário, resultantes do projeto imigratório de "vencer na América", que ainda é levado adiante como um ideal por alguns dos descendentes de imigrantes europeus.

Entendo que a constituição de uma narrativa de um grupo que enfrentou dificuldades inimagináveis no Velho Mundo e superou o desafio de "Vencer na América", como assim traduz o conteúdo de cartas e relatos dos imigrantes e descendentes, dá a muitos a sensação de que participam dos resultados dessa história de vida, superestimando o papel de um grupo e apagando a história de outros grupos, inclusive imigrantes estrangeiros.

Assim, a questão não é o reconhecimento da contribuição dos italianos para a construção sócio-histórica, cultural, política e econômica do Espírito Santo, isto é reconhecido. Mas a invisibilidade, na história coletiva, da importância dos outros grupos étnicos que participaram desse desenvolvimento: imigrantes estrangeiros e brasileiros dos mais diversos com culturas, valores e símbolos.

Afirmando-se como um estado de maioria italiana, a sociedade capixaba apoia, mesmo que subliminarmente, outras ideias que constituíam o ideal de civilização branca do século XVIII, presente no projeto político migratório do Império. Nega-se toda a intensidade do processo de hibridização que ocorreu no Espírito Santo - como em todo o Brasil.

Isso implica contradizer estatísticas históricas e demográficas, que também estão presentes nos pedidos de cidadania, nas quais há uma diversidade de sobrenomes: desde portugueses à alemães, poloneses, sírios, libaneses etc. (DADALTO, 2008). Mas é, sobretudo, recusar-se a olhar, a compreender a alteridade que compõe os lugares e as cidades amalgamadas por culturas fortalecidas por laços étnicos desde o início da colonização (ibéricos, nações indígenas e várias etnias africanas), que sofreriam novas reconfigurações a partir da chegada de tantas pessoas.

5. Referências

ALMADA, V. P. F. **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo.** Vitória: SPDC/UFES, 1993.

BATISTA, Marcia Regina. **Ocupação do distrito de Aracê (1888-1920).** Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, (Dissertação em História), 2019.

COLBARI, A. Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. **Revista Brasileira Ciências Sociais,** São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.

DADALTO, M. Cristina; DOTA, Ednelson M. Ciclos econômicos e migração no Espírito Santo do século XIX ao XXI: novos contextos, velhos condicionantes. Revista Ágora, v. 34, n. 3, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/agora/issue/view/1537. Acesso em: 18.10.2024. DOI: 10.47456/e-2023340304

DADALTO, M. C. Os rastros da identidade da diversidade capixaba. **Revista Sinais**, v. 1, n 0 1, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2680 Acesso em 15.6.2023

DADALTO, M. Cristina. Cenas de violência na tessitura entre imigrantes italianos e brasileiros no interior do Espírito Santo. **Boletim Museu Emílio Goeldi.** Ciências Hum., Belém, v. 12, n. 1, p. 189-200, jan.-abr. 2017.

DADALTO, M. Cristina; NICOLI, S.; SILVA, A. V. "Noi Siamo la Storia": uma "comunidade" italiana no whatsapp? **Projeto História,** v. 81, pp. 166-196, set.-dez., 2024.

DOTA, E. M. ; FERREIRA, F. C. . Dinâmica econômica e urbano-regional no Espírito Santo: reestruturação produtiva e deslocamentos populacionais. **Eure-Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales,** v. 49, p. 1-21, 2023.

DOTA, E. M. . Trajetórias de mobilidade residencial na periferia metropolitana da RM de Vitória: estratégias e conjunturas. **Terra Livre**, v. 2, p. 337-368, 2022.

DOTA, Ednelson M. . Oportunidades de trabalho e a migração rural-urbana no Espírito Santo. **Revista Rural & Urbano**, v. 04, p. 37-56, 2019.

FRANCESCHETTO, C. **Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX.** Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. (Coleção Canaã; v. 19).

FRANCISCO NETO, L. **O caso do bairro Adalberto Simão Nader, em Guarapari: um olhar sobre a violência urbana à luz dos fluxos migratórios.** 2019. Dissertação (História) - Universidade Federal do Espírito Santo

FRANZINA, E. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil.** Campinas, Unicamp, 2006.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** São Paulo: Humanitas, 2003

HOLANDA, Sérgio B. de "Notas do Espírito Santo" In: BARBOSA, F. A. (org.) **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda.** Rio de Janeiro: Rocco, 1988. pp. 89-92.

GANS, H. J. Symbolic ethnicity: the future of ethnic groups and cultures in America. **Ethnic and Racial Studies,** v.2, n.1, p.1-20, 1979. Disponível em: https://www.tandfonline.com/toc/rers20/2/1. Acesso em: 22 mai. Doi: http://dx.doi.org/10.1080/01419870.1979.9993248

MARIANO, F. P. **Festa do Divino em Viana no Século XXI: memórias afetivas na construção de uma açorianidade capixaba.** Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019

MARTINS, Robson L. M. Terra, trabalho e café: as experiências de liberdade a partir das memórias dos descendentes de libertos, no sul do Espírito Santo c.1888 - c.1940. Resgate - **Revista Interdisciplinar de Cultura,** Campinas, v. 32, p. 1-41, 2024. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8676470/35123. Acesso em: 03/12/2024. DOI: 10.20396/resgate.v32i00.8676470

MENEZES, M. Eugênia. **Jornal da USP.** Ano XV, n. 601, 17 a 23 de jun, de 2002. Disponível em: https://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp601/pag1011.htm Acesso em 18 de novembro de 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, Pontes, 2005

QUIJANO, A. "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina" in LANDER, Edgardo (a cura di) La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. **Perspectivas Latinoamericanas.** Buenos Aires, CLACSO, 2000. p. 122-151.

ROLDI GUARIZ, F. (2021). A Jagunçada de Barracão: vingança, racismo e morte na comarca de Santa Teresa/ES (1897). **Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo,** 4(8). Recuperado de https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/33992

SANTOS, A. S. **Sírios e libaneses no sul do Espírito Santo (1890-1930).** 2019, 388f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

SILVA, M. G.. **Crescimento urbano-industrial e a dinâmica migratória na Região Metropolitana da Grande Vitória (1960-2010): as particularidades socioespaciais dos impactos no município da Serra.** 2015. Dissertação (História) - Universidade Federal do Espírito Santo,

SILVA, E. **A exploração de madeira e a territorialização do capital no norte do Espírito Santo (1920-1985).** 2024. Tese (História). Universidade Federal do Espírito Santo.

SUCE, D. P. A. **A política habitacional do município de Serra/ES nas décadas de 1960 a 2010: o impacto do fluxo migratório na formulação de políticas públicas.** 2016. Dissertação (História) - Universidade Federal do Espírito Santo

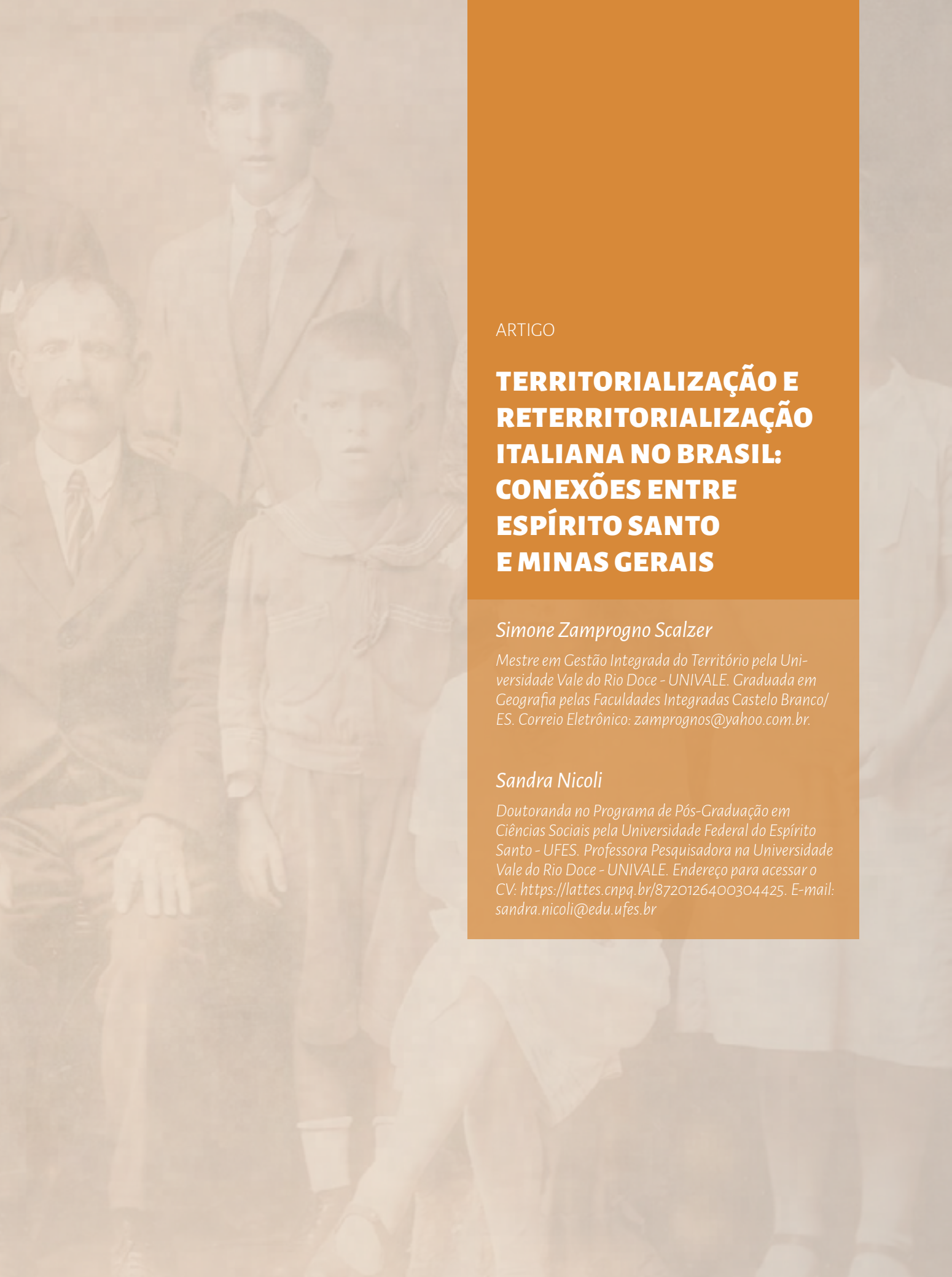
TAMANINI, Virginia. Karina. Brasília, [s.e.], 1981.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil.** São Paulo, Nobel, 1989.

VILAÇA, A. **Albergue dos Querubins.** Vitória: SPDC/UFES, 1995.

VILAÇA, A. **Cotaxé: romance do efêmero estado de União de Jeovah.** Vitória: SEJUC/SPDC/IJSN, 1997.

VILAÇA, A. **Cartas Fantasmas: era uma vez em Ecoporanga.** Lisboa: Chiado, 218.



ARTIGO

TERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO ITALIANA NO BRASIL: CONEXÕES ENTRE ESPÍRITO SANTO E MINAS GERAIS

Simone Zamprogno Scalzer

Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE. Graduada em Geografia pelas Faculdades Integradas Castelo Branco/ES. Correio Eletrônico: zamprognos@yahoo.com.br.

Sandra Nicoli

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Professora Pesquisadora na Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE. Endereço para acessar o CV: https://lattes.cnpq.br/8720126400304425. E-mail: sandra.nicoli@edu.ufes.br

Resumo

O estudo analisa os processos de territorialização das famílias de imigrantes italianos no Espírito Santo, no final do século XIX, e a reterritorialização dessas e/ou dos oriundi em Minas Gerais, no início do século XX. Baseando-se em relatos orais e fontes bibliográficas, a pesquisa, de abordagem qualitativa, examina como as famílias de imigrantes, provenientes majoritariamente do norte da Itália, contribuíram para a formação de territórios italianizados, moldando identidades e relações sociais em terras brasileiras. No Espírito Santo, famílias italianas desempenharam papel central na ocupação de pequenas propriedades rurais voltadas para a produção cafeeira, enquanto em Minas Gerais, a busca por novas terras impulsionou o movimento de reterritorialização. Os resultados evidenciam que a manutenção de práticas culturais e sociais, aliada à introdução de novas técnicas agrícolas, promoveu transformações significativas nos territórios ocupados. Nesse sentido, este estudo contribui para a compreensão das dinâmicas migratórias e de adaptação cultural no contexto brasileiro, ressaltando o papel das famílias de imigrantes italianos como agentes na configuração territorial.

Palavras-chave: Imigração Italiana, Territorialização, Reterritorialização, Propriedade Familiar, Cafeicultura.

Riassunto

Lo studio analizza i processi di territorializzazione delle famiglie di immigrati italiani nello stato dell'Espírito Santo, alla fine del XIX secolo, e la riterritorializzazione di queste e/o degli oriundi nello stato di Minas Gerais, all'inizio del XX secolo. Basandosi su racconti orali e fonti bibliografiche, la ricerca, di approccio qualitativo, esamina come le famiglie di immigrati, provenienti principalmente dal nord Italia, abbiano contribuito alla formazione di territori italianizzati, plasmando identità e relazioni sociali in terra brasiliana. Nell'Espírito Santo, le famiglie italiane hanno svolto un ruolo centrale nell'occupazione di piccole proprietà rurali dedicate alla produzione di caffè, mentre a Minas Gerais, la ricerca di nuove terre ha stimolato il movimento di riterritorializzazione. I risultati evidenziano che il mantenimento di pratiche culturali e sociali, unito all'introduzione di nuove tecniche agricole, ha promosso trasformazioni significative nei territori occupati. In questo senso, lo studio contribuisce alla comprensione delle dinamiche migratorie e di adattamento culturale nel contesto brasiliano, sottolineando il ruolo delle famiglie di immigrati italiani come agenti nella configurazione territoriale.

Parole chiave: Immigrazione Italiana, Territorializzazione, Riterritorializzazione, Proprietà Familiare, Coltivazione del Caffè.

Introdução

Os deslocamentos populacionais sempre fizeram parte da história da humanidade, constituindo-se em elementos essenciais para a compreensão da formação das sociedades e identidades culturais (Nicoli, 2014). No Brasil, a política imigratória voltada para a colonização de terras públicas começou a ser delineada antes da Independência, com o decreto de D. João VI que viabilizou o acesso à terra para estrangeiros no regime de sesmarias. O projeto de colonização imigrantista era fundamentado na pequena propriedade familiar, com o objetivo de povoar territórios considerados "vazios demográficos" e promover a agricultura em bases familiares (Seyferth, 2000).

Nesse contexto, a segunda metade do século XIX foi marcada pelo início da imigração europeia em larga escala, sobretudo italiana. As Províncias das grandes lavouras cafeeiras passaram a financiar a imigração de mão de obra, atraindo milhares de camponeses europeus para o Brasil. Como menciona Santos (2010), a imigração transoceânica trouxe à América uma diversidade de povos de origem rural, sendo a imigração italiana especialmente significativa para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro (Boni, 1990).

Enfatiza-se que o Espírito Santo e Minas Gerais receberam fluxos migratórios relevantes de famílias italianas. No Espírito Santo, a imigração teve como marco a chegada da expedição de Pietro Tabacchi, em 1874, que trouxe imigrantes do Tirol italiano para a fazenda Nova Trento. Embora muitos tenham abandonado a fazenda devido às condições insatisfatórias, o maior grupo estabeleceu-se no Núcleo Timbuy, atual município de Santa Teresa (Scalzer, 2015).

Segundo Monteiro (1994), o fluxo de estrangeiros de maior intensidade em Minas Gerais foi dos italianos. Mesmo que o Estado de Minas não tenha tido grande destaque em relação à imigração europeia - os italianos se sobressaíram nesse Estado. O imigrante italiano era não só útil como mão-de-obra, mas atendia também como elemento colonizador. Indiscutivelmente, foi a corrente italiana preponderante na imigração para Minas Gerais conforme menciona Anastásia (1990).

Os processos de territorialização e reterritorialização das famílias de imigrantes refletem um esforço contínuo para transformar o espaço físico em territórios italianizados, impregnados de identidades e práticas culturais herdadas do norte da Itália (Haesbaert, 2007; Nicoli, 2014). Esses movimentos foram marcados por desafios, como a adaptação ao novo ambiente, e por estratégias para superar a escassez de terras, incluindo a migração interna dentro dos núcleos coloniais e a busca por novas fronteiras agrícolas.

Este estudo tem como objetivo analisar os processos de territorialização das famílias de imigrantes italianos no Espírito Santo e de reterritorialização dessas famílias e/ou dos oriundi em Minas Gerais, considerando as dinâmicas de mobilidade populacional. Para compreender esse fenômeno e a formação de territórios "italianizados", utilizou-se a memória dos oriundi dessas famílias, por meio de relatos orais, e a análise de referenciais bibliográficos pertinentes ao tema.

Destaca-se que a metodologia da História Oral desempenhou um papel crucial, permitindo o registro de práticas, costumes, identidades e tradições de origem. Essa abordagem contribuiu significativamente para a compreensão dos processos de adaptação e integração das famílias de imigrantes italianos ao novo ambiente (Nicoli, Genovez e Siqueira, 2013).

Nesse sentido, ao considerar a dinâmica dos deslocamentos e os processos territoriais, o presente estudo busca ressaltar como as famílias italianas transformaram os espaços geográficos ocupados, incorporando elementos culturais e moldando novas territorialidades.

Imigração italiana no Brasil/Espírito Santo - Minas Gerais

A imigração italiana para o Brasil teve início com a chegada da Expedição de Pietro Tabacchi, em 21 de fevereiro de 1874, considerada um marco da imigração italiana em massa no país (Grosselli, 2008). Essa data foi institucionalizada como o "Dia do Imigrante Italiano" por meio da Lei nº 11.687, de 2 de junho de 2008, em reconhecimento

à contribuição dos italianos para a formação cultural e econômica do Brasil.

As famílias italianas que migraram para o Brasil deixaram para trás as paisagens e raízes do norte da Itália, buscando melhores condições de vida. Segundo Bassanezi (1995), a imigração italiana no Brasil apresentou peculiaridades, como o predomínio de famílias e a forte representatividade de migrantes provenientes do Vêneto. No caso de Santa Teresa, a maioria das famílias de imigrantes tinha origem trentina, destacando-se pela manutenção de laços culturais e identitários.

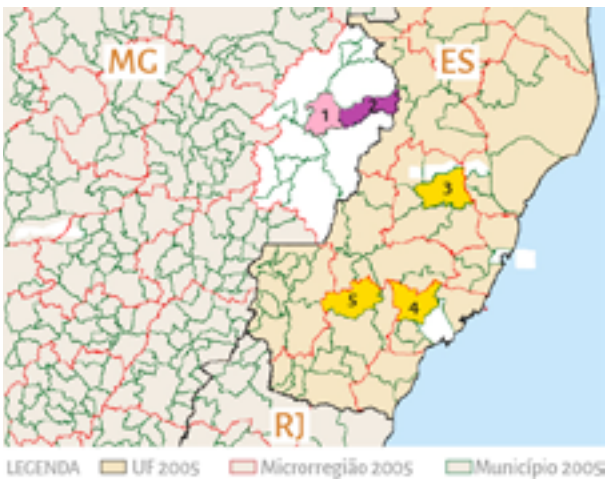


Figura 01: Espírito Santo e Minas Gerais - Pontos de chegada.
Fonte: Elaboração Mauro Augusto dos Santos. Base de dados cartográficos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Relação dos municípios: 1. Santa Rita do Itueto; 2. Itueta; 3. Castelo; 4. Alfredo Chaves; 5. Santa Teresa.

A possibilidade de possuir e cultivar terras foi um dos principais atrativos para as famílias italianas, especialmente no Espírito Santo e no sul do Brasil. Como observado por Busatto (2010), o sonho de muitos imigrantes era ter "um pedaço de terra para cada um trabalhar no que era dele". Esse desejo de propriedade individual foi incentivado por políticas públicas e fez parte dos planos governamentais de colonização, voltados para a expansão agrícola.

No sul do Brasil, as colônias italianas se destacaram como importantes polos de produção agrícola, abastecendo o mercado interno. Na região sudeste, especialmente no Espírito Santo, a imigração italiana também teve grande relevância, com levas de famílias chegando ao porto de Vitória e sendo direcionadas ao interior do estado (Busatto, 1990; Bussola, 1990).

Em Santa Teresa, núcleo emblemático da imigração italiana, as famílias desempenharam um papel central no desbravamento e povoamento, deixando marcas identitárias que perduram até os dias atuais (Scalzer, 2015). A ocupação desse território geográfico estava atrelada ao cultivo do café, uma das principais estratégias governamentais para o desenvolvimento econômico da região (Dadalto, 2009).

A política imigrantista do Espírito Santo, baseada na pequena propriedade familiar, atraiu camponeses das regiões de Trentino-Alto Ádige e Vêneto, que trouxeram suas práticas agrícolas e culturais. Em contraste, Minas Gerais foi um destino secundário para a maioria das famílias italianas, geralmente após experiências migratórias em estados vizinhos como São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (Nicoli, Genovez e Siqueira, 2013).

Anastásia (1990) destaca que a política de introdução de imigrantes em Minas Gerais era tímida e frequentemente complementada por trabalhadores nacionais devido ao pequeno fluxo de estrangeiros. No entanto, os italianos se sobressaíram pela facilidade em atender às demandas locais de mão de obra. Os imigrantes italianos em Minas Gerais podiam ser classificados em dois perfis: comerciantes e profissionais especializados, que se fixavam nos centros urbanos, e agricultores, que se estabeleciam em zonas rurais, contribuindo para a ocupação de terras devolutas e o desenvolvimento agrícola (Nicoli, Genovez e Siqueira, 2013).

Nesse contexto, o estudo analisa os processos de territorialização e reterritorialização das famílias italianas em Santa Teresa, Alfredo Chaves e Castelo no Espírito Santo, no final do século XIX, e em Itueta e Santa Rita do Itueto, em Minas Gerais, no início do século XX.

A territorialização, como destaca Haesbaert (2007), não é apenas a ocupação de um espaço físico, mas também a construção de relações sociais e culturais que dão sentido a esse espaço, transformando-o em território. Esses processos simultâneos de desterritorialização e reterritorialização refletem o esforço dos migrantes em recriar, no novo ambiente, práticas e identidades herdadas de seus territórios de origem (Raffestin, 1993).

Evidenciando as localidades em estudo

Para uma melhor compreensão do campo em estudo, apresentam-se, de forma sucinta, as localidades que serviram como pontos de chegada para as famílias de imigrantes italianos, provenientes das regiões do Trentino-Alto Ádige e do Vêneto, na Itália, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX. Essas localidades são predominantemente rurais, caracterizadas por propriedades familiares cuja base econômica está centrada na agricultura. A produção cafeeira constitui a principal atividade econômica dessas regiões, moldando a configuração social e econômica do território, conforme apontado por Nicoli (2014) e Scalzer (2015).

Geograficamente, as localidades incluem Alfredo Chaves e Castelo, no sul do Espírito Santo; Santa Teresa, na região serrana do Estado; e Itueta e Santa Rita do Itueto, no leste de Minas Gerais. Ressalta-se que, no período histórico analisado, as delimitações geográficas ainda não possuíam os contornos atuais. A figura 01 ilustra a localização dessas regiões.

Ressalta-se que a imigração italiana para Santa Teresa teve início em 1874, com parte do grupo que integrava a expedição de Pietro Tabacchi. Esse movimento intensificou-se a partir de 1875, com a chegada de novas levas de famílias de imigrantes destinadas à localidade (Scalzer, 2015). O Decreto nº 5.295, de 31 de maio de 1873, autorizou Pietro Tabacchi a estabelecer 700 imigrantes alemães, italianos ou do norte da Europa em sua fazenda, no então município de Santa Cruz (Daemon, 1879). Em 21 de fevereiro de 1874, Pietro Tabacchi desembarcou no porto de Vitória, trazendo, a bordo do navio Sophia, 386 imigrantes da região do Tirol italiano para sua fazenda Nova Trento, em Santa Cruz, no Espírito Santo (Daemon, 1879).

Contudo, as famílias de imigrantes italianos enfrentaram condições insatisfatórias de moradia e trabalho, levando muitos a abandonarem a fazenda. Alguns retornaram à Itália; outros migraram para o sul do Brasil ou para diferentes pontos da Província do Espírito Santo. O maior grupo estabeleceu-se no Núcleo Timbuy, atual município de Santa Teresa (Scalzer, 2015).

A distribuição de lotes de terra para o cultivo do café era uma questão central no projeto de ocupação das terras devolutas do Espírito Santo. A administração provincial padronizou os tamanhos e formatos dos lotes, estabelecendo um modelo de pequenas propriedades rurais que perdura até os dias atuais. Embora o controle governamental sobre esse processo fosse limitado, as famílias de imigrantes desempenharam um papel ativo, trocando, vendendo e redefinindo os limites de seus lotes, conforme suas necessidades e aspirações (Scalzer, 2015).

O processo de ocupação territorial em Santa Teresa foi marcado pela constante mutação, à medida que novas levas de imigrantes chegavam e outros buscavam melhores condições em outras terras. Scalzer (2015) destaca que esse território estava em transformação contínua, moldado pelas dinâmicas sociais e econômicas das famílias de imigrantes italianos.

Conforme Saquet (2011), a construção histórica de um território está intrinsecamente ligada a processos de apropriação e dominação do espaço. Em Santa Teresa, as famílias de imigrantes italianos transformaram o território designado pelo Governo, impondo marcas culturais e redesenhando continuamente suas características. Esse processo resultou em um território impregnado de suas territorialidades, reflexo de suas relações sociais e práticas cotidianas.

Outro fenômeno relevante foi a migração dentro do próprio Núcleo Colonial e, posteriormente, para novas frentes de colonização. Scalzer (2015) relata que, em muitos casos, as famílias de meeiros ou mesmo os proprietários de lotes migravam em busca de melhores condições. Essa dinâmica interna foi fundamental para o surgimento de novos núcleos coloniais, tanto no norte do Espírito Santo quanto em Minas Gerais.

O senhor Alcebiades Feller (2014, informação verbal) esclareceu que muitos foram os casos de filhos de imigrantes que migraram para novas frentes de colonização. As famílias eram numerosas, e a terra era insuficiente para a sobrevivência de todos. Muitos casais tinham mais de dez filhos e no final do século XIX e início do século XX, não havia terra para

todos os jovens, como ocorreu anteriormente.

Um exemplo a citar é o que caso de Cesare Marchioro, que com mais de 60 anos de idade migrou para as terras mineiras de Itueta. Cesare chegou ao Espírito Santo, com sua família aos cinco anos de idade (PROJETO IMIGRANTES, 2020). No recenseamento das propriedades rurais do Espírito Santo de 1920, Cesare Marchioro aparece como proprietário de dois terrenos, nas proximidades do Distrito de São João de Petrópolis, antigo Barracão (Santa Teresa). Contudo vendeu suas terras no Espírito Santo anos depois e, em 1935, a família Marchioro deixou a região em busca de mais e melhores terras para cultivar, a fim de garantir o sustento da numerosa família.

No relato oral colhido por Sandra Nicoli com a neta de Cesare, a senhora Lídia Marchioro (2011) menciona que: "É família grande. Eis quiseram mudar assim, um pouco a... E lá era pequeno, igual ele estava falando, lá era assim, era um lugar muito pequeno. Aí quis se espalhar mais aqui".

Ressalta-se que Lídia tinha apenas vinte dias de vida quando migrou com a família de São João de Petrópolis/Santa Teresa para Itueta (MG); e segundo a senhora Marchioro, relembrando os relatos dos pais, comenta que as terras eram bem mais baratas em Minas Gerais e com a venda das terras em Santa Teresa, conseguiram comprar quarenta alqueires em Itueta.

Nesse ponto, é possível observar que essa migração interna reflete a busca por melhores condições para sustentar famílias numerosas, cenário comum no final do século XIX e início do século XX.

De maneira similar, Alfredo Chaves e Castelo, no Espírito Santo, também tiveram a imigração italiana como elemento central em sua ocupação territorial. Em Alfredo Chaves, as primeiras famílias italianas chegaram em 1878, vindas do Vêneto. Já Castelo recebeu colonos de origem italiana no final do século XIX, muitos dos quais oriundos de Alfredo Chaves (Casagrande e Barbiero, 2012). Esses movimentos migratórios internos e externos contribuíram para a expansão territorial e econômica, sempre centrada na cultura cafeeira.

No caso de Minas Gerais, Itueta e Santa Rita do Itueto passaram a receber famílias italianas por volta de 1920. Rezende e Álvares (2009) observam que o interesse governamental pelo povoamento do Vale do Rio Doce abriu caminho para colonos provenientes das áreas montanhosas do Espírito Santo. Nessas localidades, as famílias migrantes substituíram a floresta pelo cultivo do café, transformando territórios inabitáveis em lavouras produtivas.

Os processos de territorialização e reterritorialização, conduzidos pelas famílias de imigrantes italianos e oriundi, transformaram Santa Teresa, Alfredo Chaves, Castelo, Itueta e Santa Rita do Itueto em territórios "italianizados". Ao territorializarem-se, os imigrantes recriaram elementos culturais de seus territórios de origem, enquanto a reterritorialização permitiu a adaptação a novas condições. Esses movimentos contínuos moldaram as relações sociais e econômicas que definem essas localidades até os dias atuais (Nicoli, 2014; Scalzer, 2015).

Territorialização em terras espírito-santenses e reterritorialização nas terras mineiras

Para compreender o movimento migratório ocorrido nas localidades em estudo, foi necessário recorrer aos referenciais teóricos de território e territorialidades, bem como aos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Segundo Saquet (2006, p. 83), o território é definido como:

> "[...] heterogeneidade e traços comuns, apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica [...]. É espaço de moradia, de produção de serviços, de mobilidade, de desorganização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente."

A identidade é um componente fundamental na constituição do território, resultando da combinação de processos históricos e relacionais. Saquet (2010, p. 25) ressalta que os territórios e as territorialidades:

> "[...] são vividos, percebidos e compreendidos de

> formas distintas; são substantivados por relações. Homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem; por diversidade e unidade; (i)materialidade."

Destaca-se que esses processos históricos e sociais deram origem aos territórios apropriados pelas famílias de imigrantes italianos no Espírito Santo e Minas Gerais. Conforme Saquet (2003, p. 24), o território é:

> "[...] apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização. [...] O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder."

A territorialidade, como expressão do exercício de poder em determinado espaço, é também uma dinâmica relacional que transforma o espaço em lugar. Segundo Raffestin (1993), a territorialidade pode ser entendida como a forma pela qual a sociedade organiza suas relações de poder em um dado momento, utilizando as interações sociais como meio para atender suas necessidades. Ao recriarem elementos de seus territórios de origem nos locais onde se estabelecem, os imigrantes, nos mostram como este conceito é dinâmico.

Conforme Saquet (2003, p. 39), os processos de desterritorialização e reterritorialização são intimamente ligados:

> "[...] Na primeira, há a perda do território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras [...]. Na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas de suas características."

Haesbaert (2007, p. 99) complementa que "[...] não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte."

No caso dos imigrantes italianos, os relatos orais revelam como esses processos moldaram as transformações territoriais no Espírito Santo e Minas Gerais. As famílias, ao ocupar terras nessas regiões, adaptaram e recriaram práticas sociais e culturais, imprimindo marcas identitárias que atualmente caracterizam esses territórios (Nicoli, 2014).

A territorialização foi o resultado de um esforço contínuo para transformar o espaço físico em um lugar com significado e vivência. Como evidenciado nos relatos, o trabalho desempenhou papel central na construção dessas novas territorialidades. Sayad (1998, p. 109) aponta que "[...] é o trabalho que funda a existência do imigrante, que lhe confere seu estatuto social, legitima sua presença."

A vida cotidiana dessas famílias era marcada pela luta e pela posse de terras, pelo cultivo do café e pela manutenção de tradições herdadas da Itália. No entanto, o lazer e as festividades também desempenharam um papel importante na manutenção da identidade cultural, como destacado nos relatos sobre comidas típicas, danças e celebrações religiosas (Nicoli, 2014; Scalzer, 2015).

As famílias de origem italiana transformaram os espaços geográficos que ocuparam, incorporando elementos culturais ao contexto brasileiro. Conforme Hall (2003), as migrações reconfiguram tanto o território de saída quanto o de destino, resultando em uma mescla de tradições que, ao mesmo tempo, preservam elementos da identidade original e se adaptam às novas condições no novo território.

Considerações finais

Constata-se que as famílias de imigrantes italianos e oriundi foram agentes fundamentais na construção de sua própria história, moldando espaços em territórios inicialmente inseguros e desconhecidos. Essas famílias, ao mesmo tempo em que assimilaram novos costumes e hábitos, mantiveram elementos centrais de sua identidade cultural, preservando traços característicos da sociedade de onde vieram. Ao chegarem às terras brasileiras, como Santa Teresa, Alfredo Chaves, Castelo, Itueta e Santa Rita do Itueto, esforçaram-se para manter sua italianidade por meio da reconstrução de hábitos, valores, religiosidade, costumes e tradições herdadas, adaptando-se às novas condições sociais e econômicas.

No processo de territorialização e reterritorialização, essas famílias imprimiram marcas profundas no tempo e no espaço, contribuindo para a criação de "territórios italianizados". Tais territórios foram apropriados e dominados a partir das relações sociais estabelecidas cotidianamente, representando a fusão entre a cultura de origem e as demandas do novo ambiente. Durante esse processo, os imigrantes italianos e oriundi não apenas adaptaram-se ao novo território, mas também desempenharam um papel crucial na ocupação, colonização e formação de pequenas propriedades familiares.

Um dos principais legados das famílias de origem italiana foi a implementação e consolidação da cultura cafeeira nos territórios em estudo. Por meio do cultivo do café, essas propriedades rurais, sustentadas pelo trabalho árduo das famílias de imigrantes, transformaram esse produto na principal fonte de renda das localidades analisadas. Essa contribuição econômica, além de estruturar a base produtiva da região, reforçou a importância histórica e cultural das famílias de imigrantes italianos como agentes de transformação territorial e social.

Referências

ANASTÁSIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915). In:BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli,1990. 2 vol.

APEES. Recenseamento do Brazil 1920 - Propriedades Rurais do Espírito Santo - Santa Thereza. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Biblioteca Digital.

BASSANEZI, M. S. B. Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide L. (Org) **Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo.** São Paulo: FNUAP-1995. v. 1 p. 3-35.

BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli,1990. 2 vol.

BUSATTO, Luiz. Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo. In:BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil.**Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli,1990. 2 vol.

BUSATTO, Luiz. **Nomes e Raízes Italianos.** Vitória: 2010.

BUSSOLA, Carlos. Alguns aspectos da cultura dos descendentes dos imigrantes italianos no Estado do Espírito Santo. In:BONI, Luís Alberto de (Org.). **A presença italiana no Brasil.**Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli,1990. 2 vol.

CASAGRANDE, André Dell`Orto; BARBIERO, Maria Helena Mion. **Castelo da Pré História ao Início do Século XX**. 2 Edição. Castelo/ES. 2012. Disponível em: http://www.castelo.es.gov.br/site/municipio_livro.asp

DADALTO, Maria Cristina. **A imigração Tece a Cidade – polo industrial de Colatina.** Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.

DAEMON, Bazilio Carvalho. **Província do Espírito Santo:** Sua descoberta, história chronologia, synopsis e estatística. Victoria: Typographia do Espirito-Santense, 1879.

FELLER, Alcebiades. 90 anos. Entrevista concedida a Simone Zamprogno Scalzer. Santa Teresa. 2 abr. 2014.

GROSSELLI, Renzo M. (1952). **Colônias imperiais na Terra do Café:** Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 3 edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MARCHIORO, Lídia. 73 anos. Relato Oral concedido a Sandra Nicoli. Itueta/MG. 13 out. 2011.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930.** Editora Itatiaia Limitada. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, 1994. Vol. 188.

NICOLI, Sandra. I/**Emigração em Itueta e Santa Rita do Itueto – a chegada dos nonos e a partida de seus descendentes para o norte da Itália.** Dissertação (mestrado). Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Governador Valadares, MG, 2014.

NICOLI, Sandra., GENOVEZ, Patrícia Falco., SIQUEIRA, Sueli. Migração, Memória e Território: os descendentes de imigrantes italianos da Microrregião de Aimorés/MG. **Revista História & Perspectivas.** Dossiê: História do Crime, da polícia e da justiça criminal, v. 26, nº 49 (2013). Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História. Revista Eletrônica. http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br

PROJETO IMIGRANTES. APEES, 2020. Consulta em 07/08/2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, Marcos. ÁLVARES, Ricardo. A Ocupação do Médio Vale do Rio Doce e o Surgimento dos Municípios de Aimorés, Resplendor e Itueta. In: REZENDE, Marcos e ÁLVARES, Ricardo (Orgs.). **Era Tudo Mata:** o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor.Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009.

SANTOS, Mirian de Oliveira. Os estudos históricos sobre a imigração no Brasil. In: PACELLI, Ademir et al (Orgs.). **A experiência migrante:** entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 99-101.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana:** O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. **Geografia.** Paraná, ano VIII, n.15, p.71-85, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** 2. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: EDUSP, 1998.

SCALZER, Simone Zamprogno. **O Núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES). Entre a memória e a história.** Rio de Janeiro. Ed. Multifoco, 2015.

SEYFERTH, Giralda. A colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico:** um século de imigração italiana no Brasil.São Paulo: Nobel, 1989.

ARTIGO LIVRE

HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO CARNAVAL DE CONGO DE MÁSCARAS EM RODA D'ÁGUA

Vinícius de Aguiar Caloti

Doutorando em História Social pela UERJ. Bolsista CAPES. Mestre em Humanidades pelo IFES. Graduado em Ciências Sociais e Filosofia pela UFES. Professor autista da educação básica.

Wanderlei Porto do Nascimento Aguiar

Mestrando em Educação Profissional pela UFES. Especialista em Educação pelo IFES. Graduado em Filosofia pela UFES e em Pedagogia pela Pitágoras. Graduado em História pela UFES. Professor autista da educação básica.

Resumo

O Carnaval de Congo de Máscaras é um festejo que ocorre, há mais de 150 anos em Roda D'Água, Cariacica/ES, em homenagem à Nossa Senhora da Penha, padroeira do Espírito Santo, cuja origem guarda relação com os escravizados fugitivos da região, sendo caracterizado por um auto de fé, tradição e alegria, demarcado por um catolicismo popular sincrético com as religiões de matriz africana, abrangendo um público que orbita até 40.000 pessoas, advindas de várias partes do Estado. Atualmente, o Carnaval de Congo inicia-se com uma procissão, guiada pelo andor de uma santa muito bem arrumada, sendo acompanhada pelos integrantes das bandas de congo e por brincantes mascarados, travestidos do personagem mítico João Bananeira e finaliza-se com um momento solene da reza da Ave Maria. A metodologia consiste em uma abordagem qualitativa multidisciplinar que combina pesquisa etnográfica de campo, análise documental e história oral, com base em entrevistas, registros sonoros e iconográficos. O objetivo desta produção é analisar as configurações desse patrimônio, a partir de suas interfaces com a história, a memória, a tradição e o território.

Palavras-chaves: Congo de máscaras; Roda D'Água; patrimônio; memória social; território.

Abstract

The Congo Carnival of Masks is a celebration that has been held for over 150 years in Roda D'Água, Cariacica/ES, in honor of Our Lady of Penha, patron saint of Espírito Santo, whose origins are related to the runaway slaves of the region. It is characterized by an act of faith, tradition and joy, marked by a popular Catholicism that is syncretic with religions of African origin, reaching an audience of up to 40,000 people, coming from various parts of the state. Currently, the Congo Carnival begins with a procession, guided by the float of a very well-dressed saint, accompanied by members of the congo bands and masked revelers, dressed as the mythical character João Bananeira, and ends with a solemn moment of the prayer of the Ave Maria. The methodology consists of a multidisciplinary qualitative approach that combines ethnographic field research, documentary analysis and oral history, based on interviews, sound and iconographic recordings. The objective of this production is to analyze the configurations of this heritage, based on its interfaces with history, memory, tradition and territory.

Keywords: Congo de máscaras; Roda D'Água; heritage; social memory; territory.

Considerações iniciais

No crepúsculo, ao chegarmos num vale cerceado por altos morros arborizados e referto de bananeiras, no Município de Cariacica/ES, pode-se ouvir de longe o ecoar de polifônicas vozes que entoam cantigas e são acompanhadas pelo som grave de tambores e pela sonoridade estridente da casaca, entrecortados pelo ronco da cuíca, afigurando-se num ritmo contagiante que nos parece reiterar as batidas do coração.

Essa é a melodia das bandas de congo, uma importante referência cultural das comunidades tradicionais que vivem numa localidade nomeada Roda d'Água. Refiro-me ao que alguns congueiros indagados, numa investigação etnográfica, afirmam ser uma tradição que abarca diversos elementos das culturas afro-brasileira, indígena e portuguesa, configurando uma referência com fortes entrecruzamentos híbridos (HANNERZ, 1997, p. 3). Entretanto, desde a perspectiva dos entrevistados até o momento, o congo pode ser interpretado como um "sinal diacrítico" (BARTH, 2000, p. 163) ou "negativo fotográfico" das identidades afro-brasileira e afro-capixaba, sem desconsiderar o ponto de vista da interação social com os demais segmentos etnoculturais formadores do processo civilizatório brasileiro (RIBEIRO, 1975, p. 9; SANTOS, 2013, p. 14).

O território de Roda d'Água que aqui consideramos, abrange uma franja de terras que perpassa do Bairro Piranema até a região do Encantado, apresentando oito bandas de congo, que se contabilizam entre as adultas e as mirins. Em sua maioria, são compósitas por descendentes de escravizados que nasceram naquela região ou acolá se instalaram, exercendo variadas atividades econômicas para a sua sobrevivência, amiúde trabalhos subalternos. As bandas se nucleiam em uma associação, a Associação das Bandas de Congo de Cariacica (ABCC-ES), organizando variadas festas no decurso do ano, que têm como vértice, o Carnaval de Congo de Máscaras, uma celebração coetaneamente realizada oito dias após o domingo de Páscoa e que, portanto, dispõe de uma data móvel, seguindo o calendário litúrgico católico, em homenagem à Nossa Senhora da Penha, Padroeira do Estado do Espírito Santo, identicamente salvaguardando grande reverência a São Benedito, o "santo dos pretos", "irmoneiro" e padroeiro que, conforme uma certa hermenêutica da tradição nagô, concebe cada indivíduo como descendente de uma linhagem de Orixás (LYRA, 1981, p. 14). Aliás, duas das bandas de congo na região recebem o nome do Santo, a saber, "São Benedito de Boa Vista" e "São Benedito de Piranema".

Uma festa cuja origem guarda relação com os escravizados fugitivos da circunrregião, há mais de 150 anos, podendo ser caracterizada por um auto de fé, tradição e alegria, demarcada por um catolicismo popular sincrético com as religiões de matriz africanas, de modo a abranger um público que orbita, hoje, até trinta mil pessoas, advindas de várias partes do Estado. Em epítome, atualmente, o Carnaval de Congo inicia-se com uma procissão, guiada pelo andor de uma Santa muito bem arrumada. A caminhada é acompanhada durante todo o tempo, pelos integrantes das bandas de congo e por brincantes mascarados, travestidos do personagem mítico João Bananeira, culminando com uma "missa congueira", identicamente secundada pelos batuques das bandas e finalizando-se com um momento solene da reza da Ave Maria. As músicas [peças] entoadas pelas referidas bandas vocalizam desde temáticas históricas, tais quais a guerra do Paraguai, o período abolicionista, os cantos de trabalho, chegando a assumir as mais politizadas e antirracistas. Contudo, corriqueiramente, predominam composições poéticas que guardam relação com temas da vida quotidiana imediata, bem como: o eu lírico amoroso, a morte, o mar e às experiências de fé popular mediatas, tais quais as devoções aos santos de referência dos altares católicos (NEVES, 1980; SANTOS, 2013).

Cabe-nos destacar a importância deste patrimônio cultural de natureza imaterial na construção da identidade, história, memória social e tradição cultural do município de Cariacica. A propósito, um patrimônio cultural outrora instituído por intermédio de uma sequência de diplomas legais que regulamentou os patrimônios imaterial (Lei 5061/2013), material (Lei

5290/2014) e, por conseguinte, um programa permanente de registro para ambos na esfera da municipalidade (Decreto 137/2017), ao constituir oito livros para a patrimonialização dos bens culturais – por meio de instrumentos de registro e tombamento, ensejando a inscrição do Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D'Água como patrimônio cultural imaterial em 2019.

Efetivamente, propomo-nos uma breve análise das configurações do sobrecitado bem cultural, a partir das interações entre as esferas da história, memória, patrimônio e território. Deste modo, estruturamos este (inter)texto em três tópicos. Primeiro, abordamos a importância da cultura do congo no Espírito Santo. Em seguida, entabulamos uma discussão interdisciplinar de caráter antropológico e histórico, focalizando as congadas e o congo; para, finalmente, constituir uma abordagem relacional entremeando a reflexão histórica, o patrimônio cultural e o território de Roda D'Água.

1. A importância do congo no Espírito Santo

O congo representa um dos mais significativos e disseminados símbolos da cultura capixaba, estando presente em muitas outras manifestações culturais. Inclusive, foi o primeiro patrimônio cultural de natureza imaterial registrado pelo Governo do Estado do Espírito Santo, em 2014. Todavia, representa uma temática pouco explorada como referência cultural das comunidades afro-capixabas. Integrantes da Comissão Espírito Santense de Folclore afirmam que diversos municípios capixabas apresentam bandas de congo, sendo a região de Roda D'Água (Cariacica/ES) configurada como um dos importantes redutos dessa referência cultural, albergando uma das maiores festas de congos capixabas que, nalguns momentos, conforme enfatizamos, reuniu até trinta mil pessoas.

Do mesmo modo, o congo se tornou um bem cultural muito presente em muitos trabalhos artísticos nas esferas do cinema, música, artes plásticas, teatro, et al – sequiosos por condensar a cultura capixaba em seus produtos ou "mercadorias culturais", outrossim incrementando "valores de uso" e de "troca" (MARX, 1998, p. 49) às mesmas, ao engendrar um forte apelo comercial baseado no "sentimento", ou melhor, na "alma" e na "identidade cultural" capixabas. Diversos grupos musicais se projetaram no cenário capixaba e nacional lançando mão do ritmo do congo (BRAVIN, 2008, p. 15; CARVALHO, 2004, p. 7; SANTOS, 2013, p. 78). Como exemplos, Martinho da Vila, em seu disco O Canto das Lavadeiras (1989), fez uma gravação de uma música tradicional do congo, a cantiga "Madalena do Jucu", posteriormente (re)gravada por diversos(as) cantores(as), que obteve sucesso nacional e internacional, assim como o robô Spirit que, ao aterrissar no Planeta Marte, em 2004, após ser transportado pela sonda Perseverance, foi acordado pela música Da da da (2001) da Banda Casaca, um grupo musical regional que mescla pop-rock, reggae e congo, projetando (inter)nacionalmente o congo capixaba.

Nossas investigações acerca do bem cultural em questão (ex)surgem da constatação de que não se conhece o congo capixaba de maneira proporcional à sua importância, destacando-se o congo produzido no território étnico de Roda d'Água, sobre o qual há exíguos trabalhos acadêmicos[1]. Desse modo, faz-se necessário analisar as estruturas sociais desse rito celebrativo, procurando-se compreender a importância de tal patrimônio na formação da identidade, cultura, tradição, memória social e história do município de Cariacica, incluídas as relações entre Estado, sociedade civil e patrimônio na produção do desenvolvimento regional.

Os elementos presentes no congo confeccionam "uma teia", na acepção concebida por Geertz (1974, p. 15), onde padrões de signos trabalham interativamente, de forma a construir um universo cultural. Teia

1 Os trabalhos acadêmicos efetivamente relevantes sobre o Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D'Água são: a monografia O congo de máscaras (1993) de Eliomar Mazôco e as dissertações Tamborizar: História e afirmação da autoestima das crianças e adolescentes negros e negras através dos tambores de congo (2005) de Edileuza de Souza, O carnaval de congo de Roda D'Água (2008) de Dagmar Alves de Freitas, Educação ambiental entre os carnavais dos amores com os mascarados do Congo de Roda D'Água (2017) de Andreia Ramos, O preconceito religioso e a cultura de congo nas aulas de artes (2017) de Douglas Costa, "Quem vai organizar?... Ainda não entrou na minha cabeça!" Etnografando o carnaval de congo de máscaras de Roda D'Água (2018) de Nathalia Procópio da Silva.

que vem sendo entretecida por variados atores sociais situados em distintos momentos históricos e na qual estão inseridas diversas outras referências culturais de matriz africana. Estudar essa teia é fundamental para que se possa compreender um pouco mais sobre os descendentes de africanos no Brasil e no Espírito Santo, pois a sua produção cultural constitui uma das matrizes formuladoras da "civilização brasileira" (RIBEIRO, 1995, 63) e do povo capixaba.

Daí a importância de confeccionar um objeto de estudos na interface entre o territórios, as identidades e as representações, em razão da indiscernível relação entre o congo e o território de Roda D'água, um território negro que fabula uma "comunidade imaginada" (ANDERSON, 2008, p. 76) pelos congueiros, sendo recortado por histórias de vida e de famílias, ensejando uma abordagem da micro-história da comunidade que se apresenta assinalada por vivências de fé, tradição e alegria, (res)significando identidades sócio-culturais e políticas nas interações entre o patrimônio, a sociedade civil e o Estado e, por conseguinte, influenciando na (re)constituição da territorialidade social. Doravante, passaremos a algumas considerações sobre um aporte teórico necessário para algumas reflexões acerca das congadas e dos congos.

2. Das congadas ao congo: um breve relato histórico e antropológico

Na concepção de Andrade (1959, 1965), o congo é compreendido como uma performance ou uma dança dramática de gênese africana que rememora os costumes e a organização das sociedades africanas. Em relação ao seu aparecimento no Brasil, "haveria um princípio de congadas de negros africanos em Pernambuco, em 1552, quando eles já se congregavam em irmandades de Nossa Senhora do Rosário". Desse modo, as congadas associar-se-iam a "rituais africanos antigos de coroação periódica de seus reis. O congo faria referência a fatos da história africana, como as lutas e embaixadas entre forças de um rei Coriongo e uma rainha Ginga" (BRANDÃO, 1977, 160-161). Consoante a investigação de Fernandes (1972, 239-255), em 1706, haveria ocorrido, na Vila de Iguaraçu/PE, pela primeira vez no país, a encenação de um "auto dos Congos".

Ainda na concepção de Fernandes (1972), as congadas seriam autos populares apresentados e representados pela progênie de africanos no Brasil, não apresentando uma origem estritamente africana, uma vez não exercer ações protagônicas nos autos populares dos brancos, amparando-se em caracteres de sua própria cultura. O referido autor também considera que, nas congadas de antanho, tais afrodescendentes apresentavam e representavam conflitos entre forças religiosas antagônicas vigentes entre os mesmos, assim como a muçulmana e a católica.

Nas regiões dos vales do Mangaraí e do Santa Maria, no Espírito Santo, as informações primevas sobre o congo advêm de 1854, muito diverso do que afirma Neves (1980) sobre as bandas de congo formadas por elementos indígenas, reportando-se a um grupo de congo que se apresentou numa festa na Vila São José do Queimado, que abriga um sítio arqueológico e histórico, hodiernamente situado no município de Serra, demarcado por uma série de lutas antiescravagistas e antirracistas (NOVAES, 1968; MACIEL, 1994; SANTOS, 2013; CALOTI, 2024). Ano em que, segundo os autores supracitados, a Câmara da Vila de Nova Almeida (atual Serra/ES), propôs a Postura nº 3, de 10 de julho de 1854, que foi sancionada pelo Governo Provincial no mencionado ano, interditando: "ajuntamentos", "batuques" e "danças" de escravizados, razão pela qual as performances de congos no Espírito Santo continuaram a rogar pelo consentimento da polícia, com o intuito de se apresentarem, mesmo após o fim da escravatura (OLIVEIRA, 2018).

A proibição aplicada pela referida Postura nº 3 relacionou-se com a repressão aos ditos "ajuntamentos", festas e organizações de negros e quilombolas, verificando-se, verbi gratia, que os batuques, jongos e ladainhas, a princípio dedicados aos santos dos altares católicos, instrumentalizaram-se como "conteúdos manifestos" (FREUD, 1996) ou linguagens cifradas que serviram como "conteúdos latentes" (FREUD, 1996) ou espaços de organização das lutas e escárnios desses movimentos negros contra os seus opressores.

Somente no território correspondente a atual cidade cariaciquense, a partir da década de 1840, havia mais negros aquilombados, combatendo proprietários fundiários, que propriamente escravizados nas fazendas dos senhores. Curiosamente, os principais símbolos desses rituais de celebração negros, tanto no passado, quanto no presente, são os tambores, que receberam e recebem diversos nomes nas comunidades congueiras capixabas (MACIEL, 1994; MARTINS, 2000; OLIVEIRA, 2018; CALOTI, 2024).

São denominados "caxambus" nas comunidades negras e quilombolas de Muqui[2], Jerônimo Monteiro e Cachoeiro de Itapemirim (OLIVEIRA, 2006; GUIMARÃES e OLIVEIRA, 2017); "congos", pelos descendentes de africanos escravizados nos vales do Santa Maria da Vitória e do Mangaraí (OLIVEIRA, 2005). Já o termo "tambor" é utilizado para nomear o principal instrumento das bandas de congo de Retiro, em Santa Leopoldina e no território negro de Roda D'Água, em Cariacica (SANTOS, 2011; 2013). Sendo assim, transmitido por cerca de dois séculos entre as comunidades negras e quilombolas em Conceição da Barra e São Mateus, muito utilizado, entre 1816 e 1817, na Fazenda Itaúnas, com o propósito de animar os seus rituais festivos e religiosos (WIED-NEWIED, 1989).

Desde uma perspectiva histórica, observa-se que os tambores de congo estão imiscuídos nas formatações das constituições de quilombos, servindo como instrumentos de comunicação ao "agenciar enunciados coletivos" (DELEUZE e GUATTARI, 2008), tanto intra os seus integrantes (endogenamente), quanto inter communitas (exogenamente), mesmo quando perseguidos, presos e (ou) classificados de modus depreciativo como "macumbeiros". Desse modo, na concepção de Oliveira (2018), os principais símbolos dos rituais das bandas de congo, tais como tambores, danças e rezas, também são linguagens indiscerníveis da formação de quilombos.

Inicialmente, o congo em Roda D'Água apresenta um "regime de signos" (DELEUZE, GUATTARI, 2008) de ordem afetiva e política, já que ser congueiro, na acepção desta comunidade, significa algo muito além de saber tocar instrumentos de percussão, como o tambor e a casaca, mas tornar-se um representante dessa tradição [griot], ao contar histórias emocionadas de vida e de famílias, enleadas à comunidade, transmitindo culturalmente saberes vários. Os praticantes da cultura do congo em Roda D'Água (con) fabulam uma autoimagem, concebendo-a como uma "expressão de fé e tradição herdada pelos seus ancestrais", utilizando-a como sinal diacrítico que demarca os liames entre a comunidade e as demais coletividades (CALOTI, 2024).

Tudo isso, na contramão da sobredita produção de Neves (1980) baseada em relatos de viajantes datados em 1858, 1860, 1880 e 1886, mormente nos escritos do Bispo D. Pedro Maria de Lacerda, quem afirma que o congo capixaba se distingue das demais manifestações congueiras doutras regiões do Brasil, por não teatralizar fatos políticos das realezas africanas e caracterizar-se pela formação de "bandas de índios", reproduzindo teorias racistas e preconceitos morais, ou seja, "racismo epistêmico" (SANTOS e MENESES, 2010) contra os negros em suas relações com os indígenas, ao asseverar que os primeiros haveriam experienciado uma "aculturação" da dança ameríndia, sobre a qual exerciam "ingerências", "contaminando-as", de maneira a folclorizar a cultura negra, operacionalizando uma configuração de ambiguidade ideológica dobremente desfavorável ao negro, a priori, ao segmentá-lo de sua cultura e a posteriori, ao deformá-lo numa extensão dela (PEREIRA, 1983; OLIVEIRA, 2008; CALOTI, 2024).

Ainda sobre a origem popular e negra do Congo de Roda D'Água, em entrevistas realizadas com Mestre Itagiba, liderança carismática da banda de congo homônima na região, interpelou-se sobre a origem do festejo do Congo de Máscaras, obtendo-se a seguinte resposta:

> [...] o relato que se fala no passado é [que] os escravos fugiram da rebelião que houve no navio na costa capixaba, então uns se esconderam em Queimados e depois pegaram as cabeceiras de Roda d'Água (FERREIRA, 2022).

2 Todas as cidades e regiões citadas neste parágrafo pertencem ao Espírito Santo (ES).

Ou seja, o relato acima transcrito concerne a dois fatos históricos que se aduzem noutras várias narrativas, quais sejam, o naufrágio no navio Palermo, que engendrou as festas de puxada e fincada de mastro e a Insurreição de Queimado em 1849, relembradas todos os anos no dia 19 de março, em frente ao sítio arqueológico e histórico da Igreja de São José de Queimado, no Município de Serra/ES (SANTOS, 2011). Para Quintino (2018), os ritos de puxada e fincada do mastro singularizam o congo capixaba, em relação àqueles dos demais estados, tornando-o sui generis. Maciel (1992, p.42-47) observa que negros insurretos em Queimado articularam-se com escravizados de variadas localidades, dentre as quais, Cariacica. Os estudos de Oliveira (2005) ponderam sobre a existência de refugiados de Queimado na região de Retiro, em Santa Leopoldina/ES, enquanto Santos (2011) partindo dessas fontes, obtempera acerca da grande possibilidade de existência duma rota de fuga de Queimado para Roda d'Água, perpassando por Retiro.

Ao focalizarmos a temática do Carnaval de Congo, observamos que a mesma pode ser interpretada como um evento de caráter festivo, ritualístico e atual, ao mesmo tempo que celebra "lugares de memória" (NORA, 1993; POLLAK, 1992) em tempos pretéritos, visto os congueiros narrarem emocionadamente as recordações por eles vividas e aquelas "vividas por tabela" (POLLAK, 1992), herdadas por seus ancestrais, que antigamente realizavam essa celebração a qual lhes transmitiu, o que delineia o congo como um evento e acontecimento de memória. A seguir, cotejaremos alguns elementos socioeconômicos, históricos e culturais que envolvem o Congo de Máscaras, com a intenção de se refletir acerca das relações entre o patrimônio e o território de Roda D'Água, em Cariacica.

3. O território do congo de Roda d'Água

Uma análise social coerente, sistemática e de conjunto que aspira ao melhor legado da Escola dos Annales, alvitra-nos o enriquecimento do campo da história com os métodos das ciências sociais, a partir de uma concepção da interciência braudeliana, com vistas à descrição de uma pluralidade de objetos, métodos e procedimentos, preservando-se uma ambição de síntese da história, a articulação de vários níveis do real e a dialética dos tempos curtos e longos. Dessarte, faz-se necessário efetuar um percurso globalizante, construindo um quadro conceitual que possibilite uma investigação dos sistemas de causalidades e a delimitação entre fenômenos de natureza vária (DOSSE, 1994, p. 101).

Partilhando dessa premissa, o histórico se apresenta como uma dialógica entre uma estrutura lógica abstrata e o real-concreto, delineando um movimento que percorre da estrutura à conjuntura e vice-versa, com o intuito de (re)constituir uma trama inteligível, sem descurar da análise estrutural, da hipótese causal e da racionalidade em ação no "campo da produção histórica" (BOURDIEU, 1983, p. 78), configurando um pensamento sobre a distância necessária que transcorre do abstrato ao concreto, desde o sítio de chegada, a fim de se confeccionar uma rede hierárquica de determinação dos diferentes níveis do plano real. Na acepção de Dosse (1994, p. 101), o renascimento do discurso histórico perpassa pelo acontecimento, ponderando sobre uma dialética entre o sistema e o acontecimento, a longa e a curta duração, a estrutura e a conjuntura, o passado e o presente, a partir do reconhecimento do fato histórico que, a propósito, guarda relação com uma compreensão de verdade relativa e objetiva, ao conceber a objetividade como o reconhecimento da existência objetiva da realidade refletida pelo conhecimento (DOSSE, 1994, p. 101; SCHAFF, 1995, p. 240).

Ao operacionalizarmos a categoria território, mormente para a descrição de um território étnico, assim como o do congo de Roda D'água, a priori cogitamos um "território simbólico", que se constitui como um espaço de referência para a construção das identidades, diferenças e alteridades. Aliás, um território sujeito a uma gama de processos de hibridização, devido a sua inscrição no local - município de Cariacica e das interações entre o local e o global - Espírito Santo, Brasil, sistema-mundo. Ao refletirmos sobre o conceito de território desde a acepção da "geografia", enfa-

tizamos a materialidade do mesmo, em suas variadas dimensões, inclusive a da interação entre a sociedade e a natureza. Já do panorama da "ciência política", salienta a sua construção, a partir das relações de poder; ao passo que a visão da "economia", opta pela noção de espaço, ao contrário daquela de território, compreendendo-o, amiúde, como um fator locacional, ou seja, uma das bases da produção, enquanto força produtiva. Por sua vez, a "antropologia" realça a sua dimensão simbólica, precipuamente no estudo das sociedades ditas tradicionais, a "sociologia" focaliza a sua intervenção nas relações sociais e, finalmente, a "psicologia" aduna-o no debate sobre a construção da subjetividade e (ou) da identidade pessoal, esmiuçando-o até a escala individual (HAERSBAERT, 2007, p. 37).

Se historicizarmos de forma breve a ocupação da circunvizinhança do território de Roda D'Água, concebemos que, desde o princípio, até o século XIX, havia povos indígenas nas adjacências, provavelmente Goitacazes, Tupiniquins e Amorés que viviam da caça, pesca e agricultura de subsistência, até serem exterminados, aculturados e (ou) expropriados de suas terras (BEZERRA, 2009, p. 44). A propósito, o termo Cariacica (Cari-jaci-cáa), em tupi, também indica "o lugar de chegada do homem branco". A partir do século XVII, tais cercanias assinaladas pela existência de córregos e rios foram exploradas por colonizadores portugueses e depois por seus descendentes, em busca de terras férteis para o cultivo da cana-de-açúcar e do café, estabelecendo fazendas e engenhos movidos pela mão-de-obra negra escravizada, potencializados pelos recursos naturais e hídricos da região que impulsionaram a economia local, através da instalação de engenhos e moinhos. O atual nome da localidade de Roda D'Água, atina a um importante dispositivo mecânico empregado para movimentar esses engenhos, que moíam cana-de-açúcar, dentre outros produtos agrícolas.

Podemos asseverar que a história da cirunrregião, nesse período, avultou-se pela exploração e violência contra as populações indígenas e negras, matrizes fundamentais para a construção da sociedade e economia cariaciquenses, (pre)figurando-se Roda D'Água como um cenário singular, notadamente no século XIX, propício à formação de quilombos e histórias (autos) de resistência no sopé do monte Moxuara. Atualmente, o território específico se sobressai na produção de frutas, destacando-se a banana, além de hortaliças e café, sendo, pois, caracterizada por pequenas e médias propriedades fundiárias, por vezes familiares, que utilizam técnicas de produção sustentáveis e valorizam a qualidade dos produtos, protraindo-se como um importante polo de produção de alimentos frescos e saudáveis para a região metropolitana da Grande Vitória.

Volvendo ao século XIX, à região de Roda D'Água, um período que aponta para a gênese do Carnaval de Congo de Máscaras, que convivia em "intertextualidades bakhtianas", num intenso processo de produção cultural e intercâmbios simbólicos com os Bailes de Congos (Ticumbis), a Folia de Reis, a Marujada e as Puxadas de Mastro concernentes à Festa de São Benedito, observamos que a vida no lugarejo, além da dureza do trabalho escravo era delineada por uma forte religiosidade na comunidade, sobretudo marcada pela devoção à Nossa Senhora da Penha e a São Benedito. Interditos de participarem da Festa da Penha, no Convento da Penha, em Vila Velha/ES, em razão da sua condição de escravizados, eles fabularam a sua própria festa, "inventando uma tradição" (HOBSBAWM; RANGER, 2012, p. 9) à sua imagem e semelhança, com o escopo de homenagear Nossa Senhora. Contexto sociocultural em que surgiram as máscaras, a fim de se disfarçarem e driblar represálias, incluindo-se a personagem mítica João Bananeira ou "Zé Bananeira", arquétipo de um "regime poético" (RANCIÈRE, 2009, p. 31) que se tornou uma construção social inscrita no imaginário coletivo e, portanto, no "inconsciente estético" (RANCIÈRE, 2009, p. 41) da população regional, configurando um mito que se (re)atualiza ao ritualizar-se em cada edição anual desse Carnaval da Roça[3].

Finalmente, cabe-nos pontuar que o território de Roda D'Água, ademais de abrigar essa importante referência cultural da comunidade, acolhe histórias

3 O Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D'Água, onde muitos devotos de Nossa Senhora vão inclusive "pagar promessas", também é conhecido por Festa da Penha e Carnaval da Roça entre os moradores da região.

na memória social dos descendentes de escravizados ilustradas por uma vicissitude de violências vividas no período escravocrata, que exemplarmente narram acerca do uso do mecanismo da roda d'água como um instrumento de tortura, onde os escravizados eram açoitados com chibatadas. Inobstante as dificuldades e a opressão sofridas pela população local, a comunidade constituiu uma cultura plena de significados e tradições que se mantêm vivas, sendo o Carnaval de Congo uma preleção dessa resiliência e celebração da identidade regional afro-capixaba, que se tornou um patrimônio cultural de Cariacica e espíritossantense.

Considerações finais

Mediante as considerações que esboçamos no corpus deste (con)texto, encetamos uma discussão sobre o Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D'Água, ressaltando as suas imbricações entre a história da região, a memória social da comunidade congueira, a ocupação do território negro de Roda D'Água e uma mui breve relação com a ideia de patrimônio imaterial. Assim, mencionamos a importância da cultura do congo no Espírito Santo, traduzida como um patrimônio cultural regional desde 2014, estando, pois, na iminência de vir a ser patrimonializado nacionalmente pelo IPHAN. Também estabelecemos uma discussão teórica-intelectual e epistêmica sobre o congo e, por fim, construímos uma breve abordagem intersecional entre história, memória, tradição, bem cultural e território.

Referências

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Mário de. **Danças dramáticas do Brasil.** São Paulo: Martins Fontes, 1959.

____. Antologia do folclore brasileiro. São Paulo: Martins Fontes, 1965.

BEZERRA, Omyr Leal. **Cariacica:** Resumo Histórico. 2. ed. Cariacica: Instituto de Pesquisa e Documentação Cariaciquense, 2009. 174 p.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, pretos e congos:** trabalho e identidade étnica em Goiás. Brasília: Ed. da UnB, 1977.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BRAVIN, Adriana. **Congopop:** Mídia, música e identidade capixaba. Vitória: Ed. do autor, 2008.

CARVALHO, José Jorge de. **Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras:** de patrimônio cultural a indústria do entretenimento. Série Antropologia. Brasília: UnB, n. 354, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório:** etapas da evolução sociocultural. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2008.

DOSSE, F. **Uma história em migalhas.** In: ___. A história em migalhas. Dos Annales à Nova História. 2.ed. Campinas: Ensaio, 1994. p. 167-261.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FERREIRA, Itagiba Cardoso. **Entrevista concedida a Vinícius de Aguiar Caloti.** Cariacica, 26 de outubro de 2024.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos (1900). In: ___. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GUIMARÃES, Aissa Afonso; OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Jongos e Caxambus:** culturas afro-brasileiras no Espírito Santo. UFES-Proex: Vitória e ES, 2017.

HAESBAERT, R. Definindo Território para entender a desterritorialização. In: ___. **O mito da desterritorialização.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 35-98.

HANNERZ, Ulf. "Fluxos, Fronteiras, híbridos: Palavras - chaves da Antropologia Transnacional". In: **Mana, Estudos de Antropologia Social,** vol.3, n.1, Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ, 1997.

HOBSBAWM, E. J.; RANGER, T. **A Invenção Das Tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 2012.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** Campinas: Papirus, 1989.

LYRA, Maria Bernadete Cunha de. **O jogo cultural do Ticumbi.** 1981. Dissertação (Mestrado em Comunicação), UFRJ, Rio de Janeiro.

MACIEL, Cleber. **Candomblé e Umbanda no Espírito Santo -** Práticas Culturais Religiosas Afro-Capixabas. DEC/ UFES: Vitória - ES, 1992.

___. Negros no Espírito Santo. Vitória: DEC/SPDC/UFES, 1994.

MARTINS, Robson L. M. Em louvor a "Sant'Anna": notas sobre um plano de revolta escrava em São Matheus, norte do Espírito Santo, Brasil, em 1884. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 38, 2000.

MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

___. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

NEVES, Guilherme Santos. **Bandas de congos.** Rio de Janeiro: MEC/Secretaria de Assuntos Culturais/FUNARTE, 1980. (Cadernos de Folclore, 30).

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História,** nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOVAES, M. S. **História do Espírito Santo.** Fundo Editorial do Espírito Santo: Vitória, 1968.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. **O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras.** 2005. Tese (Doutorado em Antropologia), PPGAS-UFSC, Florianópolis.

_____. **Relatório técnico de identificação da comunidade remanescente de quilombos de Monte Alegre.** Projeto territórios quilombolas no Espírito Santo. Convênio Ufes-Incra. Vitória-ES, 2006.

_____. **Congo:** demarcador de identidade em uma comunidade quilombola. Revista Do Arquivo Público Do Estado Do Espírito Santo, 2(3), p. 99 - 117, 2018.

PEREIRA, João Batista Borges. **A folclorização da cultura negra no Brasil.** In: PAULA, Eurípedes Simões de (Org.). "In memoriam". São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos,** v.5, n.10, p. 200-212. RJ, 1992.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível:** Estética e política. São Paulo: Ed. 34, 2009.

___. **O inconsciente estético.** São Paulo: Ed. 34, 2009.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.

___. **O processo civilizatório.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, José Elias. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

_____. **Processos organizativos, memória e identidade:** Etnografia e História da Transmissão Cultural do Congo em uma Comunidade Afrobrasileira - Cariacica (ES). In: Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES, 1., 2011, Vitória. Anais... Vitória: EDUFES, 2011, p. 1-20.

SCHAFF, A. **História e verdade.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

WIED-NEUWIED, Von Maximiliano. **Viagem ao Brasil.** BH/SP: Itatiaia/Edusp, 1989.

o discóntiado

ARTIGO LIVRE

REPRESENTANTES DIGITAIS PARA OS PRODUTOS DO FUNCULTURA NO CASO MIDIATECA CAPIXABA

Marcello França Furtado
Mestre em História (2017), possui bacharelado em Arquivologia (2014) e Licenciatura em Artes Visuais (2018) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo - SEDU/ES.

Luciana Itida Ferrari
Graduação em Ciência da Computação pela Universidade Católica de Petrópolis. Mestrado em Informática pela UFRJ. Doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação pela UFRJ. É professora do Departamento de Arquivologia da Ufes.

Resumo

Este trabalho parte das produções culturais do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo - FUNCULTURA. A entrega dos produtos culturais atualmente é feita diretamente à Secretaria de Estado da Cultura - SECULT/ES, que pretende utilizar o site da Midiateca Capixaba como meio de divulgação dos acervos culturais do estado e desta aplicação de recursos públicos, porém é necessário organizar o acervo antes de disponibilizá-lo para o público. O objetivo geral do presente trabalho é apresentar um recorte dos resultados alcançados pelo Grupo de Trabalho que está tratando os representantes digitais do FUNCULTURA para prepará-los para a Midiateca Capixaba. Trata-se de uma pesquisa aplicada, com coleta de dados através de pesquisa bibliográfica e documental, bem como levantamentos em campo consistindo em observação e entrevistas semiestruturadas. Como resultados apresentamos a nálise das categorias e eixos, e os produtos culturais indicados para compor o pacote de difusão como representantes digitais. A validação desses produtos foi necessária para embasar etapas seguintes do projeto Midiateca Capixaba (conectando), que serão obter os produtos culturais e descrever seus respectivos metadados[A1.1][A2.1].

Palavras-Chave: FUNCULTURA; Audiovisual; Midiateca Capixaba; Representante digital.

Abstract

This work is based on the cultural productions of the Espírito Santo State Culture Fund - FUNCULTURA. The delivery of cultural products is currently made directly to the State Secretariat of Culture - SECULT/ES, which intends to use the website of the Midiateca Capixaba to disseminate the state's cultural collections and this application of public resources. However, it is necessary to organize the collection before making it available to the public. The general objective of this work is to present a snippet of the results achieved by the Working Group that is treating the digital representatives of FUNCULTURA to prepare them for the Midiateca Capixaba. This is an applied research, with data collection through bibliographic and documentary research, as well as field surveys consisting of observation and semi-structured interviews. As results, we present the analysis of the categories and axes, and the cultural products indicated to compose the dissemination package as digital representatives. The validation of these products was necessary to support the following stages of the Midiateca Capixaba (connecting) project, which will be to obtain the cultural products and describe their respective metadata.

Keywords: FUNCULTURA; Audiovisual, Midiateca Capixaba, Digital surrogate.

Intodução

O ponto de partida deste trabalho são as produções culturais do Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (FUNCULTURA), o qual foi implementado pela Lei Complementar nº 458, de 21 de outubro de 2008,e consiste em uma política pública de apoio financeiro a artistas, produtores e agentes culturais no Estado do Espírito Santo (ES). Seus recursos visam fomentar a criação, produção e distribuição de objetos e atividades culturais. Anualmente, por meio da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT/ES), o Fundo é operado através do lançamento de editais públicos onde qualquer cidadão ou grupo pode submeter sua proposta com intuito de captar recursos financeiros para sua execução.

Desde sua implementação, a aplicação dos recursos provenientes dos editais é comprovada pela entrega dos produtos culturais prometidos diretamente à SECULT/ES, funcionando como um procedimento burocrático. A divulgação e publicidade cultural ficaria por conta dos proponentes dos projetos. Em 2021, foi iniciado um projeto audacioso denominado "Midiateca Capixaba"[1] , que propôs a reunião dos acervos dos equipamentos culturais do Governo do Espírito Santo e sua disponibilização e acesso virtual ao público, integrando também os resultados do FUNCULTURA.

O Midiateca Capixaba surge em resposta ao Plano Estadual de Cultura (PEC-ES), Lei Estadual nº 10.296, de 12 de novembro de 2012[2] , alinhado ao artigo 215 da Constituição Federal[3] . Neste Plano, no artigo 2º, destaca-se entre seus objetivos:

> VII – universalizar o acesso à arte e à cultura;
> VIII – estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional; [...] XV – ampliar a presença e o intercâmbio da cultura capixaba no mundo contemporâneo (Espírito Santo, 2015, p. 01).

Observa-se no Plano a necessidade de otimizar do acesso à cultura no contexto do mundo contemporâneo, em que a dinâmica digital rege o cotidiano da sociedade e de grande parte dos cidadãos. Sabe-se da existência de resultados do FUNCULTURA em suporte papel, mas também há aqueles que se encontram em formato digital, principalmente os da categoria "Audiovisual", que possuem uma característica tecnológica própria que os diferencia dos demais resultados culturais. Atualmente este conjunto, que ainda não se caracteriza como um acervo, está disperso, e passa por problemas de obsolescência digital que ameaçam a sua segurança e integridade, como por exemplo alguns produtos que encontram-se em mídias como CDs e DVDs.

O projeto "Midiateca Capixaba (Conectando)" iniciou suas atividades em janeiro de 2023, sendo composto por uma equipe de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES). Um dos escopos deste projeto é justamente estudar, analisar, pesquisar e organizar este conjunto de produtos culturais da categoria Audiovisual do Funcultura, possibilitando a integração e difusão dos objetos culturais produzidos pelos artistas capixabas em uma plataforma virtual.

Desta forma, o objetivo geral do presente trabalho é apresentar um recorte dos resultados alcançados pelo Grupo de Trabalho que está tratando os representantes digitais do FUNCULTURA para prepará-los para a Midiateca Capixaba. O recorte selecionado é referente à análise das categorias dos editais, e indicação que quais produtos poderão ser os representantes digitais disponibilizados na Midiateca Capixaba.[A3.1][A4.1]

1 Título: Projeto "Midiateca Capixaba (conectando)". Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) Disponível em: https://midiateca.es.gov.br/site/.

2 Lei que cria o Plano Estadual de Cultura do Espírito Santo, constante de 11 princípios que passam a reger as ações na Cultura por parte do Governo do Estado. Disponível em: https://secult.es.gov.br/plano-estadual-de-cultura

3 Artigo que garante a todos os cidadãos do Brasil o direito de acesso à cultura nacional e o pleno exercício dos direitos culturais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Trata-se de uma pesquisa aplicada, com coleta de dados através de pesquisa bibliográfica e documental, bem como levantamentos em campo consistindo em observação e entrevistas semiestruturadas. Os documentos disponibilizados pela Secult permitiram a análise das categorias e eixos, e as visitas em campo permitiram levantamento de dados adicionais. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas primeiramente para obtenção de informações não existentes nos documentos; e posteriormente visando validar as sugestões dos pesquisadores referentes às nomenclaturas e padronizações das categorias e eixos, bem como referentes às indicações de produtos culturais.

O artigo encontra-se organizado da seguinte forma: na seção 2 temos um breve embasamento teórico da questão dos representantes digitais, bem como a explicação da divisão da análise em categorias de editais. Nas seções 2.1, 2.2 e 2.3 temos os resultados obtidos para cada uma das categorias analisadas. Por fim, na seção 3 temos as considerações finais e após as referências.

2 Representantes digitais por categoria de edital

Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (2022, p. 208), a digitalização é o "Processo de conversão de um documento para o formato digital [...]", o que gera um representante digital. A princípio o conceito de representante digital seria para diferenciar um documento nato digital de uma cópia de objetos originalmente não-digitais (Conselho Nacional de Arquivos, 2022). Porém, no contexto do presente trabalho, quando o representante digital é mencionado, é no sentido de que ele é uma cópia do original, seja o original nato digital ou não. Não se trata do resultado cultural audiovisual original, mas sim uma cópia dele feita para acesso e difusão. No presente trabalho também se utiliza o termo "objeto digital" para se referir ao representante digital.

Segundo Gava e Flores (2021), o ambiente digital ideal seria o que contempla uma Preservação Digital Sistêmica (PDS), onde os documentos Arquivísticos são geridos de forma adequada desde o nascimento até sua destinação final. A recomendação é que nas fases corrente e intermediária o documento seja gerido por uma plataforma de gestão, e na fase permanente ele esteja em um arquivo permanente digital, contendo uma plataforma de preservação e uma plataforma de acesso e difusão.

No caso do presente trabalho, a plataforma utilizada, a Midiateca Capixaba, é usada, principalmente, como local de acesso e difusão, portanto é interessante a criação de um pacote de difusão (DIP), segundo preconiza o modelo Open Archival Information System (OAIS - ISO 14721:2003). Em um pacote de difusão, espera-se ter representantes digitais dos documentos originais com seus respectivos metadados. Os primeiros resultados deste projeto foram a definição de quais produtos culturais serão escolhidos e preparados para serem os representantes digitais.

Dentro do universo de projetos contemplados no FUNCULTURA ao longo de sua existência, a midiateca possui um recorte específico de trabalho de 1.371 projetos, conforme a distribuição no Quadro 1.

Categorias	Data limite	Quantidade de projetos contemplados	
Literatura	2009 a 2021	86	
Audiovisual	2009 a 2021	542	
Diversas	2009 a 2012	543, sendo destes:	
		110	Artes Cênicas
		41	Artes Visuais
		143	Cultura Popular
		135	Diversidade Cultural
		86	Música
		28	Patrimônio

Quadro 1 - Escopo de trabalho do Projeto Midiateca Capixaba.
Fonte: Autoria própria, 2023.

Essa divisão inicial em 3 (três) blocos temáticos de editais ocorreu devido ao entendimento do Grupo de Trabalho do FUNCULTURA quanto à percepção das diferentes naturezas dos objetos digitais em que estávamos lidando. Ao receber a demanda de projetos da SECULT/ES se fez necessário a organização para a execução do trabalho, desta forma: o primeiro bloco, Literatura, se deu por entendermos que haveria um possível e claro produto principal, os livros depositados na Biblioteca Pública Estadual. O segundo bloco, destinamos aqueles projetos que possuíam um produto mais complexo catalogação, no caso Audiovisual, que envolveriam um número maior de metadados justamente pôr em suas concepções criativas e culturais haver diferentes fontes de informação para o entendimento do objeto. O último bloco, reuniria aqueles projetos das mais diferentes linguagens artísticas, que necessita de entendimento único caso a caso do objeto digital.

2.1 Categoria literatura

Para os editais e projetos dentro deste bloco de trabalho, optamos por tratá-los de forma padronizada (Quadro 2). Compreendemos que o principal objeto digital sempre será o Livro Completo, enquanto os demais produtos serão[A5.1] estudados individualmente, de acordo com a abordagem de cada projeto. Os eixos indicados no Quadro 2 foram selecionados pela equipe de trabalho com o objetivo de catalogar as informações, e para futuramente facilitar sua recuperação.

Como o objeto principal da categoria de Literatura é o livro completo, foram sugeridos os seguintes metadados para cada um:

- **Autor**
- **Título**
- **Editora**
- **Edição**
- **Ano de publicação**
- **Número de páginas**
- **Cidade de publicação**
- **Ficha catalográfica**

Os metadados dos livros localizados na Biblioteca Estadual já estão sendo coletados, com a finalidade de incluir pelo menos as informações básicas sobre esses livros na Midiateca Capixaba. A divulgação dos livros na íntegra só será permitida mediante consentimento dos autores, por meio de assinatura de um instrumento que estabeleça os Direitos Autorais.

2.2 Categoria audiovisual

Na categoria Audiovisual, construímos o que denominados de "Eixos", os quais estão apresentados no Quadro 3. Esses 12[A5.1] eixos representam a divisão dos diferentes produtos culturais resultantes da categoria Audiovisual, ou seja, as entregas dos proponentes após a aplicação dos recursos públicos e a prestação de contas à SECULT/ES. Neles, estão descritos os itens considerados mais adequados para se tornarem representantes digitais, classificados por ordem de interesse, com o intuito de promover a difusão em uma plataforma digital, e atender ao cumprimento do PEC-ES.

Eixos	Produtos		
Inéditas Teatro Identidade Quadrinhos Romance Infantil Reedição Leitura Produção Setorial	1 Livro Completo	2 Capa, contracapa, orelhas e ficha catalográfica + quantidade de folhas disponibilizadas	3 Apenas capa, contracapa, orelhas e ficha catalográfica. No caso de Quadrinhos e outras publicações que não houver orelhas e ficha catalográfica, apenas a capa e contracapa.
			4 No caso de saraus e eventos culturais, que não houver livro, peças gráficas do evento ou livro

Quadro 2 - Produtos indicados para a categoria Literatura do Funcultura. Fonte: Autoria própria, 2023.

Eixos	Produtos		
Documentários	1- Documentário em Vídeo. 2- Alguns minutos do documentário. 3- Sinopse (ficha técnica) (dados obrigatórios!).	4- Trailer e/ou Teaser. 5- Cartaz ou peça gráfica contendo o nome do produto audiovisual.	6- Making off fotográfico ou vídeo da equipe em produção, finalização e/ou gravação.
Longa-metragem	1- Longa-metragem em Vídeo. 2- Alguns minutos. 3- Sinopse (ficha técnica) (dados obrigatórios!).	4- Trailer e/ou Teaser. 5- Cartaz ou peça gráfica contendo o nome do produto audiovisual.	6- Making off fotográfico ou vídeo da equipe em produção, finalização e/ou gravação.
Roteiro para curta-metragem	1- Texto do Roteiro (caso esteja público) ou pelo menos a sinopse do roteiro.	2- Longa-metragem em Vídeo (caso tenha sido gravado) com Sinopse (ficha técnica).	4- Alguns minutos do vídeo. 5- Trailer e/ou Teaser.
Cineclubismo	1- Cartaz e/ou material de divulgação e/ou peça gráfica de divulgação do Cineclube, indicando o local e datas.	2- Fotografias dos momentos de exibição do Cineclube para público, com descrição/legenda das fotos.	3- Foto da equipe do Cineclube em reunião, produção e/ou bastidores, com descrição/legenda das fotos.
Finalização	1- Produção em Vídeo. 2- Alguns minutos. 3- Sinopse (ficha técnica) (dados obrigatórios!).	3- Cartaz do longa-metragem. 4- Material de divulgação e/ou peça gráfica de divulgação.	5- Making off fotográfico ou vídeo da equipe em produção, finalização e/ou gravação.
Distribuição	1- Sinopse (ficha técnica) (dados obrigatórios!). 2- Cartaz do longa-metragem indicando o apoio financeiro do Governo do ES. 3- Material e/ou peça gráfica de divulgação indicando as salas de Cinema que receberam a exibição.	4- Se for produção capixaba, e se possível, o vídeo da longa-metragem.	5- Making off fotográfico ou vídeo da equipe em produção, finalização e/ou gravação.
Formação	1- Material e/ou peça gráfica de divulgação, cartaz ou convite do evento. 2- Ementa ou Plano de curso ou aula. 3- Peça gráfica de divulgação, cartaz ou convite do evento.	4- Making-off fotográfico do curso, evento ou equipe.	5- Gravação em vídeo do evento.

Eixos	Produtos		
Curta metragem de animação ou ficção	1- Animação em Vídeo ou Curta-metragem em vídeo. 2- Alguns minutos do vídeo. 3- Sinopse (ficha técnica) (dados obrigatórios!).	4- Trailer e/ou Teaser. 5- Cartaz ou peça gráfica contendo o nome do produto audiovisual.	6- Making off fotográfico ou vídeo da equipe em produção, finalização e/ou gravação.
Núcleo de criação/ Núcleo web tv	1- Produto em Vídeo caso tenha obtido resultados das experimentações. 2- Alguns minutos do vídeo 3- Sinopse (ficha técnica) (dados obrigatórios!).	4- Peça gráfica ou digital indicando o nome do Núcleo com local.	Making off fotográfico ou vídeo da equipe em produção, reunião, criação, exibição ou experimentação.
Videoclipes	1- Videoclipe em vídeo 2- Sinopse (ficha técnica) (dados obrigatórios!).	3- Cartaz ou peça gráfica contendo o nome do produto audiovisual.	4- Making off fotográfico ou vídeo da equipe em produção, finalização e/ou gravação.
Memória audiovisual de música	1- Produto em vídeo (entrevista ou documentário). 2- Sinopse (ficha técnica) (dados obrigatórios!).	3- Acervo musical digitalizado (se houver). CD, DVD ou Digital.	4- Cartaz, peça gráfica do projeto. 5- Making off fotográfico ou vídeo da equipe em produção.
Projeto de audiovisual	1- Produto em Vídeo. 2- Alguns minutos do vídeo. 3- Sinopse (ficha técnica) (dados obrigatórios!).	4- Trailer e/ou Teaser. 5- Cartaz ou peça gráfica contendo o nome do produto audiovisual.	6- Making off fotográfico ou vídeo da equipe em produção. 7- Caso produto de memória, verificar pontualmente o caso individual.

Quadro 3 - Produtos indicados para a categoria Audiovisual do Funcultura. Fonte: Autoria própria, 2023.

Como os produtos indicados para a categoria de Audiovisual tem características muito diferentes, ao selecionarmos os metadados temos que refinar a categorização dos produtos. Por exemplo, todos os produtos em vídeo possuem similaridades, mesmo eles sendo longa metragens ou vídeos curtos como trailers. No entanto, produtos como fotos e cartazes podem ser descritos de maneira diferente. Independente da duração do vídeo, os metadados associados serão para os objetos digitais (qualidade, tamanho e formato do vídeo) e para as informações de produção, tais como locais e datas de gravação, profissionais, empresa produtora etc.

2.3 Categoria diversas

No caso dos representantes digitais apresentados no Quadro 4, a listagem foi elaborada através de uma imersão de estudo nos diferentes editais do Fundo, pois esses editais, que são lançados anualmente, possuem variações a cada edição, seja por nomeclatura, objetivo, escopo ou direcionamento a setores específicos da classe artística capixaba. Nosso objetivo foi realizar uma padronização para essas variações e a criação de termos linguísticos a ser aplicada nas próximas etapas deste projeto.

No Quadro 4 são indicados diferentes tipos de produtos. Tal como na categoria de audiovisual, é complexo determinar os metadados. Porém, mesmo com toda diversidade de projetos, vemos que alguns produtos são semelhantes, tais como vídeos, cartazes e fotos dos eventos e participantes dos projetos. A similaridade entre as espécies documentais e produtos oriundos de diferentes categorias e eixos baseará a próxima etapa do Grupo de Trabalho FUNCULTURA. Pretende-se avançar na análise para sintetizar os diferentes resultados dos projetos e formatar conjuntos de metadados específicos para esses representantes digitais. De toda forma, quando identificamos produtos semelhantes às categorias de literatura e de audiovisual, remetemos que esses produtos sejam tratados da forma indicada nas seções anteriores.

É Importante frisar também, que no caso de alguns editais, verificamos que não há um produto que o representa, sendo indicado no Quadro como “Não se aplica”. Nestes casos, apenas os metadados do projeto contemplado serão cadastrados na Midiateca Capixaba, e não haverá metadados de produto.

Categoria	Nome Edital	Produtos	
Categoria	Aquisição de lona para circo e acessórios	Não se aplica	
Artes Cênicas	Produção de números circenses	1- Vídeo de parte da apresentação do espetáculo ou número 2- Teaser 3- Ficha técnica do espetáculo.	4- Cartaz de, pelo menos, uma apresentação no ES. 5- Fotos dos membros do grupo, apresentações, reuniões, bastidores, making off etc.
	Circulação de teatro e de dança	1- Vídeo de parte da apresentação do espetáculo ou número 2- Teaser 3- Ficha técnica do espetáculo.	4- Cartaz, material e/ou peça gráfica de divulgação indicando pelo menos um local que recebeu apresentação no ES. 5- Fotos dos membros do grupo, apresentações, reuniões, bastidores, making off etc.
	Residência de grupo de artes cênicas	1- Vídeo de parte da apresentação do espetáculo ou número 2- Teaser 3- Ficha técnica do espetáculo.	4- Cartaz, material e/ou peça gráfica de divulgação indicando pelo menos um local que recebeu apresentação no ES. 5- Fotos dos membros do grupo, apresentações, reuniões, bastidores, making off etc.
	Produção de ópera	1- Vídeo de parte da apresentação do espetáculo ou número. Em caso de formação, vídeo ou fotos do evento. 2- Teaser 3- Ficha técnica do espetáculo.	4- Cartaz, material e/ou peça gráfica de divulgação indicando pelo menos um local que recebeu apresentação no ES. 5- Fotos dos membros do grupo, apresentações, reuniões, bastidores, making off etc.
	Produção de autos populares	1- Vídeo da apresentação do espetáculo ou número. 2- Vídeo de parte da apresentação do espetáculo ou número. 3- Ficha técnica do espetáculo.	4- Cartaz, material e/ou peça gráfica de divulgação indicando pelo menos um local que recebeu apresentação no ES. 5- Fotos dos membros do grupo, apresentações, reuniões, bastidores, making off etc.
	Texto literário, no gênero dramaturgia.	1- Caso seja Livro, tratar conforme categoria Literatura.	2- Caso tenha desdobramentos, Foto ou vídeo de apresentação, cartaz, convite ou peça gráfica sobre o projeto.

Categoria	Nome Edital	Produtos	
Artes Visuais	Ocupação – ateliê de pintura da Galeria Homero Massena	1- Foto da obra de arte desse artista durante o período da ocupação. 2- Foto da exposição. 3- Ficha técnica do espetáculo.	4- Foto ou vídeo do momento criativo ou de produção. 5- Convite ou peça gráfica de evento do ateliê durante o período da ocupação.
	Bolsa – Ateliê em Artes Visuais	1- Foto da obra de arte desse artista durante o período da ocupação. 2- Foto da exposição. 3- Ficha técnica do espetáculo.	4- Foto ou vídeo do momento criativo ou de produção. 5- Convite ou peça gráfica de evento do ateliê durante o período da ocupação.
	Estímulo à Produção Crítica Em Artes	1- Ensaio crítico de uma produção em artes visuais. (Tratar como a categoria de Literatura)	2- Peça gráfica relacionada ao ensaio e a crítica em artes visuais.
	Mostra de Artes Visuais	1- Fotografias ou vídeo de uma exposição realizada em cidade do ES. 2- Ficha Técnica da exposição.	3- Cartaz e/ou convite de uma exposição realizada. 4- Cartaz, convite ou peça gráfica sobre o projeto.
	Livros de fotografia	1- Seguir conforme categoria Literatura.	2- Três fotografias contidas no livro, com legenda/descrição. 3- Cartaz ou convite do lançamento do livro.
Cultura Popular	Prêmio "Mestre Armojo Do Folclore Capixaba"	1- Dossiê com fotos sobre o Mestre/Mestra folclórico. 2- Pelo menos uma foto de perfil.	3- Gravação em vídeo ou entrevista em outro meio com o Mestre/Mestra. 4- Peças gráficas, panfletos e outros que evidenciem o Mestre/-Mestra.
	Prêmio "Renato Pacheco" a grupos folclóricos	1- Vídeo de apresentação do Grupo Folclórico no ES. 2- Ficha técnica ou lista dos participantes.	3- Cartaz de, pelo menos, uma apresentação no ES. 4- Fotos dos membros do grupo, apresentações, reuniões, bastidores, making off etc.
	Narrativas da história do Espírito Santo	1- Se houver Livro, tratar como categoria Literatura. 2- Texto final da narrativa/ história capixaba.	3- Se tiver gravação tratar como audiovisual. 4- Gravação de contação de história (se houver). 5- Fotos do momento de produção e execução do projeto.

Categoria	Nome Edital	Produtos	
Diversidade cultural	Site de cultura e site Institucional	1- Imagens do layout/capa do site.	2- Link para o site se ainda estiver ativo. 3- Peças de webdesign com nome e identidade do site.
	Projetos culturais de pequeno porte	1- Cartaz ou peça gráfica com informações sobre a ação cultural.	2- Fotografias ou vídeo de ação cultural promovida por indivíduo ou grupo. 3- Fotos dos membros do grupo, apresentações, reuniões, bastidores, making off etc.
	Valorização da diversidade cultural capixaba	1- Cartaz ou peça gráfica com informações sobre a ação cultural.	2- Fotografias ou vídeo de ação cultural promovida por indivíduo ou grupo. 3- Fotos dos membros do grupo, apresentações, reuniões, bastidores, making off etc.
Música	Circulação de shows musicas	1- Vídeo de apresentação musical em cidade do ES. 2- Repertório do show 3- Ficha técnica	4- Cartaz de, pelo menos, uma apresentação no ES. 5- Fotos dos membros do grupo, apresentações, reuniões, bastidores, making off etc.
	Aquisição de instrumentos musicais para bandas civis	Não se aplica (apenas o mapeamento dos dados do projeto para a Midiateca).	
	Produção de disco de música	1- Disco completo 2- Uma música do disco 3- Teaser 4- Ficha técnica	5- Folheto do CD 6- Capa do disco/EP/Álbum (verificar se tem na Secult) 7- Fotos dos membros do grupo, apresentações, reuniões, bastidores, making off etc.
	Ocupação e revitalização de bens imóveis tombados	1- Fotografias ou vídeo de ação cultural promovida por indivíduo ou grupo no bem imóvel. 2- Caso tenha produção de Álbum, seguir conforme "PRODUÇÃO DE DISCO DE MÚSICA"	3-Cartaz ou peça gráfica com informações sobre a ação cultural. 4- Fotos dos membros do grupo, apresentações, reuniões, bastidores, making off etc.
	Circulação de bandas civis	1- Vídeo de parte da apresentação do espetáculo ou número 2- Teaser 3- Ficha técnica do espetáculo.	4- Cartaz, material e/ou peça gráfica de divulgação indicando pelo menos um local que recebeu apresentação no ES. 5- Fotos dos membros do grupo, apresentações, reuniões, bastidores, making off etc.

Categoria	Nome Edital	Produtos	
	Acervos	1- Instrumento de pesquisa publicado em caso de inventário. 2- Em caso de conservação, analisar individualmente. 3- Em caso de reprodução, todo o acervo (a definir posteriormente a forma de colocar na Midiateca)	4- Caso não tenha instrumento publicado, uma listagem do acervo diagramada. 5- Fotos da equipe e do tratamento do acervo.
Patrimônio	Ocupação e revitalização cultural de bem imóvel tombado	1- Fotografias ou vídeo de ação cultural promovida por indivíduo ou grupo.	2- Cartaz ou peça gráfica com informações sobre a ação cultural. 3- Fotos dos membros do grupo, da ação, de reuniões, etc.
	Patrimônio natural	1- Vídeo ou fotografias de ação educativa em patrimônio natural. 2- Se for formação, solicitar a ementa.	3- Panfleto ou peça gráfica sobre a ação educativa. 4- Fotos dos membros do grupo, apresentações, reuniões, etc.

Quadro 4 - Produtos indicados para as categorias Diversas do Funcultura. Fonte: Autoria própria, 2023.

3 Considerações finais

O objetivo geral deste trabalho foi apresentar um recorte referente aos primeiros resultados obtidos pelo Grupo de Trabalho FUNCULTURA do projeto "Midiateca Capixaba (Conectando)": a análise das categorias de editais, e a definição dos produtos culturais. Foram definidos os representantes digitais das categorias do Fundo que estão no escopo do projeto: Audiovisual, Literatura, Artes Cênicas, Artes Visuais, Cultura Popular, Diversidade Cultural, Música e Patrimônio.

Uma das dificuldades encontrada na análise das categorias de editais é a nomenclatura utilizada, que não é padronizada. Visando melhorias, ano a ano os editais da SECULT são revistos, revisados e muitas vezes alterados para atender a demandas tanto da sociedade, quanto do estado. Desta forma, ao tentar agrupar os editais em categorias e eixos, é necessário analisar e compreender quais tratam dos mesmos objetivos culturais. Esse agrupamento irá facilitar tanto a inserção dos dados na Midiateca Capixaba, quanto na recuperação da informação pela sociedade.

Quanto à definição dos produtos culturais, isso irá fomentar o trabalho das demais etapas do projeto. Os passos seguintes são a obtenção dos produtos culturais em si que se transformaram em representantes digitais e a descrição dos seus metadados. Esses produtos culturais, conforme mencionado, encontram-se dispersos em diversos locais e em diferentes mídias e suportes. Além da obtenção dos produtos, é necessário obter também a autorização dos produtores para disponibilizar os produtos na Midiateca Capixaba. Há uma equipe de profissionais da área do Direito colaborando com a construção de

instrumentos para coletar a autorização de publicação dos conteúdos.

Alguns produtos foram localizados sob custódia da Secult, da Biblioteca Estadual e do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Quanto aos produtos ainda não localizados, a equipe de trabalho está fazendo contato com os proponentes e solicitando se eles têm interesse em enviar um representante digital e autorizar a publicação do produto.

Quanto aos metadados, está sendo feita uma análise detalhada por tipo de produto, de forma a permitir que ao cadastrar o produto na plataforma, sejam inseridos juntamente metadados que permitam sua catalogação e recuperação. Importante mencionar que neste artigo todos os termos linguísticos, dados, e informações aqui utilizados foram validados pelos representantes da SECULT/ES.

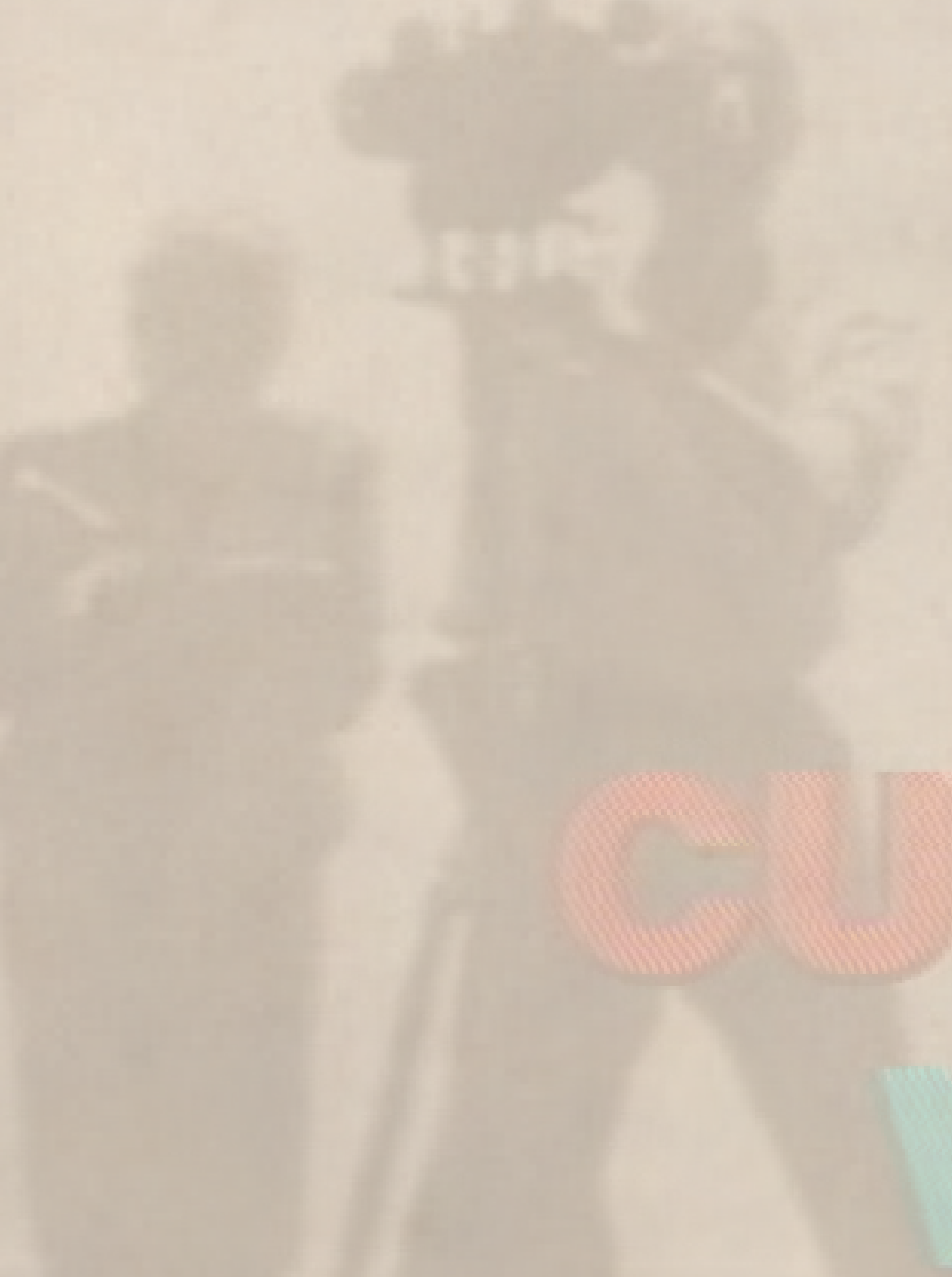
Referências

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **e-ARQ Brasil:** Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. [recurso eletrônico] / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 2. versão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV203MAI2022.pdf Acesso[A6.1] em: 25 fev. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Midiateca Capixaba (conectando) DI 018/2022 FAPES.** Projeto de Pesquisa - SECULT, Vitória, 2022. Disponível em: https://fapes.es.gov.br/Media/fapes/DemandaInduzida/DI018.2022.pdf Acesso em: 25 fev. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Plano Estadual de Cultura.** Vitória: SECULT/ES, 2015. Disponível em: https://secult.es.gov.br/Media/Secult/Importacao/LEI%2010296%20-%20PLANO%20ESTADUAL%20DE%20CULTURA%20DO%20ES.PDF. Acesso em: 25 fev. 2025.

GAVA, Tania Barbosa Salles; FLORES, Daniel. Preservação Digital Sistêmica. In: Arquivo, documento e informação em cenários híbridos: anais do Simpósio Internacional de Arquivos. **Anais...** São Paulo, SP: Eventus, 8, 2021. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/336975-PRESERVACAO-DIGITAL-SISTEMICA. Acesso em: 25 fev. 2025.



ARTIGO

NORMALIZAÇÃO DE FORMATOS NO ARCHIVEMATICA

Tania Barbosa Salles Gava

Graduação em Ciência da Computação e em Matemática Aplicada e Computacional pela Ufes, mestrado em Informática pelo PPGI/Ufes e doutorado em Engenharia Elétrica na área de inteligência Artificial Aplicada pelo PPGEE/Ufes. Atualmente é professora do Departamento de Arquivologia da Ufes.

Luciana Itida Ferrari

Graduação em Ciência da Computação pela Universidade Católica de Petrópolis. Mestrado em Informática pela UFRJ. Doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação pela UFRJ. É professora do Departamento de Arquivologia da Ufes.

Wendell Andre Rocha de Oliveira

Arquivista da Universidade Vila Velha e especialista em Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Resumo

Este trabalho tem como objetivo geral apresentar a aplicação da estratégia de preservação de normalização de formatos no software Archivematica, que é um sistema aberto de preservação digital. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada e caráter exploratório, que utiliza procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental para levantamento de referencial teórico. Os principais resultados da pesquisa são discutir brevemente sobre a Preservação Digital no contexto da Arquivologia; apresentar o software Archivematica; explicar a estratégia de preservação de normalização de formatos; apresentar a política de preservação do Programa AN Digital; apresentar como aplicar a estratégia de normalização de formatos no Archivematica, tomando como base alguns dos formatos definidos na política de preservação do Programa AN Digital. Concluiu-se que embora o Archivematica já venha pré-configurado com regras de normalização voltadas à preservação digital, o software pode ser customizado para atender às políticas de preservação adotadas pelas instituições. No entanto, cabe ao profissional da informação analisar as diretrizes da política de preservação adotada pela instituição, em relação aos padrões estabelecidos no software, e verificar se existe a necessidade de customizar o software.

Palavras-chaves: Preservação Digital; Planos de Preservação Digital; Estratégias de preservação; Normalização de formatos; Archivematica.

Abstract

The main objective of this work is to present the application of the format normalization preservation strategy in the Archivematica software, which is an open digital preservation system. This is an applied research of exploratory nature, which uses bibliographical and documentary research procedures to survey the theoretical framework. The main results of the research are to briefly discuss Digital Preservation in the context of Archival Science; present the Archivematica software; explain the format normalization preservation strategy; present the preservation policy of the AN Digital Program; present how to apply the format normalization strategy in Archivematica, based on some of the formats defined in the preservation policy of the AN Digital Program. It was concluded that although Archivematica comes pre-configured with standardization rules aimed at digital preservation, the software can be customized to meet the preservation policies adopted by institutions. However, it is up to the information professional to analyze the guidelines of the preservation policy adopted by the institution, in relation to the standards established in the software, and to verify if there is a need to customize the software.

Keywords: Digital preservation; Digital Preservation Plans; Preservation strategy; Format normalization; Archivematica. mory; territory.

Resumen

El objetivo general de este trabajo es presentar la aplicación de la estrategia de preservación de normalización de formato en el software Archivematica, que es un sistema abierto de preservación digital. Se trata de una investigación aplicada de carácter exploratorio, que utiliza procedimientos de investigación bibliográfica y documental para relevar el marco teórico. Los principales resultados de la investigación son discutir brevemente la Preservación Digital en el Contexto de la Archivística; presentar el software Archivematica; explicar la estrategia de preservación de la normalización del formato; presentar la política de preservación del Programa AN Digital; presentar cómo aplicar la estrategia de normalización de formatos en Archivematica, a partir de algunos de los formatos definidos en la política de preservación del Programa AN Digital y presentar un material didáctico elaborado en forma de e-Book con nociones básicas sobre la normalización de formatos en Archivematica. Se concluyó que aunque Archivematica viene preconfigurado con reglas de estandarización dirigidas a la preservación digital, el software puede personalizarse para cumplir con las políticas de preservación adoptadas por las instituciones. Sin embargo, corresponde al profesional de la información analizar los lineamientos de la política de preservación adoptada por la institución, con relación a los estándares establecidos en el software, y verificar si existe la necesidad de personalizar el software.

Contraseñas: Preservación Digital; Planes de Preservación Digital; Estratégias de preservación; Estandarización de formatos; Archivematica.

1. Introdução

A transformação digital advinda do surgimento de novas tecnologias, ocorrida principalmente a partir da década de 1990, transformou a forma como a sociedade produzia, compartilhava, armazenava e acessava seus documentos, ou seja, cada vez mais "[...] os documentos passaram a ser migrados ou gerados exclusivamente no formato digital" (Gava; Flores, 2021, p. 424 - 425).

Mesmo que os avanços tecnológicos tenham gerado vantagens quanto à criação e ao compartilhamento dos documentos digitais, houve também desvantagens tais como o aumento da complexidade no tratamento dos documentos digitais, por causa das especificidades e vulnerabilidade do ambiente digital, como também em decorrência da obsolescência tecnológica sofrida pelos documentos digitais ao longo do tempo. Isso gera a necessidade da definição e implementação de políticas de preservação digital, que exigem, entre outros elementos, altos investimentos e mão-de-obra qualificada, pela complexidade dos processos envolvidos na preservação digital.

Como levantado por Gava e Flores (2020), o surgimento de diretrizes, normas e resoluções, visando à proteção do patrimônio arquivístico digital no cenário brasileiro, teve início com a publicação da Carta para a Preservação do Patrimônio Digital da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicada em 2005 pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) (2005). Atualmente, a diretriz mais recente relacionada aos documentos digitais é a Resolução nº 48, de 10 de novembro de 2021 (Conselho Nacional de Arquivos, 2021). A resolução estabelece diretrizes e orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) quanto aos procedimentos técnicos a serem observados no processo de digitalização de documentos públicos ou privados.

A Arquivologia trabalhou por anos com o suporte papel. No entanto, o advento da tecnologia de rede mundial (World Wide Web), as revoluções industriais e a velocidade crescente dos saltos disruptivos em todas as áreas de conhecimento mostraram, não apenas à Arquivologia, mas a todas as áreas de conhecimento, a necessidade de preservação da informação digital. No que tange aos fazeres arquivísticos, Turner (1998) levanta uma questão sobre os avanços tecnológicos:

> É útil observar nesse contexto que não há nada de novo. Pode-se constatar que são sempre as mudanças tecnológicas que determinam a maneira de se realizar nosso trabalho de organização da informação. O surgimento de novas e importantes tecnologias no campo da informação, como nos casos do papel e da prensa de Gutenberg, causaram também mudanças fundamentais nos métodos de trabalho das pessoas que geravam a informação no momento desses desenvolvimentos e pelos séculos seguintes. Essas tecnologias também mudaram profundamente a sociedade em seu conjunto. Nós que vivemos sobre a Terra nesse momento somos testemunhas de desenvolvimentos que se desenrolam a uma velocidade impressionante (Turner, 1998, p. 45 - 46).

Um dos resultados dos avanços tecnológicos são os softwares livres, posto que são programas que garantem o acesso ao seu código-fonte, permitindo sua customização para atender às necessidades dos usuários de forma gratuita e democratizada (Silveira, 2018). O Archivematica é um software que se encaixa nesses parâmetros, visto que é um sistema aberto, que possibilita alterações em seu código sem a necessidade de pagamentos ou autorizações, facilitando a construção de um sistema sustentável de preservação digital. Segundo Gava e Flores (2021, p. 3), o Archivematica:

> [...] é um software baseado na web, permite às instituições manter o acesso de longo prazo a conteúdos digitais confiáveis, autênticos e seguros permitindo a seus usuários processarem objetos digitais desde a ingestão até o armazenamento arquivístico e acesso [...].

Tais avanços tecnológicos trazem benefícios para a sociedade, inclusive para a área de arquivos, como também novos horizontes. Contudo, diante dessa realidade de transformação digital, de forma crescente e contínua, surge a pergunta: como preservar as informações importantes de forma segura e passíveis de recuperação no futuro?

Neste sentido, ressalta-se a importância das políticas de preservação digital e do uso de plataformas de preservação, como o Archivematica. Assim, encontrar o ponto de equilíbrio entre políticas de preservação e tecnologias adequadas pode minimizar transtornos e perdas documentais.

Ao se investigar sobre o tema preservação digital pode-se ver iniciativas no Brasil, como é o caso do programa AN Digital, do Arquivo Nacional, que teve sua primeira versão de política de preservação publicada em abril de 2012 e atualizada em 2016 (Arquivo Nacional, 2016), como também o documento que apresenta alguns pontos considerados fundamentais a serem observados na elaboração de políticas de preservação de documentos arquivísticos digitais (Arquivo Nacional, 2019).

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo geral apresentar a aplicação da estratégia de preservação de normalização de formatos no software Archivematica, que é um sistema livre de preservação digital.

A padronização de formatos utilizada no trabalho teve como base o Anexo 1 da Política de Preservação proposta pelo programa AN Digital, que contém uma tabela especificando quais formatos de preservação e acesso devem ser adotados.

Os objetivos específicos são: discorrer sobre a Preservação Digital no contexto da Arquivologia; explicar o que é o software Archivematica; apresentar a política de preservação do Programa AN Digital; estudar o que é a estratégia de preservação de normalização de formatos e como aplicá-la no Archivematica, tomando como base alguns dos formatos definidos na política de preservação do Programa AN Digital.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada e caráter exploratório, uma vez que está em fase preliminar e busca adquirir informações sobre a aplicação de regras de normalização de formatos no Archivematica. Utiliza procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental para levantamento de referencial teórico, a fim de prover embasamento para a aplicação prática (Gil, 2002).

Pelo fato da normalização ser uma estratégia de preservação importante, por ter o objetivo de simplificar o processo de preservação por meio da redução do número de formatos distintos que são gerenciados em uma plataforma de preservação como o Archivematica, facilitando sua gestão, este trabalho justifica-se por apresentar mais detalhes sobre como essa estratégia pode ser utilizada na prática, apresentando suas possibilidades.

2. A Preservação Digital no contexto da Arquivologia

Por muitos anos a Arquivologia tratou exclusivamente os documentos analógicos. A partir da transformação digital ocorrida nas últimas décadas, a Arquivologia passou a ter que lidar com a documentação digital.

Os saltos tecnológicos alcançados nas últimas décadas têm transformado a sociedade e como as instituições executam seus processos. Nesta linha Diogo, Junior e Santos (2019, p. 171) defendem que:

> A transformação Digital (TD) tem modificado a forma como os processos organizacionais são implementados e gerenciados com a inclusão de novas tecnologias, como Realidade Aumentada, IoT e Sistemas Ciber-Físicos (CPS), para promover Gestão do Conhecimento (GC).

Os avanços tecnológicos alcançados pela humanidade proporcionaram vantagens, desde a agricultura ao compartilhamento em nuvem. Desta forma, à medida que novas tecnologias surgem, os processos organizacionais que outrora fluíam de uma forma pré-determinada necessitam passar por mudanças buscando incorporar as novos tecnologias. Rogers (2017) relata que as inovações e as novas tecnologias

alteraram a sociedade humana, como ela se relaciona, como as instituições se comunicam com seus usuários e o produto dessas alterações é a transformação digital. Segundo o autor:

> [...] a eletrificação foi transformadora, ao mudar restrições fundamentais na manufatura, o impacto da era digital é ainda maior, por alterar as restrições sob as quais operam praticamente todos os componentes da estratégia de negócios. As tecnologias digitais mudaram a maneira como nos conectamos com os clientes e lhes oferecemos valor (Rogers, 2017, p. 18).

Da mesma forma que instituições públicas e privadas modificaram seu modo de atuar, se comunicar e executar seus processos internos, os arquivos também passam pelo fenômeno da transformação digital, pois "[...] o que estamos vivenciando hoje no campo da Arquivologia, e em decorrência das demandas sociais, é que a transformação digital nos Arquivos é inevitável e já vem acontecendo há algum tempo, todos os dias." (Flores, 2018, p. 76). A política de preservação digital do programa AN Digital e o software Archivematica são produtos da transformação digital que acomete os arquivos e que tem gerado cada dia mais a produção de documentos digitais e a necessidade de seu devido tratamento e preservação.

Sobre a conceituação de documento, o glossário de terminologias arquivísticas o define como "unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato" (Conselho Nacional de Arquivos, 2020, p. 73).

Quanto ao documento arquivístico, é possível encontrar uma conceituação na introdução do e-ARQ Brasil, que o define como "[...] um documento produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência" (Conselho Nacional de Arquivos, 2022, p. 19).

Por documento digital entende-se a "informação registrada, codificada em dígitos binários" (Conselho Nacional de Arquivos, 2012, p. 2). Sobre o documento arquivístico digital, o e-ARQ Brasil e o glossário de documentos arquivísticos digitais o descrevem como sendo um "documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico" (Conselho Nacional de Arquivos, 2022, p. 19; Conselho Nacional de Arquivos, 2020, p. 25), e a resolução n.º 37 do Conselho Nacional de Arquivos define o documento arquivístico digital como sendo "[...] o objeto conceitual, isto é, aquele normalmente apresentado em dispositivo de saída (monitor, caixa de som), e não o objeto físico (as cadeias de bits registradas em um suporte)" (Conselho Nacional de Arquivos, 2012, p. 2).

Em resumo, pode-se entender que as definições de documento, documento arquivístico, documento digital e documento arquivístico digital são constituídas em uma espécie de teia conceitual, na qual as definições estão interconectadas, visto que a compreensão geral se torna possível através do entendimento individual e da relação existente entre as definições.

Outro ponto importante é que o documento arquivístico digital pode ser gerado em ambiente digital, sendo originário de um sistema informático/tecnológico ou eletrônico, também chamado de documento nato digital. A outra origem do documento arquivístico digital é a digitalização, que consiste no processo de transferência de um documento originário de um suporte físico para o suporte analógico ou meio digital (dígitos binários) através de ferramentas de captura de imagens. Grácio (2012), em seu trabalho de Preservação digital na gestão da informação, esclarece de forma sucinta estas duas formas de produção de documentos. Segundo o autor:

> Um documento digital pode já nascer digital, quando a informação é representada e registrada em bits na sua criação. Ele também pode ser criado por meio da digitalização, que é o processo de converter um documento no formato analógico para o digital (Grácio, 2012, p. 54).

O documento arquivístico em suporte papel desfruta da característica indissociável que a informação tem com o suporte: quando o profissional executa atividades para preservar o suporte, por consequência

preserva-se também a informação. A simetria do documento arquivístico não-digital com o documento arquivístico digital está no objetivo da preservação, pois o ato de preservar os documentos em suporte papel e em meio digital visa garantir o acesso futuro às informações (Grácio, 2012).

Ferreira (2006) apresenta o conceito de objeto digital. O termo objeto digital, utilizado pelo autor, demonstra um cuidado em transmitir o entendimento de que o termo é genérico. No entanto, podemos assumir que um documento digital é um objeto digital, mas nem todo objeto digital é um documento. Assim, o documento arquivístico digital de uma instituição, assim como um filme armazenado em um computador, um e-book armazenado na nuvem ou uma música de uma banda amadora gravados em um pendrive, são todos objetos digitais, embora nem todos possam ser documentos arquivísticos digitais.

Uma vez esclarecida a interpretação do exposto pelo autor, o documento digital (objeto digital) é subdividido entre os níveis físico, lógico e conceitual, conforme demonstrado na Figura 1. O nível físico do documento digital é o nível correspondente ao hardware, o nível lógico é relativo ao software e o conceitual refere-se ao documento manifestado e acessado pelo usuário, e do qual o usuário obtém as informações contidas no documento digital.

Figura 1 - A anatomia do objeto digital. Fonte: Ferreira (2006, p. 25).

Mais uma característica importante do objeto digital é que tanto o documento nato digital quanto seu representante digital (documento digitalizado) submetem-se ao mesmo tratamento quando o foco é a preservação digital. No entanto, para que a documentação digitalizada tenha valor legal, o processo de digitalização tem que atender aos critérios definidos no Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020 (Brasil, 2020), que estabelece a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos.

Quando o documento não digital (papel) recebe o tratamento em seu suporte, intui-se que a informação também está sendo preservada, mas quando o suporte do documento digital recebe um tratamento voltado à preservação, somente um dos níveis é preservado, que é o nível físico (Ferreira, 2006). O processo de preservação dos documentos digitais pode variar perante a estratégia de preservação adotada pelo profissional encarregado, sendo possível utilizar estratégias que priorizam a preservação do suporte físico ou a preservação do suporte lógico, e deve ocorrer a combinação de estratégias para se obter sucesso na preservação. A estruturação e organização de quais estratégias serão aplicadas em cada instituição deve estar descrita em políticas e planos de preservação digital.

3. A Política de Preservação do Programa AN Digital

Os documentos digitais, em especial os documentos arquivísticos digitais, possuem vantagens como a facilidade de produção, reprodução, alteração e disseminação, no entanto, "[...] por causa da vulnerabilidade dos registros digitais, eles podem ser facilmente perdidos, excluídos ou modificados, de forma maliciosa ou acidental, mas também pela falta de adoção de políticas arquivísticas e de preservação digital" (Gava; Flores, 2021, p. 6). Assim, observando a necessidade de procedimentos adequados à preservação do patrimônio arquivístico digital, o Arquivo Nacional

estruturou o programa AN Digital através da Portaria AN nº 34, de 25 de março de 2010:

> [...] o Programa Permanente de Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais – AN Digital, que tem como objetivo dotar o Arquivo Nacional da infraestrutura organizacional e tecnológica capazes de preservar e dar acesso aos documentos digitais por ele recolhidos (Arquivo Nacional, 2016).

É preciso explicitar que a Portaria nº 34 estabelece a criação da primeira versão da política de preservação do AN Digital, norteando as abordagens recomendadas para o tratamento, a preservação e o acesso à documentação digital sobre custódia do Arquivo Nacional. Em 2016, o documento foi atualizado para sua segunda versão, acomodando-se aos avanços tecnológicos e ao novo cenário tecnológico e social.

O programa AN Digital delimita as ações esperadas para cumprir com três elementos primários estabelecidos pela política no tratamento da documentação digital, sendo eles: o recebimento, a armazenamento/preservação e o acesso. Essas ações descritas na política são baseadas no Projeto InterPARES[1]. Segundo a própria documentação do AN Digital os objetivos se configuram em:

> · Tornar público o contexto de implantação do AN Digital, bem como os requisitos legais e normativos aos quais o AN Digital deve estar em conformidade;
> · Fundamentar a definição dos procedimentos e as opções tecnológicas a serem adotados no AN Digital;
> · Dar transparência às opções adotadas pelo AN digital com relação à abordagem de preservação digital;
> · Fornecer subsídios para avaliação da confiabilidade no repositório, com relação aos seus principais usuários (produtores de documentos e consulentes do Arquivo Nacional) e quaisquer outras partes interessadas (Arquivo Nacional, 2016, p. 2-3).

Cabe também relatar que existe diferença entre Plano de Preservação e Política de Preservação. As Políticas de Preservação delimitam modelos a serem seguidos, buscando, segundo Gava e Flores (ANO), o não comprometimento com a definição de softwares, hardwares e formatos específicos para a execução da preservação, de modo que:

> [...] espera-se que a política seja tecnologicamente neutra, omitindo aspectos tecnológicos muito específicos, tais como software, hardware, suportes e formatos de arquivo, por causa da rápida evolução das tecnologias digitais, que devem estar detalhados em um plano de preservação (Gava; Flores, 2022, p. 5).

Ao passo que o Plano de Preservação surge como um elemento que:

> [...] possui uma abordagem mais concreta e específica, e configura um verdadeiro plano de ação para garantir as condições mínimas de preservação de determinado conjunto de objetos digitais sob a guarda de uma instituição específica (Nascimento; Queiroz; Araújo, 2019, p. 58).

Figura 2 – Camadas de atuação da política e plano de preservação.
Fonte: Arquivo Nacional (2019, p. 12).

Outra forma de comparar os aspectos de atuação da Política de Preservação Digital em relação ao Plano de Preservação é que a política apresenta diretrizes gerais e o plano contém diretrizes mais técnicas e específicas.

1 InterPARES 2 Project. A framework of principles for the development of policies, strategies and standards for the long-term preservation of digital records. Disponível em: http://www.interpares.org/public_documents/ip2(pub)policy_framework_document.pdf.

Neste sentido, o Arquivo Nacional publicou em 2019 uma documentação que traz recomendações para elaboração de políticas de preservação. Nesse documento é apresentado de forma gráfica (Figura 2), as camadas de atuação da Política de Preservação e do Plano de Preservação.

4. O Software Archivematica e a normalização de formatos

Um exemplo de modelo voltado ao gerenciamento de documentos digitais é o modelo Open Archival Information System (OAIS), que surgiu como um esforço das instituições membro da Consultative Committee for Space Data Systems (CCSDS) (Consultative Committee for Space Data Systems, 2012), criando um modelo de referência no intuito de padronizar atividades de preservação digital (Souza et al., 2012).

O modelo "OAIS descreve as funções de um repositório digital e os metadados necessários para a preservação e o acesso dos materiais digitais gerenciados pelo repositório, que constituem um modelo funcional e um modelo de informação." (Conselho Nacional de Arquivos, 2015, p. 8). Outro fato sobre o modelo OAIS foi que "[...] o modelo de referência passou a ser uma norma internacional, regulada na ISO 14721:2003" (Souza et al., 2012, p.66), e encontra-se atualmente em uma nova versão – a ISO 14721:2012. Por esse motivo, o OAIS tornou-se um referencial fundamental para o desenvolvimento de ferramentas de preservação digital como o Archivematica.

Conforme o guia de instalação e configuração do Archivematica, ele é um software livre, de código aberto e baseado em padrões na web. Além disso:

> O Archivematica fornece um conjunto integrado de ferramentas livres e de código aberto que permite aos usuários processarem objetos digitais para armazenamento de arquivos e acesso em conformidade com a ISO-OAIS modelo funcional, além de outras normas de preservação digital e melhores práticas (Martinez et al., 2017, p.7).

Gava e Flores (2021) apresentam que o Archivematica é uma ferramenta capaz de auxiliar instituições e profissionais que objetivam a preservação digital e expõem que o Archivematica:

> [...] é um software baseado na web, permite às instituições manter o acesso de longo prazo a conteúdos digitais confiáveis, autênticos e seguros permitindo a seus usuários processarem objetos digitais desde a ingestão até o armazenamento arquivístico e acesso [...].(Gava; Flores, 2021, p. 23)

Embora o Archivematica possua vantagens como ser um software livre, de código aberto, baseado em normas internacionais, como é o caso do Modelo OAIS, ser flexível e customizável, compatível com diversos formatos, permitir gerenciamento de armazenamento, entre outras, além de possuir uma comunidade de usuários no Brasil, o software não é de simples utilização, isto dificulta sua disseminação e popularização.

Por ser customizável, o Archivematica possui a vantagem de permitir que suas configurações padrão sejam alteradas. Uma dessas possibilidades é a alteração dos formatos de preservação e acesso para se adequar aos formatos definidos nas políticas ou planos de preservação digital das instituições, que é uma estratégia de preservação chamada de normalização de formatos.

A normalização de formatos, segundo Ferreira (2006), consiste na unificação de formatos. Ou seja, caso uma instituição possua documentos em diversos formatos tramitando em seus processos internos, segundo a estratégia de normalização é recomendado que a instituição adote um número limitado de formatos para a produção e armazenamento dos documentos. Em outras palavras, a resolução nº 43 conceitua a normalização como a "conversão de formatos de arquivo para um elenco gerenciável de formatos apropriados para preservação e acesso" (Conselho Nacional de Arquivos, 2015, p. 7) objetivando facilitar o tratamento do acervo documental.

Neste sentido, a próxima seção visa apresentar como pode ser feita a aplicação da estratégia de preservação de normalização de formatos no Archivematica.

5. Customização: o Archivematica de acordo com os formatos definidos pelo AN Digital e discussão dos resultados

Para a realização do trabalho foi utilizada uma Máquina Virtual (formato .OVA) da versão 1.12 do Archivematica, disponibilizada no Blog "Documentos Arquivísticos Digitais"[2] do Grupo de Pesquisa do CNPq GED/A e Patrimônio Documental Arquivístico vinculado ao Curso de Arquivologia e ao PPGCI da Universidade Federal Fluminense (UFF).

5.1 A aba Preservation planning do Archivematica

O Archivematica possui um dashboard com diversas abas, subabas, menus e submenus, como pode ser visto na Figura 3, que apresenta a página inicial do software.

As abas presentes na página inicial do software Archivematica são: Transfer; Backlog; Appraisal; Ingest; Archive storage; Preservation planning; Access; Administration. Cada aba possui suas funcionalidades. No entanto, neste trabalho vamos focar apenas na aba Preservation planning, para o tratamento de padrões de formatos e sua normalização, pois é a aba na qual é possível customizar o Archivematica em relação a alguns formatos definidos pela política de preservação do programa AN Digital. A aba Preservation planning pode ser vista na Figura 4.

Após selecionar a aba Preservation planning, é possível notar os menus responsáveis por configurar o plano de preservação que o software utilizará no tratamento dos pacotes que serão enviados para ingestão. Na Figura 5, é destacada a lista de menus à esquerda que compõem a aba, sendo eles: Formats, Identification, Format policy registry, Characterization, Event Detail, Extraction e Normalization. Por motivo de otimização de espaço, alguns elementos ficaram fora da imagem, a saber: Transcription, Validation e Verification.

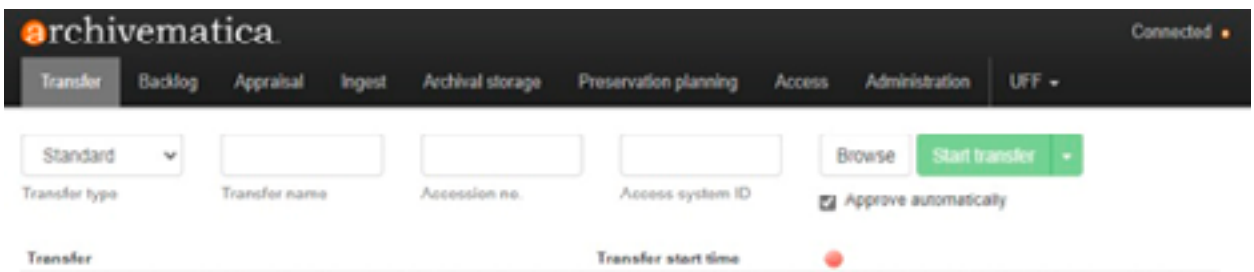


Figura 3 – Página inicial do software Archivematica. Fonte: Tela capturada pelos autores.

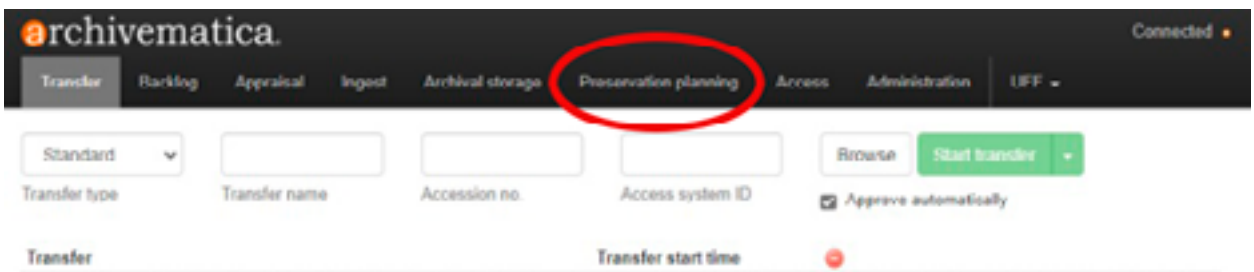


Figura 4 - Aba Preservation planning. Fonte: Tela capturada e destacada pelos autores.

2 Disponível em: http://documentosarquivisticosdigitais.blogspot.com/

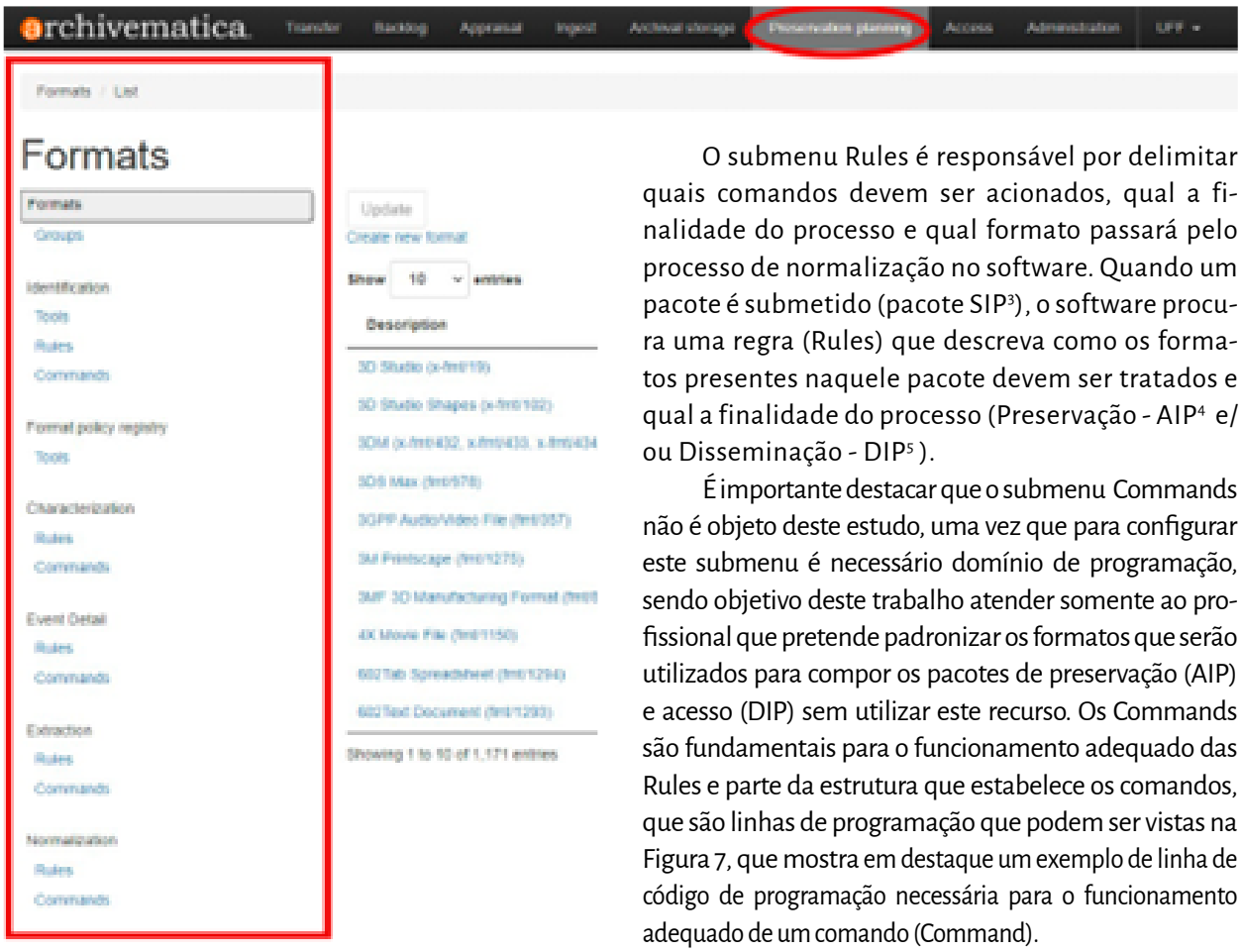


Figura 5 - Lista de menus da aba Preservation planning. Fonte: Tela capturada e destacada pelos autores.

Cada aba do Archivematica possui suas funcionalidades e requer um estudo para ser compreendida. No entanto, o foco deste estudo é a aba Preservation planning, em particular o Menu Normalization, que possui os submenus regras (Rules) e comandos (Commands), como é possível verificar na (Figura 6).

Figura 6 - Menu Normalization e sub-menus.
Fonte: Tela capturada e destacada pelos autores.

O submenu Rules é responsável por delimitar quais comandos devem ser acionados, qual a finalidade do processo e qual formato passará pelo processo de normalização no software. Quando um pacote é submetido (pacote SIP[3]), o software procura uma regra (Rules) que descreva como os formatos presentes naquele pacote devem ser tratados e qual a finalidade do processo (Preservação - AIP[4] e/ou Disseminação - DIP[5]).

É importante destacar que o submenu Commands não é objeto deste estudo, uma vez que para configurar este submenu é necessário domínio de programação, sendo objetivo deste trabalho atender somente ao profissional que pretende padronizar os formatos que serão utilizados para compor os pacotes de preservação (AIP) e acesso (DIP) sem utilizar este recurso. Os Commands são fundamentais para o funcionamento adequado das Rules e parte da estrutura que estabelece os comandos, que são linhas de programação que podem ser vistas na Figura 7, que mostra em destaque um exemplo de linha de código de programação necessária para o funcionamento adequado de um comando (Command).

A Figura 8 oferece uma visão geral da interface que o profissional visualizará ao acessar a aba Preservation Planning e selecionar o submenu Rules dentro do menu Normalization. E ilustra o resultado de uma pesquisa relacionada ao formato JPEG.

3 Pacote de informação para submissão (submission information package – SIP) – refere-se à admissão dos documentos digitais e seus metadados associados. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-43-de-04-de-setembro-de-2015.

4 Pacote de informação para arquivamento (archival information package – AIP) – refere-se ao acondicionamento e armazenamento dos documentos digitais e seus metadados associados. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-43-de-04-de-setembro-de-2015.

5 Pacote de informação para disseminação (dissemination information package – DIP) – refere-se ao acesso aos documentos digitais e seus metadados associados. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-43-de-04-de-setembro-de-2015

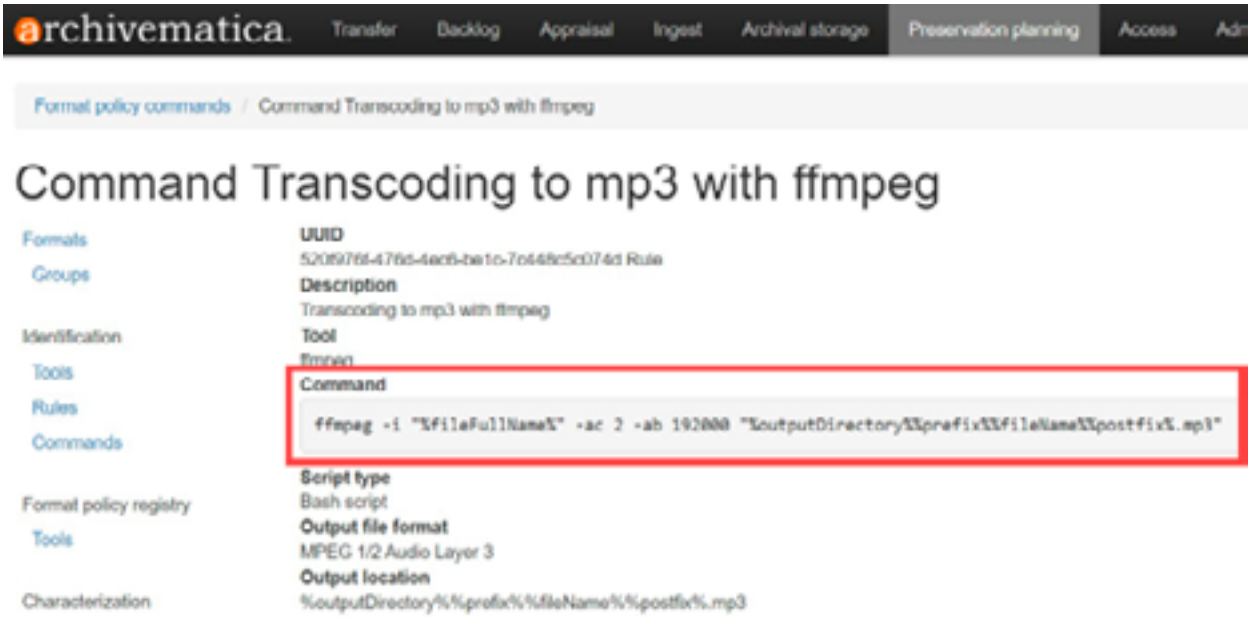


Figura 7 - Exemplo de linha de programação. Fonte: Tela capturada e destacada pelos autores.

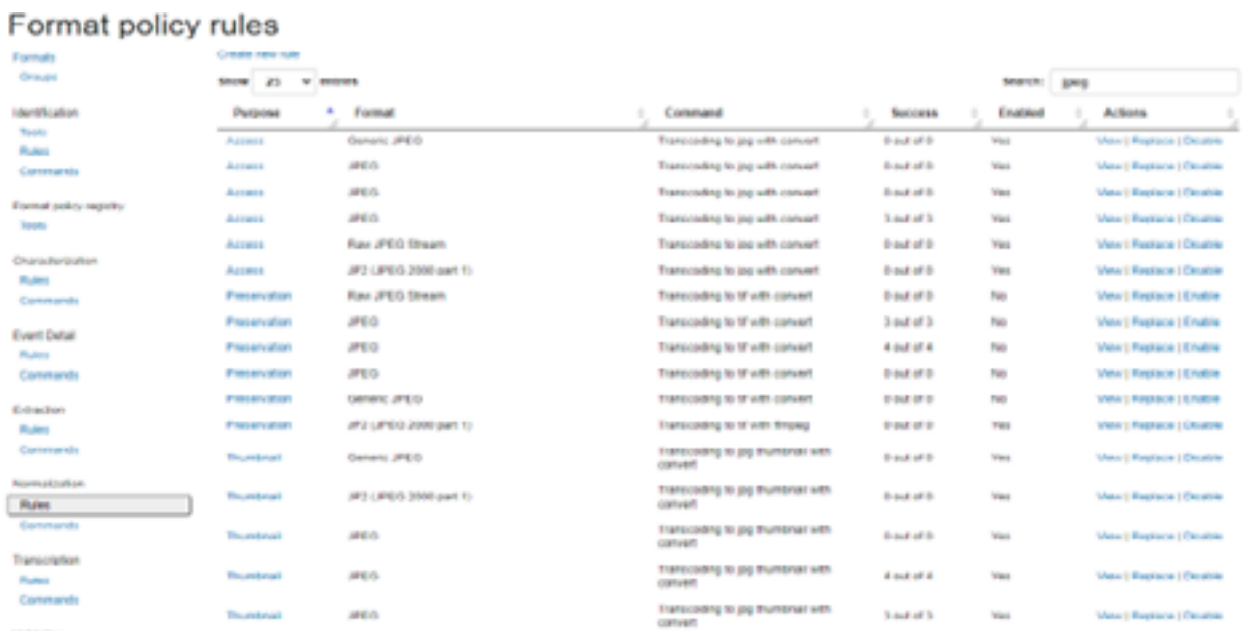


Figura 8 - Visão geral do submenu rules. Fonte: Tela capturada pelos autores.

5.2 Sobre os formatos de arquivo definidos no AN Digital

Nesta seção serão apresentados os formatos definidos no AN Digital e os formatos selecionados para serem configurados no Archivematica utilizado (Versão 1.12.0).

A política de preservação Digital do programa AN Digital possui um anexo (Anexo 1) com uma tabela que descreve os tipos documentais, seus formatos originais, qual o formato recomendado para preservação, o formato recomendado para o acesso e uma coluna para anotar observações.

O Quadro 1 delimita e descreve os formatos pertencentes a cada tipo documental. Os tipos documentais estabelecidos no Anexo 1 da política são: tipo textual, tipo imagem matricial, imagem vetorial, áudio, audiovisual, mensagens de correio eletrônico, apresentação de slides, planilha, base de dados e multimídia. Abaixo o Quadro 1 apresenta parte da Tabela relacionada ao tipo documental TEXTO.

Tipo de documento	Formato original (*)	Formato de preservação	Formato de acesso	Observação
Texto	DOC	PDF/A	PDF	
	DOCX			
	RTF			
	ODT			
	PDF			
	PDF/A			
	TIFF (textual)	TIFF		
	TXT	TXT		

Quadro 1 - Formatos de Arquivo do Tipo Documental Texto. Fonte: Arquivo Nacional (2016, p. 26).

O quadro apresenta o formato original, relacionado aos arquivos do pacote de submissão (SIP), o formato recomendado para preservação, relacionado ao pacote de preservação ou arquivamento (AIP) e o formato indicado ao acesso ou difusão dos arquivos, relacionado ao pacote de disseminação (DIP).

Para este trabalho, o conjunto de formatos utilizados foi limitado a quatro itens para garantir simplicidade. Foram selecionados: um arquivo de texto no formato .PDF, um arquivo de áudio no formato .MP3, um arquivo de imagem em formato .JPEG e por último o mesmo arquivo de imagem, porém no formato PNG formando, assim, um pré-pacote composto por quatro arquivos (um PDF, um MP3, um JPEG e um PNG) juntamente com uma planilha de metadados chamada metadata.csv, conforme o padrão estabelecido pelo Archivematica.

A Figura 9 apresenta a análise dos arquivos executada pelo software Digital Record Object Identification - DROID[6] na versão 6.5.2, que é uma ferramenta gratuita para identificação de formatos disponibilizada pelo projeto PRONOM[7]. O projeto PRONOM é um diretório de formatos que disponibiliza informações sobre formatos de arquivos de forma online.

O grupo de arquivos e a planilha de metadados, formando um pré-pacote SIP, foram inseridos no Archivematica pela primeira vez como um pacote de controle, pois o Archivematica já possui regras de normalização pré-definidas. Assim, o pacote de controle serviria como objeto de análise comparativa, para ter ciência sobre como o Archivematica trabalharia as normalizações de formatos pré-definidas na versão utilizada e se elas estariam em conformidade com o AN Digital.

O Quadro 2 apresenta as recomendações definidas no anexo 1 da Política de Preservação Digital, demonstrando o formato esperado para cada pacote SIP, AIP e DIP.

Figura 9 - Processo de análise de formatos pelo software DROID. Fonte: Resultado capturado pelos autores.

6 DROID é uma ferramenta de software desenvolvida pela The National Archives to perform automated batch identification of file formats. Disponível em: https://www.nationalarchives.gov.uk/information-management/manage-information/preserving-digital-records/droid/.

7 PRONOM is an on-line information system about data file formats and their supporting software products. Disponível em: https://www.nationalarchives.gov.uk/help/pronom/faq.htm#faq1

Diretrizes padronizadas pela política de preservação digital do AN Digital

SIP	AIP	DIP
PDF	PDF/A	PDF
MP3	WAV	MP3
PNG	TIFF	JPG
JPG	JPG	JPG

Quadro 2 – Formatos definidos nas Diretrizes do AN Digital. Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Arquivo Nacional, 2016, p.26.

Padrão de normalização de formatos pré-configurado no software Archivematica

SIP	AIP	DIP
PDF	PDF/A	Não gerou arquivo
MP3	Não gerou arquivo	Não gerou arquivo
PNG	Não gerou arquivo	JPG
JPG	Não gerou arquivo	JPG

Quadro 3 - Resultado das normalizações realizadas pelo Archivematica. Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 3 demonstra o resultado obtido com o pacote de controle e com os formatos pré-definidos do Archivematica versão 1.12.0.

Após a análise das normalizações realizadas no pré-pacote, foi constatado que o Archivematica possui em seus padrões de normalização pontos divergentes do que é proposto na política de preservação do AN Digital, assim, na próxima seção será demonstrado como customizar o software para estar de acordo com as diretrizes da Política de Preservação do programa AN Digital.

5.3 Customizando o Archivematica para atender ao AN Digital

O Archivematica fornece vários pontos de decisão que possibilitam ao profissional ter o controle sobre como o software tratará os arquivos submetidos. Os usuários podem usar as configurações pré-definidas no software ou configurá-las de acordo com as suas preferências.

Neste trabalho será apresentado um cenário em que o profissional identifica que o software dá suporte ao padrão de formato desejado, a regra de normalização existe e está de acordo com as definições desejadas, porém a regra não está habilitada. Existe então, a necessidade de

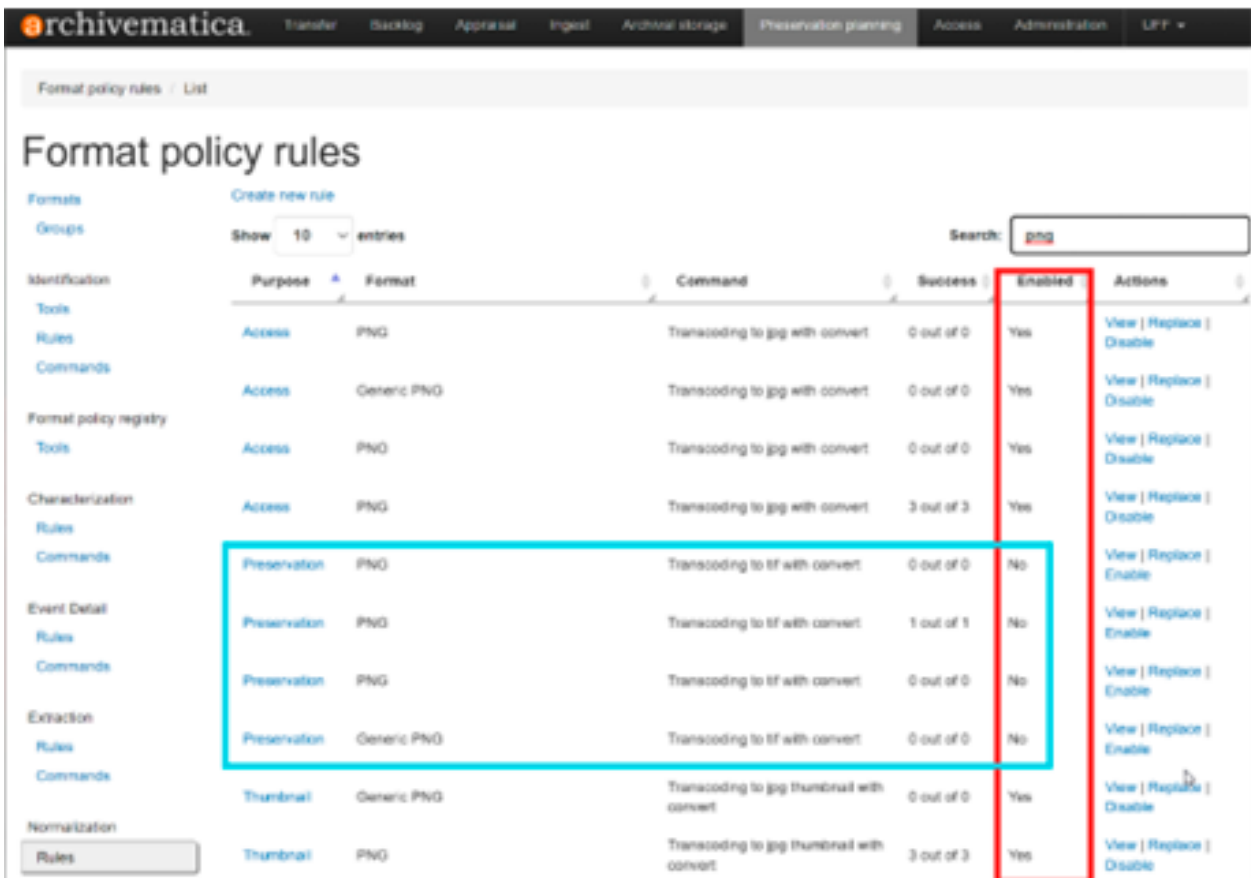


Figura 10 – Regra de normalização desabilitada. Fonte: Tela capturada e destacada pelos autores.

ativar a regra de tratamento para que o Archivematica execute a normalização de forma satisfatória.

Com pode ser visto na Figura 10 o Archivematica possui a regra de normalização para o formato PNG, porém a coluna Enabled está configurada como "NO". Isso significa que para o propósito (Purpose) de preservação, quando o arquivo submetido ao software for no formato PNG, a normalização para os formatos de preservação não será realizada.

A ativação da regra de tratamento no Archivematica é feita através da coluna Actions. Assim, para ativar a regra de tratamento deve-se clicar em Enable (Figura 11).

Após clicar na opção Enable uma nova janela é

Padrão de normalização de formatos pré-configurado no software Archivematica

SIP	AIP	DIP
PDF	PDF/A	Não gerou arquivo
MP3	Não gerou arquivo	Não gerou arquivo
PNG	TIFF	JPG
JPG	JPG	JPG

Quadro 4 - Resultado da customização. Fonte: Elaborado pelo autor.

para acesso, mas existia um comando pré-configurado, gerando a possibilidade de criar uma regra com o objetivo voltado ao acesso. Assim, após a customização, o software passou a normalizar os formatos de acordo com as diretrizes da Política de Preservação do programa AN Digital.

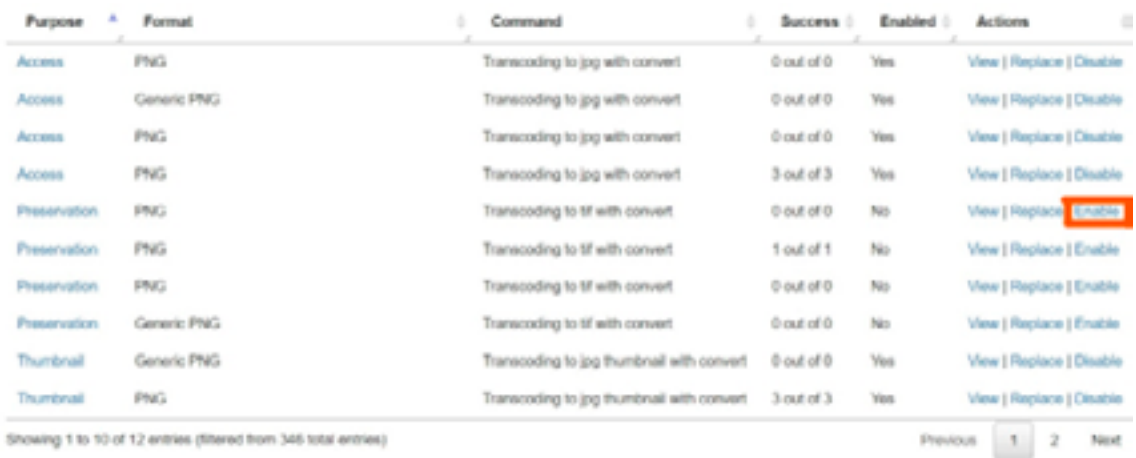


Figura 11 - Opção Enable da coluna Actions. Fonte: Tela capturada e destacada pelos autores.

apresentada para a confirmação da ativação. Para confirmar basta clicar no botão Enable destacado em azul (Figura 12).

Após ativar a regra por meio do botão Enabled, a regra estará habilitada para uso, e visível como YES na coluna Enabled. No entanto, um dos objetivos específicos deste trabalho é customizar o software Archivematica de acordo com as diretrizes da Política de Preservação do programa AN Digital. Assim, após reconfigurar o Archivematica para atender aos formatos definidos pela AN Digital, o resultado é apresentado no Quadro 4.

Analisando os resultados do Quadro 3 com o Quadro 4 podemos ver que o arquivo em formato PDF estava padronizado apenas para preservação e não existia regra

O arquivo em formato MP3 não pôde ser normalizado para preservação no padrão descrito na política do AN Digital, pois o comando necessário para configurar a regra de normalização não existia. Para poder customizar a normalização do formato MP3 no software de acordo com a Política de Preservação Digital do AN Digital seria necessária a presença de um profissional de TI para a criação da regra.

O arquivo em formato PNG possuía plena conformidade com os padrões descritos na política de preservação do AN Digital, porém as regras de preservação estavam desabilitadas. Após habilitar as regras, o software apresentou a normalização de formatos de acordo com o descrito na política de preservação do AN digital.

Quanto ao arquivo em formato JPG, a regra de nor-

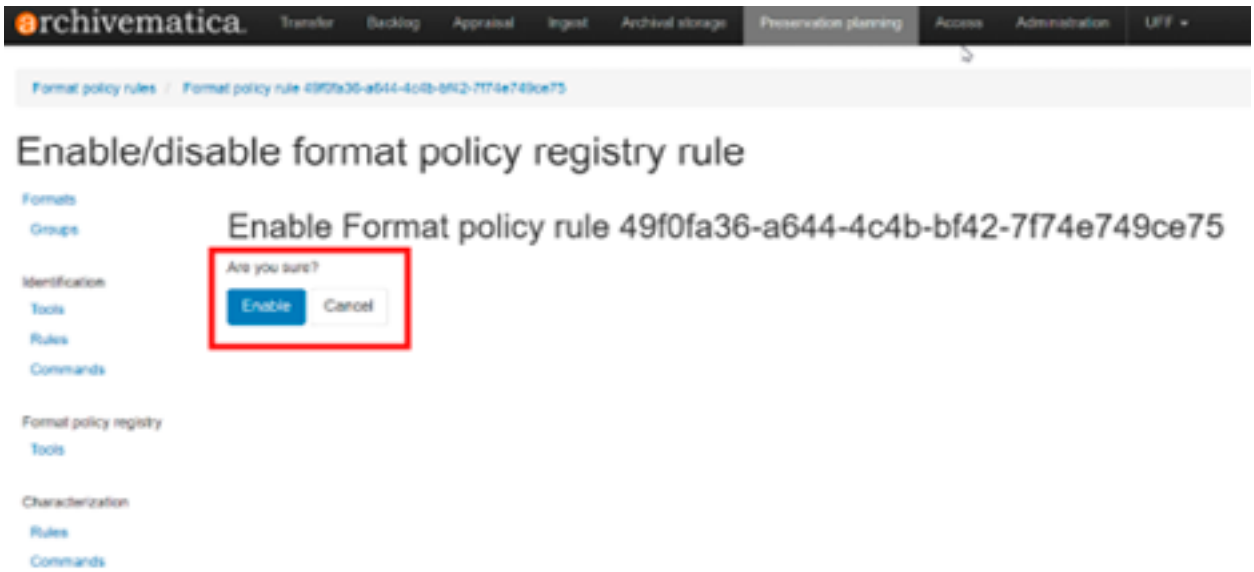


Figura 12 - Janela de ativação/desativação de regra. Fonte: Tela capturada e destaca pelos autores.

malização estava padronizada para preservar o arquivo em formato TIFF, mas a regra estava desabilitada. A Política de Preservação do AN Digital define que arquivos em formato JPG devem ser preservados e disseminados em formato JPG, ou seja, não deve ter seu padrão alterado. Assim, para adequar o software às diretrizes da política de preservação digital do programa AN Digital, primeiro o comando de normalização foi alterado para normalizar o formato em JPG e o segundo passo foi habilitar a regra, resultando na adequação do software com as diretrizes da política.

Vale ressaltar que em relação à normalização foram abordados apenas três cenários possíveis que os profissionais podem se deparar, que são: 1) o Archivematica dá suporte ao padrão de formato desejado, a regra de normalização existe e está de acordo com as definições desejadas, porém a regra não está habilitada; 2) o Archivematica dá suporte ao padrão de formato desejado, a regra de normalização existe, mas não está de acordo com as definições desejadas e, portanto, a regra precisa ser modificado; 3) o Archivematica não dá suporte ao padrão de formato desejado, gerando a necessidade de se criar uma nova regra de normalização.

Embora neste trabalho tenhamos abordado apenas o primeiro cenário de utilização da normalização no Archivematica, também foi resultado do trabalho a elaboração de um material instrucional na forma de um E-book, Normalização de formatos no Archivematica[8], que contém outros dois cenários de customização do software e está disponibilizado no ambiente digital ReaserchGate.

8 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/363740816_NORMALIZACAO_DE_FORMATOS_NO_ARCHIVEMATICA.

6. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo geral apresentar a aplicação da estratégia de preservação de normalização de formatos no software Archivematica, que é um sistema aberto de preservação digital, de acordo com a Política ou Plano de Preservação adotados por uma instituição. Para exemplificar a customização da normalização de formatos no Archivematica foi utilizada como exemplo a Política de Preservação do programa AN Digital.

A pesquisa teve como objetivos específicos apresentar o software Archivematica, apresentar a política de preservação do Programa AN Digital, explicar sobre a estratégia de preservação de normalização de formatos e como esta pode ser aplicada no Archivematica, tomando como base alguns dos formatos definidos na política de preservação do Programa AN Digital. Também foi objetivo do trabalho apresentar um material instrucional, elaborado na forma de um E-book, com as noções básicas sobre essa customização no Archivematica.

A apresentação da Arquivologia no contexto da Preservação Digital foi demonstrada, sem o objetivo de finalizar o assunto, tendo em vista que o ambiente tecnológico em nível mundial se encontra em constante evolução e que a área arquivística também precisa acompanhar esse avanço tecnológico.

Sobre a compatibilidade do software Archivematica com as diretrizes da política de preservação digital do programa AN Digital, com base nos arquivos que compuseram o pré-pacote, nas customizações efetuadas no software e nos resultados alcançados, foi possível concluir que para este estudo o software foi customizado de acordo com as diretrizes descritas na Política de Preservação Digital do programa AN Digital do Arquivo Nacional quase em sua totalidade, uma vez que apenas o formato de preservação do arquivo MP3 não pôde ser customizado por exigir a criação de uma regra. O software pode ser customizado ao ponto de cumprir 100% dos padrões designados pela política, porém essa completude será atingida com o trabalho colaborativo de profissionais que possuem domínio de programação para criação de novas regras.

Outra questão abordada é que o próprio software possui uma padronização pré-definida de formatos e regras de normalização voltada à preservação digital. Em outras palavras, o software já está configurado para uso, no entanto, como apresentado neste trabalho, verificou-se que o Archivematica pode ser customizado para se adequar às diretrizes definidas pelas políticas de preservação adotadas pelas instituições, e que, portanto, cabe ao profissional da informação analisar as diretrizes da política de preservação da instituição, comparar os padrões estabelecidos no software com a política institucional adotada e, assim, verificar se existe a necessidade ou não de customizar o software.

Conclui-se que a área arquivística, no que diz respeito à documentação digital, nutre relações muito próximas com a tecnologia e que, por este motivo, o profissional da informação que adotar o Archivematica como solução para preservação de objetos digitais deve entender que o software possui diversas funcionalidades que influenciam diretamente no resultado pretendido pelo profissional. Assim, para extrair o máximo proveito do Archivematica é necessário possuir uma relação próxima, clara e comunicativa com profissionais de TI, visto que para utilizar o software Archivematica de maneira adequada, é preciso executar alguns comandos com linguagem de programação.

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. A**N Digital: Política de preservação digital.** Arquivo Nacional, v. 2, 2016.

ARQUIVO NACIONAL. **Recomendações para elaboração de política de preservação digital.** Elaboração: Alex Pereira de Holanda. Supervisão: Claudia Lacombe. Série: Recomendações para gestão de documentos nos órgãos e entidades do poder executivo federal. 2019.

BRASIL. Decreto Nº 10.278, de 18 de março de 2020. Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital.** Rio de Janeiro, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes para a digitalização de documentos de arquivo nos termos do decreto Nº 10.278/2020,** Rio de Janeiro, p. 01-43, 28 jul. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **E-ARQ Brasil:** Modelo de

Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 2., p. 01-136, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Glossário:** Documentos arquivísticos digitais. v.8, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução Nº 37, de 19 de dezembro de 2012.** Aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução Nº 43, de 29 de abril de 2014.** estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. 2015.

FERREIRA, M. **Introdução à preservação digital:** Conceitos, estratégias e actuais consensos. Escola de Engenharia da Universidade do Minho, Guimarães. 2006. ISBN:972-8692-30-7 / 978-972-8692-30-8.

FLORES, D. Transformação digital por inovação sustentada ou tecnologias disruptivas em arquivos. **Produção, tratamento, disseminação e uso recursos informacionais heterogêneos [recurso eletrônico]:** diálogos interdisciplinares, [s. l.], p. 71-79, 2018.

GAVA, T. B. S.; FLORES, D. Auditoria e certificação ao longo da cadeia de custódia digital arquivística. **Informação & Informação,** v. 26, n. 4, p. 424-449, out./dez. 2021.

GAVA, T. B. S.; FLORES, D. O papel do Archivematica no RDC-Arq e possíveis cenários de uso. **ÁGORA: Arquivologia em debate,** Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 1-21, jul./dez. 2021. ISSN 0103-3557.

GAVA, T. B. S.; FLORES, D. Políticas de Preservação Digital: o caso do Brasil em relação à Colômbia e Austrália. **Em Questão,** Porto Alegre, e-117999, p. 1-25, 2022. E-ISSN 1808-5245.

GAVA, T. B. S.; FLORES, D. Repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq) como plataforma de preservação digital em um ambiente de gestão arquivística. **Informação & Informação,** [S.l.], v. 25, n. 2, p. 74-99, jul. 2020.

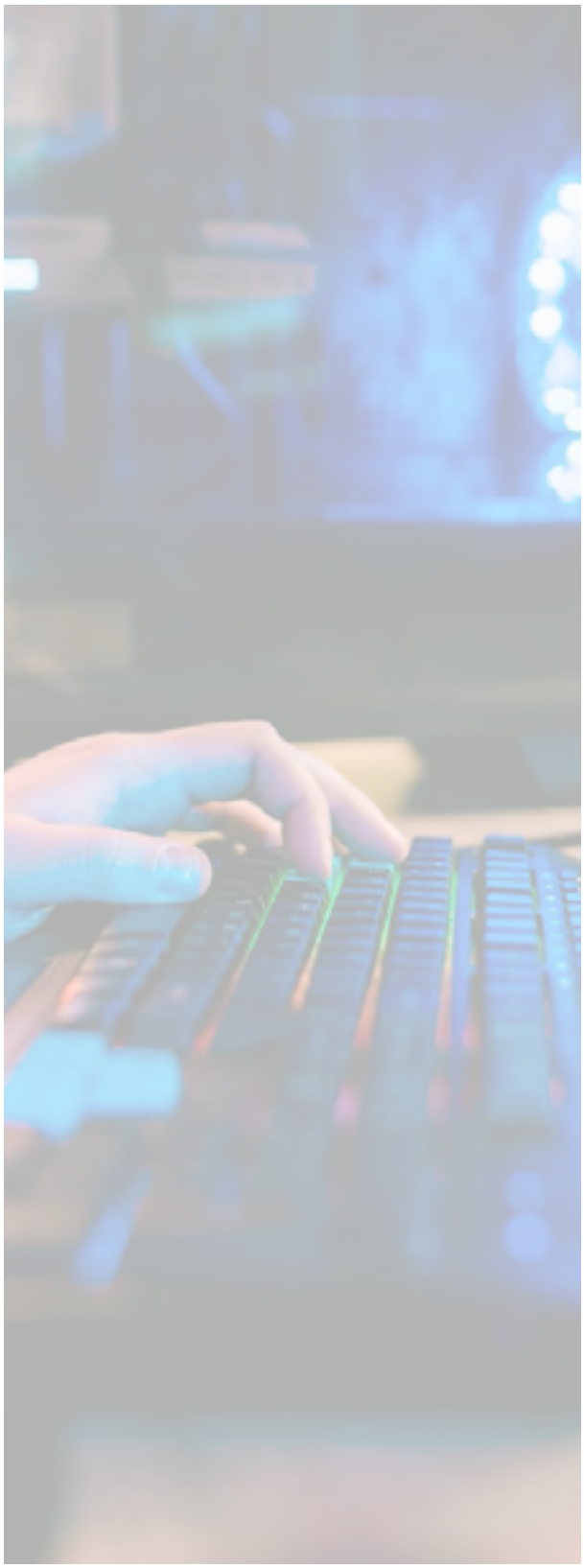
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN 85-224-3169-8.

GRÁCIO, J. C. A. **Preservação digital na gestão da informação:** um modelo processual para as instituições de ensino superior. São Paulo: Editora Unesp, Cultura Acadêmica, p. 214, 2012.

ROGERS, D. **Transformação digital:** repensando o seu negócio para a era digita. In: THE DIGITAL transformation playbook: rethink your business for the digital age. Tradução: Afonso Serra. 1. ed. São Paulo: Autêntica Business, 2017. cap. Os cinco domínios da transformação digital: clientes, competição, dados, inovação, valor, p. 15-35. ISBN 978-85-513-0272-9.

SILVEIRA, S. A. da. **Software livre:** A luta pela liberdade de conhecimento. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 77. 2018. ISBN 85-7643-033-7.

SOUZA, A. H. L. R. de; et al. O modelo de referência OAIS e a preservação digital distribuída. **Ciência da Informação,** Brasília, Distrito Federal, v. 41, n. 1, p.65-73, jan./abr., 2012.



COLABORAÇÂO ESPECIAL

A FESTA COSME E DAMIÃO NO ESPÍRITO SANTO: OS IBEJIS CAPIXABAS

Felipe de Souza Fernandez

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS- -Ufes), onde realiza o doutorado. É membro do Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES-Ufes).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Este ensaio, de caráter de História Pública, foi ensejado pela sociedade civil organizada na Associação de Moradores do Centro de Vitória (Amacentro), de modo a valorizar a prática religiosa festiva local.

Resumo

O ensaio explora a festa de São Cosme e Damião no Espírito Santo, destacando suas origens hagiográficas na Igreja Católica Romana com sua ligação afro-religiosas e o papel de Edivan Alves como continuador de uma tradição cultural secular. A festividade, fruto do sincretismo entre o cristianismo e o culto aos Ibejis, reflete práticas religiosas e culturais preservadas por afrodescendentes no estado, como oferendas e celebrações populares. Desde o período colonial, essas manifestações atuaram como forma de resistência e preservação da memória ancestral. Em Vitória, as festividades incluem práticas comunitárias que se conectam ao legado histórico das comunidades afro-brasileiras, consolidando-se como parte do patrimônio imaterial capixaba. Edivan Alves perpetua essa tradição ao promover a festa na Praça Costa Pereira, reforçando a continuidade de uma prática que reafirma identidades, solidariedade e a relevância das tradições afro-religiosas na sociedade capixaba.

Abstract

The essay explores the feast of São Cosme e Damião in Espírito Santo, highlighting its hagiographic origins in the Roman Catholic Church with its Afro-religious connection and the role of Edivan Alves as a continuator of a centuries-old cultural tradition. The festival, the result of syncretism between Christianity and the cult of the Ibejis, reflects religious and cultural practices preserved by Afro-descendants in the state, such as offerings and popular celebrations. Since the colonial period, these manifestations have acted as a form of resistance and preservation of ancestral memory. In Vitória, the festivities include community practices that are connected to the historical legacy of Afro-Brazilian communities, consolidating themselves as part of Espírito Santo's intangible heritage. Edivan Alves perpetuates this tradition by promoting the festival in Costa Pereira Square, reinforcing the continuity of a practice that reaffirms identities, solidarity and the relevance of Afro-religious traditions in Espírito Santo society.

Ê Cosme, ê Cosme
Damião mandou chamar
Que viesse nas carreiras
Para brincar com Yemanjá

Cosme e Damião vêm comer seu caruru
Cosme e Damião vêm, que tem caruru pra tu
(Mariene de Castro (intérprete)
Cantigas para São Cosme e Damião)

A hagiografia católica de São Cosme e Damião apresenta algumas lacunas. No entanto, por meio da arqueologia e das datas de seu martírio, é possível saber que os irmãos nasceram na região de Ciro, na atual Síria, no século III (DIAS, 2014a, p. 8-9).

Esses dois santos, filhos de Teódota, uma cristã da comunidade primitiva, foram formados na religiosidade baseada na fraternidade. Consequentemente, praticavam a medicina com conhecimento popular, curando sem cobrar nada. Por isso, foram conhecidos como anárgiros, em oposição à medicina regular do Império Romano. Esse testemunho de fé e caridade pela região da Ásia Menor fez com que muitas pessoas se convertessem ao cristianismo. No entanto, "não passaram despercebidos aos inimigos da fé cristã" (DIAS, 2014b, p. 7). Denunciados pelo procônsul Lísias, acusados de serem "inimigos dos deuses", foram mortos por ordem do imperador Diocleciano (243-311) por romperem com as práticas religiosas do Império Romano e perpetuarem sua fé. Seu martírio pela não abdicação de sua fé cristã foi relembrado pelos cristãos.

Com a transição religiosa do Império Romano ao cristianismo, no Concílio de Éfeso (431), desenvolveu-se o culto aos irmãos Cosme e Damião na parte oriental, com a construção de igrejas dedicadas a esses santos. Posteriormente, no século V, o papa Félix IV constituiu a Basílica de SS Cosme e Damião em Roma, trasladando os supostos restos mortais para esse templo em 27 de setembro do ano 500, data que ficou marcada na prática popular, apesar da alteração no calendário oficial da Igreja Católica para o dia 26 de setembro em 1956 (DIAS, 2014b, p. 41). Logo, seu culto se expandiu para toda a Europa Ocidental. Em Portugal, diz Carvalho, há registros do seu culto antes mesmo da formação do Estado português (apud DIAS, 2014a, p. 46-48).

Antes da devoção aos irmãos ao território português, e posteriormente ao Brasil, é interessante notar que o culto a irmãos é comum em muitas culturas antigas. Inclusive, seu culto inicialmente competia com o culto pagão de Castor e Pólux em Roma, ambos ligados à cura. Assim, uma das bases do sincretismo que ocorreria com os Ibeji, de origem africana (iorubá), no Brasil está historicamente relacionada ao processo de sociedades intercambiarem seus modos de interpretar o mundo com seus símbolos ancestrais, como afirma Iwashita (apud DIAS, 2014b, p. 40), possibilitando "a experiência humana, no seu sentido profundo e existencial".

Em Portugal, nos séculos XII e XIII, o culto de Cosme e Damião se associou às confrarias médicas. Assim, foi enraizado na cultura católica portuguesa e transferido para a colônia ultramarina na América Portuguesa.

Na América, a primeira menção ao culto de São Cosme e Damião ocorre na capitania de Pernambuco, em Igarassu, após a vitória dos portugueses contra os indígenas caetés. No dia 27 de setembro, data dos santos, foi fundada uma igreja em sua homenagem em 1535, custeada pelo capitão Afonso Gonçalves. Esta é a igreja mais antiga do atual território brasileiro (DIAS, 2014a, p. 9).

Durante o período colonial, os santos foram ressignificados pelos escravizados africanos, que, para evitar repressões ao culto dos Ibeji, realizaram um sincretismo com Cosme e Damião. Este sincretismo se manifestou especialmente nos polos de maior escravização negra: Recife, Salvador e seu recôncavo, e o Rio de Janeiro.

No Espírito Santo, desde pelo menos 1621, foi constatado o comércio direto de escravizados africanos. Contudo, há registros da presença de colonizadores europeus em posse de pessoas africanas na capitania desde 1550 (Maciel, 2016, p. 64). Esse comércio não foi interrompido, mesmo após a formação do Brasil Império. Com as restrições ao tráfico de seres humanos no século XIX, ocorreu um movimento migratório interprovincial: escravizados de Minas Gerais foram

levados para a região sul do Espírito Santo, especialmente para as fazendas de café em expansão em Cachoeiro de Itapemirim. Esses também foram destinados à capital, Vitória, nestes dois casos a presença maior eram de bantus. No norte da província, o porto de São Mateus recebeu grande parte dos escravizados provenientes da Bahia, em sua maioria haussás, iorubás e outras etnias de origem sudanesa (Saletto apud Maciel, 2016, p. 76).

As práticas religiosas desenvolvidas pela resistência africana no Espírito Santo foram se amalgamando com as tradições religiosas das comunidades vindas de outras províncias. Apesar da escassez de informações precisas, Cleber Maciel aponta que a maioria dos africanos no Espírito Santo era de origem bantu, embora reconheça também a influência de etnias sudanesas. Segundo o autor, essas comunidades utilizaram a religião dos colonizadores como forma de resistência: "sob o manto dos santos católicos preservaram-se muitas vidas e muito da memória africana. Sob o manto dos Orixás preservou-se a integridade do ser africano" (Maciel, 1992, p. 47).

Desde os quilombos até os sincretismos religiosos, as práticas de resistência deram origem a manifestações como o Ticumbi, a festa de São Benedito, a folia de reis e as congadas. Essas práticas foram formas de preservar e reorganizar comunidades de diferentes povos africanos que estavam sujeitos à opressão. No Espírito Santo, uma das manifestações culturais religiosas de grande interesse é a Cabula, registrada nas regiões de Conceição da Barra e São Mateus. Um dos seus rituais era dedicado a São Cosme e Damião, conforme relato do bispo João Batista Nery no início do século XX. Infelizmente, a visão racista do bispo, que condenava essa religião, limitou o registro de informações mais detalhadas sobre sua prática (Maciel, 1992, p. 52-53).

Apesar disso, é evidente que o sincretismo e a apropriação religiosa pelas comunidades afro-capixabas são práticas centenárias, especialmente na veneração aos santos curandeiros. Essa devoção afro-capixaba encontra continuidade no norte do Espírito Santo, como no Jongo de São Cosme e Damião, praticado pela comunidade quilombola de Porto Grande, em Conceição da Barra, conforme constatado por Osvaldo Martins Oliveira (apud Maciel, 2016, p. 207).

Deste modo, seguindo a compreensão da raiz africana da festa, é preciso entender o que são os Ibeji. A palavra advém do iorubá: "ìbi" significa parto e "èji" significa dois (Cacciatore, 1988, p. 141). Eles também são interpretados como erês, espíritos de crianças, que representam a perpetuação da comunidade e o laço de coparticipação.

Assim, frente ao desarraigamento forçado, os escravizados estabeleceram uma relação de resistência identitária, utilizando os cultos afro-brasileiros como espaços de preservação da memória e da ancestralidade. A música, a dança e a alimentação nesses cultos foram, e ainda são, mecanismos que viabilizam essa continuidade ancestral.

Na prática desses cultos no Brasil, o sincretismo se manifesta na oferenda de alimentos às crianças no dia 27 de setembro, visto serem os erês personificados em crianças, ainda há o Doum que de acordo com Menezes, Freitas e Bartólo (2021, p. 22) é o "irmão mais novo, miniaturizado, aquele que, pelas tradições iorubanas, seria Idowu, o terceiro filho que tem que nascer após um parto duplo, para que a mãe não enlouqueça". Em Recife e, principalmente, em Salvador, o caruru — prato com quiabo e camarão — é servido junto a acarajé, abará, vatapá, xinxim de galinha, farofa, rapadura, cana-de-açúcar, pipoca. Como dizia Jorge Amado, os Ibejis são "amigos da boa mesa baiana" (apud DIAS, 2014b, p. 29). Já no Rio de Janeiro, a principal atividade é a doação das famosas sacolinhas listradas de verde e branco de Cosme e Damião.

Em Vitória, visto que era praticado de forma sincrética pelas comunidades afro-diaspóricas, possuía assim a festividade um caráter popular. Durante a Guerra Constitucionalista de 1932, entre os paulistas e o governo federal de Vargas, o jornal Diário da Manhã (p. 3) anunciava uma ladainha para São Cosme e Damião, convocada por Deolinda Arruda e seus filhos, que convidavam "pessoas amigas" para participar na igreja de São Gonçalo. A ladainha era dedicada à paz no Brasil e aos soldados capixabas do 3º B.C.

Já o jornal Folha do Povo de 27 de setembro de 1952 informava um "Saravá S. Cosme e S. Damião" rea-

lizado tanto em igrejas quanto em lares e terreiros de Umbanda. A festividade católica e a festa de "Do'um" coexistiam, o que reflete a conquista da liberdade religiosa garantida na Constituição de 1946, uma luta encabeçada pelo então deputado Jorge Amado (UFRGS, 2018). A notícia ainda mencionava que as rádios locais foram tomadas por dedicatórias aos santos e que os terreiros de Umbanda de Vitória estavam engalanados para um dos seus mais importantes cerimoniais anuais, consagrados aos prediletos do seu culto.

Esta festividade aos santos curandeiros possuía tom festivo em Vitória, como anunciado na Folha Capixaba de 21 de setembro de 1957, o clube Centenário F.C., agremiação esportiva e recreativa no bairro Praia do Canto, indo não apenas no dia 27, como nos dias 28 e 29 grandes festejos, com shows artísticos e um "monumental domingo esportivo". Assim, a festividade estava inserida na cultura capixaba, como momento de benfazejo.

Na década de 1980, os relatos de doação de doces e alimentos por devotos por São Cosme e Damião foram constados pelo historiador Maciel, no jornal A Tribuna de 27 de setembro de 1988 foi relatado o caso de Judith Francisco de Oliveira que por uma graça obtida há 34 anos, distribuiu três mil sacolas de balas e 300 marmitas, no bairro Caratoíra, localizado na região central de Vitória (1992, p. 194-195).

Deste modo, a festividade de São Cosme e Damião tem um caráter popular e sincrético, profundamente arraigado na cultura capixaba, para não dizer afro-capixaba. Ela é comemorada tanto à "moda carioca", com a distribuição das sacolinhas de guloseimas, quanto na prática umbandista/candomblecista, com a oferta de alimentos no dia 27 de setembro.

Atualmente, uma das mais tradicionais festas de cunho afro-religioso em Vitória é realizada por Edivan Alves, um soteropolitano que há 26 anos promove a festividade. Vendedor de acarajé na barraca "Axé da Bahia", ele oferece pratos típicos como vatapá, caruru, xinxim de galinha, arroz branco, pipoca e doces. De acordo com Edivan, ele prometeu que, se sua condição financeira melhorasse, serviria comida para sete crianças durante sete anos (GAZETA, 2021).

Essa prática não é apenas individual, pois envolve diversos terreiros e lares de Umbanda e Candomblé de Vitória. Edivan Alves é membro do Centro Mãe Beata em Salvador (GAZETA, 2001), e sua prática está ligada à oferta de alimentos, conectando o presente ao culto aos antepassados. A comida, no Candomblé, é um elo entre gerações, sendo uma prática oferecer alimentos a uma roda de sete meninos (DIAS, 2014a, p. 29).

Em suma, a festa de São Cosme e Damião na Praça Costa Pereira é uma perpetuação de um patrimônio imaterial de grande parte da sociedade capixaba e brasileira, manifestando-se em espaços públicos como um momento privilegiado, considerando que historicamente esses cultos foram perseguidos no Brasil e, mesmo histórias da celebração aos Santos e aos Ibejis não teve estudo aprofundado no Espírito Santo. Ela também possibilita a afirmação de identidades, memórias e solidariedade entre os participantes da comunidade do Centro Histórico de Vitória.

Referências - Fontes Primárias

CRUZ, Glauber. #HumanistaConfere Jorge Amado foi autor de emenda favorável a liberdade de Culto. **<Humanista>**, 2018. Disponível em: https://www.ufrgs.br/humanista/2018/11/09/jorge-amado-emenda-liberdade-de-culto/. Acesso em: 18 de set. de 2024.

FESTA no Centenário. **Folha Capixaba:** Defesa da Terra e do Povo Capixaba. 21 de setembro de 1957.

FRUTO de promessa, evento distribui 5 mil acarajés em Vitória. **A Gazeta,** Vitória, 27 set. 2021. Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/fruto-de-promessa-evento-distribui-5-mil-acarajes-em-vitoria-0921. Acesso em: 18 set. 2024.

LADAINHA S. Cosme e Damião. **Diário da Manhã.** 25 de setembro de 1932.

SARAVÁ S. Cosme e S. Damião. **Folha do Povo.** Vitória, 27 set. de 1952, Ano 1, N° 190.

TOQUE baiano na comemoração no Centro de Vitória. **A Gazeta,** Vitória, 28 set. 2001.

Leituras

CACCIATORE, Olga Gudolle. **Dicionário de cultos afro-brasileiros**: com a indicação da origem das palavras. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

DIAS, Júlio César Tavares. Doce de Cosme e Damião: considerações sobre um caso de Sincretismo. **Revista Diálogos,** n° 11 – Abr/Mai. 2004. (a)

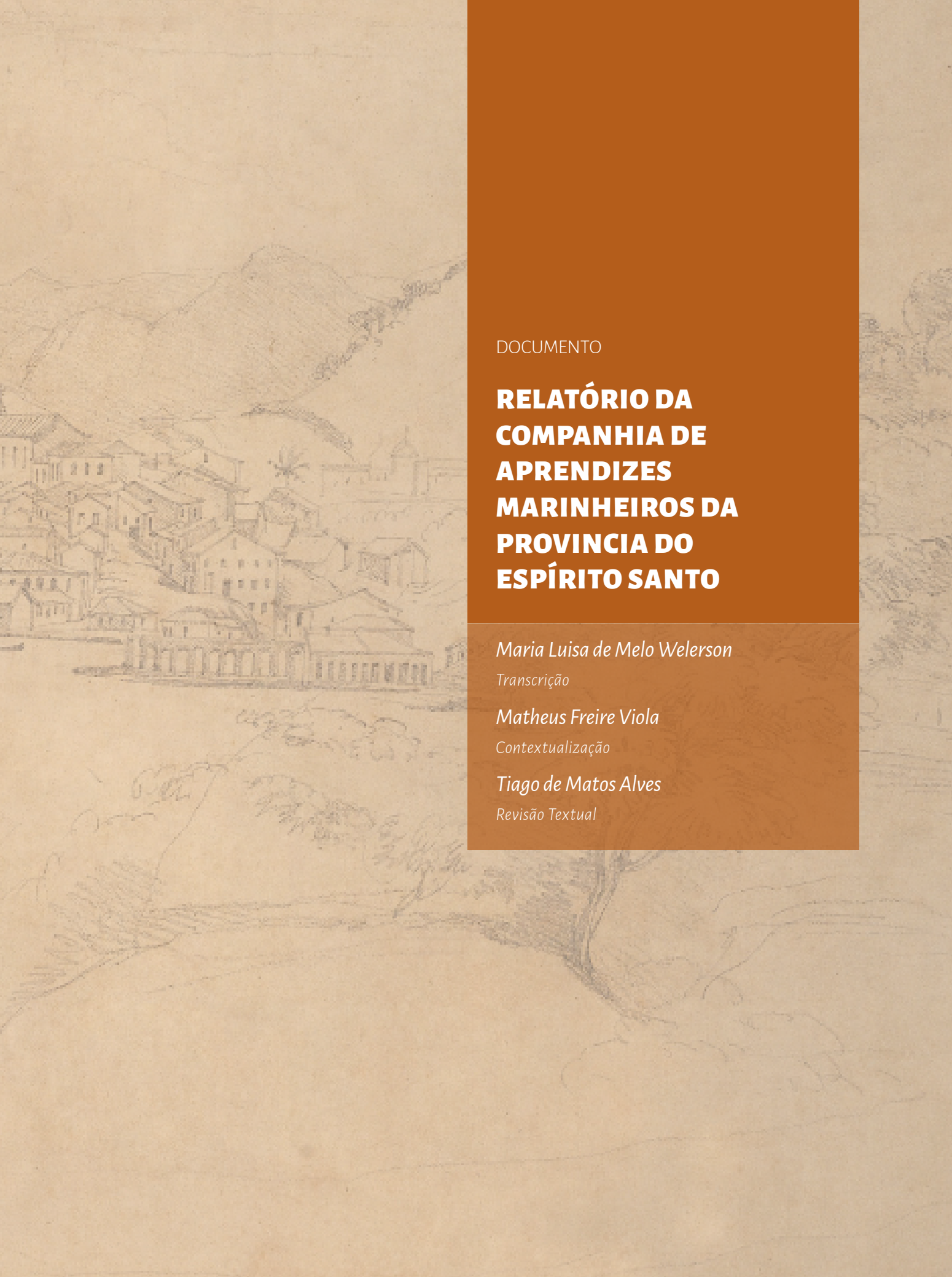
DIAS, Júlio Cesar Tavares. 2014. As origens do culto de Cosme e Damião. **Sacrilegens,** v.11, n.1: 36-57. (b)

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo.** Vitória: DEC/SPDC/UFES, 1994.

MACIEL, Cleber. **Candomblé e Umbanda no Espírito Santo:** práticas culturais religiosas afro-capixabas. Vitória-ES: DEC/UFES, 1992.

MENEZES, Renata. **Doces santos.** Rio de Janeiro, RJ: Museu Nacional, 2021. (Série Livros Digital).

Salve!
São Cosme e São D



DOCUMENTO

RELATÓRIO DA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DA PROVINCIA DO ESPÍRITO SANTO

Maria Luisa de Melo Welerson

Transcrição

Matheus Freire Viola

Contextualização

Tiago de Matos Alves

Revisão Textual

Exposição das occurrencias havidas na Companhia durante o período de Janeiro a fim do mêz de Agosto do corrente anno.
[...]

Em consequencia do officio de Vossa Excelência recommendando à esta Repartição obtêr por meios suasorios (persuasivo) dos retirantes Cearenses menores para com seu ingresso completar o estado da Companhia, forão feitas todas as deligencias , de commum accôrdo com o Senhor Capitão Piragibe, membro da Comissão de soccorros aos mesmos retirantes, a iniciativa produsio os desejados effeitos, tanto que, forão logo apresentados voluntariamente, por seus respectivos Paes para serem alistados, 15 menores, os quaes sendo julgados aptos pelo medico para a vida do mar e depois da competente autorisação de Vossa Excelência forão alistados na Companhia a excepção de um d'elles, que por soffrêr de accesso epileptico foi escusado do alistamento, para o que solicitei autorisação de Vossa Excelência. Dias depois forão / apresentados mais dous nas mesmas condições e para igual fim, dos quaes só um foi alistado, por havêr-se manifestado no outro enfermidade que demandara longo tratamento, mais tarde forão offerecidos mais quatro, que apezar de estarem em identicas circunstanicas dos anteriores alistados, isto é, de serem apresentados voluntariamente por seus Paes e julgados pelo medico aptos para a vida maritima, deixarão de sêr alistados por estar a verba para esse fim esgotada, seguindo o officio de Vossa Excelência de 25 de Junho sob o numero 48.

Era excellente a occasião de approveitar esse ensêjo casual da vinda de milhares de Cearenses para esta Provincia, para preenchêr-se os claros da Companhia; outra talvêz não surja com tão bons auspicios, sem dependencia de grandes sacrificios monetarios para os cofres publicos.

[...]
Capitania do Porto do Espírito Santo
Em 11 de Setembro de 1878.

Contextualização

O documento analisado é um relatório oficial da Capitania do Porto do Espírito Santo, datado de 11 de setembro de 1878, que descreve as ocorrências na Companhia de Aprendizes Marinheiros da província entre janeiro e agosto daquele ano. Nele, é relatado o esforço para alistar menores de idade oriundos do Ceará, filhos de retirantes que haviam migrado para o Espírito Santo em razão da grave seca que assolava o Nordeste.

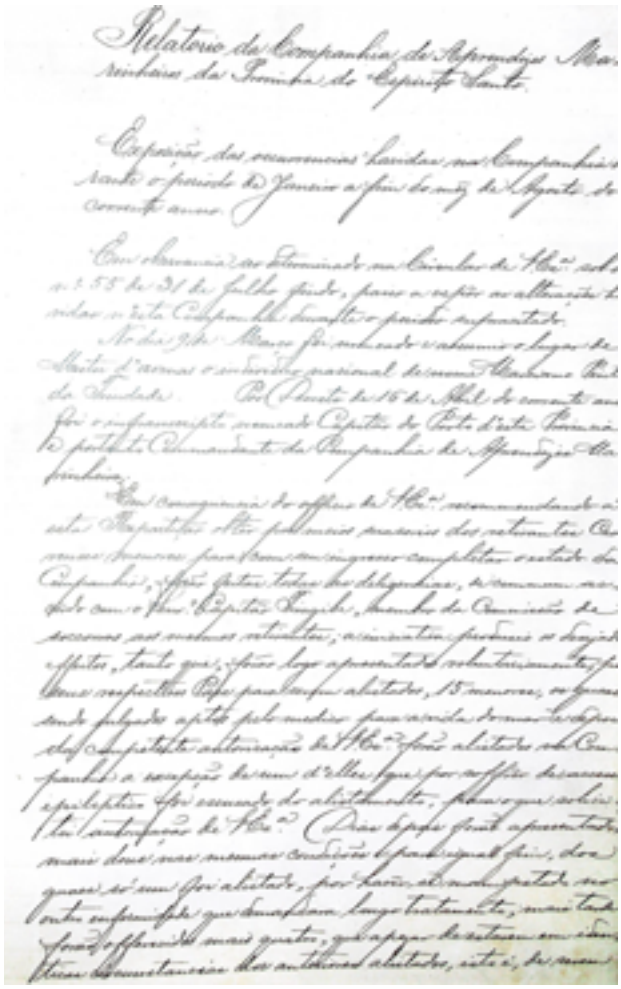
A Companhia empenhou-se em recrutar esses jovens de forma persuasiva, buscando sua integração como aprendizes marinheiros. Embora o documento afirme que os alistamentos foram voluntários e autorizados pelos pais, é preciso considerar o contexto de extrema miséria e falta de alternativas vivido por essas famílias, o que relativiza a real liberdade de escolha.

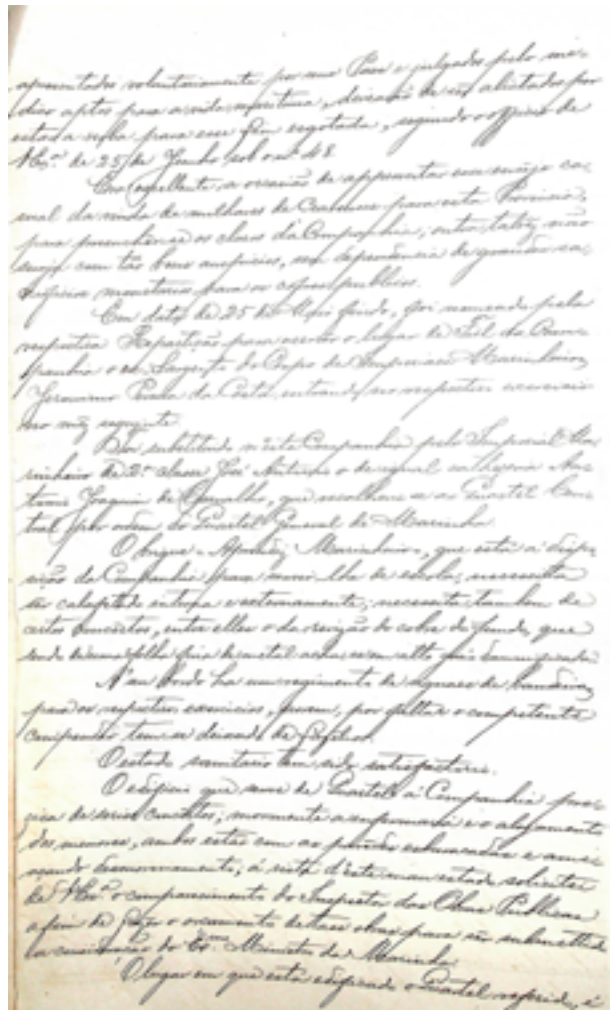
Trata-se, portanto, de um registro importante tanto para a história da Marinha no Brasil quanto para a compreensão das políticas públicas diante de crises migratórias no século XIX. Em colaboração com o capitão Piragibe, membro da Comissão de Socorros aos retirantes, foram alistados inicialmente 15 menores, todos apresentados por seus pais e considerados aptos pelo médico da instituição, com exceção de um, dispensado por sofrer de epilepsia.

Nos dias seguintes, outros dois jovens foram apresentados, dos quais apenas um foi aceito, pois o outro apresentava enfermidade que exigiria tratamento prolongado. Posteriormente, mais quatro foram oferecidos nas mesmas condições, mas não puderam ser alistados por falta de recursos financeiros, conforme relatado no documento. O relatório destaca que a presença de milhares de cearenses na província configurava uma oportunidade excepcional para preencher os quadros da Companhia sem maiores encargos para os cofres públicos.

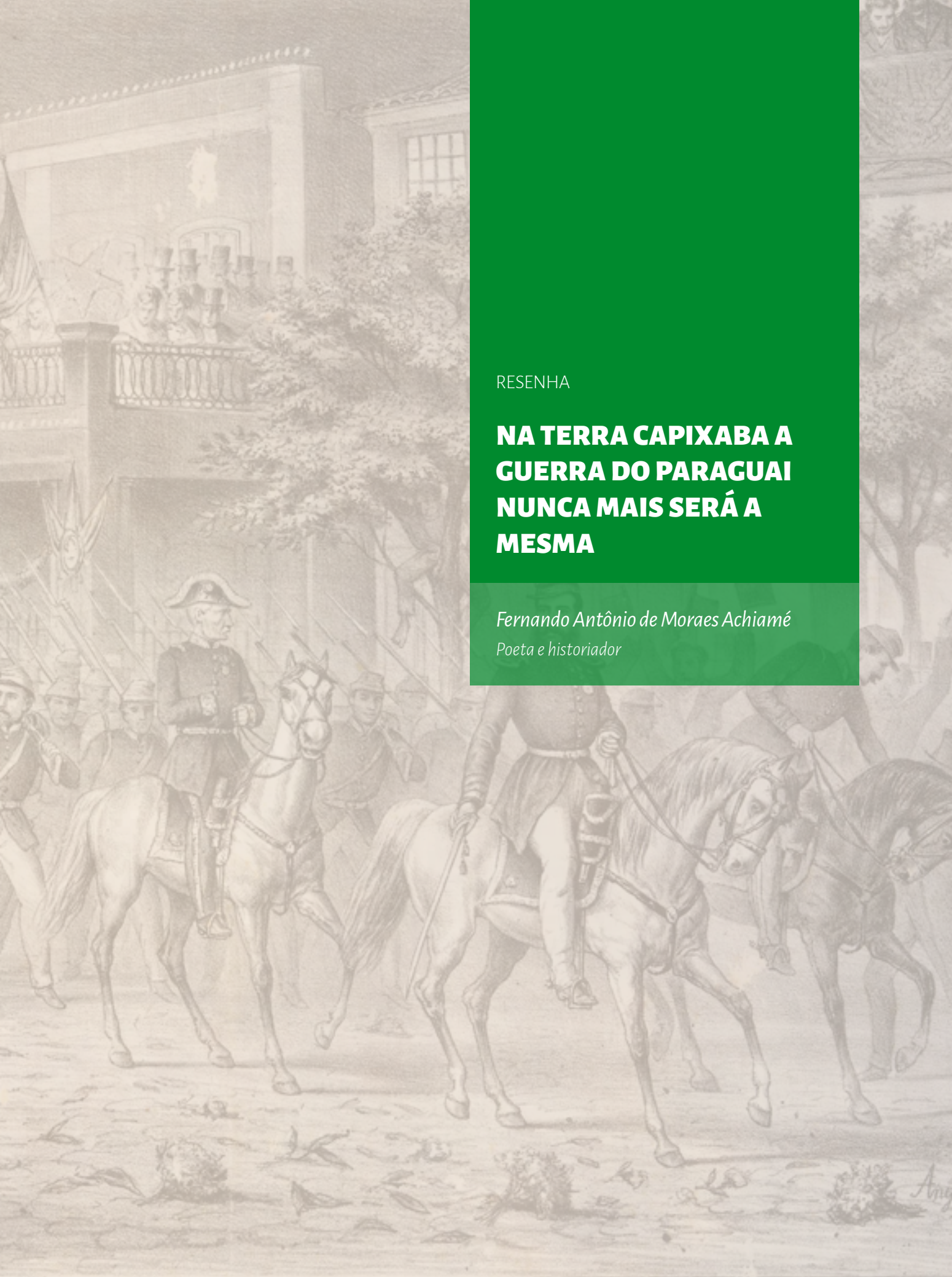
A análise desse documento deve ser situada no contexto da chamada Grande Seca do Nordeste, ocorrida entre 1877 e 1879, considerada a maior e mais mortal da história do Brasil. A crise climática provocou o êxodo de milhares de pessoas, sobretudo do Ceará, em busca de sobrevivência em outras regiões do país. O Espírito Santo foi um dos destinos desses migrantes, o que levou o governo provincial a adotar medidas de acolhimento e, ao mesmo tempo, de aproveitamento como mão de obra dessa população vulnerável.

As Companhias de Aprendizes Marinheiros criadas pelo Império do Brasil tinham como objetivo formar jovens para o serviço na Marinha, funcionando também como instrumentos de disciplinamento social e integração ao seu projeto de modernização. O relatório evidencia como o Império buscava transformar uma tragédia humana em uma oportunidade de reforçar suas instituições, utilizando menores retirantes como mão de obra militar em formação.





Fonte: BR.ESAPEES.GOV. s383 - L225 - 11/set/1878.



RESENHA

NA TERRA CAPIXABA A GUERRA DO PARAGUAI NUNCA MAIS SERÁ A MESMA

Fernando Antônio de Moraes Achiamé
Poeta e historiador

Na terra capixaba a Guerra do Paraguai nunca mais será a mesma

O objeto de estudo se encontrava bem evidente, ao alcance de quem o quisesse pesquisar e, contudo, ignorado. E não se tratava de tema qualquer, mas do conflito que marcou profundamente a história brasileira e capixaba – a Guerra do Paraguai. O jovem historiador Marcos Antonio Briel aceitou o desafio. E defendeu recentemente no Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Ufes dissertação de mestrado sob o título "A Participação da Província do Espírito Santo na Guerra do Paraguai: Mobilizações Cívicas e Recrutamento Militar (1864-1870)", aprovada com distinção, recomendando-se sua publicação.

Diversas formas de pioneirismo existem na obra. O seu próprio objeto – o envolvimento da província capixaba na Guerra do Paraguai – não foi anteriormente pesquisado com profundidade e abrangência por trabalho acadêmico, que se saiba. A luta que derrotou e arrasou a pequena nação sul-americana prossegue bastante estudada por historiadores do país e do estrangeiro. São investigações de variada natureza que analisam as participações no conflito do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e outras unidades do vasto Império brasileiro, exceto a do Espírito Santo. Assim, outro pioneirismo do estudo reside em colocar essa província, região periférica apesar de próxima à Corte, como participante ativa na Guerra da Tríplice Aliança.

Pioneiro se revela, do mesmo modo, o tratamento que o autor conferiu às fontes primárias utilizadas para construir sua obra, constituídas de jornais do século XIX e de manuscritos, estes jamais consultados. Há século e meio, dormitavam nos escaninhos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) centenas de documentos sobre o assunto. Aguardavam um estudioso que os trouxesse à luz, lesse seus conteúdos, fizesse correlações com as circunstâncias regionais e nacionais da época em que foram produzidos. E, recorrendo aos dados neles contidos e à bibliografia adequada, interpretasse os contextos então vividos para, no final, produzir narrativa coerente. Felizmente, a espera mais do que sesquicentenária deu lugar a resultado bastante positivo que, entre outros méritos, confere sentido aos esforços de gerações de servidores na salvaguarda do riquíssimo acervo da veneranda instituição arquivística.

E como não denominar de desbravadora a perspectiva historiográfica escolhida pelo autor? Ao examinar as alterações na vida cotidiana capixaba promovidas naqueles tempos de guerra, ele não privilegiou figuras sempre colocadas em destaque – governantes poderosos, ricaços, líderes militares, religiosos de projeção, enfim, componentes da elite dominante. Quem surge a toda hora no texto são os despossuídos de quase tudo, homens e mulheres que procuravam sobreviver e, para isso, enfrentavam os novos desafios propostos por situações muito difíceis. Marcos Briel colocou o povo para falar. Com pequeno esforço de imaginação histórica, podemos escutar os capixabas humildes de meados do século retrasado escancararem seus sofrimentos, suas angústias e desesperos. Junto deles assistimos às mobilizações cívicas e comemorações patrióticas patrocinadas pelo poder do Estado e que, por certo tempo, empolgaram toda sociedade provincial. Participamos da vida familiar, da realidade concreta de cidadãos e cidadãs comuns que lutavam por seus direitos.

A população já sabia que "em tempo de guerra, mentira é como terra". Para obter isenções do serviço militar, recorria a dispositivos legais e a qualquer argumento retórico disponível. Assim procedia mesmo se precisasse mentir, distorcer ou exagerar sobre as circunstâncias das suas existências para livrar parentes e amigos do inferno nos campos de batalha. Com êxitos e fracassos, era uma luta antes da luta. Precedendo os entreveros no front, havia na província do Espírito Santo uma outra guerra, uma espécie de pré-guerra, com múltiplas ações de violência e tudo o mais que compreendia o horror peculiar a tais recrutamentos compulsórios.

Nos textos produzidos nos Oitocentos pela historiografia capixaba, a Guerra do Paraguai está sempre presente, com maior ou menor relevância. Em trabalhos abrangentes elaborados em épocas posteriores que tratam do período, aquela guerra também

é considerada, geralmente de passagem. A partir de certo momento, o assunto saiu de moda nos estudos respeitantes ao Espírito Santo, apesar de seus reflexos se mostrarem duradouros na história local. Será que nem as homenagens prestadas aos heróis e episódios da luta, com seus nomes colocados em logradouros, evitam que os esqueçamos? Em Vitória, as denominações das avenidas Leitão da Silva e Marechal Campos, das ruas Francisco Araújo, Duque de Caxias e General Osório, além da antiga rua Primeiro de Março hoje integrada à avenida Florentino Avidos, possuem vínculos com o conflito, muito embora desconhecidos pela população Para retirar da obscuridade essas demonstrações de respeito, fazendo com que se procure saber, por exemplo, quem foi Francisco Araújo, o Chico Princesa, e porque seu nome mereceu ser colocado numa rua da Cidade Alta, a dissertação de Marcos Briel contribuirá certamente. Assim, vislumbra-se nela mais um tipo de pioneirismo.

Há muito tempo vigora uma premissa nos meios intelectuais, sobretudo franceses – dissertações e teses não devem ser publicadas. Afirmação que se justifica pela presença nos trabalhos de volumoso aparato crítico com extensas citações de fontes e bibliografia, de notas eruditas, de demonstrações teóricas repletas de argumentos que somente possuem circulação livre e despertam interesse no mundo acadêmico. No entanto, dissertações e teses de qualidade, após sofrerem reformulações para aliviá-las dos excessos teóricos, precisam alcançar público maior para divulgar os avanços científicos obtidos. É o caso desse trabalho, que bem merece publicação após ser revisado e enriquecido com ilustrações, sem as amarras do exercício dissertativo. Obra que, com ampla circulação, decerto inspirará contribuições de outros historiadores e abrirá nova linha de pesquisa – o que revela mais uma das suas características pioneiras.

Quando o estudo sofrer revisão, convém acrescentar pequeno, mas sugestivo detalhe. Para exemplificar as práticas hediondas de recrutamento militar no Império, por que não citar episódio da história capixaba ocorrido em 1827, protagonizado pela tripulação do brigue Ururau e carregado de crueldade tão extremada que marcou a sociedade de Vitória por longos anos?

A parte essencial do trabalho é precedida de ampla revisão bibliográfica do que de valor foi produzido sobre o tema pertinente, com distribuição em quatro fases: 1) corrente historiográfica descritiva e tradicionalista; 2) corrente revisionista; 3) nova historiografia sobre a Guerra do Paraguai; e, 4) perspectiva analítica local e regional focalizando lugares fora do eixo central da monarquia. O historiador dialogou principalmente com obras produzidas na última fase por serem a mais pertinentes, atualizadas e fecundas para a temática do seu interesse. Além das fontes primárias manuscritas e impressas, ele recorreu à sólida bibliografia de referência, valendo-se de livros de autores consagrados. E demonstrou diversas das suas considerações por meio de gráficos e quadros para esclarecer o leitor sobre o que desejava provar. No início da dissertação, definiu a contento o conceito de "cultura política" nela empregado. A metodologia de interpretação do conteúdo dos documentos foi escolhida de forma conveniente para dar conta das informações dispersas nos manuscritos consultados. Com isso, Marcos Briel partiu de sólido embasamento teórico-metodológico para erguer sua edificação historiográfica.

Na dissertação, ele caminhou muito bem das grandes conjunturas envolvendo a guerra em direção à micro-história na província capixaba. Por exemplo, de que maneira determinada ordem geral emanada de um ministério foi cumprida na vila de Viana? Também percorreu de modo satisfatório a trajetória inversa, do local para o geral, ao apontar as falhas de autoridades, as resistências da população nas questões do recrutamento e suas repercussões nos poderes centrais do Império. Tomando como referência estudos empreendidos por pesquisadores conceituados, ele comparou a realidade do alistamento no Espírito Santo com situações semelhantes ocorridas em outras províncias, a exemplo do Ceará. Mas sem esquecer de ressaltar as singularidades do universo capixaba.

As páginas do trabalho revelam conjuntos de ações humanas existentes em época terrível – fugas para se eximir do envio ao front, apresentações de pessoas inaptas para o combate, subterfúgios com a finalidade de escapar ao recrutamento, arbitrarieda-

des e incompetências de servidores públicos, atitudes covardes, gestos heroicos. Seguir para a guerra era a palavra de ordem do Estado – se não fosse por amor, caso de muitos voluntários da pátria, seria pela dor, como nos recrutamentos à força. Bem enuncia a sabedoria popular – "pior é a guerra" –, essa rainha despótica que quer tudo para si. Um caso trágico, ocorrido em 12 de fevereiro de 1866 na vila de Santa Cruz, ilustra o endurecimento das convocações naquela altura. Quando ia se casar, Manoel do Espírito Santo foi preso em frente da matriz, onde o pároco, as testemunhas e a noiva Maria Lourença o aguardavam. A petição elaborada a rogo do infeliz pelo padre Francisco Antunes de Siqueira, que celebraria o casamento, e as declarações anexadas provando ser Manoel arrimo de família com a mãe viúva e uma irmã de menor idade não se mostraram suficientes para isentá-lo de servir na guerra. Mas será que o jovem seguiu de fato para os confrontos? E se foi, retornou? A história, como a vida, continua repleta de incompletudes que nos fazem pensar e... imaginar.

Chega a ser comovente e estimulante constatar o surgimento de nova e produtiva geração de historiadores interessados em repensar o Espírito Santo, em sua maioria oriundos do Programa de Pós-graduação em História da Ufes. Seus competentes professores dominam diversificadas áreas do conhecimento histórico. O Programa vem formando pesquisadores que já revolucionaram o entendimento sobre nosso passado, abrindo perspectivas ousadas e inovadoras para a história. Muitos deles utilizaram a preciosa massa documental do APEES, boa parte dela inexplorada. Naquela nova geração se insere o autor, que com brilhantismo inicia a jornada profissional. Seu trabalho demonstrou de modo pleno que a província do Espírito Santo participou ativamente do esforço de guerra e saiu daqueles anos sofridos bem diferente de quando neles ingressou; mudança social comum a outras regiões brasileiras. Essa dissertação enriquece as historiografias referentes ao conflito platino e ao nosso estado, aproximando-as mais ainda da verdade. O que permite assegurar – depois da pioneira contribuição do historiador Marcos Briel, na terra capixaba a Guerra do Paraguai nunca mais será a mesma.

Referências das Imagens

Capa - Foto - Título: Êxodo; 1963 - © Sebastião Salgado; 1983, cedida por Studio Sebastião Salgado, Paris, FR.

Página 3 - Retirantes - Cândido Portinari; 1958. Pintura, óleo sobre madeira. Projeto Portinari. Disponível em: https://www.portinari.org.br/acervo/obras/18730/retirantes.

Páginas 16 e 17 - Fotografia - Procissão do Divino Espírito Santo com jovens coroinhas nas ruas de Viana; 13/5/2025. Disponível em: https://viana.es.gov.br/noticia/ler/8220/viana-celebra-a-fe-com-a-programacao-religiosa-da-208a-festa-do-divino-espirito-santo.

Páginas 32 e 33 - Pessoas em frente a um comércio - Fotografia - Erwin Kerchoff, s/d. Reprodução por Rogério Medeiros; exposição "Os Pomeranos"; 1978. Doação: Galeria Homero Massena -GHM.

Página 43 - Grupo de estudantes e populares em Domingos Martins - Doação Casa da Cultura de Domingos Martins/Acervo APEES. Localização: 985-I-232.

Páginas 44 e 45 - Chegada do trem e desembarque de passageiros na Estação Ferroviária de Alegre, Ramal Sul do Espírito Santo da Leopoldina Railway, por volta de 1920. Foto panorâmica: Fotomontagem de cartões postais da Estação Ferroviária de Alegre - GERODETTI, João E. e CORNEJO, Carlos. As Ferrovias do Brasil: nos cartões-postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2005.

Página 63 - Populares reunidos em uma praça nas proximidades da Estação Ferroviária de Alegre, por volta de 1915. Disponível em: https://www.alegre.es.gov.br/a-cidade/fotos-antigas/.

Página 64 e 65 - Imigrantes venezuelanos: Foto: Marcelo Camargo/ Agência Brasil (divulgação). https://radiomigrantes.net/2025/07/08/venezuelanas-tem-dificuldade-de-integracao-socioeconomica-no-brasil-aponta-on/.

Página 77 - Fronteira da Venezuela com Brasil estava fechada desde fevereiro devido à crise.

Foto: ANSA / Ansa – Brasil. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/mundo/fronteira-entre-brasil-e-venezuela-e-reaberta-apos-2-anos,d9b9ceccc740f59686c825a205ec44a3qtnpi601.html.

Páginas 78 e 79 - Fotografia: Movimientos migratorios - El Musel, atalaya de un nuevo mundo. La emigración asturiana a América (2006). Disponível em: https://equintanilla.com/wp/2023/11/19/el-musel-atalaya-de-un-nuevo-mundo-la-emigracion-asturiana-a-america/.

Página 97 - LUZIA final - Modelo criado a partir de um crânio datado em 11.500 anos e retirado de escavações feitas na região de Lagoa Santa (MG). Primeira brasileira, batizada de Luzia, apresenta traços muito parecidos com os grupos que habitavam a África e a Austrália. Foto: Elver Luiz Mayer (Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos - IB/USP). Imagens dos Povos Indígenas no Brasil » PIB Mirim » Antes de Cabral ». Disponível em: https://img.socioambiental.org/v/publico/pibmirim/.

Páginas 98 e 99 - Estado comemora o 10º Noroeste Café Conilon e o 11º Lançamento da Colheita do Café - Foto: Vanessa Capucho – Incaper. Disponível em: https://incaper.es.gov.br/Not%C3%ADcia/estado-comemora-o-10o-noroeste-cafe-conilon-e-o-11o-lancamento-da-colheita-do-cafe.

Páginas 122 e 123 - Foto: jogo de cartas com descendentes de italianos em Botuverá. Disponível em:

https://omunicipio.com.br/jogo-trazido-por-imigrantes-italianos-briscola-tera-campeonato-em-botuvera/.

Páginas 132 e 133 - Planta da Hospedaria dos Imigrantes de Pedra D'Água - Fachada Lateral. Acervo APEES.

(Detalhe).

Páginas 144 e 145 - Foto: momento em viagem de tropeiros realizada por Belmiro Januth.

Disponível em: https://www.vilapavao.es.gov.br/portalturismo/pagina/ler/2126/museu-vitual.

Páginas 160 e 161 - Foto: Famílias Trabalhando. Ponto de Memória Museu Virtual – Secretaria de Cultura e Turismo Prefeitura Municipal de Vila Pavão.

Disponível em: https://www.vilapavao.es.gov.br/portalturismo/pagina/ler/2126/museu-vitual.

Páginas 162 e 163 - Capa da 11ª edição do romance Karina de Tamanini, Virgínia.

Disponível em: https://www.facebook.com/groups/533032838116963/.

Páginas 180 e 181 - Reprodução - Vista Geral da Vila de Vitória. Vitória, 1860. Fotografia Victor Frond.

Página 182 - Fotografia da Hospedaria dos Imigrantes de Pedra D'Água – Fachada Posterior e pomar. Acervo APEES.

Páginas 190 e 191 - Refeitório da Hospedaria da Ilha das Flores (Museu da Imigração). Disponível em:

https://www.uerj.br/noticia/no-dia-do-imigrante-iniciativas-da-uerj-estudam-a-formacao-do-povo-brasileiro-e-os-desafios-dos-estrangeiros-de-hoje/.

Páginas 192 e 193 - Foto: Rancho de tropas no município de Santa Teresa, 1917. Moraes, Ormando – Por serras e vales do Espírito Santo: a epopéia das tropas e tropeiros. Vitória-ES, 1989.

Páginas 202 e 203 - Antônio Bragatto e família. S.d. Fonte: Projeto Imigrantes, acervo APEES.

Página 211 - [Colônias de imigrantes europeus] - Dietze, Albert Richard, fl. 1869 ([1869-1878]). Disponível em: https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/discover?query=Dietze.

Páginas 212 e 213 - Foto: Congo de Máscaras. LICC: Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D'Água acontece no próximo dia 28 em Cariacica. Disponível em:

https://www.es.gov.br/Noticia/licc-carnaval-de-congo-de-mascaras-de-roda-d-agua-acontece-no-proximo-dia-28-em-cariacica.

Páginas 222 - 223 - Foto: Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D'Água: uma manifestação singular do folclore capixaba! Disponível em:

https://descubracariacica.com.br/referencia/cultura/.

Páginas 224 e 225 - O Passarinho desconfiado - Desenho de Elpídio Malaquias - s/d; Acervo Digital do Museu de Arte do Es-

pírito Santo – MAES. Disponível em: https://midiateca.es.gov.br/museuarte/maes/em-d-052/.

Página 237 - Mostra Nacional de Curta Metragem "Curta a noite toda". Cartaz. Autor: Centro de Estudos Ludovico Persice. Coleção APEES – BRESAPEES DEC.2.1.5. Acervo Midiateca Capixaba. Disponível em: https://midiateca.es.gov.br/arquivopublico/acervo-digital-do-arquivo-publico-do-estado-do-espirito-santo/mostra-nacional-de-curta-metragem-curta-a-noite-inteira-2/.

Páginas 238 e 239 – Print. Abertura do programa Curta Vídeo (frame)- Autor: Tinoco dos Anjos; Repositório Digital da Rádio e TV do Estado do Espírito Santo, Vitória; Data: 6 de setembro de 1995. Disponível em: https://midiateca.es.gov.br/tve/radio-tv/curta-video-3/.

Página 255 - Reprodução: fotografia de mãos sobre teclado com computador ao fundo. Come usare Python: esempi di utilizo. Blog Superprof - Italy, 2025.

https://www.superprof.it/blog/come-usare-python-sviluppare-progetti-carriera/.

Páginas 256 - 257 - Foto: estátuas de São Cosme e Damião - Conheça a história dos Gêmeos – Maicon Oliver – Foto: Shutterstock. Disponível em: https://joaobidu.com.br/espiritualidade/a-alegria-de-cosme-e-damiao.phtml.

Páginas 262 - 263 - Foto: saquinhos de doces de São Cosme e Damião com as estátuas dos dois santos. Celtic Community of Christ our Hope/Brazil celebrates Saints Cosmas and Damian on September 27th.

Disponível em: https://www.facebook.com/groups/celticccoh/posts/888875632707428/.

Páginas 264 - 265 [City of Victoria] – Landseer, Charles. Seleção de Obras. Disponível em:

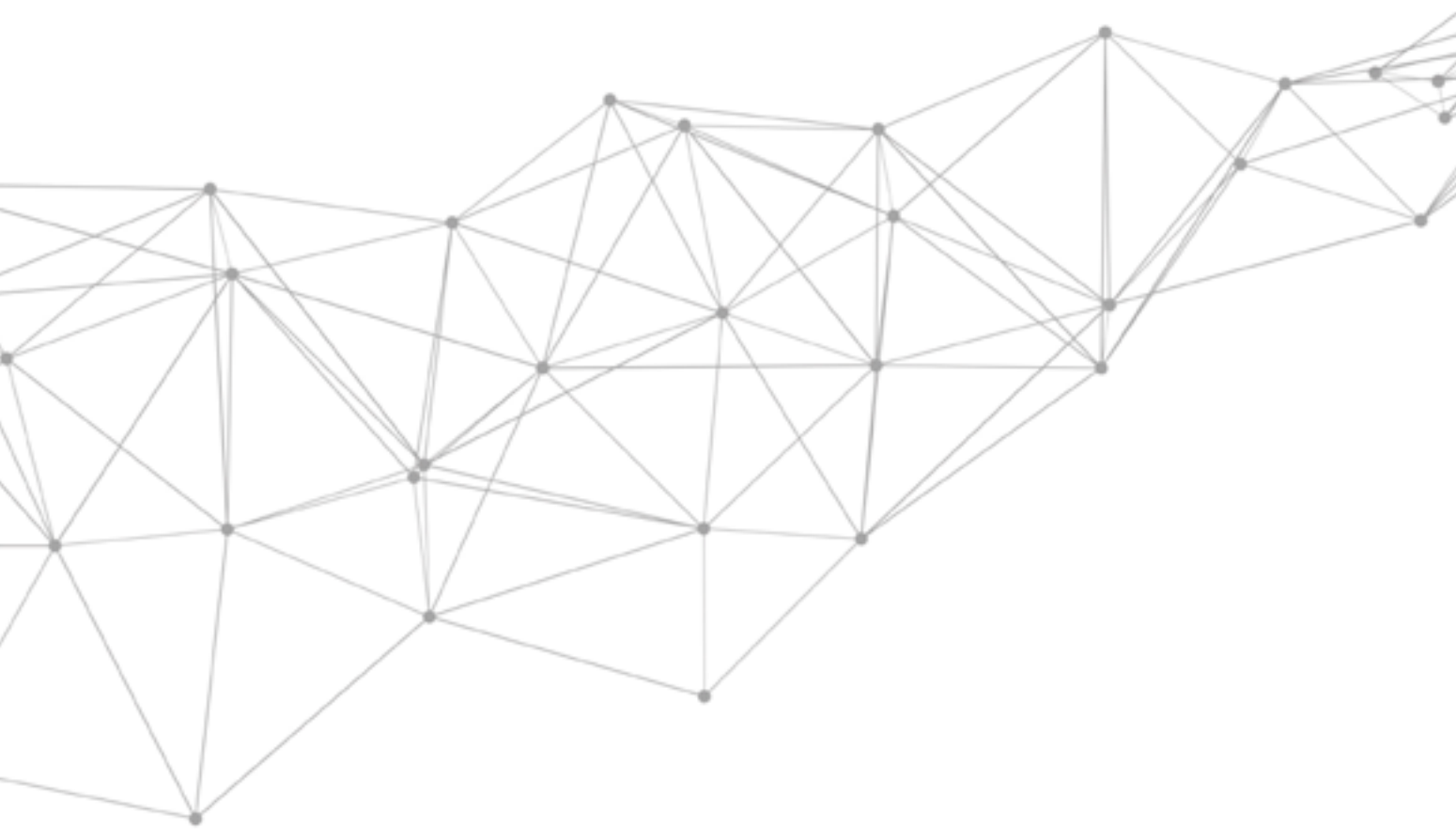
https://ims.com.br/titular-colecao/charles-landseer/.

Página 267 - Retirantes -Katz, Renina. Gravura (Detalhe). Art/Ref – Notícias em Arte Contemporânea - O Papel da Gravura no Brasil - Besen, Eduardo, 2022. Disponível em: https://arteref.com/gravura/o-papel-da-gravura-no-brasil/.

Página 268-269 - Entrada triunfal dos Voluntários da Pátria na tarde de 23 de fevereiro de 1870.

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1495893/icon1495893.jpg. Autor: Angelo Agostini (1843-1910).

A RAPEES agradece a todas as pessoas e instituições que autorizaram, de modo gentil, a reprodução das imagens desta edição. Empenharam-se todos os esforços para reconhecer e contatar a fonte e o detentor dos direitos copyright de todas elas. Desculpamo-nos por quaisquer erros ou omissões involuntárias, que poderão ser retificados, por meio de errata, nas edições futuras desta revista.



PARCERIA

NEPS

FAPES

UFES
Departamento de Arquivologia
CENTRO DE CIÊNCIAS
JURÍDICAS E ECONÔMICAS

L3THIS

REALIZAÇÃO

ARQUIVO PÚBLICO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Gestão
e Recursos Humanos